



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 11/05/2020

Data da última conversão: 22/10/2020

## Inquérito Civil - IC

**1.34.043.000359/2020-07**

**Volume I**

Capa:

FISCALIZAÇÃO DE VERBAS REPASSADAS PELO GOVERNO FEDERAL E DESTINADAS AS VITIMAS DO COVID-19

Resumo:

Informações referentes aos valores repassados pelo Governo Federal (COVID-19).

Partes:

INTERESSADO - TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

Distribuição:

PRM-OSASCO - 11/05/2020 - PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

Grupo temático principal:

1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral

Tema:

10957 - Repasse de Verbas Públicas (Orçamento/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

Observação:

Município(s):

OSASCO - SP

Movimentado para:

11/05/2020 - PRM-OSASCO/GABPRM1-DGF - DOUGLAS GUILHERME FERNANDES



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
COORDENAÇÃO NACIONAL FINALÍSTICA DO GIAC-COVID19

Ofício Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19

Brasília, 04 de maio de 2020.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Membro do Ministério Público Federal

**Assunto: Informações referentes aos valores repassados pelo Governo Federal.**

O Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal encaminham a V. Exa. as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19 (disponível em: [https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP\\_COVID19/TEMP\\_COVID19.html](https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html)).

As informações enviadas pela Casa Civil, que serão periodicamente atualizadas, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugerimos aos Srs(as). Procuradores(as) da República, no âmbito das suas atribuições, a instauração de procedimentos com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.

Atenciosamente,

**CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO**  
Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora Nacional Finalística GIAC-COVID19

**MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI**  
Subprocuradora-Geral da República  
5ª Câmara de Coordenação e Revisão





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00167469/2020 OFÍCIO CIRCULAR**

Signatário(a): **CELIA REGINA SOUZA DELGADO**

Data e Hora: **04/05/2020 19:56:28**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARIA IRANEIDE OLINDA SANTORO FACCHINI**

Data e Hora: **04/05/2020 19:57:41**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 660B6018.DE37FE62.87F2A8C8.0516F332



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### Registro de Arquivo Complementar

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:**

PGR-00167469/2020 - OFÍCIO CIRCULAR

**Complementar - Planilha TCU\_Transferências a Estados, DF e Municípios -**

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Planilha TCU\\_Transferências a Estados, DF e Municípios - Coronavírus\\_1.xlsx](#)

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**ACRE**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO AC: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	504	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	290	
	Luva para procedimento não cirúrgico	109.700	
	Sapatilha	2.600	
	Máscara 3 camadas	55.000	
	Avental	5.413	
	Touca hospitalar	1.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Urgências e Emergências de Rio Branco		
Testes RT PCT	3.628		
Testes rápidos	2.012 na 1ª distribuição	1.880 na 2ª distribuição	3.300 na 3ª distribuição
Respiradores	35		

\*/ Entregas realizadas em 23 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 23,09 milhões		R\$ 23,09 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 2,75 milhões	R\$ 2,75 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,73 milhão		R\$ 24,27 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 2,43 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 16,59 milhões	R\$ 3,51 milhões	

**R\$ 50,13 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACRELÂNDIA		2.764,74	53.359,43	56.124,17
ASSIS BRASIL		99.557,03	32.015,66	131.572,69
BRASILÉIA		353.005,30	74.703,19	427.708,49
BUJARI		133.374,42	0,00	133.374,42
CAPIXABA		139.124,27	42.687,55	181.811,82
CRUZEIRO DO SUL		127.100,38	149.406,39	276.506,77
EPITACIOLÂNDIA		243.056,91	64.031,31	307.088,22
FEIJÓ		284.538,88	85.375,07	369.913,95
JORDÃO		253,79	32.015,66	32.269,45
MÂNCIO LIMA		28.512,52	64.031,31	92.543,83
MANOEL URBANO		110.993,62	32.015,66	143.009,28

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARECHAL THAUMATURGO		27,67	64.031,31	64.058,98
PLÁCIDO DE CASTRO		526,69	64.031,31	64.558,00
PORTO ACRE		183.723,50	64.031,31	247.754,81
PORTO WALTER		52,85	42.687,55	42.740,40
RIO BRANCO		168.723,92	1.467.185,21	1.635.909,13
RODRIGUES ALVES		218.221,16	64.031,31	282.252,47
SANTA ROSA DO PURUS		71.536,29	32.015,57	103.551,86
SENA MADUREIRA		533.326,74	106.718,85	640.045,59
SENADOR GUIOMARD		240.539,89	64.031,31	304.571,20
TARAUACÁ		356.118,19	96.046,96	452.165,15
XAPURI		219.069,21	64.031,31	283.100,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**ALAGOAS**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020



## ESTADO AL: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	972	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.040	
	Luva para procedimento não cirúrgico	364.248	
	Sapatilha	2.100	
	Máscara 3 camadas	205.000	
	Avental	17.320	
	Touca hospitalar	4.600	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Mulher Dra. Nise de Oliveira		
Testes RT PCT	7.968		
Testes rápidos	6.986 na 1ª distribuição	7.980 na 2ª distribuição	14.000 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,76 milhões		R\$27,76 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 11,66 milhões	R\$ 11,66 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,83 milhões		R\$ 86,29 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,70 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 16,78 milhões	R\$ 52,97 milhões	

**R\$ 125,72 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA BRANCA		94.882,26	95.463,59	190.345,85
ANADIA		81.885,68	95.463,59	177.349,27
ARAPIRACA		8.774.548,53	526.826,56	9.301.375,09
ATALAIA		298.965,37	159.105,98	458.071,35
BARRA DE SANTO ANTÔNIO		33.240,11	79.552,99	112.793,10
BARRA DE SÃO MIGUEL		13.799,32	47.731,81	61.531,13
BATALHA		153.636,15	95.463,59	249.099,74
BELÉM		8.844,99	47.731,81	56.576,80
BELO MONTE		15.539,42	47.731,81	63.271,23
BOCA DA MATA		122.367,14	111.374,18	233.741,32
BRANQUINHA		20.684,54	63.642,38	84.326,92
CACIMBINHAS		38.968,14	63.642,38	102.610,52
CAJUEIRO		122.004,54	95.463,59	217.468,13
CAMPESTRE		8.282,01	47.731,81	56.013,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPO ALEGRE		285.657,76	175.016,57	460.674,33
CAMPO GRANDE		7.206,32	47.731,81	54.938,13
CANAPI		57.614,84	95.463,59	153.078,43
CAPELA		158.033,21	95.463,59	253.496,80
CARNEIROS		8.809,71	47.731,81	56.541,52
CHÃ PRETA		16.423,44	47.731,81	64.155,25
COITÉ DO NÓIA		16.551,77	63.642,38	80.194,15
COLÔNIA LEOPOLDINA		213.439,22	95.463,59	308.902,81
COQUEIRO SECO		7.211,94	47.731,81	54.943,75
CORURIBE		1.857.217,14	175.016,57	2.032.233,71
CRAÍBAS		84.243,69	111.374,18	195.617,87
DELMIRO GOUVEIA		656.240,64	175.016,57	831.257,21
DOIS RIACHOS		12.927,92	63.642,38	76.570,30
ESTRELA DE ALAGOAS		30.850,33	95.463,59	126.313,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FEIRA GRANDE		80.499,65	95.463,59	175.963,24
FELIZ DESERTO		4.385,02	47.731,81	52.116,83
FLEXEIRAS		40.651,29	63.642,38	104.293,67
GIRAU DO PONCIANO		184.384,45	143.195,39	327.579,84
IBATEGUARA		129.623,01	79.552,99	209.176,00
IGACI		33.948,05	111.374,18	145.322,23
IGREJA NOVA		81.751,13	111.374,18	193.125,31
INHAPI		113.142,43	95.463,59	208.606,02
JACARÉ DOS HOMENS		12.446,28	47.731,81	60.178,09
JACUÍPE		6.085,46	47.731,81	53.817,27
JAPARATINGA		10.225,32	47.731,81	57.957,13
JARAMATAIA		4.284,53	47.731,81	52.016,34
JEQUIÁ DA PRAIA		44.036,37	63.642,21	107.678,58
JOAQUIM GOMES		154.791,55	111.374,18	266.165,73

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JUNDIÁ		9.359,40	47.731,81	57.091,21
JUNQUEIRO		206.802,61	111.374,18	318.176,79
LAGOA DA CANOA		149.635,77	95.463,59	245.099,36
LIMOEIRO DE ANADIA		135.593,32	111.374,18	246.967,50
MACEIÓ		23.940.247,83	2.037.757,25	25.978.005,08
MAJOR ISIDORO		103.225,59	95.463,59	198.689,18
MAR VERMELHO		2.225,75	47.731,81	49.957,56
MARAGOGI		497.360,80	127.284,79	624.645,59
MARAVILHA		18.714,62	47.731,81	66.446,43
MARECHAL DEODORO		323.422,77	175.016,57	498.439,34
MARIBONDO		158.112,24	63.642,38	221.754,62
MATA GRANDE		121.814,45	111.374,18	233.188,63
MATRIZ DE CAMARAGIBE		160.928,21	111.374,18	272.302,39

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MESSIAS		46.611,43	95.463,59	142.075,02
MINADOR DO NEGRÃO		4.973,35	47.731,81	52.705,16
MONTEIRÓPOLIS		8.146,05	47.731,81	55.877,86
MURICI		235.276,71	111.374,18	346.650,89
NOVO LINO		37.275,80	63.642,38	100.918,18
OLHO D ÁGUA DAS FLORES		133.449,84	95.463,59	228.913,43
OLHO D ÁGUA DO CASADO		5.645,94	47.731,81	53.377,75
OLHO D ÁGUA GRANDE		7.822,39	47.731,81	55.554,20
OLIVENÇA		11.206,84	63.642,38	74.849,22
OURO BRANCO		36.940,90	63.642,38	100.583,28
PALESTINA		7.853,53	47.731,81	55.585,34

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRA DOS ÍNDIOS		2.495.976,53	206.837,78	2.702.814,31
PÃO DE AÇÚCAR		200.496,40	111.374,18	311.870,58
PARICONHA		10.971,76	63.642,38	74.614,14
PARIPUEIRA		18.083,09	63.642,38	81.725,47
PASSO DE CAMARAGIBE		54.789,43	79.552,99	134.342,42
PAULO JACINTO		30.824,29	47.731,81	78.556,10
PENEDO		1.592.350,36	190.927,16	1.783.277,52
PIAÇABUÇU		87.997,60	95.463,59	183.461,19
PILAR		197.983,67	127.284,79	325.268,46
PINDOBA		5.769,24	47.731,81	53.501,05
PIRANHAS		116.418,85	111.374,18	227.793,03
POÇO DAS TRINCHEIRAS		11.377,39	79.552,99	90.930,38
PORTO CALVO		237.331,83	111.374,18	348.706,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO DE PEDRAS		49.819,63	47.731,81	97.551,44
PORTO REAL DO COLÉGIO		100.027,02	95.463,59	195.490,61
QUEBRANGULO		82.635,86	63.642,38	146.278,24
RIO LARGO		254.748,55	206.837,78	461.586,33
ROTEIRO		7.663,28	47.731,81	55.395,09
SANTA LUZIA DO NORTE		5.064,85	47.731,81	52.796,66
SANTANA DO IPANEMA		2.797.814,92	159.105,98	2.956.920,90
SANTANA DO MUNDAÚ		14.613,81	63.642,38	78.256,19
SÃO BRÁS		23.531,36	47.731,81	71.263,17
SÃO JOSÉ DA LAJE		161.773,57	111.374,18	273.147,75
SÃO JOSÉ DA TAPERA		183.306,43	127.284,79	310.591,22

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AL: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LUÍS DO QUITUNDE		153.902,82	127.284,79	281.187,61
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS		1.715.489,22	190.927,16	1.906.416,38
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES		11.472,91	47.731,81	59.204,72
SÃO SEBASTIÃO		159.231,55	127.284,79	286.516,34
SATUBA		79.573,37	79.552,99	159.126,36
SENADOR RUI PALMEIRA		26.797,51	79.552,99	106.350,50
TANQUE D ARCA		8.194,37	47.731,81	55.926,18
TAQUARANA		63.169,49	95.463,59	158.633,08
TEOTÔNIO VILELA		292.411,16	159.105,98	451.517,14
TRAIPU		110.924,04	111.374,18	222.298,22
UNIÃO DOS PALMARES		737.586,24	190.927,16	928.513,40
VIÇOSA		410.393,46	111.374,18	521.767,64

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**Amazonas**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO AM: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.488	
	Álcool etílico 100ml	1.824	
	Óculos proteção	1.340	
	Luva para procedimento não cirúrgico	455.048	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	270.000	
	Avental	22.083	
	Touca hospitalar	5.700	
Leitos-Covid	10 leitos (previsão de instalação) no HPS Delphina Abdel Aziz		
Testes RT PCT	8.072		
Testes rápidos	8.586 na 1ª distribuição	8.200 na 2ª distribuição	14.380 na 3ª distribuição
Respiradores	25		

\*/ Entregas realizadas em 24 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,76 milhões		R\$ 27,76 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 8,60 milhões	R\$ 8,60 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,48 milhões		R\$ 68,34 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,91 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 35,27 milhões	R\$ 12,67 milhões	

**R\$ 104,71 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALVARÃES		64.401,39	68.710,91	133.112,30
AMATURÁ		60.748,08	54.968,74	115.716,82
ANAMÃ		59.349,39	0,00	59.349,39
ANORI		68.633,46	82.453,09	151.086,55
APUÍ		136.321,07	82.453,09	218.774,16
ATALAIA DO NORTE		69.287,65	82.453,09	151.740,74
AUTAZES		140.452,09	123.679,64	264.131,73
BARCELOS		80.098,74	182.123,19	262.221,93
BARREIRINHA		80.943,59	109.937,45	190.881,04
BENJAMIN CONSTANT		290.597,29	123.679,64	414.276,93
BERURI		67.470,70	82.453,09	149.923,79
BOA VISTA DO RAMOS		68.247,20	82.453,09	150.700,29
BOCA DO ACRE		155.963,96	109.937,45	265.901,41
BORBA		250.171,21	123.679,64	373.850,85
CAAPIRANGA		56.088,73	0,00	56.088,73
CANUTAMA		60.297,13	68.710,91	129.008,04
CARAUARI		127.709,06	96.195,28	223.904,34
CAREIRO		95.912,89	123.679,64	219.592,53
CAREIRO DA VÁRZEA		16.811,32	96.195,04	113.006,36

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COARI		426.632,01	192.390,52	619.022,53
CODAJÁS		126.401,06	96.195,28	222.596,34
EIRUNEPÉ		198.084,01	109.937,45	308.021,46
ENVIRA		71.661,38	82.453,09	154.114,47
FONTE BOA		238.261,24	82.453,09	320.714,33
GUAJARÁ		123.074,24	68.710,91	191.785,15
HUMAITÁ		316.107,58	151.163,98	467.271,56
IPIXUNA		80.990,06	96.195,28	177.185,34
IRANDUBA		207.303,29	137.421,81	344.725,10
ITACOATIARA		680.871,68	206.132,70	887.004,38
ITAMARATI		60.857,88	41.226,54	102.084,42
ITAPIRANGA		66.393,86	41.226,54	107.620,40
JAPURÁ		56.165,78	41.226,54	97.392,32
JURUÁ		62.762,19	68.710,91	131.473,10
JUTAÍ		149.158,92	0,00	149.158,92
LÁBREA		215.977,95	137.421,81	353.399,76
MANACAPURU		658.964,33	206.132,70	865.097,03
MANAQUIRI		53.305,00	109.937,45	163.242,45
MANAUS		2.951.343,89	2.567.574,12	5.518.918,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MANICORÉ		185.975,68	151.163,98	337.139,66
MARAÃ		95.147,16	82.453,09	177.600,25
MAUÉS		342.980,47	164.906,18	507.886,65
NHAMUNDÁ		66.874,26	82.453,09	149.327,35
NOVA OLINDA DO NORTE		118.570,64	0,00	118.570,64
NOVO AIRÃO		67.618,80	82.453,09	150.071,89
NOVO ARIPUANÃ		95.604,02	96.195,28	191.799,30
PARINTINS		815.833,42	219.874,90	1.035.708,32
PAUINI		67.836,02	82.453,09	150.289,11
PRESIDENTE FIGUEIREDO		196.018,78	109.937,45	305.956,23
RIO PRETO DA EVA		131.573,80	109.937,45	241.511,25
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO		67.969,77	96.195,28	164.165,05
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ		208.154,56	96.195,28	304.349,84
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA		28.305,00	137.421,81	165.726,81
SÃO PAULO DE OLIVENÇA		202.414,13	123.679,64	326.093,77

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO AM: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

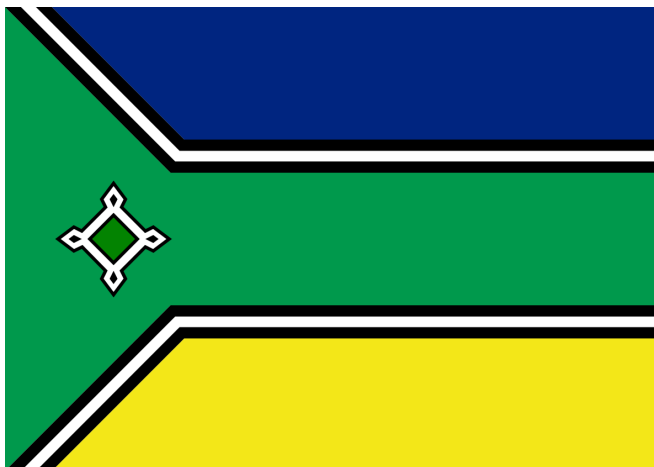
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ		81.027,47	68.710,91	149.738,38
SILVES		66.512,30	41.226,54	107.738,84
TABATINGA		132.002,31	164.906,18	296.908,49
TAPAUÁ		87.494,78	82.453,09	169.947,87
TEFÉ		516.003,48	164.906,18	680.909,66
TONANTINS		161.069,57	82.453,09	243.522,66
UARINI		68.163,96	68.710,91	136.874,87
URUCARÁ		93.357,88	82.453,09	175.810,97
URUCURITUBA		85.329,18	82.453,09	167.782,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**AMAPÁ**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO AP: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	408	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	320	
	Luva para procedimento não cirúrgico	268.800	
	Sapatilha	1.600	
	Máscara 3 camadas	55.000	
	Avental	5.184	
	Touca hospitalar	1.200	
Leitos-Covid	10 leitos no Hospital Alberto Lima (previsão de instalação)		
Testes RT PCT	3.848		
Testes rápidos	1.854 na 1ª distribuição	1.620 na 2ª distribuição	2.820 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

\*/ Entregas realizadas em 24 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO AP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 16,90 milhões		R\$ 16,90 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 1,99 milhão	R\$1,99 milhão
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,68 milhão		
	Portaria nº 480 *	R\$ 2,35 milhões		R\$ 14,70 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 9,21 milhões	R\$ 1,45 milhão	

R\$ 33,61 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO AP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

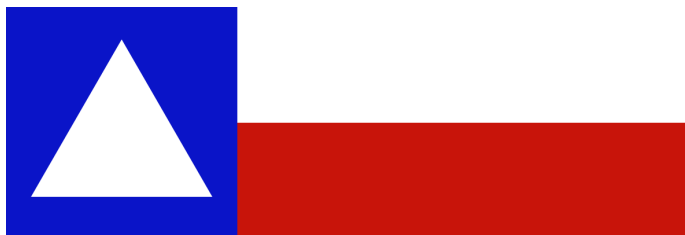
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AMAPÁ		1.418,45	26.595,64	28.014,09
CALÇOENE		1.432,70	35.460,83	36.893,53
CUTIAS		881,04	26.595,64	27.476,68
FERREIRA GOMES		1.040,05	26.595,64	27.635,69
ITAUBAL		802,62	26.595,64	27.398,26
LARANJAL DO JARI		193.701,98	88.652,11	282.354,09
MACAPÁ		781.502,82	1.304.164,62	2.085.667,44
MAZAGÃO		169.848,00	53.191,28	223.039,28
OIAPOQUE		31.969,87	62.056,46	94.026,33
PEDRA BRANCA DO AMAPARI		2.013,16	44.326,08	46.339,24
PORTO GRANDE		71.448,88	53.191,28	124.640,16
PRACUÚBA		721,52	26.595,64	27.317,16
SANTANA		183.444,31	150.708,63	334.152,94
SERRA DO NAVIO		753,67	26.595,64	27.349,31
TARTARUGALZINHO		2.298,65	0,00	2.298,65
VITÓRIA DO JARI		8.646,10	44.326,03	52.972,13

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**BAHIA**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO BA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	3.816	
	Álcool etílico 100ml	6.624	
	Óculos proteção	4.840	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.665.796	
	Sapatilha	5.600	
	Máscara 3 camadas	952.500	
	Avental	79.964	
	Touca hospitalar	20.500	
Leitos-Covid	40 leitos (Instalados) no Instituto Maia Couto		
Testes RT PCT	13.288		
Testes rápidos	31.634 na 1ª distribuição	38.680 na 2ª distribuição	67.840 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 36,70 milhões		R\$ 36,70 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$48,05 milhões	R\$ 48,05 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 31,04 milhões		R\$ 384,44 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 44,05 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 114,04 milhões	R\$ 195,29 milhões	

**R\$ 469,20 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita



## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAÍRA		193.308,03	47.412,71	240.720,74
ABARÉ		59.212,72	94.825,44	154.038,16
ACAJUTIBA		210.960,40	79.021,20	289.981,60
ADUSTINA		172.023,76	94.825,44	266.849,20
ÁGUA FRIA		232.335,42	94.825,44	327.160,86
AIQUARA		74.064,34	47.412,71	121.477,05
ALAGOINHAS		1.242.870,59	488.033,73	1.730.904,32
ALCOBAÇA		377.790,22	94.825,44	472.615,66
ALMADINA		105.004,73	47.412,71	152.417,44
AMARGOSA		243.408,84	142.238,15	385.646,99
AMÉLIA RODRIGUES		360.220,97	110.629,67	470.850,64
AMÉRICA DOURADA		235.276,42	79.021,20	314.297,62
ANAGÉ		179.247,34	94.825,44	274.072,78
ANDARAÍ		204.883,06	79.021,20	283.904,26
ANDORINHA		38.039,58	79.021,20	117.060,78
ANGICAL		196.863,63	79.021,20	275.884,83
ANGUERA		168.428,50	63.216,97	231.645,47
ANTAS		185.373,43	94.825,44	280.198,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANTÔNIO CARDOSO		160.287,45	63.216,97	223.504,42
ANTÔNIO GONÇALVES		151.676,01	63.216,97	214.892,98
APORÁ		46.721,54	94.825,44	141.546,98
APUAREMA		112.631,70	47.412,71	160.044,41
ARAÇAS		175.491,75	63.216,97	238.708,72
ARACATU		207.460,09	79.021,20	286.481,29
ARACI		251.492,90	173.846,63	425.339,53
ARAMARI		38.230,82	63.216,97	101.447,79
ARATACA		176.203,78	63.216,97	239.420,75
ARATUÍPE		159.305,37	47.412,71	206.718,08
AURELINO LEAL		214.147,17	63.216,97	277.364,14
BAIANÓPOLIS		76.639,98	79.021,20	155.661,18
BAIXA GRANDE		28.305,00	94.825,44	123.130,44
BANZAÊ		167.973,93	79.021,20	246.995,13
BARRA		550.827,59	173.846,63	724.674,22
BARRA DA ESTIVA		335.865,76	94.825,44	430.691,20
BARRA DO CHOÇA		250.648,40	126.433,92	377.082,32
BARRA DO MENDES		208.271,46	79.021,20	287.292,66

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA DO ROCHA		122.183,59	47.412,71	169.596,30
BARREIRAS		4.301.680,10	503.837,96	4.805.518,06
BARRO ALTO		213.921,35	79.021,20	292.942,55
BARRO PRETO		102.250,34	47.412,71	149.663,05
BARROCAS		28.305,00	79.021,20	107.326,20
BELMONTE		338.658,57	110.629,67	449.288,24
BELO CAMPO		181.035,96	94.825,44	275.861,40
BIRITINGA		28.305,00	79.021,20	107.326,20
BOA NOVA		223.444,95	79.021,20	302.466,15
BOA VISTA DO TUPIIM		28.305,00	94.825,44	123.130,44
BOM JESUS DA LAPA		1.246.624,17	189.650,87	1.436.275,04
BOM JESUS DA SERRA		51.102,49	63.216,97	114.319,46
BONINAL		177.067,31	79.021,20	256.088,51
BONITO		267.666,75	94.825,44	362.492,19
BOQUIRA		173.024,70	94.825,44	267.850,14
BOTUPORÃ		128.049,79	63.216,97	191.266,76
BREJÕES		204.910,34	79.021,20	283.931,54
BREJOLÂNDIA		102.184,01	63.216,97	165.400,98

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BROTAS DE MACAÚBAS		57.048,75	63.216,97	120.265,72
BRUMADO		890.120,47	189.650,87	1.079.771,34
BUERAREMA		246.672,57	94.825,44	341.498,01
BURITIRAMA		245.831,95	94.825,44	340.657,39
CAATIBA		111.348,33	47.412,71	158.761,04
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU		274.650,98	94.825,44	369.476,42
CACHOEIRA		429.010,84	126.433,92	555.444,76
CACULÉ		197.862,65	110.629,67	308.492,32
CAÉM		167.881,04	47.412,71	215.293,75
CAETANOS		199.110,28	79.021,20	278.131,48
CAETITÉ		742.226,70	173.846,63	916.073,33
CAFARNAUM		246.393,82	94.825,44	341.219,26
CAIRU		28.305,00	94.825,44	123.130,44
CALDEIRÃO GRANDE		140.927,32	79.021,20	219.948,52
CAMACAN		507.477,50	126.433,92	633.911,42
CAMAÇARI		1.461.150,90	503.837,96	1.964.988,86

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMAMU		366.771,09	126.433,92	493.205,01
CAMPO ALEGRE DE LOURDES		419.357,93	110.629,67	529.987,60
CAMPO FORMOSO		187.046,01	205.455,12	392.501,13
CANÁPOLIS		181.046,88	47.412,71	228.459,59
CANARANA		361.452,81	110.629,67	472.082,48
CANAVIEIRAS		228.599,17	126.433,92	355.033,09
CANDEAL		136.327,87	47.412,71	183.740,58
CANDEIAS		424.891,16	221.259,34	646.150,50
CANDIBA		135.693,04	79.021,20	214.714,24
CÂNDIDO SALES		197.287,00	110.629,67	307.916,67
CANSANÇÃO		160.045,65	126.433,92	286.479,57
CANUDOS		110.081,87	94.825,44	204.907,31
CAPELA DO ALTO ALEGRE		81.212,69	63.216,97	144.429,66
CAPIM GROSSO		413.973,77	126.433,92	540.407,69
CARAÍBAS		155.542,17	47.412,71	202.954,88
CARAVELAS		165.663,77	94.825,44	260.489,21

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARDEAL DA SILVA		118.881,02	47.412,71	166.293,73
CARINHANHA		179.470,09	110.629,67	290.099,76
CASA NOVA		660.294,36	205.455,12	865.749,48
CASTRO ALVES		412.959,87	110.629,67	523.589,54
CATOLÂNDIA		47.562,06	47.412,71	94.974,77
CATU		399.789,03	173.846,63	573.635,66
CATURAMA		139.433,77	47.412,71	186.846,48
CENTRAL		200.697,78	94.825,44	295.523,22
CHORROCHÓ		195.943,54	63.216,97	259.160,51
CÍCERO DANTAS		187.626,85	126.433,92	314.060,77
CIPÓ		100.054,58	94.825,44	194.880,02
COARACI		218.330,42	94.825,44	313.155,86
COCOS		310.915,68	94.825,44	405.741,12
CONCEIÇÃO DA FEIRA		87.142,35	94.825,44	181.967,79
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA		166.563,71	94.825,44	261.389,15
CONCEIÇÃO DO COITÉ		58.305,00	189.650,87	247.955,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE		255.602,31	126.433,92	382.036,23
CONDE		291.666,45	110.629,67	402.296,12
CONDEÚBA		124.912,77	94.825,44	219.738,21
CONTENDAS DO SINCORÁ		60.349,37	47.412,71	107.762,08
CORAÇÃO DE MARIA		363.442,65	110.629,67	474.072,32
CORDEIROS		147.303,30	47.412,71	194.716,01
CORIBE		106.229,46	79.021,20	185.250,66
CORONEL JOÃO SÁ		230.332,13	94.825,44	325.157,57
CORRENTINA		144.297,27	126.433,92	270.731,19
COTEGIPE		198.565,14	79.021,20	277.586,34
CRAVOLÂNDIA		80.813,77	47.412,71	128.226,48
CRISÓPOLIS		112.496,96	94.825,44	207.322,40
CRISTÓPOLIS		196.445,88	79.021,20	275.467,08
CRUZ DAS ALMAS		706.371,79	189.650,87	896.022,66
CURAÇA		138.218,57	126.433,92	264.652,49
DÁRIO MEIRA		160.801,35	63.216,97	224.018,32

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DIAS D'ÁVILA		650.239,63	205.455,12	855.694,75
DOM BASÍLIO		273.163,74	63.216,97	336.380,71
DOM MACEDO COSTA		84.324,46	47.412,71	131.737,17
ELÍSIO MEDRADO		132.141,71	47.412,71	179.554,42
ENCRUZILHADA		161.828,15	94.825,44	256.653,59
ENTRE RIOS		137.264,57	142.238,15	279.502,72
ÉRICO CARDOSO		42.340,34	63.216,97	105.557,31
ESPLANADA		410.942,64	142.238,15	553.180,79
EUCLIDES DA CUNHA		513.610,54	189.650,87	703.261,41
EUNÁPOLIS		1.313.824,85	252.867,83	1.566.692,68
FÁTIMA		220.388,10	94.825,44	315.213,54
FEIRA DA MATA		127.049,32	47.412,71	174.462,03
FEIRA DE SANTANA		8.297.871,72	503.837,96	8.801.709,68
FILADÉLFIA		88.348,16	94.825,44	183.173,60
FIRMINO ALVES		80.441,72	47.412,71	127.854,43
FLORESTA AZUL		136.263,45	63.216,97	199.480,42
FORMOSA DO RIO PRETO		292.065,25	110.629,67	402.694,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GANDU		310.743,71	126.433,92	437.177,63
GAVIÃO		82.961,40	47.412,71	130.374,11
GENTIO DO OURO		162.736,03	63.216,97	225.953,00
GLÓRIA		222.113,79	0,00	222.113,79
GONGOGI		143.710,43	47.412,71	191.123,14
GOVERNADOR MANGABEIRA		132.544,78	94.825,44	227.370,22
GUAJERU		159.003,20	47.412,71	206.415,91
GUANAMBI		1.179.514,11	221.259,34	1.400.773,45
GUARATINGA		276.383,84	94.825,44	371.209,28
HELIÓPOLIS		153.115,39	79.021,20	232.136,59
IAÇU		156.354,96	110.629,67	266.984,63
IBIASSUCÊ		120.032,41	63.216,97	183.249,38
IBICARAÍ		157.167,99	94.825,44	251.993,43
IBICOARA		290.166,07	94.825,44	384.991,51
IBICUÍ		59.731,72	79.021,20	138.752,92
IBIPEBA		275.631,67	94.825,44	370.457,11
IBIPITANGA		59.389,93	79.021,20	138.411,13

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBIQUERA		56.677,46	47.412,71	104.090,17
IBIRAPITANGA		280.650,30	110.629,67	391.279,97
IBIRAPUÃ		153.289,28	47.412,71	200.701,99
IBIRATAIA		340.457,35	94.825,44	435.282,79
IBITIARA		190.983,76	79.021,20	270.004,96
IBITITÁ		208.000,54	94.825,44	302.825,98
IBOTIRAMA		414.150,49	110.629,67	524.780,16
ICHU		95.056,79	47.412,71	142.469,50
IGAPORÃ		271.042,72	79.021,20	350.063,92
IGRAPIÚNA		180.250,84	79.021,20	259.272,04
IGUAÍ		307.391,03	110.629,67	418.020,70
ILHÉUS		3.268.956,97	503.837,96	3.772.794,93
INHAMBUPE		190.196,35	142.238,15	332.434,50
IPECAETÁ		228.267,37	79.021,20	307.288,57
IPIAÚ		543.243,80	158.042,40	701.286,20
IPIRÁ		447.907,49	189.650,87	637.558,36
IPIUPIARA		195.080,78	47.412,71	242.493,49
IRAJUBA		124.763,27	47.412,71	172.175,98
IRAMAIA		154.656,02	47.412,71	202.068,73
IRAQUARA		321.620,34	110.629,67	432.250,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IRARÁ		190.631,41	110.629,67	301.261,08
IRECÊ		983.117,03	205.455,12	1.188.572,15
ITABELA		252.774,41	126.433,92	379.208,33
ITABERABA		1.271.688,57	189.650,87	1.461.339,44
ITABUNA		8.909.188,80	503.837,96	9.413.026,76
ITACARÉ		115.761,80	110.629,67	226.391,47
ITAETÉ		221.293,73	79.021,20	300.314,93
ITAGI		186.305,35	63.216,97	249.522,32
ITAGIBÁ		120.495,21	79.021,20	199.516,41
ITAGIMIRIM		121.361,31	47.412,71	168.774,02
ITAGUAÇU DA BAHIA		164.766,71	79.021,20	243.787,91
ITAJU DO COLÔNIA		107.018,34	47.412,71	154.431,05
ITAJUÍPE		282.298,85	94.825,44	377.124,29
ITAMARAJU		861.616,83	189.650,87	1.051.267,70
ITAMARI		112.702,97	47.412,71	160.115,68
ITAMBÉ		375.700,23	110.629,67	486.329,90
ITANAGRA		87.921,60	47.412,71	135.334,31
ITANHÉM		326.481,75	94.825,44	421.307,19

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPARICA		201.389,21	94.825,44	296.214,65
ITAPÉ		181.721,18	47.412,71	229.133,89
ITAPEBI		179.591,77	63.216,97	242.808,74
ITAPETINGA		1.287.390,27	205.455,12	1.492.845,39
ITAPICURU		167.695,56	126.433,92	294.129,48
ITAPITANGA		127.505,29	63.216,97	190.722,26
ITAQUARA		122.875,28	47.412,71	170.287,99
ITARANTIM		183.180,91	94.825,44	278.006,35
ITATIM		99.034,62	79.021,20	178.055,82
ITIRUÇU		171.253,97	63.216,97	234.470,94
ITIÚBA		241.457,32	142.238,15	383.695,47
ITORORÓ		351.083,59	94.825,44	445.909,03
ITUAÇU		89.152,54	94.825,44	183.977,98
ITUBERÁ		143.997,73	110.629,67	254.627,40
IUIÚ		51.830,76	63.216,97	115.047,73
JABORANDI		188.102,89	47.412,71	235.515,60
JACARACI		258.635,00	79.021,20	337.656,20
JACOBINA		1.237.490,75	221.259,34	1.458.750,09

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JAGUAQUARA		324.945,08	173.846,63	498.791,71
JAGUARARI		179.653,40	126.433,92	306.087,32
JAGUARIPE		296.617,63	94.825,44	391.443,07
JANDAÍRA		137.695,78	63.216,97	200.912,75
JEQUIÉ		1.626.742,96	503.837,96	2.130.580,92
JEREMOABO		478.286,18	142.238,15	620.524,33
JIQUEIRIÇÁ		237.341,91	79.021,20	316.363,11
JITAÚNA		222.032,54	63.216,97	285.249,51
JOÃO DOURADO		233.091,98	110.629,67	343.721,65
JUAZEIRO		4.912.429,64	503.837,96	5.416.267,60
JUCURUÇU		143.617,68	47.412,71	191.030,39
JUSSARA		219.111,85	79.021,20	298.133,05
JUSSARI		107.715,30	47.412,71	155.128,01
JUSSIAPE		197.465,36	47.412,71	244.878,07
LAFAIETE COUTINHO		86.595,02	47.412,71	134.007,73
LAGOA REAL		231.991,31	79.021,20	311.012,51
LAJE		224.646,64	110.629,67	335.276,31
LAJEDÃO		100.415,13	47.412,71	147.827,84

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAJEDINHO		44.102,77	47.412,71	91.515,48
LAJEDO DO TABOCAL		115.166,02	47.412,71	162.578,73
LAMARÃO		127.219,89	47.412,71	174.632,60
LAPÃO		398.248,07	110.629,67	508.877,74
LAURO DE FREITAS		974.096,74	503.837,96	1.477.934,70
LENÇÓIS		63.360,65	63.216,97	126.577,62
LICÍNIO DE ALMEIDA		191.862,71	63.216,97	255.079,68
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA		488.269,34	158.042,40	646.311,74
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES		692.429,17	221.259,30	913.688,47
MACAJUBA		158.084,17	63.216,97	221.301,14
MACARANI		249.622,65	94.825,44	344.448,09
MACAÚBAS		721.725,18	173.846,63	895.571,81
MACURURÉ		151.317,92	47.412,71	198.730,63
MADRE DE DEUS		258.941,45	94.825,44	353.766,89
MAETINGA		69.000,51	47.412,71	116.413,22
MAIQUINIQUE		83.481,26	63.216,97	146.698,23

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAIRI		397.701,92	94.825,44	492.527,36
MALHADA		199.058,72	94.825,44	293.884,16
MALHADA DE PEDRAS		126.365,81	47.412,71	173.778,52
MANOEL VITORINO		203.420,61	79.021,20	282.441,81
MANSIDÃO		177.650,44	79.021,20	256.671,64
MARACÁS		261.348,12	94.825,44	356.173,56
MARAGOGIPE		256.210,47	158.042,40	414.252,87
MARAÚ		270.850,37	94.825,44	365.675,81
MARCIONÍLIO SOUZA		143.894,64	63.216,97	207.111,61
MASCOTE		174.044,64	79.021,20	253.065,84
MATA DE SÃO JOÃO		269.786,35	158.042,40	427.828,75
MATINA		198.224,96	63.216,97	261.441,93
MEDEIROS NETO		239.390,08	94.825,44	334.215,52
MIGUEL CALMON		403.833,90	110.629,67	514.463,57
MILAGRES		146.308,16	63.216,97	209.525,13
MIRANGABA		55.076,21	94.825,44	149.901,65
MIRANTE		23.705,60	47.412,71	71.118,31
MONTE SANTO		282.615,19	173.846,63	456.461,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MORPARÁ		148.699,13	47.412,71	196.111,84
MORRO DO CHAPÉU		433.921,92	126.433,92	560.355,84
MORTUGABA		170.268,62	63.216,97	233.485,59
MUCUGÊ		213.606,70	47.412,71	261.019,41
MUCURI		258.292,49	142.238,15	400.530,64
MULUNGU DO MORRO		159.899,29	63.216,97	223.116,26
MUNDO NOVO		84.900,90	110.629,67	195.530,57
MUNIZ FERREIRA		102.924,42	47.412,71	150.337,13
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO		171.083,09	63.216,97	234.300,06
MURITIBA		246.718,95	126.433,92	373.152,87
MUTUÍPE		41.430,00	94.825,44	136.255,44
NAZARÉ		361.425,86	110.629,67	472.055,53
NILO PEÇANHA		176.802,62	79.021,20	255.823,82
NORDESTINA		63.863,35	79.021,20	142.884,55
NOVA CANAÃ		213.930,52	94.825,44	308.755,96
NOVA FÁTIMA		104.280,69	47.412,71	151.693,40

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA IBIÁ		130.683,57	47.412,71	178.096,28
NOVA ITARANA		130.079,73	47.412,71	177.492,44
NOVA REDENÇÃO		111.502,28	47.412,71	158.914,99
NOVA SOURE		360.022,95	110.629,67	470.652,62
NOVA VIÇOSA		249.938,73	142.238,15	392.176,88
NOVO HORIZONTE		187.334,37	63.216,97	250.551,34
NOVO TRIUNFO		174.369,40	79.021,20	253.390,60
OLINDINA		317.853,91	110.629,67	428.483,58
OLIVEIRA DOS BREJINHOS		333.081,45	94.825,44	427.906,89
OURIÇANGAS		113.803,09	47.412,71	161.215,80
OUROLÂNDIA		221.775,11	94.825,44	316.600,55
PALMAS DE MONTE ALTO		201.997,71	94.825,44	296.823,15
PALMEIRAS		153.515,94	47.412,71	200.928,65
PARAMIRIM		572.481,80	94.825,44	667.307,24
PARATINGA		389.153,33	126.433,92	515.587,25
PARIPIRANGA		344.539,93	110.629,67	455.169,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAU BRASIL		142.354,38	63.216,97	205.571,35
PAULO AFONSO		1.472.251,57	268.672,07	1.740.923,64
PÉ DE SERRA		267.037,25	79.021,20	346.058,45
PEDRÃO		121.410,07	47.412,71	168.822,78
PEDRO ALEXANDRE		206.601,89	94.825,44	301.427,33
PIATÃ		251.542,10	94.825,44	346.367,54
PILÃO ARCADO		297.417,30	126.433,92	423.851,22
PINDAÍ		214.826,48	79.021,20	293.847,68
PINDOBAÇU		159.708,99	94.825,44	254.534,43
PINTADAS		154.761,44	63.216,97	217.978,41
PIRAÍ DO NORTE		111.186,17	63.216,97	174.403,14
PIRIPÁ		209.588,21	63.216,97	272.805,18
PIRITIBA		142.222,02	110.629,67	252.851,69
PLANALTINO		143.195,23	47.412,71	190.607,94
PLANALTO		101.079,48	110.629,67	211.709,15
POÇÕES		821.766,66	158.042,40	979.809,06
POJUCA		278.154,17	142.238,15	420.392,32
PONTO NOVO		94.793,76	79.021,20	173.814,96

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO SEGURO		1.488.787,86	488.033,73	1.976.821,59
POTIRAGUÁ		129.119,56	47.412,71	176.532,27
PRADO		381.904,82	110.629,67	492.534,49
PRESIDENTE DUTRA		272.783,37	79.021,20	351.804,57
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS		65.775,42	63.216,97	128.992,39
PRESIDENTE TANCREDO NEVES		347.944,69	110.629,67	458.574,36
QUEIMADAS		142.672,47	110.629,67	253.302,14
QUIJINGUE		124.910,58	110.629,67	235.540,25
QUIXABEIRA		124.849,83	47.412,71	172.262,54
RAFAEL JAMBEIRO		353.389,50	94.825,44	448.214,94
REMANSO		370.720,71	142.238,15	512.958,86
RETIROLÂNDIA		53.969,85	79.021,20	132.991,05
RIACHÃO DAS NEVES		322.438,05	94.825,44	417.263,49
RIACHÃO DO JACUÍPE		434.509,95	126.433,92	560.943,87
RIACHO DE SANTANA		441.990,11	126.433,92	568.424,03
RIBEIRA DO AMPARO		209.707,45	79.021,20	288.728,65

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIBEIRA DO POMBAL		549.589,66	173.846,63	723.436,29
RIBEIRÃO DO LARGO		167.956,14	47.412,71	215.368,85
RIO DE CONTAS		247.938,60	79.021,20	326.959,80
RIO DO ANTÔNIO		225.019,18	79.021,20	304.040,38
RIO DO PIRES		188.689,39	63.216,97	251.906,36
RIO REAL		318.826,65	142.238,15	461.064,80
RODELAS		111.500,09	0,00	111.500,09
RUY BARBOSA		427.234,30	126.433,92	553.668,22
SALINAS DA MARGARIDA		178.212,59	79.021,20	257.233,79
SALVADOR		48.050.127,75	3.667.963,02	51.718.090,77
SANTA BÁRBARA		87.230,10	94.825,44	182.055,54
SANTA BRÍGIDA		36.177,43	79.021,20	115.198,63
SANTA CRUZ CABRÁLIA		184.424,84	110.629,67	295.054,51
SANTA CRUZ DA VITÓRIA		86.358,21	47.412,71	133.770,92
SANTA INÊS		172.527,12	63.216,97	235.744,09
SANTA LUZIA		163.992,72	63.216,97	227.209,69

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA DA VITÓRIA		666.370,20	142.238,15	808.608,35
SANTA RITA DE CÁSSIA		474.170,68	110.629,67	584.800,35
SANTA TERESINHA		67.070,60	63.216,97	130.287,57
SANTALUZ		526.437,64	142.238,15	668.675,79
SANTANA		153.430,17	110.629,67	264.059,84
SANTANÓPOLIS		124.771,15	47.412,71	172.183,86
SANTO AMARO		501.672,18	189.650,87	691.323,05
SANTO ANTÔNIO DE JESUS		597.880,75	252.867,83	850.748,58
SANTO ESTÊVÃO		219.231,76	173.846,63	393.078,39
SÃO DESIDÉRIO		167.536,91	126.433,92	293.970,83
SÃO DOMINGOS		84.347,93	47.412,71	131.760,64
SÃO FELIPE		197.857,97	94.825,44	292.683,41
SÃO FÉLIX		1.040.444,54	79.021,20	1.119.465,74
SÃO FÉLIX DO CORIBE		102.499,32	79.021,20	181.520,52
SÃO FRANCISCO DO CONDE		202.418,01	142.238,15	344.656,16

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO GABRIEL		284.484,15	94.825,44	379.309,59
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS		430.810,30	142.238,15	573.048,45
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA		77.640,03	47.412,71	125.052,74
SÃO JOSÉ DO JACUÍPE		138.538,78	63.216,97	201.755,75
SÃO MIGUEL DAS MATAS		138.492,60	63.216,97	201.709,57
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ		336.372,58	158.042,40	494.414,98
SAPEAÇU		180.988,34	94.825,44	275.813,78
SÁTIRO DIAS		95.359,22	94.825,44	190.184,66
SAUBARA		136.344,82	63.216,97	199.561,79
SAÚDE		195.479,39	63.216,97	258.696,36
SEABRA		444.877,00	158.042,40	602.919,40
SEBASTIÃO LARANJEIRAS		51.007,35	63.216,97	114.224,32
SENHOR DO BONFIM		968.885,30	205.455,12	1.174.340,42
SENTO SÉ		180.066,27	142.238,15	322.304,42

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRA DO RAMALHO		170.647,81	126.433,92	297.081,73
SERRA DOURADA		318.085,43	94.825,44	412.910,87
SERRA PRETA		199.656,88	79.021,20	278.678,08
SERRINHA		839.289,32	221.259,34	1.060.548,66
SERROLÂNDIA		221.364,05	79.021,20	300.385,25
SIMÕES FILHO		841.677,16	284.476,32	1.126.153,48
SÍTIO DO MATO		167.611,51	63.216,97	230.828,48
SÍTIO DO QUINTO		148.982,13	63.216,97	212.199,10
SOBRADINHO		118.110,29	94.825,44	212.935,73
SOUTO SOARES		250.317,15	94.825,44	345.142,59
TABOCAS DO BREJO VELHO		229.357,70	63.216,97	292.574,67
TANHAÇU		366.641,57	94.825,44	461.467,01
TANQUE NOVO		118.360,22	94.825,44	213.185,66
TANQUINHO		113.489,46	47.412,71	160.902,17
TAPEROÁ		214.462,68	94.825,44	309.288,12
TAPIRAMUTÁ		237.752,96	94.825,44	332.578,40
TEIXEIRA DE FREITAS		4.554.643,81	503.837,96	5.058.481,77

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TEODORO SAMPAIO		138.295,99	47.412,71	185.708,70
TEOFILÂNDIA		336.026,57	94.825,44	430.852,01
TEOFILÂNDIA		28.305,00	94.825,44	123.130,44
TERRA NOVA		158.862,04	63.216,97	222.079,01
TREMEDAL		123.363,55	94.825,44	218.188,99
TUCANO		217.935,64	173.846,63	391.782,27
UAUÁ		131.653,13	110.629,67	242.282,80
UBAÍRA		224.589,71	94.825,44	319.415,15
UBAITABA		248.185,30	94.825,44	343.010,74
UBATÃ		261.745,01	110.629,67	372.374,68
UIBAÍ		211.108,22	79.021,20	290.129,42
UMBURANAS		187.067,42	94.825,44	281.892,86
UNA		415.818,83	94.825,44	510.644,27
URANDI		87.020,50	94.825,44	181.845,94
URUÇUCA		242.663,52	94.825,44	337.488,96
UTINGA		219.666,50	94.825,44	314.491,94
VALENÇA		779.301,54	237.063,60	1.016.365,14
VALENTE		184.989,60	110.629,67	295.619,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO BA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA DA ROÇA		56.377,45	79.021,20	135.398,65
VÁRZEA DO POÇO		97.382,01	47.412,71	144.794,72
VÁRZEA NOVA		192.455,45	63.216,97	255.672,42
VARZEDO		145.056,34	47.412,71	192.469,05
VERA CRUZ		469.936,00	158.042,40	627.978,40
VEREDA		105.152,69	47.412,71	152.565,40
VITÓRIA DA CONQUISTA		7.024.542,95	503.837,96	7.528.380,91
WAGNER		105.940,88	47.412,71	153.353,59
WANDERLEY		198.132,24	63.216,97	261.349,21
WENCESLAU GUIMARÃES		139.195,01	94.825,44	234.020,45
XIQUE-XIQUE		462.282,42	158.042,40	620.324,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**CEARÁ**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO CE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	2.604	
	Álcool etílico 100ml	4.128	
	Óculos proteção	3.000	
	Luva para procedimento não cirúrgico	957.696	
	Sapatilha	4.000	
	Máscara 3 camadas	592.500	
	Avental	47.424	
	Touca hospitalar	12.600	
Leitos-Covid	20 leitos (previsão de instalação) no Hospital Dr. Carlos Gomes		
Testes RT PCT	13.928		
Testes rápidos	18.057 na 1ª distribuição	23.656 na 2ª distribuição	41.420 na 3ª distribuição
Respiradores	45		

\*/ Entregas realizadas em 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 27,54 milhões		R\$ 27,54 milhões
	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 25,72 milhões	R\$ 25,72 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 18,35 milhões		R\$ 210,64 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 25,99 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 39,63 milhões	R\$ 126,65 milhões	

**R\$ 263,91 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAIARA		18.480,65	64.088,51	82.569,16
ACARAPE		12.533,75	80.110,60	92.644,35
ACARAÚ		456.371,17	192.265,49	648.636,66
ACOPIARA		276.563,33	176.243,35	452.806,68
AIUABA		43.434,08	96.132,73	139.566,81
ALCÂNTARAS		7.392,42	64.088,51	71.480,93
ALTANEIRA		8.751,75	48.066,36	56.818,11
ALTO SANTO		53.570,75	96.132,73	149.703,48
AMONTADA		167.166,08	144.199,11	311.365,19
ANTONINA DO NORTE		10.798,08	48.066,36	58.864,44
APUIARÉS		35.639,33	80.110,60	115.749,93
AQUIRAZ		264.810,67	208.287,58	473.098,25
ARACATI		798.937,72	208.287,58	1.007.225,30
ARACOIABA		443.217,92	112.154,84	555.372,76
ARARENDÁ		27.098,50	64.088,51	91.187,01
ARARIPE		99.893,67	96.132,73	196.026,40
ARATUBA		29.076,42	64.088,51	93.164,93
ARNEIROZ		24.785,83	48.066,36	72.852,19

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASSARÉ		88.468,67	96.132,73	184.601,40
AURORA		184.116,36	112.154,84	296.271,20
BAIXIO		27.175,75	48.066,36	75.242,11
BANABUIÚ		36.282,33	96.132,73	132.415,06
BARBALHA		5.842.991,13	176.243,35	6.019.234,48
BARREIRA		45.134,75	96.132,73	141.267,48
BARRO		52.126,58	96.132,73	148.259,31
BARROQUINHA		36.870,50	80.110,60	116.981,10
BATURITÉ		436.656,07	128.176,98	564.833,05
BEBERIBE		177.073,42	176.243,35	353.316,77
BELA CRUZ		106.620,00	128.176,98	234.796,98
BOA VIAGEM		207.120,58	176.243,35	383.363,93
BREJO SANTO		1.298.274,30	160.221,21	1.458.495,51
CAMOCIM		672.413,28	192.265,49	864.678,77
CAMPOS SALES		78.008,92	112.154,84	190.163,76
CANINDÉ		1.066.576,40	208.287,58	1.274.863,98
CAPISTRANO		73.846,67	96.132,73	169.979,40
CARIDADE		51.445,00	96.132,73	147.577,73

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARIRÉ		83.733,25	96.132,73	179.865,98
CARIRIAÇU		107.948,08	112.154,84	220.102,92
CARIÚS		65.219,25	96.132,73	161.351,98
CARNAUBAL		80.413,92	96.132,73	176.546,65
CASCAVEL		625.312,76	208.287,58	833.600,34
CATARINA		87.006,67	96.132,73	183.139,40
CATUNDA		30.803,25	64.088,51	94.891,76
CAUCAIA		1.955.028,75	529.057,06	2.484.085,81
CEDRO		182.474,00	112.154,84	294.628,84
CHAVAL		48.601,08	64.088,51	112.689,59
CHORÓ		34.306,75	64.088,51	98.395,26
CHOROZINHO		55.553,92	96.132,73	151.686,65
COREAÚ		81.859,59	96.132,73	177.992,32
CRATEÚS		1.410.135,56	208.287,58	1.618.423,14
CRATO		3.058.416,30	288.398,19	3.346.814,49
CROATÁ		43.226,12	96.132,73	139.358,85
CRUZ		140.357,98	112.154,84	252.512,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO		30.968,92	48.066,36	79.035,28
ERERÊ		16.116,00	48.066,36	64.182,36
EUSÉBIO		639.214,83	176.243,35	815.458,18
FARIAS BRITO		84.594,42	96.132,73	180.727,15
FORQUILHA		53.506,33	112.154,84	165.661,17
FORTALEZA		62.672.027,69	4.075.514,48	66.747.542,17
FORTIM		40.504,33	80.110,60	120.614,93
FRECHEIRINHA		33.537,58	80.110,60	113.648,18
GENERAL SAMPAIO		13.942,08	48.066,36	62.008,44
GRAÇA		34.237,75	80.110,60	114.348,35
GRANJA		387.439,58	176.243,35	563.682,93
GRANJEIRO		14.221,83	48.066,36	62.288,19
GROAÍRAS		17.057,75	64.088,51	81.146,26
GUAIÚBA		104.120,25	112.154,84	216.275,09
GUARACIABA DO NORTE		130.974,08	144.199,11	275.173,19
GUARAMIRANGA		12.364,92	48.066,36	60.431,28

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
HIDROLÂNDIA		41.758,75	96.132,73	137.891,48
HORIZONTE		686.404,22	192.265,49	878.669,71
IBARETAMA		40.414,08	64.088,51	104.502,59
IBIAPINA		97.587,92	112.154,84	209.742,76
IBICUITINGA		23.257,33	64.088,51	87.345,84
ICAPUÍ		73.586,33	96.132,73	169.719,06
ICÓ		489.937,88	192.265,49	682.203,37
IGUATU		1.335.471,95	256.353,95	1.591.825,90
INDEPENDÊNCIA		90.272,83	112.154,84	202.427,67
IPAPORANGA		32.092,17	64.088,51	96.180,68
IPAUMIRIM		30.309,42	64.088,51	94.397,93
IPU		462.698,77	144.199,11	606.897,88
IPUEIRAS		156.135,17	144.199,11	300.334,28
IRACEMA		60.675,95	80.110,60	140.786,55
IRAUÇUBA		82.615,17	112.154,84	194.770,01
ITAIÇABA		18.030,92	48.066,36	66.097,28
ITAITINGA		123.374,92	144.199,11	267.574,03
ITAPAGÉ		247.819,00	176.243,35	424.062,35

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPIPOCA		1.812.196,23	48.716,87	1.860.913,10
ITAPIÚNA		81.269,58	96.132,73	177.402,31
ITAREMA		227.174,67	144.199,11	371.373,78
ITATIRA		23.720,92	96.132,73	119.853,65
JAGUARETAMA		85.823,42	96.132,73	181.956,15
JAGUARIBARA		22.304,98	64.088,51	86.393,49
JAGUARIBE		384.735,00	128.176,98	512.911,98
JAGUARUANA		98.751,00	128.176,98	226.927,98
JARDIM		134.038,50	112.154,84	246.193,34
JATI		38.639,00	48.066,36	86.705,36
JIJOCA DE JERICOACOARA		211.012,83	96.132,61	307.145,44
JUAZEIRO DO NORTE		2.501.570,89	529.057,06	3.030.627,95
JUCÁS		131.825,50	112.154,84	243.980,34
LAVRAS DA MANGABEIRA		224.781,08	128.176,98	352.958,06
LIMOEIRO DO NORTE		602.216,39	176.243,35	778.459,74
MADALENA		42.011,08	96.132,73	138.143,81

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARACANAÚ		5.250.973,26	529.057,06	5.780.030,32
MARANGUAPE		896.167,16	272.376,08	1.168.543,24
MARCO		116.428,67	112.154,84	228.583,51
MARTINÓPOLE		21.321,75	64.088,51	85.410,26
MASSAPÊ		67.353,33	144.199,11	211.552,44
MAURITI		272.411,00	160.221,21	432.632,21
MERUOCA		32.415,75	80.110,60	112.526,35
MILAGRES		102.216,42	112.154,84	214.371,26
MILHÃ		38.881,58	64.088,51	102.970,09
MIRAÍMA		20.368,92	80.110,60	100.479,52
MISSÃO VELHA		111.629,92	128.176,98	239.806,90
MOMBAÇA		146.319,38	144.199,11	290.518,49
MONSENHOR TABOSA		79.369,33	96.132,73	175.502,06
MORADA NOVA		335.377,42	192.265,49	527.642,91
MORAÚJO		20.344,50	48.066,36	68.410,86
MORRINHOS		50.100,58	96.132,73	146.233,31
MUCAMBO		85.696,75	80.110,60	165.807,35
MULUNGU		52.668,92	64.088,51	116.757,43

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA OLINDA		29.254,50	80.110,60	109.365,10
NOVA RUSSAS		177.749,91	128.176,98	305.926,89
NOVO ORIENTE		88.980,92	112.154,84	201.135,76
OCARA		143.031,92	112.154,84	255.186,76
ORÓS		118.525,33	96.132,73	214.658,06
PACAJUS		239.250,20	0,00	239.250,20
PACATUBA		235.346,92	224.309,71	459.656,63
PACOTI		60.786,00	64.088,51	124.874,51
PACUJÁ		2.902,00	48.066,36	50.968,36
PALHANO		19.416,25	48.066,36	67.482,61
PALMÁCIA		26.631,92	64.088,51	90.720,43
PARACURU		198.380,55	128.176,98	326.557,53
PARAIPABA		185.220,67	128.176,98	313.397,65
PARAMBU		238.082,17	128.176,98	366.259,15
PARAMOTI		28.377,67	64.088,51	92.466,18
PEDRA BRANCA		201.765,08	144.199,11	345.964,19
PENAFORTE		20.260,33	48.066,36	68.326,69
PENTECOSTE		541.445,44	0,00	541.445,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEREIRO		55.556,75	80.110,60	135.667,35
PINDORETAMA		48.447,08	96.132,73	144.579,81
PIQUET CARNEIRO		76.319,64	80.110,60	156.430,24
PIRES FERREIRA		8.255,08	64.088,51	72.343,59
PORANGA		44.470,75	64.088,51	108.559,26
PORTEIRAS		40.901,00	80.110,60	121.011,60
POTENGI		22.270,00	64.088,51	86.358,51
POTIRETAMA		14.919,75	48.066,36	62.986,11
QUITERIANÓPOLIS		44.992,00	96.132,73	141.124,73
QUIXADÁ		1.592.015,71	224.309,71	1.816.325,42
QUIXELÔ		74.074,92	80.110,60	154.185,52
QUIXERAMOBIM		622.497,50	208.287,58	830.785,08
QUIXERÉ		87.038,00	96.132,73	183.170,73
REDENÇÃO		326.852,00	112.154,84	439.006,84
RERIUTABA		46.898,83	96.132,73	143.031,56
RUSSAS		887.870,61	208.287,58	1.096.158,19
SABOEIRO		49.294,50	80.110,60	129.405,10
SALITRE		47.891,67	80.110,60	128.002,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA QUITÉRIA		201.737,33	144.199,11	345.936,44
SANTANA DO ACARAÚ		155.506,25	128.176,98	283.683,23
SANTANA DO CARIRI		26.667,58	96.132,73	122.800,31
SÃO BENEDITO		423.995,24	160.221,21	584.216,45
SÃO GONÇALO DO AMARANTE		512.017,50	160.221,21	672.238,71
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE		12.927,92	48.066,36	60.994,28
SÃO LUÍS DO CURU		39.269,00	64.088,51	103.357,51
SENADOR POMPEU		222.490,33	112.154,84	334.645,17
SENADOR SÁ		624,25	48.066,36	48.690,61
SOBRAL		10.639.462,93	529.057,06	11.168.519,99
OLONÓPOLE		83.332,67	96.132,73	179.465,40
TABULEIRO DO NORTE		195.102,05	128.176,98	323.279,03
TAMBORIL		205.761,25	112.154,84	317.916,09
TARRAFAS		20.291,25	48.066,36	68.357,61
TAUÁ		800.355,00	176.243,35	976.598,35
TEJUÇUOCA		43.312,58	96.132,73	139.445,31

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO CE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TIANGUÁ		1.133.406,37	208.287,58	1.341.693,95
TRAIRI		205.888,25	176.243,35	382.131,60
TURURU		35.539,25	80.110,60	115.649,85
UBAJARA		153.513,17	128.176,98	281.690,15
UMARI		26.815,58	48.066,36	74.881,94
UMIRIM		37.024,67	96.132,73	133.157,40
URUBURETAMA		77.610,08	96.132,73	173.742,81
URUOCA		25.630,50	80.110,60	105.741,10
VARJOTA		69.512,58	96.132,73	165.645,31
VÁRZEA ALEGRE		318.915,83	144.199,11	463.114,94
VIÇOSA DO CEARÁ		292.760,63	176.243,35	469.003,98

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**DISTRITO FEDERAL**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020



## ESTADO DF: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.572	
	Álcool etílico 100ml	6.720	
	Óculos proteção	1.100	
	Luva para procedimento não cirúrgico	458.900	
	Sapatilha	1.300	
	Máscara 3 camadas	236.000	
	Avental	24.425	
	Touca hospitalar	4.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no HRAN		
Testes RT PCT	17.956		
Testes rápidos	7.492 na 1ª distribuição	7.080 na 2ª distribuição	12.420 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 23 e 24/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO DF: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 3,14 milhões		R\$ 3,14 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 815 mil	R\$ 815 mil
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,44 milhões		R\$ 57,12 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 41,66 milhões		

R\$ 61,08 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**ESPÍRITO SANTO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO ES: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.308	
	Álcool etílico 100ml	1.728	
	Óculos proteção	1.340	
	Luva para procedimento não cirúrgico	450.048	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	252.500	
	Avental	22.135	
	Touca hospitalar	5.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neto		
Testes RT PCT	18.240		
Testes rápidos	9.010 na 1ª distribuição	10.660 na 2ª distribuição	18.700 na 3ª distribuição
Respiradores	10		

\*/ Entregas realizadas em 24, 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 15,40 milhões		R\$ 15,40 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 9,54 milhões	R\$ 9,54 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,27 milhões		R\$ 89,02 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,67 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 45,57 milhões	R\$ 23,49 milhões	

R\$ 113,97 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AFONSO CLÁUDIO		329.966,13	117.365,45	447.331,58
ÁGUA DOCE DO NORTE		38.818,44	58.682,72	97.501,16
ÁGUIA BRANCA		33.260,15	44.012,03	77.272,18
ALEGRE		231.146,80	117.365,45	348.512,25
ALFREDO CHAVES		43.771,45	73.353,42	117.124,87
ALTO RIO NOVO		22.951,86	44.012,03	66.963,89
ANCHIETA		230.957,98	102.694,77	333.652,75
APIACÁ		26.094,03	44.012,03	70.106,06
ARACRUZ		964.533,95	220.060,23	1.184.594,18
ATILIO VIVACQUA		39.044,13	58.682,72	97.726,85
BAIXO GUANDU		54.376,81	117.365,45	171.742,26
BARRA DE SÃO FRANCISCO		240.556,61	146.706,83	387.263,44
BOA ESPERANÇA		57.419,09	73.353,42	130.772,51
BOM JESUS DO NORTE		28.834,22	58.682,72	87.516,94
BREJETUBA		56.874,45	58.682,72	115.557,17

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		376.714,44	418.582,43	795.296,87
CARIACICA		1.047.659,95	418.582,43	1.466.242,38
CASTELO		281.627,17	132.036,13	413.663,30
COLATINA		4.160.031,56	249.401,58	4.409.433,14
CONCEIÇÃO DA BARRA		89.607,15	117.365,45	206.972,60
CONCEIÇÃO DO CASTELO		56.394,00	58.682,72	115.076,72
DIVINO DE SÃO LOURENÇO		13.742,29	44.012,03	57.754,32
DOMINGOS MARTINS		729.173,97	117.365,45	846.539,42
DORES DO RIO PRETO		22.589,73	44.012,03	66.601,76
ECOPORANGA		107.738,35	102.694,77	210.433,12
FUNDÃO		34.321,97	88.024,10	122.346,07
GOVERNADOR LINDENBERG		32.995,30	58.683,01	91.678,31
GUAÇUÍ		184.947,13	117.365,45	302.312,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARAPARI		341.781,60	249.401,58	591.183,18
IBATIBA		107.009,98	102.694,77	209.704,75
IBIRAÇU		35.942,47	58.682,72	94.625,19
IBITIRAMA		48.444,91	44.012,03	92.456,94
ICONHA		70.048,81	73.353,42	143.402,23
IRUPI		36.490,65	58.682,72	95.173,37
ITAGUAÇU		52.298,10	73.353,42	125.651,52
ITAPEMIRIM		141.308,84	117.365,45	258.674,29
ITARANA		47.940,98	58.682,72	106.623,70
IÚNA		44.804,08	102.694,77	147.498,85
JAGUARÉ		101.628,49	102.694,77	204.323,26
JERÔNIMO MONTEIRO		32.644,71	58.682,72	91.327,43
JOÃO NEIVA		138.022,13	88.024,10	226.046,23
LARANJA DA TERRA		30.018,69	58.682,72	88.701,41
LINHARES		2.673.143,72	418.582,43	3.091.726,15
MANTENÓPOLIS		49.957,21	73.353,42	123.310,63
MARATAÍZES		122.610,74	132.036,13	254.646,87
MARECHAL FLORIANO		58.657,10	73.353,42	132.010,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARILÂNDIA		40.222,15	58.682,72	98.904,87
MIMOSO DO SUL		200.489,89	102.694,77	303.184,66
MONTANHA		97.525,57	88.024,10	185.549,67
MUCURICI		55.111,95	44.012,03	99.123,98
MUNIZ FREIRE		79.528,53	88.024,10	167.552,63
MUQUI		49.749,99	73.353,42	123.103,41
NOVA VENÉCIA		805.955,33	161.377,51	967.332,84
PANCAS		88.691,21	88.024,10	176.715,31
PEDRO CANÁRIO		140.007,36	102.694,77	242.702,13
PINHEIROS		108.092,61	102.694,77	210.787,38
PIÚMA		64.992,01	88.024,10	153.016,11
PONTO BELO		33.089,91	44.012,03	77.101,94
PRESIDENTE KENNEDY		53.172,03	58.682,72	111.854,75
RIO BANANAL		63.473,84	88.024,10	151.497,94
RIO NOVO DO SUL		31.647,32	58.682,72	90.330,04
SANTA LEOPOLDINA		19.021,05	58.682,72	77.703,77
SANTA MARIA DE JETIBÁ		325.819,57	132.036,13	457.855,70

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO ES: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA TERESA		697.179,83	102.694,77	799.874,60
SÃO DOMINGOS DO NORTE		49.793,52	44.012,03	93.805,55
SÃO GABRIEL DA PALHA		136.246,72	132.036,13	268.282,85
SÃO JOSÉ DO CALÇADO		102.342,68	58.682,72	161.025,40
SÃO MATEUS		330.930,33	43.226,70	374.157,03
SÃO ROQUE DO CANAÃ		38.517,81	58.682,72	97.200,53
SERRA		2.487.980,05	418.582,43	2.906.562,48
SOORETAMA		42.532,12	102.694,77	145.226,89
VARGEM ALTA		131.998,01	88.024,10	220.022,11
VENDA NOVA DO IMIGRANTE		316.064,26	102.694,77	418.759,03
VIANA		255.849,67	190.718,87	446.568,54
VILA PAVÃO		16.323,21	44.012,03	60.335,24
VILA VALÉRIO		50.616,62	73.353,42	123.970,04
VILA VELHA		1.067.621,27	418.582,43	1.486.203,70
VITÓRIA		1.850.256,84	978.123,46	2.828.380,30

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**GOIÁS**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO GO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.932	
	Álcool etílico 100ml	3.072	
	Óculos proteção	2.180	
	Luva para procedimento não cirúrgico	722.596	
	Sapatilha	3.400	
	Máscara 3 camadas	452.500	
	Avental	36.128	
	Touca hospitalar	9.700	
Leitos-Covid	20 leitos (em processamento) no Hospital de Campanha		
Testes RT PCT	12.208		
Testes rápidos	13.717 na 1ª distribuição	16.880 na 2ª distribuição	29.620 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24 e 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 12,46 milhões		R\$ 12,46 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 19,67 milhões	R\$ 19,67 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14.03 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 19,76 milhões		R\$ 152,82 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 13,07 milhões	R\$ 105,95 milhões	

R\$ 184,97  
milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABADIA DE GOIÁS		16.618,45	43.679,06	60.297,51
ABADIÂNIA		63.315,48	87.358,13	150.673,61
ACREÚNA		73.512,27	87.358,13	160.870,40
ADELÂNDIA		2.864,34	43.679,06	46.543,40
ÁGUA FRIA DE GOIÁS		14.203,82	43.679,06	57.882,88
ÁGUA LIMPA		2.352,42	43.679,06	46.031,48
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS		702.700,73	416.362,59	1.119.063,32
ALEXÂNIA		165.135,88	101.917,84	267.053,72
ALOÂNDIA		5.591,06	43.679,06	49.270,12
ALTO HORIZONTE		3.431,58	43.679,06	47.110,64
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS		36.512,85	43.679,06	80.191,91
ALVORADA DO NORTE		54.307,94	43.679,06	97.987,00
AMARALINA		5.274,49	43.679,06	48.953,55
AMERICANO DO BRASIL		17.285,70	43.679,06	60.964,76
AMORINÓPOLIS		11.408,79	43.679,06	55.087,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANÁPOLIS		9.419.292,77	416.362,59	9.835.655,36
ANHANGUERA		25.227,90	43.679,06	68.906,96
ANICUNS		141.237,01	87.358,13	228.595,14
APARECIDA DE GOIÂNIA		15.302.963,87	416.362,59	15.719.326,46
APARECIDA DO RIO DOCE		3.772,54	43.679,06	47.451,60
APORÉ		15.182,98	43.679,06	58.862,04
ARAÇU		11.939,77	43.679,06	55.618,83
ARAGARÇAS		138.858,82	87.358,13	226.216,95
ARAGOIÂNIA		25.099,97	0,00	25.099,97
ARAGUAPAZ		21.535,44	43.679,06	65.214,50
ARENÓPOLIS		11.954,50	43.679,06	55.633,56
ARUANÃ		36.872,83	43.679,06	80.551,89
AURILÂNDIA		3.358,58	43.679,06	47.037,64
AVELINÓPOLIS		7.077,20	43.679,06	50.756,26
BALIZA		7.287,47	43.679,06	50.966,53
BARRO ALTO		26.746,17	58.238,75	84.984,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELA VISTA DE GOIÁS		213.858,00	101.917,84	315.775,84
BOM JARDIM DE GOIÁS		42.892,65	43.679,06	86.571,71
BOM JESUS DE GOIÁS		164.238,76	101.917,84	266.156,60
BONFINÓPOLIS		13.177,90	43.679,06	56.856,96
BONÓPOLIS		5.471,06	43.679,06	49.150,12
BRAZABRANTES		2.104,12	43.679,06	45.783,18
BRITÂNIA		33.782,00	43.679,06	77.461,06
BURITI ALEGRE		31.907,89	43.679,06	75.586,95
BURITI DE GOIÁS		20.842,34	43.679,06	64.521,40
BURITINÓPOLIS		8.387,42	43.679,06	52.066,48
CABECEIRAS		27.178,26	43.679,06	70.857,32
CACHOEIRA ALTA		32.665,78	58.238,75	90.904,53
CACHOEIRA DE GOIÁS		769,68	43.679,06	44.448,74
CACHOEIRA DOURADA		26.649,35	43.679,06	70.328,41
CAÇU		81.089,90	72.798,45	153.888,35
CAIAPÔNIA		83.959,83	87.358,13	171.317,96
CALDAS NOVAS		1.165.830,72	203.835,66	1.369.666,38

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CALDAZINHA		415,39	43.679,06	44.094,45
CAMPESTRE DE GOIÁS		3.341,44	43.679,06	47.020,50
CAMPINAÇU		9.492,09	43.679,06	53.171,15
CAMPINORTE		29.774,14	58.238,75	88.012,89
CAMPO ALEGRE DE GOIÁS		17.912,15	43.679,06	61.591,21
CAMPO LIMPO DE GOIÁS		5.864,03	43.679,06	49.543,09
CAMPOS BELOS		205.954,18	87.358,13	293.312,31
CAMPOS VERDES		12.061,68	43.679,06	55.740,74
CARMO DO RIO VERDE		17.735,81	43.679,06	61.414,87
CASTELÂNDIA		15.031,16	43.679,06	58.710,22
CATALÃO		1.541.386,98	232.955,04	1.774.342,02
CATURAÍ		10.906,44	43.679,06	54.585,50
CAVALCANTE		31.268,02	43.679,06	74.947,08
CERES		1.628.195,65	87.358,13	1.715.553,78
CEZARINA		92.092,45	43.679,06	135.771,51
CHAPADÃO DO CÉU		33.797,34	43.679,06	77.476,40

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CIDADE OCIDENTAL		292.421,90	0,00	292.421,90
COCALZINHO DE GOIÁS		101.249,26	87.358,13	188.607,39
COLINAS DO SUL		10.670,23	43.679,06	54.349,29
CÓRREGO DO OURO		7.990,95	43.679,06	51.670,01
CORUMBÁ DE GOIÁS		29.110,23	58.238,75	87.348,98
CORUMBAÍBA		43.291,28	43.679,06	86.970,34
CRISTALINA		444.838,87	160.156,59	604.995,46
CRISTIANÓPOLIS		4.136,42	43.679,06	47.815,48
CRIXÁS		131.703,11	72.798,45	204.501,56
CROMÍNIA		7.454,85	43.679,06	51.133,91
CUMARI		7.996,42	43.679,06	51.675,48
DAMIANÓPOLIS		13.532,07	43.679,06	57.211,13
DAMOLÂNDIA		11.753,78	43.679,06	55.432,84
DAVINÓPOLIS		1.482,18	43.679,06	45.161,24
DIORAMA		6.052,32	43.679,06	49.731,38
DIVINÓPOLIS DE GOIÁS		13.303,63	43.679,06	56.982,69

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOVERLÂNDIA		40.881,29	43.679,06	84.560,35
EDEALINA		4.297,33	43.679,06	47.976,39
EDÉIA		38.163,03	58.238,75	96.401,78
ESTRELA DO NORTE		7.422,83	43.679,06	51.101,89
FAINA		17.321,15	43.679,06	61.000,21
FAZENDA NOVA		29.575,49	43.679,06	73.254,55
FIRMINÓPOLIS		42.635,90	58.238,75	100.874,65
FLORES DE GOIÁS		60.174,19	72.798,45	132.972,64
FORMOSA		1.059.383,02	247.514,73	1.306.897,75
FORMOSO		15.633,87	43.679,06	59.312,93
GAMELEIRA DE GOIÁS		5.326,98	43.679,06	49.006,04
GOIANÁPOLIS		56.463,92	58.238,75	114.702,67
GOIANDIRA		54.303,28	43.679,06	97.982,34
GOIANÉSIA		818.380,05	174.716,27	993.096,32
GOIÂNIA		46.399.864,52	1.711.716,09	48.111.580,61
GOIANIRA		204.758,67	0,00	204.758,67
GOIÁS		635.509,75	101.917,84	737.427,59
GOIATUBA		224.432,27	116.477,52	340.909,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GOUVELÂNDIA		12.429,48	43.679,06	56.108,54
GUAPÓ		76.662,69	72.798,45	149.461,14
GUARAÍTA		2.795,84	43.679,06	46.474,90
GUARANI DE GOIÁS		10.945,27	43.679,06	54.624,33
GUARINOS		1.475,60	43.679,06	45.154,66
HEITORAÍ		13.406,55	43.679,06	57.085,61
HIDROLÂNDIA		60.208,97	87.358,13	147.567,10
HIDROLINA		28.296,19	43.679,06	71.975,25
IACIARA		57.739,29	72.798,45	130.537,74
INACIOLÂNDIA		12.652,18	43.679,06	56.331,24
INDIARA		124.621,19	72.798,45	197.419,64
INHUMAS		607.633,22	160.156,59	767.789,81
IPAMERI		283.645,23	101.917,84	385.563,07
IPIRANGA DE GOIÁS		948,27	43.679,06	44.627,33
IPORÁ		421.538,86	116.477,52	538.016,38
ISRAELÂNDIA		3.664,59	43.679,06	47.343,65
ITABERAÍ		167.049,36	131.037,19	298.086,55
ITAGUARI		6.490,70	43.679,06	50.169,76

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAGUARU		26.221,45	43.679,06	69.900,51
ITAJÁ		16.675,95	43.679,06	60.355,01
ITAPACI		168.422,25	87.358,13	255.780,38
ITAPIRAPUÃ		60.289,77	43.679,06	103.968,83
ITAPURANGA		204.352,00	101.917,84	306.269,84
ITARUMÃ		28.296,73	43.679,06	71.975,79
ITAUÇU		38.318,63	43.679,06	81.997,69
ITUMBIARA		1.075.482,24	232.955,04	1.308.437,28
IVOLÂNDIA		11.099,37	43.679,06	54.778,43
JANDAIA		18.649,40	43.679,06	62.328,46
JARAGUÁ		264.985,00	145.596,92	410.581,92
JATAÍ		1.514.702,19	218.395,35	1.733.097,54
JAUPACI		6.537,41	43.679,06	50.216,47
JESÚPOLIS		1.800,50	43.679,06	45.479,56
JOVIÂNIA		15.702,61	43.679,06	59.381,67
JUSSARA		91.955,74	87.358,13	179.313,87
LAGOA SANTA		1.835,32	43.681,28	45.516,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LEOPOLDO DE BULHÕES		20.047,27	43.679,06	63.726,33
LUZIÂNIA		1.489.291,80	416.362,59	1.905.654,39
MAIRIPOTABA		7.092,27	43.679,06	50.771,33
MAMBAÍ		25.841,17	43.679,06	69.520,23
MARA ROSA		52.763,94	58.238,75	111.002,69
MARZAGÃO		7.480,20	43.679,06	51.159,26
MATRINCHÃ		10.134,24	43.679,06	53.813,30
MAURILÂNDIA		61.176,55	72.798,45	133.975,00
MIMOSO DE GOIÁS		1.487,21	43.679,06	45.166,27
MINAÇU		208.401,11	116.477,52	324.878,63
MINEIROS		681.959,65	174.716,27	856.675,92
MOIPORÁ		2.444,12	43.679,06	46.123,18
MONTE ALEGRE DE GOIÁS		12.733,28	43.679,06	56.412,34
MONTES CLAROS DE GOIÁS		35.328,04	43.679,06	79.007,10
MONTIVIDIU		47.091,84	58.238,75	105.330,59

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MONTIVÍDIU DO NORTE		9.894,25	43.679,06	53.573,31
MORRINHOS		382.042,89	145.596,92	527.639,81
MORRO AGUDO DE GOIÁS		5.937,49	43.679,06	49.616,55
MOSSÂMEDES		18.148,21	43.679,06	61.827,27
MOZARLÂNDIA		39.503,52	72.798,45	112.301,97
MUNDO NOVO		30.441,21	43.679,06	74.120,27
MUTUNÓPOLIS		11.901,41	43.679,06	55.580,47
NAZÁRIO		10.766,38	43.679,06	54.445,44
NERÓPOLIS		1.377.204,61	101.917,84	1.479.122,45
NIQUELÂNDIA		207.143,04	145.596,92	352.739,96
NOVA AMÉRICA		1.506,13	43.679,06	45.185,19
NOVA AURORA		3.907,62	43.679,06	47.586,68
NOVA CRIXÁS		41.959,94	58.238,75	100.198,69
NOVA GLÓRIA		8.892,76	43.679,06	52.571,82
NOVA IGUAÇU DE GOIÁS		1.470,36	43.679,06	45.149,42

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA ROMA		7.797,71	43.679,06	51.476,77
NOVA VENEZA		12.331,34	43.679,06	56.010,40
NOVO BRASIL		9.498,37	43.679,06	53.177,43
NOVO GAMA		225.463,27	35.127,03	260.590,30
NOVO PLANALTO		6.212,17	43.679,06	49.891,23
ORIZONA		58.528,73	72.798,45	131.327,18
OURO VERDE DE GOIÁS		6.026,95	43.679,06	49.706,01
OUVIDOR		15.713,93	43.679,06	59.392,99
PADRE BERNARDO		193.910,51	116.477,52	310.388,03
PALESTINA DE GOIÁS		15.349,08	43.679,06	59.028,14
PALMEIRAS DE GOIÁS		126.720,27	101.917,84	228.638,11
PALMELO		93.931,24	43.679,06	137.610,30
PALMINÓPOLIS		10.847,59	43.679,06	54.526,65
PANAMÁ		5.789,78	43.679,06	49.468,84
PARANAIGUARA		24.045,68	43.679,06	67.724,74
PARAÚNA		36.754,02	58.238,75	94.992,77
PEROLÂNDIA		40.816,38	43.679,06	84.495,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PETROLINA DE GOIÁS		47.716,36	58.238,75	105.955,11
PILAR DE GOIÁS		1.101,47	43.679,06	44.780,53
PIRACANJUBA		179.035,60	101.917,84	280.953,44
PIRANHAS		45.629,94	58.238,75	103.868,69
PIRENÓPOLIS		345.705,55	101.917,84	447.623,39
PIRES DO RIO		209.937,13	116.477,52	326.414,65
PLANALTINA		471.609,97	203.835,66	675.445,63
PONTALINA		117.814,64	87.358,13	205.172,77
PORANGATU		695.897,26	145.596,92	841.494,18
PORTEIRÃO		8.058,84	43.679,06	51.737,90
PORTELÂNDIA		13.803,87	43.679,06	57.482,93
POSSE		193.460,20	116.477,52	309.937,72
PROFESSOR JAMIL		1.909,62	43.679,06	45.588,68
QUIRINÓPOLIS		276.303,09	145.596,92	421.900,01
RIALMA		62.070,42	58.238,75	120.309,17
RIANÁPOLIS		4.562,83	43.679,06	48.241,89
RIO QUENTE		26.301,86	43.679,06	69.980,92
RIO VERDE		2.802.432,58	416.362,59	3.218.795,17

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RUBIATABA		183.624,13	87.358,13	270.982,26
SANCLERLÂNDIA		41.991,90	43.679,06	85.670,96
SANTA BÁRBARA DE GOIÁS		7.509,94	43.679,06	51.189,00
SANTA CRUZ DE GOIÁS		13.062,27	43.679,06	56.741,33
SANTA FÉ DE GOIÁS		10.872,42	43.679,06	54.551,48
SANTA HELENA DE GOIÁS		514.175,34	131.037,19	645.212,53
SANTA ISABEL		53.573,98	43.679,06	97.253,04
SANTA RITA DO ARAGUAIA		6.610,88	43.679,06	50.289,94
SANTA RITA DO NOVO DESTINO		2.708,78	43.679,06	46.387,84
SANTA ROSA DE GOIÁS		6.495,71	43.679,06	50.174,77
SANTA TEREZA DE GOIÁS		13.898,85	43.679,06	57.577,91
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS		29.289,23	43.679,06	72.968,29

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DA BARRA		2.546,72	43.679,06	46.225,78
SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS		7.488,36	43.679,06	51.167,42
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO		277.038,34	189.275,98	466.314,32
SÃO DOMINGOS		26.627,20	58.238,75	84.865,95
SÃO FRANCISCO DE GOIÁS		7.334,65	43.679,06	51.013,71
SÃO JOÃO DA PARAÚNA		2.189,26	43.679,06	45.868,32
SÃO JOÃO D'ALIANÇA		68.462,37	0,00	68.462,37
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS		413.209,63	116.477,52	529.687,15
SÃO LUÍZ DO NORTE		3.985,97	43.679,06	47.665,03
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA		249.872,66	87.358,13	337.230,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO		9.308,41	43.679,06	52.987,47
SÃO PATRÍCIO		880,64	43.679,06	44.559,70
SÃO SIMÃO		164.080,13	87.358,13	251.438,26
SENADOR CANEDO		1.704.648,66	232.955,04	1.937.603,70
SERRANÓPOLIS		14.660,08	43.679,06	58.339,14
SILVÂNIA		110.093,26	87.358,13	197.451,39
SIMOLÂNDIA		29.380,21	43.679,06	73.059,27
SÍTIO D'ABADIA		7.325,30	43.679,06	51.004,36
TAQUARAL DE GOIÁS		9.075,36	43.679,06	52.754,42
TERESINA DE GOIÁS		5.356,47	43.679,06	49.035,53
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS		10.708,41	43.679,06	54.387,47
TRÊS RANCHOS		31.658,46	43.679,06	75.337,52
TRINDADE		986.604,89	247.514,73	1.234.119,62
TROMBAS		7.502,52	43.679,06	51.181,58
TURVÂNIA		14.570,55	43.679,06	58.249,61
TURVELÂNDIA		15.646,54	43.679,06	59.325,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO GO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

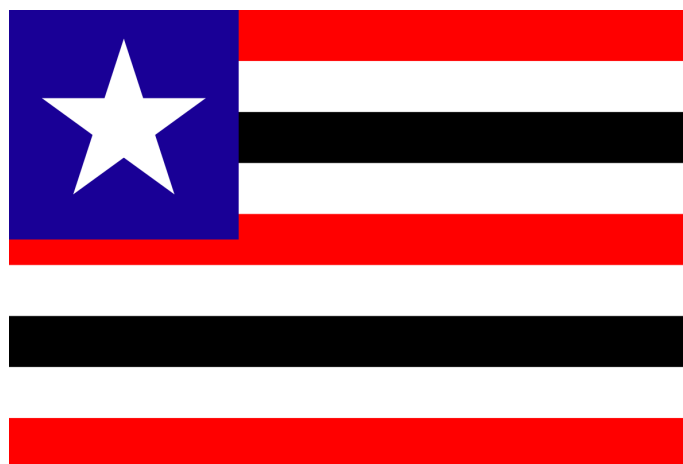
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
UIRAPURU		3.228,52	43.679,06	46.907,58
URUAÇU		345.180,60	131.037,19	476.217,79
URUANA		67.532,02	72.798,45	140.330,47
URUTAÍ		3.818,18	43.679,06	47.497,24
VALPARAÍSO DE GOIÁS		852.289,96	416.362,59	1.268.652,55
VARJÃO		2.892,01	43.679,06	46.571,07
VIANÓPOLIS		64.655,18	72.798,45	137.453,63
VICENTINÓPOLIS		41.338,92	43.679,06	85.017,98
VILA BOA		28.996,46	43.679,06	72.675,52
VILA PROPÍCIO		7.022,53	43.679,06	50.701,59

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**MARANHÃO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO MA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) *	Álcool etílico 500ml	1.884	
	Álcool etílico 100ml	3.168	
	Óculos proteção	2.230	
	Luva para procedimento não cirúrgico	744.096	
	Sapatilha	3.400	
	Máscara 3 camadas	455.000	
	Avental	37.072	
	Touca hospitalar	9.800	
Leitos-Covid	20 leitos (previsão de instalação) no Hospital de Clínicas Integradas		
Testes RT PCT	4.680		
Testes rápidos	14.381 na 1ª distribuição	16.460 na 2ª distribuição	28.860 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 31,10 milhões		R\$ 31,10 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$21,97 milhões	R\$ 21,97 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14,24 milhões		R\$ 131,08 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 20,17 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 27,75 milhões	R\$ 68,90 milhões	

**R\$ 184,16 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita



## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AÇAILÂNDIA		1.086.555,06	208.334,74	1.294.889,80
AFONSO CUNHA		20.928,09	39.062,76	59.990,85
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO		9.173,67	52.083,69	61.257,36
ALCÂNTARA		53.598,24	78.125,52	131.723,76
ALDEIAS ALTAS		359.502,29	91.146,43	450.648,72
ALTAMIRA DO MARANHÃO		1.702,37	39.062,76	40.765,13
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO		23.608,17	91.146,43	114.754,60
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ		122.797,53	104.167,35	226.964,88
ALTO PARNAÍBA		18.552,48	52.083,69	70.636,17
AMAPÁ DO MARANHÃO		880,07	39.062,76	39.942,83
AMARANTE DO MARANHÃO		392.562,78	117.188,28	509.751,06
ANAJATUBA		81.811,40	91.146,43	172.957,83

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANAPURUS		28.479,25	65.104,61	93.583,86
APICUM-AÇU		27.361,04	78.125,52	105.486,56
ARAGUANÃ		2.064,10	65.104,61	67.168,71
ARAIOSES		8.906,04	130.209,21	139.115,25
ARAME		107.173,76	104.167,35	211.341,11
ARARI		88.784,53	91.146,43	179.930,96
AXIXÁ		43.852,73	52.083,69	95.936,42
BACABAL		1.902.621,60	208.334,74	2.110.956,34
BACABEIRA		33.107,23	78.125,52	111.232,75
BACURI		40.202,97	78.125,52	118.328,49
BACURITUBA		782,92	39.062,76	39.845,68
BALSAS		1.122.778,40	195.313,81	1.318.092,21
BARÃO DE GRAJAÚ		35.984,39	78.125,52	114.109,91
BARRA DO CORDA		907.947,94	182.292,89	1.090.240,83
BARREIRINHAS		171.438,33	156.251,05	327.689,38
BELA VISTA DO MARANHÃO		1.667,68	52.083,69	53.751,37
BELÁGUA		2.391,27	39.062,76	41.454,03

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BENEDITO LEITE		7.538,64	39.062,76	46.601,40
BEQUIMÃO		32.804,68	78.125,52	110.930,20
BERNARDO DO MEARIM		2.468,46	39.062,76	41.531,22
BOA VISTA DO GURUPI		1.115,15	39.062,76	40.177,91
BOM JARDIM		126.529,03	117.188,28	243.717,31
BOM JESUS DAS SELVAS		69.216,83	104.167,35	173.384,18
BOM LUGAR		5.467,39	65.104,61	70.572,00
BREJO		95.922,94	104.167,35	200.090,29
BREJO DE AREIA		9.982,95	39.062,76	49.045,71
BURITI		35.755,63	91.146,43	126.902,06
BURITI BRAVO		83.100,70	91.146,43	174.247,13
BURITICUPU		883.065,99	169.271,98	1.052.337,97
BURITIRANA		221.519,62	65.104,61	286.624,23
CACHOEIRA GRANDE		6.712,78	39.062,76	45.775,54
CAJAPIÓ		14.489,62	52.083,69	66.573,31
CAJARI		17.086,59	78.125,52	95.212,11

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPESTRE DO MARANHÃO		201.763,23	65.104,61	266.867,84
CÂNDIDO MENDES		21.881,79	78.125,52	100.007,31
CANTANHEDE		74.028,30	78.125,52	152.153,82
CAPINZAL DO NORTE		59.972,07	52.083,69	112.055,76
CAROLINA		94.320,44	91.146,43	185.466,87
CARUTAPERA		47.732,81	0,00	47.732,81
CAXIAS		4.292.551,86	521.186,70	4.813.738,56
CEDRAL		32.005,03	52.083,69	84.088,72
CENTRAL DO MARANHÃO		11.400,43	39.062,76	50.463,19
CENTRO DO GUILHERME		27.581,92	52.083,69	79.665,61
CENTRO NOVO DO MARANHÃO		6.197,13	78.125,52	84.322,65
CHAPADINHA		1.054.959,31	169.271,98	1.224.231,29
CIDELÂNDIA		49.558,85	65.104,61	114.663,46
CODÓ		1.160.551,95	221.355,67	1.381.907,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COELHO NETO		784.787,41	130.209,21	914.996,62
COLINAS		649.530,02	117.188,28	766.718,30
CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU		3.333,80	65.104,61	68.438,41
COROATÁ		909.227,44	156.251,05	1.065.478,49
CURURUPU		113.263,14	104.167,35	217.430,49
DAVINÓPOLIS		213.026,90	52.083,69	265.110,59
DOM PEDRO		171.090,15	78.125,52	249.215,67
DUQUE BACELAR		188.779,80	52.083,69	240.863,49
ESPERANTINÓPOLIS		161.265,62	78.125,52	239.391,14
ESTREITO		131.710,02	117.188,28	248.898,30
FEIRA NOVA DO MARANHÃO		16.537,19	39.062,76	55.599,95
FERNANDO FALCÃO		9.847,45	52.083,69	61.931,14
FORMOSA DA SERRA NEGRA		93.611,02	78.125,52	171.736,54
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS		32.987,83	52.083,69	85.071,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FORTUNA		28.509,84	65.104,61	93.614,45
GODOFREDO VIANA		3.356,40	52.083,69	55.440,09
GONÇALVES DIAS		56.701,30	78.125,52	134.826,82
GOVERNADOR ARCHER		27.351,73	52.083,69	79.435,42
GOVERNADOR EDISON LOBÃO		14.273,08	78.125,52	92.398,60
GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS		43.522,23	65.104,61	108.626,84
GOVERNADOR LUIZ ROCHA		17.862,61	39.062,76	56.925,37
GOVERNADOR NEWTON BELLO		87.510,64	238.099,01	325.609,65
GOVERNADOR NUNES FREIRE		443.757,74	91.146,43	534.904,17
GRAÇA ARANHA		20.268,54	39.062,76	59.331,30
GRAJAÚ		793.641,89	156.251,05	949.892,94
GUIMARÃES		57.889,77	52.083,69	109.973,46

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
HUMBERTO DE CAMPOS		53.858,98	91.146,43	145.005,41
ICATU		77.117,13	91.146,43	168.263,56
IGARAPÉ DO MEIO		9.340,43	65.104,61	74.445,04
IGARAPÉ GRANDE		32.115,44	52.083,69	84.199,13
IMPERATRIZ		5.995.257,90	521.186,70	6.516.444,60
ITAIPAVA DO GRAJAÚ		45.097,01	65.104,61	110.201,62
ITAPECURU MIRIM		300.885,24	156.251,05	457.136,29
ITINGA DO MARANHÃO		96.811,16	91.146,43	187.957,59
JATOBÁ		6.426,92	52.083,69	58.510,61
JENIPAPO DOS VIEIRAS		28.058,98	65.104,61	93.163,59
JOÃO LISBOA		152.484,11	78.125,52	230.609,63
JOSELÂNDIA		38.441,63	65.104,61	103.546,24
JUNCO DO MARANHÃO		3.124,42	39.062,76	42.187,18
LAGO DA PEDRA		360.671,79	130.209,21	490.881,00
LAGO DO JUNCO		31.647,32	52.083,69	83.731,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGO DOS RODRIGUES		1.260,09	39.062,76	40.322,85
LAGO VERDE		206.539,88	65.104,61	271.644,49
LAGOA DO MATO		2.713,20	52.083,69	54.796,89
LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		8.279,90	52.083,69	60.363,59
LAJEADO NOVO		93.194,93	39.062,76	132.257,69
LIMA CAMPOS		70.976,83	52.083,69	123.060,52
LORETO		31.885,96	52.083,69	83.969,65
LUÍS DOMINGUES		1.504,16	39.062,76	40.566,92
MAGALHÃES DE ALMEIDA		33.519,71	78.125,52	111.645,23
MARACAÇUMÉ		25.130,87	78.125,52	103.256,39
MARAJÁ DO SENA		1.140,00	39.062,76	40.202,76
MARANHÃOZINHO		19.017,79	65.104,61	84.122,40
MATA ROMA		80.179,69	65.104,61	145.284,30
MATINHA		87.310,44	78.125,52	165.435,96
MATÕES		73.180,52	104.167,35	177.347,87
MATÕES DO NORTE		17.975,06	65.104,61	83.079,67

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MILAGRES DO MARANHÃO		23.377,56	39.062,76	62.440,32
MIRADOR		87.375,84	78.125,52	165.501,36
MIRANDA DO NORTE		81.165,56	91.146,43	172.311,99
MIRINZAL		44.077,36	65.104,61	109.181,97
MONÇÃO		48.712,44	104.167,35	152.879,79
MONTES ALTOS		1.259,83	39.062,76	40.322,59
MORROS		30.011,22	78.125,52	108.136,74
NINA RODRIGUES		31.190,21	65.104,61	96.294,82
NOVA COLINAS		83.808,67	39.062,76	122.871,43
NOVA IORQUE		1.422,88	39.062,76	40.485,64
NOVA OLINDA DO MARANHÃO		24.180,37	78.125,52	102.305,89
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS		50.771,47	78.125,52	128.896,99
OLINDA NOVA DO MARANHÃO		64.136,49	65.104,61	129.241,10
PAÇO DO LUMIAR		326.456,45	521.186,70	847.643,15

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRÂNDIA		81.306,24	78.125,52	159.431,76
PARAIBANO		58.674,42	78.125,52	136.799,94
PARNARAMA		220.565,98	104.167,35	324.733,33
PASSAGEM FRANCA		143.218,78	78.125,52	221.344,30
PASTOS BONF		100.950,89	78.125,52	179.076,41
PAULINO NEVES		207.373,70	65.104,61	272.478,31
PAULO RAMOS		64.850,87	78.125,52	142.976,39
PEDREIRAS		531.826,68	117.188,28	649.014,96
PEDRO DO ROSÁRIO		48.947,39	91.146,43	140.093,82
PENALVA		80.637,33	117.188,28	197.825,61
PERI MIRIM		18.973,29	65.104,61	84.077,90
PERITORÓ		41.269,82	78.125,52	119.395,34
PINDARÉ-MIRIM		80.336,89	104.167,35	184.504,24
PINHEIRO		985.257,15	182.292,89	1.167.550,04
PIO XII		111.426,68	78.125,52	189.552,20
PIRAPEMAS		45.606,99	78.125,52	123.732,51
POÇÃO DE PEDRAS		162.528,49	78.125,52	240.654,01
PORTO FRANCO		885.969,12	0,00	885.969,12

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO RICO DO MARANHÃO		1.099,52	39.062,76	40.162,28
PRESIDENTE DUTRA		623.397,13	130.209,21	753.606,34
PRESIDENTE JUSCELINO		33.128,04	52.083,69	85.211,73
PRESIDENTE MÉDICI		7.901,17	39.062,76	46.963,93
PRESIDENTE SARNEY		10.142,22	78.125,52	88.267,74
PRESIDENTE VARGAS		22.334,73	52.083,69	74.418,42
PRIMEIRA CRUZ		33.617,44	65.104,61	98.722,05
RAPOSA		100.238,85	104.167,35	204.406,20
RIACHÃO		100.448,22	78.125,52	178.573,74
RIBAMAR FIQUENE		112.350,48	39.062,76	151.413,24
ROSÁRIO		109.655,93	117.188,28	226.844,21
SAMBAÍBA		15.292,47	39.062,76	54.355,23
SANTA FILOMENA DO MARANHÃO		17.602,71	39.062,76	56.665,47
SANTA HELENA		146.520,41	117.188,28	263.708,69
SANTA INÊS		1.230.414,64	182.292,89	1.412.707,53

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA		486.464,40	169.271,98	655.736,38
SANTA LUZIA DO PARUÁ		76.540,35	91.146,43	167.686,78
SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO		82.867,96	91.146,43	174.014,39
SANTA RITA		95.747,59	117.188,28	212.935,87
SANTANA DO MARANHÃO		24.578,18	52.083,69	76.661,87
SANTO AMARO DO MARANHÃO		31.156,55	65.104,61	96.261,16
SANTO ANTÔNIO DOS LOPES		68.520,41	65.104,61	133.625,02
SÃO BENEDITO DO RIO PRETO		33.134,84	78.125,52	111.260,36
SÃO BENTO		119.568,28	130.209,21	249.777,49
SÃO BERNARDO		80.166,62	91.146,43	171.313,05
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO		10.157,95	39.062,76	49.220,71

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		138.747,19	104.167,35	242.914,54
SÃO FÉLIX DE BALSAS		14.665,02	39.062,76	53.727,78
SÃO FRANCISCO DO BREJÃO		18.808,31	52.083,69	70.892,00
SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO		25.446,38	52.083,69	77.530,07
SÃO JOÃO BATISTA		82.231,77	78.125,52	160.357,29
SÃO JOÃO DO CARÚ		40.859,97	65.104,61	105.964,58
SÃO JOÃO DO PARAÍSO		2.371,41	52.083,69	54.455,10
SÃO JOÃO DO SOTER		88.398,62	78.125,52	166.524,14
SÃO JOÃO DOS PATOS		203.634,20	91.146,43	294.780,63
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR		708.979,70	521.186,70	1.230.166,40
SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS		18.144,90	39.062,76	57.207,66
SÃO LUÍS		25.605.611,06	2.547.196,55	28.152.807,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO		67.689,54	78.125,52	145.815,06
SÃO MATEUS DO MARANHÃO		205.661,31	117.188,28	322.849,59
SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA		37.108,12	52.083,69	89.191,81
SÃO PEDRO DOS CRENTES		9.604,55	39.062,76	48.667,31
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS		85.481,96	78.125,52	163.607,48
SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA		9.452,56	39.062,76	48.515,32
SÃO ROBERTO		2.594,12	39.062,76	41.656,88
SÃO VICENTE FERRER		145.593,52	78.125,52	223.719,04
SATUBINHA		22.067,62	65.104,61	87.172,23
SENADOR ALEXANDRE COSTA		20.036,64	52.083,69	72.120,33
SENADOR LA ROCQUE		1.905,08	65.104,61	67.009,69

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRANO DO MARANHÃO		160.762,48	52.083,69	212.846,17
SÍTIO NOVO		74.498,06	78.125,52	152.623,58
SUCUPIRA DO NORTE		21.656,49	52.083,69	73.740,18
SUCUPIRA DO RIACHÃO		12.293,88	39.062,76	51.356,64
TASSO FRAGOSO		6.964,54	39.062,76	46.027,30
TIMBIRAS		80.546,72	91.146,43	171.693,15
TIMON		1.346.590,49	521.186,70	1.867.777,19
TRIZIDELA DO VALE		49.390,45	78.125,52	127.515,97
TUFILÂNDIA		86.815,05	39.062,76	125.877,81
TUNTUM		819.323,98	117.188,28	936.512,26
TURIAÇU		105.727,61	104.167,35	209.894,96
TURILÂNDIA		249.002,69	91.146,43	340.149,12
TUTÓIA		149.020,39	143.230,13	292.250,52
URBANO SANTOS		42.540,76	104.167,35	146.708,11
VARGEM GRANDE		157.686,29	143.230,13	300.916,42
VIANA		346.326,51	143.230,13	489.556,64

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VILA NOVA DOS MARTÍRIOS		38.617,36	52.084,13	90.701,49
VITÓRIA DO MEARIM		102.221,71	104.167,35	206.389,06
VITORINO FREIRE		292.579,92	104.167,35	396.747,27
ZÉ DOCA		263.546,23	143.230,13	406.776,36

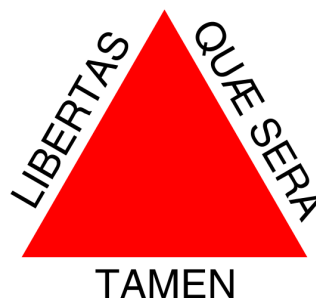
\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**MINAS GERAIS**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO MG: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	5.640	
	Álcool etílico 100ml	9.408	
	Óculos proteção	6.910	
	Luva para procedimento não cirúrgico	2.411.384	
	Sapatilha	7.300	
	Máscara 3 camadas	1.375.000	
	Avental	121.769	
	Touca hospitalar	29.200	
Leitos-Covid	50 leitos instalados (30 no Hospital Eduardo de Menezes, 10 no Hospital Regional Antônio Dias e 10 no Hospital Regional João Penido)		
Testes RT PCT	42.768		
Testes rápidos	50.920 na 1ª distribuição	62.660 na 2ª distribuição	109.900 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 23, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 26,23 milhões		R\$ 26,23 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 68,70 milhões	R\$68,70 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 42,90 milhões		R\$ 582,49 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 60,79 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 56,49 milhões	R\$ 422,30 milhões	

**R\$ 677,43 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABADIA DOS DOURADOS		89.805,42	45.807,29	135.612,71
ABAETÉ		422.372,36	91.614,55	513.986,91
ABRE CAMPO		271.535,16	76.345,45	347.880,61
ACAIACA		56.849,99	45.807,29	102.657,28
AÇUCENA		8.019,18	45.807,29	53.826,47
ÁGUA BOA		209.755,08	76.345,45	286.100,53
ÁGUA COMPRIDA		29.910,73	45.807,29	75.718,02
AGUANIL		86.512,64	45.807,29	132.319,93
ÁGUAS FORMOSAS		272.062,26	91.614,55	363.676,81
ÁGUAS VERMELHAS		83.765,61	61.076,38	144.841,99
AIMORÉS		28.305,00	106.883,65	135.188,65
AIURUOCA		86.438,74	45.807,29	132.246,03
ALAGOA		44.315,82	45.807,29	90.123,11
ALBERTINA		11.648,56	45.807,29	57.455,85
ALÉM PARAÍBA		28.305,00	122.152,75	150.457,75
ALFENAS		5.892.326,65	198.498,19	6.090.824,84

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALFREDO VASCONCELOS		62.846,05	45.807,29	108.653,34
ALMENARA		441.876,50	137.421,84	579.298,34
ALPERCATA		89.587,43	45.807,29	135.394,72
ALPINÓPOLIS		28.305,00	91.614,55	119.919,55
ALTEROSA		206.751,87	76.345,45	283.097,32
ALTO CAPARAÓ		76.752,12	45.807,29	122.559,41
ALTO JEQUITIBÁ		126.494,40	45.807,29	172.301,69
ALTO RIO DOCE		202.018,51	61.076,38	263.094,89
ALVARENGA		63.402,82	45.807,29	109.210,11
ALVINÓPOLIS		197.931,85	76.345,45	274.277,30
ALVORADA DE MINAS		56.538,52	45.807,29	102.345,81
AMPARO DO SERRA		63.904,70	45.807,29	109.711,99
ANDRADAS		317.332,59	137.421,84	454.754,43
ANDRELÂNDIA		38.856,53	61.076,38	99.932,91
ANGELÂNDIA		139.869,04	45.807,29	185.676,33
ANTÔNIO CARLOS		20.224,08	61.076,38	81.300,46
ANTÔNIO DIAS		129.510,33	45.807,29	175.317,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANTÔNIO PRADO DE MINAS		34.423,00	45.807,29	80.230,29
ARAÇAI		37.565,99	45.807,29	83.373,28
ARACITABA		35.249,88	45.807,29	81.057,17
ARAÇUAÍ		596.180,60	137.421,84	733.602,44
ARAGUARI		1.520.583,46	259.574,57	1.780.158,03
ARANTINA		45.081,20	45.807,29	90.888,49
ARAPONGA		132.456,87	45.807,29	178.264,16
ARAPORÃ		112.367,98	45.807,29	158.175,27
ARAPUÁ		36.848,85	45.807,29	82.656,14
ARAÚJOS		96.422,22	45.807,29	142.229,51
ARAXÁ		1.286.565,41	244.305,48	1.530.870,89
ARCEBURGO		113.188,62	61.076,38	174.265,00
ARCOS		28.305,00	137.421,84	165.726,84
AREADO		102.345,46	76.345,45	178.690,91
ARGIRITA		51.812,50	45.807,29	97.619,79
ARICANDUVA		80.433,45	45.807,29	126.240,74
ARINOS		74.341,78	91.614,55	165.956,33

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASTOLFO DUTRA		188.700,98	76.345,45	265.046,43
ATALÉIA		207.798,91	76.345,45	284.144,36
AUGUSTO DE LIMA		76.654,01	45.807,29	122.461,30
BAEPENDI		454.554,64	91.614,55	546.169,19
BALDIM		141.981,67	45.807,29	187.788,96
BAMBUÍ		28.305,00	106.883,65	135.188,65
BANDEIRA		85.116,00	45.807,29	130.923,29
BANDEIRA DO SUL		6.196,57	45.807,29	52.003,86
BARÃO DE COCAIS		127.815,90	122.152,75	249.968,65
BARÃO DE MONTE ALTO		108.817,52	45.807,29	154.624,81
BARBACENA		5.087.565,56	274.843,66	5.362.409,22
BARRA LONGA		86.810,51	45.807,29	132.617,80
BARROSO		220.836,28	91.614,55	312.450,83
BELA VISTA DE MINAS		7.433,72	61.076,38	68.510,10
BELMIRO BRAGA		42.363,03	45.807,29	88.170,32
BELO HORIZONTE		113.623.594,79	2.445.308,67	116.068.903,46
BELO ORIENTE		62.539,03	106.883,65	169.422,68

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELO VALE		98.255,17	45.807,29	144.062,46
BERILO		94.807,73	61.076,38	155.884,11
BERIZAL		4.342,96	45.807,29	50.150,25
BERTÓPOLIS		68.555,14	45.807,29	114.362,43
BETIM		6.894.261,81	430.550,62	7.324.812,43
BIAS FORTES		56.900,28	45.807,29	102.707,57
BICAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
BIQUINHAS		34.545,00	45.807,29	80.352,29
BOA ESPERANÇA		313.611,50	137.421,84	451.033,34
BOCAINA DE MINAS		59.642,33	45.807,29	105.449,62
BOCAIUVA		314.517,22	152.690,94	467.208,16
BOM DESPACHO		422.115,31	152.690,94	574.806,25
BOM JARDIM DE MINAS		83.706,33	45.807,29	129.513,62
BOM JESUS DA PENHA		69.454,97	45.807,29	115.262,26
BOM JESUS DO AMPARO		45.639,64	45.807,29	91.446,93

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS DO GALHO		158.714,48	76.345,45	235.059,93
BOM REPOUSO		122.458,72	61.076,38	183.535,10
BOM SUCESSO		278.923,50	91.614,55	370.538,05
BONFIM		92.383,44	45.807,29	138.190,73
BONFINÓPOLIS DE MINAS		78.830,62	45.807,29	124.637,91
BONITO DE MINAS		217.999,10	61.076,38	279.075,48
BORDA DA MATA		202.342,39	91.614,55	293.956,94
BOTELHOS		40.362,67	76.345,45	116.708,12
BOTUMIRIM		107.306,94	45.807,29	153.114,23
BRÁS PIRES		78.782,51	45.807,29	124.589,80
BRASILÂNDIA DE MINAS		173.814,69	76.345,45	250.160,14
BRASÍLIA DE MINAS		1.146.394,50	122.152,75	1.268.547,25
BRAÚNAS		72.362,53	45.807,29	118.169,82
BRAZÓPOLIS		167.130,36	76.345,45	243.475,81
BRUMADINHO		528.887,35	137.421,84	666.309,19

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BUENO BRANDÃO		92.825,37	61.076,38	153.901,75
BUENÓPOLIS		155.099,84	61.076,38	216.176,22
BUGRE		68.686,15	45.807,29	114.493,44
BURITIS		128.721,34	106.883,65	235.604,99
BURITIZEIRO		103.491,06	106.883,65	210.374,71
CABECEIRA GRANDE		68.939,40	45.807,29	114.746,69
CABO VERDE		90.730,82	76.345,45	167.076,27
CACHOEIRA DA PRATA		45.007,47	45.807,29	90.814,76
CACHOEIRA DE MINAS		127.618,65	61.076,38	188.695,03
CACHOEIRA DE PAJEÚ		177.558,53	45.807,29	223.365,82
CACHOEIRA DOURADA		44.376,23	45.807,29	90.183,52
CAETANÓPOLIS		108.527,19	61.076,38	169.603,57
CAETÉ		407.713,11	152.690,94	560.404,05
CAIANA		93.088,56	45.807,29	138.895,85
CAJURI		75.838,28	45.807,29	121.645,57
CALDAS		144.331,86	76.345,45	220.677,31
CAMACHO		69.856,48	45.807,29	115.663,77
CAMANDUCAIA		206.948,14	91.614,55	298.562,69

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMBUÍ		356.421,13	106.883,65	463.304,78
CAMBUQUIRA		159.229,75	61.076,38	220.306,13
CAMPANÁRIO		724,18	45.807,29	46.531,47
CAMPANHA		95.164,37	76.345,45	171.509,82
CAMPESTRE		116.353,38	91.614,55	207.967,93
CAMPINA VERDE		150.427,95	91.614,55	242.042,50
CAMPO AZUL		84.433,56	45.807,29	130.240,85
CAMPO BELO		1.291.365,61	167.960,02	1.459.325,63
CAMPO DO MEIO		174.366,15	61.076,38	235.442,53
CAMPO FLORIDO		74.427,94	45.807,29	120.235,23
CAMPOS ALTOS		35.919,74	76.345,45	112.265,19
CAMPOS GERAIS		289.142,37	106.883,65	396.026,02
CANA VERDE		92.439,76	45.807,29	138.247,05
CANAÃ		87.336,71	45.807,29	133.144,00
CANÁPOLIS		129.683,71	61.076,38	190.760,09
CANDEIAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
CANTAGALO		63.195,92	45.807,29	109.003,21
CAPARAÓ		83.332,37	45.807,29	129.139,66

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPELA NOVA		58.940,15	45.807,29	104.747,44
CAPELINHA		519.165,02	137.421,84	656.586,86
CAPETINGA		73.578,22	45.807,29	119.385,51
CAPIM BRANCO		89.873,02	45.807,29	135.680,31
CAPINÓPOLIS		216.830,80	76.345,45	293.176,25
CAPITÃO ANDRADE		78.448,43	45.807,29	124.255,72
CAPITÃO ENÉAS		28.305,00	76.345,45	104.650,45
CAPITÓLIO		125.190,64	45.807,29	170.997,93
CAPUTIRA		125.742,38	45.807,29	171.549,67
CARAÍ		97.272,60	106.883,65	204.156,25
CARANAÍBA		44.406,15	45.807,29	90.213,44
CARANDAÍ		94.113,05	106.883,65	200.996,70
CARANGOLA		120.215,00	122.152,75	242.367,75
CARATINGA		1.677.357,76	229.036,39	1.906.394,15
CARBONITA		129.401,64	45.807,29	175.208,93
CAREAÇU		98.758,83	45.807,29	144.566,12
CARLOS CHAGAS		81.450,86	91.614,55	173.065,41
CARMÉSIA		31.246,64	45.807,29	77.053,93

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARMO DA CACHOEIRA		46.638,09	61.076,38	107.714,47
CARMO DA MATA		150.906,40	61.076,38	211.982,78
CARMO DE MINAS		187.074,14	76.345,45	263.419,59
CARMO DO CAJURU		301.266,35	91.614,55	392.880,90
CARMO DO PARANAÍBA		322.095,24	122.152,75	444.247,99
CARMO DO RIO CLARO		90.302,26	91.614,55	181.916,81
CARMÓPOLIS DE MINAS		206.243,43	91.614,55	297.857,98
CARNEIRINHO		131.485,18	45.807,29	177.292,47
CARRANCAS		49.245,68	45.807,29	95.052,97
CARVALHÓPOLIS		30.667,99	45.807,29	76.475,28
CARVALHOS		63.006,51	45.807,29	108.813,80
CASA GRANDE		45.168,01	45.807,29	90.975,30
CASCALHO RICO		53.093,61	45.807,29	98.900,90
CÁSSIA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
CATAGUASES		1.108.006,29	198.498,19	1.306.504,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CATAS ALTAS		4.302,11	45.807,29	50.109,40
CATAS ALTAS DA NORUEGA		70.961,28	45.807,29	116.768,57
CATUJI		5.795,62	45.807,29	51.602,91
CATUTI		95.268,71	45.807,29	141.076,00
CAXAMBU		138.493,57	91.614,55	230.108,12
CEDRO DO ABAETÉ		39.616,61	45.807,29	85.423,90
CENTRAL DE MINAS		127.188,82	45.807,29	172.996,11
CENTRALINA		131.262,30	61.076,38	192.338,68
CHÁCARA		42.152,47	45.807,29	87.959,76
CHALÉ		86.160,03	45.807,29	131.967,32
CHAPADA DO NORTE		252.716,95	76.345,45	329.062,40
CHAPADA GAÚCHA		19.637,20	0,00	19.637,20
CHIADOR		34.530,19	45.807,29	80.337,48
CIPOTÂNEA		140.665,14	45.807,29	186.472,43
CLARAVAL		69.422,50	45.807,29	115.229,79
CLARO DOS POÇÕES		133.932,03	45.807,29	179.739,32
CLÁUDIO		28.305,00	106.883,65	135.188,65

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COIMBRA		96.736,75	45.807,29	142.544,04
COLUNA		41.569,69	45.807,29	87.376,98
COMENDADOR GOMES		35.614,07	45.807,29	81.421,36
COMERCINHO		147.756,06	45.807,29	193.563,35
CONCEIÇÃO DA APARECIDA		29.657,32	61.076,38	90.733,70
CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS		34.493,72	45.807,29	80.301,01
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS		213.595,73	106.883,65	320.479,38
CONCEIÇÃO DAS PEDRAS		42.179,23	45.807,29	87.986,52
CONCEIÇÃO DE IPANEMA		54.535,52	45.807,29	100.342,81
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO		265.436,21	91.614,55	357.050,76
CONCEIÇÃO DO PARÁ		79.602,00	45.807,29	125.409,29

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE		126.216,82	76.345,45	202.562,27
CONCEIÇÃO DOS OUROS		109.595,93	61.076,38	170.672,31
CÔNEGO MARINHO		146.378,73	45.807,29	192.186,02
CONFINS		56.211,07	45.807,29	102.018,36
CONGONHAL		152.200,34	61.076,38	213.276,72
CONGONHAS		688.209,34	167.960,02	856.169,36
CONGONHAS DO NORTE		70.077,97	45.807,29	115.885,26
CONQUISTA		75.482,12	45.807,29	121.289,41
CONSELHEIRO LAFAIETE		1.569.377,93	259.574,57	1.828.952,50
CONSELHEIRO PENA		112.105,34	91.614,55	203.719,89
CONSOLAÇÃO		26.804,23	45.807,29	72.611,52
CONTAGEM		8.356.329,37	430.550,62	8.786.879,99
COQUEIRAL		114.159,16	45.807,29	159.966,45

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CORAÇÃO DE JESUS		267.874,49	106.883,65	374.758,14
CORDISBURGO		85.671,82	45.807,29	131.479,11
CORDISLÂNDIA		43.066,99	45.807,29	88.874,28
CORINTO		173.889,24	106.883,65	280.772,89
COROACI		6.701,19	61.076,38	67.777,57
COROMANDEL		189.688,18	106.883,65	296.571,83
CORONEL FABRICIANO		1.282.151,36	244.305,48	1.526.456,84
CORONEL MURTA		140.421,81	45.807,29	186.229,10
CORONEL PACHECO		33.951,00	45.807,29	79.758,29
CORONEL XAVIER CHAVES		34.495,25	45.807,29	80.302,54
CÓRREGO DANTA		49.793,98	45.807,29	95.601,27
CÓRREGO DO BOM JESUS		38.685,98	45.807,29	84.493,27
CÓRREGO FUNDO		69.778,37	45.807,29	115.585,66
CÓRREGO NOVO		65.297,58	45.807,29	111.104,87
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS		69.060,59	45.807,29	114.867,88

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CRISÓLITA		2.747,08	45.807,29	48.554,37
CRISTAIS		77.128,90	61.076,38	138.205,28
CRISTÁLIA		88.195,55	45.807,29	134.002,84
CRISTIANO OTONI		68.199,57	45.807,29	114.006,86
CRISTINA		135.787,70	61.076,38	196.864,08
CRUCILÂNDIA		65.987,25	45.807,29	111.794,54
CRUZEIRO DA FORTALEZA		40.448,12	45.807,29	86.255,41
CRUZÍLIA		150.966,79	76.345,45	227.312,24
CUPARAQUE		86.734,56	45.807,29	132.541,85
CURRAL DE DENTRO		124.715,77	45.807,29	170.523,06
CURVELO		1.517.006,93	198.498,19	1.715.505,12
DATAS		72.090,06	45.807,29	117.897,35
DELFIN MOREIRA		96.369,63	45.807,29	142.176,92
DELFINÓPOLIS		115.063,72	45.807,29	160.871,01
DELTA		106.571,47	61.076,38	167.647,85
DESCOBERTO		76.408,75	45.807,29	122.216,04

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DESTERRO DE ENTRE RIOS		78.717,51	45.807,29	124.524,80
DESTERRO DO MELO		59.650,82	45.807,29	105.458,11
DIAMANTINA		3.646.728,00	152.690,94	3.799.418,94
DIOGO DE VASCONCELOS		64.755,38	45.807,29	110.562,67
DIONÍSIO		8.732,36	45.807,29	54.539,65
DIVINÉSIA		87.518,59	45.807,29	133.325,88
DIVINO		28.305,00	91.614,55	119.919,55
DIVINO DAS LARANJEIRAS		82.685,22	45.807,29	128.492,51
DIVINOLÂNDIA DE MINAS		5.248,46	45.807,29	51.055,75
DIVINÓPOLIS		7.760.627,47	430.550,62	8.191.178,09
DIVISA ALEGRE		113.138,71	45.807,29	158.946,00
DIVISA NOVA		63.258,66	45.807,29	109.065,95
DIVISÓPOLIS		164.972,84	61.076,38	226.049,22
DOM BOSCO		54.234,00	45.807,29	100.041,29

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOM CAVATI		69.886,34	45.807,29	115.693,63
DOM JOAQUIM		83.963,28	45.807,29	129.770,57
DOM SILVÉRIO		59.253,47	45.807,29	105.060,76
DOM VIÇOSO		43.012,46	45.807,29	88.819,75
DONA EUSÉBIA		89.842,32	45.807,29	135.649,61
DORES DE CAMPOS		76.457,92	45.807,29	122.265,21
DORES DE GUANHÃES		82.844,04	45.807,29	128.651,33
DORES DO INDAIÁ		131.547,78	76.345,45	207.893,23
DORES DO TURVO		79.751,02	45.807,29	125.558,31
DORESÓPOLIS		52.220,98	45.807,29	98.028,27
DOURADOQUARA		40.956,95	45.807,29	86.764,24
DURANDÉ		101.222,18	45.807,29	147.029,47
ELÓI MENDES		231.263,45	106.883,65	338.147,10
ENGENHEIRO CALDAS		16.284,34	61.076,38	77.360,72
ENGENHEIRO NAVARRO		151.910,66	45.807,29	197.717,95
ENTRE FOLHAS		71.353,10	45.807,29	117.160,39
ENTRE RIOS DE MINAS		108.414,49	76.345,45	184.759,94

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ERVÁLIA		84.268,18	91.614,55	175.882,73
ESMERALDAS		33.086,25	183.229,09	216.315,34
ESPERA FELIZ		28.305,00	106.883,65	135.188,65
ESPINOSA		131.416,54	122.152,75	253.569,29
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO		42.780,35	45.807,29	88.587,64
ESTIVA		71.814,69	61.076,38	132.891,07
ESTRELA DALVA		30.905,95	45.807,29	76.713,24
ESTRELA DO INDAIÁ		71.008,62	45.807,29	116.815,91
ESTRELA DO SUL		101.954,63	45.807,29	147.761,92
EUGENÓPOLIS		209.481,67	61.076,38	270.558,05
EWBANK DA CÂMARA		63.378,12	45.807,29	109.185,41
EXTREMA		62.305,00	122.152,75	184.457,75
FAMA		29.343,44	45.807,29	75.150,73
FARIA LEMOS		32.893,58	45.807,29	78.700,87
FELÍCIO DOS SANTOS		100.145,74	45.807,29	145.953,03
FELISBURGO		52.545,68	45.807,29	98.352,97
FELIXLÂNDIA		210.694,93	76.345,45	287.040,38

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FERNANDES TOURINHO		53.713,18	45.807,29	99.520,47
FERROS		137.059,44	61.076,38	198.135,82
FERVEDOURO		194.559,60	61.076,38	255.635,98
FLORESTAL		63.824,83	45.807,29	109.632,12
FORMIGA		1.431.265,07	183.229,09	1.614.494,16
FORMOSO		10.646,20	45.807,29	56.453,49
FORTALEZA DE MINAS		52.606,90	45.807,29	98.414,19
FORTUNA DE MINAS		49.740,48	45.807,29	95.547,77
FRANCISCO BADARÓ		8.618,12	61.076,38	69.694,50
FRANCISCO DUMONT		90.530,63	45.807,29	136.337,92
FRANCISCO SÁ		349.751,09	106.883,65	456.634,74
FRANCISCÓPOLIS		3.403,91	45.807,29	49.211,20
FREI GASPAR		2.194,92	45.807,29	48.002,21
FREI INOCÊNCIO		31.486,93	45.807,29	77.294,22
FREI LAGONEGRO		41.574,96	45.807,29	87.382,25
FRONTEIRA		158.477,59	91.614,55	250.092,14
FRONTEIRA DOS VALES		449,68	45.807,29	46.256,97

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FRUTA DE LEITE		112.214,25	45.807,29	158.021,54
FRUTAL		344.811,52	167.960,02	512.771,54
FUNILÂNDIA		56.026,70	45.807,29	101.833,99
GALILÉIA		102.874,43	45.807,29	148.681,72
GAMELEIRAS		2.744,65	45.807,29	48.551,94
GLAUCILÂNDIA		45.524,24	45.807,29	91.331,53
GOIABEIRA		88.426,33	45.807,29	134.233,62
GOIANÁ		42.190,12	45.807,29	87.997,41
GONÇALVES		48.232,79	45.807,29	94.040,08
GONZAGA		130.663,56	45.807,29	176.470,85
GOUVEIA		183.206,29	61.076,38	244.282,67
GOVERNADOR VALADARES		8.731.804,77	430.550,62	9.162.355,39
GRÃO MOGOL		213.993,16	76.345,45	290.338,61
GRUPIARA		43.425,30	45.807,29	89.232,59
GUANHÃES		450.528,11	122.152,75	572.680,86
GUAPÉ		198.125,39	76.345,45	274.470,84
GUARACIABA		136.088,46	61.076,38	197.164,84

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARACIAMA		80.917,03	45.807,29	126.724,32
GUARANÉSIA		187.457,30	91.614,55	279.071,85
GUARANI		126.633,52	45.807,29	172.440,81
GUARARÁ		63.540,92	45.807,29	109.348,21
GUARDA-MOR		88.217,39	45.807,29	134.024,68
GUAXUPÉ		682.221,47	167.960,02	850.181,49
GUIDOVAL		126.685,20	45.807,29	172.492,49
GUIMARÂNIA		113.080,79	45.807,29	158.888,08
GUIRICEMA		117.125,91	45.807,29	162.933,20
GURINHATÃ		104.167,17	45.807,29	149.974,46
HELIODORA		83.762,43	45.807,29	129.569,72
IAPU		211.327,07	61.076,38	272.403,45
IBERTIOGA		66.406,55	45.807,29	112.213,84
IBIÁ		119.770,76	106.883,65	226.654,41
IBIAÍ		144.105,18	45.807,29	189.912,47
IBIRACATU		114.880,50	45.807,29	160.687,79
IBIRACI		139.636,14	76.345,45	215.981,59
IBIRITÉ		1.414.674,70	430.550,62	1.845.225,32

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBITIÚRA DE MINAS		42.318,61	45.807,29	88.125,90
IBITURUNA		43.097,76	45.807,29	88.905,05
ICARAÍ DE MINAS		155.866,53	61.076,38	216.942,91
IGARAPÉ		198.305,00	137.421,84	335.726,84
IGARATINGA		147.998,61	61.076,38	209.074,99
IGUATAMA		99.908,54	45.807,29	145.715,83
IJACI		55.996,03	45.807,29	101.803,32
ILICÍNEA		210.444,60	61.076,38	271.520,98
IMBÉ DE MINAS		90.881,07	45.807,29	136.688,36
INCONFIDENTES		114.015,81	45.807,29	159.823,10
INDAIABIRA		5.635,61	45.807,29	51.442,90
INDIANÓPOLIS		94.018,68	45.807,29	139.825,97
INGAÍ		35.730,91	45.807,29	81.538,20
INHAPIM		60.435,00	106.883,65	167.318,65
INHAÚMA		87.750,89	45.807,29	133.558,18
INIMUTABA		115.531,21	45.807,29	161.338,50
IPABA		39.740,36	91.614,55	131.354,91
IPANEMA		28.305,00	91.614,55	119.919,55

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPATINGA		9.380.093,56	430.550,62	9.810.644,18
IPIAÇU		65.653,23	45.807,29	111.460,52
IPUIÚNA		13.205,30	45.807,29	59.012,59
IRAÍ DE MINAS		77.905,18	45.807,29	123.712,47
ITABIRA		2.265.023,47	259.574,57	2.524.598,04
ITABIRINHA		199.670,87	61.076,38	260.747,25
ITABIRITO		230.435,00	167.960,02	398.395,02
ITACAMBIRA		68.091,39	45.807,29	113.898,68
ITACARAMBI		95.032,08	91.614,55	186.646,63
ITAGUARA		221.107,73	61.076,38	282.184,11
ITAIPE		29.914,96	61.076,38	90.991,34
ITAJUBÁ		2.678.564,85	229.036,39	2.907.601,24
ITAMARANDIBA		279.931,93	122.152,75	402.084,68
ITAMARATI DE MINAS		57.655,30	45.807,29	103.462,59
ITAMBACURI		471.795,36	91.614,55	563.409,91
ITAMBÉ DO MATO DENTRO		50.429,51	45.807,29	96.236,80
ITAMOGI		151.134,50	61.076,38	212.210,88

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAMONTE		101.329,91	76.345,45	177.675,36
ITANHANDU		939.966,73	76.345,45	1.016.312,18
ITANHOMI		137.765,89	61.076,38	198.842,27
ITAOBIM		404.057,41	91.614,55	495.671,96
ITAPAGIPE		148.720,59	76.345,45	225.066,04
ITAPECERICA		203.328,96	91.614,55	294.943,51
ITAPEVA		95.980,70	45.807,29	141.787,99
ITATIAIUÇU		167.258,13	61.076,38	228.334,51
ITAÚ DE MINAS		182.756,46	76.345,45	259.101,91
ITAÚNA		1.301.186,28	229.036,39	1.530.222,67
ITAVERAVA		123.850,40	45.807,29	169.657,69
ITINGA		214.773,72	76.345,45	291.119,17
ITUETA		76.695,92	45.807,29	122.503,21
ITUIUTABA		1.230.949,55	244.305,48	1.475.255,03
ITUMIRIM		68.524,16	45.807,29	114.331,45
ITURAMA		213.266,65	137.421,84	350.688,49
ITUTINGA		56.891,76	45.807,29	102.699,05
JABOTICATUBAS		35.131,61	91.614,55	126.746,16

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JACINTO		124.299,65	61.076,38	185.376,03
JACUÍ		85.104,60	45.807,29	130.911,89
JACUTINGA		106.698,99	106.883,65	213.582,64
JAGUARAÇU		70.431,88	45.807,29	116.239,17
JAÍBA		603.418,47	137.421,84	740.840,31
JAMPRUCA		597,22	45.807,29	46.404,51
JANAÚBA		2.106.328,00	198.498,19	2.304.826,19
JANUÁRIA		486.465,26	183.229,09	669.694,35
JAPARAÍBA		65.476,70	45.807,29	111.283,99
JAPONVAR		143.268,10	45.807,29	189.075,39
JECEABA		60.544,68	45.807,29	106.351,97
JENIPAPO DE MINAS		99.566,22	45.807,29	145.373,51
JEQUERI		231.924,28	61.076,38	293.000,66
JEQUITAÍ		111.708,47	45.807,29	157.515,76
JEQUITIBÁ		117.898,51	45.807,29	163.705,80
JEQUITINHONHA		313.258,81	106.883,65	420.142,46
JESUÂNIA		62.423,45	45.807,29	108.230,74
JOAÍMA		90.783,57	76.345,45	167.129,02

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOANÉSIA		91.860,57	45.807,29	137.667,86
JOÃO MONLEVADE		897.055,44	198.498,19	1.095.553,63
JOÃO PINHEIRO		352.305,85	152.690,94	504.996,79
JOAQUIM FELÍCIO		63.878,20	45.807,29	109.685,49
JORDÂNIA		27.928,13	61.076,38	89.004,51
JOSÉ GONÇALVES DE MINAS		85.783,41	45.807,29	131.590,70
JOSÉ RAYDAN		70.151,81	45.807,29	115.959,10
JOSENÓPOLIS		90.363,81	45.807,29	136.171,10
JUATUBA		263.001,87	106.883,65	369.885,52
JUIZ DE FORA		19.404.261,29	430.550,62	19.834.811,91
JURAMENTO		68.829,05	45.807,29	114.636,34
JURUAIA		149.361,12	61.076,38	210.437,50
JUVENÍLIA		107.122,54	45.807,29	152.929,83
LADAINHA		254.215,27	91.614,55	345.829,82
LAGAMAR		122.450,49	45.807,29	168.257,78
LAGOA DA PRATA		198.305,00	167.960,02	366.265,02
LAGOA DOS PATOS		79.015,32	45.807,29	124.822,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DOURADA		115.624,68	61.076,38	176.701,06
LAGOA FORMOSA		104.633,60	91.614,55	196.248,15
LAGOA GRANDE		134.470,13	45.807,29	180.277,42
LAGOA SANTA		432.418,22	183.229,09	615.647,31
LAJINHA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
LAMBARI		244.373,84	91.614,55	335.988,39
LAMIM		69.340,22	45.807,29	115.147,51
LARANJAL		89.224,49	45.807,29	135.031,78
LASSANCE		4.581,36	45.807,29	50.388,65
LAVRAS		2.283.564,33	244.305,48	2.527.869,81
LEANDRO FERREIRA		48.178,30	45.807,29	93.985,59
LEME DO PRADO		84.597,07	45.807,29	130.404,36
LEOPOLDINA		119.965,82	167.960,02	287.925,84
LIBERDADE		60.517,19	45.807,29	106.324,48
LIMA DUARTE		102.309,88	76.345,45	178.655,33
LIMEIRA DO OESTE		85.766,21	45.807,29	131.573,50
LONTRA		3.853,87	45.807,29	49.661,16
LUISBURGO		85.757,81	45.807,29	131.565,10

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LUISLÂNDIA		128.105,15	45.807,29	173.912,44
LUMINÁRIAS		59.099,58	45.807,29	104.906,87
LUZ		199.614,52	91.614,55	291.229,07
MACHACALIS		108.094,83	45.807,29	153.902,12
MACHADO		264.260,43	137.421,84	401.682,27
MADRE DE DEUS DE MINAS		71.764,45	45.807,29	117.571,74
MALACACHETA		146.506,86	91.614,55	238.121,41
MAMONAS		6.489,59	45.807,29	52.296,88
MANGA		172.026,66	91.614,55	263.641,21
MANHUAÇU		1.892.899,69	213.767,28	2.106.666,97
MANHUMIRIM		28.305,00	91.614,55	119.919,55
MANTENA		455.250,40	106.883,65	562.134,05
MAR DE ESPANHA		154.328,43	61.076,38	215.404,81
MARAVILHAS		91.778,12	45.807,29	137.585,41
MARIA DA FÉ		194.123,53	76.345,45	270.468,98
MARIANA		493.567,67	167.960,02	661.527,69
MARILAC		73.420,29	45.807,29	119.227,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MÁRIO CAMPOS		6.406,74	76.345,45	82.752,19
MARIPÁ DE MINAS		39.658,85	45.807,29	85.466,14
MARLIÉRIA		70.861,19	45.807,29	116.668,48
MARMELÓPOLIS		40.091,65	45.807,29	85.898,94
MARTINHO CAMPOS		189.947,04	61.076,38	251.023,42
MARTINS SOARES		131.336,38	45.807,29	177.143,67
MATA VERDE		116.925,29	45.807,29	162.732,58
MATERLÂNDIA		99.359,37	45.807,29	145.166,66
MATEUS LEME		475.504,69	122.152,75	597.657,44
MATHIAS LOBATO		658,63	45.807,29	46.465,92
MATIAS BARBOSA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
MATIAS CARDOSO		178.694,66	61.076,38	239.771,04
MATIPÓ		268.270,68	91.614,55	359.885,23
MATO VERDE		17.706,45	61.076,38	78.782,83
MATOZINHOS		176.623,04	137.421,84	314.044,88
MATUTINA		60.818,51	45.807,29	106.625,80
MEDEIROS		53.896,34	45.807,29	99.703,63
MEDINA		174.505,62	91.614,55	266.120,17

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MENDES PIMENTEL		99.457,41	45.807,29	145.264,70
MERCÊS		118.171,78	61.076,38	179.248,16
MESQUITA		104.341,29	45.807,29	150.148,58
MINAS NOVAS		359.066,59	122.152,75	481.219,34
MINDURI		44.070,76	45.807,29	89.878,05
MIRABELA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
MIRADOURO		156.624,83	61.076,38	217.701,21
MIRAÍ		221.832,46	76.345,45	298.177,91
MIRAVÂNIA		82.209,90	45.807,29	128.017,19
MOEDA		63.512,46	45.807,29	109.319,75
MOEMA		106.309,06	45.807,29	152.116,35
MONJOLOS		41.876,65	45.807,29	87.683,94
MONSENHOR PAULO		104.894,84	45.807,29	150.702,13
MONTALVÂNIA		244.050,55	76.345,45	320.396,00
MONTE ALEGRE DE MINAS		113.032,76	91.614,55	204.647,31
MONTE AZUL		261.498,62	91.614,55	353.113,17
MONTE BELO		106.311,47	61.076,38	167.387,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MONTE CARMELO		364.161,76	152.690,94	516.852,70
MONTE FORMOSO		82.656,36	45.807,29	128.463,65
MONTE SANTO DE MINAS		28.305,00	91.614,55	119.919,55
MONTE SIÃO		158.231,89	0,00	158.231,89
MONTES CLAROS		15.562.808,79	430.550,62	15.993.359,41
MONTEZUMA		174.240,05	45.807,29	220.047,34
MORADA NOVA DE MINAS		111.829,79	45.807,29	157.637,08
MORRO DA GARÇA		55.171,95	45.807,29	100.979,24
MORRO DO PILAR		60.127,92	45.807,29	105.935,21
MUNHOZ		75.725,16	45.807,29	121.532,45
MURIAÉ		163.086,25	244.305,48	407.391,73
MUTUM		33.305,00	106.883,65	140.188,65
MUZAMBINHO		181.247,52	91.614,55	272.862,07
NACIP RAYDAN		65.715,69	45.807,29	111.522,98
NANUQUE		200.867,37	137.421,84	338.289,21
NAQUE		103.068,61	45.807,29	148.875,90

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NATALÂNDIA		41.434,30	45.807,29	87.241,59
NATÉRCIA		57.290,05	45.807,29	103.097,34
NAZARENO		106.342,79	45.807,29	152.150,08
NEPOMUCENO		87.525,55	106.883,65	194.409,20
NINHEIRA		179.688,26	61.076,38	240.764,64
NOVA BELÉM		65.300,38	45.807,29	111.107,67
NOVA ERA		136.705,14	91.614,55	228.319,69
NOVA LIMA		303.866,25	229.036,39	532.902,64
NOVA MÓDICA		622,13	45.807,29	46.429,42
NOVA PONTE		111.909,43	76.345,45	188.254,88
NOVA PORTEIRINHA		143.898,16	45.807,29	189.705,45
NOVA RESENDE		227.076,89	76.345,45	303.422,34
NOVA SERRANA		526.245,30	11.642,52	537.887,82
NOVA UNIÃO		89.412,59	45.807,29	135.219,88
NOVO CRUZEIRO		181.450,66	122.152,75	303.603,41
NOVO ORIENTE DE MINAS		148.614,30	61.076,38	209.690,68
NOVORIZONTE		96.927,58	45.807,29	142.734,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OLARIA		40.801,12	45.807,29	86.608,41
OLHOS-D'ÁGUA		89.551,26	45.807,29	135.358,55
OLÍMPIO NORONHA		38.582,67	45.807,29	84.389,96
OLIVEIRA		215.435,00	137.421,84	352.856,84
OLIVEIRA FORTES		39.588,24	45.807,29	85.395,53
ONÇA DE PITANGUI		57.173,55	45.807,29	102.980,84
ORATÓRIOS		71.903,92	45.807,29	117.711,21
ORIZÂNIA		112.055,87	45.807,29	157.863,16
OURO BRANCO		133.877,06	137.421,84	271.298,90
OURO FINO		131.774,04	122.152,75	253.926,79
OURO PRETO		1.005.825,37	198.498,19	1.204.323,56
OURO VERDE DE MINAS		4.356,80	45.807,29	50.164,09
PADRE CARVALHO		85.686,33	45.807,29	131.493,62
PADRE PARAÍSO		185.401,36	91.614,55	277.015,91
PAI PEDRO		4.300,42	45.807,29	50.107,71
PAINEIRAS		61.511,67	45.807,29	107.318,96
PAINS		98.966,97	45.807,29	144.774,26

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAIVA		28.661,16	45.807,29	74.468,45
PALMA		129.793,56	45.807,29	175.600,85
PALMÓPOLIS		133.198,56	45.807,29	179.005,85
PAPAGAIOS		105.007,88	76.345,45	181.353,33
PARÁ DE MINAS		1.626.886,42	229.036,39	1.855.922,81
PARACATU		585.021,79	229.036,39	814.058,18
PARAGUAÇU		63.846,41	91.614,55	155.460,96
PARAISÓPOLIS		175.454,62	91.614,55	267.069,17
PARAOPEBA		155.979,84	106.883,65	262.863,49
PASSA QUATRO		98.026,75	76.345,45	174.372,20
PASSA TEMPO		120.863,63	45.807,29	166.670,92
PASSABÉM		33.491,95	45.807,29	79.299,24
PASSA-VINTE		30.702,12	45.807,29	76.509,41
PASSOS		1.182.532,92	244.305,48	1.426.838,40
PATIS		102.724,71	45.807,29	148.532,00
PATOS DE MINAS		3.488.653,49	415.281,53	3.903.935,02
PATROCÍNIO		1.999.904,46	213.767,28	2.213.671,74

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PATROCÍNIO DO MURIAÉ		86.895,05	45.807,29	132.702,34
PAULA CÂNDIDO		198.948,64	45.807,29	244.755,93
PAULISTAS		73.562,69	45.807,29	119.369,98
PAVÃO		120.543,16	45.807,29	166.350,45
PEÇANHA		178.484,63	91.614,55	270.099,18
PEDRA AZUL		286.286,35	106.883,65	393.170,00
PEDRA BONITA		100.668,65	45.807,29	146.475,94
PEDRA DO ANTA		118.614,49	45.807,29	164.421,78
PEDRA DO INDAIÁ		58.672,04	45.807,29	104.479,33
PEDRA DOURADA		45.813,76	45.807,29	91.621,05
PEDRALVA		147.458,20	61.076,38	208.534,58
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ		175.358,47	61.076,38	236.434,85
PEDRINÓPOLIS		42.415,20	45.807,29	88.222,49
PEDRO LEOPOLDO		361.808,38	183.229,09	545.037,47
PEDRO TEIXEIRA		44.308,91	45.807,29	90.116,20
PEQUERI		47.799,55	45.807,29	93.606,84

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEQUI		57.481,43	45.807,29	103.288,72
PERDIGÃO		140.260,21	61.076,38	201.336,59
PERDIZES		243.907,87	76.345,45	320.253,32
PERDÕES		154.386,08	91.614,55	246.000,63
PERIQUITO		119.337,04	45.807,29	165.144,33
PESCADOR		77.481,75	45.807,29	123.289,04
PIAU		44.843,02	45.807,29	90.650,31
PIEDADE DE CARATINGA		167.855,05	45.807,29	213.662,34
PIEDADE DE PONTE NOVA		52.616,03	45.807,29	98.423,32
PIEDADE DO RIO GRANDE		61.601,35	45.807,29	107.408,64
PIEDADE DOS GERAIS		63.992,53	45.807,29	109.799,82
PIMENTA		150.781,74	45.807,29	196.589,03
PINGO-D'ÁGUA		95.799,13	45.807,29	141.606,42
PINTÓPOLIS		116.441,52	45.807,29	162.248,81
PIRACEMA		114.179,34	45.807,29	159.986,63

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PIRAJUBA		51.598,96	45.807,29	97.406,25
PIRANGA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
PIRANGUÇU		39.139,53	45.807,29	84.946,82
PIRANGUINHO		138.053,59	45.807,29	183.860,88
PIRAPETINGA		145.005,21	61.076,38	206.081,59
PIRAPORA		1.408.909,06	167.960,02	1.576.869,08
PIRAÚBA		149.111,75	61.076,38	210.188,13
PITANGUI		305.534,18	106.883,65	412.417,83
PIUMHI		72.866,25	122.152,75	195.019,00
PLANURA		10.488,56	61.076,38	71.564,94
POÇO FUNDO		85.711,33	76.345,45	162.056,78
POÇOS DE CALDAS		5.864.121,64	430.550,62	6.294.672,26
POCRANE		101.433,49	45.807,29	147.240,78
POMPÉU		28.305,00	122.152,75	150.457,75
PONTE NOVA		3.040.360,81	167.960,02	3.208.320,83
PONTO CHIQUE		74.002,75	45.807,29	119.810,04
PONTO DOS VOLANTES		11.827,99	61.076,38	72.904,37

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTEIRINHA		314.852,18	137.421,84	452.274,02
PORTO FIRME		238.592,29	61.076,38	299.668,67
POTÉ		79.508,27	76.345,45	155.853,72
POUSO ALEGRE		6.305.973,73	415.281,53	6.721.255,26
POUSO ALTO		46.941,40	45.807,29	92.748,69
PRADOS		100.076,75	45.807,29	145.884,04
PRATA		364.012,38	106.883,65	470.896,03
PRATÁPOLIS		107.693,68	45.807,29	153.500,97
PRATINHA		1.635,34	45.807,29	47.442,63
PRESIDENTE BERNARDES		120.393,25	45.807,29	166.200,54
PRESIDENTE JUSCELINO		81.831,15	45.807,29	127.638,44
PRESIDENTE KUBITSCHEK		44.738,35	45.807,29	90.545,64
PRESIDENTE OLEGÁRIO		249.251,42	91.614,55	340.865,97
PRUDENTE DE MORAIS		109.628,14	61.076,38	170.704,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUARTEL GERAL		42.621,29	45.807,29	88.428,58
QUELUZITO		32.212,92	45.807,29	78.020,21
RAPOSOS		93.882,36	76.345,45	170.227,81
RAUL SOARES		145.468,31	106.883,65	252.351,96
RECREIO		119.627,70	61.076,38	180.704,08
REDUTO		89.367,82	45.807,29	135.175,11
RESENDE COSTA		87.746,83	61.076,38	148.823,21
RESPLENDOR		198.439,56	91.614,55	290.054,11
RESSAQUINHA		65.421,21	45.807,29	111.228,50
RIACHINHO		118.631,92	45.807,29	164.439,21
RIACHO DOS MACHADOS		116.592,40	45.807,29	162.399,69
RIBEIRÃO DAS NEVES		2.825.726,04	430.550,62	3.256.276,66
RIBEIRÃO VERMELHO		37.443,54	45.807,29	83.250,83
RIO ACIMA		79.388,88	61.076,38	140.465,26
RIO CASCA		159.161,59	76.345,45	235.507,04
RIO DO PRADO		4.646,36	45.807,29	50.453,65
RIO DOCE		41.125,12	45.807,29	86.932,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO ESPERA		123.958,64	45.807,29	169.765,93
RIO MANSO		62.258,39	45.807,29	108.065,68
RIO NOVO		53.556,04	45.807,29	99.363,33
RIO PARANAÍBA		23.448,51	61.076,38	84.524,89
RIO PARDO DE MINAS		28.305,00	122.152,75	150.457,75
RIO PIRACICABA		135.981,22	76.345,45	212.326,67
RIO POMBA		201.564,54	91.614,55	293.179,09
RIO PRETO		68.392,61	45.807,29	114.199,90
RIO VERMELHO		79.208,74	61.076,38	140.285,12
RITÁPOLIS		59.204,54	45.807,29	105.011,83
ROCHEDO DE MINAS		30.048,30	45.807,29	75.855,59
RODEIRO		121.044,09	45.807,29	166.851,38
ROMARIA		44.753,68	45.807,29	90.560,97
ROSÁRIO DA LIMEIRA		71.889,03	45.807,29	117.696,32
RUBELITA		7.050,66	45.807,29	52.857,95
RUBIM		69.191,82	61.076,38	130.268,20
SABARÁ		1.168.183,76	274.843,66	1.443.027,42
SABINÓPOLIS		266.818,87	76.345,45	343.164,32

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SACRAMENTO		136.914,07	106.883,65	243.797,72
SALINAS		612.286,10	137.421,84	749.707,94
SALTO DA DIVISA		114.578,62	45.807,29	160.385,91
SANTA BÁRBARA		172.856,31	122.152,75	295.009,06
SANTA BÁRBARA DO LESTE		103.500,50	45.807,29	149.307,79
SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE		31.924,57	45.807,29	77.731,86
SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO		72.147,88	45.807,29	117.955,17
SANTA CRUZ DE MINAS		69.073,86	45.807,29	114.881,15
SANTA CRUZ DE SALINAS		71.091,91	45.807,29	116.899,20
SANTA CRUZ DO ESCALVADO		77.728,36	45.807,29	123.535,65
SANTA EFIGÊNIA DE MINAS		60.745,63	45.807,29	106.552,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA FÉ DE MINAS		763,56	45.807,29	46.570,85
SANTA HELENA DE MINAS		118.803,81	45.807,29	164.611,10
SANTA JULIANA		97.783,65	76.345,45	174.129,10
SANTA LUZIA		1.914.606,60	430.550,62	2.345.157,22
SANTA MARGARIDA		28.305,00	76.345,45	104.650,45
SANTA MARIA DE ITABIRA		9.245,99	61.076,38	70.322,37
SANTA MARIA DO SALTO		100.211,67	45.807,29	146.018,96
SANTA MARIA DO SUAÇUI		209.371,40	76.345,45	285.716,85
SANTA RITA DE CALDAS		107.418,11	45.807,29	153.225,40
SANTA RITA DE IBITIPOCA		86.884,36	45.807,29	132.691,65
SANTA RITA DE JACUTINGA		64.086,20	45.807,29	109.893,49

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA RITA DE MINAS		94.956,46	45.807,29	140.763,75
SANTA RITA DO ITUETO		85.413,83	45.807,29	131.221,12
SANTA RITA DO SAPUCAÍ		84.305,00	137.421,84	221.726,84
SANTA ROSA DA SERRA		37.496,50	45.807,29	83.303,79
SANTA VITÓRIA		288.543,96	91.614,55	380.158,51
SANTANA DA VARGEM		99.529,35	45.807,29	145.336,64
SANTANA DE CATAGUASES		76.856,41	45.807,29	122.663,70
SANTANA DE PIRAPAMA		129.301,68	45.807,29	175.108,97
SANTANA DO DESERTO		50.513,70	45.807,29	96.320,99
SANTANA DO GARAMBÉU		41.447,20	45.807,29	87.254,49
SANTANA DO JACARÉ		64.994,30	45.807,29	110.801,59

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTANA DO MANHUAÇU		119.332,46	45.807,29	165.139,75
SANTANA DO PARAÍSO		47.743,98	122.152,75	169.896,73
SANTANA DO RIACHO		64.501,65	45.807,29	110.308,94
SANTANA DOS MONTES		63.541,40	45.807,29	109.348,69
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO		451.290,33	91.614,55	542.904,88
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO		42.937,40	45.807,29	88.744,69
SANTO ANTÔNIO DO GRAMA		82.106,98	45.807,29	127.914,27
SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ		70.060,32	45.807,29	115.867,61
SANTO ANTÔNIO DO JACINTO		152.259,11	61.076,38	213.335,49
SANTO ANTÔNIO DO MONTE		423.194,02	106.883,65	530.077,67

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DO RETIRO		155.733,79	45.807,29	201.541,08
SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO		31.816,29	45.807,29	77.623,58
SANTO HIPÓLITO		69.538,48	45.807,29	115.345,77
SANTOS DUMONT		458.430,65	152.690,94	611.121,59
SÃO BENTO ABADE		57.934,02	45.807,29	103.741,31
SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ		50.058,28	45.807,29	95.865,57
SÃO DOMINGOS DAS DORES		66.826,20	45.807,29	112.633,49
SÃO DOMINGOS DO PRATA		120.788,65	91.614,55	212.403,20
SÃO FÉLIX DE MINAS		58.703,11	45.807,29	104.510,40
SÃO FRANCISCO		33.086,25	167.960,02	201.046,27
SÃO FRANCISCO DE PAULA		118.516,16	45.807,29	164.323,45
SÃO FRANCISCO DE SALES		17.934,53	45.807,29	63.741,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA		104.565,41	45.807,29	150.372,70
SÃO GERALDO		175.608,71	61.076,38	236.685,09
SÃO GERALDO DA PIEDADE		70.899,29	45.807,29	116.706,58
SÃO GERALDO DO BAIXIO		73.575,17	45.807,29	119.382,46
SÃO GONÇALO DO ABAETÉ		89.542,17	45.807,29	135.349,46
SÃO GONÇALO DO PARÁ		145.827,56	61.076,38	206.903,94
SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO		191.791,10	61.076,38	252.867,48
SÃO GONÇALO DO RIO PRETO		69.803,76	45.807,29	115.611,05
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ		190.902,48	106.883,65	297.786,13
SÃO GOTARDO		156.252,79	122.152,75	278.405,54

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA		105.934,38	45.807,29	151.741,67
SÃO JOÃO DA LAGOA		99.409,13	45.807,29	145.216,42
SÃO JOÃO DA MATA		41.338,90	45.807,29	87.146,19
SÃO JOÃO DA PONTE		28.305,00	106.883,65	135.188,65
SÃO JOÃO DAS MISSÕES		210.287,99	61.076,38	271.364,37
SÃO JOÃO DEL REI		2.528.473,69	213.767,28	2.742.240,97
SÃO JOÃO DO MANHUAÇU		159.883,52	61.076,38	220.959,90
SÃO JOÃO DO MANTENINHA		124.529,66	45.807,29	170.336,95
SÃO JOÃO DO ORIENTE		131.805,14	45.807,29	177.612,43
SÃO JOÃO DO PACUÍ		71.182,66	45.807,29	116.989,95
SÃO JOÃO DO PARAÍSO		167.571,03	91.614,55	259.185,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO EVANGELISTA		152.390,44	76.345,45	228.735,89
SÃO JOÃO NEPOMUCENO		214.969,23	106.883,65	321.852,88
SÃO JOAQUIM DE BICAS		198.305,00	122.152,75	320.457,75
SÃO JOSÉ DA BARRA		71.468,94	45.807,29	117.276,23
SÃO JOSÉ DA LAPA		236.208,27	91.614,55	327.822,82
SÃO JOSÉ DA SAFIRA		66.817,06	45.807,29	112.624,35
SÃO JOSÉ DA VARGINHA		65.626,40	45.807,29	111.433,69
SÃO JOSÉ DO ALEGRE		37.296,34	45.807,29	83.103,63
SÃO JOSÉ DO DIVINO		77.514,57	45.807,29	123.321,86
SÃO JOSÉ DO GOIABAL		70.314,20	45.807,29	116.121,49
SÃO JOSÉ DO JACURI		91.176,29	45.807,29	136.983,58
SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO		35.174,02	45.807,29	80.981,31

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO LOURENÇO		2.045.987,48	152.690,94	2.198.678,42
SÃO MIGUEL DO ANTA		134.234,92	45.807,29	180.042,21
SÃO PEDRO DA UNIÃO		81.468,07	45.807,29	127.275,36
SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ		85.730,58	45.807,29	131.537,87
SÃO PEDRO DOS FERROS		105.569,12	45.807,29	151.376,41
SÃO ROMÃO		147.002,27	61.076,38	208.078,65
SÃO ROQUE DE MINAS		83.035,96	45.807,29	128.843,25
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA		62.842,08	45.807,29	108.649,37
SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE		56.060,34	45.807,29	101.867,63
SÃO SEBASTIÃO DO ANTA		69.924,74	45.807,29	115.732,03
SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO		111.191,80	61.076,38	172.268,18

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO OESTE		96.663,25	45.807,29	142.470,54
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO		3.805.649,33	183.229,09	3.988.878,42
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO		29.169,21	45.807,29	74.976,50
SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE		1.780,63	45.807,29	47.587,92
SÃO THOMÉ DAS LETRAS		97.484,19	45.807,29	143.291,48
SÃO TIAGO		127.708,90	61.076,38	188.785,28
SÃO TOMÁS DE AQUINO		108.407,64	45.807,29	154.214,93
SÃO VICENTE DE MINAS		28.305,00	45.807,29	74.112,29
SAPUCAÍ-MIRIM		36.088,36	45.807,29	81.895,65
SARDOÁ		82.859,00	45.807,29	128.666,29
SARZEDO		532.298,79	122.152,75	654.451,54

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SEM-PEIXE		36.719,47	45.807,29	82.526,76
SENADOR AMARAL		75.961,44	45.807,29	121.768,73
SENADOR CORTES		30.361,25	45.807,29	76.168,54
SENADOR FIRMINO		167.608,98	45.807,29	213.416,27
SENADOR JOSÉ BENTO		44.117,23	45.807,29	89.924,52
SENADOR MODESTINO GONÇALVES		76.769,04	45.807,29	122.576,33
SENHORA DE OLIVEIRA		97.425,90	45.807,29	143.233,19
SENHORA DO PORTO		79.326,67	45.807,29	125.133,96
SENHORA DOS REMÉDIOS		133.719,82	61.076,38	194.796,20
SERICITA		101.209,96	45.807,29	147.017,25
SERITINGA		43.930,94	45.807,29	89.738,23
SERRA AZUL DE MINAS		91.105,35	45.807,29	136.912,64
SERRA DA SAUDADE		41.519,87	45.807,29	87.327,16
SERRA DO SALITRE		16.681,39	61.076,38	77.757,77
SERRA DOS AIMORÉS		119.347,68	45.807,29	165.154,97
SERRANIA		13.789,21	45.807,29	59.596,50

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRANÓPOLIS DE MINAS		70.626,60	45.807,29	116.433,89
SERRANOS		41.092,48	45.807,29	86.899,77
SERRO		292.752,77	91.614,55	384.367,32
SETE LAGOAS		4.542.102,81	430.550,62	4.972.653,43
SETUBINHA		170.044,99	61.076,38	231.121,37
SILVEIRÂNIA		50.701,61	45.807,29	96.508,90
SILVIANÓPOLIS		79.610,96	45.807,29	125.418,25
SIMÃO PEREIRA		31.638,00	45.807,29	77.445,29
SIMONÉSIA		28.305,00	91.614,55	119.919,55
SOBRÁLIA		102.944,27	45.807,29	148.751,56
SOLEDADE DE MINAS		1.153,73	45.807,29	46.961,02
TABULEIRO		78.864,40	45.807,29	124.671,69
TAIOBEIRAS		1.221.328,79	122.152,75	1.343.481,54
TAPARUBA		68.873,90	45.807,29	114.681,19
TAPIRA		39.242,64	45.807,29	85.049,93
TAPIRAÍ		28.599,06	45.807,29	74.406,35

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TAQUARAÇU DE MINAS		38.398,19	45.807,29	84.205,48
TARUMIRIM		258.279,97	76.345,45	334.625,42
TEIXEIRAS		159.010,74	61.076,38	220.087,12
TEÓFILO OTONI		6.352.248,65	274.843,66	6.627.092,31
TIMÓTEO		758.384,77	213.767,28	972.152,05
TIRADENTES		66.624,08	45.807,29	112.431,37
TIROS		121.815,30	45.807,29	167.622,59
TOCANTINS		186.597,65	76.345,45	262.943,10
TOCOS DO MOJI		35.806,00	45.807,29	81.613,29
TOLEDO		70.824,64	45.807,29	116.631,93
TOMBOS		42.748,99	45.807,29	88.556,28
TRÊS CORAÇÕES		1.227.747,26	198.498,19	1.426.245,45
TRÊS MARIAS		180.270,89	122.152,75	302.423,64
TRÊS PONTAS		1.086.797,96	167.960,02	1.254.757,98
TUMIRITINGA		95.629,83	45.807,29	141.437,12
TUPACIGUARA		356.315,69	106.883,65	463.199,34
TURMALINA		320.381,25	91.614,55	411.995,80

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TURVOLÂNDIA		61.366,17	45.807,29	107.173,46
UBÁ		176.086,25	26.911,60	202.997,85
UBAÍ		175.597,08	61.076,38	236.673,46
UBAPORANGA		146.775,38	61.076,38	207.851,76
UBERABA		11.459.298,61	430.550,62	11.889.849,23
UBERLÂNDIA		19.855.104,56	430.550,62	20.285.655,18
UMBURATIBA		43.597,73	45.807,29	89.405,02
UNAÍ		630.177,29	213.767,28	843.944,57
UNIÃO DE MINAS		52.509,68	45.807,29	98.316,97
URUANA DE MINAS		54.937,29	45.807,29	100.744,58
URUCÂNIA		131.107,07	61.076,38	192.183,45
URUCUIA		59.160,95	76.345,45	135.506,40
VARGEM ALEGRE		104.777,24	45.807,29	150.584,53
VARGEM BONITA		36.244,15	45.807,29	82.051,44
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO		99.171,30	45.807,29	144.978,59
VARGINHA		4.745.139,17	274.843,66	5.019.982,83
VARJÃO DE MINAS		98.947,73	45.807,29	144.755,02

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MG: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

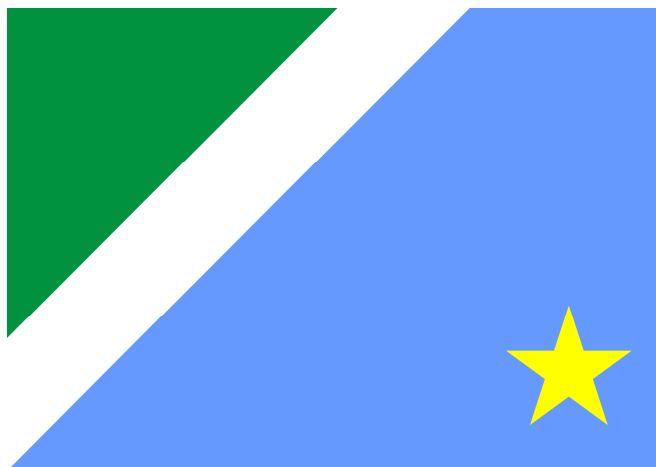
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA DA PALMA		216.749,84	137.421,84	354.171,68
VARZELÂNDIA		427.057,21	91.614,55	518.671,76
VAZANTE		87.439,31	91.614,55	179.053,86
VERDELÂNDIA		193.677,39	45.807,29	239.484,68
VEREDINHA		120.920,12	45.807,29	166.727,41
VERÍSSIMO		42.815,91	45.807,29	88.623,20
VERMELHO NOVO		58.672,20	45.799,83	104.472,03
VESPASIANO		1.004.502,79	259.574,57	1.264.077,36
VIÇOSA		1.982.556,35	198.498,19	2.181.054,54
VIEIRAS		58.824,54	45.807,29	104.631,83
VIRGEM DA LAPA		95.466,59	76.345,45	171.812,04
VIRGÍNIA		103.230,16	45.807,29	149.037,45
VIRGINÓPOLIS		75.375,49	61.076,38	136.451,87
VIRGOLÂNDIA		127.949,03	45.807,29	173.756,32
VISCONDE DO RIO BRANCO		448.364,67	137.421,84	585.786,51
VOLTA GRANDE		62.784,70	45.807,29	108.591,99
WENCESLAU BRAZ		35.465,85	45.807,29	81.273,14

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**MATO GROSSO DO SUL**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO MS: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.200	
	Álcool etílico 100ml	1.248	
	Óculos proteção	980	
	Luva para procedimento não cirúrgico	335.548	
	Sapatilha	2.200	
	Máscara 3 camadas	185.000	
	Avental	18.173	
	Touca hospitalar	3.800	
Leitos-Covid	10 leitos (instalados em 15/04) no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul		
Testes RT PCT	23.000		
Testes rápidos	7.047 na 1ª distribuição	7.520 na 2ª distribuição	13.180 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,95 milhões		R\$ 9,95 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,68 milhões	R\$ 7,68 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 5,60 milhões		R\$ 73,79 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 7,89 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 11,66 milhões	R\$ 48,63 milhões	

R\$ 91,43 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA CLARA		8.526,55	79.624,30	88.150,85
ALCINÓPOLIS		4.408,88	47.774,58	52.183,46
AMAMBAI		209.676,35	143.323,74	353.000,09
ANASTÁCIO		57.939,09	111.474,03	169.413,12
ANAUROLÂNDIA		5.313,33	47.774,58	53.087,91
ANGÉLICA		4.332,20	63.699,43	68.031,63
ANTÔNIO JOÃO		10.639,56	47.774,58	58.414,14
APARECIDA DO TABOADO		122.691,96	111.474,03	234.165,99
AQUIDAUANA		1.158.196,30	159.248,61	1.317.444,91
ARAL MOREIRA		9.909,83	63.699,43	73.609,26
BANDEIRANTES		17.350,36	47.774,58	65.124,94
BATAGUASSU		18.291,45	95.549,14	113.840,59
BATAYPORÃ		15.648,37	63.699,43	79.347,80
BELA VISTA		41.306,95	111.474,03	152.780,98
BODOQUENA		5.703,30	47.774,58	53.477,88
BONITO		102.779,26	95.549,14	198.328,40
BRASILÂNDIA		8.299,19	63.699,43	71.998,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAARAPÓ		89.740,65	111.474,03	201.214,68
CAMAPUÃ		61.247,74	79.624,30	140.872,04
CAMPO GRANDE		29.358.268,29	733.592,62	30.091.860,91
CARACOL		297,18	47.774,58	48.071,76
CASSILÂNDIA		157.181,19	95.549,14	252.730,33
CHAPADÃO DO SUL		267.257,15	111.474,03	378.731,18
CORGUINHO		2.723,81	47.774,58	50.498,39
CORONEL SAPUCAIA		1.250,00	79.624,30	80.874,30
CORUMBÁ		1.925.906,32	254.797,75	2.180.704,07
COSTA RICA		175.169,19	95.549,14	270.718,33
COXIM		446.176,25	127.398,89	573.575,14
DEODÁPOLIS		4.202,80	63.699,43	67.902,23
DOIS IRMÃOS DO BURITI		782,93	63.699,43	64.482,36
DOURADINA		3.115,04	47.774,58	50.889,62
DOURADOS		7.267.994,63	412.373,76	7.680.368,39
ELDORADO		8.000,00	63.699,43	71.699,43
FÁTIMA DO SUL		80.821,62	95.549,14	176.370,76

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FIGUEIRÃO		4.166,46	47.774,58	51.941,04
GLÓRIA DE DOURADOS		5.663,48	47.774,58	53.438,06
GUIA LOPES DA LAGUNA		6.149,46	47.774,58	53.924,04
IGUATEMI		39.899,59	79.624,30	119.523,89
INOCÊNCIA		1.010,75	47.774,58	48.785,33
ITAPORÃ		15.457,89	111.474,03	126.931,92
ITAQUIRAÍ		3.649,67	95.549,14	99.198,81
IVINHEMA		123.656,05	95.549,14	219.205,19
JAPORÃ		3.075,01	47.774,58	50.849,59
JARAGUARI		8.367,53	47.774,58	56.142,11
JARDIM		185.735,40	111.474,03	297.209,43
JATEÍ		2.571,73	47.774,58	50.346,31
JUTI		71.163,90	47.774,58	118.938,48
LADÁRIO		16.780,53	95.549,14	112.329,67
LAGUNA CARAPÃ		1.565,83	47.774,58	49.340,41
MARACAJU		345.665,45	159.248,61	504.914,06

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MIRANDA		18.992,39	111.474,03	130.466,42
MUNDO NOVO		10.869,55	95.549,14	106.418,69
NAVIRAÍ		577.457,23	175.173,45	752.630,68
NIOAQUE		18.477,49	79.624,30	98.101,79
NOVA ALVORADA DO SUL		7.400,99	95.549,14	102.950,13
NOVA ANDRADINA		519.777,43	175.173,45	694.950,88
NOVO HORIZONTE DO SUL		1.083,33	47.774,58	48.857,91
PARAÍSO DAS ÁGUAS		0,00	47.774,66	47.774,66
PARANAÍBA		634.505,08	143.323,74	777.828,82
PARANHOS		12.597,58	79.624,30	92.221,88
PEDRO GOMES		8.887,90	47.774,58	56.662,48
PONTA PORÃ		395.409,14	7.633,91	403.043,05
PORTO MURTINHO		3.919,94	95.549,14	99.469,08
RIBAS DO RIO PARDO		9.641,00	111.474,03	121.115,03
RIO BRILHANTE		162.479,60	0,00	162.479,60
RIO NEGRO		4.959,17	47.774,58	52.733,75

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO VERDE DE MATO GROSSO		98.144,59	95.549,14	193.693,73
ROCHEDO		4.745,63	47.774,58	52.520,21
SANTA RITA DO PARDO		1.202,33	47.774,58	48.976,91
SÃO GABRIEL DO OESTE		541.854,93	111.474,03	653.328,96
SELVÍRIA		19.554,32	47.774,58	67.328,90
SETE QUEDAS		1.064,08	63.699,43	64.763,51
SIDROLÂNDIA		403.188,00	175.173,45	578.361,45
SONORA		8.188,21	95.549,14	103.737,35
TACURU		3.092,15	63.699,43	66.791,58
TAQUARUSSU		3.124,30	47.774,58	50.898,88
TERENOS		46.745,56	95.549,14	142.294,70
TRÊS LAGOAS		2.616.991,69	270.722,61	2.887.714,30
VICENTINA		10.825,76	47.774,58	58.600,34

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**MATO GROSSO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO MT: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.200	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	2.760	
	Luva para procedimento não cirúrgico	422.048	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	237.500	
	Avental	16.532	
	Touca hospitalar	4.800	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Estadual Santa Casa		
Testes RT PCT	4.632		
Testes rápidos	7.245 na 1ª distribuição	7.840 na 2ª distribuição	13.760 na 2ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,08 milhões		R\$ 9,08 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 9,72 milhões	R\$ 9,72 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,91 milhões		R\$ 73,55 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,73 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 14,20 milhões	R\$ 42,69 milhões	

R\$ 92,36 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACORIZAL		10.548,99	41.592,11	52.141,10
ÁGUA BOA		226.882,62	97.048,27	323.930,89
ALTA FLORESTA		177.721,69	152.504,44	330.226,13
ALTO ARAGUAIA		52.462,50	83.184,25	135.646,75
ALTO BOA VISTA		10.979,01	41.592,11	52.571,12
ALTO GARÇAS		13.940,81	55.456,16	69.396,97
ALTO PARAGUAI		13.146,12	55.456,16	68.602,28
ALTO TAQUARI		20.884,57	55.456,16	76.340,73
APIACÁS		32.865,03	41.592,11	74.457,14
ARAGUAIANA		1.537,42	41.592,11	43.129,53
ARAGUAINHA		996,38	41.592,11	42.588,49
ARAPUTANGA		53.582,01	69.320,19	122.902,20
ARENÁPOLIS		36.941,06	41.592,11	78.533,17
ARIPUANÃ		76.652,15	83.184,25	159.836,40
BARÃO DE MELGAÇO		8.449,68	41.592,11	50.041,79
BARRA DO BUGRES		80.681,95	110.912,33	191.594,28
BARRA DO GARÇAS		1.013.562,38	152.504,44	1.166.066,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS DO ARAGUAIA		8.235,67	41.592,11	49.827,78
BRASNORTE		86.805,95	83.184,25	169.990,20
CÁCERES		330.005,33	207.960,60	537.965,93
CAMPINÁPOLIS		92.844,76	69.320,19	162.164,95
CAMPO NOVO DO PARECIS		205.702,99	110.912,33	316.615,32
CAMPO VERDE		217.708,72	124.776,37	342.485,09
CAMPOS DE JÚLIO		15.283,55	41.592,11	56.875,66
CANABRAVA DO NORTE		11.887,16	41.592,11	53.479,27
CANARANA		109.909,53	83.184,25	193.093,78
CARLINDA		26.731,00	55.456,16	82.187,16
CASTANHEIRA		17.615,38	41.592,11	59.207,49
CHAPADA DOS GUIMARÃES		48.120,27	83.184,25	131.304,52
CLÁUDIA		41.040,73	55.456,16	96.496,89

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COCALINHO		22.213,97	41.592,11	63.806,08
COLÍDER		120.702,85	110.912,33	231.615,18
COLNIZA		134.440,27	0,00	134.440,27
COMODORO		92.973,40	83.184,25	176.157,65
CONFRESA		215.200,86	0,00	215.200,86
CONQUISTA D'OESTE		4.525,07	41.592,11	46.117,18
COTRIGUAÇU		80.634,94	83.184,25	163.819,19
CUIABÁ		23.960.571,65	652.082,31	24.612.653,96
CURVELÂNDIA		5.538,84	41.592,11	47.130,95
DENISE		35.155,02	41.592,11	76.747,13
DIAMANTINO		182.525,40	83.184,25	265.709,65
DOM AQUINO		27.130,45	41.592,11	68.722,56
FELIZ NATAL		21.765,81	69.320,19	91.086,00
FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE		5.594,19	41.592,11	47.186,30
GAÚCHA DO NORTE		16.444,06	41.592,11	58.036,17
GENERAL CARNEIRO		10.056,48	41.592,11	51.648,59
GLÓRIA D'OESTE		5.022,16	41.592,11	46.614,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUARANTÃ DO NORTE		206.655,69	110.912,33	317.568,02
GUIRATINGA		82.198,80	69.320,19	151.518,99
INDIAVAÍ		767,05	41.592,11	42.359,16
IPIRANGA DO NORTE		7.961,70	41.592,11	49.553,81
ITANHANGÁ		7.305,41	41.593,11	48.898,52
ITAÚBA		28.382,00	41.592,11	69.974,11
ITIQUEIRA		40.202,97	55.456,16	95.659,13
JACIARA		184.896,13	97.048,27	281.944,40
JANGADA		8.467,08	41.592,11	50.059,19
JAURU		43.771,24	41.592,11	85.363,35
JUARA		245.602,22	110.912,33	356.514,55
JUÍNA		545.128,05	124.776,37	669.904,42
JURUENA		35.329,17	69.320,19	104.649,36
JUSCIMEIRA		29.737,41	55.456,16	85.193,57
LAMBARI D'OESTE		5.894,68	41.592,11	47.486,79
LUCAS DO RIO VERDE		170.553,37	166.368,50	336.921,87
LUCIARA		3.747,81	41.592,11	45.339,92
MARCELÂNDIA		53.006,32	55.456,16	108.462,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MATUPÁ		55.369,81	69.320,19	124.690,00
MIRASSOL D'OESTE		126.984,62	97.048,27	224.032,89
NOBRES		68.171,17	69.320,19	137.491,36
NORTELÂNDIA		37.529,43	41.592,11	79.121,54
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO		30.651,83	55.456,16	86.107,99
NOVA BANDEIRANTES		33.548,60	69.320,19	102.868,79
NOVA BRASILÂNDIA		7.186,65	41.592,11	48.778,76
NOVA CANAÃ DO NORTE		27.308,88	55.456,16	82.765,04
NOVA GUARITA		10.844,74	41.592,11	52.436,85
NOVA LACERDA		8.394,16	41.592,11	49.986,27
NOVA MARILÂNDIA		4.941,80	41.592,11	46.533,91
NOVA MARINGÁ		9.013,05	41.592,11	50.605,16
NOVA MONTE VERDE		19.066,32	41.592,11	60.658,43
NOVA MUTUM		111.958,33	0,00	111.958,33
NOVA NAZARÉ		4.907,67	41.592,11	46.499,78
NOVA OLÍMPIA		74.076,15	83.184,25	157.260,40

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

NOVA SANTA HELENA		4.663,89	41.592,11	46.256,00
NOVA UBIRATÃ		17.087,99	55.456,16	72.544,15
NOVA XAVANTINA		102.432,55	83.184,25	185.616,80
NOVO HORIZONTE DO NORTE		15.319,12	41.592,11	56.911,23
NOVO MUNDO		19.259,88	41.592,11	60.851,99
NOVO SANTO ANTÔNIO		3.946,43	41.592,11	45.538,54
NOVO SÃO JOAQUIM		29.759,25	41.592,11	71.351,36
PARANAÍTA		44.935,79	55.456,16	100.391,95
PARANATINGA		79.219,79	83.184,25	162.404,04
PEDRA PRETA		32.550,68	83.184,25	115.734,93
PEIXOTO DE AZEVEDO		242.213,41	110.912,33	353.125,74
PLANALTO DA SERRA		2.657,71	41.592,11	44.249,82
POCONÉ		195.958,32	110.912,33	306.870,65
PONTAL DO ARAGUAIA		6.671,59	41.592,11	48.263,70
PONTE BRANCA		7.660,80	41.592,11	49.252,91
PONTES E LACERDA		267.911,35	138.640,41	406.551,76

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PORTO ALEGRE DO NORTE		36.896,55	55.456,16	92.352,71
PORTO DOS GAÚCHOS		23.162,39	41.592,11	64.754,50
PORTO ESPERIDIÃO		13.065,45	55.456,16	68.521,61
PORTO ESTRELA		5.237,80	41.592,11	46.829,91
POXORÉO		117.281,21	69.320,19	186.601,40
PRIMAVERA DO LESTE		1.042.613,40	0,00	1.042.613,40
QUERÊNCIA		62.059,41	83.184,25	145.243,66
RESERVA DO CABAÇAL		4.126,40	41.592,11	45.718,51
RIBEIRÃO CASCALHEIRA		37.587,56	0,00	37.587,56
RIBEIRÃOZINHO		10.004,98	41.592,11	51.597,09
RIO BRANCO		19.846,04	41.592,11	61.438,15
RONDOLÂNDIA		6.298,18	41.592,11	47.890,29
RONDONÓPOLIS		3.998.167,43	360.726,69	4.358.894,12
ROSÁRIO OESTE		94.282,42	83.184,25	177.466,67
SALTO DO CÉU		13.136,75	41.592,11	54.728,86
SANTA CARMEM		8.117,71	41.592,11	49.709,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA CRUZ DO XINGU		4.025,90	41.592,11	45.618,01
SANTA RITA DO TRIVELATO		4.614,38	41.592,11	46.206,49
SANTA TEREZINHA		25.818,47	41.592,11	67.410,58
SANTO AFONSO		5.190,24	41.592,11	46.782,35
SANTO ANTÔNIO DO LESTE		4.335,53	41.592,11	45.927,64
SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER		30.562,63	83.184,25	113.746,88
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA		110.095,89	55.456,16	165.552,05
SÃO JOSÉ DO POVO		3.277,21	41.592,11	44.869,32
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO		96.968,25	83.184,25	180.152,50
SÃO JOSÉ DO XINGU		17.714,61	41.592,11	59.306,72
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS		98.946,26	83.184,25	182.130,51

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO MT: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO PEDRO DA CIPA		4.600,54	41.592,11	46.192,65
SAPEZAL		77.304,16	97.048,27	174.352,43
SERRA NOVA DOURADA		5.557,46	41.592,11	47.149,57
SINOP		696.467,75	0,00	696.467,75
SORRISO		349.934,48	194.096,59	544.031,07
TABAPORÃ		53.802,19	41.592,11	95.394,30
TANGARÁ DA SERRA		813.740,95	37.207,24	850.948,19
TAPURAH		44.752,99	0,00	44.752,99
TERRA NOVA DO NORTE		52.714,71	55.456,16	108.170,87
TESOURO		6.647,90	41.592,11	48.240,01
TORIXORÉU		24.207,88	41.592,11	65.799,99
UNIÃO DO SUL		7.814,90	41.592,11	49.407,01
VALE DE SÃO DOMINGOS		3.862,40	41.592,11	45.454,51
VÁRZEA GRANDE		3.121.312,51	360.726,69	3.482.039,20
VERA		18.335,80	55.456,16	73.791,96
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE		51.624,65	69.320,19	120.944,84
VILA RICA		85.696,55	97.048,27	182.744,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**PARÁ**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO PA: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	2.424	
	Álcool etílico 100ml	3.840	
	Óculos proteção	2.480	
	Luva para procedimento não cirúrgico	844.896	
	Sapatilha	3.800	
	Máscara 3 camadas	557.500	
	Avental	41.957	
	Touca hospitalar	11.900	
Leitos-Covid	20 leitos (instalados em 11/04) no Hospital Dr. Adalberto Santos		
Testes RT PCT	13.996		
Testes rápidos	14.806 na 1ª distribuição	16.600 na 2ª distribuição	29.200 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 25/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.



## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 34,36 milhões		R\$ 34,36 milhões
	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 18,64 milhões	R\$ 18,64 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 17,25 milhões		R\$ 155,93 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 24,33 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 30,02 milhões	R\$ 84,31 milhões	

**R\$ 208,94 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABAETETUBA		1.070.263,12	446.248,08	1.516.511,20
ABEL FIGUEIREDO		66.746,51	38.774,23	105.520,74
ACARÁ		231.779,41	142.172,21	373.951,62
AFUÁ		285.118,67	116.322,72	401.441,39
ÁGUA AZUL DO NORTE		225.325,37	90.473,23	315.798,60
ALENQUER		100.541,64	142.172,21	242.713,85
ALMEIRIM		276.823,36	103.397,96	380.221,32
ALTAMIRA		366.351,19	206.795,91	573.147,10
ANAJÁS		178.166,51	90.473,23	268.639,74
ANANINDEUA		8.254.553,42	446.248,08	8.700.801,50
ANAPU		135.799,16	90.473,23	226.272,39
AUGUSTO CORRÊA		721.231,69	129.247,46	850.479,15
AURORA DO PARÁ		174.091,46	103.397,96	277.489,42
AVEIRO		213.354,30	64.623,73	277.978,03
BAGRE		229.872,03	0,00	229.872,03
BAIÃO		183.609,48	129.247,46	312.856,94
BANNACH		80.385,56	38.774,23	119.159,79
BARCARENA		892.893,06	219.720,67	1.112.613,73

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELÉM		26.003.123,67	2.200.777,82	28.203.901,49
BELTERRA		72.769,53	77.548,46	150.317,99
BENEVIDES		413.729,00	155.096,96	568.825,96
BOM JESUS DO TOCANTINS		95.766,55	0,00	95.766,55
BONITO		20.642,90	64.623,73	85.266,63
BRAGANÇA		1.820.564,68	219.720,67	2.040.285,35
BRASIL NOVO		186.034,29	64.623,73	250.658,02
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA		64.881,85	38.774,23	103.656,08
BREU BRANCO		480.650,11	155.096,96	635.747,07
BREVES		1.028.513,66	206.795,91	1.235.309,57
BUJARU		208.573,80	90.473,23	299.047,03
CACHOEIRA DO ARARI		142.896,14	77.548,46	220.444,60
CACHOEIRA DO PIRIÁ		336.412,29	103.397,96	439.810,25
CAMETÁ		1.021.050,25	232.645,41	1.253.695,66
CANAÃ DOS CARAJÁS		145.502,06	103.397,96	248.900,02
CAPANEMA		1.210.209,67	155.096,96	1.365.306,63

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPITÃO POÇO		342.807,76	142.172,21	484.979,97
CASTANHAL		3.710.454,93	446.248,08	4.156.703,01
CHAVES		61.843,96	77.548,46	139.392,42
COLARES		71.903,13	51.698,99	123.602,12
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA		477.858,59	129.247,46	607.106,05
CONCÓRDIA DO PARÁ		110.613,97	103.397,96	214.011,93
CUMARU DO NORTE		99.538,79	51.698,99	151.237,78
CURIONÓPOLIS		104.617,94	77.548,46	182.166,40
CURRALINHO		156.716,63	103.397,96	260.114,59
CURUÁ		179.296,93	64.623,73	243.920,66
CURUÇÁ		202.866,50	116.322,72	319.189,22
DOM ELISEU		344.486,95	142.172,21	486.659,16
ELDORADO DOS CARAJÁS		234.379,83	103.397,96	337.777,79
FARO		155.162,07	38.774,23	193.936,30
FLORESTA DO ARAGUAIA		108.104,02	77.548,46	185.652,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GARRAÃO DO NORTE		63.628,55	90.473,23	154.101,78
GOIANÉSIA DO PARÁ		240.032,05	116.322,72	356.354,77
GURUPÁ		115.157,02	103.397,96	218.554,98
IGARAPÉ-AÇU		267.495,05	116.322,72	383.817,77
IGARAPÉ-MIRI		375.009,62	155.096,96	530.106,58
INHANGAPI		96.549,01	51.698,99	148.248,00
IPIXUNA DO PARÁ		221.644,53	155.096,96	376.741,49
IRITUIA		82.817,04	103.397,96	186.215,00
ITAITUBA		773.520,00	193.871,18	967.391,18
ITUPIRANGA		316.148,90	142.172,21	458.321,11
JACAREACANGA		170.284,52	116.322,72	286.607,24
JACUNDÁ		303.401,48	142.172,21	445.573,69
JURUTI		195.455,62	142.172,21	337.627,83
LIMOEIRO DO AJURU		222.659,12	90.473,23	313.132,35
MÃE DO RIO		279.232,13	90.473,23	369.705,36
MAGALHÃES BARATA		113.581,15	38.774,23	152.355,38
MARABÁ		2.013.873,61	446.248,08	2.460.121,69
MARACANÃ		150.790,48	90.473,23	241.263,71

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARAPANIM		118.524,86	90.473,23	208.998,09
MARITUBA		1.288.890,15	232.645,41	1.521.535,56
MEDICILÂNDIA		185.726,00	103.397,96	289.123,96
MELGAÇO		319.646,78	90.473,23	410.120,01
MOCAJUBA		167.446,44	103.397,96	270.844,40
MOJU		369.843,28	0,00	369.843,28
MOJUÍ DOS CAMPOS		143.078,68	64.623,84	207.702,52
MONTE ALEGRE		321.815,41	142.172,21	463.987,62
MUANÁ		179.940,19	116.322,72	296.262,91
NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ		120.722,04	77.548,46	198.270,50
NOVA IPIXUNA		85.458,00	64.623,73	150.081,73
NOVA TIMBOTEUA		14.747,06	64.623,73	79.370,79
NOVO PROGRESSO		157.065,72	90.473,23	247.538,95
NOVO REPARTIMENTO		303.907,47	168.021,68	471.929,15
ÓBIDOS		270.001,86	142.172,21	412.174,07
OEIRAS DO PARÁ		258.508,63	103.397,96	361.906,59
ORIXIMINÁ		301.948,88	168.021,68	469.970,56

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OURÉM		162.010,58	77.548,46	239.559,04
OURILÂNDIA DO NORTE		333.500,00	103.397,96	436.897,96
PACAJÁ		305.416,69	129.247,46	434.664,15
PALESTINA DO PARÁ		63.274,23	38.774,23	102.048,46
PARAGOMINAS		962.162,33	206.795,91	1.168.958,24
PARAUAPEBAS		1.886.744,85	446.248,08	2.332.992,93
PAU D'ARCO		111.019,82	38.774,23	149.794,05
PEIXE-BOI		13.764,75	38.774,23	52.538,98
PIÇARRA		203.169,20	51.698,99	254.868,19
PLACAS		102.124,55	0,00	102.124,55
PONTA DE PEDRAS		274.151,21	103.397,96	377.549,17
PORTEL		264.407,42	0,00	264.407,42
PORTO DE MOZ		202.802,31	116.322,72	319.125,03
PRAINHA		110.286,21	90.473,23	200.759,44
PRIMAVERA		184.991,84	51.698,99	236.690,83
QUATIPURU		152.573,17	0,00	152.573,17
REDENÇÃO		865.180,41	180.946,45	1.046.126,86

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO MARIA		142.293,56	77.548,46	219.842,02
RONDON DO PARÁ		490.684,13	142.172,21	632.856,34
RURÓPOLIS		172.474,01	129.247,46	301.721,47
SALINÓPOLIS		230.451,60	116.322,72	346.774,32
SALVATERRA		86.648,98	77.548,46	164.197,44
SANTA BÁRBARA DO PARÁ		254.183,06	77.548,46	331.731,52
SANTA CRUZ DO ARARI		122.534,91	38.774,23	161.309,14
SANTA IZABEL DO PARÁ		246.759,82	155.096,96	401.856,78
SANTA LUZIA DO PARÁ		22.929,46	77.548,46	100.477,92
SANTA MARIA DAS BARREIRAS		167.411,87	77.548,46	244.960,33
SANTA MARIA DO PARÁ		201.039,81	90.473,23	291.513,04
SANTANA DO ARAGUAIA		384.407,26	0,00	384.407,26
SANTARÉM		3.467.805,98	446.248,08	3.914.054,06

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTARÉM NOVO		125.999,00	38.774,23	164.773,23
SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ		28.305,00	103.397,96	131.702,96
SÃO CAETANO DE ODIVELAS		214.445,28	77.548,46	291.993,74
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA		147.825,76	90.473,23	238.298,99
SÃO DOMINGOS DO CAPIM		598.592,42	103.397,96	701.990,38
SÃO FÉLIX DO XINGU		542.339,00	219.720,67	762.059,67
SÃO FRANCISCO DO PARÁ		254.780,17	64.623,73	319.403,90
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA		221.537,30	90.473,23	312.010,53
SÃO JOÃO DA PONTA		85.869,88	38.774,23	124.644,11
SÃO JOÃO DE PIRABAS		116.126,33	77.548,46	193.674,79
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA		70.201,21	64.623,73	134.824,94

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ		294.053,34	142.172,21	436.225,55
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA		234.373,90	90.473,23	324.847,13
SAPUCAIA		68.243,53	38.774,23	107.017,76
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO		78.163,52	51.698,99	129.862,51
SOURE		137.010,76	90.473,23	227.483,99
TAILÂNDIA		323.038,73	206.795,91	529.834,64
TERRA ALTA		163.016,93	51.698,99	214.715,92
TERRA SANTA		77.687,00	77.548,46	155.235,46
TOMÉ-AÇU		356.292,18	155.096,96	511.389,14
TRACUATEUA		10.000,00	103.397,96	113.397,96
TRAIRÃO		74.807,30	77.548,46	152.355,76
TUCUMÃ		304.001,56	116.322,72	420.324,28
TUCURUÍ		1.773.604,22	206.795,91	1.980.400,13
ULIANÓPOLIS		294.591,50	142.172,21	436.763,71
URUARÁ		340.507,61	129.247,46	469.755,07

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PA: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

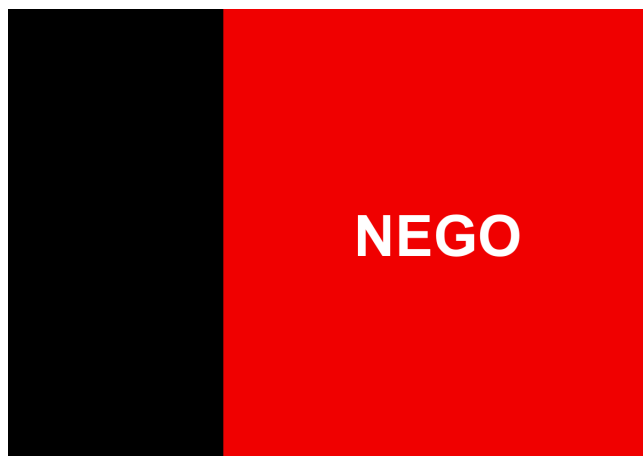
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VIGIA		194.818,95	142.172,21	336.991,16
WISEU		446.162,26	0,00	446.162,26
VITÓRIA DO XINGU		61.806,94	64.623,73	126.430,67
XINGUARA		584.257,03	129.247,46	713.504,49

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**PARAÍBA**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO PB: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.272	
	Álcool etílico 100ml	1.728	
	Óculos proteção	1.500	
	Luva para procedimento não cirúrgico	442.548	
	Sapatilha	2.500	
	Máscara 3 camadas	252.500	
	Avental	21.906	
	Touca hospitalar	5.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Santa Isabel		
Testes RT PCT	7.848		
Testes rápidos	8.870 na 1ª distribuição	11.780 na 2ª distribuição	20.640 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,14 milhões		R\$ 17,14 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 16,24 milhões	R\$ 16,24 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 8,19 milhões		R\$ 90,09 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 11,60 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 11,91 milhões	R\$ 58,38 milhões	

R\$ 123,49 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁGUA BRANCA		123.055,11	59.656,86	182.711,97
AGUIAR		50.342,33	44.742,64	95.084,97
ALAGOA GRANDE		176.019,88	104.399,48	280.419,36
ALAGOA NOVA		64.524,21	89.485,26	154.009,47
ALAGOINHA		23.537,20	74.571,06	98.108,26
ALCANTIL		93.973,76	44.742,64	138.716,40
ALGODÃO DE JANDAÍRA		389,07	44.742,64	45.131,71
ALHANDRA		82.903,38	89.485,26	172.388,64
AMPARO		203,12	44.742,64	44.945,76
APARECIDA		1.628,87	44.742,64	46.371,51
ARAÇAGI		41.030,48	89.485,26	130.515,74
ARARA		33.066,69	59.656,86	92.723,55
ARARUNA		224.956,54	89.485,26	314.441,80
AREIA		129.901,73	89.485,26	219.386,99
AREIA DE BARAÚNAS		405,74	44.742,64	45.148,38
AREIAL		9.347,23	44.742,64	54.089,87
AROEIRAS		127.833,68	89.485,26	217.318,94

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ASSUNÇÃO		7.502,12	44.742,64	52.244,76
BAÍA DA TRAIÇÃO		210,00	44.742,64	44.952,64
BANANEIRAS		161.690,55	89.485,26	251.175,81
BARAÚNA		2.205,65	44.742,64	46.948,29
BARRA DE SANTA ROSA		42.689,13	74.571,06	117.260,19
BARRA DE SANTANA		77.554,15	44.742,64	122.296,79
BARRA DE SÃO MIGUEL		3.802,24	44.742,64	48.544,88
BAYEUX		394.737,98	223.713,17	618.451,15
BELÉM		102.302,79	89.485,26	191.788,05
BELÉM DO BREJO DO CRUZ		39.587,49	44.742,64	84.330,13
BERNARDINO BATISTA		22.641,94	44.742,64	67.384,58
BOA VENTURA		40.405,61	44.742,64	85.148,25
BOA VISTA		1.141,96	44.742,64	45.884,60
BOM JESUS		2.220,80	44.742,64	46.963,44
BOM SUCESSO		54.239,77	44.742,64	98.982,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BONITO DE SANTA FÉ		85.500,11	59.656,86	145.156,97
BOQUEIRÃO		189.120,85	89.485,26	278.606,11
BORBOREMA		1.087,59	44.742,64	45.830,23
BREJO DO CRUZ		83.495,04	74.571,06	158.066,10
BREJO DOS SANTOS		27.519,89	44.742,64	72.262,53
CAAPORÃ		176.587,76	89.485,26	266.073,02
CABACEIRAS		24.691,02	44.742,64	69.433,66
CABEDELO		352.145,09	178.970,54	531.115,63
CACHOEIRA DOS ÍNDIOS		6.105,22	59.656,86	65.762,08
CACIMBA DE AREIA		28.745,57	44.742,64	73.488,21
CACIMBA DE DENTRO		34.151,09	89.485,26	123.636,35
CACIMBAS		1.999,46	44.742,64	46.742,10
CAIÇARA		17.782,72	44.742,64	62.525,36
CAJAZEIRAS		605.697,39	178.970,54	784.667,93
CAJAZEIRINHAS		22.219,39	44.742,64	66.962,03
CALDAS BRANDÃO		1.838,02	44.742,64	46.580,66
CAMALAUÍ		638,97	44.742,64	45.381,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPINA GRANDE		12.586.641,16	506.898,85	13.093.540,01
CAPIM		3.651,36	44.742,64	48.394,00
CARAÚBAS		2.412,45	44.742,64	47.155,09
CARRAPATEIRA		402,75	44.742,64	45.145,39
CASSERENGUE		7.341,70	44.742,64	52.084,34
CATINGUEIRA		22.017,78	44.742,64	66.760,42
CATOLÉ DO ROCHA		403.804,46	104.399,48	508.203,94
CATURITÉ		27.381,66	44.742,64	72.124,30
CONCEIÇÃO		216.326,81	89.485,26	305.812,07
CONDADO		3.403,08	44.742,64	48.145,72
CONDE		231.446,53	104.399,48	335.846,01
CONGO		1.484,55	44.742,64	46.227,19
COREMAS		182.863,44	74.571,06	257.434,50
COXIXOLA		1.035,07	44.742,64	45.777,71
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO		13.271,86	89.485,26	102.757,12
CUBATI		14.419,08	44.742,64	59.161,72
CUITÉ		241.114,31	89.485,26	330.599,57

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CUITÉ DE MAMANGUAPE		281,08	44.742,64	45.023,72
CUITEGI		4.150,31	44.742,64	48.892,95
CURRAL DE CIMA		2.011,79	44.742,64	46.754,43
CURRAL VELHO		394,52	44.742,64	45.137,16
DAMIÃO		220,34	44.742,64	44.962,98
DESTERRO		46.381,22	44.742,64	91.123,86
DIAMANTE		41.571,51	44.742,64	86.314,15
DONA INÊS		17.545,13	59.656,86	77.201,99
DUAS ESTRADAS		428,35	44.742,64	45.170,99
EMAS		89,23	44.742,64	44.831,87
ESPERANÇA		359.408,79	119.313,71	478.722,50
FAGUNDES		209,61	59.656,86	59.866,47
FREI MARTINHO		6.028,35	44.742,64	50.770,99
GADO BRAVO		8.729,66	44.742,64	53.472,30
GUARABIRA		766.025,65	164.056,34	930.081,99
GURINHÉM		46.009,27	74.571,06	120.580,33
GURJÃO		1.138,26	44.742,64	45.880,90

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IBIARA		22.324,86	44.742,64	67.067,50
IGARACY		27.608,51	44.742,64	72.351,15
IMACULADA		4.232,42	59.656,86	63.889,28
INGÁ		262.905,56	89.485,26	352.390,82
ITABAIANA		200.955,70	104.399,48	305.355,18
ITAPORANGA		251.856,17	104.399,48	356.255,65
ITAPOROROCA		57.653,32	89.485,26	147.138,58
ITATUBA		4.154,13	59.656,86	63.810,99
JACARAÚ		44.382,02	74.571,06	118.953,08
JERICÓ		7.530,79	44.742,64	52.273,43
JOÃO PESSOA		25.080.804,10	1.630.205,79	26.711.009,89
JOCA CLAUDINO		406,93		406,93
JUAREZ TÁVORA		3.447,10	44.742,64	48.189,74
JUAZEIRINHO		125.298,03	89.485,26	214.783,29
JUNCO DO SERIDÓ		85,49	44.742,64	44.828,13
JURIPIRANGA		40.780,89	59.656,86	100.437,75
JURU		50.712,39	44.742,64	95.455,03
LAGOA		603,91	44.742,64	45.346,55

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE DENTRO		24.070,69	44.742,64	68.813,33
LAGOA SECA		84.858,92	104.399,48	189.258,40
LASTRO		10.147,06	44.742,64	54.889,70
LIVRAMENTO		27.457,89	44.742,64	72.200,53
LOGRADOURO		2.229,73	44.742,64	46.972,37
LUCENA		13.838,52	59.656,86	73.495,38
MÃE D'ÁGUA		1.910,07	44.742,64	46.652,71
MALTA		742,84	44.742,64	45.485,48
MAMANGUAPE		387.827,07	149.142,10	536.969,17
MANAÍRA		35.758,87	59.656,86	95.415,73
MARCAÇÃO		655,55	44.742,64	45.398,19
MARI		68.407,40	89.485,26	157.892,66
MARIZÓPOLIS		12.932,17	44.742,64	57.674,81
MASSARANDUBA		38.985,99	74.571,06	113.557,05
MATARACA		57.707,08	44.742,64	102.449,72
MATINHAS		2.941,84	44.742,64	47.684,48
MATO GROSSO		110,07	44.742,64	44.852,71
MATURÉIA		49,15	44.742,64	44.791,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOGEIRO		42.085,73	59.656,86	101.742,59
MONTADAS		1.357,64	44.742,64	46.100,28
MONTE HOREBE		2.062,81	44.742,64	46.805,45
MONTEIRO		922.179,76	119.313,71	1.041.493,47
MULUNGU		32.544,00	44.742,64	77.286,64
NATUBA		33.210,05	59.656,86	92.866,91
NAZAREZINHO		102,90	44.742,64	44.845,54
NOVA FLORESTA		14.241,55	59.656,86	73.898,41
NOVA OLINDA		20.194,16	44.742,64	64.936,80
NOVA PALMEIRA		539,99	44.742,64	45.282,63
OLHO D'ÁGUA		101.263,64	44.742,64	146.006,28
OLIVEDOS		4.485,02	44.742,64	49.227,66
OURO VELHO		3.036,05	44.742,64	47.778,69
PARARI		230,81	44.742,64	44.973,45
PASSAGEM		7.569,43	44.742,64	52.312,07
PATOS		1.773.161,17	238.627,38	2.011.788,55
PAULISTA		36.567,98	59.656,86	96.224,84
PEDRA BRANCA		2.339,80	44.742,64	47.082,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRA LAVRADA		40.494,74	44.742,64	85.237,38
PEDRAS DE FOGO		215.739,54	104.399,48	320.139,02
PEDRO RÉGIS		1.374,97	44.742,64	46.117,61
PIANCÓ		1.218.302,15	74.571,06	1.292.873,21
PICUÍ		157.141,94	89.485,26	246.627,20
PILAR		42.740,59	59.656,86	102.397,45
PILÕES		5.667,32	44.742,64	50.409,96
PILÕEZINHOS		1.537,27	44.742,64	46.279,91
PIRPIRITUBA		1.940,12	59.656,86	61.596,98
PITIMBU		28.593,79	89.485,26	118.079,05
POCINHOS		95.387,32	89.485,26	184.872,58
POÇO DANTAS		168,52	44.742,64	44.911,16
POÇO DE JOSÉ DE MOURA		7.842,98	44.742,64	52.585,62
POMBAL		748.254,63	119.313,71	867.568,34
PRATA		30.850,46	44.742,64	75.593,10
PRINCESA ISABEL		721.965,73	89.485,26	811.450,99
PUXINANÃ		7.564,38	74.571,06	82.135,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUEIMADAS		210.694,11	149.142,10	359.836,21
QUIXABÁ		47,85	44.742,64	44.790,49
REMÍGIO		43.576,73	89.485,26	133.061,99
RIACHÃO		333,74	44.742,64	45.076,38
RIACHÃO DO BACAMARTE		1.240,03	44.742,64	45.982,67
RIACHÃO DO POÇO		114,62	44.742,64	44.857,26
RIACHO DE SANTO ANTÔNIO		14.781,40	44.742,64	59.524,04
RIACHO DOS CAVALOS		36.804,21	44.742,64	81.546,85
RIO TINTO		82.484,21	104.399,48	186.883,69
SALGADINHO		2.564,36	44.742,64	47.307,00
SALGADO DE SÃO FÉLIX		4.382,73	59.656,86	64.039,59
SANTA CECÍLIA		367,33	44.742,64	45.109,97
SANTA CRUZ		38.066,89	44.742,64	82.809,53
SANTA HELENA		20.873,26	44.742,64	65.615,90
SANTA INÊS		164,89	44.742,64	44.907,53

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA		123.628,45	74.571,06	198.199,51
SANTA RITA		1.006.810,25	268.455,83	1.275.266,08
SANTA TERESINHA		21.979,68	44.742,64	66.722,32
SANTANA DE MANGUEIRA		495,22	44.742,64	45.237,86
SANTANA DOS GARROTES		20.331,14	44.742,64	65.073,78
Santarém			44.742,64	44.742,64
SANTO ANDRÉ		2.521,13	44.742,64	47.263,77
SÃO BENTINHO		3.197,01	119.313,71	122.510,72
SÃO BENTO		200.056,96	44.742,64	244.799,60
SÃO DOMINGOS		956,15	44.742,64	45.698,79
SÃO DOMINGOS DO CARIRI		394,30	44.742,64	45.136,94
SÃO FRANCISCO		2.617,18	44.742,64	47.359,82
SÃO JOÃO DO CARIRI		59.869,91	44.742,64	104.612,55
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE		126.495,51	89.485,26	215.980,77
SÃO JOÃO DO TIGRE		827,27	44.742,64	45.569,91

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA		15.475,59	44.742,64	60.218,23
SÃO JOSÉ DE CAIANA		11.135,80	44.742,64	55.878,44
SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS		896,35	44.742,64	45.638,99
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS		114.053,88	89.485,26	203.539,14
SÃO JOSÉ DE PRINCESA		348,33	44.742,64	45.090,97
SÃO JOSÉ DO BONFIM		13.172,23	44.742,64	57.914,87
SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ		817,19	44.742,64	45.559,83
SÃO JOSÉ DO SABUGI		152,63	44.742,64	44.895,27
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS		351,82	44.742,64	45.094,46
SÃO JOSÉ DOS RAMOS		2.697,64	44.742,64	47.440,28
SÃO MAMEDE		22.562,27	44.742,64	67.304,91
SÃO MIGUEL DE TAIPU		113.178,42	44.742,64	157.921,06

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA		60.997,38	59.656,86	120.654,24
SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO		531,47	44.742,64	45.274,11
SÃO VICENTE DO SERIDÓ		41.393,04	59.656,86	101.049,90
SAPÉ		531.138,59	164.056,34	695.194,93
SERRA BRANCA		134.787,38	74.571,06	209.358,44
SERRA DA RAIZ		397,32	44.742,64	45.139,96
SERRA GRANDE		23.635,55	44.742,64	68.378,19
SERRA REDONDA		2.739,40	44.742,64	47.482,04
SERRARIA		22.845,20	44.742,64	67.587,84
SERTÃOZINHO		982,68	44.742,64	45.725,32
SOBRADO		67,82	44.742,64	44.810,46
SOLÂNEA		179.222,93	104.399,48	283.622,41
SOLEDADE		160.542,47	74.571,06	235.113,53
SOSSÊGO		931,34	44.742,64	45.673,98
SOUSA		1.636.186,70	178.970,54	1.815.157,24

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PB: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SUMÉ		468.739,34	74.571,06	543.310,40
TACIMA		1.416,48	59.656,86	61.073,34
TAPEROÁ		70.641,00	74.571,06	145.212,06
TAVARES		69.996,78	74.571,06	144.567,84
TEIXEIRA		66.206,80	74.571,06	140.777,86
TENÓRIO		1.041,22	44.742,64	45.783,86
TRIUNFO		22.671,56	44.742,64	67.414,20
UIRAÚNA		162.540,90	74.571,06	237.111,96
UMBUZEIRO		69.636,93	44.742,64	114.379,57
VÁRZEA		28,04	44.742,64	44.770,68
VIEIRÓPOLIS		765,01	44.742,64	45.507,65
VISTA SERRANA		1.974,27	44.742,64	46.716,91
ZABELÊ		192,47	44.741,80	44.934,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**PERNAMBUCO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO PE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPis) *	Álcool etílico 500ml	2.604	
	Álcool etílico 100ml	4.224	
	Óculos proteção	2.960	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.025.044	
	Sapatilha	4.000	
	Máscara 3 camadas	602.500	
	Avental	51.119	
	Touca hospitalar	13.200	
Leitos-Covid	10 leitos instalados no Hospital Dom Helder Câmara		
Testes RT PCT	25.488		
Testes rápidos	20.049 na 1ª distribuição	25.060 na 2ª distribuição	43.960 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

\*/ Entregas realizadas em 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 29,89 milhões		R\$ 29,89 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 32,23 milhões	R\$ 32,23 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 19,30 milhões		R\$ 233,59 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 27,32 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 107,32 milhões	R\$ 79,64 milhões	

**R\$ 295,72 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
 valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
 valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABREU E LIMA		746.682,85	240.181,94	986.864,79
AFOGADOS DA INGAZEIRA		386.688,43	128.097,05	514.785,48
AFRÂNIO		113.896,56	96.072,76	209.969,32
AGRESTINA		388.978,26	112.084,91	501.063,17
ÁGUA PRETA		437.824,45	128.097,05	565.921,50
ÁGUAS BELAS		273.872,18	144.109,16	417.981,34
ALAGOINHA		57.534,31	80.060,66	137.594,97
ALIANÇA		110.643,24	144.109,16	254.752,40
ALTINHO		83.393,37	96.072,76	179.466,13
AMARAJI		64.651,79	96.072,76	160.724,55
ANGELIM		96.679,03	64.048,50	160.727,53
ARAÇOIABA		62.463,11	96.072,76	158.535,87
ARARIPINA		930.964,86	224.169,83	1.155.134,69
ARCOVERDE		761.895,71	208.157,69	970.053,40
BARRA DE GUABIRABA		31.838,13	80.060,66	111.898,79
BARREIROS		888.115,87	160.121,29	1.048.237,16
BELÉM DE MARIA		38.211,03	64.048,50	102.259,53

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELÉM DO SÃO FRANCISCO		84.849,18	96.072,76	180.921,94
BELO JARDIM		455.714,01	208.157,69	663.871,70
BETÂNIA		30.976,05	64.048,50	95.024,55
BEZERROS		1.235.822,97	176.133,43	1.411.956,40
BODOCÓ		181.377,33	144.109,16	325.486,49
BOM CONSELHO		329.287,22	160.121,29	489.408,51
BOM JARDIM		83.120,62	144.109,16	227.229,78
BONITO		140.856,03	144.109,16	284.965,19
BREJÃO		81.635,97	48.036,38	129.672,35
BREJINHO		17.807,34	48.036,38	65.843,72
BREJO DA MADRE DE DEUS		264.988,33	160.121,29	425.109,62
BUENOS AIRES		30.248,92	64.048,50	94.297,42
BUÍQUE		82.328,16	176.133,43	258.461,59
CABO DE SANTO AGOSTINHO		1.181.744,34	787.062,96	1.968.807,30
CABROBÓ		176.451,93	128.097,05	304.548,98

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CACHOEIRINHA		59.112,10	96.072,76	155.184,86
CAETÉS		110.084,81	112.084,91	222.169,72
CALÇADO		74.498,79	64.048,50	138.547,29
CALUMBI		9.385,42	48.036,38	57.421,80
CAMARAGIBE		2.042.216,25	787.062,96	2.829.279,21
CAMOCIM DE SÃO FÉLIX		42.481,75	96.072,76	138.554,51
CAMUTANGA		28.410,19	48.036,38	76.446,57
CANHOTINHO		188.602,04	112.084,91	300.686,95
CAPOEIRAS		132.725,73	96.072,76	228.798,49
CARNAÍBA		40.676,87	96.072,76	136.749,63
CARNAUBEIRA DA PENHA		14.801,43	64.048,50	78.849,93
CARPINA		357.601,95	224.169,83	581.771,78
CARUARU		3.662.675,00	787.062,96	4.449.737,96
CASINHAS		36.418,92	80.060,66	116.479,58
CATENDE		107.186,10	144.109,16	251.295,26
CEDRO		23.713,78	64.048,50	87.762,28

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CHÃ DE ALEGRIA		34.131,22	64.048,50	98.179,72
CHÃ GRANDE		162.291,32	96.072,76	258.364,08
CONDADO		77.389,49	112.084,91	189.474,40
CORRENTES		137.408,83	96.072,76	233.481,59
CORTÊS		408.448,52	64.048,50	472.497,02
CUMARU		42.882,40	64.048,50	106.930,90
CUPIRA		110.499,44	112.084,91	222.584,35
CUSTÓDIA		127.792,60	128.097,05	255.889,65
DORMENTES		89.646,26	96.072,76	185.719,02
ESCADA		236.638,25	192.145,56	428.783,81
EXU		169.495,71	128.097,05	297.592,76
FEIRA NOVA		60.432,70	96.072,76	156.505,46
FERNANDO DE NORONHA		31.576,05		31.576,05
FERREIROS		9.894,10	80.060,66	89.954,76
FLORES		47.745,02	96.072,76	143.817,78
FLORESTA		177.830,79	128.097,05	305.927,84
FREI MIGUELINHO		40.831,47	80.060,66	120.892,13

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GAMELEIRA		92.764,22	128.097,05	220.861,27
GARANHUNS		1.174.944,27	288.218,33	1.463.162,60
GLÓRIA DO GOITÁ		78.110,02	0,00	78.110,02
GOIANA		296.665,21	208.157,69	504.822,90
GRANITO		16.094,69	48.036,38	64.131,07
GRAVATÁ		345.368,05	224.169,83	569.537,88
IATI		131.938,34	96.072,76	228.011,10
IBIMIRIM		130.435,10	112.084,91	242.520,01
IBIRAJUBA		40.009,09	48.036,38	88.045,47
IGARASSU		404.662,80	272.206,21	676.869,01
IGUARACY		15.265,19	64.048,50	79.313,69
ILHA DE ITAMARACÁ		115.882,95	112.084,91	227.967,86
INAJÁ		61.228,09	96.072,76	157.300,85
INGAZEIRA		9.759,27	48.036,38	57.795,65
IPOJUCA		547.972,74	240.181,94	788.154,68
IPUBI		155.162,85	0,00	155.162,85
ITACURUBA		10.968,56	48.036,38	59.004,94
ITAÍBA		179.994,74	112.084,91	292.079,65

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAMBÉ		196.124,04	128.097,05	324.221,09
ITAPETIM		46.504,89	80.060,66	126.565,55
ITAPISSUMA		125.882,57	112.084,91	237.967,48
ITAQUITINGA		56.902,80	80.060,66	136.963,46
JABOATÃO DOS GUARARAPES		7.327.021,87	787.062,96	8.114.084,83
JAQUEIRA		370.625,00	64.048,50	434.673,50
JATAÚBA		78.281,24	96.072,76	174.354,00
JATOBÁ		213.926,88	80.060,66	293.987,54
JOÃO ALFREDO		88.402,43	128.097,05	216.499,48
JOAQUIM NABUCO		29.302,71	80.060,66	109.363,37
JUCATI		48.087,57	64.048,50	112.136,07
JUPI		95.564,79	80.060,66	175.625,45
JUREMA		58.420,85	80.060,66	138.481,51
LAGOA DE ITAENGA		87.495,86	96.072,76	183.568,62
LAGOA DO CARRO		87.630,98	96.072,76	183.703,74
LAGOA DO OURO		171.699,47	64.048,50	235.747,97

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DOS GATOS		31.372,96	80.060,66	111.433,62
LAGOA GRANDE		163.563,37	112.084,91	275.648,28
LAJEDO		246.134,85	144.109,16	390.244,01
LIMOEIRO		764.231,75	176.133,43	940.365,18
MACAPARANA		83.440,19	112.084,91	195.525,10
MACHADOS		29.007,38	80.060,66	109.068,04
MANARI		54.328,64	96.072,76	150.401,40
MARAIAL		126.424,00	64.048,50	190.472,50
MIRANDIBA		34.365,50	80.060,66	114.426,16
MOREILÂNDIA		48.727,81	64.048,50	112.776,31
MORENO		511.370,71	192.145,56	703.516,27
NAZARÉ DA MATA		28.849,17	128.097,05	156.946,22
OLINDA		3.830.136,03	787.062,96	4.617.198,99
OROBÓ		93.330,65	112.084,91	205.415,56
OROCÓ		49.291,15	80.060,66	129.351,81
OURICURI		200.706,60	192.145,56	392.852,16
PALMARES		801.900,06	192.145,56	994.045,62
PALMEIRINA		66.224,36	48.036,38	114.260,74

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PANELAS		108.109,70	112.084,91	220.194,61
PARANATAMA		147.162,14	64.048,50	211.210,64
PARNAMIRIM		91.385,43	96.072,76	187.458,19
PASSIRA		90.907,74	112.084,91	202.992,65
PAUDALHO		659.004,30	176.133,43	835.137,73
PAULISTA		1.573.711,96	787.062,96	2.360.774,92
PEDRA		114.953,10	96.072,76	211.025,86
PESQUEIRA		562.727,63	192.145,56	754.873,19
PETROLÂNDIA		127.881,15	128.097,05	255.978,20
PETROLINA		4.130.446,90	787.062,96	4.917.509,86
POÇÃO		64.277,29	64.048,50	128.325,79
POMBOS		89.331,33	112.084,91	201.416,24
PRIMAVERA		30.920,74	80.060,66	110.981,40
QUIPAPÁ		97.695,05	112.084,91	209.779,96
QUIXABA		1.041,43	48.036,38	49.077,81
RECIFE		22.986.081,76	7.108.167,84	30.094.249,60
RIACHO DAS ALMAS		96.942,13	96.072,76	193.014,89
RIBEIRÃO		193.497,82	160.121,29	353.619,11

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO FORMOSO		83.331,11	96.072,76	179.403,87
SAIRÉ		43.685,43	48.036,38	91.721,81
SALGADINHO		7.830,93	64.048,50	71.879,43
SALGUEIRO		265.755,54	176.133,43	441.888,97
SALOÁ		124.398,54	80.060,66	204.459,20
SANHARÓ		58.533,83	112.084,91	170.618,74
SANTA CRUZ		83.719,35	80.060,66	163.780,01
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE		30.208,60	64.048,50	94.257,10
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE		663.395,13	256.194,08	919.589,21
SANTA FILOMENA		10.809,12	80.060,66	90.869,78
SANTA MARIA DA BOA VISTA		153.603,27	144.109,16	297.712,43
SANTA MARIA DO CAMBUCÁ		12.805,04	80.060,66	92.865,70
SANTA TEREZINHA		14.149,89	64.048,50	78.198,39
SÃO BENEDITO DO SUL		24.894,29	80.060,66	104.954,95

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO BENTO DO UNA		147.699,75	176.133,43	323.833,18
SÃO CAITANO		138.526,71	128.097,05	266.623,76
SÃO JOÃO		184.668,76	96.072,76	280.741,52
SÃO JOAQUIM DO MONTE		250.061,36	96.072,76	346.134,12
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE		51.667,28	96.072,76	147.740,04
SÃO JOSÉ DO BELMONTE		122.176,86	128.097,05	250.273,91
SÃO JOSÉ DO EGITO		283.151,98	128.097,05	411.249,03
SÃO LOURENÇO DA MATA		802.228,09	256.194,08	1.058.422,17
SÃO VICENTE FERRER		43.437,83	96.072,76	139.510,59
SERRA TALHADA		958.822,70	224.169,83	1.182.992,53
SERRITA		146.112,75	96.072,76	242.185,51
SERTÂNIA		123.285,25	128.097,05	251.382,30
SIRINHAÉM		114.322,65	160.121,29	274.443,94

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SOLIDÃO		11.974,95	48.036,38	60.011,33
SURUBIM		882.635,75	192.145,56	1.074.781,31
TABIRA		117.689,94	112.084,91	229.774,85
TACAIMBÓ		188.086,24	64.048,50	252.134,74
TACARATU		58.367,35	112.084,91	170.452,26
TAMANDARÉ		88.826,05	96.073,35	184.899,40
TAQUARITINGA DO NORTE		95.243,59	112.084,91	207.328,50
TEREZINHA		72.485,47	48.036,38	120.521,85
TERRA NOVA		22.420,37	64.048,50	86.468,87
TIMBAÚBA		633.909,58	176.133,43	810.043,01
TORITAMA		114.826,71	160.121,29	274.948,00
TRACUNHAÉM		14.934,53	80.060,66	94.995,19
TRINDADE		201.594,64	112.084,91	313.679,55
TRIUNFO		31.897,96	80.060,66	111.958,62
TUPANATINGA		29.465,92	112.084,91	141.550,83
TUPARETAMA		38.095,84	48.036,38	86.132,22
VENTUROSA		48.928,91	96.072,76	145.001,67

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VERDEJANTE		23.606,57	48.036,38	71.642,95
VERTENTE DO LÉRIO		7.838,75	48.036,38	55.875,13
VERTENTES		344.763,54	96.072,76	440.836,30
VICÊNCIA		93.744,90	128.097,05	221.841,95
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO		1.577.432,37	288.218,33	1.865.650,70
XEXÉU		38.058,71	80.060,66	118.119,37

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**PIAUÍ**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO PI: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	996	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.380	
	Luva para procedimento não cirúrgico	363.348	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	205.000	
	Avental	17.647	
	Touca hospitalar	4.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Getúlio Vargas		
Testes RT PCT	4.180		
Testes rápidos	7.260 na 1ª distribuição	9.080 na 2ª distribuição	15.920 na 3ª distribuição

\*/ Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 22,57 milhões		R\$ 22,57 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 13,63 milhões	R\$ 13,63 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 6,46 milhões		R\$ 106 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 9,19 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 18,49 milhões	R\$ 71,83 milhões	

**R\$ 142,22 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACAUÃ		122.212,18	37.137,35	159.349,53
AGRICOLÂNDIA		91.331,33	37.137,35	128.468,68
ÁGUA BRANCA		331.940,25	74.274,75	406.215,00
ALAGOINHA DO PIAUÍ		143.507,14	37.137,35	180.644,49
ALEGRETE DO PIAUÍ		106.565,20	37.137,35	143.702,55
ALTO LONGÁ		239.957,21	61.895,62	301.852,83
ALTOS		591.177,39	111.412,09	702.589,48
ALVORADA DO GURGUÉIA		107.013,01	37.137,35	144.150,36
AMARANTE		332.693,42	74.274,75	406.968,17
ANGICAL DO PIAUÍ		127.233,43	37.137,35	164.370,78
ANÍSIO DE ABREU		218.426,08	37.137,35	255.563,43
ANTÔNIO ALMEIDA		60.675,75	37.137,35	97.813,10
AROAZES		132.006,57	37.137,35	169.143,92
AROEIRAS DO ITAIM		33.344,62	37.137,35	70.481,97
ARRAIAL		75.176,87	37.137,35	112.314,22
ASSUNÇÃO DO PIAUÍ		121.471,45	37.137,35	158.608,80
AVELINO LOPES		192.479,43	49.516,49	241.995,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO		187.125,69	49.516,49	236.642,18
BARRA D'ALCÂNTARA		89.865,05	37.137,35	127.002,40
BARRAS		183.318,58	123.791,23	307.109,81
BARREIRAS DO PIAUÍ		54.880,31	37.137,35	92.017,66
BARRO DURO		22.813,67	37.137,35	59.951,02
BATALHA		411.906,21	86.653,86	498.560,07
BELA VISTA DO PIAUÍ		88.545,83	37.137,35	125.683,18
BELÉM DO PIAUÍ		69.741,93	37.137,35	106.879,28
BENEDITINOS		179.148,80	49.516,49	228.665,29
BERTOLÍNIA		129.323,06	37.137,35	166.460,41
BETÂNIA DO PIAUÍ		99.819,81	37.137,35	136.957,16
BOA HORA		91.815,03	37.137,35	128.952,38
BOCAINA		107.928,16	37.137,35	145.065,51
BOM JESUS		601.596,24	86.653,86	688.250,10
BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ		97.480,96	37.137,35	134.618,31
BONFIM DO PIAUÍ		83.445,41	37.137,35	120.582,76

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOQUEIRÃO DO PIAUÍ		110.691,16	37.137,35	147.828,51
BRASILEIRA		153.543,00	37.137,35	190.680,35
BREJO DO PIAUÍ		62.917,46	37.137,35	100.054,81
BURITI DOS LOPES		79.654,18	74.274,75	153.928,93
BURITI DOS MONTES		110.899,51	37.137,35	148.036,86
CABECEIRAS DO PIAUÍ		143.883,44	49.516,49	193.399,93
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ		80.024,69	37.137,35	117.162,04
CAJUEIRO DA PRAIA		126.841,35	37.137,35	163.978,70
CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ		103.386,42	37.137,35	140.523,77
CAMPINAS DO PIAUÍ		120.357,31	37.137,35	157.494,66
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO		90.520,07	37.137,35	127.657,42
CAMPO GRANDE DO PIAUÍ		116.223,69	37.137,35	153.361,04
CAMPO LARGO DO PIAUÍ		107.662,06	37.137,35	144.799,41
CAMPO MAIOR		360.344,26	123.791,23	484.135,49

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CANAVIEIRA		72.146,10	37.137,35	109.283,45
CANTO DO BURITI		429.573,95	74.274,75	503.848,70
CAPITÃO DE CAMPOS		207.875,36	49.516,49	257.391,85
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA		67.008,84	37.137,35	104.146,19
CARACOL		201.224,49	49.516,49	250.740,98
CARAÚBAS DO PIAUÍ		76.213,73	37.137,35	113.351,08
CARIDADE DO PIAUÍ		95.675,48	37.137,35	132.812,83
CASTELO DO PIAUÍ		281.978,90	74.274,75	356.253,65
CAXINGÓ		89.605,18	37.137,35	126.742,53
COCAL		365.131,74	86.653,86	451.785,60
COCAL DE TELHA		70.537,58	37.137,35	107.674,93
COCAL DOS ALVES		81.128,00	37.137,35	118.265,35
COIVARAS		76.504,04	37.137,35	113.641,39
COLÔNIA DO GURGUÉIA		111.345,39	37.137,35	148.482,74
COLÔNIA DO PIAUÍ		140.664,24	37.137,35	177.801,59

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONCEIÇÃO DO CANINDÉ		92.815,10	37.137,35	129.952,45
CORONEL JOSÉ DIAS		90.882,92	37.137,35	128.020,27
CORRENTE		74.311,63	86.653,86	160.965,49
CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ		153.259,85	37.137,35	190.397,20
CRISTINO CASTRO		190.886,20	49.516,49	240.402,69
CURIMATÁ		186.453,69	49.516,49	235.970,18
CURRAIS		82.541,50	37.137,35	119.678,85
CURRAL NOVO DO PIAUÍ		101.429,98	37.137,35	138.567,33
CURRALINHOS		79.725,02	37.137,35	116.862,37
DEMERVAL LOBÃO		257.680,19	61.895,62	319.575,81
DIRCEU ARCOVERDE		118.281,99	37.137,35	155.419,34
DOM EXPEDITO LOPES		109.999,95	37.137,35	147.137,30
DOM INOCÊNCIO		174.717,49	37.137,35	211.854,84
DOMINGOS MOURÃO		64.830,39	37.137,35	101.967,74
ELESBÃO VELOSO		242.688,38	61.895,62	304.584,00

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ELISEU MARTINS		88.061,79	37.137,35	125.199,14
ESPERANTINA		675.962,11	111.412,09	787.374,20
FARTURA DO PIAUÍ		99.770,20	37.137,35	136.907,55
FLORES DO PIAUÍ		80.164,96	37.137,35	117.302,31
FLORESTA DO PIAUÍ		52.418,28	37.137,35	89.555,63
FLORIANO		1.563.663,77	136.170,35	1.699.834,12
FRANCINÓPOLIS		82.488,01	37.137,35	119.625,36
FRANCISCO AYRES		64.446,09	37.137,35	101.583,44
FRANCISCO MACEDO		64.677,01	37.137,35	101.814,36
FRANCISCO SANTOS		166.791,94	37.137,35	203.929,29
FRONTEIRAS		225.153,26	49.516,49	274.669,75
GEMINIANO		91.777,39	37.137,35	128.914,74
GILBUÉS		204.569,15	49.516,49	254.085,64
GUADALUPE		227.814,42	49.516,49	277.330,91
GUARIBAS		70.062,95	37.137,35	107.200,30
HUGO NAPOLEÃO		55.978,50	37.137,35	93.115,85
ILHA GRANDE		140.374,67	37.137,35	177.512,02
INHUMA		234.678,41	61.895,62	296.574,03

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPIRANGA DO PIAUÍ		195.571,21	37.137,35	232.708,56
ISAÍAS COELHO		146.045,61	37.137,35	183.182,96
ITAINÓPOLIS		38.495,73	49.516,49	88.012,22
ITAUEIRA		230.128,16	49.516,49	279.644,65
JACOBINA DO PIAUÍ		104.536,69	37.137,35	141.674,04
JAICÓS		149.920,21	74.274,75	224.194,96
JARDIM DO MULATO		73.410,65	37.137,35	110.548,00
JATOBÁ DO PIAUÍ		79.941,25	37.137,35	117.078,60
JERUMENHA		58.902,33	37.137,35	96.039,68
JOÃO COSTA		51.710,28	37.137,35	88.847,63
JOAQUIM PIRES		199.311,84	61.895,62	261.207,46
JOCA MARQUES		89.706,99	37.137,35	126.844,34
JOSÉ DE FREITAS		629.792,89	111.412,09	741.204,98
JUAZEIRO DO PIAUÍ		89.785,91	37.137,35	126.923,26
JÚLIO BORGES		103.476,40	37.137,35	140.613,75
JUREMA		82.647,53	37.137,35	119.784,88
LAGOA ALEGRE		131.114,17	37.137,35	168.251,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE SÃO FRANCISCO		100.301,91	37.137,35	137.439,26
LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ		82.507,67	37.137,35	119.645,02
LAGOA DO PIAUÍ		92.045,16	37.137,35	129.182,51
LAGOA DO SÍTIO		79.753,55	37.137,35	116.890,90
LAGOINHA DO PIAUÍ		58.767,88	37.137,35	95.905,23
LANDRI SALES		97.838,38	37.137,35	134.975,73
LUÍS CORREIA		561.283,54	86.653,86	647.937,40
LUZILÂNDIA		371.007,51	86.653,86	457.661,37
MADEIRO		123.048,43	37.137,35	160.185,78
MANOEL EMÍDIO		112.964,31	37.137,35	150.101,66
MARCOLÂNDIA		128.053,73	37.137,35	165.191,08
MARCOS PARENTE		73.662,81	37.137,35	110.800,16
MASSAPÊ DO PIAUÍ		104.976,28	37.137,35	142.113,63
MATIAS OLÍMPIO		161.498,65	49.516,49	211.015,14
MIGUEL ALVES		490.764,54	99.032,98	589.797,52
MIGUEL LEÃO		42.146,23	37.137,35	79.283,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MILTON BRANDÃO		96.490,73	37.137,35	133.628,08
MONSENHOR GIL		202.508,39	49.516,49	252.024,88
MONSENHOR HIPÓLITO		160.204,42	37.137,35	197.341,77
MONTE ALEGRE DO PIAUÍ		190.198,00	49.516,49	239.714,49
MORRO CABEÇA NO TEMPO		70.909,56	37.137,35	108.046,91
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ		136.337,91	37.137,35	173.475,26
MURICI DOS PORTELAS		127.023,46	37.137,35	164.160,81
NAZARÉ DO PIAUÍ		142.748,71	37.137,35	179.886,06
NAZÁRIA		135.759,35	37.139,93	172.899,28
NOSSA SENHORA DE NAZARÉ		72.963,04	37.137,35	110.100,39
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS		142.332,80	37.137,35	179.470,15

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA SANTA RITA		81.640,86	37.137,35	118.778,21
NOVO ORIENTE DO PIAUÍ		103.144,87	37.137,35	140.282,22
NOVO SANTO ANTÔNIO		76.082,51	37.137,35	113.219,86
OEIRAS		789.082,61	99.032,98	888.115,59
OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ		43.692,47	37.137,35	80.829,82
PADRE MARCOS		119.684,61	37.137,35	156.821,96
PAES LANDIM		98.327,65	37.137,35	135.465,00
PAJEÚ DO PIAUÍ		57.172,38	37.137,35	94.309,73
PALMEIRA DO PIAUÍ		90.636,76	37.137,35	127.774,11
PALMEIRAIS		226.646,72	61.895,62	288.542,34
PAQUETÁ		88.155,80	37.137,35	125.293,15
PARNAGUÁ		191.914,92	49.516,49	241.431,41
PARNAÍBA		3.399.420,01	495.971,62	3.895.391,63

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ		54.594,74	37.137,35	91.732,09
PATOS DO PIAUÍ		100.780,23	37.137,35	137.917,58
PAU D'ARCO DO PIAUÍ		64.675,31	37.137,35	101.812,66
PAULISTANA		385.247,14	74.274,75	459.521,89
PAVUSSU		82.225,64	37.137,35	119.362,99
PEDRO II		613.990,96	111.412,09	725.403,05
PEDRO LAURENTINO		46.167,56	37.137,35	83.304,91
PICOS		1.678.886,37	160.928,60	1.839.814,97
PIMENTEIRAS		191.117,74	49.516,49	240.634,23
PIO IX		292.220,80	74.274,75	366.495,55
PIRACURUCA		243.819,92	86.653,86	330.473,78
PIRIPIRI		980.859,78	148.549,46	1.129.409,24
PORTO		177.130,39	49.516,49	226.646,88
PORTO ALEGRE DO PIAUÍ		46.897,28	37.137,35	84.034,63
PRATA DO PIAUÍ		63.468,58	37.137,35	100.605,93
QUEIMADA NOVA		177.055,66	37.137,35	214.193,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
REDENÇÃO DO GURGUÉIA		150.063,97	37.137,35	187.201,32
REGENERAÇÃO		364.064,72	74.274,75	438.339,47
RIACHO FRIO		78.235,47	37.137,35	115.372,82
RIBEIRA DO PIAUÍ		65.244,86	37.137,35	102.382,21
RIBEIRO GONÇALVES		137.736,76	37.137,35	174.874,11
RIO GRANDE DO PIAUÍ		136.936,80	37.137,35	174.074,15
SANTA CRUZ DO PIAUÍ		138.869,07	37.137,35	176.006,42
SANTA CRUZ DOS MILAGRES		70.929,47	37.137,35	108.066,82
SANTA FILOMENA		96.825,41	37.137,35	133.962,76
SANTA LUZ		94.491,47	37.137,35	131.628,82
SANTA ROSA DO PIAUÍ		78.768,59	37.137,35	115.905,94
SANTANA DO PIAUÍ		81.210,41	37.137,35	118.347,76
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA		99.250,00	37.137,35	136.387,35
SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES		33.986,67	37.137,35	71.124,02

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO INÁCIO DO PIAUÍ		87.311,00	37.137,35	124.448,35
SÃO BRAZ DO PIAUÍ		94.895,08	37.137,35	132.032,43
SÃO FÉLIX DO PIAUÍ		53.021,61	37.137,35	90.158,96
SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ		114.733,54	37.137,35	151.870,89
SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ		120.873,41	37.137,35	158.010,76
SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA		36.739,55	37.137,35	73.876,90
SÃO GONÇALO DO PIAUÍ		74.954,12	37.137,35	112.091,47
SÃO JOÃO DA CANABRAVA		82.376,62	37.137,35	119.513,97
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA		93.190,95	37.137,35	130.328,30
SÃO JOÃO DA SERRA		132.998,86	37.137,35	170.136,21

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO DA VARJOTA		67.266,26	37.137,35	104.403,61
SÃO JOÃO DO ARRAIAL		147.978,74	37.137,35	185.116,09
SÃO JOÃO DO PIAUÍ		273.979,53	74.274,75	348.254,28
SÃO JOSÉ DO DIVINO		108.952,80	37.137,35	146.090,15
SÃO JOSÉ DO PEIXE		70.124,04	37.137,35	107.261,39
SÃO JOSÉ DO PIAUÍ		123.366,24	37.137,35	160.503,59
SÃO JULIÃO		104.338,16	37.137,35	141.475,51
SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ		85.815,40	37.137,35	122.952,75
SÃO LUIS DO PIAUÍ		46.310,97	37.137,35	83.448,32
SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE		40.532,79	37.137,35	77.670,14
SÃO MIGUEL DO FIDALGO		51.998,67	37.137,35	89.136,02
SÃO MIGUEL DO TAPUIO		327.330,28	74.274,75	401.605,03

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO PEDRO DO PIAUÍ		119.456,55	61.895,62	181.352,17
SÃO RAIMUNDO NONATO		725.253,34	99.032,98	824.286,32
SEBASTIÃO BARROS		60.460,83	37.137,35	97.598,18
SEBASTIÃO LEAL		87.527,03	37.137,35	124.664,38
SIGEFREDO PACHECO		129.875,99	37.137,35	167.013,34
SIMÕES		268.351,98	61.895,62	330.247,60
SIMPLÍCIO MENDES		182.109,34	49.516,49	231.625,83
SOCORRO DO PIAUÍ		91.400,60	37.137,35	128.537,95
SUSSUAPARA		128.632,48	37.137,35	165.769,83
TAMBORIL DO PIAUÍ		38.256,22	37.137,35	75.393,57
TANQUE DO PIAUÍ		57.163,91	37.137,35	94.301,26
TERESINA		31.121.626,30	2.547.196,55	33.668.822,85
UNIÃO		690.113,12	123.791,23	813.904,35
URUÇUÍ		340.447,87	74.274,75	414.722,62
VALENÇA DO PIAUÍ		421.483,56	74.274,75	495.758,31
VÁRZEA BRANCA		84.890,40	37.137,35	122.027,75
VÁRZEA GRANDE		92.155,72	37.137,35	129.293,07

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PI: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VERA MENDES		58.357,67	37.137,35	95.495,02
VILA NOVA DO PIAUÍ		57.442,71	37.137,35	94.580,06
WALL FERRAZ		72.914,60	37.137,35	110.051,95

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**PARANÁ**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO PR: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	3.732	
	Álcool etílico 100ml	5.088	
	Óculos proteção	3.640	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.273.196	
	Sapatilha	4.600	
	Máscara 3 camadas	775.000	
	Avental	64.230	
	Touca hospitalar	15.800	
Leitos-Covid	30 leitos instalados (10 no Hospital Universitário do Norte do Paraná, 10 no Hospital Regional Ana Carolina Xavier e 10 no Hospital Universitário de Maringá)		
Testes RT PCT	32.992		
Testes rápidos	26.199 na 1ª distribuição	32.200 na 2ª distribuição	56.480 na 3ª distribuição
Respiradores	15		

\*/ Entregas realizadas em 22, 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.



## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 9,12 milhões		R\$ 9,12 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 35,35 milhões	R\$ 35,35 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 23,07 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 32,66 milhões		R\$ 331,15 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 87,41 milhões	R\$ 188 milhões	

R\$ 375,63 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABATIÁ		72.986,40	48.686,32	121.672,72
ADRIANÓPOLIS		104.728,41	48.686,32	153.414,73
AGUDOS DO SUL		113.886,24	48.686,32	162.572,56
ALMIRANTE TAMANDARÉ		455.996,18	275.889,18	731.885,36
ALTAMIRA DO PARANÁ		24.400,74	48.686,32	73.087,06
ALTO PARAISO		13.538,15		13.538,15
ALTO PARANÁ		136.334,85	81.143,88	217.478,73
ALTO PIQUIRI		21.679,23	64.915,11	86.594,34
ALTÔNIA		113.512,45	97.372,64	210.885,09
ALVORADA DO SUL		118.056,80	64.915,11	182.971,91
AMAPORÃ		74.524,08	48.686,32	123.210,40
AMPÉRE		31.732,50	97.372,64	129.105,14
ANAHY		56.246,06	48.686,32	104.932,38
ANDIRÁ		224.498,08	97.372,64	321.870,72
ÂNGULO		42.245,17	48.686,32	90.931,49
ANTONINA		141.571,19	97.372,64	238.943,83
ANTÔNIO OLINTO		72.849,70	48.686,32	121.536,02

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
APUCARANA		3.979.044,26	292.117,95	4.271.162,21
ARAPONGAS		1.692.685,94	275.889,18	1.968.575,12
ARAPOTI		33.405,00	113.601,43	147.006,43
ARAPUÃ		58.082,97	48.686,32	106.769,29
ARARUNA		164.459,31	81.143,88	245.603,19
ARAUCÁRIA		1.853.673,33	0,00	1.853.673,33
ARIRANHA DO IVAÍ		32.574,58	48.686,32	81.260,90
ASSAÍ		142.103,69	81.143,88	223.247,57
ASSIS CHATEAUBRIAND		296.296,89	129.830,20	426.127,09
ASTORGA		46.530,00	113.601,43	160.131,43
ATALAIA		55.876,17	48.686,32	104.562,49
BALSA NOVA		112.085,89	64.915,11	177.001,00
BANDEIRANTES		213.149,79	129.830,20	342.979,99
BARBOSA FERRAZ		157.796,43	64.915,11	222.711,54
BARRA DO JACARÉ		44.624,62	48.686,32	93.310,94
BARRAÇÃO		41.974,08	64.915,11	106.889,19
BELA VISTA DA CAROBA		14.146,87	48.686,32	62.833,19

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BELA VISTA DO PARAÍSO		186.083,55	81.143,88	267.227,43
BITURUNA		225.337,91	81.143,88	306.481,79
BOA ESPERANÇA		53.066,95	48.686,32	101.753,27
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU		5.288,91	48.686,32	53.975,23
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE		77.726,51	48.686,32	126.412,83
BOA VISTA DA APARECIDA		3.283,33	48.686,32	51.969,65
BOCAIÚVA DO SUL		95.551,81	64.915,11	160.466,92
BOM JESUS DO SUL		11.798,09	48.686,32	60.484,41
BOM SUCESSO		177.980,12	48.686,32	226.666,44
BOM SUCESSO DO SUL		12.329,55	48.686,32	61.015,87
BORRAZÓPOLIS		85.108,66	48.686,32	133.794,98
BRAGANEY		58.181,41	48.686,32	106.867,73
BRASILÂNDIA DO SUL		41.522,35	48.686,32	90.208,67
CAFEARA		36.947,72	48.686,32	85.634,04
CAFELÂNDIA		153.203,41	97.372,64	250.576,05

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAFEZAL DO SUL		24.334,88	48.686,32	73.021,20
CALIFÓRNIA		97.903,99	48.686,32	146.590,31
CAMBARÁ		254.405,94	113.601,43	368.007,37
CAMBÉ		1.358.828,39	259.660,40	1.618.488,79
CAMBIRA		122.216,96	48.686,32	170.903,28
CAMPINA DA LAGOA		180.305,12	81.143,88	261.449,00
CAMPINA DO SIMÃO		62.809,50	48.686,32	111.495,82
CAMPINA GRANDE DO SUL		313.939,93	146.058,98	459.998,91
CAMPO BONITO		54.359,24	48.686,32	103.045,56
CAMPO DO TENENTE		93.743,67	48.686,32	142.429,99
CAMPO LARGO		1.014.954,57	292.117,95	1.307.072,52
CAMPO MAGRO		264.425,63	113.601,43	378.027,06
CAMPO MOURÃO		3.657.021,15	243.431,62	3.900.452,77
CÂNDIDO DE ABREU		183.535,93	81.143,88	264.679,81
CANDÓI		5.100,00	81.143,88	86.243,88
CANTAGALO		145.857,90	64.915,11	210.773,01
CAPANEMA		56.476,34	97.372,64	153.848,98

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES		196.465,16	81.143,88	277.609,04
CARAMBEÍ		61.608,00	97.372,64	158.980,64
CARLÓPOLIS		96.340,14	81.143,88	177.484,02
CASCADEL		3.723.073,20	418.452,08	4.141.525,28
CASTRO		959.254,54	210.974,07	1.170.228,61
CATANDUVAS		66.713,52	64.915,11	131.628,63
CENTENÁRIO DO SUL		112.742,55	64.915,11	177.657,66
CERRO AZUL		193.829,87	97.372,64	291.202,51
CÉU AZUL		137.409,40	64.915,11	202.324,51
CHOPINZINHO		310.503,14	97.372,64	407.875,78
CIANORTE		1.836.318,67	0,00	1.836.318,67
CIDADE GAÚCHA		85.969,29	64.915,11	150.884,40
CLEVELÂNDIA		154.566,63	97.372,64	251.939,27
COLOMBO		1.566.756,98	418.452,08	1.985.209,06
COLORADO		671.348,18	113.601,43	784.949,61
CONGONHINHAS		222.189,18	48.686,32	270.875,50

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CONSELHEIRO MAIRINCK		34.787,06	48.686,32	83.473,38
CONTENDA		187.795,26	97.372,64	285.167,90
CORBÉLIA		243.498,73	97.372,64	340.871,37
CORNÉLIO PROCÓPIO		487.960,75	162.287,75	650.248,50
CORONEL DOMINGOS SOARES		98.116,39	48.686,32	146.802,71
CORONEL VIVIDA		434.800,07	97.372,64	532.172,71
CORUMBATAÍ DO SUL		1.616,67	48.686,32	50.302,99
CRUZ MACHADO		187.919,16	97.372,64	285.291,80
CRUZEIRO DO IGUAÇU		7.829,25	48.686,32	56.515,57
CRUZEIRO DO OESTE		197.656,36	97.372,64	295.029,00
CRUZEIRO DO SUL		64.487,67	48.686,32	113.173,99
CRUZMALTINA		51.270,09	48.686,32	99.956,41
CURITIBA		57.952.972,43	1.467.185,21	59.420.157,64
CURIÚVA		176.559,80	81.143,88	257.703,68
DIAMANTE DO NORTE		64.591,76	48.686,32	113.278,08
DIAMANTE DO SUL		47.664,83	48.686,32	96.351,15

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DIAMANTE D'OESTE		51.019,37	48.686,32	99.705,69
DOIS VIZINHOS		310.399,01	146.058,98	456.457,99
DOURADINA		31.623,92	48.686,32	80.310,24
DOUTOR CAMARGO		60.577,09	48.686,32	109.263,41
DOUTOR ULYSSES		71.683,90	48.686,32	120.370,22
ENÉAS MARQUES		7.017,80	48.686,32	55.704,12
ENGENHEIRO BELTRÃO		173.668,49	81.143,88	254.812,37
ENTRE RIOS DO OESTE		43.627,09	48.686,32	92.313,41
ESPERANÇA NOVA		520,82	48.686,32	49.207,14
ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU		55.267,65	48.686,32	103.953,97
FAROL		71.070,19	48.686,32	119.756,51
FAXINAL		157.715,49	97.372,64	255.088,13
FAZENDA RIO GRANDE		903.499,05	243.431,62	1.146.930,67
FÊNIX		70.268,55	48.686,32	118.954,87
FERNANDES PINHEIRO		75.374,15	48.686,32	124.060,47
FIGUEIRA		107.915,11	48.686,32	156.601,43
FLOR DA SERRA DO SUL		4.150,80	48.686,32	52.837,12

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLORAÍ		60.375,26	48.686,32	109.061,58
FLORESTA		58.626,39	48.686,32	107.312,71
FLORESTÓPOLIS		152.679,61	64.915,11	217.594,72
FLÓRIDA		29.502,99	48.686,32	78.189,31
FORMOSA DO OESTE		79.786,05	48.686,32	128.472,37
FOZ DO IGUAÇU		6.381.617,99	418.452,08	6.800.070,07
FOZ DO JORDÃO		64.166,67	48.686,32	112.852,99
FRANCISCO ALVES		19.221,04	48.686,32	67.907,36
FRANCISCO BELTRÃO		3.557.382,43	227.202,87	3.784.585,30
GENERAL CARNEIRO		27.122,88	81.143,88	108.266,76
GODOY MOREIRA		38.912,14	48.686,32	87.598,46
GOIOERÊ		359.618,80	113.601,43	473.220,23
GOIOXIM		94.874,41	48.686,32	143.560,73
GRANDES RIOS		87.130,59	48.686,32	135.816,91
GUAÍRA		355.140,47	129.830,20	484.970,67
GUAIRACÁ		88.480,10	48.686,32	137.166,42
GUAMIRANGA		107.749,03	48.686,32	156.435,35
GUAPIRAMA		50.063,18	48.686,32	98.749,50

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUAPOREMA		32.001,33	48.686,32	80.687,65
GUARACI		62.518,72	48.686,32	111.205,04
GUARANIAÇU		162.984,26	81.143,88	244.128,14
GUARAPUAVA		645.651,25	418.452,08	1.064.103,33
GUARAQUEÇABA		88.248,50	48.686,32	136.934,82
GUARATUBA		358.515,40	129.830,20	488.345,60
HONÓRIO SERPA		87.300,67	48.686,32	135.986,99
IBAITI		350.115,30	129.830,20	479.945,50
IBEMA		43.248,42	48.686,32	91.934,74
IBIPORÃ		264.594,00	178.516,54	443.110,54
ICARAÍMA		113.830,52	48.686,32	162.516,84
IGUARAÇU		51.594,20	48.686,32	100.280,52
IGUATU		40.180,17	48.686,32	88.866,49
IMBAÚ		6.500,87	64.915,11	71.415,98
IMBITUVA		259.228,39	129.830,20	389.058,59
INÁCIO MARTINS		107.027,79	64.915,11	171.942,90
INAJÁ		29.899,68	48.686,32	78.586,00
INDIANÓPOLIS		71.740,49	48.686,32	120.426,81

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPIRANGA		189.285,58	81.143,88	270.429,46
IPORÃ		64.876,96	81.143,88	146.020,84
IRACEMA DO OESTE		32.566,22	48.686,32	81.252,54
IRATI		245.961,48	178.516,54	424.478,02
IRETAMA		31.262,33	64.915,11	96.177,44
ITAGUAJÉ		48.714,24	48.686,32	97.400,56
ITAIPULÂNDIA		126.320,06	64.915,11	191.235,17
ITAMBARACÁ		79.896,20	48.686,32	128.582,52
ITAMBÉ		54.327,87	48.686,32	103.014,19
ITAPEJARA D'OESTE		10.427,09	64.915,11	75.342,20
ITAPERUÇU		239.153,94	113.601,43	352.755,37
ITAÚNA DO SUL		42.747,30	48.686,32	91.433,62
IVAÍ		86.461,70	81.143,88	167.605,58
IVAIPORÃ		347.540,41	129.830,20	477.370,61
IVATÉ		5.077,65	48.686,32	53.763,97
IVATUBA		32.776,03	48.686,32	81.462,35
JABOTI		67.679,49	48.686,32	116.365,81
JACAREZINHO		372.075,36	146.058,98	518.134,34

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JAGUAPITÃ		98.721,84	0,00	98.721,84
JAGUARIAÍVA		242.034,02	129.830,20	371.864,22
JANDAIA DO SUL		218.100,81	97.372,64	315.473,45
JANIÓPOLIS		16.889,42	48.686,32	65.575,74
JAPIRA		92.788,67	48.686,32	141.474,99
JAPURÁ		87.859,63	48.686,32	136.545,95
JARDIM ALEGRE		137.986,62	64.915,11	202.901,73
JARDIM OLINDA		29.044,30	48.686,32	77.730,62
JATAIZINHO		105.106,29	64.915,11	170.021,40
JESUÍTAS		72.143,96	48.686,32	120.830,28
JOAQUIM TÁVORA		103.725,22	64.915,11	168.640,33
JUNDIAÍ DO SUL		47.165,07	48.686,32	95.851,39
JURANDA		5.100,00	48.686,32	53.786,32
JUSSARA		96.918,01	48.686,32	145.604,33
KALORÉ		85.724,78	48.686,32	134.411,10
LAPA		428.010,48	162.287,75	590.298,23
LARANJAL		77.454,58	48.686,32	126.140,90
LARANJEIRAS DO SUL		451.483,00	129.830,20	581.313,20

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LEÓPOLIS		51.230,21	48.686,32	99.916,53
LIDIANÓPOLIS		50.208,32	48.686,32	98.894,64
LINDOESTE		66.238,59	48.686,32	114.924,91
LOANDA		214.340,67	97.372,64	311.713,31
LOBATO		37.951,70	48.686,32	86.638,02
LONDRINA		21.407.209,82	418.452,08	21.825.661,90
LUIZIANA		127.481,17	48.686,32	176.167,49
LUNARDELLI		71.951,12	48.686,32	120.637,44
LUPIONÓPOLIS		57.351,48	48.686,32	106.037,80
MALLET		101.768,16	81.143,88	182.912,04
MAMBORÊ		64.837,97	81.143,88	145.981,85
MANDAGUAÇU		144.166,87	97.372,64	241.539,51
MANDAGUARI		287.125,97	129.830,20	416.956,17
MANDIRITUBA		238.271,91	113.601,43	351.873,34
MANFRINÓPOLIS		1.524,21	48.686,32	50.210,53
MANGUEIRINHA		116.836,57	97.372,64	214.209,21
MANOEL RIBAS		163.294,60	81.143,88	244.438,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARECHAL CÂNDIDO RONDON		480.511,97	178.516,54	659.028,51
MARIA HELENA		11.469,78	48.686,32	60.156,10
MARIALVA		111.638,33	129.830,20	241.468,53
MARILÂNDIA DO SUL		138.550,20	48.686,32	187.236,52
MARILENA		5.100,00	48.686,32	53.786,32
MARILUZ		23.116,47	64.915,11	88.031,58
MARINGÁ		15.062.814,94	418.452,08	15.481.267,02
MARIÓPOLIS		39.731,15	48.686,32	88.417,47
MARIPÁ		66.753,60	48.686,32	115.439,92
MARMELEIRO		199.547,18	81.143,88	280.691,06
MARQUINHO		62.729,41	48.686,32	111.415,73
MARUMBI		67.550,36	48.686,32	116.236,68
MATELÂNDIA		205.212,93	97.372,64	302.585,57
MATINHOS		310.904,27	129.830,20	440.734,47
MATO RICO		45.024,42	48.686,32	93.710,74
MAUÁ DA SERRA		97.465,82	64.915,11	162.380,93
MEDIANEIRA		564.895,90	162.287,75	727.183,65

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MERCEDES		77.026,42	48.686,32	125.712,74
MIRADOR		19.481,08	48.686,32	68.167,40
MIRASELVA		32.191,19	48.686,32	80.877,51
MISSAL		162.081,95	64.915,11	226.997,06
MOREIRA SALES		107.000,31	64.915,11	171.915,42
MORRETES		180.985,33	81.143,88	262.129,21
MUNHOZ DE MELO		48.061,12	48.686,32	96.747,44
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS		14.308,06	48.686,32	62.994,38
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ		28.297,74	48.686,32	76.984,06
NOVA AMÉRICA DA COLINA		47.572,92	48.686,32	96.259,24
NOVA AURORA		114.337,37	64.915,11	179.252,48
NOVA CANTU		67.334,80	48.686,32	116.021,12
NOVA ESPERANÇA		263.711,54	113.601,43	377.312,97
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE		11.209,83	48.686,32	59.896,15
NOVA FÁTIMA		63.136,53	48.686,32	111.822,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA LARANJEIRAS		175.247,32	64.915,11	240.162,43
NOVA LONDRINA		147.135,92	64.915,11	212.051,03
NOVA OLÍMPIA		25.972,60	48.686,32	74.658,92
NOVA PRATA DO IGUAÇU		18.176,95	64.915,11	83.092,06
NOVA SANTA BÁRBARA		40.199,73	48.686,32	88.886,05
NOVA SANTA ROSA		71.673,09	48.686,32	120.359,41
NOVA TEBAS		150.477,86	48.686,32	199.164,18
NOVO ITACOLOMI		37.154,43	48.686,32	85.840,75
ORTIGUEIRA		160.037,20	97.372,64	257.409,84
OURIZONA		30.583,47	48.686,32	79.269,79
OURO VERDE DO OESTE		37.834,42	48.686,32	86.520,74
PAIÇANDU		290.108,45	146.058,98	436.167,43
PALMAS		390.132,90	0,00	390.132,90
PALMEIRA		470.696,61	129.830,20	600.526,81
PALMITAL		163.128,09	81.143,88	244.271,97
PALOTINA		424.756,08	129.830,20	554.586,28
PARAÍSO DO NORTE		163.914,74	81.143,88	245.058,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PARANACITY		65.172,84	64.915,11	130.087,95
PARANAGUÁ		792.307,84	402.223,30	1.194.531,14
PARANAPOEMA		35.914,39	48.686,32	84.600,71
PARANAVAÍ		1.079.299,31	227.202,87	1.306.502,18
PATO BRAGADO		43.591,15	48.686,32	92.277,47
PATO BRANCO		4.037.867,39	227.202,87	4.265.070,26
PAULA FREITAS		83.588,30	48.686,32	132.274,62
PAULO FRONTIN		60.045,48	48.686,32	108.731,80
PEABIRU		99.609,48	81.143,88	180.753,36
PEROBAL		2.560,72	48.686,32	51.247,04
PÉROLA		36.754,11	64.915,11	101.669,22
PÉROLA D'OESTE		12.766,67	48.686,32	61.452,99
PIÊN		56.115,99	64.915,11	121.031,10
PINHAIS		1.119.991,44	292.117,95	1.412.109,39
PINHAL DE SÃO BENTO		9.014,38	48.686,32	57.700,70
PINHALÃO		87.379,58	48.686,32	136.065,90
PINHÃO		305.406,99	129.830,20	435.237,19
PIRAÍ DO SUL		142.220,30	113.601,43	255.821,73

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PIRAQUARA		870.562,76	259.660,40	1.130.223,16
PITANGA		377.020,33	129.830,20	506.850,53
PITANGUEIRAS		30.232,95	48.686,32	78.919,27
PLANALTINA DO PARANÁ		37.667,80	48.686,32	86.354,12
PLANALTO		34.227,74	81.143,88	115.371,62
PONTA GROSSA		866.948,25	418.452,08	1.285.400,33
PONTAL DO PARANÁ		154.195,69	113.601,43	267.797,12
PORECATU		102.491,98	81.143,88	183.635,86
PORTO AMAZONAS		33.613,92	48.686,32	82.300,24
PORTO BARREIRO		45.431,23	48.686,32	94.117,55
PORTO RICO		27.942,77	48.686,32	76.629,09
PORTO VITÓRIA		51.969,47	48.686,32	100.655,79
PRADO FERREIRA		34.699,71	48.686,32	83.386,03
PRANCHITA		17.486,12	48.686,32	66.172,44
PRESIDENTE CASTELO BRANCO		35.467,37	48.686,32	84.153,69
PRIMEIRO DE MAIO		30.857,31	64.915,11	95.772,42

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRUDENTÓPOLIS		420.757,93	178.516,54	599.274,47
QUARTO CENTENÁRIO		69.521,57	48.686,32	118.207,89
QUATIGUÁ		85.337,05	48.686,32	134.023,37
QUATRO BARRAS		277.812,36	97.372,64	375.185,00
QUATRO PONTES		32.014,56	48.686,32	80.700,88
QUEDAS DO IGUAÇU		255.800,18	129.830,20	385.630,38
QUERÊNCIA DO NORTE		136.121,65	64.915,11	201.036,76
QUINTA DO SOL		69.493,18	48.686,32	118.179,50
QUITANDINHA		205.806,44	97.372,64	303.179,08
RAMILÂNDIA		48.762,11	48.686,32	97.448,43
RANCHO ALEGRE		38.237,13	48.686,32	86.923,45
RANCHO ALEGRE D'OESTE		35.182,38	48.686,32	83.868,70
REALEZA		121.222,38	97.372,64	218.595,02
REBOUÇAS		158.054,82	81.143,88	239.198,70
RENASCENÇA		20.022,41	48.686,32	68.708,73
RESERVA		307.750,73	113.601,43	421.352,16
RESERVA DO IGUAÇU		63.951,53	48.686,32	112.637,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIBEIRÃO CLARO		72.153,61	64.915,11	137.068,72
RIBEIRÃO DO PINHAL		76.740,63	64.915,11	141.655,74
RIO AZUL		146.488,84	81.143,88	227.632,72
RIO BOM		47.862,55	48.686,32	96.548,87
RIO BONITO DO IGUAÇU		171.812,52	64.915,11	236.727,63
RIO BRANCO DO IVAÍ		52.518,68	48.686,32	101.205,00
RIO BRANCO DO SUL		222.077,10	129.830,20	351.907,30
RIO NEGRO		145.484,09	129.830,20	275.314,29
ROLÂNDIA		187.376,25	194.745,29	382.121,54
RONCADOR		129.101,38	64.915,11	194.016,49
RONDON		113.719,56	48.686,32	162.405,88
ROSÁRIO DO IVAÍ		66.042,92	48.686,32	114.729,24
SABÁUDIA		61.132,26	48.686,32	109.818,58
SALGADO FILHO		10.232,01	48.686,32	58.918,33
SALTO DO ITARARÉ		58.452,13	48.686,32	107.138,45
SALTO DO LONTRA		18.482,76	81.143,88	99.626,64
SANTA AMÉLIA		30.205,57	48.686,32	78.891,89

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO		51.611,66	48.686,32	100.297,98
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO		5.100,00	48.686,32	53.786,32
SANTA FÉ		16.382,81	64.915,11	81.297,92
SANTA HELENA		211.123,88	113.601,43	324.725,31
SANTA INÊS		29.107,65	48.686,32	77.793,97
SANTA ISABEL DO IVAÍ		105.013,23	48.686,32	153.699,55
SANTA IZABEL DO OESTE		74.904,26	81.143,88	156.048,14
SANTA LÚCIA		46.658,06	48.686,32	95.344,38
SANTA MARIA DO OESTE		130.824,98	64.915,11	195.740,09
SANTA MARIANA		97.879,39	64.915,11	162.794,50
SANTA MÔNICA		62.683,91	48.686,32	111.370,23
SANTA TEREZA DO OESTE		86.989,32	64.915,11	151.904,43

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU		443.339,38	97.372,64	540.712,02
SANTANA DO ITARARÉ		70.429,39	48.686,32	119.115,71
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA		33.405,00	162.287,75	195.692,75
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ		38.160,03	48.686,32	86.846,35
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO		29.800,16	48.686,32	78.486,48
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE		81.598,61	97.372,64	178.971,25
SANTO INÁCIO		39.515,81	48.686,32	88.202,13
SÃO CARLOS DO IVAÍ		64.746,63	48.686,32	113.432,95
SÃO JERÔNIMO DA SERRA		46.263,16	64.915,11	111.178,27
SÃO JOÃO		124.187,82	64.915,11	189.102,93
SÃO JOÃO DO CAIUÁ		48.727,98	48.686,32	97.414,30
SÃO JOÃO DO IVAÍ		158.581,29	64.915,11	223.496,40

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOÃO DO TRIUNFO		153.257,97	81.143,88	234.401,85
SÃO JORGE DO IVAÍ		56.753,48	48.686,32	105.439,80
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO		53.191,09	48.686,32	101.877,41
SÃO JORGE D'OESTE		19.355,47	48.686,32	68.041,79
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA		88.491,40	48.686,32	137.177,72
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS		42.060,40	48.686,32	90.746,72
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		3.121.634,05	418.452,08	3.540.086,13
SÃO MANOEL DO PARANÁ		34.355,22	48.686,32	83.041,54
SÃO MATEUS DO SUL		245.019,98	162.287,75	407.307,73

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU		368.380,38	113.601,43	481.981,81
SÃO PEDRO DO IGUAÇU		38.523,18	48.686,32	87.209,50
SÃO PEDRO DO IVAÍ		104.527,13	64.915,11	169.442,24
SÃO PEDRO DO PARANÁ		35.232,96	48.686,32	83.919,28
SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA		113.667,00	48.686,32	162.353,32
SÃO TOMÉ		36.295,63	48.686,32	84.981,95
SAPOPEMA		90.489,98	48.686,32	139.176,30
SARANDI		530.978,55	243.431,62	774.410,17
SAUDADE DO IGUAÇU		69.936,45	48.686,32	118.622,77
SENGÉS		112.008,58	97.372,64	209.381,22
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU		61.809,78	48.686,32	110.496,10
SERTANEJA		81.127,05	48.686,32	129.813,37
SERTANÓPOLIS		169.670,45	81.143,88	250.814,33
SIQUEIRA CAMPOS		161.221,72	97.372,64	258.594,36

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SULINA		42.526,77	48.686,32	91.213,09
TAMARANA		175.818,06	81.144,29	256.962,35
TAMBOARA		61.284,41	48.686,32	109.970,73
TAPEJARA		148.009,05	81.143,88	229.152,93
TAPIRA		34.045,01	48.686,32	82.731,33
TEIXEIRA SOARES		108.288,03	64.915,11	173.203,14
TELÊMACO BORBA		616.619,06	210.974,07	827.593,13
TERRA BOA		301.806,00	97.372,64	399.178,64
TERRA RICA		224.810,68	81.143,88	305.954,56
TERRA ROXA		205.061,49	97.372,64	302.434,13
TIBAGI		183.996,03	97.372,64	281.368,67
TIJUCAS DO SUL		184.298,37	81.143,88	265.442,25
TOLEDO		491.187,46	292.117,95	783.305,41
TOMAZINA		103.320,47	48.686,32	152.006,79
TRÊS BARRAS DO PARANÁ		134.040,12	64.915,11	198.955,23
TUNAS DO PARANÁ		86.456,97	48.686,32	135.143,29
TUNEIRAS DO OESTE		107.905,28	48.686,32	156.591,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO PR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TUPÃSSI		51.568,10	48.686,32	100.254,42
TURVO		173.843,16	81.143,88	254.987,04
UBIRATÃ		349.195,94	97.372,64	446.568,58
UMUARAMA		4.106.023,41	259.660,40	4.365.683,81
UNIÃO DA VITÓRIA		456.137,69	178.516,54	634.654,23
UNIFLOR		5.642,00	48.686,32	54.328,32
URAI		102.033,13	64.915,11	166.948,24
VENTANIA		118.875,57	64.915,11	183.790,68
VERA CRUZ DO OESTE		127.097,59	48.686,32	175.783,91
VERÊ		17.434,92	48.686,32	66.121,24
Vila Alta			48.686,32	48.686,32
VIRMOND		53.174,79	48.686,32	101.861,11
VITORINO		75.277,37	48.686,32	123.963,69
WENCESLAU BRAZ		197.056,07	97.372,64	294.428,71
XAMBRÊ		6.298,09	48.686,32	54.984,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**RIO DE JANEIRO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO RJ: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	5.652	
	Álcool etílico 100ml	7.776	
	Óculos proteção	7.900	
	Luva para procedimento não cirúrgico	10.868.536	
	Sapatilha	7.200	
	Máscara 3 camadas	1.354.250	
	Avental	94.460	
	Touca hospitalar	23.800	
Leitos-Covid	40 leitos instalados (10 no Hospital Ary Parreiras e 30 no Hospital Zilda Arns)		
Testes RT PCT	119.600		
Testes rápidos	37.636 na 1ª distribuição	51.340 na 2ª distribuição	90.040 na 3ª distribuição
Respiradores	40		

\*/ Entregas realizadas em 23, 25 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 21,03 milhões		R\$ 21,03 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 15,99 milhões	R\$ 15,99 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 33,89 milhões		R\$ 387,95 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 48,06 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 57,13 milhões	R\$ 248,85 milhões	

R\$ 424, 98 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ANGRA DOS REIS		5.165.784,34	354.240,95	5.520.025,29
APERIBÉ		83.122,85	54.159,03	137.281,88
ARARUAMA		1.278.065,94	243.715,55	1.521.781,49
AREAL		80.768,08	54.159,03	134.927,11
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS		198.730,01	108.318,02	307.048,03
ARRAIAL DO CABO		210.582,94	94.778,28	305.361,22
BARRA DO PIRAÍ		1.840.731,03	203.096,30	2.043.827,33
BARRA MANSA		5.228.400,23	354.240,95	5.582.641,18
BELFORD ROXO		3.615.485,95	354.240,95	3.969.726,90
BOM JARDIM		213.963,26	94.778,28	308.741,54
BOM JESUS DO ITABAPOANA		912.894,23	108.318,02	1.021.212,25
CABO FRIO		3.900.010,47	354.240,95	4.254.251,42
CACHOEIRAS DE MACACU		480.827,14	148.937,28	629.764,42
CAMBUCI		216.124,51	67.698,77	283.823,28

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPOS DOS GOYTACAZES		11.470.000,58	354.240,95	11.824.241,53
CANTAGALO		246.444,66	81.238,49	327.683,15
CARAPEBUS		47.610,01	67.698,77	115.308,78
CARDOSO MOREIRA		67.517,04	54.159,03	121.676,07
CARMO		399.083,11	81.238,49	480.321,60
CASIMIRO DE ABREU		347.351,61	0,00	347.351,61
COMENDADOR LEVY GASPARIAN		102.295,06	40.619,24	142.914,30
CONCEIÇÃO DE MACABU		225.765,59	81.238,49	307.004,08
CORDEIRO		210.827,97	81.238,49	292.066,46
DUAS BARRAS		61.479,46	54.159,03	115.638,49
DUQUE DE CAXIAS		12.562.531,27	354.240,95	12.916.772,22
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN		273.558,30	67.698,77	341.257,07
GUAPIMIRIM		256.286,04	148.937,28	405.223,32
IGUABA GRANDE		320.992,60	94.778,28	415.770,88

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITABORAÍ		2.153.680,86	354.240,95	2.507.921,81
ITAGUAÍ		1.139.446,67	48.898,35	1.188.345,02
ITALVA		153.771,40	67.698,77	221.470,17
ITAOCARA		267.845,69	81.238,49	349.084,18
ITAPERUNA		1.798.446,70	216.636,07	2.015.082,77
ITATIAIA		336.252,42	108.318,02	444.570,44
JAPERI		733.824,42	216.636,07	950.460,49
LAJE DO MURIAÉ		45.748,31	40.619,24	86.367,55
MACAÉ		2.900.022,95	354.240,95	3.254.263,90
MACUCO		60.122,45	40.619,24	100.741,69
MAGÉ		1.667.617,47	354.240,95	2.021.858,42
MANGARATIBA		320.379,64	0,00	320.379,64
MARICÁ		1.384.671,55	354.240,95	1.738.912,50
MENDES		165.253,84	81.238,49	246.492,33
MESQUITA		1.013.671,85	354.239,98	1.367.911,83
MIGUEL PEREIRA		484.740,26	94.778,28	579.518,54
MIRACEMA		283.282,98	94.778,28	378.061,26
NATIVIDADE		524.696,83	67.698,77	592.395,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NILÓPOLIS		1.198.445,04	354.240,95	1.552.685,99
NITERÓI		11.740.269,95	354.240,95	12.094.510,90
NOVA FRIBURGO		3.485.241,99	354.240,95	3.839.482,94
NOVA IGUAÇU		19.830.743,05	354.240,95	20.184.984,00
PARACAMBI		1.545.655,90	148.937,28	1.694.593,18
PARAÍBA DO SUL		397.518,48	0,00	397.518,48
PARATY		375.609,12	121.857,79	497.466,91
PATY DO ALFERES		161.573,78	94.778,28	256.352,06
PETRÓPOLIS		9.898.549,43	354.240,95	10.252.790,38
PINHEIRAL		235.167,16	94.778,28	329.945,44
PIRAÍ		590.568,93	94.778,28	685.347,21
PORCIÚNCULA		139.628,39	81.238,49	220.866,88
PORTO REAL		299.571,50	81.238,49	380.809,99
QUATIS		174.314,25	67.698,77	242.013,02
QUEIMADOS		2.070.672,14	340.701,20	2.411.373,34
QUISSAMÃ		313.453,98	94.778,28	408.232,26
RESENDE		2.705.781,28	243.715,55	2.949.496,83
RIO BONITO		2.672.004,02	148.937,28	2.820.941,30

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIO CLARO		254.952,20	81.238,49	336.190,69
RIO DAS FLORES		73.640,67	40.619,24	114.259,91
RIO DAS OSTRAS		623.500,03	340.701,20	964.201,23
RIO DE JANEIRO		86.201.753,08	1.630.205,79	87.831.958,87
SANTA MARIA MADALENA		92.630,22	54.159,03	146.789,25
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA		351.233,37	121.857,79	473.091,16
SÃO FIDÉLIS		508.602,02	121.857,79	630.459,81
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA		274.705,25	121.857,79	396.563,04
SÃO GONÇALO		10.864.499,72	354.240,95	11.218.740,67
SÃO JOÃO DA BARRA		193.482,23	108.318,02	301.800,25
SÃO JOÃO DE MERITI		3.911.766,64	354.240,95	4.266.007,59
SÃO JOSÉ DE UBÁ		43.014,46	40.619,24	83.633,70
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO		178.416,48	81.238,49	259.654,97
SÃO PEDRO DA ALDEIA		677.683,77	216.636,07	894.319,84

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RJ: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO		182.852,91	40.619,24	223.472,15
SAPUCAIA		93.448,69	81.238,49	174.687,18
SAQUAREMA		444.837,33	189.556,55	634.393,88
SEROPÉDICA		606.503,79	189.556,55	796.060,34
SILVA JARDIM		409.939,94	81.238,49	491.178,43
SUMIDOURO		124.180,00	67.698,77	191.878,77
TANGUÁ		270.460,54	108.318,02	378.778,56
TERESÓPOLIS		4.187.890,87	354.240,95	4.542.131,82
TRAJANO DE MORAES		97.371,81	54.159,03	151.530,84
TRÊS RIOS		2.549.259,28	0,00	2.549.259,28
VALENÇA		2.533.294,70	176.016,79	2.709.311,49
VARRE-SAI		43.474,69	54.159,03	97.633,72
VASSOURAS		3.656.710,51	108.318,02	3.765.028,53
VOLTA REDONDA		6.122.860,54	354.240,95	6.477.101,49

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**RIO GRANDE DO NORTE**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO RN: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	1.176	
	Álcool etílico 100ml	1.440	
	Óculos proteção	1.140	
	Luva para procedimento não cirúrgico	387.848	
	Sapatilha	2.300	
	Máscara 3 camadas	237.500	
	Avental	18.801	
	Touca hospitalar	4.800	
Leitos-Covid	10 leitos (instalados) no Hospital Central da Polícia Militar Coronel Pedro Germano		
Testes RT PCT	11.104		
Testes rápidos	7.729 na 1ª distribuição	9.660 na 2ª distribuição	16.940 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$20,94 milhões		R\$ 20,94 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 12,98 milhões	R\$ 12,98 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 7,19 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 10,16 milhões		R\$ 75,94 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 19,61 milhões	R\$ 38,97 milhões	

**R\$ 109,87 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACARI		27.619,48	60.963,01	88.582,49
AÇU		363.181,19	167.648,30	530.829,49
AFONSO BEZERRA		24.382,79	60.963,01	85.345,80
ÁGUA NOVA		4.754,37	45.722,27	50.476,64
ALEXANDRIA		811.974,11	76.203,76	888.177,87
ALMINO AFONSO		24.606,58	45.722,27	70.328,85
ALTO DO RODRIGUES		28.140,17	76.203,76	104.343,93
ANGICOS		307.499,68	60.963,01	368.462,69
ANTÔNIO MARTINS		23.463,81	45.722,27	69.186,08
APODI		172.913,60	121.926,05	294.839,65
AREIA BRANCA		223.286,78	106.685,28	329.972,06
ARÊS		25.211,54	76.203,76	101.415,30
AUGUSTO SEVERO		13.515,86	45.722,27	59.238,13
BAÍA FORMOSA		9.412,22	45.722,27	55.134,49
BARAÚNA		88.959,02	106.685,28	195.644,30
BARCELONA		4.468,62	45.722,27	50.190,89
BENTO FERNANDES		5.380,10	45.722,27	51.102,37
BODÓ		3.235,17	45.722,27	48.957,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM JESUS		10.689,07	60.963,01	71.652,08
BREJINHO		25.324,15	60.963,01	86.287,16
CAIÇARA DO NORTE		4.618,31	45.722,27	50.340,58
CAIÇARA DO RIO DO VENTO		4.339,86	45.722,27	50.062,13
CAICÓ		1.436.462,99	182.889,03	1.619.352,02
CAMPO REDONDO		17.829,92	60.963,01	78.792,93
CANGUARETAMA		152.865,74	121.926,05	274.791,79
CARAÚBAS		50.453,04	91.444,54	141.897,58
CARNAÚBA DOS DANTAS		22.378,05	45.722,27	68.100,32
CARNAUBAIS		23.885,30	60.963,01	84.848,31
CEARÁ-MIRIM		636.437,76	198.129,80	834.567,56
CERRO CORÁ		28.312,05	60.963,01	89.275,06
CORONEL EZEQUIEL		9.528,13	45.722,27	55.250,40
CORONEL JOÃO PESSOA		11.604,81	45.722,27	57.327,08
CRUZETA		18.524,22	45.722,27	64.246,49
CURRAIS NOVOS		431.158,54	152.407,56	583.566,10

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOUTOR SEVERIANO		18.855,23	45.722,27	64.577,50
ENCANTO		10.465,37	45.722,27	56.187,64
EQUADOR		14.138,69	45.722,27	59.860,96
ESPÍRITO SANTO		17.009,79	60.963,01	77.972,80
EXTREMOZ		122.897,31	106.685,28	229.582,59
FELIPE GUERRA		10.232,49	45.722,27	55.954,76
FERNANDO PEDROZA		4.123,40	45.722,27	49.845,67
FLORÂNIA		15.171,74	45.722,27	60.894,01
FRANCISCO DANTAS		7.230,71	45.722,27	52.952,98
FRUTUOSO GOMES		18.025,59	45.722,27	63.747,86
GALINHOS		2.905,45	45.722,27	48.627,72
GOIANINHA		325.208,32	106.685,28	431.893,60
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO		26.758,75	60.963,01	87.721,76
GROSSOS		23.294,07	60.963,01	84.257,08
GUAMARÉ		187.173,84	76.203,76	263.377,60
IELMO MARINHO		20.532,79	76.203,76	96.736,55
IPANGUAÇU		22.308,11	76.203,76	98.511,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPUEIRA		1.552,14	45.722,27	47.274,41
ITAJÁ		9.584,17	45.722,27	55.306,44
ITAÚ		15.670,41	45.722,27	61.392,68
JAÇANÃ		15.202,50	45.722,27	60.924,77
JANDAÍRA		11.853,36	45.722,27	57.575,63
JANDUÍS		12.239,50	45.722,27	57.961,77
JANUÁRIO CICCO		15.922,72	45.722,27	61.644,99
JAPI		5.022,24	45.722,27	50.744,51
JARDIM DE ANGICOS		4.731,34	45.722,27	50.453,61
JARDIM DE PIRANHAS		31.132,66	76.203,76	107.336,42
JARDIM DO SERIDÓ		28.124,82	60.963,01	89.087,83
JOÃO CÂMARA		338.100,48	121.926,05	460.026,53
JOÃO DIAS		2.434,13	45.722,27	48.156,40
JOSÉ DA PENHA		18.418,29	45.722,27	64.140,56
JUCURUTU		101.158,30	91.444,54	192.602,84
JUNDIÁ		3.359,32	45.721,82	49.081,14
LAGOA D'ANTA		13.712,71	45.722,27	59.434,98
LAGOA DE PEDRAS		11.289,31	45.722,27	57.011,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGOA DE VELHOS		3.288,23	45.722,27	49.010,50
LAGOA NOVA		34.444,49	76.203,76	110.648,25
LAGOA SALGADA		11.727,78	45.722,27	57.450,05
LAJES		62.115,07	60.963,01	123.078,08
LAJES PINTADAS		4.048,03	45.722,27	49.770,30
LUCRÉCIA		12.409,78	45.722,27	58.132,05
LUÍS GOMES		33.177,70	60.963,01	94.140,71
MACAÍBA		782.424,72	198.129,80	980.554,52
MACAU		129.014,99	121.926,05	250.941,04
MAJOR SALES		11.194,57	45.722,27	56.916,84
MARCELINO VIEIRA		18.588,33	45.722,27	64.310,60
MARTINS		37.158,63	45.722,27	82.880,90
MAXARANGUAPE		16.098,79	60.963,01	77.061,80
MESSIAS TARGINO		12.172,53	45.722,27	57.894,80
MONTANHAS		20.637,33	60.963,01	81.600,34
MONTE ALEGRE		106.398,71	91.444,54	197.843,25
MONTE DAS GAMELEIRAS		4.461,52	45.722,27	50.183,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOSSORÓ		5.653.891,71	492.568,24	6.146.459,95
NATAL		18.283.993,74	1.467.185,21	19.751.178,95
NÍSIA FLORESTA		33.097,96	106.685,28	139.783,24
NOVA CRUZ		255.309,68	137.166,80	392.476,48
OLHO-D'ÁGUA DO BORGES		9.598,63	45.722,27	55.320,90
OURO BRANCO		10.425,61	45.722,27	56.147,88
PARANÁ		9.751,43	45.722,27	55.473,70
PARAÍ		2.748,60	45.722,27	48.470,87
PARAZINHO		38.886,00	45.722,27	84.608,27
PARELHAS		143.177,13	91.444,54	234.621,67
PARNAMIRIM		1.381.642,12	492.568,24	1.874.210,36
PASSA E FICA		40.451,85	60.963,01	101.414,86
PASSAGEM		2.230,58	45.722,27	47.952,85
PATU		61.669,32	60.963,01	122.632,33
PAU DOS FERROS		985.066,16	106.685,28	1.091.751,44
PEDRA GRANDE		4.972,01	45.722,27	50.694,28

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRA PRETA		3.095,01	45.722,27	48.817,28
PEDRO AVELINO		8.308,60	45.722,27	54.030,87
PEDRO VELHO		24.895,60	76.203,76	101.099,36
PENDÊNCIAS		34.166,84	76.203,76	110.370,60
PILÕES		12.692,84	45.722,27	58.415,11
POÇO BRANCO		21.533,36	76.203,76	97.737,12
PORTALEGRE		64.693,04	45.722,27	110.415,31
PORTO DO MANGUE		10.198,87	45.722,27	55.921,14
Presidente Juscelino			60.963,01	60.963,01
PUREZA		9.949,45	45.722,27	55.671,72
RAFAEL FERNANDES		14.974,18	45.722,27	60.696,45
RAFAEL GODEIRO		68.840,08	45.722,27	114.562,35
RIACHO DA CRUZ		9.919,39	45.722,27	55.641,66
RIACHO DE SANTANA		11.035,59	45.722,27	56.757,86
RIACHUELO		9.405,52	45.722,27	55.127,79
RIO DO FOGO		19.172,62	60.963,01	80.135,63
RODOLFO FERNANDES		14.606,07	45.722,27	60.328,34
RUY BARBOSA		10.974,13	45.722,27	56.696,40
SANTA CRUZ		1.261.590,30	137.166,80	1.398.757,10

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA		5.610,81	45.722,27	51.333,08
SANTANA DO MATOS		26.775,32	60.963,01	87.738,33
SANTANA DO SERIDÓ		8.769,77	45.722,27	54.492,04
SANTO ANTÔNIO		120.089,67	106.685,28	226.774,95
SÃO BENTO DO NORTE		4.966,39	45.722,27	50.688,66
SÃO BENTO DO TRAIRÍ		4.637,74	45.722,27	50.360,01
SÃO FERNANDO		5.782,11	45.722,27	51.504,38
SÃO FRANCISCO DO OESTE		2.358,81	45.722,27	48.081,08
SÃO GONÇALO DO AMARANTE		644.227,75	243.852,05	888.079,80
SÃO JOÃO DO SABUGI		9.321,70	45.722,27	55.043,97
SÃO JOSÉ DE MIPIBU		834.486,41	137.166,80	971.653,21
SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE		52.939,97	60.963,01	113.902,98
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ		8.588,01	45.722,27	54.310,28
SÃO MIGUEL		99.201,95	91.444,54	190.646,49

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO		18.537,04	0,00	18.537,04
SÃO PAULO DO POTENGI		171.804,32	91.444,54	263.248,86
SÃO PEDRO		5.115,73	45.722,27	50.838,00
SÃO RAFAEL		26.302,87	45.722,27	72.025,14
SÃO TOMÉ		18.601,68	60.963,01	79.564,69
SÃO VICENTE		14.011,30	45.722,27	59.733,57
SENADOR ELÓI DE SOUZA		6.551,85	45.722,27	52.274,12
SENADOR GEORGINO AVELINO		4.669,03	45.722,27	50.391,30
SERRA CAIADA		14.575,43		14.575,43
SERRA DE SÃO BENTO		15.997,74	45.722,27	61.720,01
SERRA DO MEL		12.866,15	60.963,01	73.829,16
SERRA NEGRA DO NORTE		16.081,47	45.722,27	61.803,74
SERRINHA		7.542,90	45.722,27	53.265,17

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SERRINHA DOS PINTOS		13.852,60	45.722,27	59.574,87
SEVERIANO MELO		21.165,81	45.722,27	66.888,08
SÍTIO NOVO		13.618,57	45.722,27	59.340,84
TABOLEIRO GRANDE		10.323,85	45.722,27	56.046,12
TAIPU		18.918,23	60.963,01	79.881,24
TANGARÁ		25.324,39	76.203,76	101.528,15
TENENTE ANANIAS		52.521,84	60.963,01	113.484,85
TENENTE LAURENTINO CRUZ		7.224,96	45.722,27	52.947,23
TIBAU		7.016,31	45.722,27	52.738,58
TIBAU DO SUL		23.327,18	76.203,76	99.530,94
TIMBAÚBA DOS BATISTAS		2.858,37	45.722,27	48.580,64
TOUROS		158.153,01	121.926,05	280.079,06
TRIUNFO POTIGUAR		6.015,42	45.722,27	51.737,69
UMARIZAL		14.684,75	60.963,01	75.647,76
UPANEMA		21.040,57	76.203,76	97.244,33

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RN: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VÁRZEA		5.717,61	45.722,27	51.439,88
VENHA-VER		7.097,02	45.722,27	52.819,29
VERA CRUZ		25.916,69	60.963,01	86.879,70
VIÇOSA		7.539,52	45.722,27	53.261,79
VILA FLOR		10.077,43	45.722,27	55.799,70

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**RONDÔNIA**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO RO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	792	
	Álcool etílico 100ml	768	
	Óculos proteção	530	
	Luva para procedimento não cirúrgico	216.800	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	115.000	
	Avental	9.789	
	Touca hospitalar	2.500	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Centro de Medicina Tropical		
Testes RT PCT	5.992		
Testes rápidos	3.921 na 1ª distribuição	3.900 na 2ª distribuição	6.860 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 24, 25 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 18,55 milhões		R\$ 18,55 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 4,58 milhões	R\$ 4,58 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 3,71 milhões		R\$ 42,44 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 5,24 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 19,44 milhões	R\$ 14,42 milhões	

**R\$ 65,58 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALTA FLORESTA D'OESTE		0,00	78.754,10	78.754,10
ALTO ALEGRE DOS PARECIS		32.193,54	56.252,93	88.446,47
ALTO PARAÍSO		34.482,99	67.503,51	101.986,50
ALVORADA D'OESTE		62.627,81	56.252,93	118.880,74
ARIQUEMES		2.051.223,89	180.009,35	2.231.233,24
BURITIS		166.682,07	101.255,26	267.937,33
CABIXI		17.761,40	33.751,76	51.513,16
CACAULÂNDIA		20.078,59	33.751,76	53.830,35
CACOAL		410.564,21	157.508,19	568.072,40
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA		69.867,83	56.252,93	126.120,76
CANDEIAS DO JAMARI		55.561,34	78.754,10	134.315,44
CASTANHEIRAS		2.323,14	33.751,76	36.074,90
CEREJEIRAS		131.203,78	67.503,51	198.707,29
CHUPINGUAIA		2.121,01	45.002,35	47.123,36

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COLORADO DO OESTE		98.239,67	67.503,51	165.743,18
CORUMBIARA		2.361,35	33.751,76	36.113,11
COSTA MARQUES		36.329,64	67.503,51	103.833,15
CUJUBIM		59.563,57	78.754,10	138.317,67
ESPIGÃO D'OESTE		128.438,63	90.004,68	218.443,31
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA		45.237,93	33.751,76	78.989,69
GUAJARÁ-MIRIM		384.429,99	112.505,86	496.935,85
ITAPUÃ DO OESTE		18.069,10		18.069,10
Jamari			45.002,35	45.002,35
JARU		494.457,47	123.756,44	618.213,91
JI-PARANÁ		2.177.104,40	202.510,56	2.379.614,96
MACHADINHO D'OESTE		244.340,50	101.255,26	345.595,76
MINISTRO ANDREAZZA		21.601,28	45.002,35	66.603,63
MIRANTE DA SERRA		65.684,24	45.002,35	110.686,59
MONTE NEGRO		122.386,80	56.252,93	178.639,73
NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE		86.889,39	67.503,51	154.392,90

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA MAMORÉ		95.076,26	0,00	95.076,26
NOVA UNIÃO		18.105,68	33.751,76	51.857,44
NOVO HORIZONTE DO OESTE		35.144,45	33.751,76	68.896,21
OURO PRETO DO OESTE		256.120,00	101.255,26	357.375,26
PARECIS		11.132,52	33.751,76	44.884,28
PIMENTA BUENO		166.872,21	101.255,26	268.127,47
PIMENTEIRAS DO OESTE		10.546,01	33.751,76	44.297,77
PORTO VELHO		3.598.126,72	1.141.144,04	4.739.270,76
PRESIDENTE MÉDICI		128.939,22	67.503,51	196.442,73
PRIMAVERA DE RONDÔNIA		6.576,35	33.751,76	40.328,11
RIO CRESPO		1.555,97	33.751,76	35.307,73
ROLIM DE MOURA		501.890,39	123.756,44	625.646,83
SANTA LUZIA D'OESTE		35.301,54	33.751,76	69.053,30
SÃO FELIPE D'OESTE		7.651,09	33.751,76	41.402,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		51.256,99	67.503,51	118.760,50
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ		101.697,65	78.754,10	180.451,75
SERINGUEIRAS		54.611,00	45.002,35	99.613,35
TEIXEIRÓPOLIS		15.102,93	33.751,76	48.854,69
THEOBROMA		25.223,78	45.002,35	70.226,13
URUPÁ		35.509,03	45.002,35	80.511,38
VALE DO ANARI		27.687,84	45.002,18	72.690,02
VALE DO PARAÍSO		22.759,22	33.751,76	56.510,98
VILHENA		1.793.896,83	168.758,78	1.962.655,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**RORAIMA**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO RR: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) *	Álcool etílico 500ml	708	
	Álcool etílico 100ml	288	
	Óculos proteção	210	
	Luva para procedimento não cirúrgico	73.200	
	Sapatilha	1.600	
	Máscara 3 camadas	67.500	
	Avental	2.854	
	Touca hospitalar	800	
Leitos-Covid	10 leitos (previstos)		
Testes RT PCT	13.936		
Testes rápidos	1.459 na 1ª distribuição	1.240 na 2ª distribuição	2.180 na 3ª distribuição

\*/ Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO RR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,30 milhões		R\$ 17,30 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 2,47 milhões	R\$ 2,47 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 1,09 milhão		R\$ 16,49 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 1,53 milhão		
	Portaria nº 774	R\$ 7,70 milhões	R\$ 6,16 milhões	

R\$ 36,26 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

valor mínimo = R\$ 2,00 per capita

valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO RR: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ALTO ALEGRE		286.829,58	36.651,02	323.480,60
AMAJARI		140.038,17	29.320,82	169.358,99
BOA VISTA		3.217.694,14	2.037.757,25	5.255.451,39
BONFIM		224.654,56	29.320,82	253.975,38
CANTÁ		273.931,93	43.981,22	317.913,15
CARACARAÍ		306.623,28	43.981,22	350.604,50
CAROEBE		147.467,63	21.990,63	169.458,26
IRACEMA		160.978,17	29.320,82	190.298,99
MUCAJAÍ		260.548,55	43.981,22	304.529,77
NORMANDIA		85.460,79	29.320,82	114.781,61
PACARAIMA		225.929,08	0,00	225.929,08
RORAINÓPOLIS		434.928,99	51.311,42	486.240,41
SÃO JOÃO DA BALIZA		116.411,74	21.990,63	138.402,37
SÃO LUIZ		122.314,41	21.990,63	144.305,04
UIRAMUTÃ		157.796,41	29.320,73	187.117,14

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**RIO GRANDE DO SUL**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO RS: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) *	Álcool etílico 500ml	4.848	
	Álcool etílico 100ml	6.432	
	Óculos proteção	3.780	
	Luva para procedimento não cirúrgico	1.460.592	
	Sapatilha	4.6000	
	Máscara 3 camadas	913.250	
	Avental	67.824	
	Touca hospitalar	15.700	
Leitos-Covid	30 leitos instalados (10 no Hospital Universitário de Canoas, 10 no Hospital de Clínicas de Passo Fundo e 10 Hospital São Vicente de Paulo - Osório)		
Testes RT PCT	19.640		
Testes rápidos	28.941 na 1ª distribuição	37.540 na 2ª distribuição	65.840 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 21, 23, 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 1,26 milhões		R\$ 1,26 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 35,50 milhões	R\$ 35,50 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 22,83 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 32,43 milhões		
	Portaria nº 774	R\$79,36 milhões	R\$ 181,40 milhões	R\$ 316,04 milhões

**R\$ 352,80 milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
 valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
 valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ACEGUÁ		66.504,00	42.628,02	109.132,02
ÁGUA SANTA		3.212,19	42.628,02	45.840,21
AGUDO		72.516,81	85.256,04	157.772,85
AJURICABA		12.657,68	42.628,02	55.285,70
ALECRIM		4.773,90	42.628,02	47.401,92
ALEGRETE		599.064,52	184.721,43	783.785,95
ALEGRIA		47.412,34	42.628,02	90.040,36
ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL		1.910,13	42.628,02	44.538,15
ALPESTRE		4.549,50	42.628,02	47.177,52
ALTO ALEGRE		1.673,43	42.628,02	44.301,45
ALTO FELIZ		37.551,76	42.628,02	80.179,78
ALVORADA		359.149,35	367.632,71	726.782,06
AMARAL FERRADOR		67.297,40	42.628,02	109.925,42
AMETISTA DO SUL		4.441,50	42.628,02	47.069,52
ANDRÉ DA ROCHA		952,26	42.628,02	43.580,28
ANTA GORDA		18.815,50	42.628,02	61.443,52
ANTÔNIO PRADO		170.041,40	56.837,37	226.878,77

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARAMBARÉ		46.424,80	42.628,02	89.052,82
ARARICÁ		55.178,38	42.628,02	97.806,40
ARATIBA		729,30	42.628,02	43.357,32
ARROIO DO MEIO		346.055,46	85.256,04	431.311,50
ARROIO DO PADRE		37.391,21	42.628,02	80.019,23
ARROIO DO SAL		117.711,66	42.628,02	160.339,68
ARROIO DO TIGRE		93.465,78	56.837,37	150.303,15
ARROIO DOS RATOS		97.028,70	71.046,69	168.075,39
ARROIO GRANDE		144.258,51	85.256,04	229.514,55
ARVOREZINHA		29.295,78	56.837,37	86.133,15
AUGUSTO PESTANA		189.494,93	42.628,02	232.122,95
ÁUREA		21.222,85	42.628,02	63.850,87
BAGÉ		1.364.325,51	241.558,80	1.605.884,31
BALNEÁRIO PINHAL		126.898,83	71.046,69	197.945,52
BARÃO		80.060,08	42.628,02	122.688,10
BARÃO DE COTEGIPE		4.873,50	42.628,02	47.501,52
BARÃO DO TRIUNFO		4.324,13	42.628,02	46.952,15
BARRA DO GUARITA		45.578,24	42.628,02	88.206,26

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA DO QUARAÍ		1.954,56	42.628,02	44.582,58
BARRA DO RIBEIRO		107.266,00	56.837,37	164.103,37
BARRA DO RIO AZUL		37.024,09	42.628,02	79.652,11
BARRA FUNDA		1.462,50	42.628,02	44.090,52
BARRAÇÃO		603,23	42.628,02	43.231,25
BARROS CASSAL		20.686,67	56.837,37	77.524,04
BENJAMIN CONSTANT DO SUL		34.298,27	42.628,02	76.926,29
BENTO GONÇALVES		3.270.600,58	241.558,80	3.512.159,38
BOA VISTA DAS MISSÕES		1.492,47	42.628,02	44.120,49
BOA VISTA DO BURICÁ		13.823,34	42.628,02	56.451,36
BOA VISTA DO CADEADO		29.357,08	42.628,02	71.985,10
BOA VISTA DO INCRA		38.926,78	42.628,02	81.554,80
BOA VISTA DO SUL		423,27	42.628,02	43.051,29
BOM JESUS		90.816,13	56.837,37	147.653,50
BOM PRINCÍPIO		232.915,29	71.046,69	303.961,98

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BOM PROGRESSO		22.062,21	42.628,02	64.690,23
BOM RETIRO DO SUL		6.413,76	56.837,37	63.251,13
BOQUEIRÃO DO LEÃO		45.981,97	42.628,02	88.609,99
BOSSOROCA		85.673,17	42.628,02	128.301,19
BOZANO		37.379,74	42.628,02	80.007,76
BRAGA		2.173,50	42.628,02	44.801,52
BROCHIER		543,45	42.628,02	43.171,47
BUTIÁ		41.565,00	85.256,04	126.821,04
CAÇAPAVA DO SUL		273.681,36	113.674,73	387.356,09
CACEQUI		50.480,15	56.837,37	107.317,52
CACHOEIRA DO SUL		2.186.012,88	198.930,77	2.384.943,65
CACHOEIRINHA		216.724,49	255.768,15	472.492,64
CACIQUE DOBLE		3.717,54	42.628,02	46.345,56
CAIBATÉ		90.174,17	42.628,02	132.802,19
CAIÇARA		8.569,55	42.628,02	51.197,57
CAMAQUÃ		201.567,64	170.512,10	372.079,74
CAMARGO		2.009,55	42.628,02	44.637,57
CAMBARÁ DO SUL		103.573,69	42.628,02	146.201,71

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAMPESTRE DA SERRA		426,72	42.628,02	43.054,74
CAMPINA DAS MISSÕES		67.351,02	42.628,02	109.979,04
CAMPINAS DO SUL		79.565,43	42.628,02	122.193,45
CAMPO BOM		774.676,24	170.512,10	945.188,34
CAMPO NOVO		73.903,85	42.628,02	116.531,87
CAMPOS BORGES		2.956,86	42.628,02	45.584,88
CANDELÁRIA		529.118,83	113.674,73	642.793,56
CÂNDIDO GODÓI		17.733,30	42.628,02	60.361,32
CANDIOTA		108.399,11	42.628,02	151.027,13
CANELA		527.541,19	142.093,43	669.634,62
CANGUÇU		113.835,00	156.302,76	270.137,76
CANOAS		12.123.095,07	367.632,71	12.490.727,78
CANUDOS DO VALE		37.286,89	42.628,02	79.914,91
CAPÃO BONITO DO SUL		191,85	42.628,02	42.819,87
CAPÃO DA CANOA		375.896,68	156.302,76	532.199,44
CAPÃO DO CIPÓ		66.879,69	42.628,02	109.507,71

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPÃO DO LEÃO		92.724,73	99.465,41	192.190,14
CAPELA DE SANTANA		95.917,84	56.837,37	152.755,21
CAPITÃO		31.445,19	42.628,02	74.073,21
CAPIVARI DO SUL		33.130,08	42.628,02	75.758,10
CARAÁ		87.537,61	42.628,02	130.165,63
CARAZINHO		1.053.355,39	170.512,10	1.223.867,49
CARLOS BARBOSA		126.740,24	99.465,41	226.205,65
CARLOS GOMES		31.852,15	42.628,02	74.480,17
CASCA		8.543,58	42.628,02	51.171,60
CASEIROS		2.343,80	42.628,02	44.971,82
CATUÍPE		123.496,06	42.628,02	166.124,08
CAXIAS DO SUL		10.200.670,28	367.632,71	10.568.302,99
CENTENÁRIO		36.265,07	42.628,02	78.893,09
CERRITO		59.506,58	42.628,02	102.134,60
CERRO BRANCO		60.158,80	42.628,02	102.786,82
CERRO GRANDE		141.998,44	42.628,02	184.626,46
CERRO GRANDE DO SUL		102.155,08	56.837,37	158.992,45

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CERRO LARGO		13.125,00	71.046,69	84.171,69
CHAPADA		20.831,19	42.628,02	63.459,21
CHARQUEADAS		690.836,86	127.884,08	818.720,94
CHARRUA		358,13	42.628,02	42.986,15
CHIAPETTA		2.376,00	42.628,02	45.004,02
CHUÍ		24.722,60	42.628,02	67.350,62
CHUVISCA		12.348,00	42.628,02	54.976,02
CIDREIRA		142.034,65	71.046,69	213.081,34
CIRÍACO		3.820,58	42.628,02	46.448,60
COLINAS		34.288,32	42.628,02	76.916,34
COLORADO		2.151,00	42.628,02	44.779,02
CONDOR		12.249,38	42.628,02	54.877,40
CONSTANTINA		22.050,53	42.628,02	64.678,55
COQUEIRO BAIXO		28.532,07	42.628,02	71.160,09
COQUEIROS DO SUL		2.018,12	42.628,02	44.646,14
CORONEL BARROS		1.494,00	42.628,02	44.122,02
CORONEL BICACO		6.302,55	42.628,02	48.930,57
CORONEL PILAR		260,04	42.628,02	42.888,06

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
COTIPORÃ		750,98	42.628,02	43.379,00
COXILHA		31.650,90	42.628,02	74.278,92
CRISSIUMAL		36.702,00	71.046,69	107.748,69
CRISTAL		115.627,40	42.628,02	158.255,42
CRISTAL DO SUL		1.710,00	42.628,02	44.338,02
CRUZ ALTA		442.485,08	170.512,10	612.997,18
CRUZALTENSE		208,00	42.628,02	42.836,02
CRUZEIRO DO SUL		67.910,41	56.837,37	124.747,78
DAVID CANABARRO		13.661,93	42.628,02	56.289,95
DERRUBADAS		7.844,55	42.628,02	50.472,57
DEZESSEIS DE NOVENBRO		32.084,45	42.628,02	74.712,47
DILERMANDO DE AGUIAR		36.653,74	42.628,02	79.281,76
DOIS IRMÃOS		242.961,44	113.674,73	356.636,17
DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES		34.509,44	42.628,02	77.137,46
DOIS LAJEADOS		34.147,64	42.628,02	76.775,66

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DOM FELICIANO		127.225,82	71.046,69	198.272,51
DOM PEDRITO		247.835,28	127.884,08	375.719,36
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA		983,23	42.628,02	43.611,25
DONA FRANCISCA		44.326,83	42.628,02	86.954,85
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO		110.681,21	42.628,02	153.309,23
DOUTOR RICARDO		39.971,16	42.628,02	82.599,18
ELDORADO DO SUL		4.183,65	127.884,08	132.067,73
ENCANTADO		588.049,12	85.256,04	673.305,16
ENCRUZILHADA DO SUL		224.558,68	99.465,41	324.024,09
ENGENHO VELHO		152,18	42.628,02	42.780,20
ENTRE RIOS DO SUL		3.962,56	42.628,02	46.590,58
ENTRE-IJUÍ		135.903,61	42.628,02	178.531,63
EREBANGO		33.545,12	42.628,02	76.173,14
ERECHIM		759.310,41	227.349,44	986.659,85
ERNESTINA		2.501,43	42.628,02	45.129,45

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ERVAL GRANDE		21.318,21	42.628,02	63.946,23
ERVAL SECO		5.881,50	42.628,02	48.509,52
ESMERALDA		3.532,48	42.628,02	46.160,50
ESPERANÇA DO SUL		49.267,04	42.628,02	91.895,06
ESPUMOSO		24.929,27	71.046,69	95.975,96
ESTAÇÃO		64.046,61	42.628,02	106.674,63
ESTÂNCIA VELHA		367.584,36	142.093,43	509.677,79
ESTEIO		1.335.060,89	198.930,77	1.533.991,66
ESTRELA		930.195,39	113.674,73	1.043.870,12
ESTRELA VELHA		41.116,51	42.628,02	83.744,53
EUGÊNIO DE CASTRO		40.687,04	42.628,02	83.315,06
FAGUNDES VARELA		591,17	42.628,02	43.219,19
FARROUPILHA		1.346.915,13	184.721,43	1.531.636,56
FAXINAL DO SOTURNO		17.152,50	42.628,02	59.780,52
FAXINALZINHO		34.363,45	42.628,02	76.991,47
FAZENDA VILANOVA		7.500,00	42.628,02	50.128,02
FELIZ		115.389,50	56.837,37	172.226,87
FLORES DA CUNHA		186.839,74	0,00	186.839,74

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLORIANO PEIXOTO		29.629,49	42.628,02	72.257,51
FONTOURA XAVIER		8.596,04	56.837,37	65.433,41
FORMIGUEIRO		39.119,18	42.628,02	81.747,20
FORQUETINHA		7.500,00	42.628,02	50.128,02
FORTALEZA DOS VALOS		4.288,50	42.628,02	46.916,52
FREDERICO WESTPHALEN		269.039,23	113.674,73	382.713,96
GARIBALDI		220.335,08	113.674,73	334.009,81
GARRUCHOS		53.352,66	42.628,02	95.980,68
GAURAMA		69.870,81	42.628,02	112.498,83
GENERAL CÂMARA		1.000,50	42.628,02	43.628,52
GENTIL		185,33	42.628,02	42.813,35
GETÚLIO VARGAS		127.716,97	71.046,69	198.763,66
GIRUÁ		660.958,04	85.256,04	746.214,08
GLORINHA		46.463,43	42.628,02	89.091,45
GRAMADO		589.541,95	113.674,73	703.216,68
GRAMADO DOS LOUREIROS		40.054,58	42.628,02	82.682,60

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GRAMADO XAVIER		464,10	42.628,02	43.092,12
GRAVATAÍ		3.497.963,84	367.632,71	3.865.596,55
GUABIJU		11.250,56	42.628,02	53.878,58
GUAÍBA		371.301,22	213.140,11	584.441,33
GUAPORÉ		331.614,88	99.465,41	431.080,29
GUARANI DAS MISSÕES		113.622,76	42.628,02	156.250,78
HARMONIA		51.877,32	42.628,02	94.505,34
HERVAL		68.529,94	42.628,02	111.157,96
HERVEIRAS		8.996,43	42.628,02	51.624,45
HORIZONTINA		225.627,43	85.256,04	310.883,47
HULHA NEGRA		58.298,48	42.628,02	100.926,50
HUMAITÁ		4.747,50	42.628,02	47.375,52
IBARAMA		52.521,64	42.628,02	95.149,66
IBIAÇÁ		3.515,66	42.628,02	46.143,68
IBIRAIARAS		5.639,28	42.628,02	48.267,30
IBIRAPUITÃ		3.644,99	42.628,02	46.273,01
IBIRUBÁ		23.323,01	85.256,04	108.579,05

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IGREJINHA		298.055,49	113.674,73	411.730,22
IJUÍ		341.566,25	198.930,77	540.497,02
ILÓPOLIS		28.651,87	42.628,02	71.279,89
IMBÉ		95.246,24	85.256,04	180.502,28
IMIGRANTE		6.022,99	42.628,02	48.651,01
INDEPENDÊNCIA		735,83	42.628,02	43.363,85
INHACORÁ		42.070,13	42.628,02	84.698,15
IPÊ		1.038,01	42.628,02	43.666,03
IPIRANGA DO SUL		29.657,53	42.628,02	72.285,55
IRAÍ		4.734,00	42.628,02	47.362,02
ITAARA		37.059,92	42.628,02	79.687,94
ITACURUBI		42.288,11	42.628,02	84.916,13
ITAPUCA		1.372,50	42.628,02	44.000,52
ITAQUI		117.496,18	127.884,08	245.380,26
ITATI		35.001,50	42.628,02	77.629,52
ITATIBA DO SUL		693,19	42.628,02	43.321,21
IVORÁ		32.489,88	42.628,02	75.117,90
IVOTI		73.625,00	99.465,41	173.090,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JABOTICABA		2.867,64	42.628,02	45.495,66
JACUIZINHO		30.644,53	42.628,02	73.272,55
JACUTINGA		40.316,87	42.628,02	82.944,89
JAGUARÃO		49.764,00	99.465,41	149.229,41
JAGUARI		20.915,25	56.837,37	77.752,62
JAQUIRANA		14.303,71	42.628,02	56.931,73
JARI		47.657,52	42.628,02	90.285,54
JÓIA		33.662,90	42.628,02	76.290,92
JÚLIO DE CASTILHOS		53.188,50	85.256,04	138.444,54
LAGOA BONITA DO SUL		32.750,32	42.628,02	75.378,34
LAGOA DOS TRÊS CANTOS		178,80	42.628,02	42.806,82
LAGOA VERMELHA		206.830,37	99.465,41	306.295,78
LAGOÃO		4.959,92	42.628,02	47.587,94
LAJEADO		3.698.220,26	198.930,77	3.897.151,03
LAJEADO DO BUGRE		40.953,05	42.628,02	83.581,07
LAVRAS DO SUL		94.665,11	42.628,02	137.293,13

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LIBERATO SALZANO		3.397,50	42.628,02	46.025,52
LINDOLFO COLLOR		35.861,51	42.628,02	78.489,53
LINHA NOVA		413,08	42.628,02	43.041,10
MAÇAMBARÁ		4.515,91	42.628,02	47.143,93
MACHADINHO		3.629,13	42.628,02	46.257,15
MAMPITUBA		33.947,49	42.628,02	76.575,51
MANOEL VIANA		5.130,68	42.628,02	47.758,70
MAQUINÉ		53.692,99	42.628,02	96.321,01
MARATÁ		291,30	42.628,02	42.919,32
MARAU		80.724,46	0,00	80.724,46
MARCELINO RAMOS		16.104,00	42.628,02	58.732,02
MARIANA PIMENTEL		23.550,00	42.628,02	66.178,02
MARIANO MORO		32.513,27	42.628,02	75.141,29
MARQUES DE SOUZA		97.909,91	42.628,02	140.537,93
MATA		60.182,78	42.628,02	102.810,80
MATO CASTELHANO		529,43	42.628,02	43.157,45
MATO LEITÃO		2.900,55	42.628,02	45.528,57
MATO QUEIMADO		41.231,46	42.628,02	83.859,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAXIMILIANO DE ALMEIDA		3.853,44	42.628,02	46.481,46
MINAS DO LEÃO		6.080,09	42.628,02	48.708,11
MIRAGUAÍ		3.993,08	42.628,02	46.621,10
MONTAURI		172,28	42.628,02	42.800,30
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS		228,03	42.628,02	42.856,05
MONTE BELO DO SUL		1.696,23	42.628,02	44.324,25
MONTENEGRO		465.800,81	170.512,10	636.312,91
MORMAÇO		2.012,19	42.628,02	44.640,21
MORRINHOS DO SUL		33.543,28	42.628,02	76.171,30
MORRO REDONDO		79.632,07	42.628,02	122.260,09
MORRO REUTER		62.315,47	42.628,02	104.943,49
MOSTARDAS		90.930,80	56.837,37	147.768,17
MUÇUM		35.175,52	42.628,02	77.803,54
MUITOS CAPÕES		538,69	42.628,02	43.166,71
MULITERNO		211,95	42.628,02	42.839,97
NÃO-ME-TOQUE		141.857,75	85.256,04	227.113,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NICOLAU VERGUEIRO		191,85	42.628,02	42.819,87
NONOAI		14.477,10	56.837,37	71.314,47
NOVA ALVORADA		2.342,13	42.628,02	44.970,15
NOVA ARAÇÁ		2.759,90	42.628,02	45.387,92
NOVA BASSANO		27.090,53	42.628,02	69.718,55
NOVA BOA VISTA		1.156,50	42.628,02	43.784,52
NOVA BRÉSCIA		24.483,83	42.628,02	67.111,85
NOVA CANDELÁRIA		2.205,90	42.628,02	44.833,92
NOVA ESPERANÇA DO SUL		60.519,81	42.628,02	103.147,83
NOVA HARTZ		76.071,18	85.256,04	161.327,22
NOVA PÁDUA		473,88	42.628,02	43.101,90
NOVA PALMA		54.328,63	42.628,02	96.956,65
NOVA PETRÓPOLIS		185.333,62	85.256,04	270.589,66
NOVA PRATA		312.501,18	99.465,41	411.966,59
NOVA RAMADA		40.596,85	42.628,02	83.224,87
NOVA ROMA DO SUL		797,01	42.628,02	43.425,03
NOVA SANTA RITA		77.146,00	99.465,41	176.611,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVO BARREIRO		2.855,25	42.628,02	45.483,27
NOVO CABRAIS		54.477,99	42.628,02	97.106,01
NOVO HAMBURGO		5.322.354,62	367.632,71	5.689.987,33
NOVO MACHADO		74.362,18	42.628,02	116.990,20
NOVO TIRADENTES		1.363,50	42.628,02	43.991,52
NOVO XINGU		198,90	42.628,02	42.826,92
OSÓRIO		158.351,05	142.093,43	300.444,48
PAIM FILHO		3.464,91	42.628,02	46.092,93
PALMARES DO SUL		78.945,48	56.837,37	135.782,85
PALMEIRA DAS MISSÕES		164.720,88	113.674,73	278.395,61
PALMITINHO		17.328,00	42.628,02	59.956,02
PANAMBI		354.428,15	127.884,08	482.312,23
PANTANO GRANDE		6.955,50	42.628,02	49.583,52
PARAÍ		34.784,28	42.628,02	77.412,30
PARAÍSO DO SUL		38.982,72	42.628,02	81.610,74
PARECI NOVO		35.981,32	42.628,02	78.609,34
PAROBÉ		363.314,03	156.302,76	519.616,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PASSA SETE		68.480,01	42.628,02	111.108,03
PASSO DO SOBRADO		5.755,50	42.628,02	48.383,52
PASSO FUNDO		942.478,37	367.632,71	1.310.111,08
PAULO BENTO		32.971,79	42.628,02	75.599,81
PAVERAMA		4.169,76	42.628,02	46.797,78
PEDRAS ALTAS		32.079,08	42.628,02	74.707,10
PEDRO OSÓRIO		72.427,60	42.628,02	115.055,62
PEJUÇARA		61.697,48	42.628,02	104.325,50
PELOTAS		12.721.336,29	367.632,71	13.088.969,00
PICADA CAFÉ		12.181,46	42.628,02	54.809,48
PINHAL		1.530,00	42.628,02	44.158,02
PINHAL DA SERRA		500,01	42.628,02	43.128,03
PINHAL GRANDE		2.700,00	42.628,02	45.328,02
PINHEIRINHO DO VALE		3.311,40	42.628,02	45.939,42
PINHEIRO MACHADO		84.358,00	56.837,37	141.195,37
PINTO BANDEIRA		27.056,41	42.628,02	69.684,43
PIRAPÓ		40.566,83	42.628,02	83.194,85
PIRATINI		167.588,95	85.256,04	252.844,99

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PLANALTO		28.080,30	56.837,37	84.917,67
POÇO DAS ANTAS		271,70	42.628,02	42.899,72
PONTÃO		2.802,11	42.628,02	45.430,13
PONTE PRETA		35.366,46	42.628,02	77.994,48
PORTÃO		149.458,84	113.674,73	263.133,57
PORTO ALEGRE		64.509.540,06	1.283.787,04	65.793.327,10
PORTO LUCENA		69.178,38	42.628,02	111.806,40
PORTO MAUÁ		48.151,62	42.628,02	90.779,64
PORTO VERA CRUZ		27.907,36	42.628,02	70.535,38
PORTO XAVIER		55.793,82	56.837,37	112.631,19
POUSO NOVO		205,43	42.628,02	42.833,45
PRESIDENTE LUCENA		5.912,83	42.628,02	48.540,85
PROGRESSO		64.990,75	42.628,02	107.618,77
PROTÁSIO ALVES		1.040,89	42.628,02	43.668,91
PUTINGA		10.154,31	42.628,02	52.782,33
QUARAÍ		202.119,96	85.256,04	287.376,00
QUATRO IRMÃOS		34.719,93	42.628,02	77.347,95
QUEVEDOS		40.627,20	42.628,02	83.255,22

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
QUINZE DE NOVENBRO		45.573,20	42.628,02	88.201,22
REDENTORA		120.583,42	56.837,37	177.420,79
RELVADO		1.323,93	42.628,02	43.951,95
RESTINGA SECA		112.689,16	71.046,69	183.735,85
RIO DOS ÍNDIOS		371,18	42.628,02	42.999,20
RIO GRANDE		298.569,75	367.632,71	666.202,46
RIO PARDO		547.050,77	127.884,08	674.934,85
RIOZINHO		59.651,01	42.628,02	102.279,03
ROCA SALES		6.124,50	56.837,37	62.961,87
RODEIO BONITO		19.949,05	42.628,02	62.577,07
ROLADOR		40.511,14	42.628,02	83.139,16
ROLANTE		32.656,10	85.256,04	117.912,14
RONDA ALTA		20.541,83	56.837,37	77.379,20
RONDINHA		67.590,41	42.628,02	110.218,43
ROQUE GONZALES		77.664,99	42.628,02	120.293,01
ROSÁRIO DO SUL		79.453,34	127.884,08	207.337,42

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SAGRADA FAMÍLIA		1.845,75	42.628,02	44.473,77
SALDANHA MARINHO		35.046,78	42.628,02	77.674,80
SALTO DO JACUÍ		131.890,33	56.837,37	188.727,70
SALVADOR DAS MISSÕES		43.653,78	42.628,02	86.281,80
SALVADOR DO SUL		808,65	42.628,02	43.436,67
SANANDUVA		25.254,60	71.046,69	96.301,29
SANTA BÁRBARA DO SUL		59.134,01	42.628,02	101.762,03
SANTA CECÍLIA DO SUL		866,33	42.628,02	43.494,35
SANTA CLARA DO SUL		8.443,54	42.628,02	51.071,56
SANTA CRUZ DO SUL		4.695.251,44	255.768,15	4.951.019,59
SANTA MARGARIDA DO SUL		29.117,18	42.628,02	71.745,20
SANTA MARIA		589.295,32	367.632,71	956.928,03
SANTA MARIA DO HERVAL		55.249,56	42.628,02	97.877,58
SANTA ROSA		3.032.986,84	184.721,43	3.217.708,27
SANTA TEREZA		1.177,70	42.628,02	43.805,72

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA VITÓRIA DO PALMAR		289.817,65	113.674,73	403.492,38
SANTANA DA BOA VISTA		75.282,60	42.628,02	117.910,62
SANT'ANA DO LIVRAMENTO		1.271.273,38	198.930,77	1.470.204,15
SANTIAGO		133.421,05	142.093,43	275.514,48
SANTO ÂNGELO		657.999,05	184.721,43	842.720,48
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA		342.572,49	127.884,08	470.456,57
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES		122.987,86	56.837,37	179.825,23
SANTO ANTÔNIO DO PALMA		245,10	42.628,02	42.873,12
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO		225,00	42.628,02	42.853,02
SANTO AUGUSTO		12.575,30	71.046,69	83.621,99
SANTO CRISTO		32.198,88	71.046,69	103.245,57

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO EXPEDITO DO SUL		2.935,01	42.628,02	45.563,03
SÃO BORJA		1.492.330,99	170.512,10	1.662.843,09
SÃO DOMINGOS DO SUL		338,03	42.628,02	42.966,05
SÃO FRANCISCO DE ASSIS		52.230,00	85.256,04	137.486,04
SÃO FRANCISCO DE PAULA		54.034,50	85.256,04	139.290,54
SÃO GABRIEL		104.845,98	170.512,10	275.358,08
SÃO JERÔNIMO		45.095,35	99.465,41	144.560,76
SÃO JOÃO DA URTIGA		3.234,72	42.628,02	45.862,74
SÃO JOÃO DO POLÊSINE		38.061,10	42.628,02	80.689,12
SÃO JORGE		1.869,94	42.628,02	44.497,96
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES		35.084,96	42.628,02	77.712,98
SÃO JOSÉ DO HERVAL		2.427,60	42.628,02	45.055,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO		40.091,42	42.628,02	82.719,44
SÃO JOSÉ DO INHACORÁ		245,10	42.628,02	42.873,12
SÃO JOSÉ DO NORTE		258.069,27	99.465,41	357.534,68
SÃO JOSÉ DO OURO		4.835,52	42.628,02	47.463,54
SÃO JOSÉ DO SUL		32.799,05	42.628,02	75.427,07
SÃO JOSÉ DOS AUSENTES		2.726,79	42.628,02	45.354,81
SÃO LEOPOLDO		3.351.535,85	367.632,71	3.719.168,56
SÃO LOURENÇO DO SUL		259.682,50	142.093,43	401.775,93
SÃO LUIZ GONZAGA		442.458,19	113.674,73	556.132,92
SÃO MARCOS		180.064,73	85.256,04	265.320,77
SÃO MARTINHO		7.108,18	42.628,02	49.736,20
SÃO MARTINHO DA SERRA		41.876,59	42.628,02	84.504,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES		121.599,55	42.628,02	164.227,57
SÃO NICOLAU		92.193,97	42.628,02	134.821,99
SÃO PAULO DAS MISSÕES		66.277,41	42.628,02	108.905,43
SÃO PEDRO DA SERRA		397,80	42.628,02	43.025,82
SÃO PEDRO DAS MISSÕES		33.766,50	42.628,02	76.394,52
SÃO PEDRO DO BUTIÁ		46.840,03	42.628,02	89.468,05
SÃO PEDRO DO SUL		215.341,78	71.046,69	286.388,47
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ		55.812,00	99.465,41	155.277,41
SÃO SEPÉ		271.699,42	99.465,41	371.164,83
SÃO VALENTIM		67.727,60	42.628,02	110.355,62
SÃO VALENTIM DO SUL		32.852,21	42.628,02	75.480,23
SÃO VALÉRIO DO SUL		6.955,94	42.628,02	49.583,96
SÃO VENDELINO		318,81	42.628,02	42.946,83

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO VICENTE DO SUL		8.176,50	42.628,02	50.804,52
SAPIRANGA		258.785,13	0,00	258.785,13
SAPUCAIA DO SUL		2.464.201,39	255.768,15	2.719.969,54
SARANDI		26.526,00	99.465,41	125.991,41
SEBERI		58.181,50	56.837,37	115.018,87
SEDE NOVA		7.838,03	42.628,02	50.466,05
SEGREDO		87.614,16	42.628,02	130.242,18
SELBACH		43.838,41	42.628,02	86.466,43
SENADOR SALGADO FILHO		40.082,60	42.628,02	82.710,62
SENTINELA DO SUL		23.730,96	42.628,02	66.358,98
SERAFINA CORRÊA		121.440,77	85.256,04	206.696,81
SÉRIO		15.000,00	42.628,02	57.628,02
SERTÃO		4.666,47	42.628,02	47.294,49
SERTÃO SANTANA		696,15	42.628,02	43.324,17
SETE DE SETEMBRO		34.023,32	42.628,02	76.651,34
SEVERIANO DE ALMEIDA		3.595,50	42.628,02	46.223,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SILVEIRA MARTINS		29.121,72	42.628,02	71.749,74
SINIMBU		74.245,34	56.837,37	131.082,71
SOBRADINHO		113.330,73	71.046,69	184.377,42
SOLEDADE		78.101,29	113.674,73	191.776,02
TABAÍ		59.945,25	42.628,02	102.573,27
TAPEJARA		244.264,52	0,00	244.264,52
TAPERÁ		4.132,13	56.837,37	60.969,50
TAPES		149.322,89	85.256,04	234.578,93
TAQUARA		121.565,00	156.302,76	277.867,76
TAQUARI		184.647,07	99.465,41	284.112,48
TAQUARUÇU DO SUL		51.784,36	42.628,02	94.412,38
TAVARES		47.140,91	42.628,02	89.768,93
TENENTE PORTELA		194.345,62	71.046,69	265.392,31
TERRA DE AREIA		84.339,51	56.837,37	141.176,88
TEUTÔNIA		546.160,70	113.674,73	659.835,43
TIO HUGO		1.960,13	42.628,02	44.588,15
TIRADENTES DO SUL		3.771,00	42.628,02	46.399,02
TOROPI		51.786,10	42.628,02	94.414,12

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TORRES		321.970,53	127.884,08	449.854,61
TRAMANDAÍ		698.942,78	0,00	698.942,78
TRAVESSEIRO		19.678,33	42.628,02	62.306,35
TRÊS ARROIOS		4.397,06	42.628,02	47.025,08
TRÊS CACHOEIRAS		146.918,91	56.837,37	203.756,28
TRÊS COROAS		110.522,66	99.465,41	209.988,07
TRÊS DE MAIO		43.951,44	99.465,41	143.416,85
TRÊS FORQUILHAS		33.081,50	42.628,02	75.709,52
TRÊS PALMEIRAS		2.628,00	42.628,02	45.256,02
TRÊS PASSOS		59.155,50	99.465,41	158.620,91
TRINDADE DO SUL		17.974,34	42.628,02	60.602,36
TRIUNFO		300.864,53	99.465,41	400.329,94
TUCUNDUVA		1.289,48	42.628,02	43.917,50
TUNAS		3.430,76	42.628,02	46.058,78
TUPANCI DO SUL		172,28	42.628,02	42.800,30
TUPANCIRETÃ		43.846,03	99.465,41	143.311,44
TUPANDI		51.994,52	42.628,02	94.622,54
TUPARENDI		22.861,30	42.628,02	65.489,32

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TURUÇU		44.485,03	42.628,02	87.113,05
UBIRETAMA		33.943,77	42.628,02	76.571,79
UNIÃO DA SERRA		289,38	42.628,02	42.917,40
UNISTALDA		50.129,94	42.628,02	92.757,96
URUGUAIANA		510.609,41	255.768,15	766.377,56
VACARIA		1.065.701,78	170.512,10	1.236.213,88
VALE DO SOL		8.092,80	56.837,37	64.930,17
VALE REAL		1.750,36	42.628,02	44.378,38
VALE VERDE		36.196,33	42.628,02	78.824,35
VANINI		232,05	42.628,02	42.860,07
VENÂNCIO AIRES		1.179.297,65	0,00	1.179.297,65
VERA CRUZ		99.407,58	99.465,41	198.872,99
VERANÓPOLIS		280.764,27	99.465,41	380.229,68
VESPASIANO CORREA		1.463,38	42.628,02	44.091,40
VIADUTOS		52.203,50	42.628,02	94.831,52
VIAMÃO		1.093.390,62	367.632,71	1.461.023,33
VICENTE DUTRA		3.087,00	42.628,02	45.715,02
VICTOR GRAEFF		338,03	42.628,02	42.966,05

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO RS: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VILA FLORES		1.652,99	42.628,02	44.281,01
VILA LÂNGARO		32.528,37	42.628,02	75.156,39
VILA MARIA		2.946,99	42.628,02	45.575,01
VILA NOVA DO SUL		34.836,47	42.628,02	77.464,49
VISTA ALEGRE		1.701,00	42.628,02	44.329,02
VISTA ALEGRE DO PRATA		81,09	42.628,02	42.709,11
VISTA GAÚCHA		43.812,97	42.628,02	86.440,99
VITÓRIA DAS MISSÕES		371,92	42.628,02	42.999,94
WESTFALIA		596,61	42.628,96	43.225,57
XANGRI-LÁ		152.891,08	71.046,69	223.937,77

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**SANTA CATARINA**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO SC: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	2.184	
	Álcool etílico 100ml	3.168	
	Óculos proteção	2.250	
	Luva para procedimento não cirúrgico	811.696	
	Sapatilha	4.800	
	Máscara 3 camadas	470.000	
	Avental	40.414	
	Touca hospitalar	9.900	
Leitos-Covid	20 leitos instalados (10 no Hospital de Florianópolis e 10 no Hospital Universitário Polydoro Ernani)		
Testes RT PCT	16.912		
Testes rápidos	16.679 na 1ª distribuição	19.680 na 2ª distribuição	34.520 na 3ª distribuição
Respiradores	20		

\*/ Entregas realizadas em 24 e 26/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.



## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 4,08 milhões		R\$ 4,08 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 20,76 milhões	R\$ 20,76 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 14,53 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 20,44 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 44,36 milhões	R\$ 89,01 milhões	R\$168,36 milhões

R\$ 193,21 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABDON BATISTA		2.927,06	40.512,65	43.439,71
ABELARDO LUZ		73.491,92	81.025,29	154.517,21
AGROLÂNDIA		22.539,08	54.016,87	76.555,95
AGRONÔMICA		6.747,23	40.512,65	47.259,88
ÁGUA DOCE		42.771,99	40.512,65	83.284,64
ÁGUAS DE CHAPECÓ		17.000,29	40.512,65	57.512,94
ÁGUAS FRIAS		5.313,69	40.512,65	45.826,34
ÁGUAS MORNAS		24.968,97	40.512,65	65.481,62
ALFREDO WAGNER		36.413,14	40.512,65	76.925,79
ALTO BELA VISTA		2.671,28	40.512,65	43.183,93
ANCHIETA		26.525,32	40.512,65	67.037,97
ANGELINA		558,46	40.512,65	41.071,11
ANITA GARIBALDI		27.285,24	40.512,65	67.797,89
ANITÁPOLIS		649,13	40.512,65	41.161,78
ANTÔNIO CARLOS		11.353,14	40.512,65	51.865,79
APIÚNA		54.208,23	54.016,87	108.225,10
ARABUTÃ		4.212,32	40.512,65	44.724,97
ARAQUARI		67.121,68	0,00	67.121,68

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARARANGUÁ		390.935,66	162.050,59	552.986,25
ARMAZÉM		16.863,76	40.512,65	57.376,41
ARROIO TRINTA		1.254,23	40.512,65	41.766,88
ARVOREDO		2.620,22	40.512,65	43.132,87
ASCURRA		20.188,11	40.512,65	60.700,76
ATALANTA		1.592,36	40.512,65	42.105,01
AURORA		7.145,67	40.512,65	47.658,32
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA		11.931,44	54.016,87	65.948,31
BALNEÁRIO BARRA DO SUL		7.921,50	54.016,87	61.938,37
BALNEÁRIO CAMBORIÚ		1.462.678,40	243.075,89	1.705.754,29
BALNEÁRIO GAIVOTA		10.533,92	54.016,87	64.550,79
BALNEÁRIO PIÇARRAS		104.564,01	81.025,29	185.589,30
BALNEÁRIO RINCÃO		16.795,79	54.016,87	70.812,66
BANDEIRANTE		6.700,44	40.512,65	47.213,09
BARRA BONITA		3.840,59	40.512,65	44.353,24

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BARRA VELHA		100.637,18	94.529,50	195.166,68
BELA VISTA DO TOLDO		17.845,08	40.512,65	58.357,73
BELMONTE		5.149,24	40.512,65	45.661,89
BENEDITO NOVO		23.626,32	54.016,87	77.643,19
BIGUAÇU		1.964.086,96	162.050,59	2.126.137,55
BLUMENAU		11.294.956,70	353.530,18	11.648.486,88
BOCAINA DO SUL		24.281,23	40.512,65	64.793,88
BOM JARDIM DA SERRA		763,25	40.512,65	41.275,90
BOM JESUS		1.079,69	40.512,65	41.592,34
BOM JESUS DO OESTE		9.447,41	40.512,65	49.960,06
BOM RETIRO		51.515,28	40.512,65	92.027,93
BOMBINHAS		74.559,05	81.025,29	155.584,34
BOTUVERÁ		4.764,69	40.512,65	45.277,34
BRAÇO DO NORTE		84.944,95	108.033,73	192.978,68
BRAÇO DO TROMBUDO		5.561,21	40.512,65	46.073,86
BRUNÓPOLIS		2.500,75	40.512,65	43.013,40

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BRUSQUE		1.763.213,20	243.075,89	2.006.289,09
CAÇADOR		366.616,13	175.554,82	542.170,95
CAIBI		18.176,84	40.512,65	58.689,49
CALMON		6.970,28	40.512,65	47.482,93
CAMBORIÚ		332.122,58	0,00	332.122,58
CAMPO ALEGRE		10.637,38	54.016,87	64.654,25
CAMPO BELO DO SUL		42.207,63	40.512,65	82.720,28
CAMPO ERÊ		45.771,19	40.512,65	86.283,84
CAMPOS NOVOS		119.813,48	108.033,73	227.847,21
CANELINHA		38.149,51	54.016,87	92.166,38
CANOINHAS		823.292,90	148.546,38	971.839,28
CAPÃO ALTO		975,74	40.512,65	41.488,39
CAPINZAL		51.213,81	81.025,29	132.239,10
CAPIVARI DE BAIXO		131.840,17	94.529,50	226.369,67
CATANDUVAS		40.924,18	54.016,87	94.941,05
CAXAMBU DO SUL		4.247,13	40.512,65	44.759,78
CELSO RAMOS		1.289,30	40.512,65	41.801,95
CERRO NEGRO		1.701,00	40.512,65	42.213,65

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CHAPADÃO DO LAGEADO		1.453,27	40.512,65	41.965,92
CHAPECÓ		7.582.548,74	353.530,18	7.936.078,92
COCAL DO SUL		88.135,51	67.521,09	155.656,60
CONCÓRDIA		2.049.378,17	175.554,82	2.224.932,99
CORDILHEIRA ALTA		3.833,35	40.512,65	44.346,00
CORONEL FREITAS		11.931,22	40.512,65	52.443,87
CORONEL MARTINS		2.391,00	40.512,65	42.903,65
CORREIA PINTO		105.305,16	54.016,87	159.322,03
CORUPÁ		21.136,69	67.521,09	88.657,78
CRICIÚMA		7.859.716,59	353.530,18	8.213.246,77
CUNHA PORÃ		20.099,15	54.016,87	74.116,02
CUNHATAÍ		4.332,42	40.512,65	44.845,07
CURITIBANOS		161.717,25	121.537,94	283.255,19
DESCANSO		26.640,10	40.512,65	67.152,75
DIONÍSIO CERQUEIRA		147.881,15	67.521,09	215.402,24
DONA EMMA		5.309,08	40.512,65	45.821,73
DOUTOR PEDRINHO		3.744,34	40.512,65	44.256,99

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ENTRE RIOS		8.497,89	40.512,65	49.010,54
ERMO		1.641,81	40.512,65	42.154,46
ERVAL VELHO		722,87	40.512,65	41.235,52
FAXINAL DOS GUEDES		24.167,69	54.016,87	78.184,56
FLOR DO SERTÃO		955,10	40.512,65	41.467,75
FLORIANÓPOLIS		3.734.184,65	652.082,31	4.386.266,96
FORMOSA DO SUL		2.455,23	40.512,65	42.967,88
FORQUILHINHA		84.264,61	94.529,50	178.794,11
FRAIBURGO		166.362,76	108.033,73	274.396,49
FREI ROGÉRIO		2.969,97	40.512,65	43.482,62
GALVÃO		13.208,44	40.512,65	53.721,09
GAROPABA		144.726,01	81.025,29	225.751,30
GARUVA		18.234,01	81.025,29	99.259,30
GASPAR		561.498,44	162.050,59	723.549,03
GOVERNADOR CELSO RAMOS		20.482,24	67.521,09	88.003,33
GRÃO PARÁ		17.050,68	40.512,65	57.563,33
GRAVATAL		22.828,54	54.016,87	76.845,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUABIRUBA		12.941,14	0,00	12.941,14
GUARACIABA		30.822,74	54.016,87	84.839,61
GUARAMIRIM		225.241,80	0,00	225.241,80
GUARUJÁ DO SUL		26.551,74	40.512,65	67.064,39
GUATAMBÚ		8.014,07	40.512,65	48.526,72
HERVAL D'OESTE		211.367,82	81.025,29	292.393,11
IBIAM		2.137,72	40.512,65	42.650,37
IBICARÉ		825,30	40.512,65	41.337,95
IBIRAMA		101.689,02	81.025,29	182.714,31
IÇARA		155.225,64	148.546,38	303.772,02
ILHOTA		11.399,01	67.521,09	78.920,10
IMARUÍ		32.416,15	54.016,87	86.433,02
IMBITUBA		289.046,07	135.042,18	424.088,25
IMBUIA		13.902,08	40.512,65	54.414,73
INDAIAL		512.635,86	162.050,59	674.686,45
IOMERÊ		24.283,98	40.512,65	64.796,63
IPIRA		4.109,79	40.512,65	44.622,44
IPORÃ DO OESTE		24.528,51	40.512,65	65.041,16

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IPUAÇU		24.776,27	40.512,65	65.288,92
IPUMIRIM		8.252,54	40.512,65	48.765,19
IRACEMINHA		14.503,50	40.512,65	55.016,15
IRANI		37.210,35	54.016,87	91.227,22
IRATI		11.100,75	40.512,65	51.613,40
IRINEÓPOLIS		45.775,38	54.016,87	99.792,25
ITÁ		11.357,94	40.512,65	51.870,59
ITAIÓPOLIS		100.352,95	81.025,29	181.378,24
ITAJAÍ		9.446.274,44	353.530,18	9.799.804,62
ITAPEMA		202.324,44	162.050,59	364.375,03
ITAPIRANGA		52.835,16	67.521,09	120.356,25
ITAPOÁ		33.049,62	81.025,29	114.074,91
ITUPORANGA		62.173,88	94.529,50	156.703,38
JABORÁ		34.514,08	40.512,65	75.026,73
JACINTO MACHADO		11.670,37	54.016,87	65.687,24
JAGUARUNA		32.158,89	81.025,29	113.184,18
JARAGUÁ DO SUL		5.110.173,61	353.530,18	5.463.703,79
JARDINÓPOLIS		1.786,14	40.512,65	42.298,79

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOAÇABA		362.290,47	94.529,50	456.819,97
JOINVILLE		8.061.007,07	353.530,18	8.414.537,25
JOSÉ BOITEUX		12.977,21	40.512,65	53.489,86
JUPIÁ		1.106,12	40.512,65	41.618,77
LACERDÓPOLIS		1.710,63	40.512,65	42.223,28
LAGES		4.058.219,08	353.530,18	4.411.749,26
LAGUNA		633.598,95	135.042,18	768.641,13
LAJEADO GRANDE		914,35	40.512,65	41.427,00
LAURENTINO		8.888,84	40.512,65	49.401,49
LAURO MULLER		123.922,79	67.521,09	191.443,88
LEBON RÉGIS		20.953,45	54.016,87	74.970,32
LEOBERTO LEAL		2.584,79	40.512,65	43.097,44
LINDÓIA DO SUL		5.231,90	40.512,65	45.744,55
LONTRAS		16.008,20	54.016,87	70.025,07
LUIZ ALVES		119.677,40	54.016,87	173.694,27
LUZERNA		1.060,99	40.512,65	41.573,64
MACIEIRA		1.610,05	40.512,65	42.122,70
MAFRA		332.266,01	148.546,38	480.812,39

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAJOR GERCINO		2.352,24	40.512,65	42.864,89
MAJOR VIEIRA		53.882,16	40.512,65	94.394,81
MARACAJÁ		9.865,24	40.512,65	50.377,89
MARAVILHA		162.247,69	94.529,50	256.777,19
MAREMA		1.725,92	40.512,65	42.238,57
MASSARANDUBA		134.349,59	67.521,09	201.870,68
MATOS COSTA		15.392,21	40.512,65	55.904,86
MELEIRO		20.038,56	40.512,65	60.551,21
MIRIM DOCE		1.104,30	40.512,65	41.616,95
MODELO		41.412,77	40.512,65	81.925,42
MONDAÍ		62.597,12	54.016,87	116.613,99
MONTE CARLO		16.398,44	40.512,65	56.911,09
MONTE CASTELO		66.600,73	40.512,65	107.113,38
MORRO DA FUMAÇA		74.077,98	81.025,29	155.103,27
MORRO GRANDE		4.623,13	40.512,65	45.135,78
NAVEGANTES		356.791,41	175.554,82	532.346,23
NOVA ERECHIM		7.171,50	40.512,65	47.684,15
NOVA ITABERABA		6.358,50	40.512,65	46.871,15

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA TRENTO		291.654,73	67.521,09	359.175,82
NOVA VENEZA		24.241,20	67.521,09	91.762,29
NOVO HORIZONTE		1.448,51	40.512,65	41.961,16
ORLEANS		207.579,22	81.025,29	288.604,51
OTACÍLIO COSTA		28.265,65	81.025,29	109.290,94
OURO		34.290,21	40.512,65	74.802,86
OURO VERDE		7.723,29	40.512,65	48.235,94
PAIAL		2.452,64	40.512,65	42.965,29
PAINEL		592,53	40.512,65	41.105,18
PALHOÇA		574.050,70	353.530,18	927.580,88
PALMA SOLA		36.772,56	40.512,65	77.285,21
PALMEIRA		605,30	40.512,65	41.117,95
PALMITOS		89.339,78	67.521,09	156.860,87
PAPANDUVA		65.719,47	81.025,29	146.744,76
PARAÍSO		3.878,44	40.512,65	44.391,09
PASSO DE TORRES		12.568,77	40.512,65	53.081,42
PASSOS MAIA		6.807,64	40.512,65	47.320,29
PAULO LOPES		24.299,59	40.512,65	64.812,24

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PEDRAS GRANDES		6.068,43	40.512,65	46.581,08
PENHA		50.162,85	108.033,73	158.196,58
PERITIBA		2.913,18	40.512,65	43.425,83
PESCARIA BRAVA		12.544,96	40.512,40	53.057,36
PETROLÂNDIA		5.841,12	40.512,65	46.353,77
PINHALZINHO		48.148,81	81.025,29	129.174,10
PINHEIRO PRETO		4.154,15	40.512,65	44.666,80
PIRATUBA		2.081,75	40.512,65	42.594,40
PLANALTO ALEGRE		3.460,69	40.512,65	43.973,34
POMERODE		86.996,84	108.033,73	195.030,57
PONTE ALTA		4.427,83	40.512,65	44.940,48
PONTE ALTA DO NORTE		2.612,43	40.512,65	43.125,08
PONTE SERRADA		52.491,63	54.016,87	106.508,50
PORTO BELO		63.894,99	81.025,29	144.920,28
PORTO UNIÃO		125.524,62	108.033,73	233.558,35
POUSO REDONDO		18.841,82	81.025,29	99.867,11
PRAIA GRANDE		29.205,23	40.512,65	69.717,88

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRESIDENTE CASTELLO BRANCO		1.115,41	40.512,65	41.628,06
PRESIDENTE GETÚLIO		16.512,01	81.025,29	97.537,30
PRESIDENTE NEREU		3.050,54	40.512,65	43.563,19
PRINCESA		6.146,01	40.512,65	46.658,66
QUILOMBO		224.234,23	40.512,65	264.746,88
RANCHO QUEIMADO		23.759,20	40.512,65	64.271,85
RIO DAS ANTAS		19.252,61	40.512,65	59.765,26
RIO DO CAMPO		7.601,00	40.512,65	48.113,65
RIO DO OESTE		10.641,72	40.512,65	51.154,37
RIO DO SUL		4.544.310,37	162.050,59	4.706.360,96
RIO DOS CEDROS		14.160,56	54.016,87	68.177,43
RIO FORTUNA		13.955,67	40.512,65	54.468,32
RIO NEGRINHO		620.380,18	121.537,94	741.918,12
RIO RUFINO		1.062,14	40.512,65	41.574,79
RIQUEZA		6.816,63	40.512,65	47.329,28
RODEIO		17.110,92	54.016,87	71.127,79
ROMELÂNDIA		24.230,55	40.512,65	64.743,20

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SALETE		10.858,20	40.512,65	51.370,85
SALTINHO		12.466,16	40.512,65	52.978,81
SALTO VELOSO		1.789,12	40.512,65	42.301,77
SANGÃO		27.839,67	54.016,87	81.856,54
SANTA CECÍLIA		65.265,00	67.521,09	132.786,09
SANTA HELENA		9.500,63	40.512,65	50.013,28
SANTA ROSA DE LIMA		1.181,64	40.512,65	41.694,29
SANTA ROSA DO SUL		46.041,81	40.512,65	86.554,46
SANTA TEREZINHA		4.977,82	40.512,65	45.490,47
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		6.519,15	40.512,65	47.031,80
SANTIAGO DO SUL		695,87	40.512,65	41.208,52
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ		116.453,95	81.025,29	197.479,24
SÃO BENTO DO SUL		1.152.970,02	189.059,02	1.342.029,04
SÃO BERNARDINO		1.326,94	40.512,65	41.839,59
SÃO BONIFÁCIO		22.774,30	40.512,65	63.286,95
SÃO CARLOS		89.591,81	54.016,87	143.608,68

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO CRISTOVÃO DO SUL		6.789,80	40.512,65	47.302,45
SÃO DOMINGOS		37.328,10	40.512,65	77.840,75
SÃO FRANCISCO DO SUL		412.823,52	148.546,38	561.369,90
SÃO JOÃO BATISTA		150.352,32	0,00	150.352,32
SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ		1.288,72	40.512,65	41.801,37
SÃO JOÃO DO OESTE		15.500,22	40.512,65	56.012,87
SÃO JOÃO DO SUL		21.509,18	40.512,65	62.021,83
SÃO JOAQUIM		95.335,75	94.529,50	189.865,25
SÃO JOSÉ		1.121.823,36	353.530,18	1.475.353,54
SÃO JOSÉ DO CEDRO		49.050,36	67.521,09	116.571,45
SÃO JOSÉ DO CERRITO		26.825,95	40.512,65	67.338,60
SÃO LOURENÇO DO OESTE		128.591,38	94.529,50	223.120,88
SÃO LUDGERO		23.499,80	54.016,87	77.516,67
SÃO MARTINHO		8.463,47	40.512,65	48.976,12
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA		2.680,79	40.512,65	43.193,44

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO MIGUEL DO OESTE		307.197,55	121.537,94	428.735,49
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA		5.170,09	40.512,65	45.682,74
SAUDADES		13.126,17	40.512,65	53.638,82
SCHROEDER		21.380,23	81.025,29	102.405,52
SEARA		320.320,31	81.025,29	401.345,60
SERRA ALTA		5.099,43	40.512,65	45.612,08
SIDERÓPOLIS		91.339,83	67.521,09	158.860,92
SOMBRIO		62.473,74	94.529,50	157.003,24
SUL BRASIL		8.625,03	40.512,65	49.137,68
TAIÓ		45.161,36	81.025,29	126.186,65
TANGARÁ		24.699,11	40.512,65	65.211,76
TIGRINHOS		6.560,61	40.512,65	47.073,26
TIJUCAS		100.781,01	121.537,94	222.318,95
TIMBÉ DO SUL		14.351,86	40.512,65	54.864,51
TIMBÓ		137.663,96	0,00	137.663,96
TIMBÓ GRANDE		13.297,51	40.512,65	53.810,16
TRÊS BARRAS		392.741,18	81.025,29	473.766,47

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TREVISO		6.036,53	40.512,65	46.549,18
TREZE DE MAIO		7.438,32	40.512,65	47.950,97
TREZE TÍLIAS		8.883,89	40.512,65	49.396,54
TROMBUDO CENTRAL		6.483,36	40.512,65	46.996,01
TUBARÃO		407.811,73	216.067,44	623.879,17
TUNÁPOLIS		22.550,57	40.512,65	63.063,22
TURVO		25.624,13	54.016,87	79.641,00
UNIÃO DO OESTE		2.549,99	40.512,65	43.062,64
URUBICI		29.811,93	54.016,87	83.828,80
URUPEMA		915,07	40.512,65	41.427,72
URUSSANGA		321.386,93	81.025,29	402.412,22
VARGEÃO		1.137,22	40.512,65	41.649,87
VARGEM		4.820,84	40.512,65	45.333,49
VARGEM BONITA		12.606,90	40.512,65	53.119,55
VIDAL RAMOS		6.389,47	40.512,65	46.902,12
VIDEIRA		504.722,29	148.546,38	653.268,67
VITOR MEIRELES		22.447,87	40.512,65	62.960,52
WITMARSUM		27.635,73	40.512,65	68.148,38

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SC: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
XANXERÊ		167.896,35	0,00	167.896,35
XAVANTINA		1.415,28	40.512,65	41.927,93
XAXIM		92.971,01	94.529,50	187.500,51
ZORTÉA		2.767,27	40.512,65	43.279,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**SERGIPE**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO SE: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	552	
	Álcool etílico 100ml	960	
	Óculos proteção	680	
	Luva para procedimento não cirúrgico	270.100	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	147.500	
	Avental	12.459	
	Touca hospitalar	3.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no Hospital Governador João Alves Filho - HUSE		
Testes RT PCT	9.016		
Testes rápidos	5.258 na 1ª distribuição	5.740 na 2ª distribuição	10.080 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 22 e 23/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 17,90 milhões		R\$ 17,90 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,67 milhões	R\$ 7,67 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 4,70 milhões		R\$ 53,23 milhões
	Portaria nº 480 *	R\$ 6,64 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 24,02 milhões	R\$ 17,86 milhões	

**R\$ 78,80  
milhões**

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita;  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AMPARO DE SÃO FRANCISCO		2.756,73	43.502,02	46.258,75
AQUIDABÃ		49.295,95	87.004,04	136.299,99
ARACAJU		10.722.344,06	1.467.185,21	12.189.529,27
ARAUÁ		24.958,97	58.002,68	82.961,65
AREIA BRANCA		100,00	87.004,04	87.104,04
BARRA DOS COQUEIROS		49.441,88	101.504,72	150.946,60
BOQUIM		85.188,27	101.504,72	186.692,99
BREJO GRANDE		6.141,23	43.502,02	49.643,25
CAMPO DO BRITO		44.396,84	87.004,04	131.400,88
CANHOPA		3.747,53	43.502,02	47.249,55
CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO		173.601,93	101.504,72	275.106,65
CAPELA		51.845,62	116.005,39	167.851,01
CARIRA		52.727,85	87.004,04	139.731,89
CARMÓPOLIS		14.786,30	72.503,36	87.289,66

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CEDRO DE SÃO JOÃO		46.148,28	43.502,02	89.650,30
CRISTINÓPOLIS		47.858,54	87.004,04	134.862,58
CUMBE		3.946,52	43.502,02	47.448,54
DIVINA PASTORA		1.455,95	43.502,02	44.957,97
ESTÂNCIA		926.396,55	174.008,08	1.100.404,63
FEIRA NOVA		2.608,44	43.502,02	46.110,46
FREI PAULO		33.692,30	72.503,36	106.195,66
GARARU		18.743,41	58.002,68	76.746,09
GENERAL MAYNARD		35.971,34	43.502,02	79.473,36
GRACHO CARDOSO		5.672,81	43.502,02	49.174,83
ILHA DAS FLORES		14.330,33	43.502,02	57.832,35
INDIAROBA		25.724,64	87.004,04	112.728,68
ITABAIANA		1.035.719,27	217.510,10	1.253.229,37
ITABAIANINHA		111.554,65	130.506,05	242.060,70
ITABI		2.097,45	43.502,02	45.599,47
ITAPORANGA D'AJUDA		120.935,68	116.005,39	236.941,07
JAPARATUBA		33.138,51	87.004,04	120.142,55
JAPOATÃ		27.045,59	58.002,68	85.048,27

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LAGARTO		1.020.974,79	232.010,77	1.252.985,56
LARANJEIRAS		98.357,79	101.504,72	199.862,51
MACAMBIRA		2.754,40	43.502,02	46.256,42
MALHADA DOS BOIS		2.604,17	43.502,02	46.106,19
MALHADOR		3.785,13	58.002,68	61.787,81
MARUIM		63.305,90	87.004,04	150.309,94
MOITA BONITA		6.928,42	58.002,68	64.931,10
MONTE ALEGRE DE SERGIPE		37.262,88	72.503,36	109.766,24
MURIBECA		4.229,15	43.502,02	47.731,17
NEÓPOLIS		60.764,25	87.004,04	147.768,29
NOSSA SENHORA APARECIDA		4.568,81	43.502,02	48.070,83
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA		18.378,87	116.005,39	134.384,26
NOSSA SENHORA DAS DORES		76.581,31	101.504,72	178.086,03

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOSSA SENHORA DE LOURDES		2.135,70	43.502,02	45.637,72
NOSSA SENHORA DO SOCORRO		883.174,97	477.766,63	1.360.941,60
PACATUBA		50.563,83	72.503,36	123.067,19
PEDRA MOLE		2.088,54	43.502,02	45.590,56
PEDRINHAS		7.313,86	43.502,02	50.815,88
PINHÃO		2.790,65	43.502,02	46.292,67
PIRAMBU		8.476,03	43.502,02	51.978,05
POÇO REDONDO		183.621,02	116.005,39	299.626,41
POÇO VERDE		108.242,63	87.004,04	195.246,67
PORTO DA FOLHA		195.510,49	101.504,72	297.015,21
PROPRIÁ		336.951,98	101.504,72	438.456,70
RIACHÃO DO DANTAS		52.973,49	87.004,04	139.977,53
RIACHUELO		129.567,80	58.002,68	187.570,48
RIBEIRÓPOLIS		21.614,48	87.004,04	108.618,52
ROSÁRIO DO CATETE		7.580,16	58.002,68	65.582,84
SALGADO		70.109,83	87.004,04	157.113,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SE: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

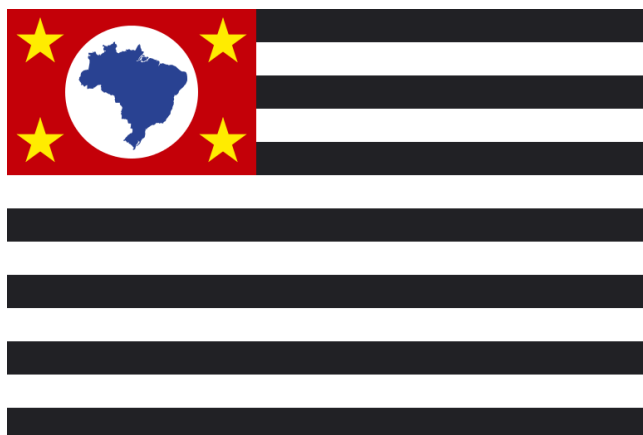
MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA LUZIA DO ITANHY		6.502,27	72.503,36	79.005,63
SANTA ROSA DE LIMA		4.873,58	43.502,02	48.375,60
SANTANA DO SÃO FRANCISCO		9.328,74	43.502,02	52.830,76
SANTO AMARO DAS BROTAS		2.223,76	58.002,68	60.226,44
SÃO CRISTÓVÃO		196.165,72	203.009,42	399.175,14
SÃO DOMINGOS		2.179,27	58.002,68	60.181,95
SÃO FRANCISCO		1.613,60	43.502,02	45.115,62
SÃO MIGUEL DO ALEIXO		1.979,31	43.502,02	45.481,33
SIMÃO DIAS		166.104,40	130.506,05	296.610,45
SIRIRI		3.436,68	43.502,02	46.938,70
TELHA		2.137,43	43.502,02	45.639,45
TOBIAS BARRETO		115.806,82	159.507,42	275.314,24
TOMAR DO GERU		41.368,77	58.002,68	99.371,45
UMBAÚBA		72.471,72	101.504,74	173.976,46

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**SÃO PAULO**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE GOVERNO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO SP: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	13.956	
	Álcool etílico 100ml	20.800	
	Óculos proteção	15.660	
	Luva para procedimento não cirúrgico	5.630.540	
	Sapatilha	15.800	
	Máscara 3 camadas	3.100.000	
	Avental	261.647	
	Touca hospitalar	63.400	
Leitos-Covid	80 leitos instalados (40 no Hospital das Clínicas, 20 no Hospital Dr. Emílio Ribas, 10 no Hospital Estadual Penteado e 10 no Hospital Geral de Itaquaquecetuba)		
Testes RT PCT	72.280		
Testes rápidos	106.787 na 1ª distribuição	130.960 na 2ª distribuição	229.860 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 21, 24 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 3,83 milhões		R\$ 3,83 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 70,91 milhões	R\$ 70,91 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 92,12 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 130,31 milhões		
	Portaria nº 774	R\$ 333,14 milhões	R\$ 441,34 milhões	R\$ 996,93 milhões

R\$ 1,07 bi

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ADAMANTINA		1.054.934,02	118.542,88	1.173.476,90
ADOLFO		6.341,08	44.453,58	50.794,66
AGUAÍ		84.329,58	118.542,88	202.872,46
ÁGUAS DA PRATA		12.197,18	44.453,58	56.650,76
ÁGUAS DE LINDÓIA		149.734,25	88.907,16	238.641,41
ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA		6.990,80	44.453,58	51.444,38
ÁGUAS DE SÃO PEDRO		5.343,84	44.453,58	49.797,42
AGUDOS		523.735,39	118.542,88	642.278,27
ALAMBARI		23.144,25	44.453,58	67.597,83
ALFREDO MARCONDES		1.949,70	44.453,58	46.403,28
ALTAIR		16.176,08	44.453,58	60.629,66
ALTINÓPOLIS		210.660,88	74.089,30	284.750,18
ALTO ALEGRE		16.299,08	44.453,58	60.752,66
ALUMÍNIO		25.821,67	88.907,16	114.728,83
ÁLVARES FLORENCE		2.671,51	44.453,58	47.125,09
ÁLVARES MACHADO		135.423,62	103.725,02	239.148,64

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ÁLVARO DE CARVALHO		463,81	44.453,58	44.917,39
ALVINLÂNDIA		161,49	44.453,58	44.615,07
AMERICANA		1.712.265,65	369.372,31	2.081.637,96
AMÉRICO BRASILIENSE		155.716,05	133.360,73	289.076,78
AMÉRICO DE CAMPOS		6.845,31	44.453,58	51.298,89
AMPARO		1.372.040,47	192.632,18	1.564.672,65
ANALÂNDIA		4.551,43	44.453,58	49.005,01
ANDRADINA		273.287,44	162.996,48	436.283,92
ANGATUBA		213.276,17	103.725,02	317.001,19
ANHEMBI		24.146,34	44.453,58	68.599,92
ANHUMAS		1.919,13	44.453,58	46.372,71
APARECIDA		143.305,97	118.542,88	261.848,85
APARECIDA D'OESTE		26.342,35	44.453,58	70.795,93
APIAÍ		337.214,22	103.725,02	440.939,24
ARAÇARIGUAMA		42.768,46	88.907,16	131.675,62
ARAÇATUBA		2.020.417,63	369.372,31	2.389.789,94
ARAÇOIABA DA SERRA		69.984,12	118.542,88	188.527,00
ARAMINA		7.999,03	44.453,58	52.452,61

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ARANDU		26.481,17	44.453,58	70.934,75
ARAPEÍ		2.805,46	44.453,58	47.259,04
ARARAQUARA		5.059.771,62	369.372,31	5.429.143,93
ARARAS		2.117.208,44	266.721,49	2.383.929,93
ARCO-ÍRIS		1.155,56	44.453,58	45.609,14
AREALVA		249.553,76	44.453,58	294.007,34
AREIAS		5.403,98	44.453,58	49.857,56
AREIÓPOLIS		30.677,66	59.271,43	89.949,09
ARIRANHA		10.036,56	44.453,58	54.490,14
ARTUR NOGUEIRA		97.947,08	162.996,48	260.943,56
ARUJÁ		245.958,45	207.450,03	453.408,48
ASPÁSIA		1.921,38	44.453,58	46.374,96
ASSIS		1.703.663,33	237.085,77	1.940.749,10
ATIBAIA		791.267,87	0,00	791.267,87
AURIFLAMA		121.163,82	74.089,30	195.253,12
AVAÍ		2.760,52	44.453,58	47.214,10
AVANHANDAVA		23.079,54	0,00	23.079,54
AVARÉ		1.730.734,94	207.450,03	1.938.184,97

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BADY BASSITT		12.433,25	88.907,16	101.340,41
BALBINOS		4,03	44.453,58	44.457,61
BÁLSAMO		5.703,85	44.453,58	50.157,43
BANANAL		98.446,34	59.271,43	157.717,77
BARÃO DE ANTONINA		2.635,96	44.453,58	47.089,54
BARBOSA		2.713,89	44.453,58	47.167,47
BARIRI		257.931,09	118.542,88	376.473,97
BARRA BONITA		244.466,54	118.542,88	363.009,42
BARRA DO CHAPÉU		686,80	44.453,58	45.140,38
BARRA DO TURVO		6.618,71	44.453,58	51.072,29
BARRETOS		4.184.703,50	251.903,62	4.436.607,12
BARRINHA		161.229,26	118.542,88	279.772,14
BARUERI		2.427.863,71	369.372,31	2.797.236,02
BASTOS		147.444,51	88.907,16	236.351,67
BATATAIS		1.530.665,41	177.814,31	1.708.479,72
BAURU		3.275.709,70	369.372,31	3.645.082,01
BEBEDOURO		818.798,28	192.632,18	1.011.430,46
BENTO DE ABREU		627,43	44.453,58	45.081,01

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BERNARDINO DE CAMPOS		76.669,29	59.271,43	135.940,72
BERTIOGA		556.424,35	177.814,31	734.238,66
BILAC		42.885,34	44.453,58	87.338,92
BIRIGUI		727.070,54	251.903,62	978.974,16
BIRITIBA-MIRIM		172.409,21	118.542,88	290.952,09
BOA ESPERANÇA DO SUL		67.840,52	74.089,30	141.929,82
BOCAINA		35.200,05	59.271,43	94.471,48
BOFETE		3.262,00	59.271,43	62.533,43
BOITUVA		308.784,43	162.996,48	471.780,91
BOM JESUS DOS PERDÕES		58.578,45	103.725,02	162.303,47
BOM SUCESSO DE ITARARÉ		13.762,98	44.453,58	58.216,56
BORÁ		743,73	44.453,58	45.197,31
BORACÉIA		1.705,15	44.453,58	46.158,73
BORBOREMA		60.409,07	74.089,30	134.498,37
BOREBI		383,69	44.453,58	44.837,27
BOTUCATU		566.717,92	354.554,48	921.272,40
BRAGANÇA PAULISTA		1.399.599,76	369.372,31	1.768.972,07
BRAÚNA		1.572,86	44.453,58	46.026,44
BREJO ALEGRE		1.595,96	44.453,58	46.049,54
BRODOWSKI		104.689,39	103.725,02	208.414,41

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
BROTAS		68.480,86	103.725,02	172.205,88
BURI		75.174,73	88.907,16	164.081,89
BURITAMA		419.138,28	88.907,16	508.045,44
BURITIZAL		4.562,58	44.453,58	49.016,16
CABRÁLIA PAULISTA		536,17	44.453,58	44.989,75
CABREÚVA		162.479,52	148.178,61	310.658,13
CAÇAPAVA		944.215,00	222.267,89	1.166.482,89
CACHOEIRA PAULISTA		156.099,80	118.542,88	274.642,68
CACONDE		16.744,00	88.907,16	105.651,16
CAFELÂNDIA		208.295,80	88.907,16	297.202,96
CAIABU		90,25	44.453,58	44.543,83
CAIEIRAS		282.017,67	222.267,89	504.285,56
CAIUÁ		106,01	44.453,58	44.559,59

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAJAMAR		605.069,64	192.632,18	797.701,82
CAJATI		112.369,55	103.725,02	216.094,57
CAJOBI		72.120,02	59.271,43	131.391,45
CAJURU		329.768,56	103.725,02	433.493,58
CAMPINA DO MONTE ALEGRE		1.397,34	44.453,58	45.850,92
CAMPINAS		22.091.091,84	387.626,08	22.478.717,92
CAMPO LIMPO PAULISTA		355.174,60	207.450,03	562.624,63
CAMPOS DO JORDÃO		296.941,97	162.996,48	459.938,45
CAMPOS NOVOS PAULISTA		328,16	44.453,58	44.781,74
CANANÉIA		25.670,43	59.271,43	84.941,86
CANAS		233,64	44.453,58	44.687,22
CÂNDIDO MOTA		205.256,02	118.542,88	323.798,90
CÂNDIDO RODRIGUES		6.247,84	44.453,58	50.701,42
CANITAR		119,38	44.453,58	44.572,96

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CAPÃO BONITO		435.635,32	148.178,61	583.813,93
CAPELA DO ALTO		61.851,48	88.907,16	150.758,64
CAPIVARI		496.489,26	162.996,48	659.485,74
CARAGUATATUBA		1.439.474,46	251.903,62	1.691.378,08
CARAPICUÍBA		685.925,42	369.372,31	1.055.297,73
CARDOSO		28.150,61	59.271,43	87.422,04
CASA BRANCA		252.595,49	103.725,02	356.320,51
CÁSSIA DOS COQUEIROS		2.029,57	44.453,58	46.483,15
CASTILHO		94.891,50	88.907,16	183.798,66
CATANDUVA		1.219.697,58	251.903,62	1.471.601,20
CATIGUÁ		5.866,99	44.453,58	50.320,57
CEDRAL		48.725,29	44.453,58	93.178,87
CERQUEIRA CÉSAR		140.882,11	88.907,16	229.789,27
CERQUILHO		301.899,95	148.178,61	450.078,56
CESÁRIO LANGE		63.097,03	88.907,16	152.004,19
CHARQUEADA		52.915,02	88.907,16	141.822,18
CHAVANTES		5.662,54	59.271,43	64.933,97

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CLEMENTINA		6.832,69	44.453,58	51.286,27
COLINA		95.769,27	88.907,16	184.676,43
COLÔMBIA		30.018,53	44.453,58	74.472,11
CONCHAL		245.998,29	103.725,02	349.723,31
CONCHAS		87.618,43	88.907,16	176.525,59
CORDEIRÓPOLIS		138.821,71	103.725,02	242.546,73
COROADOS		6.459,23	44.453,58	50.912,81
CORONEL MACEDO		8.890,28	44.453,58	53.343,86
CORUMBATAÍ		26.056,56	44.453,58	70.510,14
COSMÓPOLIS		458.224,98	0,00	458.224,98
COSMORAMA		9.633,31	44.453,58	54.086,89
COTIA		597.548,31	369.372,31	966.920,62
CRAVINHOS		74.313,41	118.542,88	192.856,29
CRISTAIS PAULISTA		4.532,18	44.453,58	48.985,76
CRUZÁLIA		2.979,46	44.453,58	47.433,04
CRUZEIRO		871.354,60	207.450,03	1.078.804,63
CUBATÃO		1.364.034,26	266.721,49	1.630.755,75
CUNHA		209.937,62	88.907,16	298.844,78

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DESCALVADO		93.189,83	118.542,88	211.732,71
DIADEMA		4.030.995,57	369.372,31	4.400.367,88
DIRCE REIS		745,80	44.453,58	45.199,38
DIVINOLÂNDIA		4.138,85	59.271,43	63.410,28
DOBRADA		1.437,74	44.453,58	45.891,32
DOIS CÓRREGOS		213.905,30	103.725,02	317.630,32
DOLCINÓPOLIS		1.097,91	44.453,58	45.551,49
DOURADO		19.270,13	44.453,58	63.723,71
DRACENA		762.602,16	148.178,61	910.780,77
DUARTINA		232.192,56	59.271,43	291.463,99
DUMONT		47.275,08	44.453,58	91.728,66
ECHAPORÃ		12.579,39	44.453,58	57.032,97
ELDORADO		33.595,74	74.089,30	107.685,04
ELIAS FAUSTO		40.702,41	88.907,16	129.609,57
ELISIÁRIO		2.042,83	44.453,58	46.496,41
EMBAÚBA		752,43	44.453,58	45.206,01
EMBU DAS ARTES		1.713.125,13	369.372,31	2.082.497,44
EMBU-GUAÇU		259.172,17	177.814,31	436.986,48

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
EMILIANÓPOLIS		1.315,82	44.453,58	45.769,40
ENGENHEIRO COELHO		15.500,62	88.907,16	104.407,78
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL		515.764,17	148.178,61	663.942,78
ESPÍRITO SANTO DO TURVO		284,29	44.453,58	44.737,87
ESTIVA GERBI		21.487,06	59.271,43	80.758,49
ESTRELA DO NORTE		1.941,34	44.453,58	46.394,92
ESTRELA D'OESTE		47.515,21	44.453,58	91.968,79
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA		24.181,31	44.453,58	68.634,89
FARTURA		115.487,39	74.089,30	189.576,69
FERNANDO PRESTES		4.883,41	44.453,58	49.336,99
FERNANDÓPOLIS		620.959,92	177.814,31	798.774,23
FERNÃO		260,77	44.453,58	44.714,35
FERRAZ DE VASCONCELOS		267.811,46	369.372,31	637.183,77
FLORA RICA		179,49	44.453,58	44.633,07

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
FLOREAL		2.892,69	44.453,58	47.346,27
FLÓRIDA PAULISTA		16.419,27	74.089,30	90.508,57
FLORÍNIA		6.586,00	44.453,58	51.039,58
FRANCA		1.558.459,51	369.372,31	1.927.831,82
FRANCISCO MORATO		989.993,89	369.372,31	1.359.366,20
FRANCO DA ROCHA		1.165.834,48	354.554,48	1.520.388,96
GABRIEL MONTEIRO		3.104,96	44.453,58	47.558,54
GÁLIA		33.251,90	44.453,58	77.705,48
GARÇA		685.760,11	148.178,61	833.938,72
GASTÃO VIDIGAL		3.401,38	44.453,58	47.854,96
GAVIÃO PEIXOTO		3.103,71	44.453,58	47.557,29
GENERAL SALGADO		47.065,33	59.271,43	106.336,76
GETULINA		36.972,04	59.271,43	96.243,47
GLICÉRIO		5.861,30	44.453,58	50.314,88
GUAÍÇARA		1.485,63	59.271,43	60.757,06
GUAIMBÊ		9.291,18	44.453,58	53.744,76
GUAÍRA		249.625,09	133.360,73	382.985,82
GUAPIAÇU		107.853,52	88.907,16	196.760,68

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GUAPIARA		102.670,88	88.907,16	191.578,04
GUARÁ		183.535,57	88.907,16	272.442,73
GUARAÇAI		35.673,66	44.453,58	80.127,24
GUARACI		31.741,44	59.271,43	91.012,87
GUARANI D'OESTE		3.482,98	44.453,58	47.936,56
GUARANTÃ		5.565,15	44.453,58	50.018,73
GUARARAPES		198.105,81	118.542,88	316.648,69
GUARAREMA		252.157,15	103.725,02	355.882,17
GUARATINGUETÁ		2.119.317,23	251.903,62	2.371.220,85
GUAREÍ		96.966,62	88.907,16	185.873,78
GUARIBA		403.796,14	133.360,73	537.156,87
GUARUJÁ		4.922.531,77	369.372,31	5.291.904,08
GUARULHOS		10.435.990,09	387.626,08	10.823.616,17
GUATAPARÁ		26.837,14	44.453,58	71.290,72
GUZOLÂNDIA		1.079,20	44.453,58	45.532,78
HERCULÂNDIA		15.936,08	44.453,58	60.389,66
HOLAMBRA		23.272,23	74.089,30	97.361,53
HORTOLÂNDIA		2.069.982,58	369.372,31	2.439.354,89

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
IACANGA		48.919,65	59.271,43	108.191,08
IACRI		14.729,96	44.453,58	59.183,54
IARAS		3.157,81	44.453,58	47.611,39
IBATÉ		119.447,92	118.542,88	237.990,80
IBIRÁ		55.096,05	59.271,43	114.367,48
IBIRAREMA		7.015,02	44.453,58	51.468,60
IBITINGA		477.468,92	162.996,48	640.465,40
IBIÚNA		382.463,54	192.632,18	575.095,72
ICÉM		34.856,44	44.453,58	79.310,02
IEPÊ		56.328,07	44.453,58	100.781,65
IGARAÇU DO TIETÊ		103.284,52	103.725,02	207.009,54
IGARAPAVA		281.426,76	103.725,02	385.151,78
IGARATÁ		19.211,81	44.453,58	63.665,39
IGUAPE		112.011,18	118.542,88	230.554,06
ILHA COMPRIDA		17.616,10	59.271,43	76.887,53
ILHA SOLTEIRA		50.737,03	103.725,02	154.462,05
ILHABELA		198.989,54	118.542,88	317.532,42
INDAIATUBA		2.817.778,79	369.372,31	3.187.151,10

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
INDIANA		150,63	44.453,58	44.604,21
INDIAPORÃ		21.869,71	44.453,58	66.323,29
INÚBIA PAULISTA		4.076,82	44.453,58	48.530,40
IPAUSSU		122.257,90	74.089,30	196.347,20
IPERÓ		107.858,46	118.542,88	226.401,34
IPEÚNA		27.509,39	44.453,58	71.962,97
IPIGUÁ		1.668,51	44.453,58	46.122,09
IPORANGA		3.275,84	44.453,58	47.729,42
IPUÃ		173.934,07	74.089,30	248.023,37
IRACEMÁPOLIS		18.182,30	103.725,02	121.907,32
IRAPUÃ		20.910,11	44.453,58	65.363,69
IRAPURU		1.753,73	44.453,58	46.207,31
ITABERÁ		68.971,86	88.907,16	157.879,02
ITAÍ		114.561,87	103.725,02	218.286,89
ITAJOBÍ		53.783,34	74.089,30	127.872,64
ITAJU		2.260,06	44.453,58	46.713,64
ITANHAÉM		749.301,57	222.267,89	971.569,46
ITAÓCA		400,99	44.453,58	44.854,57

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITAPECERICA DA SERRA		793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
ITAPETININGA		1.315.797,38	369.372,31	1.685.169,69
ITAPEVA		2.703.027,17	222.267,89	2.925.295,06
ITAPEVI		756.870,25	369.372,31	1.126.242,56
ITAPIRA		918.856,88	192.632,18	1.111.489,06
ITAPIRAPUÃ PAULISTA		22.380,20	44.453,58	66.833,78
ITÁPOLIS		367.704,33	133.360,73	501.065,06
ITAPORANGA		106.151,79	74.089,30	180.241,09
ITAPUÍ		52.226,45	74.089,30	126.315,75
ITAPURA		2.276,78	44.453,58	46.730,36
ITAQUAQUECETUBA		576.493,22	369.372,31	945.865,53
ITARARÉ		459.991,52	148.178,61	608.170,13
ITARIRI		28.313,24	88.907,16	117.220,40
ITATIBA		942.181,57	251.903,62	1.194.085,19
ITATINGA		43.839,03	88.907,16	132.746,19
ITIRAPINA		66.491,14	88.907,16	155.398,30
ITIRAPUÃ		2.021,20	44.453,58	46.474,78

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ITOBI		5.018,78	44.453,58	49.472,36
ITU		433.535,74	369.372,31	802.908,05
ITUPEVA		257.533,63	0,00	257.533,63
ITUVERAVA		926.295,64	133.360,73	1.059.656,37
JABORANDI		35.217,63	44.453,58	79.671,21
JABOTICABAL		840.884,82	192.632,18	1.033.517,00
JACAREÍ		4.125.338,24	369.372,31	4.494.710,55
JACI		457,51	44.453,58	44.911,09
JACUPIRANGA		43.701,65	88.907,16	132.608,81
JAGUARIÚNA		418.152,07	162.996,48	581.148,55
JALES		370.462,06	148.178,61	518.640,67
JAMBEIRO		26.298,02	44.453,58	70.751,60
JANDIRA		890.852,71	251.903,62	1.142.756,33
JARDINÓPOLIS		140.818,80	0,00	140.818,80
JARINU		28.543,97	103.725,02	132.268,99
JAÚ		3.241.929,69	354.554,48	3.596.484,17
JERQUARA		1.254,73	44.453,58	45.708,31
JOANÓPOLIS		36.575,94	59.271,43	95.847,37

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
JOÃO RAMALHO		2.885,64	44.453,58	47.339,22
JOSÉ BONIFÁCIO		47.285,92	118.542,88	165.828,80
JÚLIO MESQUITA		2.656,26	44.453,58	47.109,84
JUMIRIM		1.150,18	44.453,58	45.603,76
JUNDIAÍ		9.042.391,25	369.372,31	9.411.763,56
JUNQUEIRÓPOLIS		204.362,31	88.907,16	293.269,47
JUQUIÁ		80.529,53	88.907,16	169.436,69
JUQUITIBA		131.024,30	118.542,88	249.567,18
LAGOINHA		40.242,95	44.453,58	84.696,53
LARANJAL PAULISTA		216.310,17	103.725,02	320.035,19
LAVÍNIA		3.194,39	59.271,43	62.465,82
LAVRINHAS		57.461,05	44.453,58	101.914,63
LEME		1.113.315,87	237.085,77	1.350.401,64
LENÇÓIS PAULISTA		661.383,42	177.814,31	839.197,73
LIMEIRA		5.143.503,05	369.372,31	5.512.875,36
LINDÓIA		217.201,73	44.453,58	261.655,31
LINS		1.313.884,26	192.632,18	1.506.516,44
LORENA		1.288.483,17	207.450,03	1.495.933,20

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
LOURDES		1.259,04	44.453,58	45.712,62
LOUVEIRA		229.263,83	148.178,61	377.442,44
LUCÉLIA		170.874,20	88.907,16	259.781,36
LUCIANÓPOLIS		2.652,72	44.453,58	47.106,30
LUÍS ANTÔNIO		44.311,92	74.089,30	118.401,22
LUIZIÂNIA		13.702,63	44.453,58	58.156,21
LUPÉRCIO		14.160,97	44.453,58	58.614,55
LUTÉCIA		1.970,63	44.453,58	46.424,21
MACATUBA		114.599,85	88.907,16	203.507,01
MACAUBAL		21.725,25	44.453,58	66.178,83
MACEDÔNIA		1.223,36	44.453,58	45.676,94
MAGDA		4.427,76	44.453,58	48.881,34
MAIRINQUE		139.673,04	148.178,61	287.851,65
MAIRIPORÃ		651.466,97	222.267,89	873.734,86
MANDURI		1.959,44	44.453,58	46.413,02
MARABÁ PAULISTA		93,16	44.453,58	44.546,74
MARACAÍ		107.876,17	74.089,30	181.965,47
MARAPOAMA		1.893,04	44.453,58	46.346,62

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MARIÁPOLIS		2.278,44	44.453,58	46.732,02
MARÍLIA		5.445.394,69	369.372,31	5.814.767,00
MARINÓPOLIS		1.532,88	44.453,58	45.986,46
MARTINÓPOLIS		310.050,73	103.725,02	413.775,75
MATÃO		484.977,67	207.450,03	692.427,70
MAUÁ		6.671.520,42	369.372,31	7.040.892,73
MENDONÇA		24.151,93	44.453,58	68.605,51
MERIDIANO		2.260,19	44.453,58	46.713,77
MESÓPOLIS		2.867,08	44.453,58	47.320,66
MIGUELÓPOLIS		90.396,09	88.907,16	179.303,25
MINEIROS DO TIETÊ		7.342,86	59.271,43	66.614,29
MIRA ESTRELA		1.334,23	44.453,58	45.787,81
MIRACATU		58.264,92	88.907,16	147.172,08
MIRANDÓPOLIS		18.125,85	103.725,02	121.850,87
MIRANTE DO PARANAPANEMA		38.474,44	88.907,16	127.381,60
MIRASSOL		343.854,78	162.996,48	506.851,26
MIRASSOLÂNDIA		1.701,31	44.453,58	46.154,89

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOCOCA		1.305.867,45	177.814,31	1.483.681,76
MOGI DAS CRUZES		6.852.036,63	369.372,31	7.221.408,94
MOGI GUAÇU		2.275.911,93	354.554,48	2.630.466,41
MOGI MIRIM		1.474.553,09	222.267,89	1.696.820,98
MOMBUCA		4.210,58	44.453,58	48.664,16
MONÇÕES		2.084,20	44.453,58	46.537,78
MONGAGUÁ		295.165,36	162.996,48	458.161,84
MONTE ALEGRE DO SUL		3.845,08	44.453,58	48.298,66
MONTE ALTO		705.311,67	148.178,61	853.490,28
MONTE APRAZÍVEL		27.620,68	103.725,02	131.345,70
MONTE AZUL PAULISTA		136.510,96	88.907,16	225.418,12
MONTE CASTELO		428,51	44.453,58	44.882,09
MONTE MOR		228.600,38	162.996,48	391.596,86
MONTEIRO LOBATO		542,29	44.453,58	44.995,87
MORRO AGUDO		298.968,01	118.542,88	417.510,89
MORUNGABA		64.267,00	0,00	64.267,00

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MOTUCA		2.218,57	44.453,58	46.672,15
MURUTINGA DO SUL		3.129,55	44.453,58	47.583,13
NANTES		1.476,34	44.453,58	45.929,92
NARANDIBA		3.534,32	44.453,58	47.987,90
NATIVIDADE DA SERRA		25.420,15	44.453,58	69.873,73
NAZARÉ PAULISTA		54.140,67	88.907,16	143.047,83
NEVES PAULISTA		57.604,98	44.453,58	102.058,56
NHANDEARA		19.219,56	59.271,43	78.490,99
NIPOÃ		498,82	44.453,58	44.952,40
NOVA ALIANÇA		2.678,07	44.453,58	47.131,65
NOVA CAMPINA		1.738,47	44.453,58	46.192,05
NOVA CANAÃ PAULISTA		1.126,57	44.453,58	45.580,15
NOVA CASTILHO		355,92	44.453,58	44.809,50
NOVA EUROPA		22.306,25	59.271,43	81.577,68
NOVA GRANADA		58.534,27	88.907,16	147.441,43
NOVA GUATAPORANGA		478,87	44.453,58	44.932,45

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
NOVA INDEPENDÊNCIA		1.675,59	44.453,58	46.129,17
NOVA LUZITÂNIA		1.030,02	44.453,58	45.483,60
NOVA ODESSA		173.946,99	162.996,48	336.943,47
NOVAIS		3.762,05	44.453,58	48.215,63
NOVO HORIZONTE		353.013,57	133.360,73	486.374,30
NUPORANGA		12.939,24	44.453,58	57.392,82
OCAUÇU		306,01	44.453,58	44.759,59
ÓLEO		3.050,64	44.453,58	47.504,22
OLÍMPIA		859.058,33	162.996,48	1.022.054,81
ONDA VERDE		3.675,18	44.453,58	48.128,76
ORIENTE		4.007,49	44.453,58	48.461,07
ORINDIÚVA		113.510,63	44.453,58	157.964,21
ORLÂNDIA		374.344,86	133.360,73	507.705,59
OSASCO		4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77
OSCAR BRESSANE		1.269,45	44.453,58	45.723,03
OSVALDO CRUZ		238.772,58	118.542,88	357.315,46
OURINHOS		3.395.455,75	237.085,77	3.632.541,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
OURO VERDE		4.558,05	44.453,58	49.011,63
OUROESTE		24.426,13	0,00	24.426,13
PACAEMBU		114.928,37	74.089,30	189.017,67
PALESTINA		18.126,12	59.271,43	77.397,55
PALMARES PAULISTA		2.242,55	59.271,43	61.513,98
PALMEIRA D'OESTE		125.987,31	44.453,58	170.440,89
PALMITAL		213.283,25	88.907,16	302.190,41
PANORAMA		50.393,68	74.089,30	124.482,98
PARAGUAÇU PAULISTA		638.092,91	148.178,61	786.271,52
PARAIBUNA		25.764,55	88.907,16	114.671,71
PARAÍSO		5.331,42	44.453,58	49.785,00
PARANAPANEMA		69.727,28	88.907,16	158.634,44
PARANAPUÃ		1.525,33	44.453,58	45.978,91
PARAPUÃ		51.282,94	59.271,43	110.554,37
PARDINHO		30.580,76	44.453,58	75.034,34
PARIQUERA-AÇU		29.459,71	88.907,16	118.366,87
PARISI		1.407,49	44.453,58	45.861,07
PATROCÍNIO PAULISTA		24.076,84	74.089,30	98.166,14

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PAULICÉIA		157,11	44.453,58	44.610,69
PAULÍNIA		594.899,43	237.085,77	831.985,20
PAULISTÂNIA		266,79	44.453,58	44.720,37
PAULO DE FARIA		38.307,72	44.453,58	82.761,30
PEDERNEIRAS		387.554,90	148.178,61	535.733,51
PEDRA BELA		22.625,34	44.453,58	67.078,92
PEDRANÓPOLIS		644,52	44.453,58	45.098,10
PEDREGULHO		12.633,13	74.089,30	86.722,43
PEDREIRA		162.256,24	148.178,61	310.434,85
PEDRINHAS PAULISTA		6.825,11	44.453,58	51.278,69
PEDRO DE TOLEDO		39.883,90	59.271,43	99.155,33
PENÁPOLIS		1.166.717,56	177.814,31	1.344.531,87
PEREIRA BARRETO		172.700,32	103.725,02	276.425,34
PEREIRAS		3.560,68	44.453,58	48.014,26
PERUÍBE		588.375,42	177.814,31	766.189,73
PIACATU		6.491,81	44.453,58	50.945,39
PIEDADE		439.555,62	162.996,48	602.552,10
PILAR DO SUL		210.607,85	103.725,02	314.332,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PINDAMONHANGABA		1.446.559,92	369.372,31	1.815.932,23
PINDORAMA		13.977,27	0,00	13.977,27
PINHALZINHO		35.147,15	74.089,30	109.236,45
PIQUEROBI		53,29	44.453,58	44.506,87
PIQUETE		51.991,09	74.089,30	126.080,39
PIRACAIA		78.123,19	103.725,02	181.848,21
PIRACICABA		8.041.339,54	369.372,31	8.410.711,85
PIRAJU		275.432,55	103.725,02	379.157,57
PIRAJUÍ		71.696,01	103.725,02	175.421,03
PIRANGI		39.432,20	59.271,43	98.703,63
PIRAPORA DO BOM JESUS		89.331,50	88.907,16	178.238,66
PIRAPOZINHO		156.574,26	103.725,02	260.299,28
PIRASSUNUNGA		1.014.076,38	192.632,18	1.206.708,56
PIRATININGA		46.328,90	0,00	46.328,90
PITANGUEIRAS		240.361,24	133.360,73	373.721,97
PLANALTO		23.767,67	44.453,58	68.221,25
PLATINA		1.774,73	44.453,58	46.228,31

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
POÁ		364.620,24	251.903,62	616.523,86
POLONI		4.093,30	44.453,58	48.546,88
POMPÉIA		137.522,71	88.907,16	226.429,87
PONGAÍ		150,46	44.453,58	44.604,04
PONTAL		233.046,18	148.178,61	381.224,79
PONTALINDA		2.628,16	44.453,58	47.081,74
PONTES GESTAL		6.212,02	44.453,58	50.665,60
POPULINA		29.008,76	44.453,58	73.462,34
PORANGABA		1.089,29	44.453,58	45.542,87
PORTO FELIZ		441.266,25	162.996,48	604.262,73
PORTO FERREIRA		374.554,10	162.996,48	537.550,58
POTIM		53.895,19	103.725,02	157.620,21
POTIRENDABA		46.833,46	88.907,16	135.740,62
PRACINHA		269,55	44.453,58	44.723,13
PRADÓPOLIS		62.409,69	88.907,16	151.316,85
PRAIA GRANDE		3.593.889,78	369.372,31	3.963.262,09
PRATÂNIA		1.275,55	44.453,58	45.729,13
PRESIDENTE ALVES		1.410,27	44.453,58	45.863,85

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PRESIDENTE BERNARDES		128.706,56	59.271,43	187.977,99
PRESIDENTE EPITÁCIO		360.967,90	0,00	360.967,90
PRESIDENTE PRUDENTE		865.081,54	369.372,31	1.234.453,85
PRESIDENTE VENCESLAU		580.543,31	133.360,73	713.904,04
PROMISSÃO		81.569,19	133.360,73	214.929,92
QUADRA		22.152,41	44.453,58	66.605,99
QUATÁ		41.713,31	74.089,30	115.802,61
QUEIROZ		295,61	44.453,58	44.749,19
QUELUZ		105.895,69	59.271,43	165.167,12
QUINTANA		2.847,38	44.453,58	47.300,96
RAFARD		13.345,45	44.453,58	57.799,03
RANCHARIA		109.402,84	103.725,02	213.127,86
REDENÇÃO DA SERRA		29.338,95	44.453,58	73.792,53
REGENTE FEIJÓ		77.685,42	88.907,16	166.592,58
REGINÓPOLIS		1.334,94	44.453,58	45.788,52

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
REGISTRO		457.341,21	162.996,48	620.337,69
RESTINGA		2.701,77	44.453,58	47.155,35
RIBEIRA		53,28	44.453,58	44.506,86
RIBEIRÃO BONITO		40.077,11	59.271,43	99.348,54
RIBEIRÃO BRANCO		70.952,24	88.907,16	159.859,40
RIBEIRÃO CORRENTE		7.527,35	44.453,58	51.980,93
RIBEIRÃO DO SUL		2.488,70	44.453,58	46.942,28
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS		119,69	44.453,58	44.573,27
RIBEIRÃO GRANDE		1.230,36	44.453,58	45.683,94
RIBEIRÃO PIRES		1.738.552,30	251.903,62	1.990.455,92
RIBEIRÃO PRETO		9.205.597,91	369.372,31	9.574.970,22
RIFAINA		5.322,14	44.453,58	49.775,72
RINCÃO		7.997,44	59.271,43	67.268,87
RINÓPOLIS		61.394,73	44.453,58	105.848,31
RIO CLARO		2.485.438,77	369.372,31	2.854.811,08
RIO DAS PEDRAS		157.849,62	118.542,88	276.392,50
RIO GRANDE DA SERRA		395.622,47	148.178,61	543.801,08

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
RIOLÂNDIA		32.512,41	59.271,43	91.783,84
RIVERSUL		4.080,40	44.453,58	48.533,98
ROSANA		52.692,12	88.907,16	141.599,28
ROSEIRA		5.415,45	59.271,43	64.686,88
RUBIÁCEA		60,77	44.453,58	44.514,35
RUBINÉIA		5.366,16	44.453,58	49.819,74
SABINO		208,59	44.453,58	44.662,17
SAGRES		50,00	44.453,58	44.503,58
SALES		6.040,58	44.453,58	50.494,16
SALES OLIVEIRA		33.863,55	59.271,43	93.134,98
SALESÓPOLIS		130.424,95	88.907,16	219.332,11
SALMOURÃO		2.132,52	44.453,58	46.586,10
SALTINHO		8.997,35	44.453,58	53.450,93
SALTO		956.573,01	251.903,62	1.208.476,63
SALTO DE PIRAPORA		430.355,75	148.178,61	578.534,36
SALTO GRANDE		80.620,61	44.453,58	125.074,19
SANDOVALINA		2.623,68	44.453,58	47.077,26
SANTA ADÉLIA		42.034,28	74.089,30	116.123,58

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA ALBERTINA		18.871,64	44.453,58	63.325,22
SANTA BÁRBARA D'OESTE		1.352.845,66	369.372,31	1.722.217,97
SANTA BRANCA		14.820,14	74.089,30	88.909,44
SANTA CLARA D'OESTE		1.431,59	44.453,58	45.885,17
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO		2.625,85	44.453,58	47.079,43
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA		23.827,71	44.453,58	68.281,29
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS		225.164,97	118.542,88	343.707,85
SANTA CRUZ DO RIO PARDO		994.742,32	148.178,61	1.142.920,93
SANTA ERNESTINA		6.848,84	44.453,58	51.302,42
SANTA FÉ DO SUL		743.084,40	118.542,88	861.627,28
SANTA GERTRUDES		89.870,24	103.725,02	193.595,26
SANTA ISABEL		803.563,91	162.996,48	966.560,39
SANTA LÚCIA		8.147,38	44.453,58	52.600,96

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA MARIA DA SERRA		13.193,50	44.453,58	57.647,08
SANTA MERCEDES		200,16	44.453,58	44.653,74
SANTA RITA DO PASSA QUATRO		183.067,24	103.725,02	286.792,26
SANTA RITA D'OESTE		1.825,49	44.453,58	46.279,07
SANTA ROSA DE VITERBO		82.029,18	103.725,02	185.754,20
SANTA SALETE		2.371,85	44.453,58	46.825,43
SANTANA DA PONTE PENSA		1.874,79	44.453,58	46.328,37
SANTANA DE PARNAÍBA		585.111,55	266.721,49	851.833,04
SANTO ANASTÁCIO		179.379,20	88.907,16	268.286,36
SANTO ANDRÉ		6.718.808,58	369.372,31	7.088.180,89
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA		39.506,37	44.453,58	83.959,95

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTO ANTÔNIO DE POSSE		74.010,17	88.907,16	162.917,33
SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ		492,22	44.453,58	44.945,80
SANTO ANTÔNIO DO JARDIM		30.712,41	44.453,58	75.165,99
SANTO ANTÔNIO DO PINHAL		30.735,15	44.453,58	75.188,73
SANTO EXPEDITO		741,53	44.453,58	45.195,11
SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ		3.421,05	44.453,58	47.874,63
SANTOS		11.118.143,19	369.372,31	11.487.515,50
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ		116.255,70	59.271,43	175.527,13
SÃO BERNARDO DO CAMPO		21.675.539,57	369.372,31	22.044.911,88
SÃO CAETANO DO SUL		2.430.968,68	369.372,31	2.800.340,99
SÃO CARLOS		4.322.520,65	369.372,31	4.691.892,96

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO FRANCISCO		1.985,08	44.453,58	46.438,66
SÃO JOÃO DA BOA VISTA		1.851.723,66	207.450,03	2.059.173,69
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES		982,73	44.453,58	45.436,31
SÃO JOÃO DE IRACEMA		989,98	44.453,58	45.443,56
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO		894,74	44.453,58	45.348,32
SÃO JOAQUIM DA BARRA		198.610,02	162.996,48	361.606,50
SÃO JOSÉ DA BELA VISTA		23.064,35	44.453,58	67.517,93
SÃO JOSÉ DO BARREIRO		26.754,47	44.453,58	71.208,05
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO		721.947,60	162.996,48	884.944,08

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO		9.172.640,57	369.372,31	9.542.012,88
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS		9.480.409,59	369.372,31	9.849.781,90
SÃO LOURENÇO DA SERRA		39.381,52	74.089,30	113.470,82
SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA		75.946,74	59.271,43	135.218,17
SÃO MANUEL		326.008,89	133.360,73	459.369,62
SÃO MIGUEL ARCANJO		149.999,41	118.542,88	268.542,29
SÃO PAULO		96.567.010,35	1.426.430,07	97.993.440,42
SÃO PEDRO		442.272,91	118.542,88	560.815,79
SÃO PEDRO DO TURVO		9.359,94	44.453,58	53.813,52
SÃO ROQUE		641.160,84	207.450,03	848.610,87
SÃO SEBASTIÃO		772.793,26	207.450,03	980.243,29
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA		118.488,53	59.271,43	177.759,96

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO SIMÃO		231.649,90	74.089,30	305.739,20
SÃO VICENTE		2.519.913,96	369.372,31	2.889.286,27
SARAPUÍ		26.670,68	0,00	26.670,68
SARUTAIÁ		2.121,72	44.453,58	46.575,30
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL		2.108,46	44.453,58	46.562,04
SERRA AZUL		45.134,50	74.089,30	119.223,80
SERRA NEGRA		155.133,17	103.725,02	258.858,19
SERRANA		287.893,71	148.178,61	436.072,32
SERTÃOZINHO		1.759.242,42	251.903,62	2.011.146,04
SETE BARRAS		17.633,00	59.271,43	76.904,43
SEVERÍNIA		36.717,63	88.907,16	125.624,79
SILVEIRAS		8.056,89	44.453,58	52.510,47
SOCORRO		324.450,78	133.360,73	457.811,51
SOROCABA		9.137.319,73	369.372,31	9.506.692,04
SUD MENNUCCI		48.793,98	44.453,58	93.247,56
SUMARÉ		1.009.794,33	369.372,31	1.379.166,64
SUZANÁPOLIS		2.246,29	44.453,58	46.699,87

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SUZANO		2.408.913,93	369.372,31	2.778.286,24
TABAPUÃ		38.902,79	59.271,43	98.174,22
TABATINGA		50.808,08	74.089,30	124.897,38
TABOÃO DA SERRA		1.699.161,18	369.372,31	2.068.533,49
TACIBA		2.476,99	44.453,58	46.930,57
TAGUAÍ		100.958,00	0,00	100.958,00
TAIAÇU		8.666,94	44.453,58	53.120,52
TAIÚVA		9.865,58	44.453,58	54.319,16
TAMBAÚ		125.228,80	88.907,16	214.135,96
TANABI		33.877,69	103.725,02	137.602,71
TAPIRAÍ		3.141,36	44.453,58	47.594,94
TAPIRATIBA		124.360,49	59.271,43	183.631,92
TAQUARAL		2.449,92	44.453,58	46.903,50
TAQUARITINGA		987.711,65	162.996,48	1.150.708,13
TAQUARITUBA		329.770,09	88.907,16	418.677,25
TAQUARIVAÍ		498,11	44.453,58	44.951,69
TARABAI		14.821,72	44.453,58	59.275,30
TARUMÃ		85.753,47	74.089,30	159.842,77

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
TATUI		1.110.361,61	251.903,62	1.362.265,23
TAUBATÉ		3.454.691,29	369.372,31	3.824.063,60
TEJUPÁ		1.172,46	44.453,58	45.626,04
TEODORO SAMPAIO		237.733,24	88.907,16	326.640,40
TERRA ROXA		21.976,56	44.453,58	66.430,14
TIETÊ		352.730,18	133.360,73	486.090,91
TIMBURI		22.008,30	44.453,58	66.461,88
TORRE DE PEDRA		80,26	44.453,58	44.533,84
TORRINHA		17.916,93	44.453,58	62.370,51
TRABIJU		514,42	44.453,58	44.968,00
TREMEMBÉ		110.116,02	148.178,61	258.294,63
TRÊS FRONTEIRAS		3.193,65	44.453,58	47.647,23
TUIUTI		21.957,25	44.453,58	66.410,83
TUPÃ		572.166,82	177.814,31	749.981,13
TUPI PAULISTA		153.318,30	74.089,30	227.407,60
TURIÚBA		383,54	44.453,58	44.837,12
TURMALINA		694,43	44.453,58	45.148,01
UBARANA		4.189,45	44.453,58	48.643,03

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
UBATUBA		622.051,31	207.450,03	829.501,34
UBIRAJARA		1.038,03	44.453,58	45.491,61
UCHOA		18.443,40	44.453,58	62.896,98
UNIÃO PAULISTA		1.385,42	44.453,58	45.839,00
URÂNIA		44.236,74	44.453,58	88.690,32
URU		2.295,99	44.453,58	46.749,57
URUPÊS		56.529,34	74.089,30	130.618,64
VALENTIM GENTIL		27.489,64	59.271,43	86.761,07
VALINHOS		809.440,57	46.966,68	856.407,25
VALPARAÍSO		116.015,85	103.725,02	219.740,87
VARGEM		22.950,92	59.271,43	82.222,35
VARGEM GRANDE DO SUL		294.568,37	133.360,73	427.929,10
VARGEM GRANDE PAULISTA		134.984,33	162.996,48	297.980,81
VÁRZEA PAULISTA		671.951,69	251.903,62	923.855,31
VERA CRUZ		2.408,69	59.271,43	61.680,12
VINHEDO		650.490,74	192.632,18	843.122,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO SP: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
VIRADOURO		58.397,73	88.907,16	147.304,89
VISTA ALEGRE DO ALTO		14.544,22	44.453,58	58.997,80
VITÓRIA BRASIL		944,63	44.453,61	45.398,24
VOTORANTIM		761.071,69	251.903,62	1.012.975,31
VOTUPORANGA		565.091,86	222.267,89	787.359,75
ZACARIAS		966,96	44.453,58	45.420,54

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

**BOLETIM SEGOV**  
**Articulação Federativa para o enfrentamento da  
situação de emergência decorrente do Coronavírus  
(Covid-19)**



**TOCANTINS**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE GOVERNO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS**

24 de abril de 2020

## ESTADO TO: ENTREGAS DO GOVERNO FEDERAL



Ações e Serviços Públicos de Saúde	Entregas do GOVERNO FEDERAL		
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) *	Álcool etílico 500ml	564	
	Álcool etílico 100ml	672	
	Óculos proteção	480	
	Luva para procedimento não cirúrgico	195.400	
	Sapatilha	1.900	
	Máscara 3 camadas	97.500	
	Avental	9.858	
	Touca hospitalar	2.200	
Leitos-Covid	10 leitos (em processamento) no hospital Geral de Palmas		
Testes RT PCT	5.632		
Testes rápidos	4.268 na 1ª distribuição	4.300 na 2ª distribuição	7.520 na 3ª distribuição

\*/ Entregas realizadas em 26 e 27/03. Parte da pauta de distribuição de álcool etílico 500ml, luva, sapatilha e máscara 3 camadas foi entregue de 02 a 09/04.



## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

DESCRIÇÃO		ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
Apoio FPE	MP 938 (1ª parcela da recomposição)	R\$ 13,61 milhões		R\$13,61 milhões
Apoio FPM	MP 938 (1ª parcela da recomposição)		R\$ 7,17 milhões	R\$ 7,17 milhões
Fundo Nacional da Saúde (FNS)	Portaria nº 395	R\$ 3,19 milhões		
	Portaria nº 480 *	R\$ 4,50 milhões		R\$ 45,68 milhões
	Portaria nº 774	R\$ 23,60 milhões	R\$ 14,37 milhões	

R\$ 66,47 milhões

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).  
valor mínimo = R\$ 2,00 per capita  
valor máximo = R\$ 5,00 per capita

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
ABREULÂNDIA		1.742,93	35.922,47	37.665,40
AGUIARNÓPOLIS		946,36	35.922,47	36.868,83
ALIANÇA DO TOCANTINS		4.308,16	35.922,47	40.230,63
ALMAS		156.428,28	35.922,47	192.350,75
ALVORADA		145.978,81	35.922,47	181.901,28
ANANÁS		43.838,88	35.922,47	79.761,35
ANGICO		60.800,82	35.922,47	96.723,29
APARECIDA DO RIO NEGRO		20.292,50	35.922,47	56.214,97
ARAGOMINAS		107.417,28	35.922,47	143.339,75
ARAGUACEMA		20.658,93	35.922,47	56.581,40
ARAGUAÇU		124.395,64	35.922,47	160.318,11
ARAGUAÍNA		3.146.887,25	385.513,34	3.532.400,59
ARAGUANÃ		5.868,48	35.922,47	41.790,95
ARAGUATINS		154.158,29	95.793,25	249.951,54
ARAPOEMA		87.470,01	35.922,47	123.392,48
ARRAIAS		3.478,42	47.896,63	51.375,05

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
AUGUSTINÓPOLIS		42.707,99	71.844,95	114.552,94
AURORA DO TOCANTINS		46.933,46	35.922,47	82.855,93
AXIXÁ DO TOCANTINS		2.117,25	35.922,47	38.039,72
BABAÇULÂNDIA		1.941,69	47.896,63	49.838,32
BANDEIRANTES DO TOCANTINS		49.967,83	35.922,47	85.890,30
BARRA DO OURO		933,46	35.922,47	36.855,93
BARROLÂNDIA		22.328,74	35.922,47	58.251,21
BERNARDO SAYÃO		2.341,10	35.922,47	38.263,57
BOM JESUS DO TOCANTINS		66.069,85	35.922,47	101.992,32
BRASILÂNDIA DO TOCANTINS		2.396,65	35.922,47	38.319,12
BREJINHO DE NAZARÉ		19.208,68	35.922,47	55.131,15
BURITI DO TOCANTINS		39.903,32	47.896,63	87.799,95
CACHOEIRINHA		47.172,36	35.922,47	83.094,83
CAMPOS LINDOS		114.283,46	35.922,47	150.205,93

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
CARIRI DO TOCANTINS		839,20	35.922,47	36.761,67
CARMOLÂNDIA		55.970,82	35.922,47	91.893,29
CARRASCO BONITO		69.550,67	35.922,47	105.473,14
CASEARA		5.706,80	35.922,47	41.629,27
CENTENÁRIO		48.377,23	35.922,47	84.299,70
CHAPADA DA NATIVIDADE		56.467,91	35.922,47	92.390,38
CHAPADA DE AREIA		333,14	35.922,47	36.255,61
COLINAS DO TOCANTINS		535.208,53	95.793,25	631.001,78
COLMÉIA		53.076,73	35.922,47	88.999,20
COMBINADO		18.784,13	35.922,47	54.706,60
CONCEIÇÃO DO TOCANTINS		5.393,69	35.922,47	41.316,16
COUTO MAGALHÃES		10.787,23	35.922,47	46.709,70
CRISTALÂNDIA		40.127,59	35.922,47	76.050,06
CRIXÁS DO TOCANTINS		44.873,71	35.922,47	80.796,18

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
DARCINÓPOLIS		1.211,57	35.922,47	37.134,04
DIANÓPOLIS		39.780,95	71.844,95	111.625,90
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS		20.551,20	35.922,47	56.473,67
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS		14.239,91	35.922,47	50.162,38
DUERÉ		20.267,09	35.922,47	56.189,56
ESPERANTINA		10.249,50	47.896,63	58.146,13
FÁTIMA		3.142,36	35.922,47	39.064,83
FIGUEIRÓPOLIS		15.165,92	35.922,47	51.088,39
FILADÉLFIA		1.582,67	35.922,47	37.505,14
FORMOSO DO ARAGUAIA		72.705,53	71.844,95	144.550,48
FORTALEZA DO TABOCÃO		804,85	35.922,47	36.727,32
GOIANORTE		4.223,38	35.922,47	40.145,85
GOIATINS		33.110,91	47.896,63	81.007,54
GUARAÍ		40.394,95	83.819,09	124.214,04

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
GURUPI		838.800,62	167.638,19	1.006.438,81
IPUEIRAS		39.260,22	35.922,47	75.182,69
ITACAJÁ		46.882,46	35.922,47	82.804,93
ITAGUATINS		92.985,84	35.922,47	128.908,31
ITAPIRATINS		4.691,91	35.922,47	40.614,38
ITAPORÃ DO TOCANTINS		2.743,49	35.922,47	38.665,96
JAÚ DO TOCANTINS		2.884,06	35.922,47	38.806,53
JUARINA		44.125,46	35.922,47	80.047,93
LAGOA DA CONFUSÃO		24.535,95	47.896,63	72.432,58
LAGOA DO TOCANTINS		1.356,64	35.922,47	37.279,11
LAJEADO		2.658,50	35.922,47	38.580,97
LAVANDEIRA		425,59	35.922,47	36.348,06
LIZARDA		65.237,23	35.922,47	101.159,70
LUZINÓPOLIS		48.398,02	35.922,47	84.320,49
MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS		4.367,36	35.922,47	40.289,83
MATEIROS		43.957,45	35.922,47	79.879,92

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
MAURILÂNDIA DO TOCANTINS		63.887,93	35.922,47	99.810,40
MIRACEMA DO TOCANTINS		75.546,68	71.844,95	147.391,63
MIRANORTE		65.661,79	47.896,63	113.558,42
MONTE DO CARMO		17.930,99	35.922,47	53.853,46
MONTE SANTO DO TOCANTINS		2.055,06	35.922,47	37.977,53
Mosquito			35.922,47	35.922,47
MURICILÂNDIA		52.699,94	35.922,47	88.622,41
NATIVIDADE		40.890,79	35.922,47	76.813,26
NAZARÉ		5.686,65	35.922,47	41.609,12
NOVA OLINDA		29.643,05	47.896,63	77.539,68
NOVA ROSALÂNDIA		4.948,34	35.922,47	40.870,81
NOVO ACORDO		3.216,04	35.922,47	39.138,51
NOVO ALEGRE		3.155,84	35.922,47	39.078,31
NOVO JARDIM		45.720,29	35.922,47	81.642,76
OLIVEIRA DE FÁTIMA		33.961,93	35.922,47	69.884,40
PALMAS		4.121.168,34	1.141.143,99	5.262.312,33

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PALMEIRANTE		72.801,84	35.922,47	108.724,31
PALMEIRAS DO TOCANTINS		1.052,39	0,00	1.052,39
PALMEIRÓPOLIS		31.853,91	35.922,47	67.776,38
PARAÍSO DO TOCANTINS		250.740,29	0,00	250.740,29
PARANÃ		59.821,49	47.896,63	107.718,12
PAU D'ARCO		975,70	35.922,47	36.898,17
PEDRO AFONSO		179.731,95	47.896,63	227.628,58
PEIXE		43.691,27	47.896,63	91.587,90
PEQUIZEIRO		37.537,72	35.922,47	73.460,19
PINDORAMA DO TOCANTINS		11.018,83	35.922,47	46.941,30
PIRAQUÊ		2.532,98	35.922,47	38.455,45
PIUM		21.107,00	35.922,47	57.029,47
PONTE ALTA DO BOM JESUS		8.329,27	35.922,47	44.251,74

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
PONTE ALTA DO TOCANTINS		9.552,62	35.922,47	45.475,09
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS		2.232,08	35.922,47	38.154,55
PORTO NACIONAL		526.587,45	131.715,73	658.303,18
PRAIA NORTE		11.808,78	35.922,47	47.731,25
PRESIDENTE KENNEDY		14.764,37	35.922,47	50.686,84
PUGMIL		2.157,93	35.922,47	38.080,40
RECURSOLÂNDIA		88.757,10	35.922,47	124.679,57
RIACHINHO		4.079,56	35.922,47	40.002,03
RIO DA CONCEIÇÃO		523,02	35.922,47	36.445,49
RIO DOS BOIS		22.130,34	35.922,47	58.052,81
RIO SONO		95.939,34	35.922,47	131.861,81
SAMPAIO		76.060,25	35.922,47	111.982,72
SANDOLÂNDIA		3.806,51	35.922,47	39.728,98
SANTA FÉ DO ARAGUAIA		13.488,15	35.922,47	49.410,62
SANTA MARIA DO TOCANTINS		46.535,91	35.922,47	82.458,38

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SANTA RITA DO TOCANTINS		52.918,39	35.922,47	88.840,86
SANTA ROSA DO TOCANTINS		5.837,81	35.922,47	41.760,28
SANTA TEREZA DO TOCANTINS		41.932,29	35.922,47	77.854,76
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS		453,57	35.922,47	36.376,04
SÃO BENTO DO TOCANTINS		74.260,67	35.922,47	110.183,14
SÃO FÉLIX DO TOCANTINS		41.492,59	35.922,47	77.415,06
SÃO MIGUEL DO TOCANTINS		2.970,95	47.896,63	50.867,58
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS		2.830,64	35.922,47	38.753,11
SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS		79.642,28	35.922,47	115.564,75

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

## ESTADO TO: REPASSES DE RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

MUNICÍPIO	Portaria MS 480 *	Portaria MS 774	Apoio FPM	TOTAL
SÃO VALÉRIO		4.356,83	35.922,47	40.279,30
SILVANÓPOLIS		20.460,13	35.922,47	56.382,60
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS		37.048,49	35.922,47	72.970,96
SUCUPIRA		41.787,12	35.922,47	77.709,59
TAGUATINGA		112.441,69	59.870,78	172.312,47
TAIPAS DO TOCANTINS		31.242,74	35.922,47	67.165,21
TALISMÃ		4.733,17	35.922,47	40.655,64
TOCANTÍNIA		8.390,27	35.922,47	44.312,74
TOCANTINÓPOLIS		303.771,50	71.844,95	375.616,45
TUPIRAMA		45.116,24	35.922,02	81.038,26
TUPIRATINS		54.837,56	35.922,47	90.760,03
WANDERLÂNDIA		22.763,24	47.896,63	70.659,87
XAMBIOÁ		153.234,19	47.896,63	201.130,82

\*/ A distribuição do recurso no âmbito intraestadual ficou a cargo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 892/2020**

**Referência:** PGR-00167469/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Autue-se como N.F., vinculado à 01ª CCR, com o objetivo de fiscalizar os valores de origem federal repassados para combate a COVID-19 aos municípios da área de atribuição desta Procuradoria,

Osasco, 8 de maio de 2020.

MELINA TOSTES HABER  
PROCURADORA DA REPÚBLICA



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**

**CERTIDÃO DE PRÉ-AUTUAÇÃO**

Referência: PGR-00167469/2020

Certifico que, na data de 11/05/2020, foi efetuada pesquisa no Sistema Único, menu Consulta - Correlatos - autos adm/judiciais, utilizando como parâmetros:

Texto: "FUNDO NACIONAL DE SAÚDE" AND "COVID-19" ; "VALORES REPASSADOS PELO GOVERNO FEDERAL" AND "COVID-19".

Locais de pesquisa: ÚNICO; APTUS;


Filtros: UF Cadastramento.

Não sendo encontrado nenhum procedimento de natureza penal tendo como objeto os fatos investigados na presente comunicação. O referido é verdade e dou fé.

OBS.:

Osasco, 11 de maio de 2020

**PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**  
TÉCNICA ADMINISTRATIVA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP	Rua Padre Damaso, Nº 294, Centro - Cep 6016010 - Osasco-SP Telefone: (11)21076400 Email: Prsp-coord_prm_osasco@mpf.mp.br
---	--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**

---

DESPACHO nº 899/2020

DE ORDEM: REGISTRE-SE, AUTUE-SE E DISTRIBUA-SE.

Osasco, 11 de maio de 2020.

**PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**  
**TÉCNICO ADMINISTRATIVO**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** IC - 1.34.043.000359/2020-07

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

**Grupo de Distribuição:** Extrajudicial / Cível / Osasco

**Forma de Execução:** Automática

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Substituto - Designado

**Responsável:** MELINA TOSTES HABER

**Ofício Responsável:** PRM-SP-OSASCO-2º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES

**Data:** 11/05/2020 12:00:39



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**SJUR/PRM-SP - SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO**

**Termo de Remessa**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.34.043.000359/2020-07

**Remetente:**

SJUR/PRM-SP - SJUR/PRM-SP - SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO

**Destinatário:**

GABPRM1-DGF - GABPRM1-DGF - DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

**Usuário:**

PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES

**Data:**

11/05/2020 12:01:54

**Observação:**

Distribuído para MELINA TOSTES HABER por já existir uma distribuição de designação para este ofício. - PRM-OSASCO/GABPRM1-DGF - Chefia da Unidade: DOUGLAS GUILHERME FERNANDES - Ofício da Distribuição: PRM-OSC-SP-2º Ofício - GABPRM1-DGF





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO nº 912/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	1.483.147
COTIA	489.388	597.548	0	0	1.086.936
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	2.254.811
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	1.208.793
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	7.332.453



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**OFÍCIO nº 524/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	1.483.147
COTIA	489.388	597.548	0	0	1.086.936
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	2.254.811
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	1.208.793
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	7.332.453



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**OFÍCIO nº 525/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**OFÍCIO nº 526/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticaoamento.mpf.mp.br](http://www.peticaoamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**OFÍCIO nº 527/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Notícia de Fato n. 1.34.043.000359/2020-07**

**OFÍCIO nº 528/2020**

Cuida-se de notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Com base nesses dados sugere a esta signatária, no âmbito das suas atribuições, a instauração de **procedimento com a finalidade de acompanhar a destinação dos recursos enviados pelo Governo Federal para as ações de combate ao Coronavírus.**

**É o relatório.**

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extrai-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

MUNICÍPIO	PORTARIA MS	APOIO FPM	TOTAL
	774		





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

**Para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

- a) Converta-se os autos em procedimento preparatório vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) **Oficie-se às Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis.

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório.**

Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)).

Osasco, 11 de maio de 2020.

*Assinatura digital*

MELINA TOSTES HABER

**Procuradora da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Termo de Conversão**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.34.043.000359/2020-07

**Classe de origem:**

Notícia de Fato

**Classe de destino:**

Procedimento Preparatório

**Data prevista de finalização:**

12/08/2020

**Usuário:**

ARI RICARDO VIEIRA

**Data:**

14/05/2020 12:17



Digital

CDIP BRASÍLIA  
20/05/2020  
Lote: 1486

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SE  
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER 1135  
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos  
CENTRO  
ITAPECERICA DA SERRA SP  
06850-040

AR147384685VR



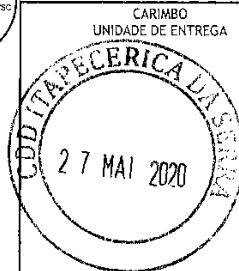
**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Lucilene Maria Silva

DATA DE ENTREGA

27.05.2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG 24.586.148-8

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Protocolo

24586148-8

89820068



# PREFEITURA DE COTIA

---

## SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

**ILMA. SENHORA DOUTORA PROCURADOR DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.**

**Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07**

**MUNICÍPIO DE COTIA**, por sua advogada municipal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer a juntada da manifestação do Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda dos documentos a seguir, em atendimento ao solicitado no Ofício nº 525/2020.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Cotia, 16 de junho de 2020.

**AMANDA CAMARGO SANTOS**  
**ADVOGADA MUNICIPAL**  
**OAB/SP N.º 296.989**



# PREFEITURA DE COTIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Cotia, 12 de Junho de 2.020.

À

Controladoria Geral do Município de Cotia.

Ref: OFÍCIO Nº 525/2020 – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Nº 1.34.043.000359/2020-07.

Conforme solicitação desta Controladoria Geral do Município de Cotia, esse Departamento de Contabilidade analisou OFÍCIO Nº 525/2020 – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Nº 1.34.043.000359/2020-07, e segue abaixo nossas considerações pertinente ao item B:

- A) Este Departamento de Contabilidade confirma o repasse informado no ofício supracitado, conforme relatório anexo;
- B) Anexo relatório informando a destinação dos repasses recebidos até a presente data, relacionando os pagamentos efetuados;
- C) Ressaltamos que estão disponíveis no Portal da Transparência todos os registros contábeis pertinentes ao COVID-19.

Atenciosamente,

  
Ricardo de Abreu

## Prefeitura Municipal de Cotia

Movimentacao de Empenhos - Por Fonte de 05 3120006 a 05 3120006 - Período de 01/01/2020 ate 09/06/2020

Pagina 1

DATA 09/06/2020

Fonte	C. Aplic	Data	Empenho	Proc.	Fornecedor	Despesa	Tipo	Descricao	Ensino	Valor Empenho	Valor Processado	Valor Nao Processado
05	3120006	03/04/2020	01935	S12423	07102 KENJI RENATO TAKAHASHI FARIA EIRELI	03410	OR	SERVICOS DE INSTALACAO DE REDE HOSPITALAR		75.550,00	37.275,00	38.275,00
05	3120006	03/04/2020	01936	S12416	07090 MDOCTORS SERVICOS HOSPITALARES LTDA	03410	EE	PRESTACAO SERVICO PACIENTE COVID-19		467.062,50	467.062,50	0,00
05	3120006	03/04/2020	01937	O09075	07081 BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	03410	EE	PRESTACAO DE SERVICOS DE ANALISE DE		402.900,05	402.900,05	0,00
05	3120006	03/04/2020	01938	O09075	07081 BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	03410	OR	PRESTACAO SERV ANALISE DE TESTE COVID-19		141.424,76	141.424,76	0,00
								SUBTOTAL DO PERIODO		1.086.937,31	1.048.662,31	38.275,00
								SUBTOTAL DA FONTE E CODIGO DE APLICACAO		1.086.937,31	1.048.662,31	38.275,00
								TOTAL GERAL		1.086.937,31	1.048.662,31	38.275,00

CN-SIFPM	Prefeitura Municipal de Cotia										CONAM
CADASTRO DE RECEITAS ORCAMENTARIAS POR FONTE DE RECURSO											
Fonte selecionada 05 3120006 a 05 3120006											
Data de 01/01/2020 a 09/06/2020											
Analítico - Por Data - Quebra por Cod Aplicacao - 1-Todas - RECEITAS SEM MOVIMENTO: Nao - RECEITAS INATIVAS: Nao											
09/06/2020										Pagina	1
DATA	FONTE	C.APL	CODIGO	NRO.	DESCRICAO					VALOR ARRECADADO	
01/04/2020	05	3120006	1.7.1.8.03.9.1.0001	00602	COVID-19 (R\$ 489.388,00) ENFRENT.DA EMERGENCIA NAC					489.388,00	
					TOTAL DO COD.DE APLICACAO					489.388,00	
					TOTAL DA FONTE					489.388,00	
					TOTAL DO DIA					489.388,00	
13/04/2020	05	3120006	1.7.1.8.03.9.1.0001	00602	COVID-19 (R\$ 489.388,00) ENFRENT.DA EMERGENCIA NAC					597.548,31	
					TOTAL DO COD.DE APLICACAO					597.548,31	
					TOTAL DA FONTE					597.548,31	
					TOTAL DO DIA					597.548,31	
TOTAL GERAL										1.086.936,31	





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1130/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00004582/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 19 de junho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



# PREFEITURA DE COTIA

---

## SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

**ILMA. SENHORA DOUTORA PROCURADOR DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.**

**Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07**

**MUNICÍPIO DE COTIA**, por sua advogada municipal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, requerer a concessão de prazo suplementar de 10 dias úteis para apresentação da documentação solicitada no Ofício nº 525/2020.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Cotia, 11 de junho de 2020.

**AMANDA CAMARGO SANTOS**  
**ADVOGADA MUNICIPAL**  
**OAB/SP N.º 296.989**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1132/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00004509/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se.
2. Defiro a dilação de prazo.
3. Comunique-se o município sobre o deferimento.

Osasco, 20 de junho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO/OFÍCIO nº 1235/2020**

Cuida-se de procedimento extrajudicial autuado a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extraiu-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PORTARIA MS 774</b>	<b>APOIO FPM</b>	<b>TOTAL</b>
CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48
ITAPECERICA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

DA SERRA			
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodiálise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Oficiou-se os municípios em questão para que esclarecessem melhor sobre o recebimento e aplicação de tais verbas, mas não se obteve resposta, salvo do Município de Cotia/SP. Desta forma, **para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

**Reitere-se o ofício às Prefeituras de Carapicuíba, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que **em 10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis. Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)).

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório**, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (art. 8º, §3º da LC 75/1993).

Osasco, na data da assinatura eletrônica.

*Assinatura digital*

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES  
Procurador da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO/OFÍCIO nº 707/2020**

**(PRM-OSC-SP-00004869/2020)**

Cuida-se de procedimento extrajudicial autuado a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extraiu-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PORTARIA MS 774</b>	<b>APOIO FPM</b>	<b>TOTAL</b>
CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

Oficiou-se os municípios em questão para que esclarecessem melhor sobre o recebimento e aplicação de tais verbas, mas não se obteve resposta, salvo do Município de Cotia/SP. Desta forma, **para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

**Reitere-se o ofício às Prefeituras de Carapicuíba, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que em **10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis. Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório**, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (art. 8º, §3º da LC 75/1993).

Osasco, na data da assinatura eletrônica.

*Assinatura digital*

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

**Procurador da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO/OFÍCIO nº 708/2020**

**(PRM-OSC-SP-00004871/2020)**

Cuida-se de procedimento extrajudicial autuado a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extraiu-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PORTARIA MS 774</b>	<b>APOIO FPM</b>	<b>TOTAL</b>
CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

Oficiou-se os municípios em questão para que esclarecessem melhor sobre o recebimento e aplicação de tais verbas, mas não se obteve resposta, salvo do Município de Cotia/SP. Desta forma, **para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

**Reitere-se o ofício às Prefeituras de Carapicuíba, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que em **10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis. Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório**, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (art. 8º, §3º da LC 75/1993).

Osasco, na data da assinatura eletrônica.

*Assinatura digital*

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

**Procurador da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO/OFÍCIO nº 709/2020**

**(PRM-OSC-SP-00004872/2020)**

Cuida-se de procedimento extrajudicial autuado a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extraiu-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PORTARIA MS 774</b>	<b>APOIO FPM</b>	<b>TOTAL</b>
CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

Oficiou-se os municípios em questão para que esclarecessem melhor sobre o recebimento e aplicação de tais verbas, mas não se obteve resposta, salvo do Município de Cotia/SP. Desta forma, **para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

**Reitere-se o ofício às Prefeituras de Carapicuíba, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que em **10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis. Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)).

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório**, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (art. 8º, §3º da LC 75/1993).

Osasco, na data da assinatura eletrônica.

*Assinatura digital*

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

**Procurador da República**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**DESPACHO/OFÍCIO nº 710/2020**

**(PRM-OSC-SP-00004873/2020)**

Cuida-se de procedimento extrajudicial autuado a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19 e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate a Covid-19. As informações enviadas pela Casa Civil, referem-se às entregas de equipamentos, insumos e aos repasses financeiros aos Estados, DF e Municípios.

Dos dados compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, notadamente do documento 1.2 fls.397,398,404,411, extraiu-se que dentro da área de atribuição desta Procuradoria, foram transferidos os seguintes repasses:

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PORTARIA MS 774</b>	<b>APOIO FPM</b>	<b>TOTAL</b>
CARAPICUÍBA	685.295,42	369.373,31	1.055.297,73
COTIA	597.548,31	369.372,31	966.920,62
EMBU DAS ARTES	1.713.125,13	369.372,31	436.986,48





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

ITAPECERICA DA SERRA	793.836,71	369.372,31	1.163.209,02
OSASCO	4.498.753,46	369.372,31	4.868.125,77

Registra-se que, nos termos da Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, de 9 de abril de 2020, art. 2º, tais recursos devem ser destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias. O artigo 05º determina ainda que a prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado

Além disto, pelos dados do Tribunal de Contas da União, foram repassados:

UF/Município Favorecido	PT Nº 480	PT Nº 774/859	PT Nº 568	PT Nº 827	TOTAL
	(percapta 2,00 a 5,00)	(um teto mensal MAC/PAB)	(Custeio de leitos de UTI contratados pelos gestores locais)	(descarte de material de hemodialise)	
CARAPICUIBA	797.222	685.925	0	0	<b>1.483.147</b>
COTIA	489.388	597.548	0	0	<b>1.086.936</b>
EMBU DAS ARTES	541.686	1.713.125	0	0	<b>2.254.811</b>
ITAPECERICA DA SERRA	347.344	793.837	0	67.612	<b>1.208.793</b>
OSASCO	1.393.700	4.498.753	1.440.000	0	<b>7.332.453</b>

Os dados compartilhados pelo TCU são relativos aos repasses do Fundo Nacional de Saúde, extraídos de painel específico com todos os dados orçamentários e financeiros envolvendo as rubricas ligadas ao combate da Covid-19, e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

demonstram que os Municípios vinculados à atribuição desta PRM receberam recursos federais para a execução dessa política pública.

Oficiou-se os municípios em questão para que esclarecessem melhor sobre o recebimento e aplicação de tais verbas, mas não se obteve resposta, salvo do Município de Cotia/SP. Desta forma, **para a instrução do feito, determino às seguintes providências:**

**Reitere-se o ofício às Prefeituras de Carapicuíba, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco**, para que em **10 (dez dias úteis)**, confirmem o recebimento de tais verbas e informem a destinação dada, com os documentos comprobatórios cabíveis. Solicita-se que a resposta ao ofício seja encaminhada em formato digital, por meio do Portal de Peticionamento Eletrônico do MPF ([www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)).

**Cópia deste despacho vale como ofício requisitório**, para os fins dos artigos 7º, inciso II, e 8º, incisos II, IV, VII e VIII da Lei Complementar n. 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e artigo 9º da Resolução n. 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ficando o destinatário advertido que “a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa” (art. 8º, §3º da LC 75/1993).

Osasco, na data da assinatura eletrônica.

*Assinatura digital*

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

**Procurador da República**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

Itapeçerica da Serra, 10 de junho de 2020.

A Exma. Sra. Dra. **Melina Tostes Haber**  
Procuradora da República  
Ministério Público Federal  
Procuradoria da República no Município de Osasco - SP

Ref.: Ofício 527/2020 – Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07, com notícia de fato, autuada a partir do encaminhamento de Ofício Circular pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia COVID-19, e pela 5ª Câmara de Coordenação, com as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil, acerca dos valores repassados pelo Governo Federal aos Estados, DGF e Municípios para enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Excelentíssima Senhora,

“A Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra. Transparência Pública Municipal. Visão relacionada ao enfrentamento do Coronavírus. Sugestão. **Ofício nº 0527/2020.** Esclarecimentos necessários”.

A Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra vem prestar esclarecimentos necessários com o fim de **afastar quaisquer suspeitas de descumprimento dos mandamentos legais em matéria de transparência pública** pela Prefeitura, especialmente na disponibilização de informações relacionadas aos gastos no enfrentamento do Coronavírus na **internet**, também por meio do Portal da Transparência.

### **a) fundamentos legais:**

- Lei Federal nº 12.527/2011, denominada como Lei de Acesso à Informação Pública, criando as modalidades de transparência ativa (Portal da Transparência) e passiva (por meio de protocolo, processamento e pedidos de acesso a informações públicas);
- Lei Federal nº 13.979/2020, publicada no último DOU de 07/02/2020, ao abordar as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, estabelece que todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro na Lei devem ser imediatamente disponibilizadas em “sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”, conforme o artigo 4º, § 2º; e

(continua)





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 2 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

- Decreto Legislativo nº 2.495/2020, da Assembleia Legislativa de São Paulo, publicado no Diário Oficial – Legislativo no dia 01/04/2020, reconheceu o estado de calamidade pública nos municípios que o tenham requerido em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus – COVID-19 e reforçou em seu artigo 6º a necessidade da publicação na internet dos atos e das despesas decorrentes da situação.

### **b) atos emanados pelo E. TCE/SP:**

- a alimentação deve considerar o novo código de aplicação para identificar recursos de combate à COVID-19, código de aplicação 312 (parte fixa e variável) contida no Anexo II - Tabelas de Escrituração Contábil Auxiliares – 2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, estabelecido por meio do Comunicado Audep nº 28/2020, realçado no Comunicado SDG nº 14/2020 e pela Nota Técnica SDG nº 155;

- os itens a serem publicados são: “Os atos e despesas decorrentes da situação de calamidade pública deverão ser organizados e disponibilizados em espaço específico no correspondente Portal de Transparência, devendo ser de fácil localização e de ampla divulgação, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei Federal nº 12.527/2011” Comunicado SDG nº 14/2020; e

- “as aquisições de bens e contratações de serviços, efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação nos termos dos artigos 24, IV e 25, da Lei Federal nº 8.666/93 ou com base na Lei Federal nº 13.979/2020, destinados ao enfrentamento do Coronavírus, devem ser divulgadas em tempo real, destacadas das demais contratações ou despesas e detalhadas, no mínimo, pelos seguintes elementos: • Número do processo de contratação ou aquisição; • Fundamento legal; • Nome do contratado; • Número de inscrição na Receita Federal do Brasil (CPF/CNPJ); • Objeto com detalhamento; • Valor; • Data; • Prazo contratual; • Termo de referência ou edital; • Instrumento contratual; • Nota de Empenho; • Nota de Liquidação; • Destinação dos bens adquiridos ou de prestação dos serviços” Comunicado SDG nº 18/2020;

- “os atos e despesas decorrentes da situação de calamidade pública devem ser divulgados amplamente no correspondente Portal de Transparência, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”, Nota Técnica SDG nº 155.

Assim sendo, e em atenção aos itens destacados pela nobre Promotoria, apresentamos os seguintes esclarecimentos:

No Portal da Transparência da Prefeitura as informações relacionadas às receitas e despesas voltadas ao enfrentamento do Coronavírus – inclusive com informações complementares sobre o procedimento de contratação estão disponíveis em ícone próprio, atualizado em tempo real e acessável por qualquer pessoa; observe os destaques realizados na cor **laranja**:

(continua)





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 3 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

**Página inicial da Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra e a localização do Portal da Transparência:**

itapecerica.sp.gov.br

Ação

Nota Fiscal Eletrônica

Ouvidoria

Portal do Cidadão

Portal do Empreendedor

Transparência

IMPRENSA OFICIAL DE

reabrir para atendimento

Semana do Meio Ambiente: Secretária comemora data de maneira especial

Coleta Seletiva: Serviço será normalizado a partir de hoje (27/05)

Combate ao Coronavírus: Itapecerica da Serra recebe verba de mais de um milhão para a Saúde

Prefeitura realiza fresagem e nova pavimentação asfáltica na Estrada Hikari Kurachi

retos estabelecem medidas de bate

GALERIA DE VÍDEOS

GALERIA DE FOTOS

itapecerica.sp.gov.br/transparencia

Gabinete do Prefeito

Secretarias e Autarquias

Concursos e Editais

Notícias

Mapa de Obras

Carta de Serviços

Cidadão

Empresa

Servidor

ICMS DIPAM

PORTAL DE LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Portal da Transparência

Demonstrativos Fiscais

Autarquia Municipal de Saúde

ITAPREV - Instituto de Previdência

Nome da Autoridade de Monitoramento: José Carlos Calado

4668 9331

itapecerica.sp.gov.br

Previsão

O e-SIC - Sistema de Informação ao Cidadão é um canal exclusivo eletrônico para o registro de pedidos de documentos,

- Portal da Transparência e localização do ícone com as informações sobre as receitas e despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia:

(continua)

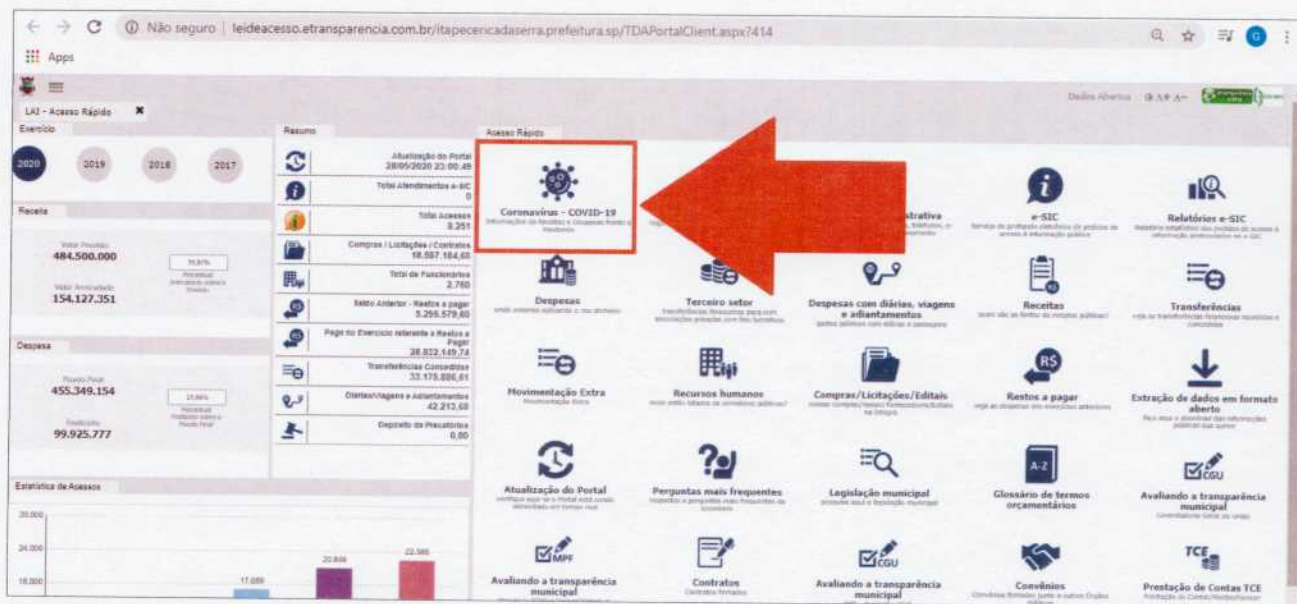


# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

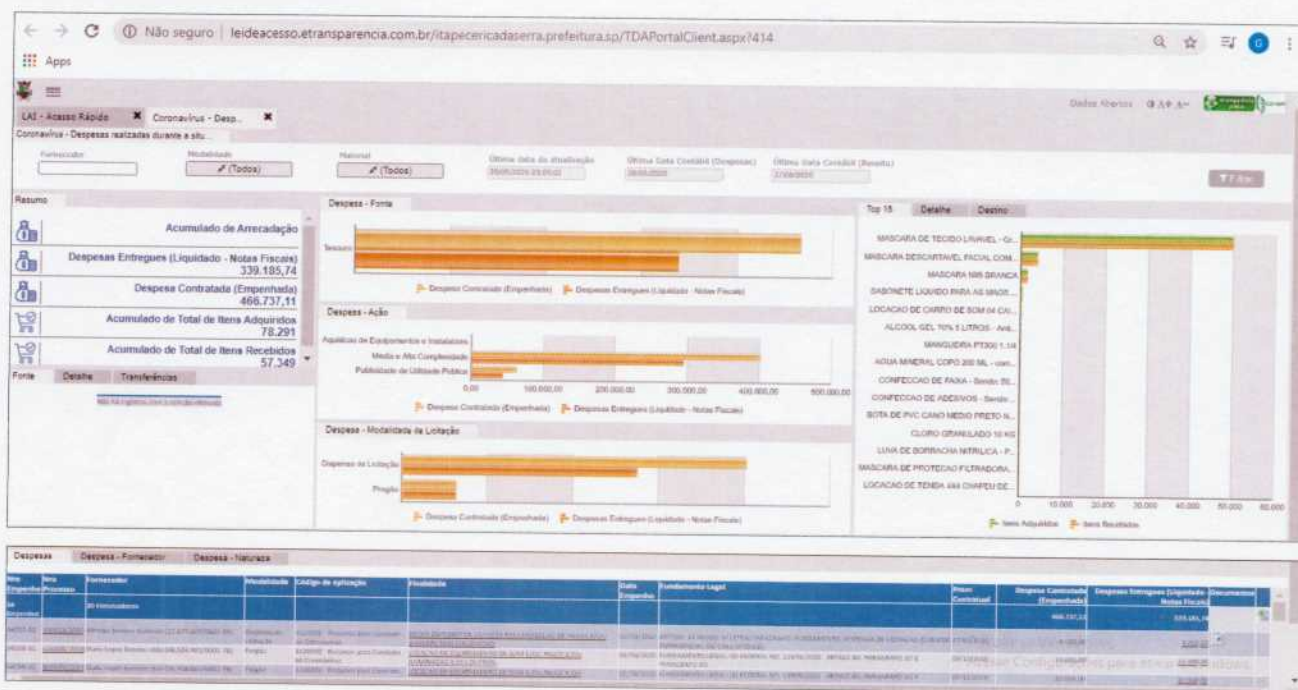
ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 4 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))



- Visão geral com os dados:



Rol de pontos da recomendação e a respectiva adequação:

1. disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores internet, de informação clara e acessível sobre as contratações ou aquisições realizadas pelo ente público, devendo nelas obrigatoriamente constar:

(continua)





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

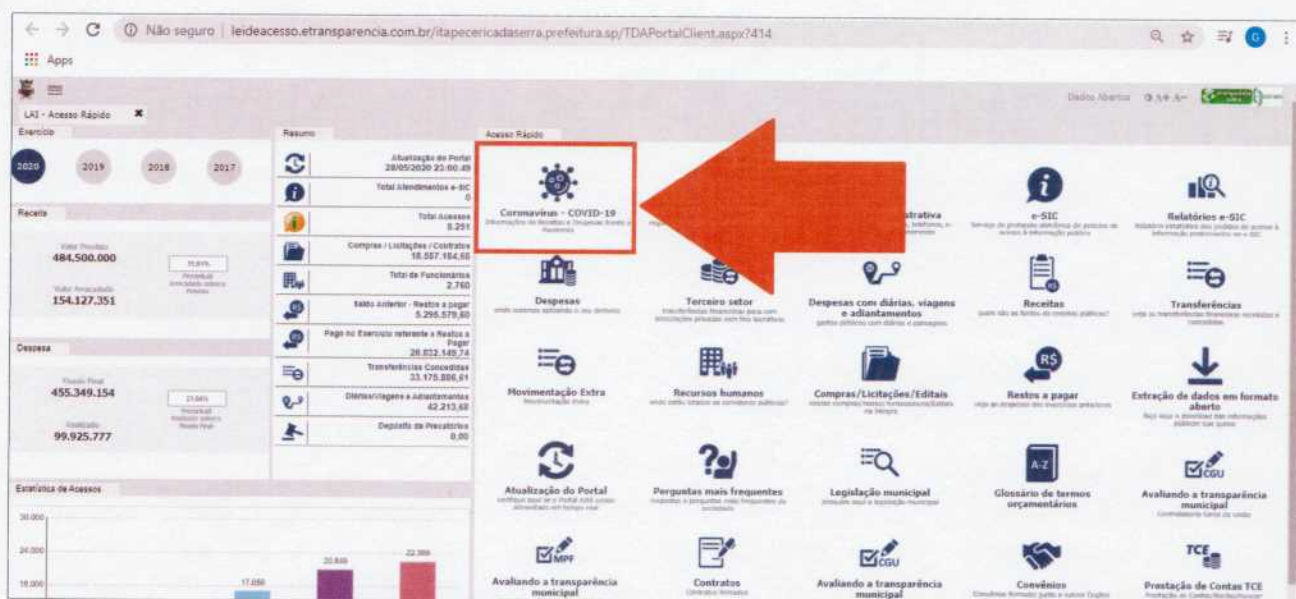
Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 5 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

1.1. o nome do contratado e o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil; e

1.2. o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Como se pode notar, no Portal da Transparência da Prefeitura há ícone específico com os dados relacionados às despesas e receitas empregadas no enfrentamento ao coronavírus no Município:



As informações disponibilizadas passam pela quantidade e finalidade dos produtos/serviços adquiridos pela Prefeitura, com sua descrição, unidades e quantidades, bem como os dados dos fornecedores, os respectivos valores gastos etc.

O volume de informações lançadas na visão relacionada às despesas e receitas ligadas ao enfrentamento do coronavírus consideram o código de aplicação 312 (parte fixa e variável) indicado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo intuitiva a operacionalização das informações, pois segmentadas por matéria:

1. Despesa – Fonte.
2. Despesa – Ação.
3. Despesa – Modalidade de Licitação.
4. Fonte.
5. Detalhe.
6. Transferências.
7. Ranking de materiais mais comprados.

(continua)



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 6 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

8. Compras com especificação – material/serviço; descrição; unidade; quantidade solicitada; valor total; fornecedor.

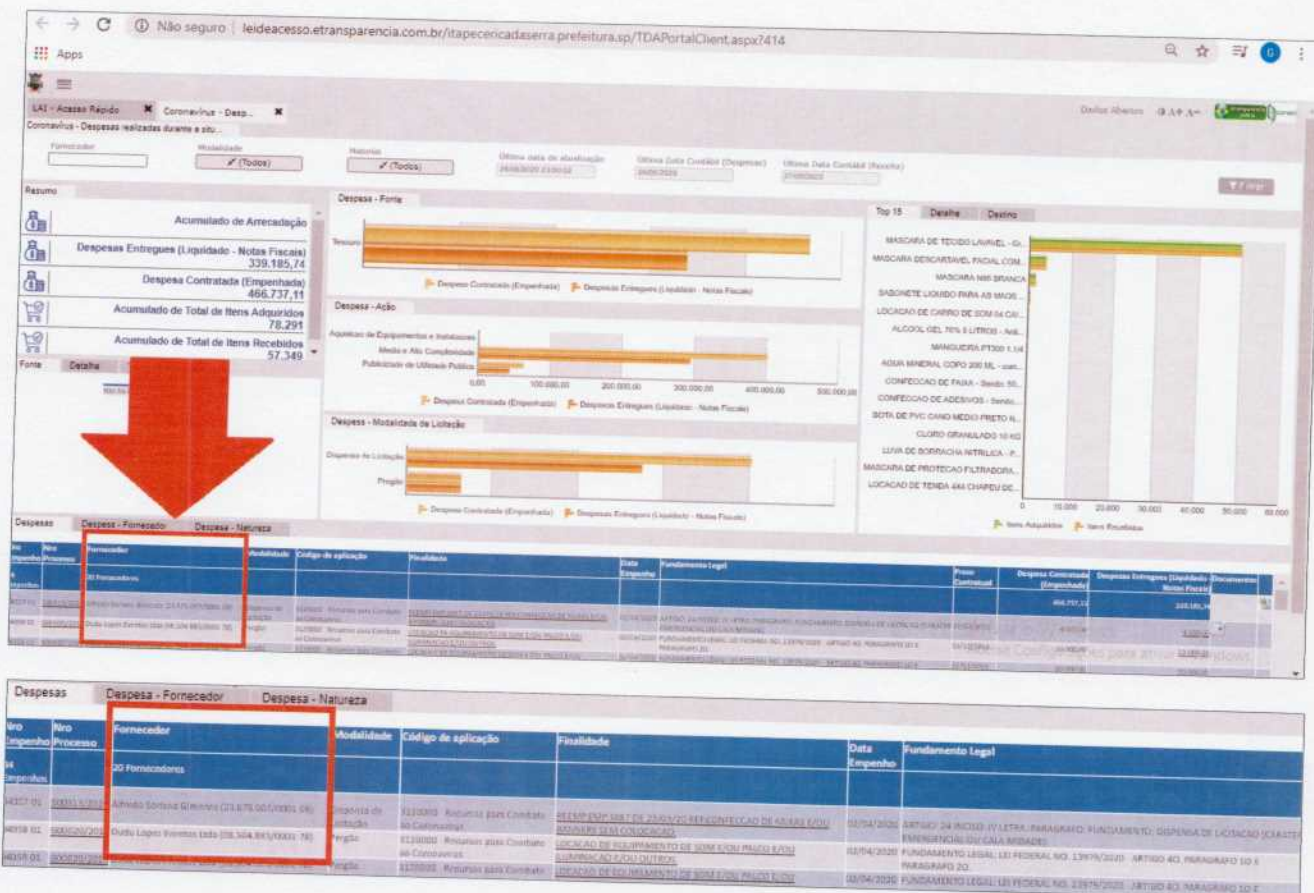
9. Destinação materiais/serviços - material/serviço; quantidade retirada; unidade.

10. Despesas – contendo as seguintes informações: número do empenho; número do processo; fornecedor; modalidade; código de aplicação; finalidade; data empenho; fundamento legal; prazo contratual; despesa contratada (empenhada); despesas entregues (liquidado - Notas Fiscais) e documentos a elas relacionadas.

11. Despesa - dados dos fornecedores: nome, CNPJ e despesas entregues (liquidado-notas fiscais).

12. Despesa – natureza: tipo do material, código de aplicação, despesa entregue (liquidado – notas fiscais).

Assim sendo, o nome do contratado com o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, constam na seguinte seção:



(continua)

Handwritten signature and initials.





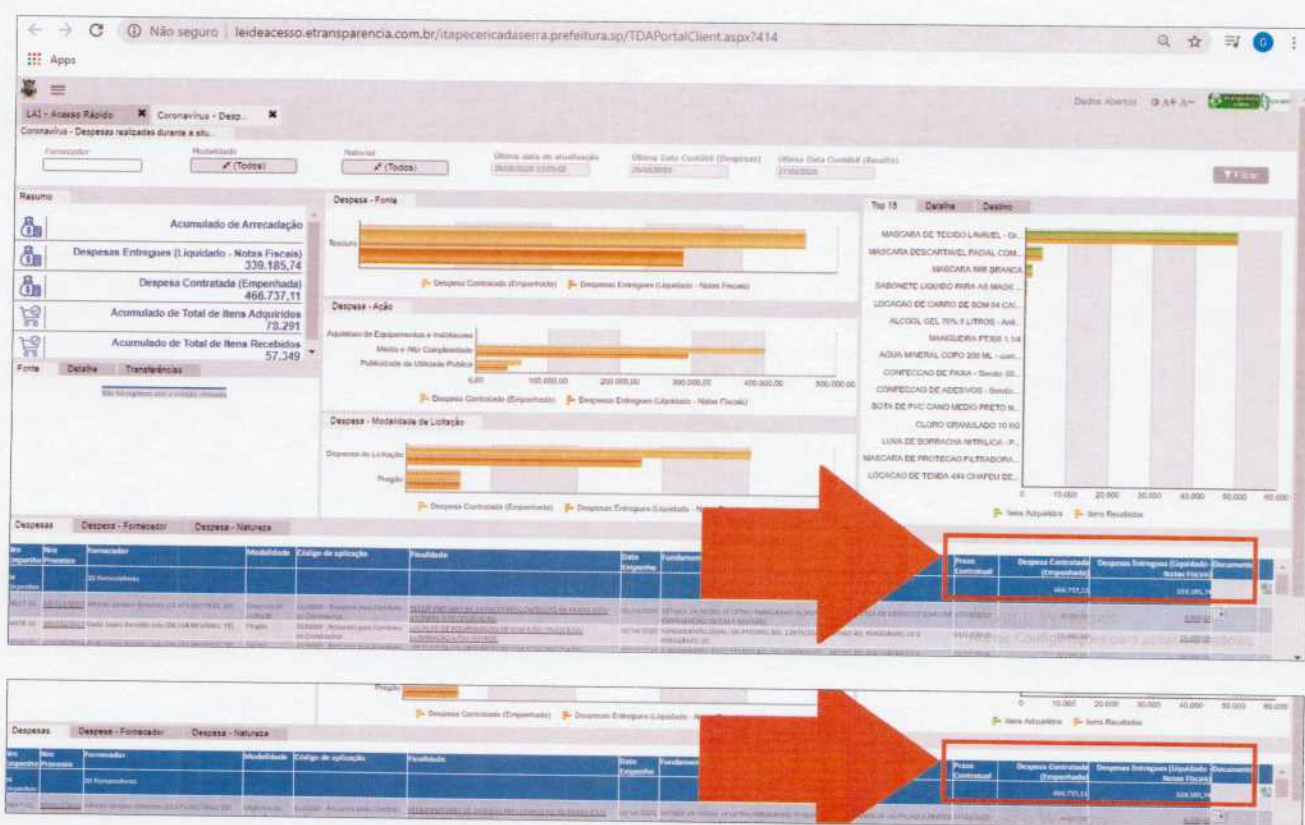
## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 7 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

Já o prazo contratual, com o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, estão nesses campos:



2. disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores **internet**, de informação clara e acessível sobre todos os recursos recebidos de repasses da União ou dos Estados para a adoção de medidas de enfrentamento à pandemia do coronavírus, em que conste o valor recebido, data de recebimento e correspondente destinação, inclusive das quantias repassadas às entidades do terceiro setor.

(continua)



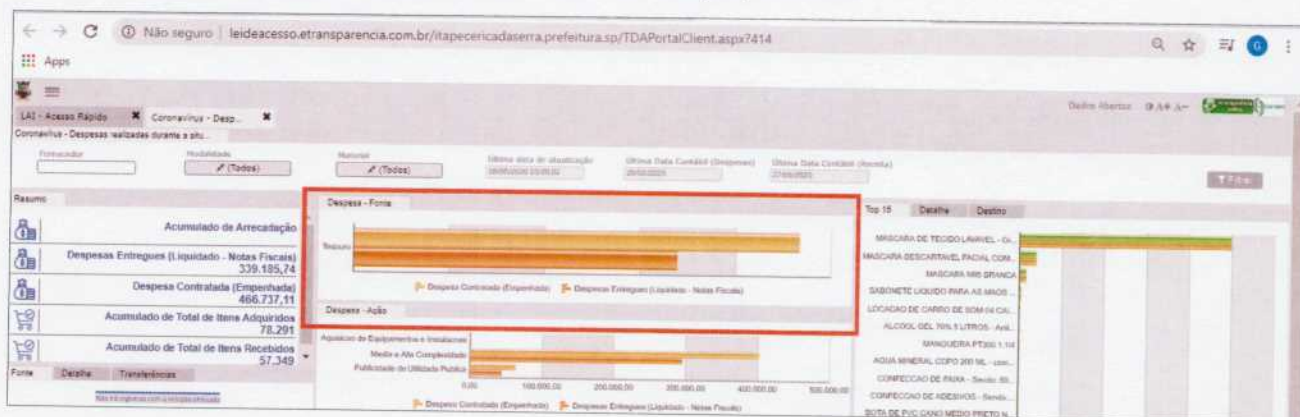
## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

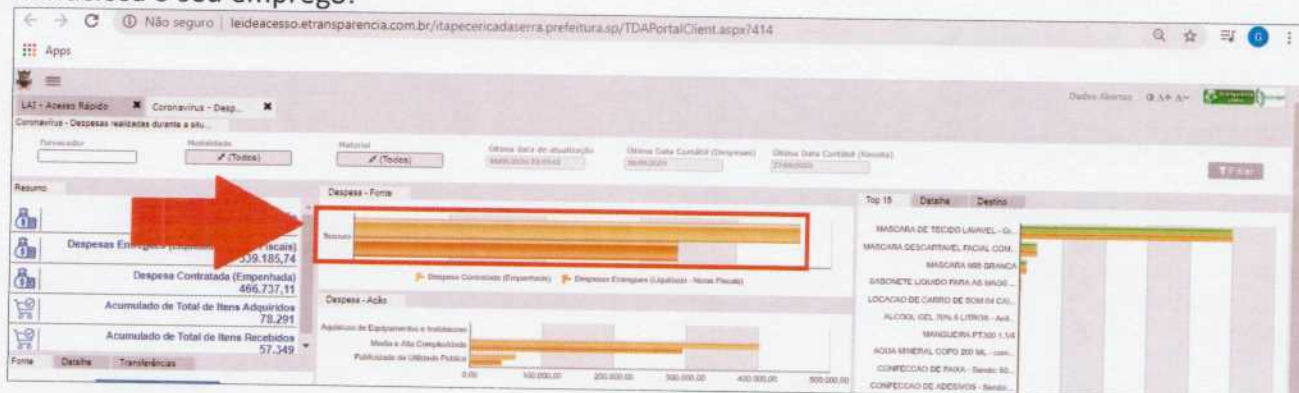
Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 8 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

Na mesma página constam os dados relacionados aos recursos recebidos constando os valores, data de recebimento e destinação, observe:



Qualquer pessoa ao clicar na fonte de recurso recebido poderá ver de maneira minuciosa o seu emprego:



Despesa	Despesa - Fonte	Despesa - Modalidade de Licitação
Despesa - Fonte	Despesa - Modalidade de Licitação	Despesa - Modalidade de Licitação

(continua)

*[Handwritten signature]*





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 9 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

3. a mesma obrigação prevista no item anterior deve ser observada com relação a recursos provenientes a título de doações por entes privados, constando valores, origem e identificação do doador, e correspondente destinação, inclusive das quantias repassadas às entidades do terceiro setor;

As doações recebidas em dinheiro parecem na mesma visão geral de receitas e despesas empregadas no enfrentamento do coronavírus.

A alimentação e disponibilização de tal informação no Portal da Transparência decorre do lançamento da doação no campo receita no Código 6, o código aplicação do COVID-19.

4. disponibilização, em espaço específico nos correspondentes Portais da Transparência, de fácil localização e ampla divulgação, não só das contratações e aquisições realizadas, como também do resumo e detalhamento de atos e despesas para enfrentamento ao COVID-19, atendendo, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei 12.527/13, aos seguintes requisitos:

4.1. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

4.2. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

4.3. possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

4.4. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

4.5. garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

4.6. manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

4.7. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

4.8. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008;

(continua)



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 10 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

O atendimento ao rol de mecanismos estabelecidos no artigo 8º, § 3º da Lei Federal nº 12.527/2011 na área tratada sobre as receitas e despesas empregadas no enfrentamento do coronavírus são atendidos da seguinte maneira:

a) pesquisa de conteúdo e contato com a entidade (4.1, 4.7).

A visão permite a aplicação de filtro por meio de cliques nos campos desejados, de modo que informamos que se torna possível inclusive na visão relacionada, aplicar filtro por nome do fornecedor, modalidade licitatória utilizada ou material:

O contato poderá ser realizado com a Prefeitura em quaisquer dos segmentos ali disponibilizados, havendo no ícone “Estrutura Administrativa” informações para o devido contato por qualquer pessoa:

(continua)



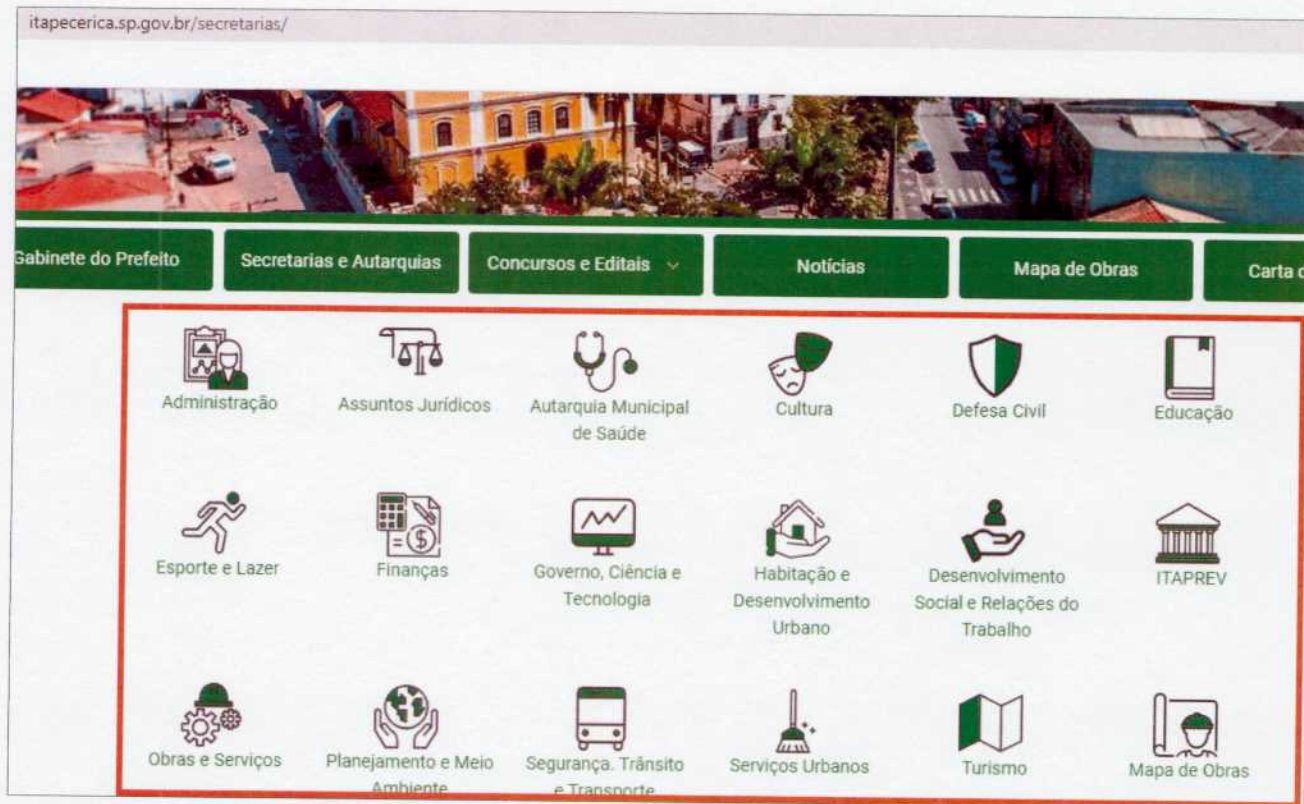


# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

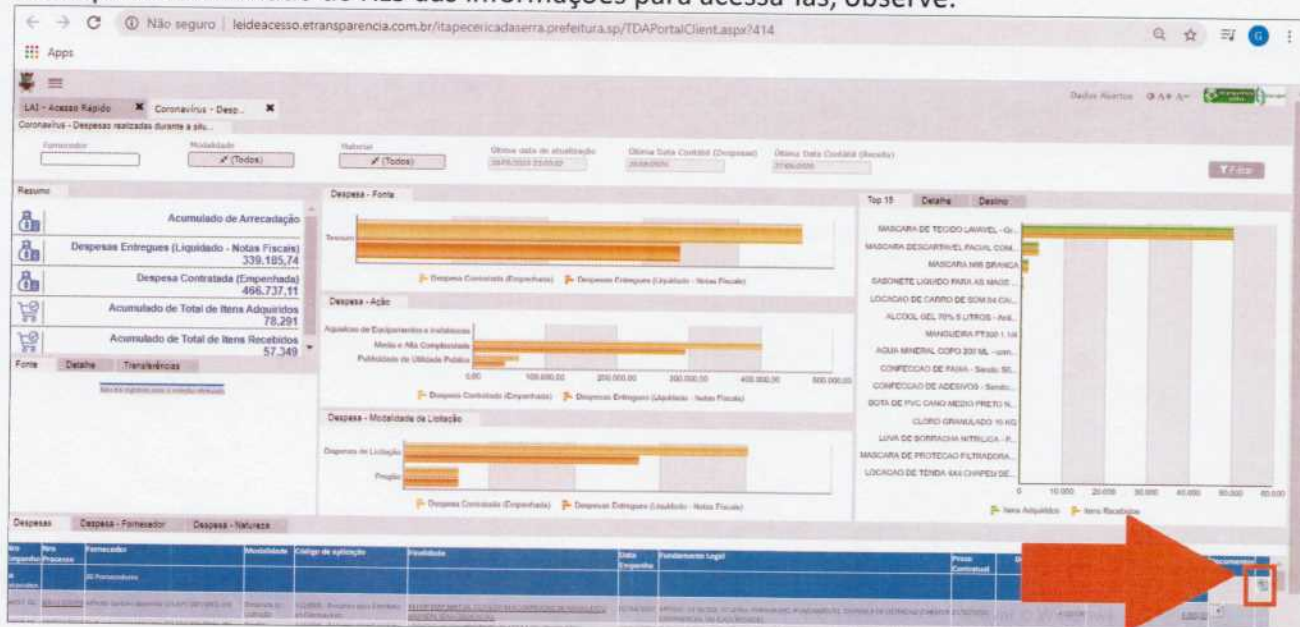
Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 11 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))



b) extração de dados em formato aberto com os respectivos mecanismos (4.2., 4.3., 4.4.)

Para a promoção da extração dos dados em formato aberto, basta o usuário clicar no arquivo relacionado ao XLS das informações para acessá-las, observe:



(continua)

*Handwritten signature and initials.*



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 12 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' website. The main content area displays 'Despesa - Fonte' with a bar chart and a table of expenses. A red arrow points to a button labeled 'Download' in the bottom right corner of the chart area. Below the chart, there is a table with columns: 'Despesa', 'Despesa - Fonte', 'Despesa - Natureza', 'Data Empenho', 'Fundamento Legal', 'Valor', 'Despesa - Natureza', 'Despesa - Fonte', 'Despesa - Natureza'. A red arrow points to the 'Download' button in the bottom right corner of the table.

3	Mês	(Todos)
4	Aplicação	
5	Ação	(Todos)
6	Programa	(Todos)
7	Fonte	(Todos)
8	Fornecedor	
9	Modalidade	(Todos)
10	Código Fornecedor	
11	Código Natureza	
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

Nº Empenho	Nº Processo	Fornecedor	Modalidade	Código de aplicação	Finalidade	Data Empenho	Fundamento Legal
04057-01	50013/2020	Alfredo Soriano Gomes (13.675.007/0001-08)	Dispensa de Licitação	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	REEMP. EMP. 3687 DE 23/03/20 REF. COFECCAO DE FAXAS E/OU BANNERS SEM COLOCACAO.	02/04/2020	ARTIGO 24 INCISO IV LETRA PARAG FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAC EMERGENCIAL OU CALAMIDADE.
04058-01	50010/2019	Dudu Lopes Eventos Ltda (08.504.885/0001-78)	Pregão	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	LOCACAO DE EQUIPAMENTO DE SOM E/OU PALCO E/OU ILUMINACAO E/OU OUTROS.	02/04/2020	FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N 10.792/2003 PARAGRAFO 1 O E PARAG FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N 10.792/2003 PARAGRAFO 1 O E PARAG
04059-01	50010/2019	Dudu Lopes Eventos Ltda (08.504.885/0001-78)	Pregão	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	LOCACAO DE EQUIPAMENTO DE SOM E/OU PALCO E/OU ILUMINACAO E/OU OUTROS.	02/04/2020	ARTIGO 24 INCISO IV LETRA PARAG FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAC EMERGENCIAL OU CALAMIDADE.
04060-01	50013/2020	L.F. Comercio de Produtos Hospitalares Ltda (12.687.351/0001-55)	Dispensa de Licitação	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	REEMP. EMP. 3936 DE 24/03/20 REF. AQUISICAO DE TERMOMETRO DIGITAL LASER.	02/04/2020	ARTIGO 24 INCISO IV LETRA PARAG FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAC EMERGENCIAL OU CALAMIDADE.
04061-01	50012/2020	S Identificacao Visual Com a Serv Public Ltda (11.114.471/0001-25)	Dispensa de Licitação	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	REEMP. EMP. 3937 DE 24/03/20 REF. AQUISICAO DE FAXAS COM COLOCACAO.	02/04/2020	ARTIGO 24 INCISO IV LETRA PARAG FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAC EMERGENCIAL OU CALAMIDADE.
04062-01	50012/2020	Comercial Gif Eireli (18.188.637/0001-33)	Dispensa de Licitação	3120000 - Recursos para Combate ao Coronavírus	REEMP. EMP. 4030 DE 30/03/20 REF. AQUISICAO DE SABONETE LIQUIDO PARA AS MAOS.	02/04/2020	ARTIGO 24 INCISO IV LETRA PARAG FUNDAMENTO: DISPENSA DE LICITAC EMERGENCIAL OU CALAMIDADE.

E mais, na página inicial do Portal da Transparência, na área realizada a extração dos dados em formato aberto, torna-se possível realizar a extração dos dados completos nos formatos XLS, CSV e JSON:

(continua)





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 13 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

The screenshot displays the LEIACESSO portal interface. The top section shows a summary of financial data for 2020, including Total Receitas (464.500.000), Total Despesas (455.349.154), and Total Arrecadação (154.127.351). The middle section features a grid of icons for various services, with a red arrow pointing to the 'Extração de dados em formato aberto' (Data extraction in open format) option. The bottom section shows the 'Dados Abertos' (Open Data) page, which includes a table of data extraction options and a list of available datasets. The table has columns for 'Tipo de arquivo' (File type), 'Número de Convênios Firmados' (Number of signed agreements), and 'Valor Contratos' (Contract value). The datasets listed include 'Covid - Compras' (3.879.006), 'Covid - Despesa' (466.737), 'Valor Contratos' (29.533.732), 'Total Empenhado' (346.508.214), 'Total Arrecadação' (154.127.351), 'Total de Funcionários' (2.760), 'Saldo Anterior - Restos a pagar' (5.295.579,60), 'Transferências Concedidas' (46.116.445), and 'Diários/Viagens e Adiantamentos'.

c) atualização em tempo real e sobre a autenticidade de integridade das informações (4.5., 4.6.).

No que diz respeito ao conceito de tempo real relacionada à disponibilização de dados relacionados às despesas voltadas ao enfrentamento do coronavírus, bem como sua integridade e autenticidade, são elas coletadas da fonte da base de dados da Prefeitura, havendo ali a ampla divulgação do último lançamento contábil e a data da atualização dos dados no Portal:

(continua)

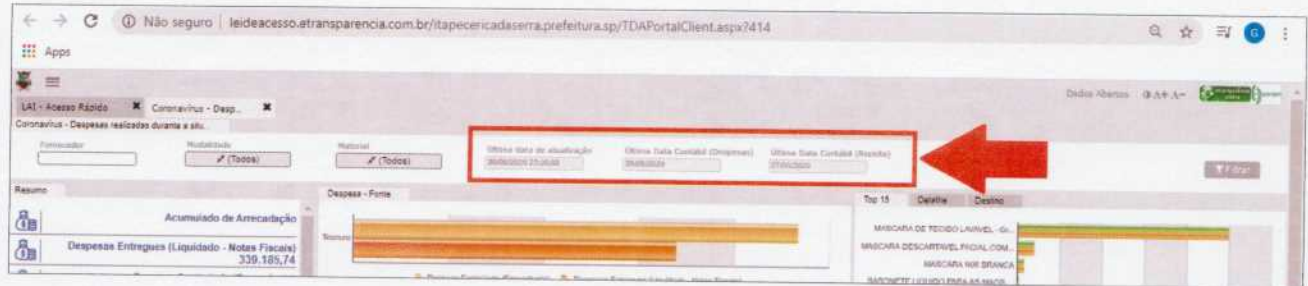


# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇICA DA SERRA

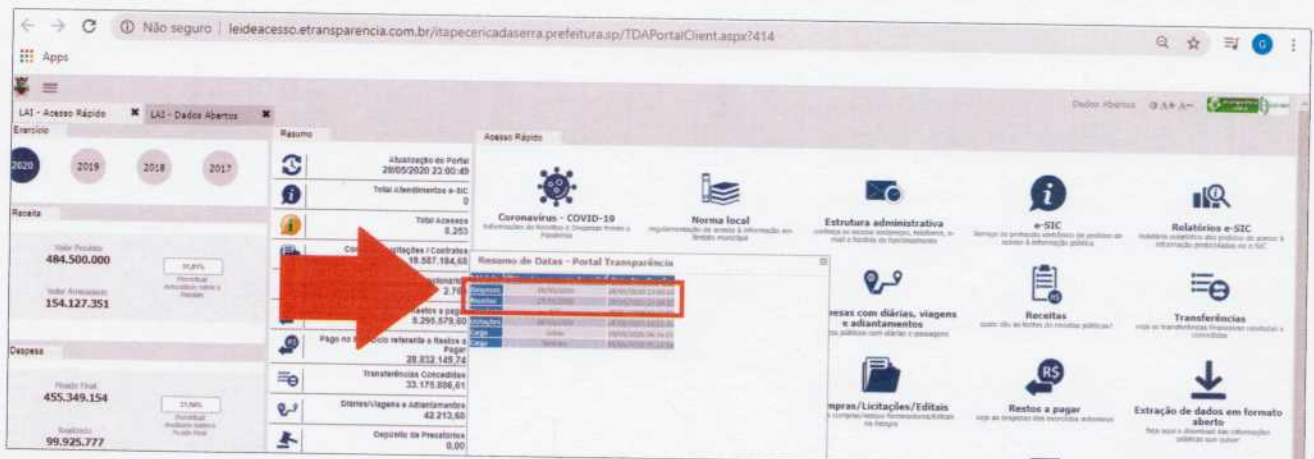
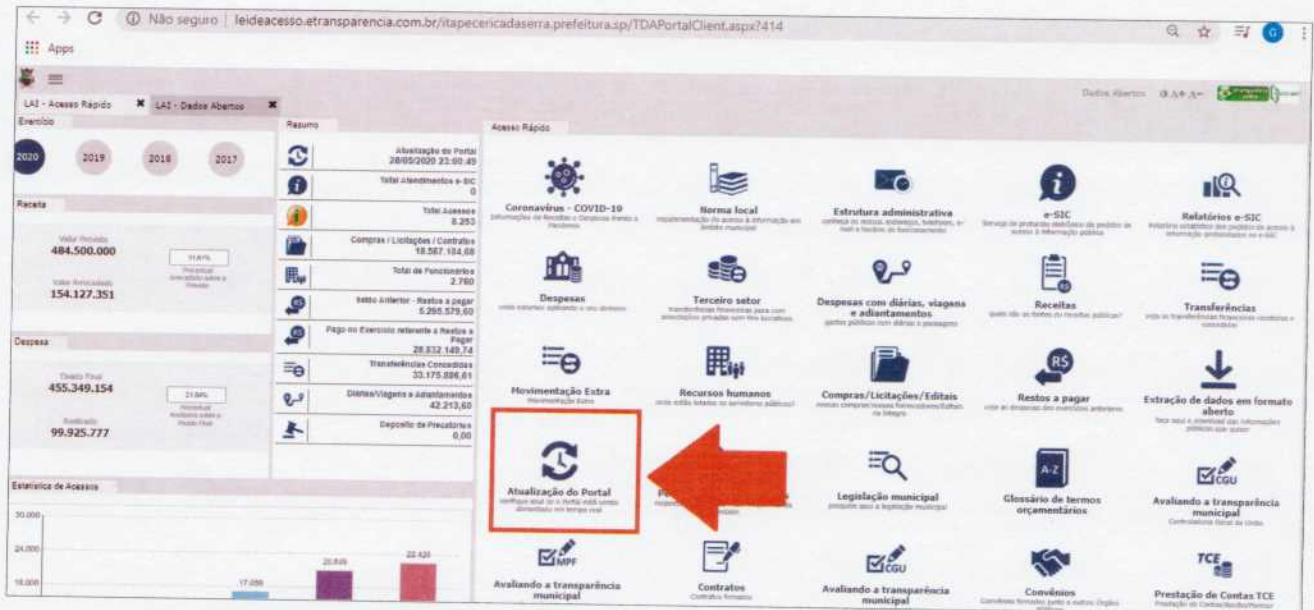
ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 14 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))



E mais, há na própria página inicial do Portal da Transparência da Prefeitura ícone que indica a questão da atualização da visão em tempo real:



d) acessibilidade da visão (4.8.)

(continua)

*[Handwritten signature]*





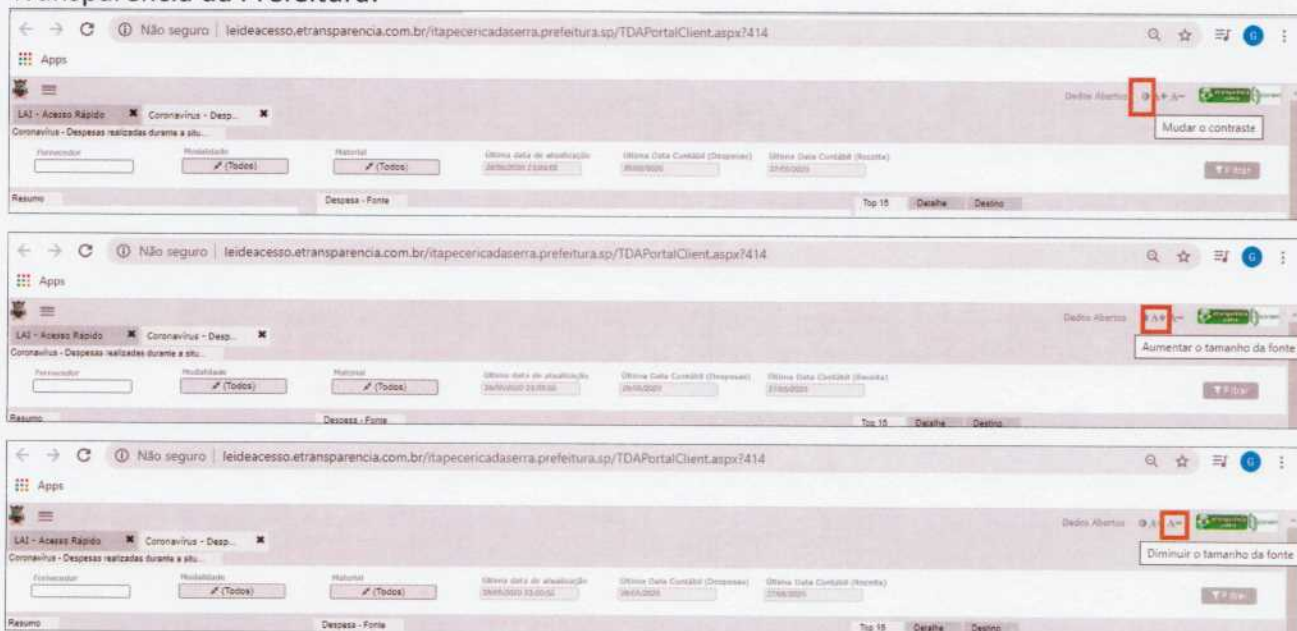
## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 15 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

A acessibilidade é mecanismo disponível no Portal a ser utilizado em todas as seções disponíveis – na forma de aplicação do contraste e aumento e diminuição da fonte, de modo a permitir que pessoas portadoras de deficiência; no caso, para aqueles que tenham comprometimento parcial da visão, acessem todas as informações disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura:



5. em relação aos contratos assinados pelo Poder Público que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos, observar o atendimento às seguintes exigências:

5.1. designação de fiscais para verificação da correta execução do objeto, devendo a nomeação recair dentre servidores públicos que detenham capacidade e conhecimento técnico, fornecendo a eles todos os meios necessários para o fiel cumprimento de suas funções;

5.2. publicação no Portal da transparência de cópia dos documentos e informações relativas à execução ou inexecução contratual; e

5.3. manutenção em boa guarda de todos os documentos relacionados às contratações e da respectiva fiscalização da execução, para eventual e futura análise pelos órgãos de controle.

Os Contratos assinados pelo Poder Público que envolvam a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos, caso existentes, voltados ao enfrentamento do coronavírus, estão disponíveis na mesma página já indicada, constando sua íntegra na coluna "Documentos":

(continua)

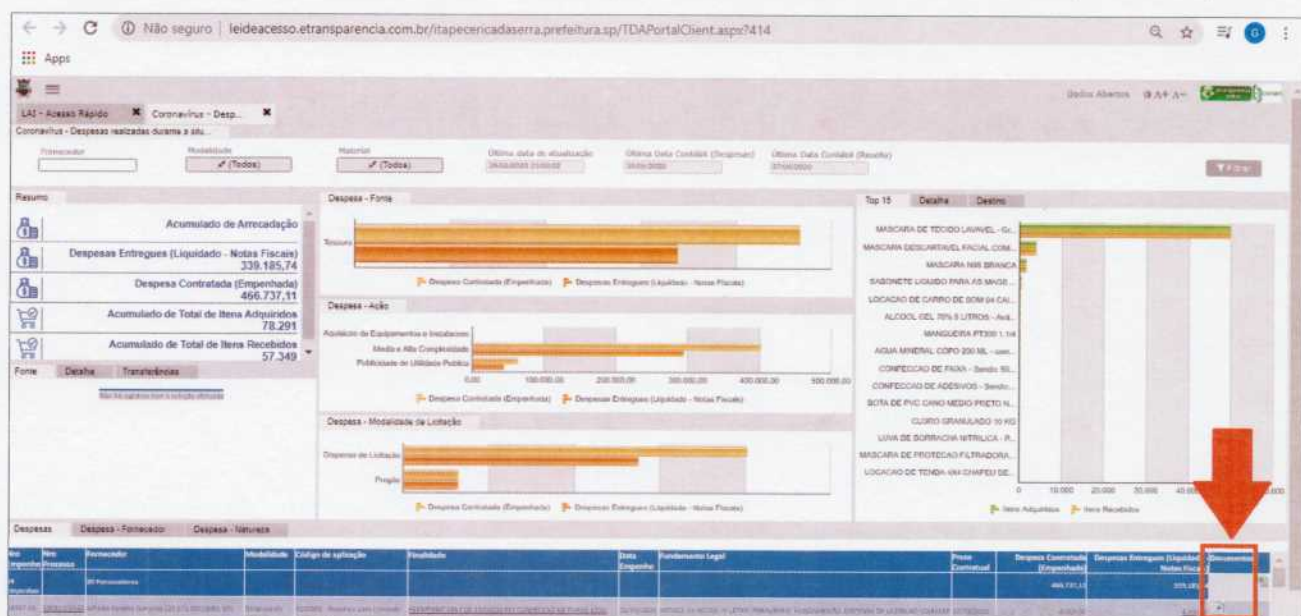


## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 16 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))



6. com relação às contratações de funcionários por tempo determinado (art. 37, IX, da CF/88), que tenham como fundamento a necessidade de combate ao Coronavírus (COVID-19), observância de ampla publicidade aos respectivos processos seletivos, de que conste:

- 6.1. o número do processo seletivo e Edital respectivos;
- 6.2. o valor dos vencimentos fixados para cada função temporária disponibilizada; e
- 6.3. nome e CPF das pessoas contratadas, função exercida, o prazo da contratação.

7. com relação aos pagamentos a funcionários públicos, de verbas ou vantagens extraordinárias de qualquer natureza, inclusive horas extras, autorizadas em razão da necessidade de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), observação de que se exija a publicação do valor total desses desembolsos, identificando-se:

- 7.1. o cargo e/ou função ocupado pelo servidor beneficiado por meio de sua matrícula funcional;
- 7.2. natureza, dispositivo legal autorizador e valor total recebido, por mês, a título extraordinário; e
- 7.3. manutenção de relação nominal, em que conste a identidade desses funcionários para apresentação oportuna a órgãos de controle, caso requisitadas.

Todas as visões relacionadas às receitas e despesas voltadas ao enfrentamento do coronavírus disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura foram possíveis considerando o código de aplicação criado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (312) para acompanhamento dos respectivos gastos, assim sendo, todo e qualquer pagamento realizados aos agentes da Prefeitura já figuram em ícone próprio contido no Portal, denominado “Recursos Humanos”, a saber:

(continua)





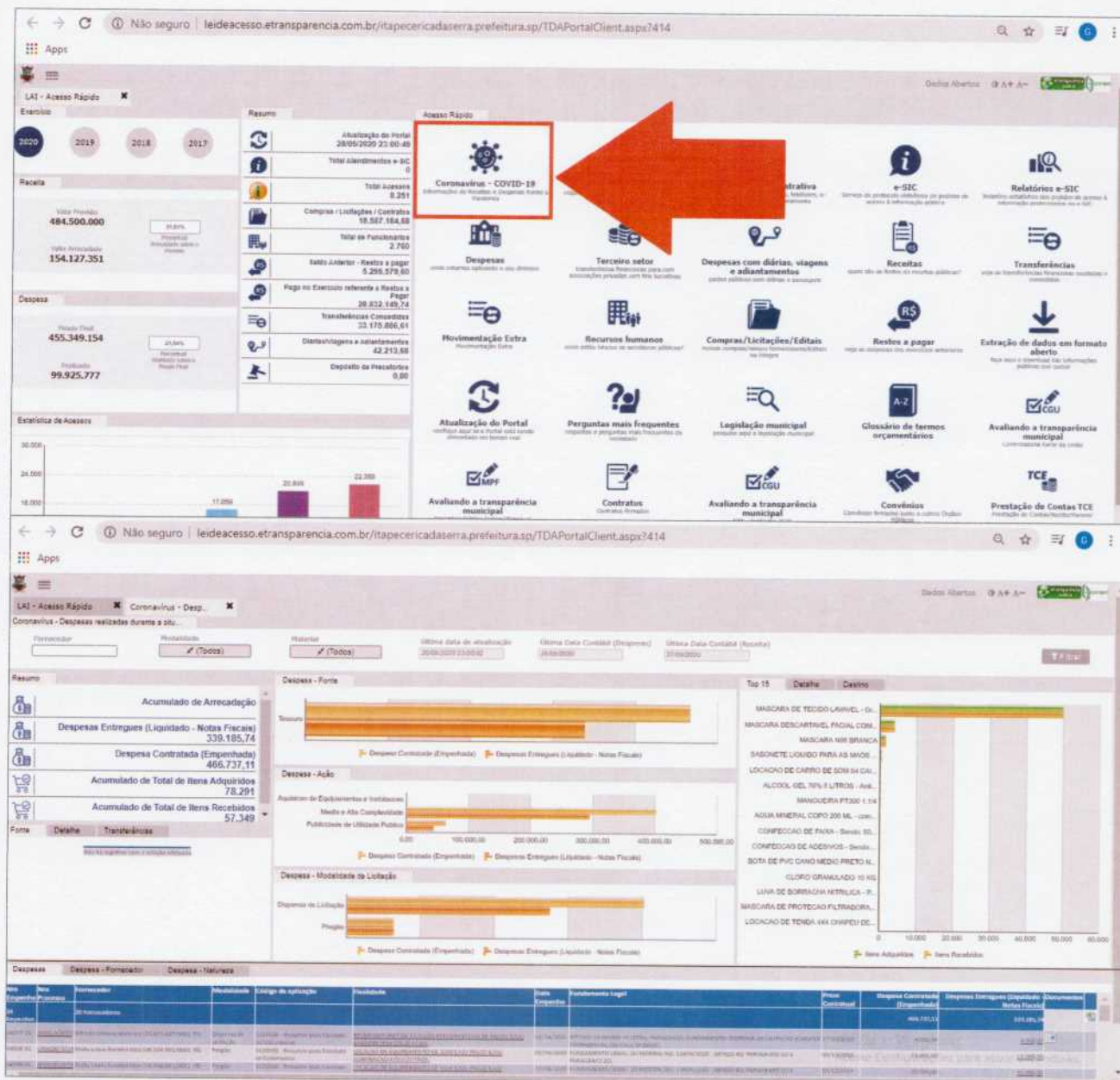


# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVERICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 18 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))



(continua)





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEPECICA DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

(Folha 19 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

## Do Serviço de Informação ao Cidadão

The screenshot shows the homepage of the Prefeitura do Município de Itapetecica da Serra. The 'e-SIC' icon, which is a blue circle with a white 'i', is highlighted with a red box. A large red arrow points from the 'e-SIC' icon to the 'Serviço de Informação ao Cidadão' section on the right side of the page. The 'Serviço de Informação ao Cidadão' section contains a red box around the 'e-SIC' icon and a red arrow pointing to it.

The screenshot shows the 'Serviço de Informação ao Cidadão' (e-SIC) page. The 'e-SIC' icon, which is a blue circle with a white 'i', is highlighted with a red box. A large red arrow points from the 'e-SIC' icon to the 'Serviço de Informação ao Cidadão' section on the right side of the page. The 'Serviço de Informação ao Cidadão' section contains a red box around the 'e-SIC' icon and a red arrow pointing to it.

São essas as informações acerca dos gastos com investimentos, todas constando nos Portais de Transparência da Prefeitura e da Saúde-IS - Autarquia Municipal, como acima explanado.

Quanto ao recebimento dos valores informados na planilha constante do ofício ora respondido, o Município CONFIRMA O RECEBIMENTO DOS VALORES e informa que todos foram revertidos em aquisições e outras despesas no combate à pandemia, com exceção do valor de R\$ 369.372,31 (trezentos e sessenta e nove mil e trezentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) que será aplicado nos moldes da Medida Provisória nº 938/2020.

(continua)



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000


(Folha 20 do Ofício nº 063/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19))

Informamos a Vossa Excelentíssima que permanecemos à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria, objetivando especialmente contribuir para a nobre missão dessa entidade, que é a de zelar pela justiça, pela sociedade e defender a democracia.

Respeitosamente,

  
JORGE COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Crise Contra o COVID-19

  
CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JUNIOR  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00004598/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **17/06/2020 15:19:17**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 555BEA96.662938A2.C1EA0048.762A8C6C



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1129/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00004598/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 19 de junho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**





Digital

CDIP BRASÍLIA  
20/05/2020  
Lote: 1486

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
AVENIDA BUSSOCABA 300  
VILA CAMPESINA  
OSASCO SP  
06023-020

AR147385258VR



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

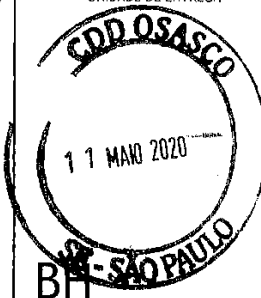
1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Elina Ap. Orosio 91.886.280.5*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

*26/05/20*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

*Antônio José*  
*228.520-0*



Digital

CDIP BRÁSILIA  
20/05/2020  
Lote: 1486

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA  
RUA JOAQUIM DAS NEVES 211  
VILA CALDAS  
CARAPICUÍBA SP  
06310-030

AR147385045VR



**TENTATIVAS DE ENTREGA**

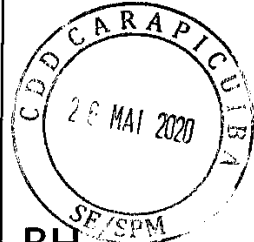
1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Renanda Trujano*

DATA DE ENTREGA

*26.05.20*

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

*Renanda Trujano*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

*27.247.6877*



Certidão nº 811/2020

PRM-OSC-SP-00005248/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedi a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 707 e 710/2020** (de etiquetas **PRM-OSC-SP-00004869/2020 e PRM-OSC-SP-00004873/2020, respectivamente**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037



Digital

CDIP BRASÍLIA  
01/07/2020  
Lote: 2066

**MPF**  
Ministério Público Federal



CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES  
RUA ANDRÔNICO DOS PRAZERES GONÇALVES 114  
114  
CENTRO  
EMBU DAS ARTES SP  
06803-900

AR154491549VR



**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Caroline de Oliveira Santos*  
Matrícula: 12.699

DATA DE ENTREGA

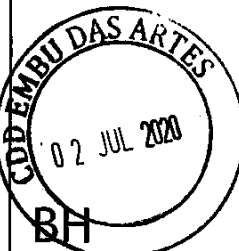
02/07/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Secretaria de Gestão de Pessoas e  
Modernização Administrativa

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

53600.667-7



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*  
69168030



AVISO DE  
RECEBIMENTO

Digital

CDIP BRASÍLIA  
01/07/2020  
Lote: 2066

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA -  
RUA JOAQUIM DAS NEVES 205  
VILA CALDAS  
CARAPICUÍBA SP  
06310-030

AR154491645VR



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

BERNARDA CRISTINA

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

2342637

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

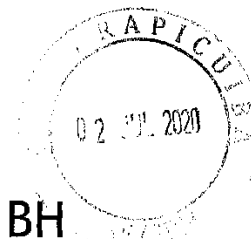
1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*[Handwritten signature]*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**SETOR JURÍDICO DA PRM/OSASCO**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** IC - 1.34.043.000359/2020-07

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

**Grupo de Distribuição:** Extrajudicial / Cível / Osasco

**Forma de Execução:** Automática

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Titular

**Responsável:** DOUGLAS GUILHERME FERNANDES

**Ofício Responsável:** PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** ALBERTO CARLOS GOMES

**Data:** 09/07/2020 13:46:00



Certidão nº 845/2020

PRM-OSC-SP-00005424/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedi a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **708/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00004871/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037



Digital

CDIP BRÁSILIA  
01/07/2020  
Lote: 2066

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA DA SE  
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER 1135  
CENTRO  
ITAPECERICA DA SERRA SP  
06850-040

AR154491455VR



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**  
Centralizador Regional

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Lucilene Maria Silva

RG 24 586 148-8

Protocolo

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

03/07/2020  
245861488

*[Handwritten signature]*  
89269211





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

Ofício nº 067/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

Itapecerica da Serra, 13 de julho de 2020.

Ao Exmo. Sr.

**Dr. Douglas Guilherme Fernandes**

Procurador da República

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Município de Osasco - SP

**Ref.:** Ofício 708/2020

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07

Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP

Reitera Ofício nº 527/2020

Senhor Procurador,

Encaminhamos a Vossa Excelência, arquivos provenientes da Saúde-IS – Autarquia Municipal denominados “Prestação de Contas COVID-19-RAG” e “Compra\_COVID2A” anexos.

Respeitosamente,

JORGE COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Crise Contra o COVID-19

CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JUNIOR  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



A Autarquia Municipal de Saúde no Ano de 2020 recebeu no período de 01/03/2020 a 30/06/2020, Recursos Federais destinados a

**Medidas realizados com Recursos Federais no Município de Itapeverica da Serra em 2020:**

- CORONAVÍRUS (COVID-19) - Testes Rápidos no valor de R\$ 347.344,00
- CORONAVÍRUS (COVID-19) - Custeio Diversos no valor de R\$ 793.836,71
- CORONAVÍRUS (COVID-19) - Custeio Diversos no valor de R\$ 67.612,39

**FEDERAL**

RECURSOS FEDERAIS - FONTE 05										
Bloco	Grupo	Ação Detalhada	Nº OB	Data OB	Valor Total	Desconto	Valor Líquido	Processo	Tipo Repasse	
CUSTEIO	CORONAVÍRUS (COVID-19)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	805475	30/03/2020	347.344,00	0,00	347.344,00	25000043250202028	MUNICIPAL	Teste Rápido
CUSTEIO	CORONAVÍRUS (COVID-19)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	807089	06/04/2020	793.836,71	0,00	793.836,71	250000050753202049	MUNICIPAL	Custeio Diversos
CUSTEIO	CORONAVÍRUS (COVID-19)	CORONAVÍRUS (COVID-19)	808006	27/04/2020	67.612,39	0,00	67.612,39	250000067523202019	MUNICIPAL	Custeio Diversos
TOTAL GERAL FEDERAL					1.208.793,10	-	1.208.793,10			

**Medidas realizados com Recursos Estaduais no Município de Itapeverica da Serra em 2020:**

- CORONAVÍRUS (COVID-19) - Custeio Diversos no valor de R\$ 555.750,40
- CORONAVÍRUS (COVID-19) - Custeio Diversos no valor de R\$ 833.625,60
- CORONAVÍRUS (COVID-19) - E P I ' S no valor de R\$ 55.011,94

**ESTADO**

RECURSOS ESTADUAIS - FONTE 02										
Bloco	Grupo	Ação Detalhada	Nº OB	Data OB	Valor Total	Desconto	Valor Líquido	Processo	Tipo Repasse	
CUSTEIO	DIVERSOS	DIVERSOS	202.003.300.049.494	30/03/2020	555.750,40		555.750,40	14138	ESTADO	Custeio Diversos
CUSTEIO	DIVERSOS	DIVERSOS	202.003.300.049.893	30/03/2020	833.625,60		833.625,60	14138	ESTADO	Custeio Diversos
TOTAL PARCIAL ESTADO					1.389.376,00	-	1.389.376,00			
RECURSOS ESTADUAIS - FONTE 02										
CUSTEIO	DIVERSOS	DIVERSOS	202.003.300.069.936	31/03/2020	55.011,94		55.011,94	14138	ESTADO	EPIS
					55.011,94	-	55.011,94			
TOTAL GERAL ESTADO					1.444.387,94	-	1.444.387,94			



A Autarquia Municipal de Saúde no Ano de 2020 aplicou no período de 01/03/2020 a 30/06/2020, de Recursos Federais destinados a COVID-19 no valor de R\$ 1.063.825,60 e de Recursos Estaduais no valor de R\$ 1.148.944,53

OBJETO	VENCEDOR	ITEM	DESPESAS FONTE 05 RECURSOS FEDERAIS		RECEITA
			RS VALOR		
AQUISIÇÃO DE EPI	NOSSA COMERCIAL	MASCARA N95/KH95	108.000,00		1.208.793,10
AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO	QUALITY MEDICAL	TESTE RAPIDO	450.000,00		682.793,10
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	CONECT MEDICAL	REPARO/AMPLIAÇÃO DA REDE DE O2	79.988,00		572.805,10
AQUISIÇÃO DE EPI	QUALITY MEDICAL	MASCARA N95/KH95	27.500,00		545.305,10
AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO	SANMARCOS COM DE MAT	TORNEIRA AUTOMATICA	1.888,20		543.416,90
AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO	MEGA MED PRODUTOS E SERV	TORNEIRA AUTOMATICA	8.310,00		538.106,90
AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO	COMERCIAL ELETRICA IGARATA	TORNEIRA AUTOMATICA	5.355,70		532.751,20
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	NILZA ROSANE SANTOS	LIXEIRA	45.320,00		487.361,20
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO	PRIM TECNOLOGIA EM EQP	LOCAÇÃO DE BOMBAS DE INFUSÃO	50.000,00		437.361,20
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	LF COMERCIO DE PRODUTOS	UMIDIFICADOR E NEBULIZADOR	28.280,00		409.081,20
AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO	LF COMERCIO DE PRODUTOS	AMBU	18.240,00		390.841,20
AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO	AL DA SILVA COM. E CONFECÇÕES	AVENTAL LAMINADO	14.825,00		376.016,20
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	NILZA ROSANE SANTOS	PULVERIZADOR A PRESSÃO	900,00		375.116,20
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	QUALITY MEDICAL	BROMETO DE FANCIUMONIO 4MG	616,50		374.499,70
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	QUALITY MEDICAL	PROPOFOL 10 MG/ML 20 ML	2.352,00		372.147,70
AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO	TECNICOS EM IMAGEM COM.	APARELHO DE PRESSAO / OXIMETRO	1.640,00		370.507,70
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	TECNICOS EM IMAGEM COM.	MONITOR CARDIACO / ASPIRADOR CIRURGICO	175.100,00		195.407,70
LOCAÇÃO DE TENDAS	DUDO LOPES EVENTOS LTDA ME	LOCAÇÃO DE TENDAS	28.000,00		167.407,70
CONFEÇÃO DE BANNERS	ALVARO JOSE DE ANDRADE	CONFEÇÃO DE BANNERS	880,00		166.527,70
AQUIS. MATERIAIS	GLOBAL MIX DISTRIBUIDORA	SUORTE P/PERFUMO CONTANTE	1.700,00		164.827,70
AQUIS. MATS. LIMPEZA	NOSSA COMERCIAL	FANOS PERFEX	1.110,00		163.717,70
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO	ANDRÉ MORG DE OLIVEIRA ME	MASCARA IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL	13.200,00		150.517,70
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	KMF ELETRICA E HIDRAULICA LTDA	INSTALAÇÃO DE VENTILADOR MECANICO	806,20		149.711,50
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO	PROSALEM COMERCIAL LTDA	MASCARA DE NÃO REINAÇÃO P/OXIGENOTERAPIA	4.744,00		144.967,50
			1.063.825,60		144.967,50
			SALDO DISPONÍVEL		144.967,50

OBJETO	VENCEDOR	ITEM	DESPESAS FONTE 02 RECURSOS ESTADUAIS		RECEITA
			RS VALOR		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE GESTÃO	PREST. SERV.S DRIVE THRU	955.200,00		1.444.387,94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	MAVARRO DIAS CONSTRUÇÃO LTDA	PREST. SERV.S AMPLIAÇÃO LEITOS PSMH	193.744,53		295.443,41
			1.148.944,53		
			SALDO DISPONÍVEL		295.443,41



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00005364/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **14/07/2020 09:50:07**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0D9F26FA.EF659D23.227E5BAA.F2751793



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1374/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00005364/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**





**Prefeitura do Município de Embu das Artes**  
**Estado de São Paulo**  
***Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos***

**Embu das Artes, 03 de julho de 2020.**

**Ofício nº 189/2020 – MP – fts**

**Ref. Ofício nº 526/2020**

**Referente à Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07.**

**Ao**

**Ministério Público Federal**

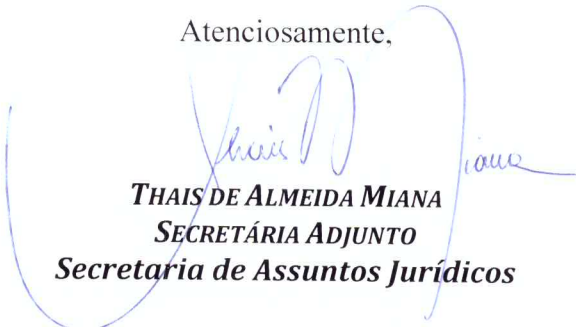
**Procuradoria da República no Município de Osasco**

**Excelentíssima Procuradora Doutora Melina Tostes Haber**

Em resposta ao Ofício nº 526/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento do COVID - 19, a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**THAIS DE ALMEIDA MIANA**  
**SECRETÁRIA ADJUNTO**  
***Secretaria de Assuntos Jurídicos***



**Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes**  
**Estado de São Paulo**

**Secretaria Municipal de Gestão Financeira**  
Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro – Embu das Artes/SP  
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3508

À SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
Sr. Secretário

**Ref.: Ofício nº 526/2020 – Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Município de Osasco**

Em atenção ao ofício em referencia informamos o que segue:

- Os Recursos informados pelo Tribunal de Contas da União de R\$ 541.686,00 e R\$ 1.713.125,13 que totalizam R\$ 2.254.811,13 foram recebidos por esta Prefeitura e destinados ao pagamento de fornecedores conforme relatório de notas fiscais por liquidação que segue anexo, no total de R\$ 2.069.454,95 restando um saldo em conta até a presente data de R\$ 185.356,18.

- com relação aos recursos informados no primeiro quadro compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, informamos que o valor de R\$ 1.713.125,13 é o mesmo informado no parágrafo acima e o valor R\$ de R\$ 369.372,31 foi recebido por esta Prefeitura e refere-se ao Apoio Financeiro aos Municípios conforme Medida Provisória 938 de 02/04/2020 que foi utilizado da seguinte forma: R\$ 3.693,72 retidos ao Ministério da Fazenda a título de PASEP e o restante no valor de R\$ 365.678,59 foram transferidos à conta de movimentação geral da Prefeitura para pagamentos de fornecedores diversos.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente

**José Roberto Jorge**  
Secretário de Gestão Financeira  
Matrícula 86736



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

23065-H.D. DE JESUS COMERCIAL - ME

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr. Liq.	Vlr. Aberto	Docto	Vlr Docto	N° OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2072/2020	5	Processo 3047/2020	15/04/2020	575	15/04/2020	7.200,00	0,00	8312	7.200,00	3800/2020	7.200,00	0,00	7.200,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
Total Credor:		7.200,00														

23244-TECNICOS EM IMAGEM COMERCIAL LTDA. EPP.

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr. Liq.	Vlr. Aberto	Docto	Vlr Docto	N° OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2417/2020	5	Processo 3589/2020	29/04/2020	575	29/04/2020	5.850,00	0,00	2076	5.850,00	4420/2020	5.850,00	0,00	5.850,00	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
Total Credor:		5.850,00														

23890-VASSOURAS EMBU COMERCIO DE VASSOURAS LTDA EPP

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr. Liq.	Vlr. Aberto	Docto	Vlr Docto	N° OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2095/2020	5	Processo 3117/2020	16/04/2020	575	16/04/2020	50.999,50	0,00	10027	50.999,50	3883/2020	50.999,50	0,00	50.999,50	17/04/2020	17/04/2020	Efetivada
2095/2020	5	Processo 3571/2020	29/04/2020	575	06/05/2020	52.250,50	0,00	10153	52.250,50	4383/2020	52.250,50	0,00	52.250,50	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
Total Credor:		103.250,00														





Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19  
Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS  
Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

25170-WALDIR TAVARES DE SOUZA SERVIÇOS - ME

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2123/2020	5	3151/2020	16/04/2020	577	16/04/2020	181.950,00	0,00	3240	181.950,00	3916/2020	181.950,00	0,00	181.950,00	17/04/2020	17/04/2020	Efetivada
Total Credor:		721/2020				181.950,00	0,00		181.950,00		181.950,00	0,00	181.950,00			

28570-MARIA JOSE PRADO DA SILVA

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2069/2020	5	3038/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	5.994,00	0,00	4485	5.994,00	3791/2020	5.994,00	0,00	5.994,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
2070/2020	5	3037/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	16.619,05	0,00	4477	16.619,05	3790/2020	16.619,05	0,00	16.619,05	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
Total Credor:		/				22.613,05	0,00		22.613,05		22.613,05	0,00	22.613,05			

29842-ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE GESTÃO-AMG

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2081/2020	5	3039/2020	13/04/2020	577	15/04/2020	1.000.000,00	0,00	172	1.000.000,00	3793/2020	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
		43/2020														



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	N° OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2698/2020	5	4135/2020	27/05/2020	589	27/05/2020	240.000,00	0,00	201	240.000,00	5012/2020	240.000,00	0,00	240.000,00	27/05/2020	27/05/2020	Efetivada
0		/														
Total Credor:						1.240.000,00	0,00	1.240.000,00		1.240.000,00		0,00	1.240.000,00			

30240-TOZZ EMBALAGENS E DESCARTAVEIS LTDA

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2031/2020	5	3503/2020	29/04/2020	575	06/05/2020	10.400,00	0,00	13132	10.400,00	4312/2020	10.400,00	0,00	10.400,00	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
		Processo														Efetivada
		0	/													
Total Credor:						10.400,00		10.400,00				0,00		10.400,00		

30592-A.M.E. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2032/2020	5	2972/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	11.760,00	0,00	069409	11.760,00	3728/2020	11.760,00	0,00	11.760,00	14/04/2020	14/04/2020	Efetivada
		Processo														Efetivada
		/														
2032/2020	5	3986/2020	15/05/2020	575	15/05/2020	5.821,20	0,00	69913	5.821,20	4856/2020	5.821,20	0,00	5.821,20	26/05/2020	26/05/2020	Efetivada
		643/2020														Efetivada
Total Credor:						17.581,20	0,00		17.581,20		17.581,20	0,00	17.581,20			

30633-JOAO PEDRO FERREIRA CANUTTO



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr Liq.	Vlr Aberto	Docto	Vlr Docto	N° OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2030/2020	5	2959/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	450.000,00	0,00	841	450.000,00	3708/2020	450.000,00	0,00	450.000,00	02/04/2020	02/04/2020	Efetivada
Total Credor:		/														
						450.000,00	0,00		450.000,00		450.000,00	0,00	450.000,00			

30665-FARMACIA MANUEL BORBA EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr Liq.	Vlr Aberto	Docto	Vlr Docto	Nº OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2080/2020	5	3035/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	9.360,70	0,00	64279	9.360,70	3788/2020	9.360,70	0,00	9.360,70	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
		Processo														
		/														
Total Credor:		9.360,70														

30706-BERMED COMERCIO EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr Liq.	Vlr Aberto	Docto	Vlr Docto	Nº OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2553/2020	5	4020/2020	15/05/2020	577	15/05/2020	15.750,00	0,00	352	15.750,00	4896/2020	15.750,00	0,00	15.750,00	20/05/2020	20/05/2020	Efetivada
		Processo														
		1063/2020														
Total Credor:		15.750,00														
												0,00	15.750,00			

30711-BOX BRINDES - EIRELI





Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5- TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vlr Liq.	Vlr Aberto	Docto	Vlr Docto	Nº OP	Vlr OP	Vlr Retenção	Vlr Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2259/2020	5	3566/2020	29/04/2020	577	06/05/2020	5.500,00	0,00	313	5.500,00	4378/2020	5.500,00	0,00	5.500,00	06/05/2020	08/05/2020	Efetivada
0		1064/2020				5.500,00	0,00		5.500,00		5.500,00	0,00	5.500,00			
Total Credor:						2.069.454,95			2.069.454,95		2.069.454,95		2.069.454,95			
Total Geral:						2.069.454,95	0,00		2.069.454,95		2.069.454,95	0,00	2.069.454,95			



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1346/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00005108/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 13 de julho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 857/2020**  
**PRM-OSC-SP-00005480/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Procedimento Preparatório – 1.34.043.000359/2020-07**

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício nº 190/2020-MP-asm**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005443/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de assuntos Jurídicos de Embu das Artes**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 526/2020**, reiterado pelo **ofício 707/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 16/07/2020 14:18. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 3F490D96.7122D7FC.A1F26652.BE8F20F1



**Prefeitura do Município de Embu das Artes**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**Embu das Artes, 10 de março de 2020.**

**Ofício nº 190/2020 – MP – asm**

**Ofícios nº 526/2020 e 707/2020**

**Ref. Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Ao**

**Ministério Público Federal do Estado de São Paulo**

**Procuradoria da República no Município de Osasco**

**Excelentíssima Procuradora da República Melina Tostes Haber,**

Em resposta aos Ofícios 526/2020 e 707/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pela Secretaria de Saúde, a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



**ANIELLO DOS REIS PARZIALE**  
**Secretário de Assuntos Jurídicos**

Embu, 01 de Julho de 2020.

MI00243/2020 DF

A Senhor (a)

**Aniello dos Reis Parziale**

Secretário de Assuntos Jurídicos

Em resposta ao Mi nº 243-2020 – eqss, referente à solicitação apresentada pelo MI citada para informações acerca dos valores repassados pelo Governo Federal ao município através do ofício nº 526-2020 do Ministério Público Federal – Procuradoria da República do Município de Osasco.

Segue anexo relatório referente às despesas executadas pelos recursos recebidos pelo Governo Federal dos valores de R\$ 541.686,00 e R\$ 1.713.125,00.

- Relatório de suplementação 02.04.2020 – R\$ 541.686,00;
- Relatório de suplementação 13.04.2020 – R\$ 1.713.125,13;
- Balancete da despesa aplicação 3120001 – fichas indicativas da dotação orçamentária;
- Relatório de movimentação de empenho 23.03.2020 a 26.06.2020;
- Relatório de notas fiscais por liquidação 01.04 a 29.06.2020.

Informo que foi aplicado o montante de R\$ 2.326.597,95 até o dia 29.06.2020.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Rita Florentina Santos**

Assessora Orçamentária e Financeira

Secretaria de Saúde

  
**Raul Silveira Bueno Junior**

Secretário de Saúde

Município de Embu das Artes



## CERTIDÃO DE SUPLEMENTAÇÕES

**Autorização:** Crédito Adicional

Decreto 1966/2020

**Lei Orçamento:** 1966/2020

Item	Valor	
	Suplementação	Dotação
Ficha - Projeto	Tipo	Ficha - Dotação

1	573	11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.02.3120001	1.039.629,35	Superăvîț Financeiro
2	575	11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001	541.686,00	Superăvîț Financeiro
3	574	11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.02.3120001	1.300.046,40	Superăvîț Financeiro

Total Decreto.....	2.881.361,75
--------------------	--------------

8

## CERTIDÃO DE SUPLEMENTAÇÕES

**Autorização:** Crédito Adicional

Decreto 1971/2020

**Lei Orçamento:** 1971/2020

Item	Valor	
	Suplementação	Dotacao
Ficha - Projeto	Tipo	Dotação

1	577	11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.05.3120001	1.213.125.13	Superávlt Financeiro
2	576	11.01.4.4.90.52.10.302.3003.3.127.05.3120001	500.000.00	Superávlt Financeiro

**Total Decreto..... 1.713.125,13**

Sanbor  
74-433  
100-00174-433  
C. Joseph De Souza

**Balancete da Despesa - Aplicação referente ao Período de 17/03/2020 à 15/04/2020**

## Exercício de 2020

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Aplicação : 3120001 - COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Dotação	Especificação	Orçado	Supl. Anul.	Contingenc.	Empenhado Período	Empenhado Acumulado	Liquidado Período	Liquidado Acumulado	Pago Período	Pago Acumulado	Saldo à Empenhar	Saldo a Pagar
575	11 01 3 3 90 30 10 302 3003 3 127 05 3120001Garantir A Gestão Qualificada Das Equipes De Urgência E Emergência E Atenção Especializada	0,00	644.936,00	0,00	620.674,95	620.674,95	500.933,75	500.933,75	500.933,75	500.933,75	24.261,05	119.741,20
576	11 01 4 4 90 52 10 302 3003 3 127 05 3120001Garantir A Gestão Qualificada Das Equipes De Urgência E Emergência E Atenção Especializada	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
577	11 01 3 3 90 39 10 302 3003 3 127 05 3120001Garantir A Gestão Qualificada Das Equipes De Urgência E Emergência E Atenção Especializada	0,00	1.213.125,13	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	213.125,13	0,00
589	11 01 3 3 90 39 10 302 3020 3 127 05 3120001Garantir A Gestão Qualificada Das Equipes De Urgência E Emergência E Atenção Especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Aplicação :		0,00	2.358.061,13	0,00	1.620.674,95	1.620.674,95	1.500.933,75	1.500.933,75	1.500.933,75	1.500.933,75	737.386,18	119.741,20
Total Geral :		0,00	2.358.061,13	0,00	1.620.674,95	1.620.674,95	1.500.933,75	1.500.933,75	1.500.933,75	1.500.933,75	737.386,18	119.741,20

*[Handwritten signature]*





## Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

### Movimentação de Empenho - Aplicação

Período de 23/03/2020 à 26/06/2020

Órgão - 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Fonte Recurso - 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Aplicação - 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

312001 - COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Todos os Empenhos											
				Valores							
Empenho	Data	Credor	Ficha / Dotação	Empenho	Estorno	Anulado	Não Processado	Processado	Valor OP	OP Baixada	Saldo Pagar
2030/2020	02/04/2020	30633 - Joao Pedro Ferreira Canuto CNPJ 29 201 899/0001-92	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	0,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1938/2020 REFERENCIA A F. Nº 638/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA realização deste processo justifica-se pela necessidade de municípios, pacientes e colaboradores consigam fazer a higienização das mãos de forma prática, rápida, segura e eficaz diminuindo assim o risco de contrair e disseminar gripes, resfriados, e outras patologias, principalmente o COVID-19.										
2031/2020	02/04/2020	30240 - Tozz Embalagens E Descartaveis Ltda CNPJ 14.363.914/0002-02	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	10.400,00	10.400,00	0,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1600/2020 REFERENCIA A F. Nº 2/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA AQUISIÇÃO DE DISPENSER PARA ALCOOL EM GEL, JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE MUNICÍPIOS, PACIENTES E COLABORADORES CONSIGAM FAZER A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ, DIMINUINDO ASSIM O RISCO DE CONTRAIR E DISSEMINAR GRIPES, RESFRIADOS E OUTRAS PATOLOGIAS, PRINCIPALMENTE O COVID-19.										
2032/2020	02/04/2020	30582 - A.M.E Distribuidora De Produtos De Limpeza Eireli CNPJ 16.935.537/0001-83	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	17.851,20	0,00	0,00	270,00	17.581,20	17.581,20	17.581,20	270,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1599/2020 REFERENCIA A F. Nº 1/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL, SE JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE MUNICÍPIOS, PACIENTES E COLABORADORES CONSIGAM FAZER A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ DIMINUINDO ASSIM O RISCO DE CONTRAIR E DISSEMINAR GRIPES, RESFRIADOS E OUTRAS PATOLOGIAS, PRINCIPALMENTE O COVID-19.										
2069/2020	08/04/2020	28570 - Maria Jose Prado Da Silva CNPJ 23.208.470/0001-40	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	5.994,00	0,00	0,00	0,00	5.994,00	5.994,00	5.994,00	0,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1907/2020 REFERENCIA A F. Nº 633/2020 (DECRETO 1966/2020) AQUISIÇÃO DE POSTE DE CONCRETO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE NA MONTAGEM DO HOSPITAL DE CAMPANHA COVID-19.										
2070/2020	08/04/2020	28570 - Maria Jose Prado Da Silva CNPJ 23.208.470/0001-40	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	16.619,05	0,00	0,00	0,00	16.619,05	16.619,05	16.619,05	0,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1886/2020 REFERENCIA A F. Nº 631/2020 (DECRETO 1966/2020) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE NA MONTAGEM DO HOSPITAL DE CAMPANHA COVID-19.										
2072/2020	08/04/2020	23065 - H.D. De Jesus Comercial - Me CNPJ 10.902.899/0001-91	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	7.200,00	7.200,00	0,00
Histórico :	Substitui o EMPENHO Nº 1829/2020 REFERENCIA A F. Nº 629/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA AQUISIÇÃO DE ÁLCOOL, SE JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE MUNICÍPIOS, PACIENTES E COLABORADORES CONSIGAM FAZER A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ DIMINUINDO ASSIM O RISCO DE CONTRAIR E DISSEMINAR GRIPES, RESFRIADOS E OUTRAS PATOLOGIAS, PRINCIPALMENTE O COVID-19.										
2080/2020	08/04/2020	30665 - Farmacia Manuel Borba Eireli CNPJ 02.305.261/0001-45	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001  Transferências E Convênios Federais - Vinculados	9.360,70	0,00	0,00	0,00	9.360,70	9.360,70	9.360,70	0,00
Histórico :	Substitui o empenho nº 2010/2020 referente a A.F. nº 651/2020 (Decreto 1966/2020) AQUISIÇÃO destes medicamentos manipulados tem por objetivo o uso no Centro medico embuense no combate ao COVID-19 instalado no Pq. Francisco Rizo, para serem dispensados nos pacientes em tratamento do corona virus.										



## Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

### Movimentação de Empenho - Aplicação

Período de 23/03/2020 à 26/06/2020

Órgão - 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Fonte Recurso - 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Aplicação - 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

3120001 - COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

#### Todos os Empenhos

Empenho	Data	Credor	Ficha / Dotação	Valores						Valor OP	OP Baixada	Saldo Pagar
				Empenho	Estorno	Anulado	Não Processado	Processado				
2081/2020	13/04/2020	29842 - Associação Metropolitana De Gestão-Amg CNPJ 07.400.978/0001-90	577 - 11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - CONTRATO EMERGENCIAL Nº04/2020-DESPESAS PARA O CENTRO MÉDICO EMBUENSE DE COMBATE AO CORONAVIRUS												
2095/2020	15/04/2020	23890 - Vassouras Embu Comercio De Vassouras Ltda Epp CNPJ 13.245.716/0001-09	575 - 11.01.3.3.90.30.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	103.250,00	0,00	0,00	0,00	103.250,00		103.250,00	103.250,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
Substitui o EMPENHO Nº 1969/2020 REFERENCIA A F. Nº 645/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA AQUISIÇÃO DE ALCOOL, SE JUSTIFICAR PELA NECESSIDADE DE MUNICÍPIOS PACIENTES E COLABORADORES CONSIGAM FAZER A HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ DIMINUINDO ASSIM O RISCO DE CONTRAIR E DISSEMINAR GRIPE												
2123/2020	16/04/2020	25170 - Waldir Tavares De Souza Serviços - Me CNPJ 15.828.434/0001-51	577 - 11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	181.950,00	0,00	0,00	0,00	181.950,00		181.950,00	181.950,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
SERVICO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA PARA USO NO CENTRO MÉDICO DE COMBATE AO CORONAVIRUS, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 006/2019 - PROCESSO 57/89/2019, EM SUBSTITUIÇÃO AO EMPENHO Nº 1901/2020, ORIUNDO DA AF Nº 412/2020												
2259/2020	22/04/2020	30711 - Box Brindes - Eireli CNPJ 23.549.062/0001-52	577 - 11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00		5.500,00	5.500,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
Solicitação de confecção de sacolas em tri que contenha os itens de higiene que serão entregues aos municípios em atendimentos pela equipe de higienização individual, estamos solicitando confecção de sacolas em tri que contenha os itens de higiene												
2391/2020	29/04/2020	23244 - Tecnicos Em Imagem Comercial Ltda Epp CNPJ 02.513.582/0001-35	575 - 11.01.3.3.90.52.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	257.143,00	0,00	0,00	0,00	257.143,00		257.143,00	257.143,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
Solicito a aquisição de equipamentos hospitalar essenciais para o tratamento dos pacientes no Centro Médico Embuense de Combate ao Corona vírus e unidades de atendimento 24 horas desta municipalidade												
2417/2020	29/04/2020	23244 - Tecnicos Em Imagem Comercial Ltda Epp CNPJ 02.513.582/0001-35	575 - 11.01.3.3.90.52.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	5.850,00	0,00	0,00	0,00	5.850,00		5.850,00	5.850,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
Substitui o EMPENHO Nº 210/2020 REFERENCIA A F. Nº 658/2020 (DECRETO 1966/2020) PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS SE JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE MUNICÍPIOS PACIENTES E COLABORADORES CONSIGAM UTILIZAR DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ DIMINUINDO ASSIM O RISCO DE CONTRAIR E DISSEMINAR GRIPE												
2553/2020	08/05/2020	30706 - Berned Comercio Eireli CNPJ 26.149.292/0001-12	577 - 11.01.3.3.90.39.10.302.3003.3.127.05.3120001 Transferências E Convênios Federais - Vinculados	15.750,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00		15.750,00	15.750,00	0,00
<b>Histórico :</b>												
Solicitação de confecção de coletes em tecido Oxford para uso dos profissionais dos equipamentos de saúde												
Para que não ocorra o caso nos outros equipamentos de saúde estão usando todos os meios de comunicação e materiais para uso individual onde não colocamos em risco a vida dos profissionais que estão realizando orientações técnicas nas ruas e residências. Para que essas ações estejam solicitando confecções de coletes.												





# Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

## Movimentação de Empenho - Aplicação

Período de 23/03/2020 à 26/06/2020

Órgão - 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Fonte Recurso - 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Aplicação - 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

312001 - COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Todos os Empenhos

Empenho	Data	Credor	Ficha / Dotação	Empenho	Estorno	Anulado	Não Processado	Processado	Valor OP	OP Baixada	Saldo Pagar
2698/2020	27/05/2020	29842 - Associação Metropolitana De Gestão-Ámg CNPJ 07.400.978/0001-90	589 - 11.01.3.3.90.39.10.302.3020.3.127.05.3120001-90	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	0,00
Transferências E Convênios Federais - Vinculados											
<b>Historico :</b> REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2020 -CONTRATO EMERGENCIAL nº 043/2020-DESPESAS PARA O CENTRO MÉDICO EMBUENSE DE COMBATE AO CORONAVIRUS.											
2764/2020	29/05/2020	28068 - Mega Med - Produtos E Serviços Hospitalares Ltda Epp CNPJ 05.203.057/0001-01	576 - 11.01.4.4.90.52.10.302.3003.3.127.05.3120001	136.750,00	0,00	0,00	136.750,00	0,00	0,00	0,00	136.750,00
Transferências E Convênios Federais - Vinculados											
<b>Historico :</b> Solicito a aquisição dos oxímetros de pulso e oxímetro de dedo para uso no Centro Médico Embuense de Combate ao Coronavírus e nas diversas unidades e serviços de saúde nos atendimentos aos munícipes. 3.01 - ALMOXARIFADO DA SAÚDE 11 - SECRETARIA DE SAÚDE Com a instalação do Centro Médico Embuenses de Combate ao Coronavírus para atendimento aos munícipes e pacientes com quadros graves e suspeitos de covid-19, seus pulmões se enchem de fluido e existe uma superfície menor dentro dos pulmões para realizar a troca de oxigênio. Diante desse esforço incornum, é necessário a ajuda de alguns equipamentos específicos como o oxímetro de pulso e oxímetro de dedo											
<b>Total Aplicação :</b>				2.463.617,95	0,00	0,00	137.020,00	2.326.597,95	2.326.597,95	2.326.597,95	137.020,00
<b>Total Geral :</b>				2.463.617,95	0,00	0,00	137.020,00	2.326.597,95	2.326.597,95	2.326.597,95	137.020,00

*Handwritten signature and date: 28/06/2020*



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 01/04/2020 à 29/06/2020

Situação das Notas: Ambos

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19  
Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS  
Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE  
23065-H.D. DE JESUS COMERCIAL - ME

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2072/2020	5	3047/2020	15/04/2020	575	15/04/2020	7.200,00	0,00	8312	7.200,00	3800/2020	7.200,00	0,00	7.200,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
Total Credor:		/				7.200,00	0,00		7.200,00		7.200,00	0,00	7.200,00			

23244-TECNICOS EM IMAGEM COMERCIAL LTDA. EPP.

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2391/2020	5	4474/2020	08/06/2020	576	08/06/2020	257.143,00	0,00	2097	257.143,00	5413/2020	257.143,00	0,00	257.143,00	10/06/2020	10/06/2020	Efetivada
2417/2020	5	999/2020	29/04/2020	575	29/04/2020	5.850,00	0,00	2076	5.850,00	4420/2020	5.850,00	0,00	5.850,00	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
Total Credor:		/				262.993,00	0,00		262.993,00		262.993,00	0,00	262.993,00			

23890-VASSOURAS EMBU COMERCIO DE VASSOURAS LTDA EPP

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2096/2020	5	3117/2020	16/04/2020	575	16/04/2020	50.999,50	0,00	10027	50.999,50	3883/2020	50.999,50	0,00	50.999,50	17/04/2020	17/04/2020	Efetivada
2096/2020	5	3571/2020	29/04/2020	575	06/05/2020	52.250,50	0,00	10153	52.250,50	4383/2020	52.250,50	0,00	52.250,50	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada

OFR00406

Versão 15/05/2020 - 15:05

2020.07.14.15



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 01/04/2020 à 29/06/2020

Situação das Notas: Ambos

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19  
Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS  
Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
Total Credor:						1.240.000,00	0,00		1.240.000,00		1.240.000,00	0,00		1.240.000,00		

30240-TOZZ EMBALAGENS E DESCARTAVEIS LTDA																
Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2031202	5	3503/2020	29/04/2020	575	06/05/2020	10.400,00	0,00	13132	10.400,00	4312/2020	10.400,00	0,00	10.400,00	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
0		/														
Total Credor:						10.400,00	0,00		10.400,00		10.400,00	0,00	10.400,00			

30592-A.M.E. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI																
Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2032202	5	2972/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	11.760,00	0,00	069409	11.760,00	3728/2020	11.760,00	0,00	11.760,00	14/04/2020	14/04/2020	Efetivada
0		/														
2032202	5	3986/2020	15/05/2020	575	15/05/2020	5.821,20	0,00	69913	5.821,20	4856/2020	5.821,20	0,00	5.821,20	26/05/2020	26/05/2020	Efetivada
0		643/2020														
Total Credor:						17.581,20	0,00		17.581,20		17.581,20	0,00	17.581,20			

30633-JOAO PEDRO FERREIRA CANUTTO																
Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP





Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 01/04/2020 à 29/06/2020

Situação das Notas: Ambos

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19  
 Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS  
 Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2030/2020	5	2959/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	450.000,00	0,00	841	450.000,00	3708/2020	450.000,00	0,00	450.000,00	02/04/2020	02/04/2020	Efetivada
Total Credor:		/				450.000,00	0,00		450.000,00		450.000,00	0,00	450.000,00			

30665-FARMACIA MANUEL BORBA EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2080/2020	5	3035/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	9.360,70	0,00	64279	9.360,70	3788/2020	9.360,70	0,00	9.360,70	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
Total Credor:		/				9.360,70	0,00		9.360,70		9.360,70	0,00	9.360,70			

30706-BERMED COMERCIO EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2553/2020	5	4020/2020	15/05/2020	577	15/05/2020	15.750,00	0,00	352	15.750,00	4896/2020	15.750,00	0,00	15.750,00	20/05/2020	20/05/2020	Efetivada
Total Credor:		1063/2020				15.750,00	0,00		15.750,00		15.750,00	0,00	15.750,00			

30711-BOX BRINDES - EIRELI

## Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 01/04/2020 à 29/06/2020

3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação Processo	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
22569202	5	3566/2020	29/04/2020	577	06/05/2020	5.500,00	0,00	313	5.500,00	4378/2020	5.500,00	0,00	5.500,00	06/05/2020	08/05/2020	Efetiivada
0		1064/2020														
Total Credor:						5.500,00	0,00		5.500,00		5.500,00	0,00	5.500,00			
Total Geral:							2.326.597,95	0,00	2.326.597,95		2.326.597,95	0,00	2.326.597,95			

2



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1368/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00005443/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 15 de julho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



Certidão nº 865/2020

PRM-OSC-SP-00005497/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **709/2020** (de etiqueta **PRM-OSC-SP-00004872/2020**).

Dessa forma, aguarda-se resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037



AVISO DE  
RECEBIMENTO

Digital

CDIP BRASÍLIA  
01/07/2020  
Lote: 2066

**MPF**  
Ministério Público Federal



DESTINATÁRIO  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE OSASCO - Ao Sr  
AVENIDA BUSSOCABA 300  
VILA CAMPESSINA  
OSASCO SP  
06023-020

AR154491447VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

*Marcelo P. Oliveira*

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

02/07/20

TENTATIVAS DE ENTREGA

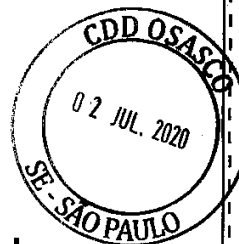
1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

*Leem*



**Certidão nº 876/2020**  
**PRM-OSC-SP-00005593/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Procedimento Preparatório – 1.34.043.000359/2020-07**

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício nº 068/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005560/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Itapeacerica da Serra**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 527/2020**, reiterado pelo **ofício 708/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 21/07/2020 18:44. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1E8453C9.1B6C18AA.3648E8ED.8B78CC62



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA**

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – CEP: 06850-040 – Fone: 4668-9000

Ofício nº 068/20-Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19)

Itapecerica da Serra, 17 de julho de 2020.

Ao Exmo. Sr.

**Dr. Douglas Guilherme Fernandes**

Procurador da República

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Município de Osasco - SP

**Ref.: Ofício 708/2020**

Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07

Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP

Reitera Ofício nº 527/2020

Senhor Procurador,

Em atenção aos termos do Ofício nº 708/2020, comunicamos a Vossa Excelência que esta Prefeitura recebeu a título de Apoio do FPM – Medida Provisória nº 938/2020, o montante de **R\$ 369.372,31** (trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), que foi devidamente contabilizado no dia 23 de abril de 2020, conforme Relatório de Movimentação de Receita anexo.

Comunicamos ainda, que o mencionado recurso está sendo destinado ao custeio das ações e serviços para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus (COVID-19). Do valor repassado já foram utilizados o montante de **R\$ 329.869,94** (trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos), referente ao Apoio do FPM, não abrangido pela vinculação estabelecida na Portaria nº 774 do Ministério da Saúde, conforme relatório de Movimentação de pagamento anexo.

Respeitosamente,

JORGE COSTA

Prefeito e Presidente do Comitê de Crise Contra o COVID-19

CLÁUDIO SILVESTRE RODRIGUES JUNIOR  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



## Receta Orçamentária - Balanço Analítico - 04 / 2020

DATA 14/07/2020	Receta	No.	Ponte	C. Apl.	Especificação	No Mes	No Ano (a)	Prevista (b)	Prevista Atualizada	Diferença (b-a)	Página
	1.7.1.8.12.1.1.0009	00748	05	5005002	pub-palr-finas	40.879,68	126.236,08	532.361,68	532.361,68	406.135,60	15
	1.7.1.8.12.1.1.0011	00750	05	5005008	pae-ac-saica-finas	56.627,34	56.627,34	300.000,00	300.000,00	243.372,66	
	1.7.1.8.12.1.1.0012	00751	05	5005009	igd-pbf-finas	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	
	1.7.1.8.12.1.1.0013	00752	05	5005010	igd-suas-finas	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	
	1.7.1.8.12.1.1.0014	00753	05	5005011	bpc-escola-finas	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
	1.7.1.8.12.1.1.0015	00805	05	5005003	pab-ecfv-crianca,adolescente e jovem-finas	0,00	0,00	127.638,32	0,00	127.638,32	
	1.7.1.8.12.1.1.0017	00807	05	5005007	pae-mc-creas-finas	-20.693,98	11.543,98	261.600,00	261.600,00	250.058,02	
	1.7.1.8.12.1.1.0018	00810	05	5005004	pab-ecfv-crianca,adolescente e idoso-finas	23.299,27	46.598,54	0,00	127.638,32	-46.598,54	
	1.7.1.8.12.1.1.0019	00866	05	5005005	pae-mc-paeti-finas	2.437,89	34.651,63	0,00	34.651,63	-34.651,63	
	1.7.1.8.12.1.1.0020	00867	05	5005006	pae-mc-moe-finas	1.650,26	14.656,49	0,00	14.656,49	-14.656,49	
	1.7.1.8.99.0.0.0000				OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	369.372,31	369.372,31	0,00	369.372,31	-369.372,31	
	1.7.1.8.99.1.0.0000				OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	369.372,31	369.372,31	0,00	369.372,31	-369.372,31	
	1.7.1.8.99.1.1.0000				OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO - PRINCIPAL	369.372,31	369.372,31	0,00	369.372,31	-369.372,31	
	1.7.1.8.99.1.1.0001	00875	01	1100000	spolo financeiro aos municipios-mp 938/2020	369.372,31	369.372,31	0,00	369.372,31	-369.372,31	
	1.7.2.0.0.0.0.0.0000				TRANSF. ESTADOS E DISTR. FEDERAIS E DE SUAS ENTIDADES	7.499.058,02	39.661.782,40	116.530.427,00	116.530.427,00	76.868.644,60	
	1.7.2.8.00.0.0.0000				TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - ESPECIFICA R/M	7.499.058,02	39.661.782,40	116.530.427,00	116.530.427,00	76.868.644,60	
	1.7.2.8.01.0.0.0000				PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	5.484.534,32	36.436.848,48	103.961.800,00	103.961.800,00	57.524.951,52	
	1.7.2.8.01.1.0.0000				COTA-PARTE DO ICMS	4.957.789,41	24.948.871,55	86.000.000,00	86.000.000,00	61.051.128,45	
	1.7.2.8.01.1.1.0000				COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	4.957.789,41	24.948.871,55	86.000.000,00	86.000.000,00	61.051.128,45	
	1.7.2.8.01.1.1.0001	00123	01	1100000	cota-parte do icms	4.957.789,41	24.948.871,55	86.000.000,00	86.000.000,00	61.051.128,45	
	1.7.2.8.01.2.0.0000				COTA-PARTE DO IPVA	442.175,30	11.240.803,59	17.200.000,00	17.200.000,00	5.959.196,41	
	1.7.2.8.01.2.1.0000				COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	442.175,30	11.240.803,59	17.200.000,00	17.200.000,00	5.959.196,41	
	1.7.2.8.01.2.1.0001	00124	01	1100000	cota-parte do ipva	442.175,30	11.240.803,59	17.200.000,00	17.200.000,00	5.959.196,41	



Movimentacao de Pagamento - Por Fonte 01 3120000 a 98 3120000

DATA 14/07/2020

Pagina 1

PAGTO	ORDEN	EMPENHO	FORNECEDOR	DOC. FISCAL	VENCIMENTO	EMISSAO	PROGR.	DC/CX	BORDERO	VALOR DO EMPENHO
-------	-------	---------	------------	-------------	------------	---------	--------	-------	---------	------------------

FONTE 01 TESOURO

CODIGO DE APLICACAO 3120000 RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS

15/04/2020	01820	04061	13672 5 IDENTIFICACAO VISUAL COM E SERV PUBLIC	01	0000000493	15/04/2020	13/04/2020	15/04/2020	00000	9.100,00
15/04/2020	01821	04060	17410 L.F. COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	01	0000000162	14/04/2020	13/04/2020	14/04/2020	00000	14.700,00
15/04/2020	01838	04059	11283 DUDU LOPES EVENTOS LTDA	01	0000000338	15/04/2020	13/04/2020	15/04/2020	00000	30.000,00
16/04/2020	01870	04058	11283 DUDU LOPES EVENTOS LTDA	01	0000000337	16/04/2020	15/04/2020	16/04/2020	00000	10.000,00
17/04/2020	01823	04057	15909 ALFREDO SORIANO GIMENEZ	01	0000000406	17/04/2020	13/04/2020	17/04/2020	00000	4.000,00
24/04/2020	01906	04062	14164 COMERCIAL KRF EIRELI	01	0000000488	24/04/2020	16/04/2020	24/04/2020	00000	15.500,00
29/04/2020	02001	04102	14164 COMERCIAL KRF EIRELI	01	0000000501	29/04/2020	23/04/2020	29/04/2020	00000	25.960,00
29/04/2020	02029	04103	03706 PAPA LIX PLASTICOS E DESCARTAVEIS LTDA.	01	0000025981	29/04/2020	24/04/2020	29/04/2020	00000	7.400,00
30/04/2020	02005	04083	15991 G.W.A. COMERCIO DE RACOES LTDA	01	0000000129	30/04/2020	23/04/2020	30/04/2020	00000	3.598,00
04/05/2020	01977	04084	16526 BACOM COM. DE EQUIP. DE PROT E EMS. LTDA	01	0000001391	04/05/2020	23/04/2020	04/05/2020	00000	1.140,60
05/05/2020	02156	04190	13672 5 IDENTIFICACAO VISUAL COM E SERV PUBLIC	01	0000000495	05/05/2020	29/04/2020	05/05/2020	00000	720,00
06/05/2020	02150	04176	12937 ELAINE CRISTINA CANDIDA DA SILVA	01	0000007463	06/05/2020	29/04/2020	06/05/2020	00000	7.147,80
11/05/2020	02254	04198	03706 PAPA LIX PLASTICOS E DESCARTAVEIS LTDA.	01	0000026003	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	1.044,00
11/05/2020	02259	04191	15009 ALFREDO SORIANO GIMENEZ	01	0000000413	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	940,00
12/05/2020	02404	04193	11283 DUDU LOPES EVENTOS LTDA	01	0000000340	12/05/2020	11/05/2020	12/05/2020	00000	12.900,00
13/05/2020	02314	04140	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000119	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	686,40
13/05/2020	02314	04140	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000071	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	189,90
13/05/2020	02314	04189	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000059	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	7.100,00
13/05/2020	02314	04200	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000118	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	718,94
13/05/2020	02314	04200	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000073	11/05/2020	04/05/2020	11/05/2020	00000	189,90
13/05/2020	02411	04262	11283 DUDU LOPES EVENTOS LTDA	01	0000000343	13/05/2020	11/05/2020	13/05/2020	00000	11.000,00
13/05/2020	02434	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001016	13/05/2020	12/05/2020	13/05/2020	00000	4.680,00
13/05/2020	02434	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001017	13/05/2020	12/05/2020	13/05/2020	00000	4.680,00
13/05/2020	02434	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001018	13/05/2020	12/05/2020	13/05/2020	00000	9.360,00
13/05/2020	02434	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001019	13/05/2020	12/05/2020	13/05/2020	00000	4.680,00
19/05/2020	02501	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001020	19/05/2020	14/05/2020	19/05/2020	00000	11.700,00
20/05/2020	02592	04932	00475 GRAFICA ROGEL LTDA-EFF	01	0000003464	20/05/2020	19/05/2020	20/05/2020	00000	5.200,00
20/05/2020	02637	04104	16664 R.C. DA SILVA COBERTURAS EIRELI	01	0000000167	20/05/2020	20/05/2020	20/05/2020	00000	30.000,00
26/05/2020	02554	04140	17300 EMP COM.DE MATERIAIS P/CONST.E PAISAG.EI	01	0000000056	22/05/2020	18/05/2020	22/05/2020	00000	1.047,10
26/05/2020	02561	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001021	22/05/2020	18/05/2020	22/05/2020	00000	7.020,00
26/05/2020	02561	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001022	22/05/2020	18/05/2020	22/05/2020	00000	4.680,00
26/05/2020	02561	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001023	22/05/2020	18/05/2020	22/05/2020	00000	4.680,00
26/05/2020	02640	05043	17463 SAUER REPRESENTACAO E SERVICOS LTDA	01	0000001075	26/05/2020	20/05/2020	26/05/2020	00000	9.950,00
27/05/2020	02258	04199	13624 HABIATAR COM. E SERV. DE MANUTENCAO LTDA	01	0000006472	27/05/2020	04/05/2020	27/05/2020	00000	2.239,00
27/05/2020	02339	04139	13624 HABIATAR COM. E SERV. DE MANUTENCAO LTDA	01	0000006471	27/05/2020	05/05/2020	27/05/2020	00000	1.106,60
28/05/2020	02628	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001024	28/05/2020	20/05/2020	28/05/2020	00000	4.680,00
28/05/2020	02628	04866	17458 A L DA SILVA COMERCIO E CONFECÇÕES	01	0000001025	28/05/2020	20/05/2020	28/05/2020	00000	12.636,00
28/05/2020	02754	04845	17450 SUPERBRANDS COM.DE PROD.DE USO PESSOAL E	01	0000020941	28/05/2020	27/05/2020	28/05/2020	00000	35.496,00
29/05/2020	02764	04261	17321 LUCAS VINICIUS DE ALMEIDA	01	0000000003	29/05/2020	28/05/2020	29/05/2020	00000	2.000,00

SUBTOTAL DO CODIGO DE APLICACAO 329.869,94

SUBTOTAL DA FONTE 329.869,94

TOTAL GERAL 329.869,94



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00005560/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **21/07/2020 08:42:18**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 41B9FA03.31E6456A.618236A8.07C7E832



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1400/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00005560/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 21 de julho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 901/2020**  
**PRM-OSC-SP-00005716/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Procedimento Preparatório – 1.34.043.000359/2020-07**

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício SAJ/GS/MP N° 343/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00005647/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Osasco**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 709/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 28/07/2020 17:01. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave EE94B5C5.C573C38A.AF64A8C3.2D52C98F



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO**

Osasco, 23 de julho de 2020.

**Ofício SAJ/GS/MP N° 343/2020**

Despacho/Ofício MPF n° 709/2020

Procedimento Preparatório n° 1.34.043.000359/2020-07

Exmo. Senhor Procurador da República,

Pelo presente, cumprimentando-o, e em atenção as referências em epígrafe, encaminho-lhe, em anexo, cópia de documentação e das informações prestadas pela Subsecretaria do Tesouro Municipal - STM e pela Secretaria de Saúde - SS.

Na oportunidade, apraz-me renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

**Felipe Iascane Neto**  
Secretário Adjunto  
Procurador do Município

*Exmo. Sr. Procurador da República*  
*Dr. Douglas Guilherme Fernandes*  
*Procuradoria da República no Município de Osasco*  
*Rua: Padre Damaso, 294, Centro, Osasco/SP*  
*CEP: 06016-010 - Fone: 2107-6400*

GAB/SAJ ...Rita



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00005647/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **23/07/2020 15:28:50**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 714E8375.8243D880.576BA760.C064086D



## Medida Provisória nº 938, de 2020

07

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

## Ementa:

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

## Explicação da Ementa:

*Estabelece que a União prestará apoio financeiro aos estados e aos municípios mediante o repasse do montante correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados pelos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), de março a junho do exercício de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade.*

*Estipula que o valor do apoio financeiro será de até R\$ 4 bilhões por mês e totalizará até R\$ 16 bilhões no período. Caso a diferença apurada para um mês específico seja maior do que R\$ 4 bilhões, os recursos disponíveis para os meses seguintes poderão ser utilizados mediante autorização do Ministério da Economia. Já na hipótese de que essa diferença seja menor do que R\$ 4 bilhões, somente os valores apurados serão repassados. Por fim, se a diferença apurada no total dos quatro meses for maior do que R\$ 16 bilhões, o repasse para cada ente federativo será realizado de forma proporcional ao valor disponível.*

Assunto: Econômico - Planejamento e orçamento

Data de Leitura: -

null

Decisão: -

Último local: 07/04/2020 - MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Câmara dos Deputados)

Destino: -

Último estado: 13/04/2020 - MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

## TRAMITAÇÃO

01/06/2020 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Hildo Rocha (MDB-MA)

29/05/2020 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 46, de 28/05/2020, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 29/05/2020 – Seção 1 – Pág. 2)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSA

PMO

Movimento Analítico de Receitas

Período 14/04/2020 a 05/06/2020

Banco		Vínculo		Cad BC		Agência		Conta Bancária		Valor
Ficha	Natureza da Receita	Vínculo		Data	Seq	Histórico				
2 - 2037 - BB - FPM	523 1.7.1.8.99.1.1.017 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - AUXÍLIO FINANCEIRO	01.110.00 - TESOURO-GERAL	01.110.00 - TESOURO-GERAL	14/04/2020	47993	Arrecadação Diária	1	637-8	73005-0	369.372,31
			01.110.00 - TESOURO-GERAL	07/05/2020	53826	Arrecadação Diária				336.958,78
			01.110.00 - TESOURO-GERAL	05/06/2020	64339	Arrecadação Diária				1.619.245,75
										2.325.576,84
										2.325.576,84
										2.325.576,84
										Sub Total
										Total do Banco
										Total Geral





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

PMO

## Movimento Analítico de Receitas

Período 31/03/2020 a 30/04/2020

Banco	Ficha	Natureza da Receita	Vínculo	Vínculo	Data	Seq	Histórico	Cod BC	Agência	Conta Bancária	Valor
2 - 4710 - CEF - SAÚDE - SP353440 FMS CT SUSCUSTEIOSUS - C/C	518	1.7.1.8.99.1.1.016 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - CORONAVIRUS	05.310.00 - SAÚDE-GERAL	05.312.00 - RECURSOS PARA COMBATE AO COF	31/03/2020	38177	Arrecadação Diária	104	326-0	00600624015-3	1.393.700,00
				05.312.00 - RECURSOS PARA COMBATE AO COF	13/04/2020	44783	Arrecadação Diária				4.498.753,46
				05.312.00 - RECURSOS PARA COMBATE AO COF	30/04/2020	47965	Arrecadação Diária				1.440.000,00
											7.332.453,46
											7.332.453,46
											7.332.453,46



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**

Papel para informação, rubricado como folha nº 10 do processo nº 9860/2020.

Ao Gabinete/ SAJ  
Sr. Secretário Adjunto

Confirmamos o recebimento dos valores citados pelo Ministério Público Federal, conforme fls 8 e 9, que demonstra a contabilização desses valores.

Quanto ao questionamento de destinação dos valores da Medida Provisória nº 938/2020, esclareço que estes valores estão sendo utilizados para compor o caixa da PMO, tendo em vista que a liberação de tal recurso foi feita para mitigar os efeitos negativos da crise financeira decorrente do estado de calamidade pública, com fechamento dos comércios e prestação de serviços, e possível queda de arrecadação, o que de fato aconteceu.

No tocante ao questionamento de destinação dos recursos do Fundo Nacional de Saúde, submeto o PA a Secretaria de Saúde, pois é de sua competência ordenar a despesa da Pasta.

Osasco, 14/07/2020.

  
**Elizandra Brito B. S. Silva**  
Diretora do Depto Financeiro

A SS  
Sr. Secretário

Segue conforme esta nota. Após encaminhar a SAJ.

14/07/20

  
Elizandra Brito B. S. Silva  
Diretora do Departamento  
Financeiro-STM/SF

AO

FMS

A/C Diretoria

Encaminho para  
subsidiar as informações  
requeridas MPF às fls. 02.  
Após retorno para conhecimento.

15/07/2020

*flu.*  
Juliana Rodrigues da Silva  
Diretora Depto de Corregedoria  
Secretaria de Saúde



Fis. <u>11</u> do Processo
N.º <u>1</u>
Servidor <u>GOVCONTA CAIXA</u>

## :: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

326600002

0326/006/00624015-3

SP 353440 FMS CT SUSCUSTEIOSUS

de: 30/03/2020 até: 02/04/2020

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
30/03/2020	-	SALDO ANTERIOR		0,00
31/03/2020	000001	CRED TED	1.393.700,00C	1.393.700,00C
31/03/2020	990001	APL AUTOM	1.393.700,00D	0,00
01/04/2020	292170	PAG FORNEC	105.541,00D	105.541,00D
01/04/2020	727220	RESG AUTOM	105.541,00C	0,00
02/04/2020	000001	CRED TED	4.254.378,46C	4.254.378,46C
02/04/2020	000001	CRED TED	223.440,00C	4.477.818,46C
02/04/2020	000001	CRED TED	681.255,32C	5.159.073,78C
02/04/2020	000001	CRED TED	109.416,66C	5.268.490,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	115.500,00C	5.383.990,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	23.800,00C	5.407.790,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	343.388,85C	5.751.179,29C
02/04/2020	000001	CRED TED	11.760,00C	5.762.939,29C
02/04/2020	990001	APL AUTOM	5.762.939,29D	0,00
02/04/2020	-	SALDO FINAL		0,00

IMPRIMIR

FECHAR





## :: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato:

GovConta CAIXA:

Conta Referência:

Nome:

Período:

Fis. 12	do Processo
1º	
Servidor	

GOVCONTA CAIXA

326600002

0326/006/00624015-3

SP 353440 FMS CT SUSCUSTEIOSUS

de: 01/04/2020 até: 30/04/2020

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
01/04/2020	-	SALDO ANTERIOR		0,00
01/04/2020	292170	PAG FORNEC	105.541,00D	105.541,00D
01/04/2020	727220	RESG AUTOM	105.541,00C	0,00
02/04/2020	000001	CRED TED	4.254.378,46C	4.254.378,46C
02/04/2020	000001	CRED TED	223.440,00C	4.477.818,46C
02/04/2020	000001	CRED TED	681.255,32C	5.159.073,78C
02/04/2020	000001	CRED TED	109.416,66C	5.268.490,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	115.500,00C	5.383.990,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	23.800,00C	5.407.790,44C
02/04/2020	000001	CRED TED	343.388,85C	5.751.179,29C
02/04/2020	000001	CRED TED	11.760,00C	5.762.939,29C
02/04/2020	990001	APL AUTOM	5.762.939,29D	0,00
03/04/2020	000001	CRED TED	80.906,10C	80.906,10C
03/04/2020	000001	CRED TED	237.475,00C	318.381,10C
03/04/2020	031348	ENVIO TEV	1.704,67D	316.676,43C
03/04/2020	292170	PAG FORNEC	1.530.994,40D	1.214.317,97D
03/04/2020	727220	RESG AUTOM	1.214.317,97C	0,00
06/04/2020	000001	CRED TED	18.000,00C	18.000,00C
06/04/2020	990001	APL AUTOM	18.000,00D	0,00
08/04/2020	000001	CRED TED	6.817,85C	6.817,85C
08/04/2020	000001	CRED TED	8.028,13C	14.845,98C
08/04/2020	000001	CRED TED	25.366,07C	40.212,05C
08/04/2020	292170	PAG FORNEC	2.038.222,38D	1.998.010,33D
08/04/2020	292170	PAG FORNEC	23.475,97D	2.021.486,30D
08/04/2020	727220	RESG AUTOM	2.021.486,30C	0,00
13/04/2020	000001	CRED TED	4.498.753,46C	4.498.753,46C
13/04/2020	990001	APL AUTOM	4.498.753,46D	0,00
14/04/2020	141607	CRED TEV	120.310,48C	120.310,48C
14/04/2020	141607	CRED TEV	1.046.189,65C	1.166.500,13C
14/04/2020	141608	CRED TEV	1.585.893,69C	2.752.393,82C
14/04/2020	990001	APL AUTOM	2.752.393,82D	0,00
15/04/2020	292170	EST PG FOR	18.000,00C	18.000,00C
15/04/2020	292170	EST PG FOR	15.000,00C	33.000,00C
15/04/2020	292170	EST PG FOR	22.500,00C	55.500,00C
15/04/2020	000001	CRED TED	162.657,72C	218.157,72C
15/04/2020	292170	PAG FORNEC	2.892.418,64D	2.674.260,92D
15/04/2020	292170	PAG FORNEC	614.470,53D	3.288.731,45D
15/04/2020	727220	RESG AUTOM	3.288.731,45C	0,00
16/04/2020	161705	ENVIO TEV	3.172,07D	3.172,07D
16/04/2020	292170	PAG FORNEC	744.026,76D	747.198,83D
16/04/2020	292170	PAG FORNEC	2.700,00D	749.898,83D
16/04/2020	727220	RESG AUTOM	749.898,83C	0,00
17/04/2020	000001	CRED TED	33.217,00C	33.217,00C
17/04/2020	000001	CRED TED	357,55C	33.574,55C



17/04/2020	990001	APL AUTOM	33.574,55D	0,00
20/04/2020	000001	CRED TED	86.634,67C	86.634,67C
20/04/2020	000001	CRED TED	19.250,00C	105.884,67C
20/04/2020	990001	APL AUTOM	105.884,67D	0,00
23/04/2020	000001	CRED TED	250.000,00C	250.000,00C
23/04/2020	990001	APL AUTOM	250.000,00D	0,00
24/04/2020	000001	CRED TED	140.000,00C	140.000,00C
24/04/2020	241543	CRED TEV	6.124,67C	146.124,67C
24/04/2020	292170	PAG FORNEC	13.500,00D	132.624,67C
24/04/2020	292170	PAG FORNEC	397.840,20D	265.215,53D
24/04/2020	727220	RESG AUTOM	265.215,53C	0,00
29/04/2020	110002	ENVIO TED	444.671,07D	444.671,07D
29/04/2020	110497	ENVIO TED	7.705,54D	452.376,61D
29/04/2020	291357	ENVIO TEV	15.808,48D	468.185,09D
29/04/2020	292170	PAG FORNEC	1.525.936,02D	1.994.121,11D
29/04/2020	292170	PAG FORNEC	6.225,45D	2.000.346,56D
29/04/2020	727220	RESG AUTOM	2.000.346,56C	0,00
30/04/2020	000001	CRED TED	1.440.000,00C	1.440.000,00C
30/04/2020	292170	PAG FORNEC	46.470,00D	1.393.530,00C
30/04/2020	292170	PAG FORNEC	32.500,00D	1.361.030,00C
30/04/2020	990001	APL AUTOM	1.361.030,00D	0,00
30/04/2020	-	SALDO FINAL		0,00

IMPRIMIR

FECHAR



## Extrato conta corrente

Fis. 14 do Processo

Servidor

G332171517949994006  
17/07/2020 15:21:00

## Cliente - Conta atual

Agência 637-8  
Conta corrente 87993-2 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Período do extrato 03/2020

## Lançamentos

Dt.	Dt.	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
movimento	balancete				
28/02/2020		Saldo Anterior			0,00 C
13/03/2020		+ Transferência recebida	550.637.000.079.115	700.000,00 C	
13/03/2020		TED Transf.Eletr.Disponiv	5.459	129.386,23 D	
13/03/2020		Pagamento a Fornecedores	5.460	515.260,32 D	
13/03/2020		BB CP Automatico S P	70	55.353,45 D	0,00 C
19/03/2020		Pagamento a Fornecedores	4.947	57.475,00 D	
19/03/2020		BB CP Automatico S P	70	57.475,00 C	0,00 C
30/03/2020		+ Ordem Bancária	202.003.300.049.930	5.017.320,00 C	
30/03/2020		+ Ordem Bancária	202.003.300.049.943	3.344.880,00 C	
30/03/2020		+ Transferência enviada	551.897.000.100.919	73,57 D	
30/03/2020		BB CP Automatico S P	70	8.362.126,43 D	0,00 C
31/03/2020		SALDO			0,00 C

-----  
OBSERVAÇÕES:  
-----

Transação efetuada com sucesso por: J2827891 ANA MANOEL PEDROSO.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALARES	6.836/2020	450.000,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA RENATO BEZERRA DA SILVA CONFECÇÃO	6.878/2020	34.800,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA UNIE X UNIFORMES EXPRESS EIRELLI - D	7.020/2020	566.800,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA BLUE SOLUÇÕES HOSPITALARES EIRELLI	6.833/2020	85.000,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA QUALITY MEDICAL COM E DISTRIB DE MED	6.990/2020	750.000,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA MARQUES MED DISTRIBUIDORA DE MED	6.991/2020	487.550,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA COMERCIAL 3 ALBE LTDA - DCPG	7.026/2020	150.000,00
1823	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO	6.908/2020	537.717,80
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALARES	7.027/2020	621.220,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA BIA'S CONFECÇÃO E COMERCIO DE ROU	7.279/2020	72.000,00
1823	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALARES	7.117/2020	780.000,00
			4.535.087,80

1829	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO	6.415/2020	630.000,00
1829	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA J ALVES CONSULTORIA GESTÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS LTDA - DCPG	7.023/2020	146.422,11
1829	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA EMPREISERVICE SERVIÇOS LTDA - DCPG	6.167/2020	160.510,00
1829	PAGAMENTO INDENIZATORIO A FAVOR DA EMPRESA J.ALVES CONSULTORIA,	6.256/2020	451.496,99
1829	PAGAMENTO INDENIZATORIO A FAVOR DA EMPRESA BRASMED COMERCIO E	6.694/2020	300.750,00
1829	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO	6.908/2020	42.891,42
1829	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA EMPREISERVICE SERVIÇOS LTDA - DCPG	6.164/2020	485.746,10
1829	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA EMPREISERVICE SERVIÇOS LTDA - DCPG	6.880/2020	126.000,00
1829	ALIMEX - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PR	6.909/2020	700.650,00
1829	SS - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST	7.997/2020	504.078,00
			3.548.544,62

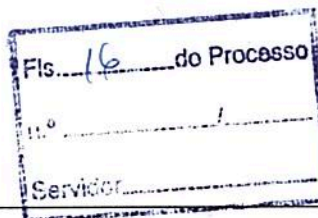
8.083.632,42

Fls. 15 do Processo

N.º

Servidor



**Extrato conta corrente**G335171519955503007  
17/07/2020 15:23:33**Cliente - Conta atual**

Agência 637-8  
Conta corrente 93080-6 CONVENIO CDQ  
Período do extrato 03/2020

**Lançamentos**

Dt.	Dt.	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
	movimento balancete				
06/12/2019		Saldo Anterior			0,00 C
31/03/2020		+ Ordem Banc?ria	202.003.300.069.944	1.190.446,38 C	
31/03/2020		SALDO			1.190.446,38 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JD077729 FERNANDO M OLIVEIRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

1883 PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA CIRURGICA IZAMED LTD  
1883 PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA P.S DISTRIBUIDORA DE  
1883 PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES

19.950,00  
45.000,00  
64.000,00  
128.950,00

6.443/2020  
6.834/2020  
7.424/2020

1889 Biomega - 7.000 - Kits Testes Rápidos

1.050.000,00

6.664/2020

1.178.950,00

Fls.	12	do Processo
N.º		
Server:		



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

Osasco, 16 de julho de 2020.

Papel para informação, rubricado como Fl. **18**  
do Processo Administrativo nº 9860/2020

Para: Gabinete  
A/C Corregedoria

**Ref.: Aplicação de recursos**

- R\$ 1.393.700,00 – Ficha 1878  
Aplicação de R\$ 1.171.827,00 no Processo Administrativo nº 8117/2020 – Contrato Emergencial de mão de obra técnica especializada para enfrentamento da pandemia Covid19.
- R\$ 4.498.753,46 e R\$ 1.440.000,00 – Ficha 1898.  
Aplicação integral no Processo Administrativo nº 27.219/2019 – Aditamento no Contrato de Gestão nº 006/2020.
- R\$ 1.190.446,38 – Fichas 1883 e 1889.  
A ser aplicado nos processos administrativos identificados na Fl. 17

Atenciosamente,

Eduardo Santana Cordeiro  
**DIRETORIA DE GESTÃO E CONTROLE**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

quinta-feira, 25 de junho de 2020.

Papel para informação, rubricado como folha nº 19 do Processo Administrativo nº 9860/2020 de 08/07/2020.

À

Secretaria de Assuntos Jurídicos

A/C

Felipe Lascane Neto

Segue cota para ciência e realização de análise da Fl. 18, quanto a Aplicação de recursos repassadas pelo Governo Federal, com o intuito do enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), conforme solicitado em Fl. 02 através do Despacho/Ofício nº 709/2020.

Certos de sua atenção, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e consideração.

  
**Fernando Machado Oliveira**  
Secretário Municipal de Saúde



*Recebi  
Pela  
15h25  
22/07/20*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1436/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00005647/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 27 de julho de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



Certidão nº 1020/2020

PRM-OSC-SP-000063392020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Procedimento Preparatório - 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

Compulsando os autos, verifica-se que o prazo para a **Prefeitura de Carapicuíba** apresentar resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 710/2020** expirou em **16/07/2020**, conforme o Aviso de Recebimento juntado (**Documento nº 30 de** etiqueta **PRM-OSC-SP-00005211/2020**).

Ante o exposto, torno os autos conclusos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes, Procurador da República em Osasco.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037



# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

Carapicuíba, 03 de Setembro de 2020

**Ofício nº 882/SAJ/2020**

**Ref.: Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Processo Administrativo nº 17231/2020**

**Em atenção ao Despacho/Ofício nº 710/2020**

Excelentíssimo Procurador Douglas Guilherme Fernandes,

Venho por meio deste, em atenção ao despacho/ofício em epígrafe, encaminhar as informações prestadas pela Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Comunicação Interna nº 592/SEFAZ/2020, conforme cópias que acompanham o presente.

Sem mais, para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Ricardo Martinelli de Paula**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

À

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**

Rua Padre Damaso, 294, CEP 06016-010, Centro, Osasco/SP

C.L.G./E.P.S.

Av. Santa Terezinha, 40, CEP 06310-010, Centro, Carapicuíba/SP – CNPJ/MF nº 44.892.693/0001-40 – Fone: 4164-2070

Carapicuíba, 16 de Julho de 2020.

Comunicação Interna nº **592/SEFAZ/2020**

Ao  
Senhor **Ricardo Martinelli de Paula**  
Secretaria de Assuntos Jurídicos - Carapicuíba - SP  
A/C Drª Elaine

Em resposta à Comunicação Interna nº 1755/SAJ/2020, GIAP 6122/2020 referente Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07 Processo Administrativo nº 17231/2020, segue anexo os dados ( planilhas ) das Receitas e Despesas pagos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



**Marcelo Benedito Botelho**  
**Secretário Municipal**  
**Secretaria da Fazenda**

Caroline de Lima Gregório  
Assessora  
Matr. 49904  
20/07/20





**CIDADE DE  
CARAPICUÍBA**

**SECRETARIA  
DA FAZENDA**

### Transferências de Recursos para Enfrentamento ao Covid 19

Data	Valor	Transferência
30/03/2020	R\$ 1.594.444,00	Estado
30/03/2020	R\$ 2.391.666,00	Estado
31/03/2020	R\$ 102.089,75	Estado
31/03/2020	R\$ 797.222,00	União
13/04/2020	R\$ 685.925,42	União



DATA DE PAGAMENTO	VALOR	FONCEDOR	OBJETO	HN+VZ	CNPJ
17/04/2020	R\$ 430.603,48	CENTRO DE ESTUDIOS E PESQUISAS "DR. JOAO ANTONIO"	CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONTRATO DE GESTAO, ORIENTANDO O GERENCIAMENTO DE OPERACIONALIZACAO E EXECUCAO DAS ACOES DE SERVICOS DE SAUDE NO CENTRO DE ENFIMAMENTO	378	06.518.325/0001-83
17/04/2020	R\$ 93.000,00	ALFA FARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA	ADQUISICAO DE HORMON CONJUGAL 400 MG	30	07.455.546/0001-46
23/04/2020	R\$ 1.127,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE PROTETOR SOLAR	742	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	729	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	741	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	742	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	743	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	744	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	745	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	746	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	747	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	748	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	749	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	750	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	751	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	752	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	753	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	754	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	755	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	756	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	757	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	758	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	759	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	760	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	761	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	762	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	763	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	764	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	765	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	766	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	767	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	768	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	769	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	770	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	771	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	772	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	773	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	774	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	775	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	776	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	777	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	778	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	779	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	780	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	781	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	782	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	783	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	784	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	785	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	786	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	787	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	788	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	789	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	790	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	791	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	792	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	793	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	794	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	795	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	796	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	797	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	798	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	799	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	800	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	801	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	802	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	803	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	804	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	805	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	806	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	807	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	808	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	809	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	810	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	811	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	812	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	813	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	814	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	815	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	816	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	817	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	818	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	819	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	820	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	821	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	822	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	823	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	824	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	825	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	826	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	827	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	828	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	829	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	830	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	831	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	832	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	833	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	834	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	835	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	836	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	837	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	838	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	839	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	840	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	841	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	842	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	843	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	844	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	845	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	846	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	847	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	848	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	849	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	850	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	851	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	852	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	853	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	854	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	855	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	856	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	857	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	858	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	859	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	860	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592,00	MAX GATE COMERCIAL LTDA	ADQUISICAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO	861	22.718.188/0001-38
23/04/2020	R\$ 1.592				



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 1646/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00006527/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 8 de setembro de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 1059/2020**  
**PRM-OSC-SP-00006586/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Procedimento Preparatório – 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedi a juntada aos autos em epígrafe, em fls. anteriores, do **Ofício nº 882/SAJ/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP- 00006527/2020**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Carapicuíba**, em resposta ao ofício **710/2020**.

**CONCLUSÃO**

Torno os autos conclusos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes,  
Procurador da República em Osasco/SP.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 09/09/2020 13:06. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 807E617F.7503821E.5223E937.48007775



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFÍCIO Nº /2020**

Etiqueta:

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“[www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º Ofício**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**PORTARIA Nº 17 /2020**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio do Procurador da República signatário, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, artigo 127, *caput*; Lei Complementar n. 75/93, artigo 1º);

**CONSIDERANDO** ser função do Ministério Público, entre outras, a promoção do Inquérito Civil Público e da Ação Civil Pública para proteger o patrimônio público e social (Lei nº 7.347/1985, artigo 1º, inciso VIII)

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, além do quanto disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, artigo 17);

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus.

**CONSIDERANDO** o término do prazo de tramitação do Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07 e a necessidade de ulteriores diligências com o objetivo de melhor elucidar o caso;

**RESOLVE** instaurar, com fundamento no artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, **INQUÉRITO CIVIL** para a completa elucidação e verificação dos fatos contidos na documentação enviada pela 5ª CCR. Assim sendo, **determino**:

1. Formalize-se o procedimento.
2. Comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.
3. Após a regularização dos autos, providencie-se a expedição de ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, ao Ministério da Saúde em São Paulo, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a fim de que respondam aos questionamentos outrora formulados por este órgão ministerial no despacho constante dos autos.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º Ofício**

---

Osasco, 22 de outubro de 2020.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

**RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010**  
**OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFÍCIO Nº 993/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007358/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“[www.peticionamento.mpf.mp.br](http://www.peticionamento.mpf.mp.br)”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 994/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007359/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“[www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 995/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007360/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta**<sup>1</sup> a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União**<sup>2</sup> e à **Controladoria-Geral da União**<sup>3</sup>, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticonamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 996/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007361/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticionamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFÍCIO Nº 997/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007362/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticonamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 998/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007363/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticonamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 999/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007364/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“[www.peticionamento.mpf.mp.br](http://www.peticionamento.mpf.mp.br)”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 1000/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007365/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta**<sup>1</sup> a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União**<sup>2</sup> e à **Controladoria-Geral da União**<sup>3</sup>, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticionamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFÍCIO Nº 1001/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007366/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta<sup>1</sup>** a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União<sup>2</sup> e à Controladoria-Geral da União<sup>3</sup>**, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
1º OFÍCIO

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“www.peticonamento.mpf.mp.br”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Termo de Conversão**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.34.043.000359/2020-07

**Classe de origem:**

Procedimento Preparatório

**Classe de destino:**

Inquérito Civil

**Data prevista de finalização:**

22/10/2021

**Usuário:**

ALBERTO CARLOS GOMES

**Data:**

22/10/2020 15:41



PRM-OSC-SP-00007556/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO nº 1228/2020**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 526/2020** (etiqueta **PRM-OSC-SP-00003725/2020**).

Osasco, na data da assinatura digital.

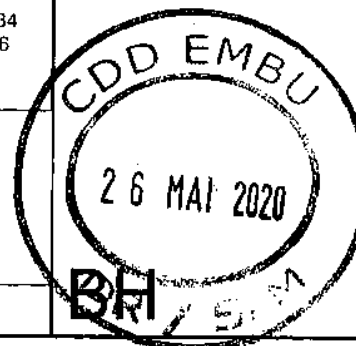
*Assinado digitalmente*  
**Ricardo Y. Yoshida**  
Técnico Administrativo

**CORREIOS****AR Digital**

Segunda Via

ESPAÇO  
RESERVADO  
À MENÇÃO MP**DESTINATÁRIO**

PREFEIRA DO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES  
RUA ANDRÔNICO DOS PRAZERES GONÇALVES  
06803-900 - EMBU DAS ARTES - SP

99123934  
68/2016CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

AR147384867VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**ATENÇÃO:**  
Após 3 tentativas,  
devolver o objeto.**MOTIVO DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se            | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço            | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido        | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros              |  |

RUBRICA DE MATRÍCULA DO  
CARTEIRO

89168038

ASSINATURA DO RECEBEDOR

TAINAH GRUJEN GARCIA

DATA ENTREGA

26/05/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TAINAH GRUJEN GARCIA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

459376512



Certidão nº 1247/2020

PRM-OSC-SP-00007643/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007616, 7617, 7618, 7619, 7613, 7615 e 7612/2020**, referente(s) ao(s) Ofício(s) **PRM-OSC-SP nº 993, 994, 995, 996, 997, 1000 e 1001/2020** (etiquetas **PRM-OSC-SP-00007358, 7359, 7360, 7361, 7362, 7365 e 7366/2020**).

Dessa forma, aguarda-se a resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito. Nada mais.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
ASI 18037



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

**DESTINATÁRIO:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA  
SERRA - CLAUDIO SILVESTRE RODRIGUES  
JÚNIOR  
AVENIDA EDUARDO ROBERTO DAHER 1135  
COMPLEXO ADMINISTRATIVO, BLOCO A  
CENTRO  
06850-040 - ITAPECERICA DA SERRA - SP

AR184488883VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Lucilene Maria Silva

DATA DE ENTREGA

02/11/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG 24.586.148-8  
Protocolo

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

245861488

89269241





Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CARAPICUÍBA -  
RICARDO MARTINELLI  
AVENIDA SANTA TEREZINHA 40  
VILA CALDAS  
06310-010 - CARAPICUÍBA - SP

AR184488866VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

P. M. Carapicuíba  
Matr. 41.116  
Elizabeth M. Oliveira

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

889303962

DATA DE ENTREGA

DOCUMENTO DE IDENTIDADE

505000295



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**

SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS DA  
PREFEITURA DE COTIA-SP - SECRETARIA DE  
NEGÓCIOS JURÍDICOS  
AVENIDA ROTARY 110  
JARDIM NOMURA  
06717-090 - COTIA - SP

AR184488870VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h

3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_h

**ATENÇÃO:**  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

43.808.097-X

*Caribe*



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

MPF  
Ministério Público Federal



DESTINATÁRIO:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE OSASCO -  
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SR. IVO  
GOBATTO  
AVENIDA BUSSOCABA 300 300 SECRETARIA DE  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
VILA CAMPESINA  
06023-901 - OSASCO - SP

AR184488778VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Para F. Oliveira*

DATA DE ENTREGA

04/11/20

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

30374467

*89323785*



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**

SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE  
EM SÃO PAULO - MINISTÉRIO DA SAÚDE  
AVENIDA NOVE DE JULHO 611  
BELA VISTA  
01312-000 - SÃO PAULO - SP

AR184488591VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____          |  |

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Alessandro Faria  
MAT 81117000

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

*Rosely Lucas*

DATA DE ENTREGA

03 NOV 2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

24958764-8



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**

SMA EMBU - PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU  
DAS ARTES - SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ASSUNTOS JURÍDICOS - SEC  
RUA ANDRÔNICO DOS PRAZERES GONÇALVES 114 114

CENTRO  
06803-900 - EMBU DAS ARTES - SP

AR184488910VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

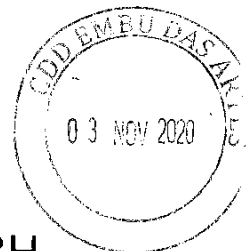
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_h

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

FERNANDO MAS WESLEY RODRIGUES  
Matrícula nº 12289

ASSINATURA DO RECEBEDOR

SECRETARIA DE Estado de Pessoas e  
Materiais Administrativa

DATA DE ENTREGA

03/11/2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

89290469



Digital

CDIP CURITIBA  
29/10/2020  
Lote: 3788

**MPF**  
Ministério Público Federal



**DESTINATÁRIO:**

TCE - SP - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE  
SÃO PAULO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
AVENIDA RANGEL PESTANA 315 315  
SE  
01017-906 - SÃO PAULO - SP

AR184488565VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LÉGIVEL DO RECEBEDOR

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª / / : h  
2ª / / : h  
3ª / / : h

**MOTIVOS DA DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |  |

ATENÇÃO:  
após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta  
restante.

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



**BH**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

DATA DE ENTREGA  
03 NOV 2020

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

436567016

50500265



Certidão nº 1314/2020  
PRM-OSC-SP-00008022/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em folhas seguintes, do **Ofício SAJ nº 295/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007868/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Itapequerica da Serra**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 996/2020** e do **Ofício nº 21264/2020/DS ASSESSORIA/DS/SFC/CGU – SO**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00007937/2020**, encaminhado pela **Controladoria Geral da União** em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 999/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 26/11/2020 17:58. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 3E97C73A.5A0356B2.CD28E3BD.7DAEEA97



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Assessoria da Diretoria Social

SAUS Quadra 01, Bloco A sala 624 - Ed. Darcy Ribeiro - Bairro Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70070-905

Telefone: 61 2020-7205 - [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) -

OFÍCIO Nº 21264/2020/DS ASSESSORIA/DS/SFC/CGU

A Sua Excelência o Senhor

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

Procurador da República no Município de Osasco/SP

Rua Padre Damaso, 294, 2º Andar, Centro

CEP 06.016-010 - Osasco/SP

**Assunto: Despacho-Ofício nº 999/2020 - PRM-OSC-SP-00007364/2020.**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.108879/2020-07.

Senhor Procurador,

1. Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Despacho-Ofício em epígrafe, por meio do qual Vossa Excelência, solicitou que fossem encaminhadas informações sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle interno, para a correta fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da [Portaria nº 774/2020](#), do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas. A atuação da CGU no que se refere a aplicação de recursos relacionados ao enfrentamento à pandemia tem ocorrido diretamente no Ministério da Saúde e, de forma pontual e residual, em função da limitação da capacidade operacional deste Órgão, nos entes subnacionais.

2. Assim, informo que, em pesquisas realizadas nos sistemas de informações desta Controladoria, não foram localizados trabalhos específicos sendo desenvolvidos nos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, que tivessem como escopo a verificação dos repasses a esses Municípios relacionados a Portaria n. 774/2020 do Ministério da Saúde.

3. Cumpre informar que a Portaria n. 774/2020, de 9/4/2020, do Ministério da Saúde, estabeleceu os recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19, e em seu art. 5º determinou que:

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

4. Nesse contexto, cabe apresentar a Lei Complementar n. 141, de 13/01/2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de



saúde, estabelecer os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, revogar dispositivos das Leis n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, entre outras providências. No art. 31 dessa Lei verifica-se que os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

I - comprovação do cumprimento do disposto nesta Lei Complementar;

II - Relatório de Gestão do SUS;

III - avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação.

Parágrafo único. A transparência e a visibilidade serão asseguradas mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do plano de saúde.

5. Ainda no que se refere a Prestação de Contas desses recursos, cumpre registrar que a Lei Complementar n. 141/2012, assim dispõe:

Art. 34. A prestação de contas prevista no art. 37 conterá demonstrativo das despesas com saúde integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a fim de subsidiar a emissão do parecer prévio de que trata o [art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Art. 35. As receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Executivo, assim como em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o [§ 3º do art. 165 da Constituição Federal](#).

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos [arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

§ 2º Os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

§ 3º Anualmente, os entes da Federação atualizarão o cadastro no Sistema de que trata o art. 39 desta Lei Complementar, com menção às exigências deste artigo, além de indicar a data de aprovação do Relatório de Gestão pelo respectivo Conselho de Saúde.

§ 4º O Relatório de que trata o caput será elaborado de acordo com modelo padronizado aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, devendo-se adotar modelo simplificado para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil habitantes).

§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.

6. Ante o exposto, ressalta-se que a competência primária de atuação, no âmbito federal, frente a possíveis inconsistências, pertence ao Ministério da Saúde, enquanto gestor primário das políticas públicas de Saúde do país, o qual, dentre outras, compete orientar e supervisionar as transferências de recursos financeiros destinados às ações e aos serviços de saúde executados no âmbito do SUS; e orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos alocados ao Fundo Nacional de

Saúde (Decreto n. 9.795/2020).

7. Isto posto, coloco-me à disposição para demais informações ou esclarecimentos que considere necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PAULO JULIETI BARBIERE, Diretor de Auditoria da Área Social**, em 25/11/2020, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir>

informando o código verificador 1731934 e o código CRC D1D52B73

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.108879/2020-07

SEI nº 1731934

Assinado com login e senha por CLAUDIO SANROMA COSTA, em 25/11/2020 12:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 387512CA.66C15163.295D8686.EC98A23E



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 2074/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00007937/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 26 de novembro de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra  
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 20 de Novembro de 2020.

**Ofício SAJ nº 295/2020 – SO**

**Ref.: Despacho/Ofício nº 996/2020**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007361/2020**

**Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP**

Ilustríssimo Procurador da República,

**MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA** vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual o objeto se refere a fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus e solicita as informações dos itens: i, ii e iii, dispostas no Ofício Ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Autarquia de Saúde - IS, nos termos materializados na Informação nº 169/2020 expedido pela Coordenadora Administrativa da Autarquia, ora anexada.

Nessa vereda, encaminhamos os esclarecimentos da Autarquia de Saúde para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

**Silney Yoshimitsu Ono**  
**Procurador do Município**  
**OAB/SP 272.758**

**Simone Maia Maselli**  
**Procuradora Chefe do Município**

**Ao**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Município de Osasco/SP**  
**Dr. Douglas Guilherme Fernandes**  
**Procurador da República**  
**Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar**  
**Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010**





**AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE – I.S.**  
**ITAPECERICA DA SERRA**



**Ofício n.º 767/2020 – AMS-GS**

Itapequerica da Serra, 17 de novembro de 2020

Prezado Senhor:

**Ref.: Ofício nº 996/2020 – SO – Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07 – Ministério Público Federal.**

Venho por meio deste em resposta ao Ofício em referência, encaminhar Informação nº 169/2020 expedido pela Coordenadora Administrativa para conhecimento e ao que couber.

Sem mais para o momento, colhemo-nos do ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**MICHELE SALES DOS SANTOS DA SILVA**

**Superintendente – Saúde - IS**

Il.mo Senhor

**SILNEY YOSHIMITSU ONO**

Procurador do Município – SAJP-SO

P.M.I.S. Depto SAJ  
19/11/2020 às 16:20 hs.  
Visto   
Origem





# **AUTARQUIA DE SAÚDE**

## **ITAPECERICA DA SERRA**



**Informação nº 169/2020 - DGMP**

**REF.: Prot. nº 17002/2020 – Ofício SAJ nº 281/2020-SO – Despacho-Ofício nº 996/2020 – Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07 – Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP.**

Em atenção ao ofício supracitado, cujo objeto refere-se à fiscalização da aplicação das verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus, especialmente no que se refere ao **item “i”**, esclarecemos que **as contratações/compras, efetuadas por esta Autarquia, direcionadas ao combate do Coronavírus, que foram realizadas a partir de dispensas de licitação, seguiram as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8666/93 e da Lei nº. 13.979/2020;**

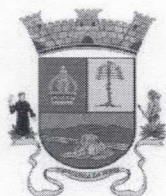
No que se refere ao **item “ii”**, esclarecemos que **os negócios jurídicos formulados com repasses de verbas federais, foram devidamente cumpridos pelas contratadas, com exceção daqueles que ainda encontram-se em andamento em virtude das suas especificidades de contratação (fornecimento parcelado, prestação continuada) e os que sofreram rescisão/cancelamentos/interrupção antecipados sem ônus para a administração, a saber são esses:**

Dispensa de Licitação - **S00111/2020** - Drogaria Popufarma Popular Ltda, CNPJ: 53.398.681/0001-54 - AQUISICAO DE EPI - COVID-19 (quantidade de 80.000 máscaras descartável tripla – valor unit. R\$ 3,90) – com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 312.000,00; Diante da apresentação de defeito do produto e da escassez no mercado para a reposição e manutenção do fornecimento de produto de qualidade satisfatória, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato de fornecimento sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 106.989,00, do inicialmente contratado.

Dispensa de Licitação - **S00161/2020** - Priom Tecnologia em Equipamentos EIRELI, CNPJ: 11.619.992/0001-56 – Contrato nº 011/2020 - Locação de equipamento médico hospitalar, incluso prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados - COVID-19 (quantidade de 20 bombas de infusão – valor unit. R\$ 1.000,00) – com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 20.000,00; Considerando a necessidade de reavaliação dos gastos públicos para proporcionar o melhor emprego dos recursos disponíveis e melhor atender a população, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato referido contrato de locação sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 42.840,00, do inicialmente contratado.

Dispensa de Licitação - **S00109/2020** - Priom Tecnologia em Equipamentos EIRELI, CNPJ: 11.619.992/0001-56 – Contrato nº 006/2020 - Locação de equipamento médico hospitalar, incluso prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos





# **AUTARQUIA DE SAÚDE**

## **ITAPECERICA DA SERRA**



equipamentos locados - COVID-19 (quantidade de 02 ventiladores pulmonares e 06 bombas de infusão) com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 108.000,00; Considerando o recebimento de cinco aparelhos novos doados pelo Governo do Estado e a necessidade de reavaliação dos gastos públicos para proporcionar o melhor emprego dos recursos disponíveis e melhor atender a população, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato referido contrato de locação sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 55.300,00, do inicialmente contratado.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Itapequerica da Serra, 12 de novembro de 2020.

Dra. Simone da Luz  
Coordenadora Administrativa  
Autarquia de Saúde - IS

**Simone da Luz**

**Coordenadora Administrativa**



## DECLARAÇÃO

Declaramos com a finalidade de instruir o Processo de Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07, Ministério Público Federal, item iii., declaramos que todos os recursos recebidos para custeio das despesas com COVID, são classificados na Receita Orçamentária com códigos de aplicação diferenciados, com início 312XXXX, conforme orientação do TCE, assim no momento da execução das despesas classificamos cada uma delas de acordo com o código de aplicação específico, informo ainda que os processos de compras contém a informação com as despesas que serão destinadas ao COVID.

Itapecerica da Serra, 09 de Novembro de 2020.

GREICE MARA G. DE SOUZA  
DPTO. DIVISÃO E EXECUÇÃO DE CONTROLE CONTÁBIL





**Prefeitura do Município de Itapecerica da Serra  
Estado de São Paulo**

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Itapecerica da Serra, 20 de Novembro de 2020.

**Ofício SAJ nº 295/2020 – SO**

**Ref.: Despacho/Ofício nº 996/2020**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007361/2020**

**Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Osasco/SP**

Ilustríssimo Procurador da República,

**MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA** vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, em consonância ao Ofício do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP e dos Autos supramencionados, pelo qual o objeto se refere a fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus e solicita as informações dos itens: i, ii e iii, dispostas no Ofício Ministerial, neste esteio, há de se ressaltarmos que a Municipalidade providenciou a análise técnica e manifestação através da Autarquia de Saúde - IS, nos termos materializados na Informação nº 169/2020 expedido pela Coordenadora Administrativa da Autarquia, ora anexada.

Nessa vereda, encaminhamos os esclarecimentos da Autarquia de Saúde para vosso conhecimento.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

**Silney Yoshimitsu Ono**  
**Procurador do Município**  
**OAB/SP 272.758**

**Simone Maia Maselli**  
**Procuradora Chefe do Município**

**Ao**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Município de Osasco/SP**  
**Dr. Douglas Guilherme Fernandes**  
**Procurador da República**  
**Rua Padre Damaso, nº 294 – 2º andar**  
**Centro - Osasco/SP - CEP: 06016-010**





**AUTARQUIA MUNICIPAL SAÚDE – I.S.**  
**ITAPECERICA DA SERRA**



**Ofício n.º 767/2020 – AMS-GS**

Itapequerica da Serra, 17 de novembro de 2020

Prezado Senhor:

**Ref.: Ofício nº 996/2020 – SO – Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07 – Ministério Público Federal.**

Venho por meio deste em resposta ao Ofício em referência, encaminhar Informação nº 169/2020 expedido pela Coordenadora Administrativa para conhecimento e ao que couber.

Sem mais para o momento, colhemo-nos do ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

**MICHELE SALES DOS SANTOS DA SILVA**

**Superintendente – Saúde - IS**

Il.mo Senhor

**SILNEY YOSHIMITSU ONO**

Procurador do Município – SAJP-SO

P.M.I.S. Depto SAJ  
19/11/2020 às 16:20 hs.  
Visto   
Origem \_\_\_\_\_





# **AUTARQUIA DE SAÚDE**

## **ITAPECERICA DA SERRA**



**Informação nº 169/2020 - DGMP**

**REF.: Prot. nº 17002/2020 – Ofício SAJ nº 281/2020-SO – Despacho-Ofício nº 996/2020 – Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07 – Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP.**

Em atenção ao ofício supracitado, cujo objeto refere-se à fiscalização da aplicação das verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus, especialmente no que se refere ao **item “i”**, esclarecemos que **as contratações/compras, efetuadas por esta Autarquia, direcionadas ao combate do Coronavírus, que foram realizadas a partir de dispensas de licitação, seguiram as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8666/93 e da Lei nº. 13.979/2020;**

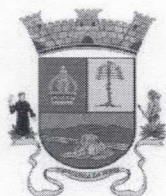
No que se refere ao **item “ii”**, esclarecemos que **os negócios jurídicos formulados com repasses de verbas federais, foram devidamente cumpridos pelas contratadas, com exceção daqueles que ainda encontram-se em andamento em virtude das suas especificidades de contratação (fornecimento parcelado, prestação continuada) e os que sofreram rescisão/cancelamentos/interrupção antecipados sem ônus para a administração, a saber são esses:**

Dispensa de Licitação - **S00111/2020** - Drogaria Popufarma Popular Ltda, CNPJ: 53.398.681/0001-54 - AQUISICAO DE EPI - COVID-19 (quantidade de 80.000 máscaras descartável tripla – valor unit. R\$ 3,90) – com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 312.000,00; Diante da apresentação de defeito do produto e da escassez no mercado para a reposição e manutenção do fornecimento de produto de qualidade satisfatória, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato de fornecimento sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 106.989,00, do inicialmente contratado.

Dispensa de Licitação - **S00161/2020** - Priom Tecnologia em Equipamentos EIRELI, CNPJ: 11.619.992/0001-56 – Contrato nº 011/2020 - Locação de equipamento médico hospitalar, incluso prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados - COVID-19 (quantidade de 20 bombas de infusão – valor unit. R\$ 1.000,00) – com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 20.000,00; Considerando a necessidade de reavaliação dos gastos públicos para proporcionar o melhor emprego dos recursos disponíveis e melhor atender a população, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato referido contrato de locação sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 42.840,00, do inicialmente contratado.

Dispensa de Licitação - **S00109/2020** - Priom Tecnologia em Equipamentos EIRELI, CNPJ: 11.619.992/0001-56 – Contrato nº 006/2020 - Locação de equipamento médico hospitalar, incluso prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos





# **AUTARQUIA DE SAÚDE**

## **ITAPECERICA DA SERRA**



equipamentos locados - COVID-19 (quantidade de 02 ventiladores pulmonares e 06 bombas de infusão) com base no artigo 4º da Lei nº13979/2020, artigo 24, inciso IV, Lei nº 8666/9, e Decreto Municipal nº 2888/2020 – valor R\$ 108.000,00; Considerando o recebimento de cinco aparelhos novos doados pelo Governo do Estado e a necessidade de reavaliação dos gastos públicos para proporcionar o melhor emprego dos recursos disponíveis e melhor atender a população, houve acordo para a interrupção/rescisão do contrato referido contrato de locação sem prejuízo da quantia já fornecida no valor de R\$ 55.300,00, do inicialmente contratado.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Itapeacerica da Serra, 12 de novembro de 2020.

Dra. Simone da Luz  
Coordenadora Administrativa  
Autarquia de Saúde - IS

**Simone da Luz**

**Coordenadora Administrativa**



## DECLARAÇÃO

Declaramos com a finalidade de instruir o Processo de Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07, Ministério Público Federal, item iii., declaramos que todos os recursos recebidos para custeio das despesas com COVID, são classificados na Receita Orçamentária com códigos de aplicação diferenciados, com início 312XXXX, conforme orientação do TCE, assim no momento da execução das despesas classificamos cada uma delas de acordo com o código de aplicação específico, informo ainda que os processos de compras contém a informação com as despesas que serão destinadas ao COVID.

Itapeacerica da Serra, 09 de Novembro de 2020.

GREICE MARA G. DE SOUZA  
DPTO. DIVISÃO E EXECUÇÃO DE CONTROLE CONTÁBIL



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 2075/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00007868/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 26 de novembro de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 1327/2020**  
**PRM-OSC-SP-00008118/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **OFÍCIO SAJ/GS/MP Nº 623/2020**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00008035/2020**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Osasco**, em resposta aos **Ofícios PRM-OSC-SP nº 993/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 03/12/2020 17:25. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C2A6BAB0.E3D75C67.D17A206F.3D433D43





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

Osasco, 26 de novembro de 2020.

**Ofício SAJ/GS/MP Nº 623/2020**

Despacho/Ofício Nº 993/2020

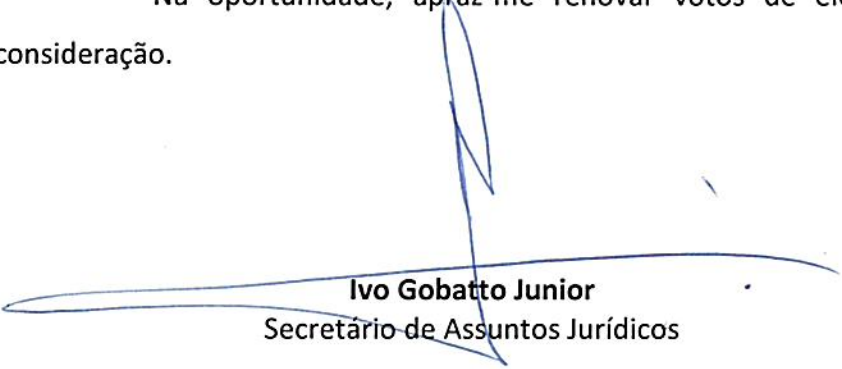
Autos nº 1.34.043.000359/2020-07

Exmo. Senhor Procurador da República,

Pelo presente, cumprimentando-o, e em atenção às referências em epígrafe, encaminho-lhe, em anexo, documentação e as informações atualizadas prestadas pela Secretaria de Saúde – SS.

Quanto ao item iii do despacho/ofício acima referenciado, informo-lhe que fora criada Comissão de Auditoria das contratações necessárias para fazer frente à COVID-19 (decretos em anexo).

Na oportunidade, apraz-me renovar votos de elevada estima e distinta consideração.

  
**Ivo Gobatto Junior**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

Exmo. Senhor Procurador da República  
DR. DOUGLAS GUILHERME FERNANDES  
Procuradoria da República no Município de Osasco  
Rua: Padre Damaso, 294, 2º Andar, Osasco/SP.

GAB/SAJ...Rita





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
SECRETARIA DE SAÚDE  
Papel para informação, rubricado como folha nº 38  
do Processo de 9860/2020 (a)

Osasco, 23 de novembro de 2020.

**A**  
**SAJ**  
**A/C Senhor Secretário de Assuntos Jurídicos**

Encaminho os autos em devolução com as informações requeridas pelo Ministério Público Federal consoante o Ofício acostado às fls.23/26 destes autos.

No tocante ao *item i*, apresentamos todas as contratações realizadas pela municipalidade que envolveram recurso público federal para enfrentamento da pandemia, fls.30/37.

Colocamos nas fls.30/34 a lista com os processos que foram adimplidos com a respectiva verba e nas subseqüentes descrições do objeto, tipo de contratação adotado e o seu fundamento legal apontado nos instrumentos.

Quanto ao *item ii*, até o presente todos os negócios jurídicos foram devidamente cumpridos pelas contratadas, colocamos ressalvas apenas acerca de 02 (duas) situações, sendo:

- A) **PA 11.392/2020**- Referente a aquisição de insumos para Programa Saúde na Escola que se encontra em trâmite.
- B) **PA 27.219/2019 e 6370/2020** – Os respectivos processos de contrato de gestão, estes foram devidamente executados quanto às atividades. Contudo resta a análise quanto a prestação de contas realizadas pelas contratadas, podendo haver ou não estorno de valores para a municipalidade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
SECRETARIA DE SAÚDE  
Papel para informação, rubricado como folha nº 39  
do Processo de 9860/2020 (a)

Esperamos ter atendido ao requerimento do ilustre órgão fiscalizador com os dados expostos. Caso seja necessário, estaremos a disposição para outros esclarecimentos.

Cordialmente,

FERNANDO MACHADO OLIVEIRA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

SAJ - EXPEDIENTE
24/11/2020
15h:09
KAUÊ
Funcionário

Ficha	Descrição do Objeto	P.A	valor processos	Suplementações	
1.898	ADITAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 006/2020 - DO HMAG, REFERENTE AO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A PANDEMIA COVID - 19	27.219/2019	5.938.753,46	5.938.753,46	saldo inicial
1.898	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A COVID- 19 - P.S CONRADO CESARINO	6.370/2020	7.586.667,36	7.586.667,36	Suplementação ofício 1.321/2020 - 14/08/2020
1.898	ADITAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 006/2020 - DO HMAG, REFERENTE AO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A PANDEMIA COVID - 19	6.370/2020	7.586.667,36	7.586.667,36	Suplementação ofício 1.331/2020 - 17/08/2020 - Decreto 12.569 - 20/08/2020
1.898	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A COVID- 19 - P.S CONRADO CESARINO	27.219/2019	3.752.415,50	3.752.415,50	Suplementação ofício 1.363/2020 - 27/08/2020 - Decreto 12.582 - 02/09/2020
1.898	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A COVID- 19 - P.S CONRADO CESARINO	6.370/2020	125.753,96	480.000,00	Suplementação Ofício 1.478/2020 - 23/09/2020 - Decreto 12.629 - 02/10/2020
				876.057,60	Suplementação Ofício 30/09/2020 - Decreto 12.634 - 02/10/2020
				2.515.364,80	Suplementação Ofício 1.550/2020 - 07/10/2020 - Decreto 12.643 - 09/10/2020
				1.600.000	Suplementação Ofício 1.522/2020 - 05/10/2020 - Decreto 12.646 - 09/10/2021
			17.403.590,28	22.875.012,68	Disponível 5.471.422,40
1.824	ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA PROFISSIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - JP.	11.392/2020	674.755,00	694.994,00	Suplementação Ofício 1.284/2020 - Decreto 12.576 - 24/08/20 - Portaria 1.857/2020 - Programa Saúde na Escola
1.824	Bolsa marit		30.000,00	30.000,00	Suplementação Ofício 1.498/2020 - 29/09/2020 - Decreto 12.632 - 02/10/2020
			704.755,00	724.994,00	20.239,00
1.830				48.250,00	Suplementação ofício 1.495/2020 - 29/09/2020 - Decreto 12.630 - 02/10/2020
				240.760,00	Suplementação ofício 1.496/2020 - 29/09/2020 - Decreto 12.631 - 02/10/2020
				7.280,00	Suplementação ofício 1.502/2020 - 30/09/2021 - Decreto 12.633 - 02/10/2020
				296.290,00	296.290,00



1.946	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA ITI - INSTITUTO TECNOLÓGICO INOVAÇÃO REFERENCIAL AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2020 - DCPG.	17.410/2020	745.806,95	1.050.000,00	Suplementação ofício 1.497/2020 - 29/09/2020 - Decreto 12.636 - 02/10/2020	304.193,05
			745.806,95	1.050.000,00		
1.836	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL PERSONALIZADO E MÁSCARA BRANCAS PERSONALIZADAS - GT	11.784/2020	276.308,41	360.000,00	Suplementação Ofício 1.286/2020 - Decreto 12.576 - 24/08/2020 - para atender ao Cerest - Eduardo 06/08/2020	
	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S/A ( COVID ) - REFERENTE A JUNHO E JULHO DE 2020 - JP.	12.774/2020	9.854,10	100.000,00	Suplementação Ofício 1.363/2020 - Decreto 12.582 - 02/09/2020	
	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA BLUE SOLUÇÕES HOSPITALARES EIRELI - DCPG	11.013/2020	49.500,00	100.000,00	Remanejamento Ofício 1.449/2020 - 17/09/2020 - Decreto 12.611 - 21/09/2020	
	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA CARLOS EDUARDO MAIA EQUIP MÉDICO HOSPITALAR EPP ( MEDICAL MAIA ) - DCPG	12.872/2020	78.000,00			
	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALAR LTDA ME - DCPG.	8.703/2020	19.621,75			
			433.284,26	560.000,00		126.715,74
1.842	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORAX COM E SEM CONTRASTE E LOCAÇÃO DE APARELHO DE ECOCARDIOGRAMA, PARA ATENDIMENTO DA REDE DE SAÚDE DE OSASCO.	6.376/2020	6.916.080,00	1.141.000,00	Suplementação Ofício 1.286/2020 - Decreto 12.576 - 24/08/2020 - Reversão dos 13 milhões do Covid - Eduardo 06/08/2020	
	Indenizatório MaxLav - COVID - 19 - REFERENTE A JULHO	11.776/2020	61.593,45	5.862.237,50	Suplementação Ofício 1.363/2020 - Decreto 12.582 - 02/09/2020	
	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA J ALVES CONSULTORIA, GESTÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS LTDA.	11.301/2020	12.384,62			
	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO COMPLEMENTAR A FAVOR DA EMPRESA MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA LTDA - REFERENTE AO PERÍODO DE JUNHO DE 2020 ( COVID - 19 ) - JP.	11.078/2020	14.179,43			
			7.004.237,50	7.004.237,50		-

1.854	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALAR LTDA ME - DCPG	8.703/2020		99.547,80	100.000,00	Suplementação ofício 1.363 - 27/08/2020 - Decreto 12.582 - 02/09/2020	452,20
				99.547,80	100.000,00		
1.878	Contratação Emergencial de mão de obra técnica especializada para enfrentamento da pandemia covid-19	8.117/2020		1.171.827,00	1.393.700,00	SUPLEMENTAÇÃO COVID - 19 - OFÍCIO 576/2020	
1.878	Ampliação do Pronto Socorro do Jd. D'Abril, com instalação de 40 leitos de UTI.	6.296/2020		1.509.033,35	301.000,00	Ofício 1.270/2020 - Remanejamento p.s Jardim de Abril - Decreto 12.554 - 07/08/2020	
1.878	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE/REMOÇÃO EM AMBULÂNCIAS EQUIPADAS E TRIPULADAS, EM HOSPITAIS E PRONTOS-SOCORROS, PARA ATENDIMENTO DA REDE DE SAÚDE DE OSASCO.	6.375/2020		813.000,00	1.000.000	Ofício 1.271 - suplementação - Decreto 12.555 - 07/08/2020	
1.878	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - EPP - GT	10.680/2020		4.500,00	1.354.246	Ofício 1.335 - suplementação - 17/08/2021 - Decreto 12.569 - 20/08/2020	
1.878	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - EPP - GT	10.678/2020		4.500,00	862.227,20	Remanejamento Ofício 1.449/2020 - 17/09/2020 - Decreto 12.611 - 21/09/2020	
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA ELGE SERVIÇOS FISIOTERAPÊUTICOS LTDA - ME - GT	10.128/2020		56.916,00			
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA T&T PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - DCPG.	10.127/2020		231.000,00			
1.878	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - EPP - GT	7.972/2020		4.500,00			
1.878	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA J.ALVES CONSULTORIA, GESTÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS LTDA - JP.	7.419/2020		179.503,89			
1.878	PAGAMENTO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - EPP - GT	12.201/2020		4.500,00			
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA EQUIPAMED - REFERENTE AO MÊS DE JULHO - HOSPITAL DE CAMPANHA - COVID - 19 - DCPG	12.521/2020		11.880,00			
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO COMPLEMENTAR A FAVOR DA EMPRESA MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA LTDA - REFERENTE AO PERÍODO DE JUNHO DE 2020 ( COVID - 19 ) - JP.	11.078/2020		23.476,21			



1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA ELGE SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS LTDA - ME - GT	11.308/2020	33.966,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA ELGE SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	14.006/2020	22.950,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA STAREX REMOÇÕES E SERVIÇOS COVID - 19 ( REFERENTE AO PERÍODO DE 24/03 A 05/04/2020 ) - DCPG.	14.357/2020	98.633,33		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA MAXLAV LAVANDERIA S.A - HOSPITAL DE CAMPANHA COVID - 19 ( REFERENTE AO PERÍODO DE AGOSTO DE 2020 ) - RBF.	13.614/2020	58.593,69		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - RBF.	13.728/2020	4.500,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA - HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 - REFERENTE AO PERÍODO DE AGOSTO DE 2020 - DPG.	13.781/2020	11.880,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S.A - COVID 19 - REFERENTE AO PERÍODO DE ABRIL A MAIO DE 2020 - IPS.	16.491/2020	40.029,84		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S.A - COVID 19 - REFERENTE AO PERÍODO DE JUNHO A AGOSTO DE 2020 - IPS.	16.054/2020	59.522,13		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA STAREX REMOÇÕES E SERVIÇOS COVID - 19 ( REFERENTE AO PERÍODO DE 06/09 A 05/10/2020 ) - DCPG.	16.692/2020	271.000,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA CAUTRONICA LTDA - REFERENTE A SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR, INERENTE AO COMBATE A COVID - 19 - PERÍODO DE 09/09/20 A 30/09/20.	16.775/2020	3.300,00		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA MAXLAV LAVANDERIA ESPECIALIZADA S.A - COVID - 19 ( REFERENTE AO PERÍODO DE AGOSTO DE 2020 ) - RBF.	16.275/2020	37.084,79		
1.878	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO A FAVOR DA EMPRESA APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S.A - COVID 19 - REFERENTE AO PERÍODO DE SETEMBRO 2020 - IPS.	17.198/2020	47.171,22		

				3.267,45	4.911.173,24	207.905,79
1.884	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL PERSONALIZADO E MÁSCARA BRANCAS PERSONALIZADAS - GT	11.784/2020	432.191,59	432.191,59	432.191,59 2.141.828,64	Suplementação ofício 966/2020 - 01/06/2020 - Decreto 12.578 - 27/08/2020 Suplementação ofício 1.532/2020 - Usar para psicotropicos - Decreto 12.647 - 09/10/2020
				432.191,59	2.574.020,23	2.141.828,64
				31.526.680,83	39.663.536,06	8.136.855,23

Em 13/11/20

A/C Dr. Juliana

Segue conforme pedido

  
Cintia Cristina R. O. Correa  
Matr. 178.087  
Secretaria de Saúde  
Fundu Municipal de Saúde

AO

DAO

A/C MARLI

ENCAMINHO PARA MANIFESTAÇÃO  
ACERCA DAS IMPRESSÕES  
REQUERIDAS NO OFÍCIO AUTISTAS.  
APÓS RETORNO

Juliana Rodrigues / Corredoria  
JRM 16/11/2020



P.A	Descrição Objeto	Legislação	Modalidade	Tipo de Contratação
27.219/2019	ATENDIMENTO DO CONTROLE DE GESTÃO, Nº 006/2020 - DO HMAG, REF. PLANO DE CONTINGÊNCIA PERANTE A PANDEMIA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	CONTRATO 180 DIAS - ENCERRADO
6.370/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA O GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A COVID-19 - P.S. CONRADO CESARINO NUVOLINI E NO P.S. OSMAR MESQUITA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	CONTRATO 180 DIAS
11.392/2020	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA PROFISSIONAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS PELO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	INSUMO	IMEDIATA*

\* processo ainda não finalizado

17.410/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - INSTITUTO TECNOLÓGICO INOVAÇÃO, REFERENTE MÊS DE OUTUBRO DE 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - SISTEMA DE INFORMAÇÃO	IMEDIATA
11.784/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL FORNECIMENTO DE DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL PERSONALIZADO E MÁSCARAS BRANCAS PERSONALIZADAS	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	INSUMO	IMEDIATA
12.774/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S/A, REFERENTE MÊS DE JUNHO E JULHO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - FORNECIMENTO ALIMENTOS	IMEDIATA
11.013/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - BLUE SOLUÇÕES HOSPITALARES EIRELI	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	INSUMO	IMEDIATA
12.872/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CARLOS EDUARDO MAIA EQUIPAMENTO HOSPITALAR EPP (MEDICAL MAIA)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	INSUMO	IMEDIATA
8.703/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - RV MEDICAL SOLUÇÕES HOSPITALAR LTDA ME	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	INSUMO	IMEDIATA
6.376/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TÓRAX COM E SEM CONTRASTE E LOCAÇÃO DE ECOCARDIOGRAMA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	SERVIÇO - EXAMES POR IMAGENS	CONTRATO 180 DIAS - VIGENTE
11.776/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - MAXLAV, REFERENTE A JULHO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LAVANDERIA	IMEDIATA
11.301/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - J. ALVES CONSULTORIA, GESTÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS LTDA.	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - REFORMA PREDIAL	IMEDIATA
11.078/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO COMPLEMENTAR - MAXLAV, REFERENTE A JUNHO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LAVANDERIA	IMEDIATA

P.A	Descrição Objeto	Legislação	Modalidade	Tipo de Contratação
8.117/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA, FISIOTERAPEUTA, PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	CONTRATO 180 DIAS - VIGENTE
6.296/2020	AMPLIAÇÃO DO PRONTO SOCORRO, JD. ABRIL, INSTALAÇÃO DE 40 LEITOS DE UTI	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - REFORMA PREDIAL	IMEDIATA
6.375/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE/REMOÇÃO EM AMBULÂNCIA EQUIPADA E TRIPULADA, HOSPITAIS E PRONTOS-SOCORROS	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	SERVIÇO - LOCAÇÃO	CONTRATO 180 DIAS - ENCERRADO
10.680/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA, REFERENTE AO PERÍODO (09/06/2020 a 08/07/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
10.678/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA, REFERENTE AO PERÍODO (09/05/2020 a 08/06/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
10.128/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - ELGE SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS, REFERENTE AO PERÍODO (16/05/2020 A 30/06/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	IMEDIATA
10.127/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - T&T PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
7.972/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA, REFERENTE AO PERÍODO (09/05/2020 a 08/06/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
7.419/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - J. ALVES CONSULTORIA, GESTÃO E SUPERVISÃO DE OBRAS LTDA.	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - REFORMA PREDIAL	IMEDIATA
12.201/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
12.521/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., REFERENTE AO PERÍODO DE JULHO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
11.308/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - ELGE SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	IMEDIATA
14.006/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - ELGE SERVIÇOS FISIOTERAPEUTICOS, REFERENTE AO PERÍODO (01/08/2020 a 20/08/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - MÃO DE OBRA	IMEDIATA
14.357/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - STAREX REMOÇÕES E SERVIÇOS COVID-19, REFERENTE AO PERÍODO (24/03/2020 a 05/04/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA



P.A	Descrição Objeto	Legislação	Modalidade	Tipo de Contratação
13.614/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO COMPLEMENTAR - MAXLAV, REFERENTE A AGOSTO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LAVANDERIA	IMEDIATA
13.728/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
13.781/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA., REFERENTE AO PERÍODO DE AGOSTO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
16.491/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S/A, REFERENTE MÊS DE ABRIL E MAIO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - FORNECIMENTO ALIMENTOS	IMEDIATA
16.054/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S/A, REFERENTE MÊS DE JUNHO A AGOSTO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - FORNECIMENTO ALIMENTOS	IMEDIATA
16.692/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - STAREX REMOÇÕES E SERVIÇOS COVID-19, REFERENTE AO PERÍODO (06/09/2020 a 05/10/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
16.775/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - CAUTRONICA, REFERENTE AO PERÍODO (09/09/2020 a 30/09/2020)	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LOCAÇÃO	IMEDIATA
16.275/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - MAXLAV, REFERENTE A AGOSTO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - LAVANDERIA	IMEDIATA
17.198/2020	PAGAMENTO INDENIZATÓRIO - APETECE SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO S/A, REFERENTE MÊS DE SETEMBRO 2020	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993. Lei do SUS - LEI Nº 8.080/1990	SERVIÇO - FORNECIMENTO ALIMENTOS	IMEDIATA
17.784/2020	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL FORNECIMENTO DE DISPENSER DE ÁLCOOL EM GEL PERSONALIZADO E MÁSCARAS BRANCAS PERSONALIZADAS	Art. 24, 25 e 26 Lei 8.666/1993.	INSUMO	IMEDIATA

Em 30/11/2020

A/C: Dra. Juliana.

Segue conforme solicitado.



Rodrigo A. J. Martins  
Assessoria Jurídica  
SECRETARIA DE SAÚDE

PUBLICIDADE

[www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br)

Versão consolidada, com alterações até o dia 16/07/2020

**DECRETO Nº 12.457, DE 11 DE MAIO DE 2020.****Cria a Comissão de Auditoria das Contratações em razão da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).**

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde classificou, em 11 de março de 2020, a Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), como pandemia;

CONSIDERANDO que a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e suas alterações, dispensou a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Municipais Nº 12.392, de 17 de março de 2020 e 12.425, de 02 de abril de 2020, que decretaram estado de calamidade pública no Município de Osasco, dispensando de licitação às aquisições de bens e serviços destinados ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), DECRETA:

**Art. 1º** Fica criada a Comissão de Auditoria das Contratações em razão da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), com competência para auditar as aquisições de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. Serão submetidas à análise da Comissão a que se refere o caput todas as aquisições de bens, serviços e insumos efetuadas no Município baseadas na lei federal 13. 979, de 06 de fevereiro de 2020, e nos Decretos Municipais 12.392, de 17 de março de 2020 e 12.425, de 02 de abril de 2020, que decretaram estado de calamidade pública no Município de Osasco.

**Art. 2º** A Comissão de Auditoria das Contratações em razão da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) será composta por 3 (três) servidores do Município efetivos e estáveis, quais sejam:

I - 1 (um) membro da SAJ, Procurador do Município: Felipe Lascane Neto, Matrícula 157.615;

~~II - 1 (um) membro da Controladoria Interna do Município: Sérgio Moreira Maciel, Matrícula 163.126;~~

II - 1 (um) membro da Controladoria Interna do Município: Cíntia Mendes Moreira, Matrícula 150.047;  
(Redação dada pela Lei nº 12526/2020)

~~III - 1 (um) membro da Secretaria de Saúde: Marli Pereira de Moura, matrícula 132.069;~~

~~III - 1 (um) membro do Departamento Central de Licitações e Compras: Carmen Cecília de Oliveira, matrícula 30731. N.R. (Redação dada pelo Decreto nº 12470/2020)~~

III - 1 (um) membro da Procuradoria Municipal: Denise Maria das Neves e Lima - matrícula 148.209.  
(Redação dada pelo Decreto nº 12481/2020)

**Art. 3º** A Comissão, em análise das aquisições, elaborará relatório a ser encaminhado ao Prefeito, quinzenalmente a partir de 26 de maio de 2020, apontando:

I - se a forma de contratação foi adequada;

II - se os preços praticados foram compatíveis com o mercado;

III - se as aquisições atenderam às orientações jurídicas existentes;

IV - outras falhas existentes nas aquisições.

**Art. 4º** Para elaboração dos relatórios a que se refere o artigo anterior, as Secretarias Municipais poderão ser demandadas a fornecerem informações, que deverão ser prestadas no prazo de 24 horas à Comissão:

**Art. 4º** Para elaboração dos relatórios a que se refere o artigo anterior, as Secretarias e Diretorias Municipais deverão atender as requisições da Comissão, no prazo máximo de 05 dias corridos, sob pena de instauração de processo administrativo disciplinar contra quem der causa ao não atendimento, sem prejuízo da comunicação da falta disciplinar ao Prefeito. (Redação dada pelo Decreto nº 12481/2020)

**Art. 5º** Após encaminhamento ao Prefeito, os relatórios que apurarem irregularidades nos processos de aquisição deverão ser encaminhados aos Departamentos da Prefeitura competentes a sanar ou obstar as irregularidades cometidas.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Osasco, 11 de maio de 2020

ROGÉRIO LINS  
Prefeito

Download do documento

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/07/2020

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

[www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br)

DECRETO Nº 12.470, DE 19 DE MAIO DE 2020.

**Altera o Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020.**

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

**Art. 1º** Fica alterado o inciso III, do Artigo 2º do Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

(...)

III - 1 (um) membro do Departamento Central de Licitações e Compras: Carmen Cecília de Oliveira, matrícula 30731. N.R.

**Art. 2º** Os demais dispositivos do Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020, permanecem inalterados.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 19 de maio de 2020

ROGÉRIO LINS  
Prefeito

Download do documento

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 26/05/2020

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE



## DECRETO Nº 12.481, DE 1º DE JUNHO DE 2020.

**Altera o Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020.**

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

**Art. 1º** Fica alterado o inciso III, do Artigo 2º do Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

(...)

III - 1 (um) membro da Procuradoria Municipal: Denise Maria das Neves e Lima - matrícula 148.209.

**Art. 2º** O artigo 4º, do Decreto 12.457, de 11 de maio de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 4º** Para elaboração dos relatórios a que se refere o artigo anterior, as Secretarias e Diretorias Municipais deverão atender as requisições da Comissão, no prazo máximo de 05 dias corridos, sob pena de instauração de processo administrativo disciplinar contra quem der causa ao não atendimento, sem prejuízo da comunicação da falta disciplinar ao Prefeito.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 1º de junho de 2020.

ROGÉRIO LINS  
Prefeito

Download do documento

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 06/06/2020

PUBLICIDADE





PUBLICIDADE

**DECRETO Nº 12.526, DE 16 DE JULHO DE 2020.**

**Altera o inciso II, do art. 2º, do Decreto nº 12.457, de 11 de maio de 2020, que cria a Comissão de Auditoria das Contratações em razão da Pandemia do Coronavírus (COVID-19).**

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

**Art. 1º** Fica alterado o inciso II, do art. 2º, do Decreto nº 12.457, de 11 de maio de 2020, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Art. 2º ...

II - 1 (um) membro da Controladoria Interna do Município: Cíntia Mendes Moreira, Matrícula 150.047;"

**Art. 2º** Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Osasco, 16 de julho de 2020.

ROGÉRIO LINS  
Prefeito

Download do documento

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/07/2020*

PUBLICIDADE



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00008035/2020 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **28/11/2020 10:46:00**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 71BBC79F.5663107A.2F492557.8D8BA82F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 2112/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00008035/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se.
2. Após, conclusos.

Osasco, 3 de dezembro de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 1356/2020**  
**PRM-OSC-SP-00008285/2020**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em folhas seguintes, da Manifestação da **Secretaria Municipal de Licitações e Logística da Prefeitura Municipal de Cotia**, encaminhada pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Justiça de Cotia**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00008085/2020**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 995/2020**, com deferimento da concessão de prazo suplementar de 20(vinte) dias para apresentar resposta.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 15/12/2020 13:37. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 6D19A82A.9A9B8A76.0C994106.5D94DC15



# PREFEITURA DE COTIA

---

## SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

**ILMO. SENHOR DOUTOR PROCURADOR DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**MUNICÍPIO DE COTIA**, por sua advogada municipal<sup>1</sup> infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao solicitado no Ofício 995/2020, requerer a juntada da manifestação da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, bem como concessão de prazo suplementar de 20 (vinte) dias úteis para adoção das demais providências necessárias à resposta dos demais questionamentos.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Cotia, 01 de dezembro de 2020.

**AMANDA CAMARGO SANTOS**  
**ADVOGADA MUNICIPAL**  
**OAB/SP N.º 296.989**

---

<sup>1</sup> A Fazenda do Município de Cotia é representada pelos seus Advogados Municipais, nos termos do art. 8º, § 2º, da Lei Complementar 290/2019: “§ 2º O Advogado Municipal efetivo, uma vez investido no cargo, adquire os poderes de representação do Município e de suas autarquias e fundações públicas, independentemente de procuração, relativamente aos poderes gerais de foro, em qualquer instância, juízo ou tribunal, inclusive na esfera administrativa.”



**PREFEITURA DE COTIA**  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E LOGÍSTICA

Cotia, 23 de novembro de 2020

À

**Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Justiça**

**Ref.: Processo n.º 34.754/2020**

**Assunto:** Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus que compõem a subseções judiciária de Osasco.

**Autos n.º 1.34.043.000359/2020-07**

Em atenção ao Despacho-Ofício n.º 995/2020 do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP, no qual solicitada informações a respeito das verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus:

- a) Se as contratações direcionadas ao combate ao coronavírus efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, e se foram seguidas as diretrizes contidas no art. 26 da Lei 8666/93;

**Resposta:** As Contratações direcionadas ao enfrentamento do novo coronavírus, sejam elas lastreadas em recursos próprios (fonte 1) ou federais (fonte 5), foram baseadas no art. 4º da Lei 13.979/2020, e sendo aplicadas, de forma subsidiária, as disposições e diretrizes contidas no art. 26 da Lei 8.666/93. Todas as contratações realizadas estão disponíveis no sitio da Prefeitura (<https://cotia.sp.gov.br/transparencia-covid19>).

Sendo o que me cumpria, por ora, informar, subscrevo-me, colocando-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e elevando os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**LUCIANO CESAR DA SILVA**

**Secretaria Municipal de Licitações e Logística**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 2115/2020**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00008085/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se.

Defiro o prazo suplementar solicitado.

Comunique-se.

Osasco, 3 de dezembro de 2020.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**





PRM-OSC-SP-00000210/2021

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010

Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO nº 26/2021**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do **Ofício nº 356/2020 – MPF - asm**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-00008349/2020**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Embu das Artes**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 997/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Ricardo Y. Yoshida**

Técnico Administrativo

Assinado com login e senha por RICARDO YASUO YOSHIDA, em 13/01/2021 16:40. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave FFE8CDA6.AD4F6C0E.2651E832.8BBB4D5B



**Prefeitura do Município de Embu das Artes**  
**Estado de São Paulo**  
***Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos***

**Embu das Artes, 15 de dezembro de 2020.**

**Ofício nº 356/2020 – MPF – asm**

**Ofício nº 997/2020**

**Ref. Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Ao**

**Ministério Público Federal do Estado de São Paulo**

**Procuradoria da República no Município de Osasco/SP**

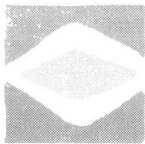
**Excelentíssimo Promotor Doutor Douglas Guilherme Fernandes,**

Em resposta ao Ofício 997/2020, encaminho a Vossa Excelência relatório anexo, elaborado pelas Secretarias de Desenvolvimento Social, Saúde, Suprimentos e Gestão Financeira a qual fornece as informações requeridas.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**ANIELLO DOS REIS PARZIALE**  
**Secretário de Assuntos Jurídicos**



**Secretaria Municipal de Saúde**

MI 372/2020 - SMSEA

Embu das Artes, 04 de dezembro de 2020

À Senhora

**Jéssica de Paula Fernandes**

**Diretora de Departamento Jurídico**

**Secretaria de Assuntos Jurídicos**

Em resposta ao MI nº 605/2020 e MI nº 614/2020 – MP - asm, referente ao Ofício nº 997/2020 acerca do Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07, informamos que todos os contratos firmados com a Secretaria Municipal de Saúde em razão do enfrentamento à COVID-19 foram cumpridos.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE ASSUNTOS  
JURÍDICOS  
RECEBIDO EM  
04/12/2020  
ASS. *Raul*

  
**Raul Silveira Bueno Júnior**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Prefeitura Municipal de Embu das Artes**

Embu das Artes, 02 de dezembro de 2020.

**MI 825/2020**

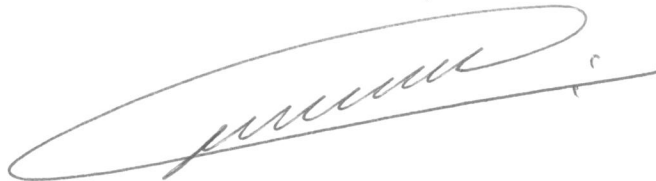
**Ref. Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**

Prezados,

Conforme solicitado mediante Memorando Interno nº 614/2020 – MP, informamos que: **Todos os negócios jurídicos formulados com utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas empresas contratadas.**

Sem mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

**Atenciosamente,**



**Paulo Silas**  
**Secretário de Desenvolvimento Social**

À Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Sr. Dr. Aniello dos Reis Parziale  
A/C Aline dos Santos Mendes

SECRETARIA DE ASSUNTOS  
JURÍDICOS  
RECEBIDO EM  
02/12/2020  
ASS. *Aline*



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes  
Estado de São Paulo  
Secretaria Municipal de Suprimentos  
Departamento de Compras, Licitações e Contratos  
Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro  
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3500

Embu das Artes, em 10 de dezembro de 2020.

**M.I. nº 1148/2020 / Departamento de Licitações e Contratos/SMS/**

**Ref.:** Resposta MI nº 616 - MP – asm


(Ofício nº 997/2020 – Procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07)

Recebemos nessa Secretaria o MI epigrafado que tem o objetivo de solicitar informações sobre as contratações realizadas com fundamento na Portaria nº 774 do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020, direcionadas ao combate ao Coronavírus e se foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Em consonância com o solicitado e no intuito de subsidiar resposta a ser encaminhada ao Ministério Público, cumpre informar que essa municipalidade pauta-se no cumprimento da legislação vigente para realizar os procedimentos licitatórios das demandas encaminhadas pelas Secretarias dessa municipalidade. Por oportuno, informo que foram seguidas todas as normas legais nas contratações relacionadas ao combate ao Coronavírus.

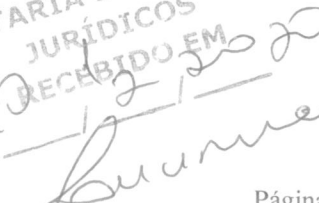
Desde já nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

  
**Leandro Carlos de Souza**  
Diretor de Licitações e Contratos

A

**Secretaria de Assuntos Jurídicos**  
**a/c do Dr. Aniello dos Reis Parziale**

SECRETARIA DE ASSUNTOS  
JURÍDICOS  
RECEBIDO EM  
10/12/2020  
ASS. 



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes  
Estado de São Paulo

Secretaria Municipal de Gestão Financeira  
Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro – Embu das Artes/SP  
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3508

Embu das Artes, em 09 de dezembro de 2020.

MI nº 58/2020- SGF

À SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Atendendo o solicitado no MI nº 609/2020 - MP - ega Ofício nº 997/2020 Ref: Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07, encaminhamos as informações solicitadas.

Nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente

JOSÉ ROBERTO JORGE  
Secretário de Gestão Financeira



**Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes**  
**Estado de São Paulo**

**Secretaria Municipal de Gestão Financeira**  
Rua Andronico dos Prazeres Gonçalves, nº. 114, Centro – Embu das Artes/SP  
CEP: 06.803-900 – Tel.: (11) 4785.3508

À SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
Sr. Secretário

**Ref.: Ofício nº 526/2020 – Notícia de Fato nº 1.34.043.000359/2020-07**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Município de Osasco**

Em atenção ao ofício em referencia informamos o que segue:

- Os Recursos informados pelo Tribunal de Contas da União de R\$ 541.686,00 e R\$ 1.713.125,13 que totalizam R\$ 2.254.811,13 foram recebidos por esta Prefeitura e destinados ao pagamento de fornecedores conforme relatório de notas fiscais por liquidação que segue anexo, no total de R\$ 2.069.454,95 restando um saldo em conta até a presente data de R\$ 185.356,18.
- com relação aos recursos informados no primeiro quadro compartilhados pelo TCU e pela Casa Civil, informamos que o valor de R\$ 1.713.125,13 é o mesmo informado no parágrafo acima e o valor R\$ de R\$ 369.372,31 foi recebido por esta Prefeitura e refere-se ao Apoio Financeiro aos Municípios conforme Medida Provisória 938 de 02/04/2020 que foi utilizado da seguinte forma: R\$ 3.693,72 retidos ao Ministério da Fazenda a título de PASEP e o restante no valor de R\$ 365.678,59 foram transferidos à conta de movimentação geral da Prefeitura para pagamentos de fornecedores diversos.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente

**José Roberto Jorge**  
Secretário de Gestão Financeira  
Matrícula 86736



## Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de: 31/03/2020 à 02/06/2020

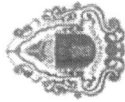
**Situação das Notas: Pago**

23065-H.D. DE JESUS COMERCIAL - ME

23244-TECNICOS EM IMAGEM COMERCIAL LTDA. EPP.

23890-VASSOURAS EMBU COMERCIO DE VASSOURAS LTDA EPPOFR00406





## Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

### Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

#### Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19  
Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS  
Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

#### 25170-WALDIR TAVARES DE SOUZA SERVIÇOS - ME

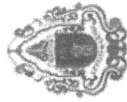
Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2123/2020	5	3151/2020	16/04/2020	577	16/04/2020	181.950,00	0,00	3240	181.950,00	3916/2020	181.950,00	0,00	181.950,00	17/04/2020	17/04/2020	Efetivada
0		721/2020				181.950,00	0,00		181.950,00		181.950,00	0,00	181.950,00			
Total Credor:						181.950,00										

#### 28570-MARIA JOSE PRADO DA SILVA

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2069/2020	5	3038/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	5.994,00	0,00	4485	5.994,00	3791/2020	5.994,00	0,00	5.994,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
0		/														
2070/2020	5	3037/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	16.619,05	0,00	4477	16.619,05	3790/2020	16.619,05	0,00	16.619,05	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
0		/														
Total Credor:						22.613,05	0,00		22.613,05		22.613,05	0,00	22.613,05			

#### 29842-ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE GESTÃO-AMG

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2081/2020	5	3039/2020	13/04/2020	577	15/04/2020	1.000.000,00	0,00	172	1.000.000,00	3793/2020	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
0		43/2020														



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pago	Status OP
2698/2020	5	Processo 4135/2020	27/05/2020	589	27/05/2020	240.000,00	0,00	201	240.000,00	5012/2020	240.000,00	0,00	240.000,00	27/05/2020	27/05/2020	Efetivada
Total Credor:						1.240.000,00	0,00		1.240.000,00		1.240.000,00	0,00	1.240.000,00			

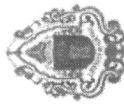
30240-TOZZ EMBALAGENS E DESCARTAVEIS LTDA

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pago	Status OP
2031/2020	5	Processo	29/04/2020	575	06/05/2020	10.400,00	0,00	13132	10.400,00	4312/2020	10.400,00	0,00	10.400,00	06/05/2020	06/05/2020	Efetivada
						/	0,00		10.400,00		10.400,00	0,00	10.400,00			
Total Credor:						10.400,00										

30592-A.M.E. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	N° OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pago	Status OP
2032/2020	5	Processo 2972/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	11.760,00	0,00	069409	11.760,00	3728/2020	11.760,00	0,00	11.760,00	14/04/2020	14/04/2020	Efetivada
						/										
2032/2020	5	3986/2020	15/05/2020	575	15/05/2020	5.821,20	0,00	69913	5.821,20	4856/2020	5.821,20	0,00	5.821,20	26/05/2020	26/05/2020	Efetivada
						643/2020										
Total Credor:						17.581,20	0,00		17.581,20		17.581,20	0,00	17.581,20			

30633-JOAO PEDRO FERREIRA CANUTTO



Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes

Relatório de Notas Fiscais por Liquidação de : 31/03/2020 à 02/06/2020

Situação das Notas: Pago

Aplicação 3120001-COMBATE AO CORONAVIRUS-COVID19

Fonte Recurso 5-TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS - VINCULADOS

Unidade 1-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão 11-SECRETARIA DE SAÚDE

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2030/2020	5	Processo 2959/2020	02/04/2020	575	02/04/2020	450.000,00	0,00	841	450.000,00	3708/2020	450.000,00	0,00	450.000,00	02/04/2020	02/04/2020	Efetivada
		/				450.000,00	0,00					0,00	450.000,00			

Total Credor:

30665-FARMACIA MANUEL BORBA EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2080/2020	5	Processo 3035/2020	13/04/2020	575	15/04/2020	9.360,70	0,00	64279	9.360,70	3788/2020	9.360,70	0,00	9.360,70	15/04/2020	15/04/2020	Efetivada
		/				9.360,70	0,00					0,00	9.360,70			

Total Credor:

30706-BERMED COMERCIO EIRELI

Empenho	Fonte	Liquidação	Emissão	Ficha	Recebimento	Vir Liq.	Vir Aberto	Docto	Vir Docto	Nº OP	Vir OP	Vir Retenção	Vir Pago	Data Venc	Data Pagto	Status OP
2553/2020	5	Processo 4020/2020	15/05/2020	577	15/05/2020	15.750,00	0,00	352	15.750,00	4896/2020	15.750,00	0,00	15.750,00	20/05/2020	20/05/2020	Efetivada
		1063/2020				15.750,00	0,00					0,00	15.750,00			

Total Credor:

30711-BOX BRINDES - EIRELI



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 64/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00008349/2020

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 13 de janeiro de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 111/2021**

**PRM-OSC-SP-00000832/2021**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damasco, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em folhas seguintes, do **Ofício nº 247/SAJ/2021**, de etiqueta **PRM-OSC-SP-0000741/2021**, encaminhado pela **Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de Carapicuíba**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 994/2020**, solicitando **dilação do prazo por mais 30 dias**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

ASI 18037

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 30/01/2021 12:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 96BDA2A1.145E1F6A.E211673E.3589323A

# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

Carapicuíba, 22 de Janeiro de 2021

**Ofício nº 247/SAJ/2021**

**Ref.:PP nº 1.34.043.000359/2020-07**

**Processo Administrativo nº 17231/2020**

**Em atenção ao Ofício nº 994/2020**

Excelentíssimo Procurador Douglas Guilherme Fernandes,

Venho por meio deste, em atenção ao ofício em epígrafe, informar que já foi solicitado à Secretaria competente que encaminhe o quanto requerido por esta Douta Promotoria, motivo pelo qual requer-se **dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias.**

Sem mais, para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Ricardo Martinelli de Paula**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

**Ao**

**Ministério Público Federal**

Rua Padre Damásio, nº 294, 2º Andar, Centro, Osasco/SP



# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
CARAPICUÍBA

**URGENTE**  
**CÓPIA**

Carapicuíba, 22 de janeiro de 2021

## COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 314/SAJ/2021 - 1ª Reiteração

Ref.: PP nº 1.34.043.000359/2020-07

Processo Administrativo nº 17231/2020

GIAP nº 10958/2020

(mencionar esta referência na resposta)

**DA: SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PARA: SECRETARIA DA FAZENDA**

**Excelentíssimo Secretário Marcelo Benedito Botelho,**

Sirvo-me do presente para cientificá-lo do teor do Ofício MP nº 994/2020 (cópia anexa), bem como solicitar que adote as providências necessárias, dentro da sua esfera de atuação, para atendimento ao quanto requerido abaixo, encaminhando-nos os devidos esclarecimentos.

1. Informar se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;
2. Informar se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas, listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram

RECEBIDO EM

27 / 01 / 2021

ASS. Brune

# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

cumpridos, total ou parcialmente, bem assim as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores despendidos;

3. Informar quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto do combate ao COVID-19.

Cumpre esclarecer que a presente solicitação se faz necessária para o atendimento de prazo ministerial, motivo pelo qual requer seja atendida **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento.

Sem mais, para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Ricardo Martinelli de Paula**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 198/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00000741/2021

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se.
2. Defiro a dilação de prazo solicitada.
3. Comunique-se.

Osasco, 29 de janeiro de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 154/2021**  
**PRM-OSC-SP-00001064/2021**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damasco, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do documento de etiqueta **PRM-OSC-SP-00000887/2021**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos de Cotia**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 995/2020**.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 05/02/2021 09:57. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2F6A6457.14348EAC.C312D0BB.CAD5CC9A



# PREFEITURA DE COTIA

## SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA

**ILMO. SENHOR DOUTOR PROCURADOR DA REPÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURARIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO.**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**MUNICÍPIO DE COTIA**, por sua advogada municipal<sup>1</sup> infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao solicitado no Ofício 995/2020, requerer a juntada da manifestação da Secretaria Municipal de Saúde.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Cotia, 1º de fevereiro de 2021.

**AMANDA CAMARGO SANTOS**  
**ADVOGADA MUNICIPAL**  
**OAB/SP N.º 296.989**

<sup>1</sup> A Fazenda do Município de Cotia é representada pelos seus Advogados Municipais, nos termos do art. 8º, § 2º, da Lei Complementar 290/2019: “§ 2º O Advogado Municipal efetivo, uma vez investido no cargo, adquire os poderes de representação do Município e de suas autarquias e fundações públicas, independentemente de procuração, relativamente aos poderes gerais de foro, em qualquer instância, juízo ou tribunal, inclusive na esfera administrativa.”



# PREFEITURA DE COTIA

SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO N. 34754/2020

Assunto: Informações Judiciais

Interessado: Ministério Público Federal

Cotia, 01 de fevereiro de 2021.

Ref: OFÍCIO - IC 1.34.043.000359/2020-07 - OFÍCIO 995/2020

À

Dra. Amanda Camargo Santos

Advogada Municipal

Servimo-nos do presente para cumprimentá-la e, na oportunidade, apresentar resposta ao ofício em epígrafe, apresentar no quadro abaixo, as informações referentes aos itens "b" e "c", a saber:

**b) se os contratos administrativos entabulados com as pessoas físicas ou jurídicas no combate ao coronavírus foram devidamente cumpridos e, em caso de inadimplemento total ou parcial, quais foram as providências adotadas para ressarcimento dos valores dispendidos:**

**c) Medidas adotadas no âmbito do controle interno da administração municipal quanto a fiscalização do correto emprego das verbas públicas repassadas, notadamente quanto a legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto do combate à pandemia.**

	EMPRESA CONTRATADA	Objeto	NÚMERO DO PEDIDO OU CONTRATO	Status	GESTOR DO CONTRATO
1	New Educar	Álcool Gel 70% - 5 litros	P. 333/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
2	Biomega	serviço Teste rápido	048/2020	Executado integralmente	Silvana Silva
3	Recon	Estrutura H. Campanha	050/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana



# PREFEITURA DE COTIA

## SECRETARIA DE SAÚDE

4	Lumiar	Locação 5 ventiladores	049/2020	Executado integralmente	Nilza Silva Ferreira
5	FV Com e Ser	Locação 3 monitores	058/2020	Executado parcial. Em razão de defeito de 1 monitor, a nota fiscal foi faturada para 2 monitores no período que o monitor com defeito não estava em uso. Não houve prejuízo ao erário.	Nilza Silva Ferreira
6	Deltamed-H	15 Cama Fowler	P. 411/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
7	Planeta Mix	Óculos/ Saco p residuo	P. 374/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
8	CPAP FIT	Aquisição ventilador	P. 405/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
9	Equilibriun	máscara n 95	P. 401/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
10	New Educar	Álcool Gel 70% - 488 gramas	P. 414/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
11	CAP	Locação de ambulância	057/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
12	Blue soluções	Máscara Tripla	P. 413/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
13	Mdoctors	Serviços médicos	055/2020	Executado parcialmente. Houve somente a contratação de serviços médicos para o Hospital de Campanha, em razão da não necessidade de abertura do Hospital das Graças. Não houve prejuízo ao erário.	Alessandra Bana
14	Sieg	Controle de acesso	060/2020	Executado parcialmente. Houve somente a contratação de serviços de portaria para o Hospital de Campanha, em razão	Alessandra Bana





# PREFEITURA DE COTIA

## SECRETARIA DE SAÚDE

				da não necessidade de abertura do Hospital das Graças. Não houve prejuízo ao erário.	
				Executado parcialmente. Houve somente a contratação de limpeza para o Hospital de Campanha, em razão da não necessidade de abertura do Hospital das Graças. Não houve prejuízo ao erário.	Alessandra Bana
15	Sieg	Limpeza	059/2020		
				Executado parcialmente. Houve somente a contratação de serviços de alimentação para o Hospital de Campanha, em razão da não necessidade de abertura do Hospital das Graças. Não houve prejuízo ao erário.	Alessandra Bana
16	Prime	Alimentação	061/2020		
17	SWC informática	Saco/máscara shield	P. 458/2020	executado	Cintia Ribeiro
18	New Educar	Luva/interfolhado	P. 457/2020	executado	Cintia Ribeiro
19	DPMAR	Avental/ papel lençol	P. 459/2020	executado	Cintia Ribeiro
20	Deltamed-H	Touca/saco/Luva	P. 460/2020		Cintia Ribeiro
				Não executado. Os equipamentos foram cedidos por comodato pela empresa de alimentação.	
21	Nutri life	Equipo p/ nutrição	P. 480A/2020		
22	Deltamed-H	Termômetro	P. 492/2020	Executado integralmente	Angela Zanatta
23	Deltamed-H	45 Camas	460B/2020	Executado integralmente	Angela Zanatta
24	Kenji Renao	instalação rede de oxigênio	460A/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana



# PREFEITURA DE COTIA

## SECRETARIA DE SAÚDE

25	HJ Uniformes	conjunto pijamão	P 461A/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
26	Deltamed-H	3 Compressores	P 496/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
27	Real Supri	Um ventilador	P 463/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
28	SD Pazmed	Aquisição 10 monitores	P. 447A/2020	Executado integralmente	Alessandra Bana
29	Quality Medical	Aquisição de Avental	Contrato 001. da ARP. 015/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
30	Max Comércio	Aquisição de touca, luva M e alcool gel	P 619/2020 da ARP. 016/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
31	RDM Materiais	Aquisição de Luva M e Luva G	P. 643/2020 e 843/2020 da ARP. 017/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
32	Le Vim	Aquisição de Mascaras	P. 594/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
33	Deltamed-H	aquisição de mascarassheild e sabonete liquido	P. 622/2020 da ARP.19/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
34	Five Med	Aquisição Mascara Dupla, N 95 e Papel Lençol	Contrato 001/2020 e 002/2020 da ARP. 021/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
35	Papa Lix	Aquisição de Alcool 70% liquido	P 17393/2020 e 29989/2020 da ARP. 022/2020	Executado integralmente	Cintia Ribeiro
36	Papa Lix	Aquisição de Mascara Tripla	ARP. 02/2020	Cancelado	

Sendo o que nos apresenta no momento e colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, renovamos protestos de estima e real apreço.

**Cintia Ribeiro**  
Secretaria de Saúde



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 227/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00000887/2021

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 2 de fevereiro de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**





Certidão nº 277/2021

PRM-OSC-SP-00001753/2021

1/1

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil – 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que houve decurso de prazo para que o TCU, o TCE e o **Ministério da Saúde** apresentassem respostas aos **Ofícios PRM-OSC-SP nº 998/2020, PRM-OSC-SP nº 1000/2020 e PRM-OSC-SP nº 1001/2020 ( etiquetas PRM-OSC-SP 00007363, 00007365 e 00007366/2020)** conforme Avisos de Recebimento datados de 03 de novembro de 2020

Torno os autos conclusos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes,  
Procurador Oficiante

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

Assistente Nível II



**Certidão nº 304/2021**

**PRM-OSC-SP-00001886/2021**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010

Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.0043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, do **Ofício GP nº 335/2021**, encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em resposta ao Ofício nº 1001/2020, etiqueta: PRM-OSC-SP- 00007366/2020.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 05/03/2021 13:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 46028B73.FB292C13.961BA10A.7DC2C2FC



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

**Ofício GP nº 335/2021**  
**TC-24421.989.20-3**

Senhor Procurador da República

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, ao ensejo, participo-lhe o recebimento do Despacho-Ofício nº 1001/2020, relacionado aos autos nº 1.34.043.000359/2020-07 (Procedimento preparatório), solicitando informação quanto à fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), noticiando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos ao Município de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes

Pelo presente, transmito-lhe cópia do despacho desta Presidência, bem como da manifestação do DSF I e II e da SDG, para conhecimento.

Esclareço-lhe que o andamento do expediente em epígrafe, bem como de sua respectiva decisão, poderão ser obtidos através do sítio eletrônico deste Tribunal de Contas em [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), no campo “pesquisa de processo”.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

**CRISTIANA DE CASTRO MORAES**  
**Presidente**

A Sua Excelência o Senhor  
**Dr. DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
DD. Procurador da República  
Procuradoria da República no Município de Osasco  
OSASCO – SP  
GP/41



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00001808/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **03/03/2021 12:47:37**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f4530b9b.101f8668.ef948340.f80540d1



GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
(11) 3292-3220 - gp@tce.sp.gov.br

## DESPACHO

<b>EXPEDIENTE:</b>	<b>00024421.989.20-3</b>
<b>ORIGEM:</b>	■ Ministério Público da União - Procuradoria da República do Município de Osasco/SP.
<b>ASSUNTO:</b>	■ Despacho-Ofício nº 1001/2020, subscrito pelo Procurador da República Dr. Douglas Guilherme Fernandes, relacionado aos autos nº 1.34.043.000359/2020-07 (Procedimento preparatório), solicitando informação quanto à fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), noticiando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos ao Município de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes
<b>EXERCÍCIO:</b>	2020

**O Ministério Público da União – MPU**, pela Procuradoria da República no Município de Osasco/SP, via Despacho-Ofício subscrito pelo Procurador da República, Dr. Douglas Guilherme Fernandes, **solicita informação** quanto à fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), noticiando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos ao Município de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes.

**O feito foi encaminhado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II para manifestação.** Os Diretores Técnicos dos Departamentos informaram, em síntese, que se encontram sob instrução, sob a forma de contratos administrativos, o montante de R\$65.219.003,77, firmados pelas Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes e Osasco e sob os instrumentos de repasses ao terceiro setor (convênios, contratos de gestão e congêneres) o montante de R\$ 93.103.781,55, assinados pelas Prefeituras de Osasco e Embu das Artes e pela Autarquia Municipal de Saúde de Itapeverica da Serra (evento 12.1).

**A Secretaria-Diretoria Geral**, em complemento, considerando as informações colhidas, elencou como ações tomadas por este Tribunal, no que concerne à matéria: a) Acompanhamento especial dos atos relacionados ao enfrentamento da pandemia, que subsidiará o exame das Contas Municipais e Estaduais do exercício de 2020; b) Acompanhamento de processos de contratos e convênios referentes ao emprego dos recursos em decorrência da pandemia; c) Publicação do Relatório Consolidado Covid-19, que inclui diferentes dados obtidos via questionário mensal, preenchido pelos próprios jurisdicionados e d) Atualização mensal do Painel COVID-19/TCESP, que fornece dados referentes ao enfrentamento da pandemia por município, incluindo os arrolados no Ofício citado (evento 16.1).

Tendo em vista o apurado por esta Corte, **determino seja oficiado o Ministério Público da União – Procuradoria da República no Município de Osasco/SP, por intermédio da Autoridade subscritora do presente ofício, informando-lhe a respeito dos dados coletados, em atendimento ao pedido elaborado, remetendo-lhe cópia deste despacho, a bem como da manifestação dos DSF I e**

**II e da SDG**, esclarecendo, ainda, que tanto o andamento de referido expediente como de sua respectiva decisão poderão ser obtidos através do sítio eletrônico deste Tribunal de Contas em [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br) , no campo “pesquisa de processo”.

Ao Cartório.

Cumpridas as providências, **ao arquivo**.

GP, 16 de fevereiro de 2021.

**CRISTIANA DE CASTRO MORAES**  
**PRESIDENTE**

GP-16

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CRISTIANA DE CASTRO MORAES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-YJQ0-A2IF-7510-7VW5



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTOS DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I e II**

**PROCESSO:** 00024421.989.20-3

**ÓRGÃO DA  
ORIGEM:**

- MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (CNPJ 26.989.715/0003-74)

**ASSUNTO:**

Despacho-Ofício nº 1001/2020, de 22 de outubro de 2020.  
 Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007366/2020  
 Autos nº 1.34.043.000359/2020-07 - Classe: Procedimento Preparatório  
 Representante: Ministério Público Federal  
 Representado: A apurar  
 Assunto: solicita informação, no prazo de 20(vinte) dias úteis, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes. Subscrito pelo Procurador da República Dr. DOUGLAS GUILHERME FERNANDES.

**EXERCÍCIO:** 2020

Senhor Secretário-Diretor Geral

Trata-se de ofício encaminhado pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Osasco – 1º Ofício, em face de Inquérito Civil instaurado para verificar a efetiva utilização das verbas públicas repassadas pela União por meio da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 10.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), haja vista a fixação de competência para fiscalizar, se pelos órgãos federais ou estaduais.

Nesse contexto, antes do desmembramento do feito, solicita informar se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego as verbas públicas repassadas pela União com base nas citadas normas em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTOS DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I e II**

É o relato do necessário.

Preliminarmente, esclareça-se que a Medida Provisória nº 838, de 2.4.2020, convertida na Lei nº 14.041, de 2020, dispôs sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos por meio do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20.3.2020 e da emergência de saúde decorrente do coronavírus (Covid-19).

Os valores previstos foram de R\$ 4 bilhões mensais até o limite de R\$ 16 bilhões(art. 2º).

Com a devida vênia, permitimo-nos acrescentar ao presente os repasses, a título de auxílio financeiro, de que trata a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

Isto porque, os seus objetivos são semelhantes e referem-se ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2(Covid-19).

Por esta última, foram previstos os repasses de R\$60 bilhões aos Estados e Municípios (art. 5º, LC 173/2020).

A Associação dos Tribunais de Contas da União, por meio da Nota Técnica nº 03, de 04 de junho de 2020, ao analisar a competência dos Tribunais de Contas para fiscalização dos recursos repassados por meio da L.C. nº 173, de 2020, concluiu que:

“13. Por todo o exposto, a ATRICON conclui que caberá:

13.1 – ao TCU: fiscalizar os cálculos da STN e assegurar que os repasses sejam feitos nas datas e valores previstos, bem como apreciar eventuais recursos de entes subnacionais quanto aos valores recebidos; e





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTOS DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I e II**

13.2 – aos TCEs, aos TCMs e ao TCDF, nas suas respectivas jurisdições: fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos pelos entes jurisdicionados.

Na Nota Técnica SDG nº 156, de 11.5.2020, emitida por Vossa Senhoria, a Fiscalização deste Tribunal foi orientada que:

“15. A abrangência das análises das despesas e dos atos relacionados à pandemia compreendem todas as fontes de recursos, inclusive a federal.”

Portanto, independente da fonte de recurso e sob a orientação contida na Nota Técnica SDG nº 156, de 11.5.2020, a Fiscalização deste Tribunal tem auditado, segundo critérios de amostragem, despesas e atos relacionados à pandemia, independente da fonte de recursos.

Todos os municípios, à exceção do Município de São Paulo, sob a competência do Tribunal de Contas do Município, foram acompanhados diariamente em relação aos recursos financeiros recebidos e utilizados, bem como quanto ao atendimento à transparência fiscal e dos atos relacionados ao enfrentamento da pandemia por meio de processos de acompanhamentos especiais no exercício de 2020, que subsidiarão o exame das respectivas Contas Anuais.

Em números consolidados, foi repassado, em 2020, aos 644 municípios jurisdicionados o montante de R\$4,34 bilhões pelo Governo Federal e 0,54 bilhão pelo Governo Estadual, conforme dados divulgados no Portal Covid deste Tribunal (<https://painel.tce.sp.gov.br/arquivos/covid/Covid-19-RelatorioConsolidado-149.pdf>) .

Ainda, em autos específicos, além dos 660 processos de acompanhamento especial, foram selecionados 543 processos



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEPARTAMENTOS DE SUPERVISÃO DA FISCALIZAÇÃO I e II**

sob a forma de convênios, ajustes com o terceiro setor, prestação de contas do terceiro setor, termos aditivos e contratos, totalizando R\$ 2.390.060.682,94 nas áreas estadual e municipal, correspondente a 23,60% dos recursos empregados na pandemia, desde o seu reconhecimento.

Destes, informamos, que se encontram sob instrução, sob a forma de contratos administrativos, o montante de R\$65.219.003,77, firmados pelas Prefeituras de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes e Osasco e sob os instrumentos de repasses ao terceiro setor (convênios, contratos de gestão e congêneres) o montante de R\$ 93.103.781,55, assinados pelas Prefeituras de Osasco e Embu das Artes e pela Autarquia Municipal de Saúde de Itapeverica da Serra.

Em conclusão, os recursos financeiros repassados pela Medida Provisória nº 838, de 2.4.2020, convertida na Lei nº 14.041, de 2020 ou pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27.05.2020 são fiscalizados por este Tribunal, conforme procedimentos específicos esclarecidos no presente.

Anote-se, por oportuno, que os recursos e atos de despesas relacionados à pandemia são divulgados e atualizados mensalmente no [Painel COVID-19/TCESP](#).

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

DSFs I e II, 27 de janeiro de 2021.

**Paulo Massaru Uesugi Sugiura**  
**Diretor Técnico de Departamento**  
**DSF-I**

**Alexandre Teixeira Carsola**  
**Diretor Técnico de Departamento**  
**DSF-II**



**SECRETARIA DIRETORIA-GERAL**

(11) 3292-3256 - sdg@tce.sp.gov.br

---

<b>PROCESSO:</b>	<b>00024421.989.20-3</b>
<b>ÓRGÃO DA ORIGEM:</b>	■ MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (CNPJ 26.989.715/0003-74)
<b>ASSUNTO:</b>	Despacho-Ofício nº 1001/2020, de 22 de outubro de 2020. Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007366/2020 Autos nº 1.34.043.000359/2020-07 - Classe: Procedimento Preparatório Representante: Ministério Público Federal Representado: A apurar Assunto: solicita informação, no prazo de 20(vinte) dias úteis, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes. Subscrito pelo Procurador da República Dr. DOUGLAS GUILHERME FERNANDES.
<b>EXERCÍCIO:</b>	2020

---

Senhora Presidente

Trata-se de Ofício encaminhado a este Tribunal pelo Excelentíssimo Dr. Douglas Guilherme Fernandes, Procurador da República da Procuradoria da República no Município de Osasco, solicitando informações sobre eventual "fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da MP nº 938/202 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes".

Excelência, os autos foram encaminhados aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II para manifestação conjunta (evento 12). Como bem elucidam os Senhores Diretores, está sob competência desta Corte a fiscalização das despesas e atos relacionados à pandemia, referente aos órgãos sob nossa jurisdição, independentemente da fonte de recursos. De posse desta informação, podemos citar ações tomadas por este Tribunal:

- Acompanhamento especial dos atos relacionados ao enfrentamento da pandemia, que subsidiará o exame das Contas Municipais e Estaduais do exercício de 2020.
- Acompanhamento de processos de contratos e convênios referentes ao emprego dos recursos em decorrência da pandemia.
- Publicação do Relatório Consolidado Covid-19, que inclui diferentes dados obtidos via questionário mensal, preenchido pelos próprios jurisdicionados.
- Atualização mensal do Painel COVID-19/TCE-SP, que fornece dados referentes ao enfrentamento da pandemia por município, incluindo os arrolados no Ofício citado.

Dessa maneira, podemos concluir que esta Corte toma diversas providências no sentido de fiscalizar as despesas do dinheiro público no combate à pandemia, agindo como facilitador da transparência e do controle social de tais verbas.

À consideração de Vossa Excelência para o que houver por bem determinar.

SDG., 8 de fevereiro de 2021.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI  
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SERGIO CIQUERA ROSSI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-XVZW-DWS7-81I5-LE9G



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 454/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00001808/2021

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

1. Junte-se. Após, conclusos.

Osasco, 4 de março de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**



**Certidão nº 313/2021**

**PRM-OSC-SP-00001951/2021**

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**

Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010

Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil– 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do ofício **7741/2021-TCU/SePROC** de etiqueta **PRM-OSC-SP-00001852/2021**, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 998/2020** e do ofício nº **501/SAJ/2021** de etiqueta **PRM-OSC-SP-00001859/2021**, encaminhado pela **Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Municipal de Carapicuíba**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP-994/2020**

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 09/03/2021 14:16. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 037EDB20.8F057C80.CC264563.E304908C



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo

OFÍCIO 7741/2021-TCU/Seproc

Brasília-DF, 1/3/2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Douglas Guilherme Fernandes  
Procurador da República  
Procuradoria da República no Município de Osasco  
Rua Padre Damaso, 294 - - 2º andar - Centro  
06.016-010 - Osasco - SP

Processo TC 038.140/2020-9  
Relator do processo: Ministro Bruno Dantas  
Unidade responsável: Secretaria de Macroavaliação Governamental

Tipo do processo: Solicitação

**Assunto: Resposta à solicitação de informações.**

Senhor Procurador da República,

1. Em atenção ao **Despacho-Ofício nº 998/2020 (Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007363/2020)**, em referência ao **procedimento Preparatório nº 1.34.043.000359/2020-07**, em cumprimento ao despacho do Ministro Relator Bruno Dantas, em anexo, encaminhando, cópia do pronunciamento da Unidade Técnica responsável, Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, e documentação complementar.
2. Registro que, pela Plataforma de Serviços Digitais Conecta-TCU, Procuradores da República do Ministério Público Federal possuem perfil especial para acesso automático a processos (exceto sigilosos), com opção de *download*, no Portal TCU, pelo link - <https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/detalhe.htm?cod=11> – consultar o Guia prático da Plataforma Conecta-TCU-MPF.
3. Por fim, informo que o Tribunal, por meio da Central de Atendimento ao Cidadão, encontra-se à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário (61-3527-5234 de 13 h as 17h e email: [cacidadeao@tcu.gov.br](mailto:cacidadeao@tcu.gov.br)).

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente*

NIDIA ELIANE SANTOS CUNHA BARBOSA

Chefe da CA-Cidadão

(Conforme Portaria-Seproc nº 1/2021)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00001852/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **04/03/2021 19:24:28**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 48f96369.24147ef0.78f58e67.da040385



**Processo: 038.140/2020-9**

**Natureza:** Solicitação

**Unidades Jurisdicionadas:** Ministério da Economia (vinculador); Ministério da Saúde; Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes (Estado de São Paulo)

**Interessado:** Procuradoria da República no Estado de São Paulo (PRSP/MPF)

## **DESPACHO**

Trata-se de solicitação de informações formulada pelo Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em São Paulo (peça 1), a fim de subsidiar o Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07, instaurado com o objetivo de fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco, que engloba Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes.

A matéria objeto da presente solicitação guarda estreita relação com o TC 024.304/2020-4, de minha relatoria, apreciado na sessão de 8/12/2020, que resultou no Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário.

O mencionado processo trata de representação destinada a analisar a natureza jurídica dos repasses federais, a título de auxílio financeiro, previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória 938/2020, com o propósito de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20/3/2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus.

Sobre o processamento desta Solicitação, é oportuno registrar os termos do comunicado ao Plenário que fiz na data de 13 de junho de 2018:

“Como é de conhecimento de todos, tem sido cada vez mais frequente o recebimento de ofícios requisitórios de autoria de Procuradores da República dirigidos a secretários e outros servidores do TCU.

Nos moldes do art. 65 da Resolução-TCU 259/2014, referidas demandas exigem a instauração de processos de Solicitação, a análise pelas unidades especializadas e, salvo eventual delegação de competência, a deliberação do Relator ou do colegiado competente.

É importante frisar que as competências constitucionais e legais deste Tribunal de Contas da União são exercidas por meio de seus membros, de forma monocrática ou colegiada, conforme regramento previsto na Lei 8.443/1992 e no Regimento Interno do TCU.

De qualquer forma, salvo raras exceções, os pedidos dos membros do *Parquet* são deferidos em homenagem ao mais alto espírito de colaboração institucional que sempre foi característica desta Casa.

Nos últimos tempos, porém, notei que aquilo que inicialmente era um gesto de cooperação e de deferência institucional tem resvalado para verdadeiras ordens, com assinatura de prazos para atendimento.

Registro que esta Casa possui acordo de cooperação com o Ministério Público Federal desde o ano de 2012, o qual foi recentemente renovado, conforme publicação no DOU de 8 de junho de 2018, Seção 3, página 138. Tal instrumento de cooperação reza, em sua cláusula segunda que:

‘2.1 A cooperação pretendida pelos partícipes consistirá:

[...]

e) na troca de informações entre o TCU e o MPF, para evitar duplicidade de esforços na investigação de matérias afetas a ambas as Instituições’.

Nesses termos, entendo que eventuais solicitações de informações oriundas de Procuradores da República dirigidas a secretários ou a outros servidores da secretaria do Tribunal podem ser feitas com fundamento no referido acordo de cooperação, sem contudo, assinalar prazos, visto que, friso novamente, o compartilhamento de informações ocorre em caráter colaborativo entre as instituições. Nesse caso, em havendo autorização do relator da matéria, a solicitação poderá ser atendida, contribuindo para a celeridade processual e a efetividade das ações do Ministério Público.

Por outro lado, lembro que o art. 8º, § 4º, da Lei Complementar 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), estabelece, entre outros pontos, que as requisições do Ministério Público quando tiverem como destinatário Ministro do Tribunal de Contas da União “serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada”.

Diante dessas considerações, com o intuito de uniformizar as requisições advindas do Ministério Público e reforçar o espírito de cooperação e deferência entre os dois órgãos, proponho que este Tribunal dê conhecimento dessas ocorrências à Procuradora-Geral da República, Exma. Sra. Raquel Dodge, para que **os membros de sua instituição sejam orientados no sentido de que as requisições endereçadas ao Tribunal de Contas da União devem obedecer ao art. 8º, § 4º, da Lei Complementar 75/1993, podendo, alternativamente, serem fundamentadas no acordo de cooperação vigente entre as instituições**, nos termos acima mencionados.”

Dito isso, **conheço** da Solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade contidos no art. 59, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, c/c com o art. 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, **autorizo** o envio de cópias da instrução de peça 24 e deste despacho, acompanhadas do inteiro teor do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (peça 10), da Recomendação MPF 14/2020 (peça 4) e do Despacho PRPE 331/2021 (peça 18), ao Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes, da Procuradoria da República no Município de Osasco-SP, com o devido registro de que o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário encontra-se sob efeito suspensivo em virtude da oposição de embargos de declaração pela União.

Alerte-se para que sejam tomadas as cautelas necessárias à conservação do sigilo das peças assim classificadas que se encontram nos autos.

Ao final, **apense-se** o presente ao TC 024.304/2020-4.

À Semag.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Gabinete do Ministro Bruno Dantas

*(Assinado eletronicamente)*

**BRUNO DANTAS**  
Relator

TC 038.140/2020-9

**Tipo:** Solicitação

**Unidades Jurisdicionadas:** Ministério da Economia (vinculador), Ministério da Saúde, Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes (Estado de São Paulo)

**Interessado:** Procuradoria da República no Estado de São Paulo (PRSP/MPF)

**Assunto:** Solicitação de Informação formalizada pela Procuradoria da República no Município de Osasco-SP, com o propósito de subsidiar Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07, instaurado com o objetivo de fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco, que engloba os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes.

**Relator:** Ministro Bruno Dantas

**Proposta:** atendimento

## 1. INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de Solicitação de Informação (Soli) do 1º Ofício da Procuradoria da República no Municípios de Osasco-SP, por intermédio do Despacho-Ofício 998/2020, de 22/10/2020, de autoria do Sr. Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes (peça 1).

2. O Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07 foi instaurado a partir do Ofício-Circular 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da Federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do novo coronavírus.

3. Visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as Cidades que compõem o plexo de atribuições da Procuradoria da República no Município de Osasco-SP. Após apresentação de respostas, o MPF requereu esclarecimentos complementares aos municípios, em especial no que diz respeito à **forma de implementação das contratações públicas** envolvendo os recursos do Governo Federal, ao adimplemento dos contratos administrativos entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à existência de controle interno e fiscalização sobre as rendas públicas repassadas.

4. Em apertada síntese, foi determinada a expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes, requerendo as seguintes informações:

i) se as contratações efetuadas com base na Portaria 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória 938/2020 (convertida na Lei 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no art. 26 da Lei 8.666/1993;

ii) se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas, listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e

iii) quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

5. Determinou, ainda, a expedição de ofício ao Ministério da Saúde a fim de que seja esclarecido se os recursos transferidos aos entes subnacionais com base na Portaria MS 774/2020 estão sujeitos à fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, informe quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

6. Na mesma toada, foram expedidos ofícios a esta Corte de Contas e à Controladoria-Geral da União, para que se manifestem, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

7. Aduziu que, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória 938/2020 (artigo 1º da Lei 14.041/2020), levanta a questão ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente **complementar ao FPM**, não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal, **“uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios”**.

8. Expôs que, fixada essa premissa, observando o art. 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, integra o seu patrimônio, **constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República.

9. Entretanto, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da Covid-19, o autor entendeu recomendável obter informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito.

10. Por fim, o autor determinou a expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo solicitando os bons préstimos de informar, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória 938/2020 e da Lei 14.041/2020, informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes.

11. A matéria objeto da presente Soli guarda estreita relação com o TC 024.304/2020-4 (peças 94-96), da relatoria do ministro Bruno Dantas, apreciado na sessão de 8/12/2020, no que resultou no **Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário**, referente à Representação de iniciativa desta Unidade Técnica com o objetivo de analisar a natureza jurídica dos repasses federais, a título de auxílio financeiro, previstos no art. 5º da Lei Complementar 173, de 27/5/2020, editada com o fim específico de estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória (MPV) 938, de 2/4/2020, com o propósito de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20/3/2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

12. Os órgãos do Ministérios da Economia, o controle interno do Poder Executivo federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Advocacia-Geral da União (AGU), assim como a Procuradoria-Geral da República (PGR) e suas Câmaras de Coordenação e Revisão (1ª, 2ª e 5ª CCR/PGR), tiveram ciência do teor da decisão.

## 2. EXAME DE ADMISSIBILIDADE

13. A Solicitação de informações por procuradores da República a esta Corte de Contas encontra amparo no art. 159, inciso II, do Regimento Interno do TCU, regulamentado pelos arts. 59, incisos II, e 62 da Resolução - TCU 259/2014. Dessa forma, o requerente reveste-se de legitimidade para solicitar informações ao Tribunal, razão pela qual cabe o conhecimento do expediente com os fundamentos citados.

14. Como destacado no expediente, a autoridade do MPF menciona a necessidade de subsidiar o Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07 com o fim de convertê-lo em inquérito civil. Nesse sentido, com fulcro no art. 62 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, a presente Soli preenche o requisito de admissibilidade, devendo, pois, ser conhecida.

## 3. EXAME TÉCNICO

### 3.1. Questão Preliminar

15. As questões formuladas na presente Soli destacam aspectos que apresentam aparente divergência em relação à análise de mérito empreendida de forma minudente no Relatório e Voto condutores do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário, da relatoria do ministro Bruno Dantas. Nesse sentido, as respostas aos questionamentos buscam apontar caminhos para subsidiar as reflexões sobre esses pontos aparentemente conflitantes.

16. Cumpre registrar, entretanto, que, no dia 14/1/2021, a União (Ministério da Economia), representada pelo Departamento de Defesa Extrajudicial da Consultoria-Geral da União, opôs **Embargos de Declaração** contra a referida decisão, por meio dos quais aponta supostas omissões, obscuridades e contradições em relação à **fixação de entendimento** exarada no item 9.2 e à **modulação** prevista no item 9.3 do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

9.2. fixar entendimento, com fulcro no art. 16, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de que:

9.2.1. os repasses da União aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Medida Provisória 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 e em outras hipóteses congêneres, a exemplo da Lei 14.017/2020, constituem:

9.2.1.1. despesas próprias da União e não repartição constitucional ou legal de tributos e outros ingressos que integrem a receita corrente bruta federal, devendo o Ministério da Economia se abster de considerar tais despesas no rol de deduções para fins de cálculo da receita corrente líquida federal;



9.2.1.2. obrigação incondicional da União para concretizar os objetivos da Emenda Constitucional 106/2020, mantida a natureza federal da transferência obrigatória, que se sujeita à fiscalização e ao controle dos órgãos federais, incluindo o Tribunal de Contas da União, aplicando-se, subsidiariamente, para os repasses vinculados ou destinados a ações e serviços públicos de saúde, a solidariedade ativa dos órgãos de controle presente no art. 27 da Lei Complementar 141/2012, consoante a tese constante da decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança 33.079;

9.2.2. para fins do disposto na alínea “a” do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o teor do item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário deve se restringir aos valores transferidos ou repassados pela União a estados, ao Distrito Federal e a municípios decorrentes da repartição de receita corrente originária do produto da efetiva arrecadação de tributo federais ou de outros ingressos públicos, repartição essa resultante de determinação constitucional ou legal que estabeleça a distribuição de cota ou percentual incidente sobre a respectiva receita corrente;

9.3. modular os efeitos do entendimento contido no item 9.2.1.1 deste acórdão para fins de cálculo da receita corrente líquida da União, de maneira que passe a vigorar a partir do 2º bimestre de 2020, com fundamento no § 4º do art. 927 do Código de Processo Civil;

17. Em apertada síntese, pugna-se para que sejam conferidos **efeitos modificativos** aos referidos Embargos, a fim de que sejam corrigidos os supostos vícios e, conseqüentemente, sejam “totalmente reformadas a fixação de entendimento prevista no item 9.2 e a aplicação retroativa do entendimento do item 9.3 do Acórdão nº 4.074/2020”.

18. O pedido formulado na peça, que será apreciada no bojo do TC 024.304/2020-4 (rel. min. Bruno Dantas), visa restabelecer a possibilidade de dedução da receita corrente bruta - para fins de cálculo da receita corrente líquida (RCL) - despesas próprias da União realizadas sob a forma de repasse aos entes subnacionais a título de apoios e auxílios financeiros federais, cujos valores somaram **R\$ 79 bilhões** em 2020.

19. O pleito não é trivial, com potencial de produzir distorção de densa relevância nos indicadores fiscais tanto no exercício passado, quando em 2021. As possíveis conseqüências práticas dessa drástica redução da RCL federal não apenas foram mensuradas como também alertadas durante a reunião técnica realizada em **30/7/2020**, da qual participaram representantes do Poder Executivo e da PGR.

20. Na ocasião, a Semag alertou sobre o elevado risco de impacto da subavaliação no cumprimento do limite de despesa com pessoal dos Poderes e órgãos autônomos e destacou o maior risco para o Ministério Público da União (MPU). Também ressaltou que, embora a necessidade de adoção imediata de medidas corretivas, para eliminação do excedente da despesa com pessoal, tenha sido suspensa em 2020, devido à decretação da calamidade pública nacional, a metodologia de apuração tanto da RCL, quanto do limite de despesa de pessoal considera as receitas e despesas do mês de referência e dos onze anteriores, respectivamente. Dessa forma, as despesas próprias da União realizadas em 2020 com os repasses de apoios/auxílios financeiros produzirão efeito negativo sobre a metodologia de cálculo da RCL até o 5º bimestre de 2021.

21. O Relatório que fundamentou a decisão ora atacada antecipou as conseqüências práticas dessa subavaliação da RCL federal (parágrafos 114-115), de forma a preservar a autonomia dos Poderes independentes e órgãos com poder de autogoverno. Sobressai dos fundamentos da decisão o fato de que as distorções verificadas em 2020 nas metodologias de cálculo desses dois parâmetros fiscais, em tese, produzirão efeito nos cálculos de 2021, uma vez que não há decisão legislativa formal para justificar a prorrogação do regime extraordinário fiscal e financeiro previsto na Emenda Constitucional (EC) 106/2020 e na Lei Complementar 173/2020, que suspenderam as medidas corretivas previstas na LRF

para eliminação dos excedentes fiscais.

22. O risco apontado na reunião não demorou para ser percebido pelo MPU. Em 20/9/2020, a Procuradoria-Geral da República questionou a aplicação do limite de pessoal da instituição previsto no art. 20 da LRF. Os impactos da redução da RCL sobre os limites fiscais do MPU integram os fundamentos da Consulta formulada nos seguintes termos:

8. Explica que, em razão desse equívoco no entendimento da STN e da **queda brusca de receita corrente líquida da União provocada pela calamidade pública**, o Ministério Público da União teria ultrapassado, no segundo quadrimestre de 2020, o limite prudencial de despesas com pessoal (95% do limite máximo), fazendo incidir o art. 22 da LRF, que estabelece uma série de medidas restritivas.

9. Enfatiza que a superação desse limite não decorreu do aumento de despesa com pessoal na instituição, **mas da drástica queda de receita corrente líquida causada pela pandemia**.

10. Explica que, por mais que haja um controle dos gastos com pessoal por parte do órgão, considerando a crise econômica atual, o MPU tenderia a continuar excedendo os limites nos próximos quadrimestres.

11. Essa situação, segundo ele, prejudicaria a execução orçamentária dos valores corrigidos por meio do Acórdão 3.072/2019-TCU-Plenário, tornando-o ineficaz, e manteria o órgão sob a incidência do art. 22 da LRF e suas restrições, **comprometendo gravemente a prestação de serviço e a autonomia do Ministério Público da União**. (grifamos)

23. Dada a gravidade da situação, em 8/11/2020 o relator, ministro Bruno Dantas, concedeu a medida cautelar requerida pelo MPU, cujo teor foi referendado pelo Plenário do TCU a apreciar a matéria no âmbito do Acórdão 3.015/2020, em 11/11/2020, cujo processo de consulta (TC 036.973/2020-3) aguarda apreciação do mérito.

24. O panorama antecipado pela Semag no âmbito do TC 024.304/2020-4 se confirmou com efeitos ainda mais gravosos sobre a RCL federal. Segundo a Portaria STN 660, de 22/1/2021, a RCL federal de 2020 totalizou **R\$ 651,9 bilhões**, contra os **R\$ 789,91 bilhões** projetados para o ano, conforme divulgado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º bimestre. Em nota de rodapé, a STN esclareceu que, no rol de deduções da receita corrente bruta, foram mantidos os valores referentes aos apoios/auxílios financeiros federais [R\$ 79 bilhões], em razão dos Embargos de Declaração opostos e que, segundo o parecer da AGU, suspenderam os efeitos do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas).

25. Os números detalhados e as variações dos componentes da arrecadação federal que impactam a metodologia de cálculo da RCL federal constam da tabela do Anexo 1 desta instrução. De acordo com o que se apurou, nota-se que, enquanto a receita corrente bruta federal de 2020 apresentou queda de 14,36% em relação à de 2019, as **deduções referentes a transferências constitucionais e legais** - que deveriam se restringir aos repasses de recursos decorrentes de repartição de receita efetivamente arrecadada - **augmentaram 21,39%** no mesmo período, sem que houvesse aumento na arrecadação bruta para justificar expressivo crescimento sob a forma de repartição.

26. A variação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita em 2020 foi negativa em 10,4% na receita bruta, contra queda de 17,05% da RCL federal. Essa discrepância de aproximadamente 7 pontos percentuais (p.p.) decorreu do aumento significativo das deduções de valores repassados a título de apoios/auxílios federais, os quais receberam o mesmo tratamento de repartição de receita. Não houve, importante repisar, aumento de arrecadação dos tributos e contribuições federais para justificar qualquer incremento na repartição de receita corrente, já que as despesas próprias da União com os referidos repasses foram custeadas, em sua grande maioria, com a emissão de títulos públicos



(receita de capital), sem que haja previsão constitucional ou legal para repartição da dívida pública federal com os entes subnacionais.

27. Sem querer antecipar nesta Representação a análise de mérito dos Embargos de Declaração e do acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos autônomos da União, oportuno observar que a primeira consequência prática que já se constatou dessa dedução - considerada desprovida de lógica e plausibilidade jurídica pelo Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário - foi a queda real de **31,13%** da RCL federal de 2020 (**R\$ 651,9 bilhões**) quando comparada ao valor de 2019 (R\$ 946,57 bilhões) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que encerrou o ano passado com variação de 4,52%.

28. O segundo efeito prático da subavaliação oblíqua da RCL federal de 2020 foi percebido nos índices de comprometimento do limite de despesa com pessoal dos Poderes e órgãos autônomos da União. Cite-se, a título de exemplo, a **despesa total com pessoal** do Ministério Público da União (MPU), que **superou em quase 0,11 p.p o limite máximo** fixado pela LRF (0,6%), atingindo 0,706682% da RCL federal, com excedente de 17,78% em relação ao parâmetro fiscal (peças 19-20).

29. No âmbito dos Poderes Judiciário da União e Executivo, a subavaliação da RCL federal de 2020 também produziu efeitos gravosos. As despesas de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de Goiás e Minas Gerais ultrapassaram os limites máximos, com excedentes de 3,5% e 1,34% respectivamente, enquanto o TRE-PR ultrapassou o limite prudencial, com despesas que atingiram 95,86% do limite máximo. Entraram na zona de alerta, com despesas que superaram 90% do limite máximo, o TRE-AM (94,97%) e o TRE-RR (93,52%), o Tribunal Superior Eleitoral-TSE (93,04%), além do próprio Poder Executivo federal (92,23%).

30. O comportamento das despesas com pessoal desses órgãos em 2020 foi o seguinte:

Poder e Órgão Autônomo da União	Valores em R\$		
	2020	2019	Variação Real da Despesa com Pessoal
	Despesa com Pessoal Valor Nominal	Despesa com Pessoal Valor Corrigido pelo IPCA de 2020 (4,52%)	2020-2019
Poder Executivo Federal	227.885.682.037,00	238.950.718.505,64	-4,63%
MPU	4.607.166.163,56	4.667.738.741,96	-1,30%
TSE	266.209.482,86	254.130.202,31	4,75%
TRE-AM	103.180.015,08	99.804.976,59	3,38%
TRE-GO	157.586.887,34	156.757.857,28	0,53%
TRE-MG	501.999.770,01	505.722.124,27	-0,74%
TRE-PR	262.022.877,87	251.679.171,46	4,11%
TRE-RR	45.037.708,90	41.113.815,82	9,54%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos de 2019 e 2020 divulgados no Siconfi

31. Chama atenção o fato de que, embora em 2020 as despesas com pessoal do Poder Executivo, do MPU e do TRE-MG tenham apresentado **queda real** em relação a 2019 (valor corrigido pelo IPCA), mesmo assim tais órgãos ultrapassaram os respectivos limites de pessoal fixados pela LRF, resultado da subavaliação da RCL federal com manutenção da dedução de despesas próprias da União (auxílios/apoios financeiros).

32. Registre-se, todavia, que a verificação do cumprimento das despesas com pessoal dos Poderes e órgãos autônomos da União, assim como das possíveis causas que possam ter influenciado o

comportamento da despesa em relação aos limites fixados na LRF, está em fase de apuração no âmbito do TC 005.182/2021-2 (rel. min. Walton Alencar Rodrigues), cuja análise levará em consideração o regime extraordinário fiscal e financeiro instituído pela Emenda Constitucional (EC) 106/2020 e pela Lei Complementar 173/2020, o impacto do efeito suspensivos dos Embargos de Declaração mencionados, dentre outros fatores que possam ter produzido reflexo no comprometimento da margem de expansão da despesa de pessoal.

33. Para além dessas consequências práticas fiscais, a depender dos efeitos que vierem a ser conferidos por ocasião da apreciação dos referidos Embargos de Declaração, poderá haver alteração da natureza jurídica dos recursos financeiros que somam R\$ 79 bilhões, com reflexo direto sobre a competência dos órgãos do Poder Executivo responsáveis pelo monitoramento e avaliação, assim como sobre a definição dos órgãos de controle interno e externo competentes para realizar a fiscalização e, sobretudo, o **juízo das referidas contas** em caso de aplicação irregular, consoante o disposto nos arts. 70 e 71 da CRFB.

34. Feitas essas considerações, com o intuito de oferecer ao solicitante contribuições para elucidar as questões por ele formuladas, inclusive as expedidas aos municípios paulistas e ao Ministério da Saúde, passa-se a abordar cada um dos questionamentos, tendo como referência fundamentos que embasaram diversos julgados proferidos por esta Corte de Contas.

### **3.2. Natureza Jurídica das Transferências a Título de Auxílio Financeiro Federal Instituído pela Medida Provisória 938/2020**

35. Um dos argumentos constantes da presente Soli, a partir de premissa que apresenta potencial de afetar diretamente a atuação desta Corte de Contas, consiste em saber se a verba repassada pela União com base na MPV 938/2020 constituiria hipótese de complementação do FPM, não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas à União, “uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios”.

36. Cogitou o autor que, fixada essa premissa, a quota referente ao FPM, quando repassada ao município, integraria o seu patrimônio e constituiria receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do TCU, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas.

37. Os questionamentos mencionados apresentam como tema nuclear a discussão sobre a natureza jurídica dos auxílios e apoios financeiros federais instituídos no âmbito da calamidade pública nacional, matéria que esta Corte de Contas já analisou e fixou os seguintes entendimentos em sentido oposto à hipótese cogitada pelo solicitante, conforme assentado no Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas):

9.2. fixar entendimento, com fulcro no art. 16, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de que:

9.2.1. os repasses da União aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Medida Provisória 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 e em outras hipóteses congêneres, a exemplo da Lei 14.017/2020, constituem:

9.2.1.1. despesas próprias da União e não repartição constitucional ou legal de tributos e outros ingressos que integrem a receita corrente bruta federal, devendo o Ministério da Economia se abster de considerar tais despesas no rol de deduções para fins de cálculo da receita corrente líquida federal;

9.2.1.2. obrigação incondicional da União para concretizar os objetivos da Emenda Constitucional 106/2020, mantida a natureza federal da transferência obrigatória, que se sujeita à fiscalização e ao controle dos órgãos federais, incluindo o Tribunal de Contas da União, aplicando-se, subsidiariamente, para os repasses vinculados ou destinados a ações e serviços públicos de saúde, a solidariedade ativa dos órgãos de controle presente no art. 27 da Lei Complementar 141/2012,

consoante a tese constante da decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança 33.079;

38. Os fundamentos para a decisão foram desenvolvidos no **tópico 3.3** do Relatório que fundamenta o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (parágrafos 64-108), cuja conclusão foi no sentido de que os recursos repassados não constituem repartição de receita para produzir os mesmos efeitos jurídicos do FPM.

### **3.3. Órgãos Competentes para Fiscalizar a Aplicação das Transferências Federais Vinculadas à Saúde, os Auxílios e Apoios Financeiros Federais e Julgar as Respectivas Contas**

39. O autor também determinou a expedição de ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a finalidade de obter informações sobre a existência de fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da MPV 938/2020 e da Lei 14.041/2020.

40. Com o objetivo de subsidiar o exame de informações porventura prestadas por outras instituições, é oportuno contextualizar a análise feita sobre a matéria em decisões desta Corte de Contas.

#### 3.3.1. Aspectos conceituais sobre competência fiscalizatória de acordo com a origem do recurso

41. No exercício de 2020, a União empenhou em ações e serviços públicos de saúde **R\$ 161,54 bilhões**, sendo liquidados R\$ 151,01 bilhões (93,48%). O montante empenhado foi 33,17% acima do mínimo constitucional fixado para o exercício em R\$ 121,3 bilhões. Do total empenhado, **R\$ 39,5 bilhões** foram executados na Ação 21C0 (Covid-19) a título de reforço do orçamento do Ministério da Saúde para enfrentamento da pandemia.

42. A União empenhou **R\$ 83,13 bilhões** (51,46%) em favor dos municípios brasileiros e R\$ 30 bilhões (18,57%) dos estados e do Distrito Federal. Ao todo, os entes subnacionais foram favorecidos com R\$ 113,13 bilhões, o que corresponde a **70%** do valor global do orçamento do Ministério da Saúde destinado a ações e serviços públicos de saúde (R\$ 161,54 bilhões). O grau de execução dos repasses foi bastante elevado (R\$ 111,61 bilhões), atingindo aproximadamente 98,66% dos empenhos, com inscrição em restos a pagar de apenas 1,34%. Os números constam da publicação do RREO do 6º bimestre de 2020 disponível no painel referente ao Tesouro Transparente (<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>).

43. Além desses valores vinculados à saúde da EC 29/2000 e pela Lei Complementar 141/2012, a União repassou aos entes subnacionais mais R\$ 79 bilhões, dos quais R\$ 10 bilhões poderiam ser vinculados a ações de saúde ou assistência social visando ao enfrentamento da pandemia.

44. A fiscalização da aplicação desses recursos de origem e natureza federais, assim como o julgamento das respectivas contas em caso de desvio, compete aos órgãos federais, sem prejuízo do dever dos entes subnacionais de assegurarem a correta aplicação dos recursos recebidos da União. Esse foi o entendimento fixado no item 9.2 do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário, merecendo reprodução os seguintes trechos do Voto do relator, min. Bruno Dantas:

#### **IV – DA COMPETÊNCIA FISCALIZATÓRIA**

137. Como decorrência lógica do reconhecimento da natureza federal dos auxílios de que tratam as Leis Complementar 173/2020 e 14.041/2020, devo comentar brevemente sobre a competência fiscalizatória desses valores.

138. Segundo a Semag, é plausível adotar o mesmo entendimento defendido na ADI 5.532/DF, na qual a PGR ofereceu parecer com vistas a manter a competência do TCU para fiscalizar repasses

de verbas federais referentes à transferência obrigatória proveniente da complementação da União ao Fundeb, conforme relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski (peça 93, com destaques acrescidos):

“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DE DIRETÓRIO REGIONAL DE PARTIDO POLÍTICO. NÃO IMPUGNAÇÃO DE TODO O COMPLEXO NORMATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. FUNDEB. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO. COMPETÊNCIA DO TCU PARA APURAR ILÍCITOS EM REPASSES DE VERBAS FEDERAIS.

(...)

**3. Repasse de verbas federais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a título de complementação do valor mínimo anual por aluno, atrai competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União (Constituição da República, arts. 70, parágrafo único, e 71, caput, II e VI, e Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 26, III).**

4. Parecer por não conhecimento da ação e, no mérito, por improcedência do pedido.”

139. De se frisar que os recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, por exemplo, têm **destinação específica** (inciso I) e restrição explícita que, pela via reflexa, confere **especificidade à sua aplicação** (inciso II), de modo que, a teor dos arts. 70, parágrafo único, e 71, incisos II e VI, da CF/1988, o repasse de recursos de natureza federal confere ao TCU a competência para fiscalizar a sua correta aplicação, mesmo que por outros entes federados, pois não se pode suprimir da União a competência de monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, assim como fiscalizar se são desviados ou mal empregados.

140. Em que pese a competência federal para fiscalização e controle, isso não afasta a **obrigação de cada ente subnacional** de assegurar a correta aplicação dos recursos federais repassados para o enfrentamento da Covid-19, a exemplo da análise ilustrada no julgado da ADI 5.532/DF.

141. Para os recursos vinculados à saúde, em razão da necessidade de sua aplicação por meio de fundo de saúde e do inequívoco caráter federal do repasse, a fiscalização e o controle da aplicação dos auxílios financeiros – classificados como despesas próprias da União – se encontram inseridos no escopo de competências constitucionais do TCU.

142. Nesse diapasão, merece destaque o MS 33.079-DF, ocasião em que o STF ressaltou, com precisão, as premissas definidoras dessas competências, sobressaindo a origem do recurso como elemento definidor de competência fiscalizatória.

143. Ademais, referida decisão da Suprema Corte reconhece haver **solidariedade ativa** entre os entes federativos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde para fiscalizar os recursos vinculados à saúde, o que constitui importante referencial para o presente exame.

144. No precedente, o STF deixa claro que são legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes (de acordo com a origem do recurso) tanto o controle interno do ente beneficiário do recurso federal (estados, Distrito Federal e municípios), quanto o controle interno do ente transferidor (União) e o Ministério da Saúde, o que não se confunde com **concorrência entre órgãos julgadores de contas**.

145. Estou de acordo com o exame empreendido pela Semag, o qual corrobora a competência fiscalizatória desta Corte de Contas e órgãos de controle interno federais em relação às transferências de que trata a Lei Complementar 173/2020 e a Lei 14.041/2020.

146. Ainda que neste momento haja carência de regulamentação sobre a forma de fiscalização pelos órgãos da União, tanto o TCU quanto os órgãos de controle do Poder Executivo dispõem de meios legais para disciplinar a forma de monitoramento, avaliação e controle dos recursos de natureza federal destinados ao enfrentamento da calamidade pública nacional, cujas competências foram reforçadas pelo art. 3º, § 1º, inciso II, da LC 173/2020 (destaques acrescidos):

“Art. 3º Durante o estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da Covid-19, além da aplicação do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam afastadas e dispensadas as disposições da referida Lei Complementar e de outras leis complementares, leis, decretos, portarias e outros atos normativos que tratem:

§ 1º O disposto neste artigo:

**II - não exime seus destinatários, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, da observância das obrigações de transparência, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, na forma por eles estabelecida.”**

147. Nessa linha, é mais uma vez correta a ponderação da Semag de que a fiscalização pelo controle interno e externo não necessariamente tenha de se processar por meio de prestação de contas formal. A exemplo do que ocorre com as transferências obrigatórias do SUS e da complementação da União ao Fundeb, podem os órgãos do Poder Executivo se valerem de mecanismos digitais de monitoramento e avaliação, além de fiscalizações específicas, dentre outros sistemas e plataformas mantidos pelo Poder Executivo Federal.

148. Nesse campo, a Semag relata certa preocupação com o precedente do STJ assentado no RMS 61.997-DF, por meio do qual se reconhece espécie de competência concorrente não apenas para fiscalização de ato em que haja cofinanciamento por dois entes da Federação - proporcionalmente ao volume de recursos aportados -, mas também para julgamento de contas em caso de irregularidade na aplicação de recursos de natureza federal destinados a ações de saúde.

149. Sobre esse caso em particular, acolho os fundamentos da proposta da unidade instrutora para informar da presente decisão à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, acompanhadas das considerações da unidade instrutora sobre os riscos decorrentes desse julgado, para eventual atuação judicial, se conveniente e viável. (grifos no original)

45. A análise empreendida nos parágrafos 197-214 do Relatório que fundamenta a referida decisão constitui reforço argumentativo, além de ressaltar os riscos decorrentes da ideia de se estabelecer concorrência de julgamento na esfera de controle externo. Isso, de forma alguma, suprime o dever de todos buscarem a correta aplicação dos recursos públicos por meio de fiscalizações e monitoramento, com o devido acionamento das instâncias competentes de acordo com a origem do recurso.

### 3.3.2. Ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas da União

46. Em seu expediente, o solicitante também indagou as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

47. De início, convém registrar que, tão logo o Congresso Nacional reconheceu a calamidade pública nacional, em março de 2020, o Tribunal aprovou o Plano Especial de Acompanhamento das



Ações de Combate à Covid-19 e às suas Consequências (peça 16). Todas as ações estão reunidas no Painel Informativo Coopera (<https://portal.tcu.gov.br/coopera/painel/>), uma das iniciativas do TCU para informar à sociedade as ações de controle externo de acompanhamento da Covid-19.

48. Dentre as ações realizadas em diversos Ministérios envolvidos com o combate à pandemia, destaca-se o Acompanhamento das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde (inclusive órgãos e entidades vinculados) para o combate à crise gerada pelo coronavírus. O objetivo dessa ação de controle externo foi avaliar a estrutura de governança do Ministério da Saúde para enfrentar a crise sanitária, e os atos referentes à execução de despesas públicas, de forma amostral, pelo Ministério e das entidades vinculadas, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade (TCs 014.575/2020-5 e 018.706/2020-7, Acórdãos: 1.335/2020, 1.888/2020 e 1.748/2020, todos do Plenário do TCU e da relatoria do ministro Benjamin Zymler).

49. As fiscalizações realizadas no bojo do referido Acompanhamento constatarem problemas relacionados: i) à definição de critérios para transferência de recursos aos entes subnacionais; ii) à transparência das informações; iii) ao desempenho e à estrutura de comitês relacionados à governança do Ministério da Saúde para enfrentamento da crise; iv) à política de comunicação; e v) à estratégia de aquisições do Ministério no combate à Covid-19.

50. Também foram identificadas irregularidades em dispensa de aquisição do Ministério da Saúde que tinha por objeto o fornecimento de oitenta milhões de aventais, ao custo total de R\$ 912 milhões, o que levou a equipe de fiscalização a representar em processo distinto. Entre as irregularidades encontradas, estavam a ausência de estimativa, pelo Ministério, da necessidade de oitenta milhões de aventais; e insuficiente capacidade operacional da empresa.

51. O TCU recomendou ao Ministério da Saúde, entre outras ações: i) a adoção de critérios objetivos para as transferências aos entes subnacionais, considerando, por exemplo, a incidência *per capita* da doença, as estimativas de sua propagação, a taxa de ocupação de leitos e a estrutura dos serviços de saúde existentes; e ii) a disponibilização de informações relativas à taxa de ocupação de leitos de enfermaria e em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). O Tribunal também determinou ao Ministério a adoção de medidas necessárias ao adequado funcionamento do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional, a elaboração de plano tático-operacional detalhado e o ajuste da estratégia de comunicação.

52. Foram realizadas, ainda, fiscalizações em políticas públicas e programas de governo, com vistas a subsidiar a apreciação pelo Poder legislativo, conforme previsto no inciso X do art. 49 da CRFB. Em outubro, o Tribunal entregou ao Congresso Nacional a quarta edição do Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo – RePP (peça 17), que, no ano passado, em caráter excepcional, reuniu 16 ações de controle realizadas no âmbito do Coopera – Programa especial de atuação no enfrentamento à crise da Covid-19.

53. Quando à necessidade de os beneficiários formalizarem prestação de contas dos repasses e tomada das respectivas contas, o Relatório que fundamenta o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário aborda que não necessariamente se sujeitam à prestação de contas ordinária, merecendo transcrição a seguinte passagem:

329. Quanto à delimitação das responsabilidades do gestor federal e do gestor local na avaliação das transferências a título de auxílio financeiro, apresentado pedido de modulações sobre o efeito não imediato desse entendimento, a questão se resolve nos mesmos moldes adotados, por exemplo, para as transferências do SUS, que **não necessariamente se sujeitam à prestação de contas de cada real, mas sim a mecanismos de monitoramento na esfera federal voltados para o**

**acompanhamento e a avaliação das ações para, em caso de se constatar irregularidade na aplicação, serem adotadas as medidas cabíveis, conforme previsto no art. 33, § 4º da Lei 8.080/1990, atualmente sob a regência da Lei Complementar 141/2012.**

330. Igualmente ocorre com a complementação da União ao Fundeb que, embora constitua recurso de natureza federal e tenha origem no orçamento da União, não necessariamente a transferência obrigatória se sujeita à prestação de contas formal como ocorre, em geral, com as transferências voluntárias. Todavia, em caso de desvio ou outra irregularidade, é o TCU competente para fiscalizar e, em especial, julgar as contas para assegurar o ressarcimento do dano, nos termos do art. 71, inciso II, da CF/88, e do art. 26, inciso III, da Lei 11.494/2007. Cite-se a ADI 5.532, assim como merecem menção os Acórdãos 1.824/2017 e 1.962/2017, ambos do Plenário do TCU, relatados pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

331. No parecer exarado na ADI 5.532 (peça 93), com decisão transitada em julgado que negou seguimento ao feito, a PGR enfrentou com balizas claras como devem ocorrer a fiscalização e o controle dos recursos federais repassados a título de complementação do Fundeb. A lógica jurídica empreendida no referido parecer responde, em boa medida, os questionamentos levantados pela SFC/CGU, podendo servir de parâmetro para a fiscalização das transferências obrigatórias de natureza federal repassadas a título de auxílio financeiro para o enfrentamento da Covid-19:

**‘Cabe a estados, Distrito Federal e municípios a obrigação direta de assegurar correta aplicação dos recursos federais repassados ao FUNDEB a título de complementação do valor mínimo por aluno definido nacionalmente.** A natureza federal dos recursos financeiros, somada ao caráter vinculado deste a despesa específica, atraem, na via judicial, competência da Justiça Federal para julgar irregularidades na aplicação desses recursos e, em controle externo, a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União (TCU).

Há inúmeros acórdãos de turmas e do Plenário do TCU no sentido de que ‘complementação das verbas do FUNDEB pela União atrai competência do TCU para fiscalizar cumprimento de todo o conjunto de obrigações impostas pelas normas de regência aos entes envolvidos pelo custeio, não se limitando o controle externo do Tribunal a aspectos financeiros da gestão. Portanto, o TCU pode fiscalizar a integralidade das despesas realizadas, devendo, contudo, no caso de eventual condenação em débito, limitar o montante da dívida ao valor da complementação da União e dos outros repasses federais envolvidos’. Existência de complementação da União nos repasses para o FUNDEB é condição essencial para que o objeto se insira na esfera de competência do TCU.

...

332. Os recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, por exemplo, têm destinação específica (inciso I) e restrição explícita que lhe dá caráter vinculado ao Poder Executivo (inciso II), de modo que, a teor dos arts. 70, parágrafo único, e 71, incisos II e VI, da CF/88, o repasse de verbas federais confere ao TCU a competência para fiscalizar a sua correta aplicação onde quer que eles estejam sendo aplicados, mesmo que por outros entes federados, pois não se pode suprimir da União a competência de monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, se são desviados ou mal empregados, questões que ferem tanto o patrimônio quanto o interesse jurídico da União. Ocorre o mesmo com os auxílios financeiros vinculados pela União a ações de cultura, com cláusula de reversão aos cofres estaduais que não se harmoniza com os pressupostos das transferências constitucionais que compõem a cesta do pacto federativo fiscal.

333. Isso, de forma alguma, afasta a obrigação de cada ente subnacional de assegurar correta aplicação dos recursos federais repassados para o enfrentamento da Covid-19, a exemplo da análise empreendida pela PGR no caso da complementação da União ao Fundeb. (grifamos)

54. No caso de serem identificadas irregularidades na aplicação dos recursos de natureza federal, é o TCU o órgão competente para julgar a tomada de contas especial com fundamento no art. 71, incisos II e VI da CRFB c/c art. 27 da Lei Complementar 141/2012.

55. Todavia, a ausência de instrumentos de transparência para o efetivo monitoramento e avaliação da aplicação descentralizada dos recursos de natureza federal dificultam a rastreabilidade das transferências obrigatórias e a identificação de possíveis irregularidade ou ineficiência na aplicação desses recursos.

56. A falta de transparência e de padronização dos processos de **dispensa e procedimentos licitatórios** de um volume expressivo de recursos federais repassado aos entes subnacionais (da ordem de **R\$ 200 bilhões**) poderia ser superada por meio de ato infralegal do Poder Executivo que estendesse a tais transferências obrigatórias que mantêm a natureza federal o mesmo tratamento e ferramentas tecnológicas disponíveis para fins de monitoramento e de avaliação da eficiência alocativa das transferências voluntárias federais e emendas constitucionais.

57. A utilização da **Plataforma +Brasil** foi aproveitada para as transferências obrigatórias especiais previstas constitucionalmente para repasse de emendas parlamentares, sem que sejam vislumbradas razões para não se adotar o mesmo mecanismo digital para o monitoramento, avaliação e controle dos auxílios/apoios financeiros de natureza federal e os repasses vinculados ao SUS. A extensão da ferramenta tecnológica mencionada a uma parte das transferências obrigatórias que mantêm a natureza federal foi determinada pela **Portaria Interministerial 252/2020**, editada pelo ministro da Economia em conjunto com o chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República com amparo no Decreto 10.035/2019.

58. O registro das dispensas e dos procedimentos licitatórios de transferências voluntárias e de emendas parlamentares na Plataforma +Brasil possibilita o acompanhamento permanente da alocação dos recursos pelos órgãos federais, inclusive a partir do uso de **Data Mining** (mineração de dados) como subsídio à análise sistemática para obtenção de resultados, dado o seu elevado potencial de racionalizar as atividades de monitoramento e avaliação da política pública a cargo do Poder Executivo, assim como a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes e a sociedade civil. Esses recursos, porém, ainda não são aplicáveis às transferências obrigatórias vinculadas à saúde, que constituem a maior parte dos repasses no âmbito do SUS.

59. Nesse sentido, chama atenção o fato de que a Instrução Normativa Seges/ME 206/2019, que tornou obrigatória a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, ainda se mantenha restrita às transferências voluntárias federais, tipo de transferência intergovernamental residual nas áreas de saúde e assistência social destinatárias de boa parte dos recursos destinados extraordinariamente pela União para enfrentamento da pandemia.

60. Conforme assentado no Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas) e na medida cautelar concedida no bojo do TC 047.579/2020-0 (rel. min. Marcos Bemquerer), a maior parte das transferências da União para essas duas relevantes políticas públicas constitui obrigação incondicional da União decorrente de cooperações federativas (despesas próprias da União), cujos repasses se dão sob a forma de transferência obrigatória, mantida a natureza federal do recurso.

61. Não se trata, como dito, de repartição de receita que alicerça o pacto federativo fiscal (ou federalismo fiscal), mas de colaboração interestatal para a consecução de políticas públicas que fazem parte da competência material comum atribuída constitucionalmente aos entes de todas as esferas (art. 23), sem uma rígida separação de competências entre a União Federal e os demais entes.

62. A Instrução Normativa Seges/ME 206/2019 e a Portaria Interministerial 252/ não sofreram alteração com o propósito de adotar, também para os recursos repassados sob a forma de transferência obrigatória, a mesma ferramenta tecnológica desenvolvida e em funcionamento para monitorar a aplicação efetiva dos recursos de natureza federal repassados a título de transferência voluntária e de



transferência especial referente a emendas parlamentares (também classificada como transferência obrigatória).

### 3.4. Questionamentos do Ministério Público Federal Endereçado aos Municípios Paulistas

3.4.1. Se as contratações efetuadas com base na Portaria 774, de 9/4/2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória 938/2020 (convertida na Lei 14.041/2020), direcionadas ao combate ao coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no art. 26 da Lei 8.666/1993

63. Sobre este primeiro questionamento direcionado aos municípios paulistas, preliminarmente, convém situar em que contexto os repasses federais suscitados na Soli estão inseridos e mensurar o volume de recursos repassados para os municípios paulistas mencionados no pedido. Além do apoio financeiro federal instituído pela MPV 938/2020 e dos repasses fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a análise também contemplou os auxílios financeiros criados pela Lei Complementar 173/2020.

64. Enquanto os repasses realizados com base na Portaria MS 774/2020 e da Lei Complementar 173/2020 estão sujeitos a algum tipo de vinculação ou restrição na sua aplicação, no caso do apoio financeiro criado pela MPV 938/2020 não há qualquer tipo de restrição ou vedação para sua aplicação pelos entes subnacionais.

65. O levantamento aponta que, no exercício de 2020, a União repassou aos municípios do Estado de São Paulo os seguintes valores adicionais em razão da crise sanitária:

Valores em R\$

Municípios do Estado de São Paulo	Repasses Regulares e Automáticos do Ministério da Saúde – Portaria MS 774/2020 (Art. 17 LC 141/2012)	Apoio Financeiro Federal MPV 938/2020	Auxílio Financeiro Federal LC 173/2020
Carapicuíba	685.925,00	5.306.545,73	44.900.957,52
Cotia	597.548,00	5.306.545,73	27.992.995,97
Embu das Artes	1.713.125,00	5.306.545,73	30.690.616,67
Itapecerica da Serra	793.837,00	5.306.545,73	19.703.607,02
Osasco	4.498.753,00	5.306.545,73	78.151.010,61
São Paulo (Capital)	96.567.010,00	22.181.785,58	1.372.257.579,22
Outros Municípios de São Paulo	336.492.387,56	981.149.519,86	3.572.018.365,60
<b>Total</b>	<b>441.348.585,56</b>	<b>1.029.864.034,09</b>	<b>5.145.715.132,61</b>

Fonte: Apuração STO/Semag/TCU e Ministério da Saúde (SPO).

66. De acordo com as informações divulgadas no site do FNS, ao todo, o Ministério da Saúde repassou aos municípios mencionados na presente Soli os seguintes valores:

Valores em R\$

Municípios do Estado de São Paulo		Repasses Globais do Ministério da Saúde em 2020			
Município	População (FNS)	Bloco de Custeio (Despesa Corrente)		Bloco de Investimento (Despesa de Capital)	
		Enfrentamento da Covid-19	Outras Ações de Custeio	Enfrentamento da Covid-19	Outras Ações de Investimento
Carapicuíba	403.183	7.671.717,65	41.128.989,05	159.867,00	1.323.079,80
Cotia	253.608	5.901.283,74	28.395.921,31	0,00	85.321,14
Embu das Artes	276.535	17.067.867,48	48.046.492,44	651.052,00	320.000,00
Itapecerica da Serra	177.662	9.459.316,82	24.766.398,28	54.714,00	150.000,00

Osasco	699.944	33.024.078,75	83.997.166,84	502.833,00	319.970,00
São Paulo (Capital)	12.325.232	778.943.410,47	2.392.860.416,51	9.280.251,00	27.450.675,00

Fonte: Dados do Fundo Nacional de Saúde - <https://portal-fns.saude.gov.br/consultas/> (consulta 21/1/2021). Esses dados refletem várias Portarias de distribuição editadas pelo Ministério da Saúde. Os números desta tabela contemplam a Portaria MS 774/2020 e todas as demais.

67. A situação epidemiológica para a Covid-19 no Estado de São Paulo, segundo estatística produzida pela Secretaria Estadual de Saúde (peça 11), apresentou os seguintes casos acumulados em 2020, os quais foram cotejados com os repasses do Ministério da Saúde para enfrentamento da calamidade pública, apenas para fins de estabelecer algum parâmetro de comparação:

Valores em R\$

Municípios de São Paulo	População (FNS)	Repasse do Ministério da Saúde para Covid-19		Situação Epidemiológica para Covid-19 em São Paulo - 2020				
				Casos de Covid-19			Óbitos por Covid-19	
		Valor Global para Covid-19	Valor Per Capita	Total de Casos	Valor Per Capita por Casos	Taxa de Incidência de Covid-19	Total de Óbitos	Taxa de Mortalidade
	(a)	(b)	c = (b/a)	(d)	e = (b/d)	f = (d/a)	(g)	h = (g/d)
Carapicuíba	403.183	7.831.584,65	19,42	12.244	639,63	3,04%	442	3,61%
Cotia	253.608	5.901.283,74	23,27	5.793	1.018,69	2,28%	230	3,97%
Embu das Artes	276.535	17.718.919,48	64,07	4.571	3.876,38	1,65%	209	4,57%
Itapecerica da Serra	177.662	9.514.030,82	53,55	3.390	2.806,50	1,91%	194	5,72%
Osasco	699.944	33.526.911,75	47,90	18.975	1.766,90	2,71%	971	5,12%
São Paulo (Capital)	12.325.232	788.223.661,47	63,95	401.718	1.962,13	3,26%	15.679	3,90%

Fonte: SIVEP-Gripe, RedCapee-SUSVE (Governo do Estado de São Paulo) – dados epidemiológicos acumulados até 31/12/2020 (peça 11). Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-respiratoria/coronavirus-covid-19/situacao-epidemiologica> (consulta em 21/1/2021).

68. Chama atenção o valor repassado ao Município de Carapicuíba – SP, equivalente a **R\$ 639,63 per capita/por casos de Covid-19**, quando a Cidade foi a que apresentou, na Região do requerente, o segundo maior número de casos de Covid-19 em 2020 (12.244). Igualmente sobressai o valor **per capita** repassado ao Município de Embu das Artes, bem superior aos montantes repassados a outros municípios que enfrentaram demandas aparentemente maiores em razão da calamidade pública, superando até mesmo a Capital. Outro fator que precisa ser considerado, mas que não há meios de atestar para fins de instrução da presente Soli, é a capacidade de oferta de ações e serviços públicos de saúde na rede de cada município, assim como o seu papel de referência para outras cidades.

69. Esses são alguns dos parâmetros estabelecidos pelo art. 17 da Lei Complementar 141/2012 para formulação dos critérios objetivos que devem ser considerados por ocasião da distribuição dos recursos da União vinculados a ações e serviços públicos de saúde, repassados de forma regular e automática aos entes subnacionais, nos seguintes termos:

Art. 17. O rateio dos recursos da União vinculados a ações e serviços públicos de saúde e repassados na forma do caput dos arts. 18 e 22 aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios observará as **necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde** e, ainda, o disposto no **art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, de forma a atender os objetivos do inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal.

§ 1º O Ministério da Saúde definirá e publicará, anualmente, **utilizando metodologia pactuada na comissão intergestores tripartite** e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, os montantes a serem transferidos a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município para custeio das ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos destinados a investimentos terão sua programação realizada anualmente e, em sua alocação, serão considerados prioritariamente **critérios** que visem a reduzir as desigualdades na oferta de ações e serviços públicos de saúde e garantir a integralidade da atenção à saúde.

§ 3º O **Poder Executivo**, na forma estabelecida no inciso I do caput do art. 9º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, **manterá os Conselhos de Saúde e os Tribunais de Contas de cada ente da Federação informados sobre o montante de recursos previsto para transferência da União** para Estados, Distrito Federal e Municípios com base no Plano Nacional de Saúde, no termo de compromisso de gestão firmado entre a União, Estados e Municípios. (grifamos)

70. Soma-se a essa ordem, a exigência de combinação de critérios prevista no art. 35 da Lei 8.080/1990, a saber:

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a **combinação dos seguintes critérios**, segundo análise técnica de programas e projetos:

I - **perfil demográfico da região;**

II - **perfil epidemiológico da população a ser coberta;**

III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;

V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais;

VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo. (grifamos)

71. Não se pode desprezar o fato de que eventual **subnotificação** dos casos de Covid-19 tem potencial de influenciar os indicadores epidemiológicos e de distribuição dos recursos federais, uma vez que, pela legislação vigente, a distribuição deve considerar, dentre outros fatores, a combinação dos perfis demográfico da região e epidemiológico da população a ser coberta, questões complexas que exigem um exame minucioso dos indicadores de cada cidade. Por outro lado, a utilização da incidência do número de casos como um dos componentes orientadores da distribuição dos recursos federais pode induzir comportamento que resulte em **supernotificação**, o que requer atenção e cuidado específicos.

72. Esse risco foi apontado no item 9.5 do Acórdão 2.817/2020-TCU-Plenário (rel. min. Benjamin Zymler) referente à fiscalização realizada com o objetivo de avaliar a estrutura de governança montada pelo Ministério da Saúde para enfrentar a crise sanitária decorrente do novo coronavírus, ocasião em que este Tribunal identificou **falta de transparência dos critérios** de distribuição dos recursos federais, nos seguintes termos:

9.5. dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020 que:

9.5.1. os critérios de transferências de recursos para enfrentamento da pandemia de Covid-19, constantes do art. 2º da Portaria GM/MS 1.666/2020, **não foram apresentados de modo a suficientemente indicar como foi feito o rateio de recursos entre os diversos entes subnacionais**, o que impossibilita o controle social sobre as transferências e afronta as diretrizes constantes do art. 3º, incisos I, II, IV e V, da Lei 12.527/2011;

9.5.2. **utilizar a incidência de Covid-19 como critério para transferência de recursos**, com base em dados declarados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, pode incentivar a **supernotificação** do número de casos da doença, devendo, na medida do possível, serem confirmados os dados apresentados pelos entes subnacionais;

9.5.3. é necessário documentar e tornar públicas todas as alterações realizadas nas bases de dados relativas aos sistemas de informação do Ministério da Saúde, de modo a dar efetividade aos princípios e diretrizes constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Saúde e da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. (grifamos)

73. A decisão também ressaltou que as emendas parlamentares têm o potencial de distorcer a distribuição equitativa dos recursos da União entre os entes subnacionais (item 9.3.1 e 9.3.2). O cômputo no mínimo da saúde de despesas com outros tipos de emendas parlamentares, além das emendas individuais previstas no § 9º do art. 166 da CRFB, tem sido crescente e merece atenção oportunamente.

74. A falta de transparência dos critérios de distribuição é um problema que se arrasta há quase uma década e que já foi objeto da auditoria operacional realizada em 2014, de cujo Relatório que fundamentou o Acórdão 2.888/2015-TCU-Plenário (rel. min. Augusto Nardes) merecem reprodução as seguintes passagens:

92. Por sua vez, segundo o art. 17 da Lei Complementar 141/2012, o rateio de recursos federais vinculados à saúde observará necessidades de saúde e critérios epidemiológicos, demográficos, socioeconômicos, espaciais e de capacidade de oferta. Disposição semelhante está presente no art. 35 da Lei 8.080/1990, que define os seguintes parâmetros para esse rateio: perfil demográfico e epidemiológico, capacidade instalada, prévio desempenho técnico, econômico e financeiro, participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais, plano de investimentos, e ressarcimento a outras esferas de governo. **Todavia, a aplicação prática desses critérios não foi regulamentada, de modo que não há segurança jurídica sobre como esses parâmetros podem influenciar a distribuição dos recursos federais vinculados à saúde.**

93. Ademais, a Resolução CIT 4/2012 define, em seu Anexo I, algumas responsabilidades dos três níveis de governo, atribuindo aos municípios a responsabilidade de garantir a integralidade da atenção à saúde da população, de forma solidária com o Estado e a União (itens 1.1-a, 1.2-a, 1.4-a). Os papéis da União e dos Estados concentram-se, primordialmente, no apoio técnico e financeiro (itens 1.2-b, 1.2-d, 1.4-b, 1.4-f, 2.4-c) e na coordenação (itens 1.2-h, 2.2-b, 2.2-c, 2.4-b). **No entanto, essas responsabilidades estão definidas num nível muito genérico, não sendo possível extrair delas parâmetros suficientes e confiáveis para avaliar se cada ente cumpre seu papel, em que medida e se essa atuação é suficiente.**

94. Em razão desse contexto normativo, a definição precisa das responsabilidades dos entes federativos no âmbito da saúde é deslocada para o âmbito das pactuações regionais, em que a repartição de responsabilidades é discutida e decidida nos colegiados intergestores. (grifamos)

75. Sobressaem do Voto do relator os seguintes trechos:

12. Em que pese todo esse amplo contexto jurídico-normativo e organizacional, a unidade técnica concluiu que as lei e normas que organizam o SUS não definem com precisão o papel de cada ente pela execução de ações e serviços de saúde, transferindo a discussão sobre a repartição de atribuições às comissões intergestores. **Essa flexibilidade e indefinição de responsabilidades, segundo sua visão, fragilizam a governança, na medida em que não propiciam segurança jurídica suficiente para identificar responsabilidades e sanções.**

13. Alinho-me a essas conclusões. É certo que a frequente insuficiência financeira dos municípios, principais atores da política de saúde, não pode ser ignorada, especialmente no contexto de crise em que vivemos. No entanto, como temos insistido em nossas palestras e publicações sobre a governança, **há que se melhorar a estrutura do Estado brasileiro, sua capacidade de avaliar, direcionar e monitorar as políticas públicas se quisermos avançar em nosso desenvolvimento econômico e social. Defendo que é perfeitamente possível chegar a melhores resultados, mesmo considerando os atuais níveis de recursos financeiros direcionados para as políticas de saúde. Aliás, é**

**obrigatório que o Estado esteja em constante busca de aperfeiçoamento na utilização de recursos públicos, em especial em área tão sensível quanto a da saúde.**

14. No caso específico das pactuações entre os três níveis de governo, em que pese o protagonismo municipal estabelecido na Constituição, governo federal e estaduais têm papéis importantes na cooperação técnica e financeira. Nesse sentido, sobreposições de competências podem comprometer a oferta de serviços pelo sistema público de saúde, tendo em vista a indefinição das responsabilidades específicas de cada ente federativo. A situação é agravada pela omissão dos estados como apoiadores financeiros e pela imprecisão quanto ao apoio técnico e ao volume de recursos que cada ente deve aportar.

...

23. Em conclusão, ao tempo em que reafirmo minha adesão às análises e conclusões da unidade técnica, bem como com os encaminhamentos propostos, **ênfatizo, mais uma vez a necessidade de um grande pacto nacional pela melhoria da governança pública**. Em cada trabalho que avaliamos a governança de políticas públicas e dos entes corporativos que compõem a administração pública, reforça-se nossa convicção de que a governança no setor público é um dos principais desafios do Brasil, uma premissa básica a ser alcançada antes mesmo que as reformas estruturantes necessárias ao nosso desenvolvimento sejam viabilizadas.

24. Somente com melhor governança, com um pacto federativo que compatibilize as obrigações dos entes com suas fontes de recursos, e com uma reforma política que reorganize as forças representativas da sociedade, o país poderá alocar mais recursos às áreas prioritárias como a saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, entre outras. (grifamos)

76. Essas constatações resultaram em determinação proferida no âmbito do Acórdão 2.888/2015-TCU-Plenário, retificado pelo Acórdão 61/2016-TCU-Plenário, ambos da relatoria do ministro Augusto Nardes, a saber:

9.1. determinar ao Ministério da Saúde, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que em 120 dias apresente um plano de ação, com cronograma de execução, a fim de:

**9.1.1 promover discussão na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para regulamentar os critérios legais para o rateio dos recursos federais vinculados à saúde**, nos termos do art. 17 da Lei Complementar 141/2012 e do art. 35 da Lei 8.080/1990, com a possibilidade de redefinição das competências federais, estaduais e municipais no âmbito do SUS, observando as seguintes diretrizes:

a) integrar os incentivos financeiros oferecidos pelo Ministério da Saúde, de modo a reduzir o excesso de normas atualmente existentes nas transferências financeiras federais;

b) detalhar de maneira suficiente as competências nos três níveis de governo, de modo a evitar sobreposições de responsabilidades e a possibilitar a identificação precisa das responsabilidades executivas e financeiras de cada ente em relação às ações e dos serviços de saúde;

c) considerar as fragilidades técnicas e financeiras da maior parte dos municípios brasileiros; (grifamos)

77. Aspectos relevantes sobre a governança da política de saúde, assim como a omissão da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) na regulamentação da metodologia exigida pelo § 1º do art. 17 da Lei Complementar 141/2012, apontados no **Acórdão 2.888/2015-TCU-Plenário** (rel. min. Augusto Nardes), também foram abordados - ainda que de forma reflexa - no Relatório de Levantamento objeto do TC 023.961/2016-3, que resultou no **Acórdão 1.840/2017-TCU-Plenário**, da relatoria do ministro Bruno Dantas. Os problemas e lacunas apontados nessas duas fiscalizações, contudo, não foram devidamente resolvidos e a falta de transparência dos critérios de distribuição dos recursos federais persistiu, constituindo um dos fatores críticos da gestão da saúde no curso da pandemia em 2020, no que



deu ensejo ao item 9.5 do **Acórdão 2.817/2020-TCU-Plenário** (rel. min. Benjamin Zymler), transcrito anteriormente.

78. Outro ponto que não pode ser desprezado diz respeito à distorção que o aproveitamento dos critérios constitucionais de repartição de receita tributária (FPE, FPM) provocaria na distribuição dos recursos federais destinados ao enfrentamento da pandemia. A questão foi analisada com profundidade no Relatório que fundamentou o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), do qual sobressaem os parágrafos 52-63. Conforme ficou evidente na decisão, caso a União distribuisse os auxílios financeiros previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, segundo os mesmos critérios do FPE, o Estado de São Paulo receberia pouco mais de R\$ 198,8 milhões, contra os quase **R\$ 6,62 bilhões** repassados pela União em 2020 para enfrentamento da Covid-19 e seus efeitos sociais e econômicos.

#### 3.4.1.1. Repasses regulares e automáticos realizados pelo Ministério da Saúde em caráter adicional

79. Para o enfrentamento da crise sanitária, o Ministério da Saúde editou a Portaria MS 774/2020, para distribuir o valor de R\$ 3.944.360.944,06 a título de reforço da dotação anual da União para aplicação em ações e serviços públicos de saúde. Trata-se de valor que se soma ao orçamento da saúde federal, cujas regras de distribuição são definidas pela Lei Complementar 141/2012, mantida a natureza federal do recurso.

80. O montante foi disponibilizado em parcela única aos entes subnacionais para o financiamento do Bloco de Custeio visando ao enfrentamento da pandemia. O valor desse reforço foi complementado pela Portaria MS 859/2020, que corrigiu a omissão de municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Rondônia (peça 8) que não foram contemplados no ato anterior. As duas Portarias somaram R\$ 3.944.497.121,00, dos quais R\$ 1.305.570.310,00 (33%) foram repassados aos estados e R\$ 2.638.926.811,00 (67%) aos municípios brasileiros.

81. O Estado de São Paulo foi contemplado com R\$ 333.143.370,00 provenientes da Portaria MS 774/2020, valor que corresponde a 26% ao montante distribuído entre os estados, enquanto os municípios paulistas (645) receberam, ao todo, R\$ 441.348.586,56, equivalente a 17% do valor global distribuído entre os municípios brasileiros.

82. Do montante destinado aos municípios paulistas, cerca de 22% beneficiaram a Capital; o Município de Osasco recebeu 1,02% e os demais mencionados na presente Soli receberam, cada qual, parcela inferior a 0,5% do total repassado ao Estado.

#### 3.4.1.2. Apoio financeiro federal instituído pela Medida Provisória 938/2020

83. Para enfrentar os efeitos econômicos da calamidade pública nacional, foi editada a MPV 938/2020 (convertida na Lei 14.041/2020), por meio da qual a União instituiu um apoio financeiro no valor global de R\$ 16 bilhões. Tais recursos não estão sujeitos a nenhum tipo de restrição ou vinculação na sua aplicação.

84. As Cidades de Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e Osasco receberam, cada uma, o valor de R\$ 5,31 milhões, enquanto a Capital recebeu R\$ 22,18 milhões. Ao todo, os municípios paulistas foram beneficiados com R\$ 1,029 bilhão da União.

85. O apoio financeiro em questão consistiu na entrega de valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios previstos nas alíneas 'a' e 'b' do inciso I do *caput* do art. 159 da Carta Política (FPE e FPM).

86. Todavia, o fato de ter adotado a variação dos fundos constitucionais como parâmetro para distribuição não desnatura o apoio financeiro federal, que não se confunde com repartição de receita

tributária, matéria de índole constitucional, conforme disposto no tópico 3.2 do Relatório que fundamenta o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas).

3.4.1.3. Auxílio financeiro federal instituído pela Lei Complementar 173/2020

87. Outro auxílio financeiro federal foi instituído pelo art. 5º da Lei Complementar 173/2020, aprovado no valor global de R\$ 60 bilhões, dos quais cerca de R\$ 6,62 bilhões (11,03%) foram entregues ao Estado de São Paulo e R\$ 5,145 bilhões (8,58%) distribuídos entre os 645 municípios paulistas. Além da Capital, contemplada com 26,67% da parcela municipal, os Municípios de Osasco (1,52%) e Carapicuíba (0,87%) receberam as maiores parcelas entre as Cidades que integram a abrangência da Soli.

88. Parte dos recursos é vinculada a ações de saúde ou assistência social (R\$ 10 bilhões), enquanto a maior parte (R\$ 50 bilhões), embora não seja objeto de vinculação específica, deve ser aplicada de forma restrita pelo Poder Executivo.

89. Apesar dessas especificidades da Lei Complementar 173/2020, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) somente criou código específico de fonte de recurso para identificar a aplicação dos R\$ 10 bilhões (código fonte 560), sem especificar código para a maior parte do recurso que sofre restrição na sua aplicação.

90. O registro é importante em razão de indícios de desvio de finalidade precedentes. Ao apreciar o Parecer Prévio das contas presidenciais de 2018, ano marcado pela inauguração de duas intervenções federais – parcial e plena no Poder Executivo dos Estados do Rio de Janeiro e Roraima, respectivamente –, o Tribunal identificou indício de desvio nas destinações de recursos federais para suplementar dotações de outros Poderes e do Ministério Público de Contas, conforme consignado no Acórdão 1.331/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes). A informação consta dos parágrafos 160-162 do Relatório que fundamenta o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas).

3.4.2. Se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas, listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos

91. No que tange a este segundo questionamento dirigido aos municípios paulistas, os órgãos do Poder Executivo federal ainda carecem de instrumentos de monitoramento permanentes e de avaliação da eficiência alocativa dos recursos de natureza federal aplicados de forma descentralizada pelos entes subnacionais, os quais podem aplicar tais recursos diretamente ou sub-repassar a organizações do terceiro setor.

92. O desafio de avaliar e controlar a eficiência alocativa dos recursos de natureza federal vinculados à saúde, pulverizados na Federação e aplicados à margem das ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela União, foi tratado em várias fiscalizações do TCU e ações do próprio MPF, conforme apontado nos tópicos seguintes.

3.4.3. Quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespasados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19

93. Não se tem conhecimento das medidas adotadas pelos órgãos de controle interno dos entes da Federação beneficiários dos recursos de natureza federal repassados em 2020 para enfrentamento da calamidade pública nacional.

94. No que alude aos recursos federais vinculados à saúde, é de se ressaltar que a matéria precisa ser examinada sob a ótica da Lei Complementar 141/2012, merecendo destaque a análise empreendida nos parágrafos 180-214 e 316-344 do Relatório que fundamenta o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas).

95. Os trechos mencionados consideraram o conceito de **solidariedade ativa** entre os entes da Federação desenvolvido no Voto do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao interpretar, de forma sistemática, as disposições dos arts. 12, 13, §§ 2º e 4º, 14, 18, 27 e 39, § 5º da Lei Complementar 141/2012 no Mandado de Segurança 33.079-DF.

96. Os fundamentos também foram guarnecidos pelo parecer da Procuradoria-Geral da República exarado na ADI 5.532 (com julgamento de mérito), segundo o qual a competência dos órgãos e instituições da União para fiscalizar a aplicação de recursos de natureza federal não afasta a obrigação dos entes subnacionais de assegurarem a correta aplicação dos referidos recursos.

### 3.5. Questionamento do Ministério Público Federal ao Ministério da Saúde

97. Para subsidiar o Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07, o autor da presente Soli expediu ofício ao Ministério da Saúde a fim de que fosse esclarecido se os recursos transferidos aos entes subnacionais com base na Portaria MS 774/2020 estão sujeitos à fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, informasse quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

98. A gestão e a fiscalização da política de saúde são matérias de índole constitucional que, no art. 197, estabelece como “de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, **fiscalização e controle**”. O art. 198 da Carta Política, por sua vez, dispõe que essas ações e serviços integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diversas diretrizes, dentre as quais se destaca a “descentralização, com **direção única** em cada esfera de governo” (inciso I), cabendo à lei complementar dispor sobre “as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal” (§ 3º, inciso III).

99. No plano infraconstitucional, a fiscalização do SUS foi tratada na Lei 8.080/1990, segundo a qual compete à direção nacional do SUS “estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e **coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS** em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os entes subnacionais (art. 16, inciso a XIX).

100. O Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA) foi instituído no âmbito do Ministério da Saúde pela Lei 8.689/1993 (art. 6º). De acordo com a modelagem institucional definida no normativo em tela, ao SNA compete a **avaliação técnico-científica**, contábil, financeira e patrimonial do SUS, que deve ser realizada de forma descentralizada (§ 1º). A descentralização do Sistema é realizada por meio dos órgãos estaduais e municipais e de representação do Ministério da Saúde em cada estado da Federação e no Distrito Federal, constituindo o Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria órgão central do SNA (§ 4º).

101. A instituição do SNA foi recebida com entusiasmo por esta Corte de Contas tão logo foi publicada a lei que rege o Sistema. Eis um trecho da decisão de 1993: “**mesmo que o sistema de auditoria custasse o dobro do que custa o TCU, com todas as suas Secretarias Regionais e 2 mil servidores, ainda assim o controle exercido pela Auditoria proporcionaria economia superior a seu custo de operação**” (Decisão TCU 576/1993-Plenário, rel. min. Carlos Átila Álvares da Silva). Durante a década de noventa, foram realizadas várias fiscalizações que apontaram a necessidade de estruturação do Sistema, conforme se extrai dos Acórdãos 1.843/2003-TCU-Plenário e 1.049/2003-TCU-1ª Câmara



(rel. min. Marcos Vinícios Vilaça), assim como nas Decisões 705/1999-TCU-Plenário e 955/1999-Plenário e 132/1998-TCU-Plenário (rel. min. Humberto Souto).

102. Dada a relevância do SNA para o alcance dos objetivos do SUS, a EC 29/2000 passou a exigir lei complementar para disciplinar as normas gerais de fiscalização, a avaliação e o controle das ações e serviços públicos de saúde, o que deu origem ao art. 42 da Lei Complementar 141/2012:

Art. 42. Os **órgãos do sistema de auditoria, controle e avaliação do SUS, no âmbito da União**, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão verificar, pelo sistema de amostragem, o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, além de verificar a veracidade das informações constantes do Relatório de Gestão, com ênfase na verificação presencial dos resultados alcançados no relatório de saúde, sem prejuízo do acompanhamento pelos órgãos de controle externo e pelo Ministério Público com jurisdição no território do ente da Federação. (grifamos)

103. Todo esse arcabouço jurídico tem por finalidade assegurar a coordenação entre os entes da Federação na implementação da política nacional de saúde, pautada pela descentralização com direção única em cada ente da Federação e cofinanciamento da política pública típico do federalismo cooperativo. Não por outra razão, a maior parte do orçamento federal vinculado à saúde é executada de forma descentralizada, por meio de repasses regulares e automáticos federais aos entes subnacionais (70%). A despeito do figurino descentralizado de execução, os recursos não perdem a natureza federal, constituindo despesas próprias da União computadas para fins de mínimo constitucional federal.

104. Em sintonia com os avanços normativos das duas últimas décadas, diversas fiscalizações foram realizadas por este Tribunal para analisar em que medida a estrutura e o funcionamento dos componentes do SNA estavam adequados para avaliar e fiscalizar o padrão de governança do SUS à luz das normas estabelecidas pela Lei Complementar 141/2012. Citem-se os Acórdão TCU 5.182-2012- 1ª Câmara (rel. min. Walton Alencar) e Acórdão 1.246/2017-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), cujas deliberações apontaram fragilidades no SNA.

105. Para garantir a racionalidade do monitoramento, avaliação e controle dos recursos de natureza federal aplicados de forma descentralizada, a Lei Complementar 141/2012 também previu mecanismos específicos que reforcem o dever de transparência estabelecido pela Lei Complementar 101/2000, com destaque para o controle centralizado dos saldos que devem ser mantidos em instituições financeiras oficiais federais.

106. No período de 2012-2015, duas unidades técnicas deste Tribunal (Semag e Secretaria de Controle Externo da Saúde - SecexSaúde) realizaram fiscalização, na modalidade Levantamento (TC 012.762/2012-1), com a finalidade de verificar a convergência entre essas duas normas gerais durante a operacionalização da Lei Complementar 141/2012. As conclusões convergentes das duas unidades técnicas resultaram na seguinte determinação constante do item 1.8 do Acórdãos 1.376/2015-TCU-Plenário (rel. min. Walton Alencar), a saber:

1.8. Determinar ao Ministério da Saúde que elabore, em conjunto com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e apresente a este Tribunal no prazo de 60 (sessenta) dias, com fundamento no art. 187 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o cronograma específico para **regulamentação exigida pelo § 2º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012**, de forma a garantir que os **recursos federais transferidos aos demais entes da Federação sejam movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial federal**, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio da Presidente da República, com a finalidade de assegurar o controle previsto no § 4º do mesmo artigo, notadamente no que diz respeito à identificação da destinação dos recursos federais e, **no caso de pagamento, o credor final, cujas informações acerca da execução das despesas devem ser amplamente divulgadas no sistema eletrônico de acesso público de que trata o art. 39 da Lei Complementar em questão**; (grifamos)

107. A omissão quanto à regulamentação dos mecanismos que viabilizem o monitoramento, avaliação e controle público e social da aplicação dos recursos federais, até a sua destinação final, foi abordada no Relatório que fundamentou o Parecer Prévio das contas presidenciais de 2014, da relatoria do ministro Augusto Nardes, conforme o Acórdão 2.461/2015-TCU-Plenário.

108. Em 5/8/2015, a Procuradoria da República no Distrito Federal (PRDF) requereu informações acerca do cumprimento do item 1.8 do Acórdão 1.376/2015-TCU-Plenário, com o objetivo de instruir o Procedimento Preliminar 1.16.000.001783/2015-18, o qual versou sobre a necessidade de implementação de ações por parte dos Ministérios da Saúde, do Planejamento e da Fazenda, visando regulamentar o § 2º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, o que foi analisado no âmbito do TC 019.776/2015-2.

109. Após realizar as diligências necessárias junto ao Ministério da Saúde, a Semag constatou que permanecia pendente a edição de ato do presidente da República com o propósito específico de regulamentar os §§ 2º e 4º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, de forma a permitir a **identificação de credor final de todos os pagamentos** realizados com recursos federais vinculados ao mínimo constitucional de saúde a que a União está obrigada a aplicar anualmente, inclusive nos casos de sub-repasse dos recursos federais a entidades do terceiro setor contratadas diretamente por estados, Distrito Federal e municípios, que sub-repassam recursos federais a título de pagamento pela prestação dos serviços.

110. Registrou, na instrução (peça 16 do TC 019.776/2015-2), que as leis e normativos infralegais citados nos documentos apresentados à época pelos órgãos do Ministério da Saúde são anteriores à edição da Lei Complementar 141/2012 e não se demonstram suficientes para atender às especificidades das inovações e avanços indutores da transparência e visibilidade trazidos pelos §§ 2º e 4º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, dentre outros dispositivos. Após a apreciação da matéria pelo relator, ministro Walton Alencar, o Plenário, por meio do Acórdão 1.198/2016-TCU-Plenário, deu ciência à Procuradoria da República no Distrito Federal de que a compatibilidade das rotinas dos sistemas eletrônicos federais necessários à plena exequibilidade da Lei Complementar 141/2012, notadamente no que tange aos §§ 2º e 4º do art. 13 e arts. 32, 36 e 39, deverá ser objeto de acompanhamento futuro por parte deste Tribunal, oportunidade em que também será avaliada a necessária regulamentação da matéria.

111. Em 2019, pela primeira vez, o Ministério da Saúde apresentou a 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República (1ª CCR/PGR) versão preliminar da **minuta de decreto** para o presidente da República regulamentar o § 2º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, cujo texto a coordenadora compartilhou com esta unidade técnica e com a SecexSaúde para apresentação de sugestões. Todavia, devido ao reconhecimento da calamidade pública nacional em 2020, as discussões interinstitucionais foram descontinuadas.

112. O tema também é analisado no bojo do TC 027.558/2019-3, da relatoria do ministro Benjamin Zymler, referente à Soli formalizada pela Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com o propósito de subsidiar o Inquérito Civil Público 1.26.000.001220/2019-5, instaurado com o objetivo de avaliar as ações de articulação entre os Ministérios da Saúde e da Economia voltadas para a plena operacionalização da Lei Complementar 141/2012.

113. Em 2020, a omissão do Poder Executivo voltou a ser abordada no Relatório que fundamentou o Parecer Prévio das contas presidenciais de 2019, apreciado pelo Acórdão 1.437/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), ocasião em que se apontou que, do montante aplicado pela União em saúde (R\$ 122,27 bilhões), quase 67% (R\$ 81,53 bilhões) foram aplicados de forma descentralizada mediante repasses federais aos entes subnacionais previstos na Lei Complementar 141/2012, sem que a União dispusesse de mecanismos eficazes de monitoramento, avaliação e controle.

114. Diante da persistência dessa omissão, forçoso encerrar este tópico com as valiosas lições do ministro Augusto Nardes extraídas do Voto condutor do Acórdão 2.888/2015-TCU-Plenário, no sentido de que “há que se melhorar a estrutura do Estado brasileiro, sua capacidade de avaliar, direcionar e monitorar as políticas públicas se quisermos avançar em nosso desenvolvimento econômico e social”. Para alcançar melhores resultados no árido cenário fiscal, com *deficit* primário de quase **R\$ 743,1 bilhões** em 2020, “**é obrigatório que o Estado esteja em constante busca de aperfeiçoamento na utilização de recursos públicos, em especial em área tão sensível quanto a da saúde**”.

### 3.6. Outras Informações Relevantes

115. Para subsidiar a instrução do Procedimento Preparatório 1.34.043.000359/2020-07, o MPF precisou requerer informações a diversos órgãos federais e municipais, além do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Dentre as informações requeridas aos municípios, sobressai a dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/1993).

116. Boa parte das questões formuladas pelo solicitante poderia ser facilmente elucidada não fosse a decisão do Poder Executivo de não exigir dos entes subnacionais a atualização, ainda que de forma remota (com periodicidade diária ou semanal), das ferramentas tecnológicas disponíveis para monitorar e avaliar as dispensas e modalidades de licitação realizadas por ocasião da aplicação de recursos classificados como transferência obrigatória que constituem despesas próprias da União, tal como já o faz para as transferências voluntárias e emendas parlamentares.

117. Apesar de mantida a natureza federal dos recursos repassados sob a forma de auxílio/apoio financeiro (R\$ 79 bilhões) e dos repasses vinculados à saúde (mais de R\$ 113 bilhões), tais transferências obrigatórias ainda não são alcançadas pela Instrução Normativa 206, de 18/10/2019 e pela Portaria Interministerial 252/2020. O primeiro normativo, editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Seges/ME), estabelece prazo para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, utilizem, obrigatoriamente, a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, na execução de recursos de natureza federal transferidos por meio de transferência voluntária, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

118. Para o monitoramento e avaliação da aplicação de recursos federais repassados sob a forma de transferência voluntária, os entes subnacionais podem adotar sistemas próprios para registro da dispensa eletrônica, observados os padrões definidos pela União para posterior atualização dos dados na **Plataforma +Brasil**, que consiste em ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

119. O Relatório que fundamentou o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas) apontou a Plataforma +Brasil como ferramenta relevante de monitoramento das transferências federais instituído pelo Decreto 10.035/2019, que absorveu o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv). Do Relatório, merecem transcrição as seguintes passagens:

337. Embora o art. 3º do Decreto em tela especifique alguns instrumentos jurídicos de repasse, que em geral são adotados para a realização de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse, termos de parceria, de colaboração e de fomento), o próprio § 1º dispõe que as transferências executadas por instrumentos não previstos no referido artigo poderão ser operacionalizadas na mesma Plataforma, nos termos estabelecidos em acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Economia e o órgão ou entidade responsável pela transferência. **E, consoante o art. 14, os ministros da Economia e da CGU poderão editar normas e diretrizes conjuntas para a implementação do**

**referido Decreto.**

338. Merece menção a **Portaria Interministerial 252, de 19/6/2020**, que estabelece normas de execução orçamentária e financeira da transferência especial aos entes subnacionais decorrente de emendas parlamentares previstas no art. 166-A da CF/88, com previsão de registro, para fins de transparência e controle social, dos dados e informações referentes à execução dos recursos recebidos na referida Plataforma (art. 18). (grifamos)

120. Em audiência pública realizada, em 12/8/2020, pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha as ações de enfrentamento à pandemia (<https://edemocracia.camara.leg.br/audiencias/sala/1606>), o procurador da República e membro da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (ICCR), do Grupo Técnico da Saúde (GT Saúde) e da Coordenação Nacional Finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac) instituído pela Procuradoria-Geral da República, Edilson Vitorelli, defendeu a adoção de **mecanismos de rastreabilidade dos recursos federais repassados aos entes subnacionais** para ações de saúde, de forma a monitorá-los e viabilizar a verificação da eficácia de seu uso. Também defendeu a criação de um plataforma que permita a comparação de preços em compras públicas, com vistas a otimizar a tomada de decisão pelos gestores e racionalizar as ações de monitoramento e avaliação a cargo da União (<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/covid-19-mpf-defende-criacao-de-mecanismos-para-garantir-rastreabilidade-de-recursos-federais-destinados-a-saude>).

121. O pleito apresentado na audiência pública, da qual o TCU também participou e foi representado pelo então secretário-geral de Controle Externo do TCU, vai ao encontro do teor da Recomendação MPF 14, de 19/6/2020, expedida no bojo do Inquérito Civil 1.26.000.001112/2020-78 (peça 4) pelos procuradores da República Sílvia Regina Pontes Lopes Acioli e Cláudio Henrique Cavalcante Machado Dias, da Procuradoria da República em Pernambuco, e encaminhada ao ministro da Economia pelo procurador-geral da República (peça 5).

122. Outro fator crítico para a rastreabilidade, monitoramento, avaliação e controle da alocação descentralizada dos recursos de natureza federal consiste na **falta de padronização das fontes de recurso**. O item 1 da Recomendação MPF 14/2020 foi parcialmente atendido com a edição da Portaria STN 394, de 17/7/2020.

123. Porém, além de não instituir fonte específica para identificar a aplicação dos recursos dos auxílios financeiros federais repassados por meio da MPV 938/2020, a maior parte (83,33%) dos recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 (R\$ 50 bilhões) ainda não dispõe de fonte específica, o que compromete a transparência exigida pelo art. 5º, inciso II, da Emenda Constitucional 106/2020 e o art. 65, § 2º, inciso II, da LRF, com redação dada pela Lei Complementar mencionada.

124. Em 13/1/2021, os membros signatários das Recomendações em questão requereram, por meio do Despacho 331 (peça 18), informações a diferentes entidades sobre as medidas adotadas para o aprimoramento do controle dos gastos públicos e a efetiva transparência dos recursos repassados pela União aos entes subnacionais. Os requerimentos foram expedidos à STN/ME e à Seges/ME, e à Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), além das Secretarias de Fazenda e dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas (MPCOs) nos estados (<http://www.mpf.mp.br/pe/sala-de-imprensa/noticias-pe/mpf-requer-informacoes-ao-ministerio-da-economia-e-outras-entidades-sobre-medidas-para-aprimorar-controle-de-recursos-repassados-pela-uniao>). O MPF também encaminhou o Ofício 69/2021/17ºOF./NCC/PRPE, de 21/1/2021, à Semag dando ciência das medidas adotadas (peça 18, fls. 1).

125. Conforme noticiado pelo MPF, o Despacho é um dos desdobramentos da Operação Apneia,

deflagrada a partir de indícios de irregularidades na compra de ventiladores pulmonares pela Prefeitura do Recife-PE. O tema também tratado no TC 022.777/2020-2 (rel. min. Augusto Sherman), referente à Representação do Ministério Público de Contas junto ao TCU, de autoria do procurador de Contas Marinus Eduardo De Vries Marsico, em fase de instrução na Semag.

126. São essas as informações consideradas relevantes que merecem ser compartilhadas com o solicitante, com vistas a subsidiar a instrução do procedimento em curso.

#### 4. CONCLUSÃO

127. A partir do exame empreendido nestes autos, conclui-se que os questionamentos formulados pelo solicitante encontram respostas nos fundamentos jurídicos extraídos do Relatório e Voto condutor do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário e do Parecer Prévio das contas presidenciais de 2019 apreciado pelo Acórdão 1.437/2020-TCU-Plenário, ambos da relatoria do ministro Bruno Dantas, além de outras decisões mencionadas na presente instrução. Desses julgados, sobressai o entendimento firmado quanto à natureza federal dos recursos repassados a título de apoio e auxílio financeiros para enfrentamento da calamidade pública nacional, no montante de R\$ 79 bilhões. Também são de natureza federal os repasses vinculados a ações e serviços públicos de saúde que, em 2020, atingiram R\$ 113,13 bilhões, o que corresponde a 70% de todo orçamento federal vinculado à saúde.

128. Quanto à fiscalização dos recursos da União vinculados à saúde, em razão da sua origem e natureza federais, a jurisprudência desta Corte de Contas é pacífica no sentido de que compete à União monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, se são desviados ou mal empregados, questões que ferem tanto seu patrimônio quanto seu interesse jurídico.

129. Assim sendo, pode-se concluir que compete ao TCU o julgamento de eventuais tomadas de contas especiais em caso de aplicação com desvio de finalidade ou ineficiência dos recursos vinculados à saúde repassados segundo os critérios da Lei Complementar 141/2012, sem prejuízo do poder-dever dos entes subnacionais de assegurarem a correta aplicação dos recursos que receberam da União, conforme exposto nos parágrafos 331-332 do relatório que fundamentou o Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário.

130. Ainda no que diz respeito aos recursos vinculados à saúde, é reconhecida a **solidariedade ativa** entre os entes federativos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde, sendo legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes (de acordo com a **origem do recurso**) tanto o controle interno do ente beneficiário do recurso federal (estados, Distrito Federal e municípios), quanto o controle interno do ente transferidor (*in casu* a União) e o Ministério da Saúde, conforme abordado nos parágrafos 193-196 da decisão mencionada.

131. Contudo, apesar do volume expressivo de recursos destinado à saúde, tanto a gestão a cargo do Poder Executivo, quanto à transparência, à rastreabilidade e às ações de controle oficial e social de desses recursos federais, pulverizados na Federação (R\$ 113,13 bilhões) e entidades privadas e organizações do terceiro setor (R\$ 4,33 bilhões), ficam prejudicadas pela decisão de remediar a utilização das **ferramentas tecnológicas** disponíveis na União para monitorar e avaliar a eficiência alocativa (a exemplo do ComprasNet e/ou da Plataforma +Brasil) da maioria dos recursos de natureza federal repassada sob a forma de **transferência obrigatória** no bojo de cooperações federativas voltadas para a implementação descentralizada de despesas próprias da União, as quais não se confundem com repartição de receita.

132. As omissões e oportunidades de aperfeiçoamento da governança dessas transferências foram apontadas na Recomendação que o MPF expediu ao Ministério da Economia, além de terem sido apontadas no Relatório que fundamentou o Parecer Prévio das contas presidenciais do exercício de 2019.



133. Registre-se, todavia, a oposição de Embargos de Declaração para modificar, materialmente, o teor dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), em fase de instrução na Semag. Caso os pedidos formulados nos Embargos venham a ser providos no mérito, com vistas a modificar a natureza jurídica dos apoios e auxílios financeiros federais para enfrentamento da calamidade pública nacional, as respostas aos questionamentos desta Soli poderão sofrer substancial alteração.

## 5. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

134. Em face de todo o exposto, e observados os procedimentos da Resolução TCU 315/2020, propõe-se submeter os presentes autos ao relator, ministro Bruno Dantas, para:

i) conhecer da presente Solicitação de Informação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos art. 159, inciso II, do Regimento Interno do TCU, regulamentado pelos arts. 59, incisos II, e 62 da Resolução - TCU 259/2014, e art. 8º, inciso II, da Lei Complementar 75/1993;

ii) autorizar o encaminhamento da presente instrução e da decisão que vier a ser proferida nestes autos, acompanhadas do Relatório e Voto condutor do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário (peça 10), da Recomendação MPF 14/2020 (peça 4) e do Despacho PRPE 331/2021 (peça 18), ao Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes, da Procuradoria da República no Município de Osasco-SP;

iii) encaminhar, para conhecimento, cópia da decisão que vier a ser proferida nestes autos ao Procurador-Geral da República, tendo em vista o teor da questão preliminar contextualizada nesta instrução (tópico 3.1, parágrafos 15-30), assim como as 1ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, com vistas a subsidiar, eventualmente, os trabalhos do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac) instituído pela Procuradoria-Geral da República.

À consideração superior.

Semag, em 4/2/2021.

*Assinado Eletronicamente*

**LUCIENI PEREIRA**

Diretora da Diretoria de Fiscalização do Planejamento e do Orçamento Governamental - Dipog  
Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag  
Mat. 5712-6

ANEXO 1

Tabela 1. Comparativo da Receita Corrente Líquida Federal 2019/2020

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2020			2019				VARIÇÃO REAL RECEITA REALIZADA 2020-2019
	VALOR NOMINAL		VARIÇÃO ENTRE RECEITA REALIZADA E PREVISTA  %	VALOR NOMINAL		VALOR CORRIGIDO PELA VARIÇÃO DO IPCA		
	Receita Realizada	Previsão Atualizada		Receita Realizada	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Previsão Atualizada	
Jan-Dez/2020			Jan-Dez/2019		Δ IPCA em 2020: 4,52%		%	
(a)	(b)	c = (a/b)	(d)	(e)	(f)	(g)	h = (a / f)	
RECEITA CORRENTE (I)	1.513.686.530	1.689.399.195	-10,40%	1.691.011.537	1.626.575.148	1.767.400.277	1.700.053.078	-14,36%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	516.831.237	570.872.502	-9,47%	545.808.991	534.861.608	570.465.039	559.023.125	-9,40%
Receita de Contribuições	825.602.244	912.184.868	-9,49%	853.403.750	884.499.486	891.954.899	924.455.335	-7,44%
Receita Patrimonial	94.501.595	125.122.468	-24,47%	202.455.720	120.582.129	211.601.334	126.029.234	-55,34%
Receita Agropecuária	21.494	24.072	-10,71%	22.076	19.803	23.073	20.698	-6,84%
Receita Industrial	1.592.489	998.260	59,53%	1.605.981	1.483.252	1.678.529	1.550.256	-5,13%
Receita de Serviços	36.259.556	51.670.190	-29,82%	56.702.542	54.428.876	59.263.989	56.887.613	-38,82%
Transferências Correntes	573.569	469.185	22,25%	1.257.721	847.022	1.314.536	885.285	-56,37%
Receitas Correntes a Classificar	94	0		-0	0	0	0	-
Outras Receitas Correntes	38.304.252	28.057.651	36,52%	29.754.756	29.852.971	31.098.880	31.201.532	23,17%
DEDUÇÕES (II)	861.743.264	903.488.577	-4,62%	785.352.947	797.853.781	820.830.010	833.895.549	4,98%
Transf. Constitucionais e Legais	378.406.336	380.555.640	-0,56%	298.259.900	299.653.804	311.733.314	313.190.186	21,39%
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	396.052.302	426.052.667	-7,04%	404.528.329	408.631.890	422.802.249	427.091.182	-6,33%
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	17.396.950	18.329.550	-5,09%	13.925.228	14.680.556	14.554.278	15.343.727	19,53%
Compensação Financeira RGPS/RPPS	262.028	0		29.011	0	30.322	0	764,16%
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	7.011.779	7.006.079	0,08%	3.818.454	3.564.739	3.990.947	3.725.771	75,69%
Contribuição p/ PIS/PASEP	62.613.869	71.544.640	-12,48%	64.792.025	71.322.791	67.718.901	74.544.684	-7,54%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	651.943.266	785.910.618	-17,05%	905.658.590	828.721.366	946.570.267	866.157.528	-31,13%

Fonte: Portarias STN 660/2021 e 28/2020 de divulgação da RCL para os Poderes e órgãos da União divulgarem o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento à Lei Complementar 101/2000. Disponível em Tesouro Transparente [https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/receita-corrente-liquida-rcl/2019/29?ano\\_selecionado=2019](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/receita-corrente-liquida-rcl/2019/29?ano_selecionado=2019). Acesso em 31/1/2021

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 024.304/2020-4

Natureza: Representação

Órgão: Ministério da Economia

Representação legal: não há.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DOS REPASSES FEDERAIS A TÍTULO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PREVISTOS NO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR 173/2020 E DOS REPASSES A TÍTULO DE APOIO FINANCEIRO DE QUE TRATA A MEDIDA PROVISÓRIA (MPV) 938/2020, CONVERTIDA NA LEI 14.041/2020, RELACIONADOS AO COMBATE DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19. NATUREZA FEDERAL DOS RECURSOS. COMPETÊNCIA FISCALIZATÓRIA FEDERAL QUANTO À APLICAÇÃO DOS VALORES. INADEQUAÇÃO DE DEDUÇÃO DOS MONTANTES PARA FINS DE CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) FEDERAL. FIXAÇÃO DE ENTENDIMENTOS.

1. Os repasses da União aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Medida Provisória 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 e em outras hipóteses congêneres, a exemplo da Lei 14.017/2020, constituem despesas próprias da União e não repartição constitucional ou legal de tributos e outros ingressos que integrem a receita corrente bruta federal, não devendo ser deduzidos da receita corrente líquida da União;

2. Por constituírem despesas próprias da União, referidos repasses da União aos entes subnacionais atraem, na esfera de controle externo, a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União por força dos incisos II, VI e VIII do art. 71 da Constituição Federal.

## RELATÓRIO

Por registrar as principais ocorrências havidas no andamento do processo até o momento, resumindo os fundamentos das peças acostadas aos autos, reproduzo como relatório, com os ajustes necessários e destaques do original, a instrução da Secretaria de Macroavaliação Governamental (peça 94), que contou com a anuência do corpo diretivo da unidade (peças 95-96):

### “I. INTRODUÇÃO

1. A presente Representação, formulada com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno

do Tribunal de Contas da União, tem por finalidade analisar a natureza jurídica dos repasses federais, a título de auxílio financeiro, previstos no art. 5º da Lei Complementar 173, de 27/5/2020, editada com o fim específico de estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), bem como dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória (MPV) 938, de 2/4/2020, com o objetivo de mitigar as dificuldades



financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20/3/2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19).

2. Ao estabelecer a modelagem jurídica do **apoio financeiro** de que trata a MPV, no montante global de R\$ 16 bilhões, o Presidente da República previu que os valores seriam ‘creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso I do caput do art. 159 da Constituição’, em quatro parcelas mensais e de acordo com os prazos e as condições estabelecidos no ato infraconstitucional. Foram fixados prazos de quinze dias e cinco dias, condicionados à existência de disponibilidade orçamentária.

3. O **auxílio financeiro** de R\$ 60 bilhões a que se refere o art. 5º da Lei Complementar 173/2020 também seria pago em quatro parcelas mensais e iguais, a partir de critérios objetivos definidos na referida norma que estabelece, a título de condição e restrições, que o recurso deverá ser aplicado apenas pelo Poder Executivo local, sendo parte expressamente vinculada a ações de saúde e de assistência social, dispondo expressamente sobre a possibilidade de serem utilizados para pagamento de pessoal das respectivas áreas. Além da vinculação de parte dos recursos, a norma dispõe sobre a exclusão, do rol de beneficiários, do ente da Federação que tenha ajuizado ação contra a União após 20/3/2020, cuja causa de pedir, direta ou indiretamente, seja a pandemia da Covid-19, exceto se renunciar ao direito sobre o qual se funda em até dez dias contados da data da publicação do diploma em referência.

4. A necessidade de formalizar a discussão acerca da natureza jurídica dos repasses (recursos federais ou próprios de estados e municípios), no âmbito deste Tribunal, decorre da intensificação de digressões havidas após a publicação dos normativos mencionados, cuja perpetuação gera instabilidade e insegurança jurídica não apenas em gestores dos órgãos do Poder Executivo federal, mas também das demais esferas. Tais divergências se acentuaram após a divulgação da **Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME** (peça 6), de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dispondo sobre a contabilização dos recursos de que trata a Lei Complementar em comento. Eis os questionamentos que a Nota se propõe esclarecer:

‘2. Dada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19) os entes da Federação se deparam com a necessidade de incluir em seus respectivos orçamentos dotação suficiente para fazer frente ao enfrentamento da pandemia, bem como transferir ou registrar adequadamente os valores recebidos para este fim. Neste contexto, o Tesouro Nacional tem recebido questionamentos acerca dos instrumentos adequados para a alteração do orçamento, a adequada contabilização e os controles e impactos fiscais decorrentes destas despesas.

3. Dentre as questões recebidas, destacam-se:

a) Qual o instrumento adequado à alteração do orçamento? Trata-se de hipótese de abertura de crédito extraordinário ou deve-se utilizar outra modalidade de crédito adicional?

b) O crédito aprovado (seja ele especial, suplementar ou extraordinário) deve reforçar ações de saúde já existentes, ou deve ser criada ação específica com o fim de identificar os gastos relacionados ao Covid-19?

c) Como deve ser realizado o controle das transferências recebidas destinadas à aplicação no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19)? O Tesouro Nacional irá criar fonte específica para esse fim ou para fins de envio dos dados por meio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC)?

d) Quais as regras da LRF são dispensadas em razão do decreto de calamidade?

e) Qual tratamento deverá ser dado aos recursos provenientes da Medida Provisória 938, de 2 de abril de 2020?’

5. Em resposta aos questionamentos formulados pelo TCU no âmbito do relatório de acompanhamento de alterações orçamentárias e impactos fiscais decorrentes das medidas de enfrentamento à crise da Covid-19, apreciado pelo Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário (rel. min.

Bruno Dantas), a STN assim respondeu aos questionamentos formulados acerca dos possíveis riscos de desvinculação irregular de recursos previstos na Lei Complementar 173/2020, conforme Anexo I do Ofício-SEI 147.716/2020/ME (peças 4 e 5):

‘Objeto: Transferências de recursos a entes subnacionais

No entendimento da STN, esses recursos seriam **receitas originárias dos subnacionais a título de contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação**. Logo, por não se tratar, em princípio, de recursos considerados da União, o entendimento seria que tal fiscalização deveria ser levada a efeito pelos respectivos Tribunais de Contas Estaduais/Municipais. Portanto, o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União aos entes subnacionais não é de competência do Tesouro Nacional, e sim dos respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União. Além disso, a LC 173/2020 vincula apenas os recursos do inciso I do art. 5º, que devem ser destinados para ações de saúde e assistência social.’ (grifamos)

6. Sobressaem dúvidas acerca da necessidade de fontes específicas para identificação dos recursos repassados pela União, esferas e órgãos competentes para fiscalização, avaliação e controle, reflexos da realização da transferência intergovernamental sobre o cálculo da receita corrente líquida (RCL) federal, cômputo dos valores repassados em bases de cálculo previstas constitucionalmente, a exemplo dos limites de despesa das Câmaras Municipais (art. 29-A), mínimos de saúde (art. 198, § 2º) e de educação (art. 212) fixados para os entes subnacionais.

7. O tema se insere em paisagem esparsa e naturalmente complexa, exigindo um exame detido à luz do pacto federativo - consideradas as dimensões material e fiscal -, das transferências intergovernamentais (voluntárias e obrigatórias) que marcam singularmente o federalismo de cooperação brasileiro e do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, instituído pela Emenda Constitucional 106, promulgada em 7/5/2020.

## II. ADMISSIBILIDADE

8. A admissibilidade do processo de Representação é disciplinada pelo art. 237, inciso VI e parágrafo único, do RITCU, bem como pelo art. 18-B, parágrafo único, da Resolução-TCU 175/2005, alterada pela Resolução-TCU 298/2018, segundo o qual as representações que tratem de questões relativas às atividades fins de órgãos ou entidades serão distribuídas ao relator em cuja lista constar o órgão responsável.

9. O tema se insere no campo de competência do TCU tanto pela necessidade de identificar a natureza jurídica e a classificação das transferências intergovernamentais envolvidas, com vistas a orientar os órgãos da administração federal, quanto pelos seus reflexos nas finanças públicas e na definição dos órgãos competentes para sua fiscalização, avaliação e controle.

10. De saída, verifica-se o interesse da União na análise dos repasses na medida em que o inciso VI do art. 71 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) insere na competência do TCU a fiscalização da ‘**aplicação de quaisquer recursos repassados pela União** mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município’, independentemente do instrumento jurídico adotado para efetivar o repasse e o tipo de transferência intergovernamental (obrigatória e voluntária), desde que a **origem do recurso** seja de natureza federal.

11. Ao vincular parte dos repasses (R\$ 10 bilhões) previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 a ações de saúde e assistência social, com possibilidade de utilização dos recursos para pagamento de pessoal, impõe analisar a questão também sob a ótica da Lei Complementar 141/2012, que define, em seu art. 27, a competência dos órgãos de fiscalização e controle para proceder à responsabilização em caso de inobservância do objeto pactuado, introduzindo elemento objetivo e de racionalidade para esse fim, qual seja, a **origem do recurso** destinado à finalidade específica.

12. A expressividade dos repasses federais que, na essência, vêm recebendo tratamento de

‘repartição de receita tributária federal’ (R\$ 66 bilhões) também impõe a atuação preventiva desta Corte de Contas, sendo necessário verificar - para fins de assegurar a correta classificação das transferências e mensurar seus reflexos sobre as finanças públicas nacionais - a presença das premissas e a conformidade dos critérios de rateio fixados em lei complementar com os objetivos constitucionais dos referidos fundos (art. 161, inciso II).

13. A realização do cálculo das quotas dos fundos de participação se insere na competência constitucional exclusiva do TCU (art. 161, parágrafo único), atividade estritamente vinculada a normas definidas por lei complementar que disponha sobre a entrega dos referidos recursos, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos que têm por objetivo constitucional expresse a promoção do **equilíbrio socioeconômico** entre estados e entre municípios (art. 161, inciso II), cuja inobservância já levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a inconstitucionalidade de outras normas, conforme se contextualiza mais adiante.

14. Nesse contexto, sobressai o fato de que a União, mesmo com queda de quase 10% na arrecadação dos tributos federais que integram a cesta dos fundos de participação (no período de janeiro ao 1º decêndio de junho/2020), amplie a participação dos entes subnacionais para além dos 49% previstos constitucionalmente.

15. Mais curiosa, ainda, é a origem das fontes. A MPV 978/2020 autoriza a **emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional** (Fonte 144) para custear auxílios financeiros da ordem de R\$ 60 bilhões, enquanto a MPV 938/2020 abre créditos extraordinários de R\$ 16 bilhões, mediante cancelamento de dotação do serviço da dívida pública federal e remanejamento de recursos oriundos da **remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional** (Fonte 188) para o financiamento das despesas com auxílios financeiros federais (a fundo perdido) que vêm recebendo tratamento de ‘repartição de receita tributária federal’ (FPE e FPM), com orientação da STN para classificação a título de receitas próprias pelos entes subnacionais.

16. O possível impacto desses repasses sobre a metodologia de cálculo da RCL federal, com conceito definido no inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é outro fator que inspira cuidado e impõe a atuação do Tribunal, considerando a expressividade dos valores e possíveis reflexos sobre os indicadores da gestão fiscal na esfera federal, notadamente no que diz respeito aos limites de pessoal dos Poderes e órgãos autônomos da União, ao endividamento público federal e à Regra de Ouro.

17. Em razão da natureza dos temas que constituem o núcleo da discussão, todos relacionados às atividades finalísticas do Ministério da Economia, a matéria insere-se no rol da Lista de Unidade Jurisdicionadas (LUJ) 5, da relatoria do ministro Bruno Dantas durante o biênio 2019/2020.

18. A legitimidade da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) para formular a presente Representação decorre da competência prevista nos arts. 42 e 43 da Resolução-TCU 284/2016 e alterações posteriores.

### III. EXAME TÉCNICO

#### 3.1. Considerações Gerais

19. Desde a declaração de emergência sanitária, por meio da Portaria 188/2020 do Ministério da Saúde, a União realizou repasses aos entes subnacionais com o propósito de reforçar as ações de enfrentamento da emergência decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus.

20. O Presidente da República autorizou, com a edição da MPV 938/2020, que a União prestasse apoio financeiro aos entes por meio da entrega de valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios referidos nas alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso I do *caput* do art. 159 da Carta Política.

21. Na sequência, foi editada a MPV 939, de 2/4/2020, para abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 16 bilhões destinados à prestação de ‘**Auxílio Financeiro** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Compensação da Variação Nominal Negativa dos Recursos Repassados pelo Fundo de Participação’. Para tanto, foram cancelados créditos do Programa de Trabalho (28.843.0905.0455.0001) referentes a ‘Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna

(Juros e Amortizações)' com recursos da **Fonte 188** ('Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional').

22. O primeiro aspecto a observar é que ora o Poder Executivo denomina o repasse federal de **apoio financeiro**, ora de **auxílio financeiro**, sem adotar qualquer critério jurídico objetivo que possa justificar diferenças materiais em relação às expressões adotadas, que serão tratadas nesta Representação como sinônimas.

23. Também chama a atenção a ausência de receita específica que possa justificar a repartição de receita tributária prevista constitucionalmente, como todas as outras que alicerçam a dimensão fiscal do pacto federativo. Transformar recursos da Fonte 188, que decorrem da remuneração de um conjunto de recursos diversos, em base do pacto federativo fiscal transcende as possibilidades plausíveis extraídas da Lei Maior. Tais recursos, originalmente alocados para honrar o serviço da dívida pública em 2020, não necessariamente se referem à receita tributária.

24. Por outro lado, o fato de o Presidente da República ou o Congresso Nacional tomar por empréstimo, no plano infraconstitucional, os critérios objetivos de distribuição do FPE e do FPM para efetuar os repasses a título de apoio ou auxílio financeiro federal não é suficiente para conferir a tais repasses o caráter constitucional que permeia as transferências que constituem a base do pacto federativo. Os repasses em discussão se inserem no contexto da cooperação intergovernamental que marca o federalismo brasileiro, consoante o disposto no parágrafo único do art. 23 da CF/88, cuja natureza jurídica será analisada oportunamente.

25. O art. 5º da Lei Complementar 173/2020 também estabelece que a União entregará, na forma de auxílio financeiro (a fundo perdido), o valor de R\$ 60 bilhões, a saber:

‘Art. 5º A União entregará, na forma de **auxílio financeiro**, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, o valor de R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais) **para aplicação, pelos Poderes Executivos locais**, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, da seguinte forma:

I - R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) para ações de saúde e assistência social, sendo:

a) R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e

b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Municípios;

II - R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), da seguinte forma:

a) R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais aos Estados e ao Distrito Federal;

b) R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais aos Municípios;

§ 1º Os recursos previstos no inciso I, alínea ‘a’, inclusive para o pagamento dos profissionais que atuam no **Sistema Único de Saúde (SUS)** e no **Sistema Único de Assistência Social (Suas)**, serão distribuídos conforme os **seguintes critérios**:

I - 40% (quarenta por cento) conforme a taxa de incidência divulgada pelo Ministério da Saúde na data de publicação desta Lei Complementar, para o primeiro mês, e no quinto dia útil de cada um dos 3 (três) meses subsequentes;

II - 60% (sessenta por cento) de acordo com a população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 2º Os recursos previstos no inciso I, alínea ‘b’, inclusive para o **pagamento dos profissionais** que atuam no SUS e no Suas, serão distribuídos de acordo com a população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes publicados pelo IBGE em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 3º Os valores previstos no inciso II, alínea ‘a’, do *caput* serão distribuídos para os Estados e o

Distrito Federal na forma do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 4º Os valores previstos no inciso II, alínea 'b', do *caput* serão distribuídos na proporção estabelecida no Anexo I, com a exclusão do Distrito Federal, e transferidos, em cada Estado, diretamente aos respectivos Municípios, de acordo com sua população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes publicados pelo IBGE em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 5º O Distrito Federal não participará do rateio dos recursos previstos na alínea 'b' do inciso I e na alínea 'b' do inciso II do *caput*, e receberá, na forma de auxílio financeiro, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, valor equivalente ao efetivamente recebido, no exercício de 2019, como sua cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios, para aplicação, pelo Poder Executivo local, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

§ 6º O cálculo das parcelas que caberão a cada um dos entes federativos será realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo que os valores deverão ser creditados pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

§ 7º Será **excluído da transferência** de que tratam os incisos I e II do *caput* o Estado, Distrito Federal ou Município que tenha **ajuizado ação contra a União** após 20 de março de 2020 tendo como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da Covid-19, exceto se renunciar ao direito sobre o qual se funda em até 10 (dez) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.

§ 8º Sem prejuízo do disposto no art. 48 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em **todas as aquisições de produtos e serviços com os recursos de que trata o inciso II do caput, Estados e Municípios darão preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte**, seja por contratação direta ou por exigência dos contratantes para subcontratação.' (grifamos)

26. O dispositivo em análise estabelece regras que destoam das balizas que sustentam o pacto federativo fiscal, quais sejam: i) critérios de distribuição; ii) restrições à entrega; e iii) restrição à aplicação ou ao emprego.

27. No que tange aos **critérios de distribuição** do auxílio financeiro federal, para os R\$ 10 bilhões destinados à saúde e assistência social, parte será distribuída segundo a taxa de incidência divulgada pelo Ministério da Saúde (40%), e parte de acordo com o coeficiente populacional mais recente, encaminhado pelo IBGE ao TCU na forma do art. 102 da Lei 8.443/1992 (60%). Para distribuição dos R\$ 50 bilhões, a parcela destinada aos estados (R\$ 30 bilhões) deve ser repassada segundo valores fixados de forma expressa no Anexo I da norma em questão, enquanto a parcela destinada aos municípios (R\$ 20 bilhões) deverá ser distribuída de forma proporcional aos valores previstos para os estados no Anexo I, observado o coeficiente populacional que o IBGE encaminhar ao TCU. Em ambos os casos, os critérios não observam as premissas constitucionais previstas para distribuição do FPE e FPM, que devem proporcionar a redução das desigualdades regionais, conforme assentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) detalhada adiante.

28. Quanto a **restrições à entrega** do auxílio financeiro federal, convém destacar a previsão do § 7º do art. 5º da Lei Complementar 173/2020, que dispõe sobre a exclusão, do rol de beneficiário dos R\$ 60 bilhões, do ente da Federação que tenha ajuizado, após 20/3/2020, ação judicial contra a União que tenha como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da Covid-19, exceto se **renunciar ao direito** sobre o qual se funda. O dispositivo é contestado em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.442, ajuizada por partido político e que se encontra com vista à Procuradoria-Geral da República.

29. A Lei Complementar em questão também estabelece **restrição à aplicação** ou ao **emprego** do auxílio financeiro federal, no que destoa, e muito, das premissas constitucionais que permeiam a entrega do FPE e do FPM. A primeira restrição à aplicação que chama atenção diz respeito à



necessária aplicação do recurso federal em ações implementadas pelo **Poder Executivo local** (R\$ 60 bilhões). Além de restringir o emprego do recurso federal a um dos Poderes, a Lei Complementar em comento ainda estabelece subvinculação de parte do auxílio financeiro federal (R\$ 10 bilhões) à aplicação em ações de saúde e/ou assistência social.

30. Também sobressai a condição de aplicação prevista no § 8º do art. 5º, segundo o qual os entes subnacionais deverão dar preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte, seja por contratação direta ou por exigência dos contratantes para subcontratação, nas aquisições de produtos e serviços custeados com os R\$ 50 bilhões repassados a título de auxílio financeiro federal.

31. Para arrematar, merece citar que o Presidente da República editou, em 4/6/2020, a MPV 978, por meio da qual abriu crédito extraordinário no valor de pouco mais de R\$ 60,19 bilhões (art. 1º) para fazer jus ao auxílio financeiro instituído pelo art. 5º da Lei Complementar 173/2020, ao passo que autorizou a União a contratar operação de crédito (art. 2º) para honrar a despesa, classificando o recurso na **Fonte 144**, a qual se refere a ‘Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações’.

32. Ao ponto que se chega, é possível dizer que o esquema jurídico definido e a fonte de custeio do auxílio financeiro federal em análise não se compatibilizam com as premissas e salvaguardas constitucionais que norteiam a dimensão fiscal do pacto federativo delineado nos termos dos arts. 157 a 159 da CF/88. Merece transcrição a seguinte passagem constitucional para subsidiar a análise:

‘Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer **restrição à entrega** e ao **emprego dos recursos atribuídos**, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo **não impede a União** e os Estados de **condicionarem a entrega de recursos**:

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.’ (grifamos)

33. Com exceção do pagamento da dívida e do cumprimento do mínimo anual constitucional que os entes subnacionais devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde, a União não pode impor nenhuma restrição à entrega ou ao emprego dos recursos que transfere aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a título de FPE, FPM, IPI-Exportação e IOF sobre o ouro, os quais constituem receitas próprias dos entes subnacionais.

34. Diante de tantos fatores contrários, não há como lograr êxito de acomodar os repasses federais a título de auxílio financeiro no conceito de repartição de receita tributária, até porque houve frustração na arrecadação federal em percentual superior ao verificado com o FPE e o FPM. Além disso, para promover o referido auxílio, a União recorreu à emissão de títulos públicos no mercado financeiro (Fonte 144), operação que aumentará os *deficit* primário e nominal da União, com reflexos negativos sobre a Regra de Ouro e aumento do endividamento público federal, sem que haja qualquer contrapartida dos entes subnacionais.

### **3.2. Do Pacto Federativo e do Sistema Constitucional de Repartição de Receita de Impostos**

35. O principal aspecto que ensejou a presente Representação refere-se à definição da natureza jurídica dos repasses federais previstos sob a forma de auxílio financeiro em atos infraconstitucionais, aos quais a STN sinaliza com a intenção de conferir o mesmo tratamento das transferências constitucionais, a título de repartição de receita, que dão a dimensão fiscal do pacto federativo.

36. O modelo federativo delineado na CF/88 de 1988 é pautado na repartição de competências normativas (arts. 22 e 24), materiais exclusivas e comuns (arts. 21 e 23) e tributárias entre os entes da Federação autônomos (art. 18).

37. Quanto à dimensão fiscal do federalismo mais precisamente, tem-se que foi delineado

consoante os termos mais gerais do pacto federativo. A estrutura tributária permaneceu tripartida, dividida em imposto, taxas e contribuições de melhoria, de competência dos entes das três esferas de governo (arts. 153 a 156). Ainda nessa trilha, a Carta Política instituiu a repartição de receitas entre os entes da Federação (arts. 157 a 160), as quais integram o rol de receitas próprias do ente beneficiário estadual, distrital ou municipal, sem possibilidade de imposição de restrições e condições pelo ente transferidor. Nessas bases, o constituinte assegurou aos entes subnacionais parcela definida no texto constitucional.

38. Para garantir estabilidade ao pacto federativo, os percentuais de repartição de receita tributária foram definidos de forma expressa e taxativa no próprio texto constitucional:

**Quadro 1: Repartição de Receita Tributária**

CF/88	Repartição de Receita Tributária	%	Descrição
Art. 153, § 5º	A União transferirá:	100%	do montante arrecadado com o IOF sobre o Ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sendo:
Art. 153, § 5º, I			- 30% para o estado, o Distrito Federal ou o território, conforme a origem
Art. 153, § 5º, II			- 70% para o município de origem
Art. 157, I	Pertencem aos estados e ao Distrito Federal:	100%	do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRRF), incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem (pagos com recursos próprios)
Art. 157, II		20%	do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual (art. 154, I)
Art. 158, I	Pertencem aos municípios:	100%	do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRRF), incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem (pagos com recursos próprios)
Art. 158, II		50%	do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), relativamente aos imóveis situados no município; ou
		100%	do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), quando o município fizer a opção de fiscalizar e cobrar o imposto federal
Art. 158, III		50%	do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios (IPVA)
Art. 158, IV e parágrafo único		25%	do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), consideradas as regras do valor adicionado
Art. 159, caput	A União entregará:	49%	do produto da arrecadação IR e IPI, da seguinte forma:
Art. 159, I, 'a'			- 21,5% FPE aos estados e ao Distrito Federal
Art. 159, I, 'b'			- 22,5% aos municípios
Art. 159, I,			- 3% programas de financiamento ao setor produtivo das

‘c’			<i>Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</i>
Art. 159, I, ‘d’			- <b>1% ao FPM, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano</b>
Art. 159, I, ‘e’			- <b>1% ao FPM, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano</b>
Art. 159, II		10%	do produto da arrecadação do IPI aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, do qual 25% serão entregues aos respectivos municípios (art. 159, § 3º)
Art. 159, III		29%	do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) para os estados e o Distrito Federal, dos quais 25% serão entregues aos respectivos municípios (art. 159, § 4º)

Fonte: elaboração própria.

39. A repartição de receita tributária é matéria típica do texto constitucional, ou seja, sujeita ao sistema constitucional de repartição do produto da arrecadação de impostos, que decorre diretamente da forma federativa de Estado, caracterizada primordialmente pela autonomia dos entes que o compõem. Segundo o magistério de Sacha Calmon:

‘Nos Estados politicamente organizados em repúblicas federativas, a **Constituição** não apenas institui o poder de tributar como também deve **reparti-lo entre as pessoas políticas** que convivem na federação.

Dá-se, assim, uma repartição de competências tributárias e também, sob uma outra ótica, uma repartição de fontes de receitas tributárias, **processos constitucionais que se entrecruzam**, embora um não se identifique com o outro, certo que a **repartição de competência, temática mais rica, não se limita a uma simples repartição de receitas. Esta se contém naquela ou dela deriva.**’ [Curso de direito tributário brasileiro/Sacha Calmon Navarro Coêlho. - 17. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2020].

40. Nesse sentido, não pode a União ou o estado dispor, a título de repartição de receita de impostos, de percentual superior ou inferior ao que o constituinte reservou para implementar as competências materiais que lhe foram conferidas, razão pela qual a matéria é de índole constitucional. Cite-se o Recurso Extraordinário (RE) 572.762 (rel. min. Ricardo Lewandowski, Tema 42).

41. Se o repasse fosse considerado receita própria dos entes subnacionais, como adicional do FPE e do FPM, as restrições à entrega e ao emprego do auxílio financeiro federal previstas no art. 5º Lei Complementar 173/2020 restariam por provocar inaceitável degradação da reserva constitucional, uma vez que a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no valor arrecadado pela União a título de impostos, faz-se segundo o **figurino constitucional**, sendo impróprio subtrair ou adicionar quaisquer valores pela via infraconstitucional. Não por outra razão, o art. 159 da CF/88 sofreu alterações substanciais pela via constitucional desde a promulgação da CF/88 em 1988.

42. A primeira decorreu da Emenda Constitucional de Revisão (ECR) 1/1994, que instituiu o Fundo Social de Emergência-FSE (alterada a denominação para **Fundo de Estabilização Fiscal - FEF** pela EC 10/1996), com o objetivo de promover o saneamento financeiro da Fazenda Pública federal e a estabilização econômica, cujos recursos foram aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social, conforme disposto nos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Para tanto, parcelas substanciais do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pago pela União, do acréscimo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e 20% de outros impostos e contribuições foram destinados à constituição do referido Fundo, não se lhes aplicando as vinculações dos arts. 158, inciso II (ITR), 159 (FPE e FPM) e 212 (mínimo de educação), por exemplo.



43. Posteriormente, a EC 17/1997 promoveu novas alterações no figurino constitucional do pacto federativo fiscal, com a seguinte redação:

‘Art. 3º A União repassará aos Municípios, do produto da arrecadação do **Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza**, tal como considerado na constituição dos fundos de que trata o art. 159, I, da Constituição, excluída a parcela referida no art. 72, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes percentuais:

I - um inteiro e cinqüenta e seis centésimos por cento, no período de 01/07/1997 a 31/12/1997;

II - um inteiro e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento, no período de 01/01/1998 a 31/12/1998;

III - dois inteiros e cinco décimos por cento, no período de 01/01/1999 a 31/12/1999.

Parágrafo único. O repasse dos recursos de que trata este artigo obedecerá a mesma periodicidade e aos mesmos critérios de repartição e normas adotadas no Fundo de Participação dos Municípios, **observado o disposto no art. 160 da Constituição**.

Art. 4º Os efeitos do disposto nos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º desta emenda, são retroativos a 01/07/1997.

Parágrafo único. As parcelas de recursos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal e **entregues na forma do art. 159, I, da Constituição**, no período compreendido entre 01/07/1997 e a data de promulgação desta emenda, serão deduzidas das cotas subseqüentes, limitada a dedução a um décimo do valor total entregue em cada mês.’ (grifamos)

44. Sem entrar no mérito da necessidade de instituir o FEF, a sistemática aprovada pela EC 17/1997 funcionou como uma espécie de ressarcimento da União para os entes subnacionais, haja vista a redução substancial da base de cálculo do FPE/FPM ocorrida anteriormente. Após a vigência do FEF, sobreveio a EC 27/2000, que inaugurou a prática de desvinculação das receitas da União (DRU), sem afetar a participação dos entes subnacionais na receita de impostos, com ressalva expressa no texto constitucional (§ 1º do art. 76 do ADCT).

45. Para aumentar a entrega de impostos federais aos municípios, foi necessário aprovar a **EC 55/2007**, que aumentou de 47% para 48% a participação no produto da arrecadação da União mediante a inclusão da alínea ‘d’ no inciso I, do art. 159, para adicionar 1 ponto percentual (p.p) ao FPM do primeiro decêndio do mês de dezembro. No mesmo sentido, ocorreu com a inclusão da alínea ‘e’ a partir da promulgação da **EC 84/2014**, aumentando de 48% para 49% a participação dos municípios com o acréscimo de 1 p.p ao FPM do primeiro decêndio do mês de julho de cada ano.

46. A EC 106 foi promulgada em 7/5/2020, enquanto a Lei Complementar 173 foi publicada em 27/5/2020. Fosse a vontade do Congresso Nacional ampliar a participação dos entes subnacionais na arrecadação federal, por certo teria estabelecido um arranjo jurídico-constitucional apropriado, a exemplo do que ocorreu com a ECR 1/1994 e a EC 17/1997.

47. É preciso considerar que, se na atualidade busca-se ampliar, pela via infraconstitucional, a destinação de recursos federais aos entes subnacionais, não se pode desconsiderar que a ECR 1/1994 e a EC 17/1997 reduziram, sobremaneira, a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na arrecadação de impostos federais.

48. Dessa forma, longe de criar óbices à operacionalização do auxílio financeiro federal em análise, a presente a Representação visa preservar, sob a ótica da formulação conceitual e da aplicação prática, a estabilidade e as salvaguardas que decorrem do esquema jurídico-constitucional concebido pelo poder constituinte para ancorar a dimensão fiscal do pacto federativo, princípio fundamental do Estado e da República (CF/88, art. 1º), evitando risco de abalo ao referido princípio com precedente perigoso não apenas sob a ótica da repartição de recursos federais, mas também da repartição de impostos dos estados com os respectivos municípios.

49. Noutra vertente, convém registrar que a MPV 938/2020 sequer é o instrumento jurídico hábil para estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159 da CF/88,

especialmente sobre os **critérios de rateio** dos fundos constitucionais (FPE e FPM), eis que não atende o imperativo constitucional que reservada à lei complementar o disciplinamento da matéria (art. 161). Ademais, os repasses distribuídos entre os estados, segundo valores fixados no Anexo I da Lei Complementar 173/2020, não se amoldam às exigências do inciso II do art. 161 da CF/88, merecendo destacar a jurisprudência do STF assentada nas ADIs 875, 1.987 e 2.727, a saber:

**‘(...) o legislador, ao disciplinar o funcionamento dos fundos de participação, deve ser obsequioso à finalidade constitucionalmente prevista de redução das desigualdades regionais, sem criar qualquer obstáculo à promoção desse desiderato. Até mesmo porque (...) a própria razão de ser dos fundos é conferir efetividade à exigência constitucional. (...)** Por uma questão de lógica, é possível concluir que os únicos critérios de rateio aptos ao atendimento da exigência constitucional são aqueles que assimilem e retratem a realidade socioeconômica dos destinatários das transferências; pois, se esses critérios têm por escopo a atenuação das desigualdades regionais, com a consequente promoção do equilíbrio socioeconômico entre os entes federados, revela-se primordial que eles permitam que dados fáticos, apurados periodicamente por órgãos ou entidades públicas (o IBGE, por exemplo), possam influir na definição dos coeficientes de participação. Não se pode pretender a modificação de um determinado *status quo*, sem que se conheçam e se considerem as suas peculiaridades. (...) Verifica-se, ademais, que, apesar de dispor que oitenta e cinco por cento dos recursos serão destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a LC 62/1989 não estabelece os critérios de rateio exigidos constitucionalmente; ela apenas define, diretamente, os coeficientes de participação dos Estados e do Distrito Federal. (...) Não parece ser esse o comando constitucional do art. 161, II. (...) Não competiria, portanto, à lei complementar estabelecer diretamente esses coeficientes. (...) **A fixação de coeficientes de participação mediante a edição de lei complementar, além de não atender à exigência constitucional do art. 161, II, somente se justificaria se aceitável a absurda hipótese segundo a qual os dados atinentes à população, à produção, à renda *per capita*, à receita e à despesa dos entes estaduais se mantivessem constantes com o passar dos anos.** (...) Assim, julgo procedentes as ações diretas de inconstitucionalidade (...), para, aplicando o art. 27 da Lei 9.868/1999, declarar a inconstitucionalidade, sem a pronúncia da nulidade, do art. 2º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º, do Anexo Único da LC 62/1989, assegurada a sua aplicação até 31 de dezembro de 2012.’ [ADI 875, ADI 1.987 e ADI 2.727, voto do rel. min. Gilmar Mendes, j. 24-2-2010, P, DJE de 30-4-2010.] – grifamos

50. Os montantes fixados no Anexo I da Lei Complementar 173/2020, no valor global de R\$ 30 bilhões distribuídos entre os estados e o Distrito Federal e que serão repassados a título de auxílio financeiro, não refletem, nem de longe, o preceito constitucional que confere à lei complementar o estabelecimento de normas sobre a entrega dos recursos e sobre os critérios de rateio do FPE e FPM.

51. Para distribuição do auxílio financeiro de R\$ 16 bilhões previsto na MPV 938/2020, a União adotará a título de critério o **valor correspondente à variação nominal negativa** entre os valores creditados a título dos FPE e FPM, no período de março a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos na MPV e limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

52. A simulação feita a partir da aplicação dos coeficientes do FPE fixados para 2020, definidos pelo TCU a partir das informações publicadas pelo IBGE, não deixa dúvida acerca do descabimento de se tentar dispensar ao referido auxílio financeiro o mesmo tratamento jurídico do FPE. Eis os números:

**Tabela 1. Simulação da Distribuição dos Recursos da LC 173/2020**

Valores em R\$

UF	Estados	Anexo I Lei Complementar 173/2020	IN TCU 175/2019 – DISTRIBUIÇÃO PELO COEFICIENTE FPE 2020			
		Transferência Programa Federativo	Partici- pação	Coeficiente FPE	Valor	Diferença
		(a)			(b)	(a - b)
AC	Acre	198.356.805,66	3,81%	0,038084	1.142.508.900,00	-944.152.094,34
AL	Alagoas	412.368.489,19	4,90%	0,049004	1.470.127.200,00	-1.057.758.710,81
AP	Amapá	160.595.485,87	3,98%	0,039821	1.194.631.800,00	-1.034.036.314,13
AM	Amazonas	626.314.187,89	4,83%	0,048318	1.449.529.500,00	-823.215.312,11
BA	Bahia	1.668.493.276,83	8,61%	0,086071	2.582.138.700,00	-913.645.423,17
CE	Ceará	918.821.342,87	6,47%	0,064720	1.941.601.800,00	-1.022.780.457,13
DF	Distrito Federal	466.617.756,82	0,66%	0,006627	198.813.600,00	267.804.156,82
ES	Espírito Santo	712.381.321,76	2,42%	0,024221	726.632.700,00	-14.251.378,24
GO	Goiás	1.142.577.591,53	3,03%	0,030315	909.440.400,00	233.137.191,53
MT	Mato Grosso	1.346.040.610,22	1,90%	0,019003	570.086.400,00	775.954.210,22
MS	Mato Grosso do Sul	621.710.381,02	1,55%	0,015496	464.874.300,00	156.836.081,02
MA	Maranhão	731.971.098,89	6,96%	0,069593	2.087.779.200,00	-1.355.808.101,11
MG	Minas Gerais	<b>2.994.392.130,70</b>	<b>4,96%</b>	<b>0,049577</b>	<b>1.487.311.800,00</b>	<b>1.507.080.330,70</b>
PA	Pará	1.096.083.807,05	6,23%	0,062315	1.869.440.700,00	-773.356.892,95
PB	Paraíba	448.104.510,66	4,41%	0,044079	1.322.373.300,00	-874.268.789,34
PR	Paraná	<b>1.717.054.661,04</b>	<b>2,21%</b>	<b>0,022112</b>	<b>663.370.200,00</b>	<b>1.053.684.461,04</b>
PE	Pernambuco	1.077.577.764,30	6,57%	0,065750	1.972.486.800,00	-894.909.035,70
PI	Piauí	400.808.033,53	4,42%	0,044188	1.325.647.500,00	-924.839.466,47
RJ	Rio de Janeiro	<b>2.008.223.723,76</b>	<b>2,06%</b>	<b>0,020557</b>	<b>616.709.400,00</b>	<b>1.391.514.323,76</b>
RN	Rio Grande do Norte	442.255.990,95	4,04%	0,040366	1.210.984.200,00	-768.728.209,05
RS	Rio Grande do Sul	<b>1.945.377.062,19</b>	<b>1,60%</b>	<b>0,015981</b>	<b>479.432.700,00</b>	<b>1.465.944.362,19</b>
RO	Rondônia	335.202.786,54	2,87%	0,028702	861.060.300,00	-525.857.513,46
RR	Roraima	147.203.050,38	2,43%	0,024297	728.912.700,00	-581.709.649,62
SC	Santa Catarina	1.151.090.483,87	1,36%	0,013602	408.072.900,00	743.017.583,87
SP	São Paulo	<b>6.616.311.017,89</b>	<b>0,66%</b>	<b>0,006627</b>	<b>198.813.600,00</b>	<b>6.417.497.417,89</b>
SE	Sergipe	313.549.751,96	3,82%	0,038178	1.145.353.500,00	-831.803.748,04
TO	Tocantins	300.516.876,67	3,24%	0,032396	971.865.900,00	-671.349.023,33
<b>Total</b>		<b>30.000.000.000,04</b>			<b>30.000.000.000,04</b>	<b>0,00</b>

Fontes: Anexo I da Lei Complementar 173/2020 e Coeficientes do FPE fixados pelo Acórdão 638/2019-TCU-Plenário.

53. De fato, enquanto o postulado constitucional que norteia a distribuição do FPE e do FPM tem por finalidade a redução das desigualdades regionais, o que faz com que o Estado de São Paulo tenha a menor participação na distribuição do FPE, o enfrentamento da situação de emergência causada pela calamidade pública nacional de natureza sanitária não se resolve sob os mesmos critérios.

54. Embora seja possível entender, com razoável segurança, pela conformidade do auxílio financeiro federal previsto na Lei Complementar 173/2020 com o conceito de transferência obrigatória, criando obrigação incondicional excepcional para a União com amparo nas cooperações previstas no art. 23 da CF/88, convém, por apreço ao debate e respeito a possíveis ideias divergentes, ampliar o exercício interpretativo no sentido de afastar eventual ideia que possa suscitar o descompasso entre os critérios de distribuição do auxílio financeiro (R\$ 30 bilhões) com

os objetivos constitucionais que orientam a distribuição dos fundos de participação, a partir da jurisprudência do STF que declarou inconstitucionais dispositivos e o Anexo Único da Lei Complementar 62/1989.

55. Este esforço interpretativo, '*ad argumentandum tantum*' ou '*obter dictum*', deve levar em consideração o fato de que o enfrentamento de uma pandemia com os efeitos causados pelo novo coronavírus passa pela adoção de estratégias que considerem as necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial, de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, assim como o disposto no art. 35 da Lei 8.080/1990, que balizam os critérios de repasse, nos termos do art. 17 da Lei Complementar 141/2012, dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde.

56. Deve considerar, ainda, a participação dos estados na composição do Produto Interno Bruto (PIB), sem perder de vista o fato de que o descontrole da pandemia nos estados com maior concentração populacional e atividade produtiva poderá acarretar consequências econômicas locais que por certo afetarão a arrecadação federal.

57. Essa parece a lógica que permeou a distribuição dos R\$ 30 bilhões nos valores fixados pelo Anexo I da Lei Complementar 173/2020. Não por outra razão, de forma diametralmente oposta aos coeficientes de distribuição do FPE, as maiores parcelas individuais do auxílio financeiro federal foram destinadas aos Estados de São Paulo (22,05%), Minas Gerais (9,98%), Rio de Janeiro (6,69%), Rio Grande do Sul (6,48%), Paraná (5,72%) e Bahia (5,56%), beneficiários de 56,5% dos repasses (R\$ 16,95 bilhões). Tais estados têm em comum elevada densidade demográfica - concentrando **58%** da população brasileira num total de 2.903 municípios - e expressiva participação na economia nacional, respondendo por **68%** da formação do PIB.

58. A pujança econômica do Estado de São Paulo, por exemplo, traduz-se na maior participação no PIB nacional/2017 (32,2%) segundo o IBGE, com significativo predomínio dos serviços (77,02%) em relação à indústria (21,43%) e à agropecuária (1,56%). Referido estado concentra mais da metade da produção das instituições financeiras brasileiras, sobressaindo-se também nos serviços prestados às empresas (47,91%), serviços de informação (45,43%), saúde e educação (33,85%), com mercado de trabalho caracterizado pela alta qualificação de sua mão de obra, conforme divulgado pela Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade-InvesteSP (<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/economia-diversificada/pib/>).

59. Todos esses fatores justificam a razão inversamente proporcional presente em parte da distribuição do auxílio financeiro federal para enfrentamento da Covid-19 quando comparada ao critério constitucional de distribuição do FPE, o que, por exemplo, conferiu a São Paulo uma cota de **22%** do auxílio financeiro, embora seu coeficiente de participação no FPE seja de apenas **0,66%** neste ano.

60. A fixação dos montantes a serem repassados a título de auxílio federal parece se inserir num conjunto de medidas e estratégias voltadas para a redução do impacto econômico decorrente das restrições sanitárias.

61. É possível inferir, a partir do arranjo de distribuição, que um dos objetivos do legislador foi evitar o colapso das economias com maior participação na formação do PIB nacional, cuja preservação da capacidade produtiva é vital para a consecução do objetivo, pós-pandemia, de retomada da redução das desigualdades regionais à luz das balizas constitucionais que norteiam o FPE.

62. A capacidade de produção das economias dos seis estados mencionados se reflete, diretamente, na arrecadação federal e na política econômica nacional, cujo risco de colapso justifica a instituição, excepcionalíssima, do referido auxílio no contexto do regime extraordinário fiscal e financeiro para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, assim reconhecida nos limites e condições previstas no art. 65 da LRF e na EC 106/2020.

63. A questão se resolve não com a desnaturação do pacto federativo, mas a partir do viés cooperativo do federalismo brasileiro, que, no contexto da calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional nos termos e limites estabelecidos pela EC 106/2020 e pelo

Decreto Legislativo 6/2020, impõe a cooperação e a solidariedade em relação aos entes subnacionais, conforme previsto expressamente em passagens da Lei Maior, mais especificamente na passagem do parágrafo único do art. 23, podendo as transferências ter caráter voluntário ou obrigatório, como se vislumbra das situações em análise, à luz dos argumentos explorados no tópico seguinte.

### 3.3. Natureza Jurídica dos Auxílios/Apoios Financeiros Federais para Enfrentamento da Covid-19

64. Em resposta a questionamentos formulados pelo TCU no âmbito do acompanhamento (TC 016.873/2020-3) que resultou no Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), a STN declarou, por meio do Anexo II do Ofício 147.716/2020/ME, de 19/06/2020, o seguinte sobre os auxílios financeiros previsto na Lei Complementar 173/2020 (peças 4-5):

‘No entendimento da STN, esses recursos seriam **receitas originárias dos subnacionais a título de contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação**. Logo, por não se tratar, em princípio, de recursos considerados da União, o entendimento seria que tal fiscalização deveria ser levada a efeito pelos respectivos Tribunais de Contas Estaduais/Municipais.’ (grifamos)

65. A despeito da alegação de se tratar de ‘receitas ordinárias dos entes subnacionais’, a própria STN, na Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME editada para orientar os entes subnacionais (peça 6), reconhece o caráter vinculado desse repasse federal:

12. No tocante ao recebimento, por parte de Estados e Municípios, de transferências para fazer frente às despesas com o enfrentamento da pandemia e aos questionamentos sobre a criação de fonte/destinação de recursos específica para este fim, esclarecemos que o mecanismo fonte/destinação de recursos é obrigatório, devido ao previsto no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)’ (grifamos)

66. O dispositivo da LRF mencionado, por sua vez, assim estabelece:

‘Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os **recursos legalmente vinculados a finalidade específica** serão utilizados exclusivamente para atender ao **objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.’ (grifamos)

67. Ainda segundo o Anexo II do Ofício 147.716/2020/ME apresentado no bojo do TC 016.873/2020-3 (qualificado no parágrafo 64), que trata de resposta à matriz de avaliação de riscos identificados pelo TCU em processo de acompanhamento, a STN assim se manifestou (peças 4-5):

Portanto, o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União aos entes subnacionais **não é de competência do Tesouro Nacional**, e sim dos **respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União**. Além disso, a LC 173/2020 vincula apenas os recursos do inciso I do art. 5º, que devem ser destinados para ações de saúde e assistência social. (grifamos)

68. Já no que se refere ao auxílio ou apoio financeiro instituído pela MPV 938/2020, a Nota Técnica-STN/SEI 12.774/2020/ME (peça 6) reconhece não se tratar de repasse com a mesma natureza do FPE e FPM:

‘22. Quanto ao apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, previsto na Medida Provisória 938 de 2 de abril de 2020, com base em orientações emitidas pelo Órgão Central de Contabilidade da União em relação aos repasses efetuados anteriormente com a mesma finalidade, entendemos que **esse apoio financeiro não se confunde com a receita recebida por meio dos fundos de participação dos estados e dos municípios**. Trata-se de transferência de recursos da União aos estados, DF e municípios e deverá ser registrada na Natureza de Receita 1.7.1.8.99.1.0 - Outras Transferências da União. (grifamos)

69. De fato, não cabe à União vincular, pela via infraconstitucional, parcela de seus impostos



efetivamente arrecadados em montantes superiores aos fixados constitucionalmente. Trata-se do princípio da não afetação, sendo pacífica a jurisprudência do STF quanto essa possibilidade:

**‘A vedação à vinculação da receita é norma que preserva a separação dos poderes, o princípio democrático e a responsabilidade fiscal**, de modo que o artigo 167, IV, da Constituição faz jus à sua simétrica aplicação por todos os entes da Federação. A destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde figura dentre as exceções à regra constitucional de vedação à vinculação de receitas, máxime por estar **expressamente estabelecida no texto constitucional**. [ADI 5.897, rel. min. Luiz Fux, j. 24-4-2019, P, *DJE* de 2-8-2019.]

A vedação é afastada, portanto, apenas nas hipóteses expressamente ressalvadas, que **não abrangem os programas de assistência integral à criança e ao adolescente**. É que, quanto a isso, o inciso IV do art. 167 da CF encerra norma específica, fazendo ressalva expressa apenas das hipóteses tratadas nos arts. 198, § 2º (SUS), e 212 (para manutenção e desenvolvimento do ensino). [ADI 1.689, rel. min. Sydney Sanches, j. 12-3-2003, P, *DJ* de 2-5-2003.] - grifamos

70. Também não cabe à União vincular parte das receitas próprias dos entes subnacionais a ações de assistência social, pois sequer há esse tipo de afetação no texto constitucional. Vinculação desse tipo somente é plausível com recursos de natureza federal, independentemente do instrumento jurídico adotado para efetivar o repasse do recurso federal. Não se trata de conceito aberto ou vago, mas expressão definida de forma explícita no texto constitucional, nos seguintes termos:

‘Art. 167. São vedados:

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a **órgão, fundo ou despesa**, ressalvadas a **repartição do produto da arrecadação dos impostos** a que se referem os arts. 158 e **159**, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

(...)

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.’ (grifamos)

71. Nota-se que a Constituição permite e assegura a repartição de 49% do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do imposto de renda previstos no art. 159. De acordo com as projeções anuais realizadas no 2º bimestre, a arrecadação do IPI tem previsão de queda de 20,05% neste ano e o imposto de renda queda de 5,82%, conforme consta do relatório de acompanhamento do impacto orçamentário e fiscal em razão da pandemia (Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário).

72. Dessa forma, a entrega de valores superiores a 21,5% (FPE) e 22,5% (FPM) incidentes sobre esses impostos da União, sem considerar a queda efetiva da arrecadação federal em 2020, configuraria vinculação superior índice fixado constitucionalmente, em oposição à vedação mencionada. A União não pode repartir o que não arrecadou, seja pela concessão de benefícios e incentivos fiscais, seja pela frustração da arrecadação originalmente prevista no orçamento. Mais contraditório, ainda, seria recorrer ao endividamento por meio de emissão de títulos públicos para efetivar as transferências constitucionais federais a título de repartição de receita.

73. Ao negar provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 705.423-SE e apreciar o Tema 653 da repercussão geral, o STF assentou entendimento no sentido de que a expressão **‘produto da arrecadação’**, prevista no capítulo de repartição das receitas tributárias, não permite interpretação constitucional de modo a incluir na base de cálculo do FPM os benefícios e incentivos fiscais

devidamente realizados pela União em relação a tributos federais, à luz do conceito técnico de arrecadação e dos estágios da receita pública (peça 24), merecendo reprodução os seguintes trechos dos votos:

**‘Voto do min. Gilmar Mendes**

Além do que, é verdade que há, aqui ou acolá, não apenas na hipótese de concessão de benefícios fiscais, uma distorção. Veja, se a arrecadação tributária aumenta - porque a Receita Federal torna-se mais eficiente, ou porque o cenário econômico mostra-se circunstancialmente mais favorável - ganham os estados, ganham os municípios. E ganha a União, claro. Se, por outro lado, a **economia não vai bem**, ou a Administração perde eficiência na arrecadação, tem-se o contrário, **perdem a União, os estados e os municípios**.

**Há partilha de resultados em todas as hipóteses**, não apenas quando a legislação federal faz uso de incentivos fiscais. (...)

**Voto do min. Marco Aurélio**

Não posso dar outra interpretação, senão a segundo a qual deve haver o recolhimento das cotas destinadas aos Estados e Municípios, **a partir do que realmente arrecadado pela União, sob pena de haver dupla diminuição de tributo**: a diminuição decorrente do incentivo fiscal e, depois, a do recolhimento total que sobeja ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios e não apenas do que arrecadado. Os artigos 157, 158 e 159 da Lei Maior são claríssimos ao remeter, em oito oportunidades, ao que efetivamente - para estabelecer-se o valor a ser recolhido ao Fundo - foi arrecadado. É a expressão que está, em bom português, na regência constitucional do recolhimento relativamente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e ao Imposto sobre Produtos Industrializados.’ (grifamos)

74. Situação análoga ocorre com a queda de arrecadação federal dos impostos sujeitos à repartição tributária - matéria de índole constitucional -, cujo resultado afeta não apenas os entes subnacionais, mas também a União, que igualmente enfrenta desafios com suas finanças combalidas, insuficientes para arcar com os custos do alargamento de competências constitucionais a partir de 1988, merecendo destaque a dimensão que assumiu a seguridade social e a missão de concretizar os objetivos fundamentais da República de reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º). Apenas com as despesas próprias da seguridade social (sem considerar a previdência dos servidores públicos federais), a União gastou R\$ 939,86 bilhões no ano passado, frente a receitas que somaram R\$ 713,9 bilhões, apresentando um *deficit* de R\$ 226 bilhões (25% da RCL federal), conforme dados contidos no RREO/2019.

75. A modelagem jurídica prevista no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, com vinculação de parte dos recursos a ações de saúde e assistência social (R\$ 10 bilhões) e a maior parte do repasse (R\$ 50 bilhões) com cláusula que restringe a sua aplicação ao Poder Executivo (vinculação a órgãos), não se conforma com esses conceitos jurídicos e jurisprudenciais.

76. Fossem os auxílios financeiros federais receitas próprias dos entes subnacionais, não caberia à União - não pela via infraconstitucional - excluir tais montantes das bases de cálculo definidas constitucionalmente para fins de limites fixados para despesas das Câmaras Municipais (art. 29-A), ações e serviços públicos de saúde (art. 198, § 2º) e manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212).

77. Esse, no entanto, não é o único ponto de vista a considerar. Tivesse o auxílio financeiro a natureza jurídica de compensação ou recomposição constitucional por frustração do valor previsto a título de repartição de receita tributária, a transferência seria, por força da Lei Complementar 141/2012, obrigatoriamente incluída na base de cálculo do mínimo de saúde:

‘Art. 9º Está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios qualquer **compensação financeira** proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.’

78. Não por outra razão, a compensação em decorrência de possíveis perdas na arrecadação do imposto de **competência originária estadual** na comercialização de bens e serviços em operações externas (ICMS-Desoneração, ‘Lei Kandir’ e art. 91 do ADCT) e os adicionais do FPM instituídos pela EC 55/2007 e pela EC 84/2014 devem integrar a base de cálculo do mínimo de saúde. Esta é a inteligência do dispositivo legal reproduzido.

79. Longe de se defender que os repasses federais a título de auxílio/apoio financeiro devam integrar as bases de cálculo dos limites constitucionais mencionados, tampouco custear despesas dos demais Poderes, mas há que se preservar a coerência hermenêutica, que não comporta casuísmos.

80. As manifestações da STN sobre a natureza jurídica dos auxílios financeiros não se demonstram guarneçadas desta amplitude jurídico-constitucional, expondo **contradições insuperáveis** do ponto de vista lógico e da plausibilidade jurídica. De um lado, atribui-se ao repasse federal - financiado com emissão de título públicos e utilização da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional - o caráter de receita originária dos entes subnacionais (com conotação de receita própria), a título de **‘contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação’**. De outro, não apresenta qualquer fundamento jurídico que justifique a exclusão de supostas ‘receitas próprias’ de três bases de cálculo de limites constitucionais (na esfera municipal) e a restrição de sua destinação a órgãos específicos (do Poder Executivo).

81. Não há no sistema jurídico brasileiro a figura de contribuição para recomposição de frustração de receita tributária repartida com os entes subnacionais. Contribuição é espécie tributária de índole constitucional com destinação específica, seja a contribuição de melhoria para obras públicas (art. 145, III), seja a contribuição social residual vinculada a ações próprias da seguridade social (art. 195, § 4º), não sendo este o caso em análise, uma vez que não se trata de repartição de nenhuma dessas espécies tributárias.

82. No caso examinado nesta Representação, a instituição do auxílio financeiro insere-se no contexto do **regime extraordinário fiscal e financeiro** instituído para a União durante o estado de calamidade pública nacional reconhecido pelo Congresso Nacional em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia, considerados seus efeitos sociais e econômicos. Esta ideia encontra-se presente no art. 3º da EC 106/2020, a saber:

‘Art. 3º Desde que não impliquem despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com **propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas**, com vigência e efeitos restritos à sua duração, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.’

83. É nítida a preocupação do constituinte em dotar a União de mecanismos capazes de possibilitar o enfrentamento das consequências sociais e econômicas com medidas transitórias, como é o caso do auxílio financeiro federal.

84. Antes mesmo de o Congresso Nacional instituir o regime extraordinário, o min. Alexandre de Moraes já havia reconhecido, ao apreciar o pedido de liminar em sede da ADI 6.357, que a gravidade da emergência causada pela pandemia causada pelo novo coronavírus exige das autoridades brasileiras, em todos os níveis de governo, a efetivação concreta da proteção à saúde pública, com a adoção de todas as medidas possíveis para o apoio e manutenção das atividades do Sistema Único de Saúde (SUS).

85. Ainda segundo o relator, a Lei Maior, em diversos dispositivos, prevê princípios informadores e regras de competência no tocante à proteção da vida e da saúde pública, destacando, desde logo, no próprio preâmbulo a necessidade de o Estado Democrático assegurar o bem-estar da sociedade. Logicamente, dentro da ideia de bem-estar, deve ser destacada como uma das principais finalidades do Estado a efetividade de políticas públicas destinadas à saúde.

86. Embora a arrecadação federal também tenha apresentado contração de aproximadamente 10% no primeiro semestre deste ano, é a União o ente maior no contexto federativo que dispõe de



instrumentos constitucionais capazes de enfrentar as restrições econômicas, seja por meio do exercício da competência constitucional para instituir impostos e contribuições sociais residuais (arts. 154, inciso I, e 195, § 4º), seja pela instituição de empréstimo compulsório (art. 148, inciso I) - fonte hábil para fazer frente a despesas extraordinárias necessárias ao enfrentamento de calamidade pública -, seja pela emissão de títulos públicos, cuja possibilidade fática praticamente se encontra restrita à União. Portanto, os meios fiscais para mitigar os impactos da queda de arrecadação encontram-se restritos à União.

87. Nesse sentido, presente está a obrigação incondicional da União de realizar o auxílio financeiro aos entes subnacionais, como medida necessária e excepcional para mitigar os graves efeitos da pandemia sobre a arrecadação e economias locais, cujos resultados acabam por se refletir sobre a **arrecadação federal** e os objetivos da política econômica nacional, ancorada na seguinte estratégia definida no Anexo de Metas Fiscais que integra a LDO-2020 (Anexo IV da Lei 13.898/2019):

#### ‘C) Estratégia de Política Fiscal

O objetivo da política fiscal no médio prazo é o controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Para tanto, o Governo busca recorrentemente o equilíbrio das contas públicas, por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa, e **acompanhamento da arrecadação, tomando medidas tempestivas para correção de desvios e para prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impacto relevante no curto e médio prazo.**

Apesar dos avanços recentes no controle de gastos, projeções de longo prazo relativas à **evolução das receitas** e despesas do setor público indicam a necessidade de ações imediatas visando garantir a sustentabilidade fiscal - condição fundamental para a estabilidade macroeconômica, a recuperação do investimento e a obtenção de elevadas taxas de crescimento da renda e do consumo, com alto grau de impacto no bem-estar da sociedade. Essas ações se encontram consubstanciadas na agenda de reformas estruturais já encaminhadas ou em vias de implementação no campo fiscal.’ (grifamos)

88. Nas duas situações em exame, os repasses constituem, inequivocamente, despesas próprias da União e não repartição de receita ou algo que se equivalha, não podendo ser classificados como receitas próprias dos entes subnacionais. Até porque tais auxílios, como dito, não resultam de distribuição ou repartição de receitas correntes da União; são despesas financiadas com recursos decorrentes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da emissão de títulos públicos, acarretando, em ambos os casos, aumento da dívida consolidada líquida federal no montante de R\$ 76 bilhões até agora.

89. Fosse tais recursos entregues a título de empréstimo federal, com prazo e condições de amortização, seriam, nesta hipótese, recursos próprios dos entes subnacionais. Nas condições repassadas, são despesas típicas da União, que honrará o pagamento dos títulos emitidos, configurada a natureza federal do recurso transferido.

90. A iniciativa se insere no contexto do federalismo cooperativo esboçado na CF/88 de 1988, que, no caso em exame, exige do ente maior (União) estratégias de acompanhamento da arrecadação nacional, tomando medidas tempestivas e preventivas quanto à materialização de riscos fiscais que são inegáveis em decorrência da calamidade pública nacional de natureza sanitária, cujos meios para o enfrentamento transbordam a capacidade legislativa, material e fiscal dos governos locais.

91. Como se sabe, a Constituição de 1988, ao consagrar o regime tripartite de competências federativas entre a União e os entes subnacionais, estabeleceu um figurino para o Estado brasileiro assentado na ação cooperativa entre os entes. O art. 23 da Lei Maior não deixa dúvida de que as competências comuns são de índole cooperativa, com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e ao bem-estar em âmbito nacional, o que deve ser regulado por lei complementar. Os arts. 198, § 3º, inciso II, e 211, § 1º, da CF/88 também reforçam o caráter cooperativo das ações de saúde e educação. Esse caráter constitui importante vetor interpretativo que deve nortear as relações federativas, no que converge com o conceito e os objetivos fundamentais da República Federativa, formada pela união indissolúvel dos entes da Federação.

92. A definição da natureza jurídica e da classificação das transferências intergovernamentais - se voluntárias e obrigatórias, relativas ao pacto federativo ou cooperações financeiras - exige uma análise sistemática da Carta Política, de forma a extrair de seu conteúdo as balizas que permeiam cada tipo de transferência.

93. Apesar dos inegáveis esforços para definir o conceito de transferência voluntária, que pode ser realizada a título de cooperação, auxílio e assistência financeira, o tema ainda não encontra conceituação clara na legislação infraconstitucional, tampouco a doutrina oferece um referencial teórico que enfrente os aspectos mais desafiadores presentes na matéria. A discussão passa pelo pacto federativo e pelas cooperações financeiras que balizam o federalismo brasileiro.

94. A dimensão fiscal do pacto federativo não gera maiores digressões, sendo indiscutivelmente de natureza obrigatória as transferências da União aos entes subnacionais, que as recebem e classificam como receitas próprias assim definidas no § 4º do art. 167 da CF/88.

95. O desafio maior reside na identificação da natureza jurídica das transferências intergovernamentais inseridas no contexto das cooperações, cuja arquitetura comporta tanto a modelagem voluntária, quanto a obrigatória.

96. Enquanto a transferência voluntária apresenta como marca inequívoca a discricionariedade do Poder Executivo do ente transferidor em decidir realizar ou não a política pública em regime de colaboração com todos ou alguns entes da Federação, respeitados os limites fixados a título de condicionante de entrega do recurso previstos no art. 25 da LRF, no caso da transferência obrigatória o dever de repasse financeiro decorre de determinações constitucionais e/ou legais que geram, de fato, **obrigações incondicionais** para o ente transferidor, no caso a União.

97. Este talvez seja o ponto nodal das discussões envolvendo a natureza jurídica da transferência obrigatória e seus reflexos sobre a gestão fiscal, avaliação, fiscalização e controle, suscitando um exame cuidadoso sobre a dimensão material do pacto federativo, já que a mera previsão legal não pode ser suficiente para caracterizar a classificação obrigatória da transferência intergovernamental.

98. A matéria é indiscutivelmente complexa e, como dito, se insere em paisagem esparsa. Porém, ao longo das duas últimas décadas, esta Corte de Contas enfrentou a questão em mais de uma oportunidade, tendo o *leading case* sido firmado por ocasião da apreciação do Acórdão 1.631/2006-TCU-Plenário (rel. min. Augusto Sherman). Sobre a qualificação de obrigação incondicional, pressuposto essencial para configurar transferência obrigatória de fato, merece reprodução o seguinte trecho do Voto do relator mencionado:

‘10. O segundo dos argumentos aportados, de pronto, funda-se em premissa incorreta, ao atribuir, ao termo ‘competência’ constante do *caput* do art. 23 da Constituição Federal, o sentido de ‘**obrigação incondicional**’. O fato de a União ser corresponsável não lhe cria a obrigação de empreender ações em conjunto com os outros responsáveis de forma incondicional. Aliás, presente o fato de que, nos termos do *caput* do art. 18 da CF/1988, os entes integrantes da República Federativa do Brasil são **autônomos**, a conclusão necessária é de que sua atuação em conjunto pressupõe necessariamente **a cooperação**, a colaboração, a reciprocidade, sem que um tenha supremacia sobre o outro. Os pareceres em que se fundamentam as justificativas apresentadas findam por apresentar alegação que não se sustenta, ao argumentarem que não poderia a União obstar a transferência de recursos para implementar projetos culturais, sob pena de estar descumprindo obrigação constitucional. De pronto, cabe esclarecer que, no caso, não é isso que ocorre, já que a União, ao não efetuar os aportes de recursos com esteio nos dispositivos da LRF, o estará fazendo dentro dos limites de sua autonomia fixados na referida lei, que decorre diretamente de comando constitucional. Haveria descumprimento de obrigação por parte da União, aí sim, caso deixasse ela de observar as exigências da LRF.

11. Cabe anotar, quanto às **transferências voluntárias e obrigatórias**, que o texto constitucional, quando pretendeu referir-se a estas últimas, o fez de forma expressa, como, por exemplo, ao dispor sobre as receitas tributárias a serem entregues pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, no art. 159, bem como ao dispor sobre a aplicação de percentual

mínimo de receitas de impostos em ‘educação’, no art. 212. Para a ‘cultura’, não obstante sua relevância, a Constituição não criou, para a União, transferência de receitas obrigatórias ou realização de despesas obrigatórias.

12. Os aportes federais de recursos para projetos culturais, por meio do FNC, por sua vez são transferências voluntárias, conforme definido no art. 25, *caput*, da LRF, vez que são recursos transferidos a estados e municípios a título de cooperação. Note-se que a própria LRF define o que sejam transferências voluntárias antes de lhes impor limites e condições. O próprio texto constitucional contradiz a assertiva dos pareceres no sentido de que transferências de recursos do FNC para projetos culturais seriam transferências obrigatórias, e não transferências voluntárias, por estarem inseridas na competência comum das unidades da federação e não se realizarem a título de cooperação. É que o art. 23 da CF/88, trazido a lume pelo parecer, em seu parágrafo único, prescreve que caberá a lei complementar (no caso, a LRF é lei complementar) fixar normas de cooperação entre os entes federados para o exercício das competências comuns ali mencionadas. A menção à **cooperação** entre os entes é expressa. Evidente que não há como estender a tais competências o sentido de obrigação incondicional. Logo, não se vê contradição alguma entre a LRF e o art. 23 da Constituição Federal. Aliás, ocorre justamente o oposto, o dispositivo constitucional é sustentáculo do dispositivo legal complementar.’ (grifos no original)

99. Os mesmos fundamentos foram aproveitados em processo de fiscalização que analisou a natureza jurídica de algumas transferências realizadas no âmbito da educação, sendo o parecer do Ministério Público de Contas convergente com a manifestação da Semag, o que levou o Tribunal a ratificar seu entendimento histórico sobre o caráter voluntário das referidas transferências por ocasião da apreciação do Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes).

100. Rica discussão também foi desenvolvida no bojo da Representação que discutiu a natureza jurídica das transferências definidas como obrigatórias na MPV que instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Apesar de não ter sido conhecida a Representação por outros fatores, o Relatório apreciado no âmbito do Acórdão 1.955/2007-TCU-Plenário (rel. min. Benjamin Zymler) traz elementos considerados essenciais para subsidiar a discussão sobre a natureza jurídica da transferência obrigatória, preservada a competência de todos os órgãos federais de fiscalização e controle.

101. Discussão de igual relevância ocorreu por ocasião da apreciação de consulta do Poder Executivo acerca do repasse de recursos federais destinado ao pagamento de despesas com pessoal da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em razão de compromissos assumidos pela União de realização dos Jogos Olímpicos (Acórdão 1.634/2016-TCU-Plenário, rel. min. Raimundo Carreiro).

102. A decisão em questão, no sentido de considerar obrigatória a transferência de natureza federal, pautou-se em teoria segundo a qual, à luz de precedentes do STF, eventual omissão do Governo Federal na adoção das providências necessárias à garantia da segurança e da ordem pública, especialmente quando o membro da Federação não se mostra com capacidade financeira para mantê-las, caracterizaria o que a doutrina alemã construiu e o Tribunal Constitucional Federal Alemão encampou como sendo a proteção insuficiente dos direitos fundamentais. De forma a evitar que o conceito da transferência obrigatória configurasse válvula de escape das restrições constitucionais e legais, o relator fez constar em seu Voto a seguinte ressalva:

‘Não desconheço o entendimento desta Corte de Contas bem retratado no voto do Ministro Benjamin Zymler que fundamentou o Acórdão 2.368/2013 - Plenário, no seguinte sentido:

23. Cumpre destacar, porém, que, apesar de a **transferência obrigatória** ser caracterizada pela existência de ‘determinação constitucional ou legal’, isso não significa dizer que toda e qualquer transferência prevista em lei deve ser tida como obrigatória ou incondicional. Mesmo porque, se assim o fosse, inexisteriam transferências voluntárias, dado que a realização de qualquer despesa pública depende de previsão em lei.’

103. Outra discussão sobre a natureza da transferência intergovernamental ocorreu em sede de Consulta formulada pelo ex-Presidente da República sobre a destinação de transferências da União

para pagamento de pessoal do Estado de Roraima durante intervenção federal decretada nos termos do art. 34 da CF/88, definida a natureza federal da transferência obrigatória (Acórdão 2.986/2018-TCU-Plenário, rel. min. Marcos Bemquerer).

104. A Lei Complementar 141/2012 define que a parcela de recursos da União repassada aos entes subnacionais, de acordo com os critérios objetivos e de forma regular e automática (arts. 17 e 18), constitui obrigação incondicional, sendo a transferência obrigatória (art. 22), sem que essa classificação desnature a **natureza federal** do repasse, que se define pela **origem do recurso**, assim previsto nos arts. 27 e 39, § 5º do mesmo Diploma. Precedentes: Acórdão 5.367/2012-TCU-Segunda Câmara (rel. min Raimundo Carreiro); Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes).

105. A situação extraída dos normativos que instituíram os auxílios financeiros federais, de caráter transitório e com o fim específico de enfrentar a calamidade pública nacional e suas consequências sociais e econômicas, guarda verossimilhança com as **transferências obrigatórias** apreciadas pelo Tribunal no âmbito das decisões mencionadas neste tópico.

106. Convém, todavia, reiterar o alerta contido no Voto do ministro Benjamin Zymler que fundamentou o Acórdão 2.368/2013-TCU-Plenário, no sentido de que, apesar de a transferência obrigatória ser caracterizada pela existência de ‘determinação constitucional ou legal’, isso não significa dizer que toda e qualquer transferência prevista em lei deve ser tida como obrigatória ou incondicional.

107. Esse registro é oportuno em razão do árido ambiente fiscal que se agrava desde 2014, o que acaba por fomentar pressões de todo tipo para que a União preste socorro financeiro, com vistas a remediar a adoção de medidas corretivas impopulares de natureza fiscal previstas na CF/88 (art. 169, § 3º) e regulamentadas pela LRF (art. 23), constituindo fator crítico para o ajuste fiscal da União em tempo de normalidade sanitária. Cite-se a situação apreciada no âmbito do Acórdão 183/2018-TCU-Plenário (rel. min. Vital do Rêgo) envolvendo o Estado do Rio Grande do Norte, que buscou socorro da União para pagar despesas de pessoal da segurança pública.

108. Assim sendo, há que se ter cuidado para que a análise empreendida nestes autos, ancorada na situação emergencial e extraordinária reconhecida pela EC 106/2020, não se incorpore às práticas de gestão pós-pandemia, com o risco de desnaturar o conceito da transferência obrigatória como forma de pavimentar uma via de escapismo da limitação prevista no inciso X do art. 167 da CF/88, que proíbe a realização de transferências voluntárias federais e a concessão de empréstimo para pagamento de despesa de pessoal dos entes subnacionais.

### **3.4. Aspectos Fiscais dos Auxílios Financeiros para Enfrentamento da Covid-19**

#### **3.4.1. Impacto dos Auxílios Financeiros sobre a Receita Corrente Líquida**

109. Como dito, a STN defendeu que o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União aos entes subnacionais não é matéria da competência do referido órgão, mas sim ‘dos respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União’, notadamente no que se refere aos R\$ 50 bilhões, ainda que sua aplicação seja restrita ao Poder Executivo (Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME, peça 6).

110. Embora o órgão nada disponha acerca do impacto desses auxílios financeiros nos indicadores fiscais da União, verifica-se que no mês de abril o repasse do auxílio financeiro autorizado pela MPV 938/2020 no valor de **R\$ 16 bilhões** (Ação 00S3) foi considerado na metodologia de cálculo da RCL federal a título de dedução (abril/2020), sem informação, por ora, do impacto do auxílio financeiro de que trata a Lei Complementar 173/2020 no valor de **R\$ 60 bilhões** (Ação 00S7). Sabe-se que os respectivos auxílios financeiros foram empenhados pelos valores globais, tendo sido liquidados e pagos, até junho/2020, R\$ 9,86 bilhões na Ação 00S3 (62%) e R\$ 15,04 bilhões na Ação 00S7 (25%), segundo dados disponíveis no SiopGerencial/SOF (consulta em 8/7/2020).

111. Por meio de Nota Técnica Conjunta 1, de 5/6/2020 (peça 7), o Ministério Público do Estado de Goiás e o Ministério Público Federal em Goiás também se manifestaram acerca da atribuição dos respectivos órgãos na fiscalização de verbas públicas transferidas pela União aos entes



subnacionais no âmbito do SUS, especialmente em razão do enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19).

112. Em apartada síntese, defendem a competência federal para fiscalizar a parcela de R\$ 10 bilhões vinculada a ações de saúde e assistência social, e a competência dos órgãos locais para fiscalizarem a parcela de R\$ 50 bilhões, por entenderem caracterizarem-se tais repasses ‘como transferência de receita (repartição temporária de receita para compensar a queda na arrecadação), e que portanto deixam de pertencer à União’. Eis o conteúdo da Nota Técnica:

**‘2.2. Das transferências constitucionais efetivadas por meio do Fundo de Participação dos Estados - FPE - e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - previstas no artigo 1º, § 3º, da MP 938/2020 e artigo 5º, inciso II, e § 6º da Lei Complementar 173/2020.**

As transferências previstas no **artigo 1º, § 3º, da MP 938/2020** e no art. 5º, II, da Lei Complementar 173/2020, destinadas a mitigar os efeitos financeiros da pandemia da COVID-19, a serem efetivadas por meio do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (**artigo 1º, § 3º, da MP 938/2020** e § 6º, do art. 5º, da Lei Complementar 173/2020) caracterizam-se como transferência de receita (repartição temporária de receita para compensar a queda na arrecadação), e que portanto deixam de pertencer à União. São, inclusive, deduzidas de sua **Receita Corrente Líquida**, e passam a constituir receitas próprias extraordinárias das respectivas unidades da federação, que se incorporam ao patrimônio do ente federado beneficiário, razão pela qual aplicam-se as Súmulas 208 e 209, cabendo ao Ministério Público Estadual atuar, tanto no âmbito cível, quanto no criminal.’ (grifamos além do original)

113. Para justificar o caráter próprio da receita recebida pelos entes subnacionais, os autores defendem a dedução dos repasses realizados a título de auxílio financeiro da RCL federal. Além de desnaturar o conceito jurídico-contábil de receita corrente (bruta e líquida), decisão nesse sentido constituiria precedente perigoso, em especial no pós-pandemia, pois qualquer redução da RCL federal afeta diretamente os limites de despesa de pessoal de todos os Poderes e órgãos autônomos da União, conforme já foi demonstrado nos tópicos precedentes. Se for considerado que a matéria se insere no contexto de normas gerais de finanças públicas, não se pode ignorar o efeito multiplicador de decisão nesse sentido nas demais esferas.

114. De saída, deve-se observar que os auxílios financeiros tratados nestes autos constituem, como fundamentado nos tópicos precedentes, despesa própria da União, cujo repasse configura transferência obrigatória que decorre de obrigação incondicional e **determinação legal**, com objetivo específico de dar concretude aos propósitos da EC 106/2020, no sentido de conter os efeitos econômicos da calamidade pública nacional.

115. A classificação desses auxílios financeiros muito se assemelha às transferências *sui generis* do SUS previstas, antes da promulgação da EC 29, de 13/9/2000, no art. 25 da LRF, de 5/5/2000. À primeira vista, a redação do dispositivo da LRF até pode parecer límpida e de fácil leitura, mas quando o seu teor é analisado de forma sistemática, o dispositivo apresenta contornos complexos, difíceis de serem compreendidos a partir da leitura tão somente literal do comando, sem se ater aos fatores históricos.

116. O primeiro desafio que a interpretação lógico-sistemática da LRF impõe consiste no paralelismo natural que o intérprete faz entre as disposições do art. 2º, inciso IV, alínea ‘a’ e do art. 25 do Diploma, as quais definem a metodologia de cálculo da RCL e o conceito de transferência voluntária, adotada, em ambos os casos, a expressão ‘determinação constitucional ou legal’, nos seguintes termos:

<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>Transferência Obrigatória</b>
Art. 2º. <i>Omissis</i> . IV - <b>receita corrente líquida</b> : somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes,	Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por <b>transferência voluntária</b> a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não <b>decorra de determinação constitucional, legal</b> ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

<p><b>deduzidos:</b> a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios <b><u>por determinação constitucional ou legal</u></b>, (...)</p>	
--	--

Fonte: LRF.

117. Ao se debruçar sobre a metodologia de cálculo da RCL, o TCU firmou entendimentos e proferiu determinação à STN no sentido de afastar a dedução de transferências constitucionais e/ou legais que constituam despesas próprias da União. Eis os termos do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário (rel. min. Ubiratan Aguiar) que merecem destaque:

‘9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que adote providências para que:

9.2.1. relativamente às transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios que devam ser deduzidas para fins de apuração da RCL, **somente sejam admitidas:**

9.2.1.1. as **repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal**, com base na alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

9.2.1.2. **as transferências relativas à complementação do FUNDEF e à compensação pela desoneração do ICMS nas exportações, com base no §1º do art. 2º da LRF (Lei Complementar 87/1996);**

(...)

9.2.6. com base no que dispõe o §3º do art. 2º da LRF (duplicidade), sejam excluídas, para fins de apuração da receita corrente líquida, receitas relativas a quaisquer restituições, cujos valores foram contabilizados, em exercícios anteriores, no agregado receitas correntes;

9.2.7. **seja deduzido da Receita Corrente Líquida o valor das transferências realizadas em decorrência da Lei Complementar 87/1996, independente de a fonte utilizada para tal ser oriunda de emissão de títulos**, com vistas a dar cumprimento ao disposto no § 1º do art. 2º da LRF, quer referida transferência tenha ocorrido no âmbito da atividade ‘0426 - Transferência a Estados, DF e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores’ quer no âmbito da atividade ‘0047 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF’;’ (grifamos)

118. As deduções da RCL são objeto de controvérsias históricas não pacificadas nem mesmo no âmbito da Semag. Conforme consignado no relatório que fundamenta o Acórdão 352/2008-TCU-Plenário (rel. min. Benjamin Zymler), de acordo com análise reproduzida no **Adendo 1** desta Representação, as divergências foram contextualizadas nos Relatórios do TC 012.764/2004-1, referente ao monitoramento do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário (TC 014.646/2002-0), à época em curso.

119. Em apertada síntese, as digressões hermenêuticas na esfera federal decorreram de imprecisão quando da construção da norma do § 1º do art. 2º da LRF, segundo o qual devem ser computados os **‘valores pagos e recebidos’** em decorrência do Fundo de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (Fundef/Fundeb) e da compensação financeira do ICMS-Desoneração (‘Lei Kandir’) sem especificar a que esferas a medida se aplica, diferentemente de todos os demais dispositivos do mesmo artigo.

120. Ao apreciar tais divergências, o Tribunal, por meio do Acórdão 667/2008-TCU-Plenário (rel. min. Valmir Campelo), manteve os itens 9.2.1.1, 9.2.1.2, 9.2.6 e 9.2.7 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário. Na análise da metodologia de cálculo da RCL federal realizada no bojo do acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2018, apreciado pelo Acórdão 969/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes), a equipe de fiscalização fez apontamentos contundentes acerca do caráter indevido da dedução - para fins de cálculo da RCL federal - dos valores pertinentes às ações ‘00QR - Apoio Financeiro da União aos Entes Federativos que Recebem o FPM’ (R\$ 1,4 bilhão) e ‘0E25 - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos

Municípios para o Fomento das Exportações' (R\$ 1,9 bilhão).

121. No voto condutor do Acórdão 969/2019, a relatora, todavia, não acolheu a proposta da Semag de determinar à STN que se abstinhasse de computar tais ações no rol de deduções para fins de cálculo da RCL federal, por considerar que as decisões assentadas nos Acórdãos 476/2003-TCU-Plenário e 667/2008-TCU-Plenário, no sentido de **que 'a 'vontade' da lei é por considerar o montante da despesa da União para ajustar o valor da RCL, de forma que essa receita não seja aumentada (pela não dedução da transferência) a ponto de comprometer a observância aos princípios básicos de gestão fiscal responsável'**. Os dispositivos da decisão mais recente, porém, não abordaram a questão, razão pela qual não se demonstra conveniente suscitar incidente de uniformização de jurisprudência, embora seja possível vislumbrar divergência material entre o efeito prático das decisões.

122. Porém, a manutenção de dedução, na metodologia de cálculo da RCL federal, de despesas próprias da União, inclusive quando custeadas com recursos de operação de crédito e emissão de títulos públicos que não fazem parte da receita corrente bruta, está longe de alcançar a pacificação.

123. Em Representação formulada ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em defesa da autonomia do Ministério Público (peça 20 e Adendo 2 desta Representação), o subprocurador-geral da República, Oswaldo José Barbosa Silva, questionou a manutenção do entendimento assentado nos itens 9.2.1.2 e 9.2.7 do Acórdão 667/2008-Plenário (peça 20). A matéria foi apreciada, em 3/11/2008, no âmbito do **Processo CNMP 735/2008-07 (Pedido de Providências)**, ocasião em que foi expedida recomendação e instauração de procedimento de controle administrativo para cada unidade do Ministério Público, com vistas a evitar a subavaliação da RCL dos entes da Federação, inclusive da União, em razão do seu impacto direto no cumprimento do limite de pessoal (peça 21).

124. Sobre o argumento que tem permeado as decisões do TCU, no sentido de que o objetivo da dedução apenas de duas despesas próprias da União seria conter a expansão dos gastos federais - e apenas dos federais -, merece reprodução o seguinte trecho da Representação do MPF ao CNMP reproduzida em maior amplitude no **Adendo 2** desta Representação:

‘102. A Nota da STN 2.321/2007 corrobora esse entendimento preliminar (item 30). O documento registra que parece **‘estranho deduzir uma despesa da receita, principalmente tendo em conta que essa despesa pode estar sendo paga com recursos originários de operações de crédito, uma receita de capital que não integra a base de cálculo da receita corrente**. Mais lógico seria considerar que todas as deduções, para efeito de cálculo da RCL, devem inicialmente integrar a receita corrente bruta.’ Ressalta, todavia, que os entendimentos são controversos. Ainda de acordo com a Nota, a ‘Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e o TCU, até o momento, entenderam que caberia fazer essa dedução, mas a metodologia expressa nas Portarias STN 36/2004 e 256/2004 não considerou nas deduções, a título de Transferências Constitucionais e Legais, as despesas custeadas com recursos provenientes de operações de crédito realizadas para compensação pela desoneração do ICMS nas exportações e complementação do FUNDEF.’ (grifou-se).

(...)

108. Em primeiro lugar, impende esclarecer que os objetivos e premissas insculpidos na LC 101/2000 não visam restringir a base de cálculo a partir da qual são definidos os limites fiscais da União. Visa, sim, estabelecer normas gerais de finanças públicas que, por assim ser, devem nortear os entes das três esferas de governo, não apenas a União.

109. Em segundo plano, há que se comentar a dissonância entre a técnica de interpretação dispensada pela Corte de Contas e demais intérpretes ao analisar as disposições do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000 e § 1º do mesmo artigo, lógico-sistemática no primeiro caso e extremamente literal no segundo.

110. Conforme registrado no Relatório que fundamentou o Voto e Acórdão 352/2008-TCU-Plenário, pela literalidade da redação dada à alínea ao artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000, que prevê a dedução, na União, dos valores transferidos a Estados e Municípios

por determinação constitucional ou legal, também seria plausível, sob o prisma jurídico, deduzir da receita federal os valores referentes a transferências decorrentes da repartição de receita tributária, assim como quaisquer outras despesas obrigatórias impostas à União pela via legal ou constitucional, cuja implementação se faz por meio de repasse de recursos federais aos demais entes da Federação, tais como: a) a complementação ao Fundeb; b) as expressivas transferências do SUS previstas na Lei 8.142/1990 e inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição (legais e constitucionais, portanto); c) a compensação financeira do ICMS-Desoneração, que surgiu pela via legal em 1996 e ganhou status constitucional a partir da promulgação da EC 42/2003, a qual deu redação ao § 3º do art. 91 do ADCT.

111. Todavia, ao examinar a abrangência do conteúdo do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000, a Corte de Contas da União restringiu, por meio da interpretação lógico-sistemática, o alcance da expressão ‘valores transferidos por determinação constitucional ou legal’ à repartição típica da receita tributária da União com os demais entes, conforme entendimento consignado no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário. O resultado prático dessa interpretação foi o afastamento da dedução de montantes expressivos que poderiam ser abarcados pela literalidade da expressão ‘constitucional ou legal’, em especial os do SUS, não parecendo haver divergência entre os órgãos fazendários e o TCU.

(...)

120. Também se demonstra equivocado, além de incoerente com a interpretação dispensada pela Corte de Contas às disposições do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000, o entendimento de que o conceito da metodologia de cálculo da RCL tem por finalidade conter os gastos públicos. Ora, se essa fosse a via adequada para conter os gastos públicos federais, por que não se interpreta as disposições da alínea em foco a partir da exegese literal, de forma que seja deduzida da RCL da União toda e qualquer transferência federal aos demais entes, em especial as bilionárias transferências do SUS e as transferências voluntárias previstas em Lei, conforme previsto pelos Programas Nacionais de Merenda Escolar (PNAE) e Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)? Pergunta para qual não se vislumbra resposta razoável.

121. É bastante provável que se tal medida fosse materializada, alguns Poderes e órgãos autônomos federais, em especial dentre os 62 tribunais autônomos do Poder Judiciário da União e o MPDFT, ultrapassariam os respectivos limites de pessoal, questão que merece atenção e cuidado especiais.’

125. De fato, se o objetivo da metodologia de cálculo da RCL fosse o de deduzir toda despesa realizada por meio de descentralização de repasses, razoável seria deduzir os repasses regulares e automáticos no âmbito do SUS (R\$ 81,53 bilhões em 2019), somados aos repasses da complementação ao Fundeb (R\$ 17,5 bilhões). Neste ano, em razão da pandemia, o orçamento da saúde, originalmente fixado em R\$ 128 bilhões, foi atualizado para R\$ 157,9 bilhões (RREO de maio/2020, peça 23), dos quais cerca de 70% são repassados aos entes subnacionais.

126. Igualmente razoável seria deduzir da RCL estadual e municipal as transferências voluntárias, as transferências de *royalties*, de contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide-combustível), uma vez que, no plano da execução financeira, tais recursos e diversos outros não se prestam ao pagamento de despesa com pessoal. Essa, porém, não é a lógica empregada na metodologia de cálculo da RCL segundo a norma contida na LRF, sem razão para tratamentos diferenciados entre a União e os demais entes da Federação.

127. Considerando os efeitos decorrentes da alteração em parcial do **binômio** ‘RCL X limite de pessoal’, nada indicaria que, num juízo de ponderação, em que são considerados os comportamentos estatais também sob filtros como os da razoabilidade e da proporcionalidade, a União - e apenas na esfera federal - pudesse conter as despesas de pessoal dos Poderes independentes e órgãos autônomos por meio de subavaliação da sua RCL.

128. Ao discorrer em sua obra sobre a metodologia de cálculo da RCL (Capítulo 3), o ministro-substituto Weder de Oliveira deixa ressaltar que as transferências a título de compensação financeira



do ICMS-Desoneração constituem despesa obrigatória da União que não se confunde com repartição de receita, tampouco há previsão clara e expressa para a sua dedução na metodologia de cálculo da RCL federal:

‘Portanto, segundo o art. 91, a União transfere recursos aos estados a título provável<sup>51</sup> de compensação financeira (uma despesa obrigatória) e não de repartição de receitas. Os recursos assim recebidos pelos estados constituem receitas dos próprios estados (75%) e dos municípios (25%), nos exatos termos do §1º do art. 91 do ADCT, que reproduz novamente, ou seja, dos estados para os municípios trata-se de repartição de receitas (entrega de recursos por determinação constitucional - art. 2º, IV, b, da LRF):

(...)

Quanto à União, enfatizando, **o §1º do art. 2º da LRF não fez qualquer equiparação expressa dessa despesa obrigatória** (compensação financeira dos estados pela desoneração das exportações), até então determinada pela Lei Kandir, e, a partir de 2003, pela Constituição, **ao instituto da repartição de receitas. Ou mesmo determinou expressa e claramente que deveria ser deduzida da receita corrente da União.**’ [OLIVEIRA, Weder de. Curso de responsabilidade fiscal direito orçamento e finanças públicas, Volume I, Editora Fórum, 2011]

129. A compensação do ICMS-Desoneração, além de não constituir repartição de receita tributária federal, posto que o ICMS é **imposto de competência originária e exclusiva dos estados e do Distrito Federal**, o art. 31 da Lei Complementar 87/1996 prevê a emissão de títulos (receita de capital) como uma das fontes de receita possíveis para realização dessa despesa própria da União, que durante um tempo fez o papel de uma espécie de ‘contribuinte’ do ICMS desonerado nas exportações.

130. Igualmente valiosas são as lições do autor sobre o impacto das operações do Fundef/Fundeb na metodologia de cálculo da RCL dos entes subnacionais, distinguindo as peculiaridades do referido fundo contábil em cada esfera:

‘Os recursos recebidos do fundo (que não é uma entidade com personalidade jurídica própria) pelo **estado** e pelos **municípios** são contabilizados como receitas do ente receptor. E, sobre esse ponto, não há disputa.

Por outro lado, quanto aos recursos que os entes destinam ao fundo, poderiam ser interpretados como sendo uma despesa obrigatória determinada pela Constituição, ou como uma forma *sui generis* de repartição de receita, visto que a própria Constituição determina que certas parcelas de tributos e de repartições de receitas sejam destinadas ao fundo.

Nesse sentido, deve ser bem percebido que o que cada ente subnacional aporta ao fundo não é um montante pré-determinado, mas percentuais de receitas constitucionalmente definidos (percentuais e receitas).

Dessa forma, os recursos destinados pelos estados e municípios ao fundo são contabilizados como **deduções de receita**, e não como despesas. Portanto, quando o §1º do art. 2º da LRF menciona valores pagos e recebidos em decorrência do fundo previsto no art. 60 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais o faz referindo-se aos valores deduzidos da receita (‘pagos’) para formação do fundo estadual e aos valores recebidos do fundo (‘recebidos’). **O verbo ‘pagar’ não tem o sentido de realizar uma despesa.** Se assim fosse entendido, a contabilização dos recursos estaduais e municipais destinados ao fundo haveria de ser feita como despesa, que não é a interpretação que melhor se coaduna à forma como estados e municípios participam da constituição do fundo.

**No caso da União, não há repartição de receita, mas sim, um aporte de recursos realizado para complementar os fundos estaduais, quando necessário, e assim é contabilizado.**<sup>58º</sup> (grifamos)

131. Impende observar que, na União, não existe retenção de parcela dos impostos federais na fonte para formação do Fundeb, sem justificativa plausível para fazer ajuste da receita corrente. A geração de duplicidade na receita corrente bruta com as operações do Fundeb ocorre tão somente

nas esferas estadual e municipal em decorrência do esquema *sui generis* de cooperação instituído, pela via constitucional, entre cada estado e os respectivos municípios.

132. Isso porque, de um lado, as receitas de impostos e transferências constitucionais decorrentes de repartição de receitas de impostos devem ser contabilizadas pelos valores integrais (100%) por força da Lei 4.320/1964 (art. 6º), independentemente de haver a retenção na fonte de 20% desses recursos para composição do Fundeb estadual.

133. De outro, os mesmos recursos depositados na conta vinculada do Fundeb estadual (também conhecida como 'Fundão estadual') retornarão ao estado e respectivos municípios com outra classificação de receita (código de receita 1724.01.00 - Transferência recebida do Fundeb estadual), de acordo com o número de alunos apurado pelo censo escolar.

134. Essas operações com o fundo contábil estadual - de retenção de receita e sua redistribuição segundo o censo escolar - pode gerar resultado **nulo**, **positivo** ou **negativo** para estado e seus municípios, sendo que as duas últimas hipóteses acarretam ganho ou perda de receita de impostos e transferências constitucionais de outros entes da Federação.

135. Esta situação peculiar das esferas subnacionais não reflete, nem de longe, a sistemática da complementação federal ao Fundeb e a natureza dos auxílios financeiros federais para enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia, cujos montantes transbordam - e muito - os valores globais correspondentes aos percentuais fixados taxativa e constitucionalmente para repartição da receita tributária de impostos e contribuições efetivamente arrecadados pela União em 2020, matéria de índole eminentemente constitucional, conforme foi evidenciado nos tópicos precedentes.

136. Apenas para ilustrar o impacto fiscal dos precedentes vigentes, em 2004, a complementação da União ao Fundef foi de R\$ 485 milhões (0,18% da RCL federal), passando para R\$ 17,5 bilhões em 2019 (1,93% da RCL federal), o que representa um aumento real extraordinário de **1.528%** na dedução da RCL federal (descontada a inflação acumulada). Para este ano, o repasse federal com a referida complementação foi fixado no valor de R\$ 16,46 bilhões, o que corresponde a 10% da arrecadação de receitas próprias dos entes subnacionais que compõem o fundo contábil.

137. Também merece registro o volume expressivo de ações ajuizadas contra a União envolvendo a complementação do Fundef e do Fundeb. Segundo apuração realizada no âmbito do Levantamento de Auditoria Operacional sobre demandas judiciais (TC 032.462/2019-0, sem decisão de mérito, rel. min. Benjamin Zymler), atualmente tramitam dez ações judiciais no STF sobre complementação federal ao Fundef, no valor global de **R\$ 28 bilhões**. Também há registro acerca no total de **R\$ 33,32 bilhões**. Ainda de acordo com o relatório elaborado pela Semag, as ações judiciais relacionadas Fundeb somam de R\$ 129,76 milhões.

138. A compensação do ICMS-Desoneração (inclusive o respectivo auxílio financeiro), que em 2004 foi de R\$ 3,8 bilhões, teve execução da ordem de R\$ 1,75 bilhão no primeiro semestre deste ano, sem registro de dotação no ano passado. Há que se considerar o teor do acordo celebrado judicialmente em sede da Ação de Inconstitucionalidade por Omissão (ACO) 25, a qual prevê despesa para União da ordem de R\$ 65,6 bilhões, dos quais R\$ 58 bilhões deverão ser repassados até 2037, conforme disposto no Voto do relator da ação judicial que tramitou no STF, ministro Gilmar Mendes (peça 22).

139. A RCL federal atingiu R\$ 852 bilhões em maio/2020, com previsão atualizada para o exercício de R\$ 853,10 bilhões, conforme divulgado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) divulgado pela STN (peça 23), valor aquém do montante da RCL de 2019, que totalizou R\$ 905,66 bilhões.

140. Assim, considerar, na metodologia de cálculo da RCL de 2020, as despesas da União com a realização de auxílios financeiros, que já somam R\$ 76 bilhões, representaria uma **queda adicional de 8,91%** na RCL federal, sem que haja o correspondente ingresso na receita corrente bruta para justificar eventual dedução para se chegar à RCL.

141. Ao ponto que se chega, seja pelos esclarecimentos extraídos na obra do ministro-substituto

Weder de Oliveira, seja pelo registro expresso na Representação do MPF (Adendo 2), fato é que o texto do § 1º do art. 2º da LRF foi **mal redigido**, revelando deformação que confere contornos complexos à interpretação do dispositivo, que não se resolve por meio de interpretação literal, caminho que o autor da obra e o MPF não trilharam.

142. Em coro com os fundamentos da recomendação expedida pelo CNMP e com as lições do ministro-substituto Weder de Oliveira, tramita no Congresso Nacional proposta de alteração do § 1º do art. 2º LRF por meio do Projeto de Lei Complementar 229/2009, de autoria do senador Tasso Jereissati, para esclarecer o seguinte:

‘Art. 159. A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

(...)

IV – (...)

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios a **título de repartição da receita tributária** por determinação constitucional ou distribuição de receita corrente definida e repassada de acordo com cota ou percentual fixado em lei, assim como o produto da arrecadação das contribuições sociais vinculadas às finalidades previstas nos artigos 201 e 239 da Constituição Federal;

(...)

§ 1º Nos Estados e nos Municípios serão computados no cálculo da receita corrente líquida o total dos **valores recebidos** a título de compensação financeira de que trata o art. 91, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) ou da lei complementar que vier regulamentar a matéria, assim como do Fundo referido no caput art. 60 do ADCT, **deduzido, neste último caso, apenas o montante correspondente ao percentual incidente sobre a receita destinado à formação do respectivo Fundo.**” (grifamos)

143. Essa redação, que trata com fidelidade realidades completamente distintas presentes nos esquemas jurídicos do Fundef (atual Fundeb) e da compensação financeira do ICMS-Desoneração, insere-se no contexto de proposta legislativa apresentada com o propósito de **‘aprimorar as regras e tornar ainda mais austera a gestão fiscal no País’**, em que se busca, como registra o autor, fechar ‘a porta para interpretações e artifícios que vêm enfraquecendo ou suavizando a disciplina da LRF (como no caso dos limites para gastos com pessoal e para criação de gastos permanentes)’.

144. O texto proposto trata de forma expressa que a dedução plausível deve se restringir aos entes subnacionais e tão somente à parcela de receitas próprias de impostos e transferências constitucionais (20%) retida na fonte para formação do Fundeb (‘fundão estadual’). Tal operação, como dito, tem a finalidade específica de eliminar a duplicidade gerada pelo registro da receita corrente pela sua integralidade (100% de impostos e transferências constitucionais + transferência recebida do ‘fundão estadual’ de acordo com o censo escolar), tendo em vista a necessidade de registro das receitas no orçamento pelos seus valores totais, vedada expressamente qualquer dedução (art. 6º da Lei 4.320/1964).

145. Diante dos riscos apontados neste tópico, com as devidas *venias* de praxe, há necessidade de propor a esta Corte de Contas a revisão dos precedentes mencionados, a partir da análise jurídica e da recomendação proposta pelo MPF e acatada pelo CNMP, com o propósito de fixar entendimento no sentido de que:

i) relativamente às transferências da União para os entes subnacionais, somente devem ser deduzidas, para fins de apuração da RCL, aquelas realizadas a título de **repartição de receitas correntes que decorram** de disposição constitucional ou legal;

ii) a aplicação do § 1º do art. 2º da LRF deve se restringir aos entes subnacionais, uma vez que, na União, não há retenção de qualquer parcela de receita na fonte (primeira fase) para efetivar a complementação federal ao Fundeb, razão pela qual não se verifica a geração de receita fictícia

(duplicidade), como ocorre com os entes das esferas estadual e municipal, que retêm na fonte em favor do fundo de amplitude estadual 20% dos impostos e transferências que vinculados à educação (**‘valores pagos’**) e, posteriormente, recebem do Fundeb valor (maior, igual ou menor do que o montante retido na fonte) correspondente ao número de alunos apurado de acordo com o censo escolar (**‘valores recebidos’**), sendo os mesmos recursos que, em decorrência de complexa arquitetura jurídico-constitucional, acabam por gerar duplicidade na contabilização da receita corrente bruta, os quais se somam ao valor recebido do Fundo estadual com destinação vinculada, justificando a regra específica no parágrafo em questão para eliminar as duplicidades ocorridas na receita bruta, situação restrita às esferas estadual e municipal;

iii) o valor bruto recebido por estados e municípios deve ser incluído na receita corrente, sob a forma de **‘valores recebidos’**, enquanto a conta redutora correspondente à parcela de receita retida na fonte, por ocasião da arrecadação do ICMS, do recebimento das transferências constitucionais decorrentes da repartição da receita tributária e do ICMS-Desoneração, deve ser evidenciada nas exclusões da RCL, a título de **‘valores pagos’**. Os valores pagos representam uma retenção de receita na fonte (por exemplo, 15% do ICMS arrecadado pelo Estado e retidos na fonte, com vistas à formação do Fundeb) e, não, uma despesa, razão pela qual são classificados contabilmente como retificação de receita, (...), conforme disposto na **Nota 2.321/2006/CCONT-STN**, nos termos mencionados na Representação do MPF ao CNMP, com o ajuste para o percentual atual de formação do Fundeb correspondente a 20% da receita de impostos e transferências constitucionais decorrente de repartição de receita de impostos;

iv) o verbo **‘pagar’**, previsto no § 1º do art. 2º da LRF, não tem o sentido de realizar uma despesa, restrito seu significado à retenção na fonte de 20% das receitas dos impostos e transferências constitucionais para a formação do Fundeb, operação restrita aos entes subnacionais e que deve ser adotada apenas na metodologia de cálculo da RCL desses entes;

v) na União, a complementação federal ao Fundeb, que contempla apenas alguns estados onde o valor mínimo do gasto por aluno não for atingido com os recursos próprios, configura despesa própria com educação, considerada para fins de apuração do mínimo constitucional federal a que se refere o art. 212 da CF/88 verificado nas contas presidenciais, razão pela qual não deve figurar no rol de deduções da metodologia de cálculo da RCL federal.

146. A presente proposta de revisão jurisprudencial, porém, não consiste em flexibilização casuística da LRF. Trata-se de exercício interpretativo segundo o método lógico-sistemático, com a finalidade de conferir ao texto legal a normatividade jurídica que traz em sua essência, tendo como referência a Nota Técnica da STN (2006), a recomendação do CNMP (2008) e a doutrina desenvolvida pelo ministro-substituto Weder de Oliveira (2011).

147. Esse exercício passa pela noção de distinção entre texto e norma impregnada no § 1º do art. 2º da LRF, eis que o texto da norma é o sinal linguístico - não raras vezes marcado por imperfeições -, enquanto a norma é o que se revela ou designa. Sobre esse tema, merece visita o seguinte trecho do voto do ministro Eros Grau:

‘Permito-me, ademais, insistir em que ao interpretarmos/aplicarmos o direito - porque aí não há dois momentos distintos, mas uma só operação - ao praticarmos essa única operação, isto é, ao interpretarmos/aplicarmos o direito não nos exercitamos no mundo das abstrações, porém trabalhamos com a materialidade mais substancial da realidade. Decidimos não sobre teses, teorias ou doutrinas, mas situações do mundo da vida. Não estamos aqui para prestar contas a Montesquieu ou a Kelsen, porém para vivificarmos o ordenamento, todo ele. Por isso o tomamos na sua totalidade. Não somos meros leitores de seus textos - para o que nos bastaria a alfabetização - mas magistrados que produzem normas, tecendo e recompondo o próprio ordenamento.’ [STF, Reclamação 3.034-2/PB AgR, min. rel. Sepúlveda Pertence, voto do min. Eros Grau]

148. Um dos reflexos das **deduções atípicas** apontadas neste tópico - que subtraem da receita corrente bruta despesa custeada com operação de crédito - é a redução substancial do montante-limite de despesa de pessoal dos Poderes e órgãos autônomos, com elevado risco de descumprimento por parte dos tribunais autônomos do Poder Judiciário da União e do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), cada qual com autonomia administrativo-financeira e percentual próprio de despesa total com pessoal (art. 20, § 2º, III, 'a', LRF). Ressalte-se que o cumprimento dos limites de despesas com pessoal pelos tribunais autônomos do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União (MPU) constitui desafio real que vem sendo tratado no acompanhamento realizado por meio do TC 036.541/2018-4 (rel. min. Raimundo Carreiro), cujo procedimento de fiscalização foi instaurado em cumprimento à determinação do item 9.5 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário (rel. min. José Múcio Monteiro).

149. Em face dos argumentos apresentados e do cenário posto, resta claro que as despesas da União com os auxílios financeiros, financiados com títulos públicos e utilização da remuneração de disponibilidades do Tesouro Nacional, não constituem repartição de receita tributária federal, razão pela qual não há fundamento jurídica e contabilmente plausível que justifique a sua dedução para fins de cálculo da RCL federal.

150. Quanto às deduções de despesas próprias da União com a complementação ao Fundeb (R\$ 16,46 bilhões) e a compensação financeira do ICMS-Desoneração (R\$ 58 bilhões até 2037), por se tratar de matéria que exige a revisão da jurisprudência desta Corte de Contas assentada nos Acórdãos 667/2008 e 969/2019, ambos do Plenário, entende-se oportuno que a questão de mérito seja abordada no contexto de procedimento específico em que sejam ouvidos os Poderes e órgãos diretamente afetados em sua autonomia com a subavaliação da RCL federal.

#### 3.4.2. Panorama Fiscal e Desafios para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19

151. Outro aspecto que merece registro diz respeito ao cenário fiscal em que os auxílios financeiros são realizados. Para tanto, buscou-se cotejar os auxílios com os indicadores extraídos do relatório de acompanhamento realizado com o propósito de analisar os reflexos das mudanças nas regras orçamentárias e fiscais sobre a gestão dos recursos públicos em razão da calamidade pública nacional, apreciado pelo Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário (rel. min. Bruno Dantas), cujos números projetam um diagnóstico desafiador.

152. Segundo o relatório, entre os valores que se previa arrecadar antes da pandemia e os que foram efetivamente realizados, foi observada variação negativa de R\$ 57 bilhões. Essa redução se concentrou, significativamente, nas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que variaram **-22,7%** entre o previsto e o realizado para o 2º bimestre (previstos R\$ 237 bilhões em arrecadação, realizados R\$ 183 bilhões), conforme dados da tabela 6 do referido relatório.

153. A previsão de arrecadação federal no exercício de 2020 foi de **queda de 8,19%** das receitas primárias administradas pela RFB, cuja projeção anual reduziu de R\$ 1,434 trilhão no 1º bimestre para cerca de R\$ 1,317 trilhão no 2º bimestre. As receitas primárias não administradas pela RFB também apresentaram previsão de queda, reduzindo de R\$ 177,25 bilhões para R\$ 160,68 bilhões no mesmo período. Ao todo, a previsão de queda na arrecadação de receitas primárias federais somou R\$ 133,95 bilhões (tabela 7 do relatório em questão).

154. Consoante o relatório, à medida que as projeções de receitas e despesas são afetadas pela pandemia, as mudanças no resultado primário acabam alterando também as projeções para a dívida pública. Os impactos sobre a dívida ainda levam em consideração o cenário macroeconômico, com destaque para a variação do Produto Interno Bruto (PIB).

155. De acordo com as estimativas do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, os gastos com as medidas de enfrentamento da calamidade pública nacional, sem considerar as ações adicionais que possam surgir, e a frustração de receitas em virtude dos impactos da pandemia na atividade econômica elevarão o *deficit* primário para R\$ 540,5 bilhões, contra meta inicial fixada pela LDO-2020 de R\$ 124,1 bilhões. O relatório observou que 87,58% desse *deficit* primário (R\$ 473,4 bilhões) se concentrariam nos meses de abril a junho de 2020, sem considerar o auxílio financeiro de R\$ 60 bilhões aprovado posteriormente pela Lei Complementar 173/2020, no que elevou a previsão de *deficit* primário para **R\$ 600,5 bilhões**. A expectativa foi de que esse aumento de 384% do *deficit* primário acarretará substancial elevação da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e da Dívida Pública Federal (DPF).

156. Em um dos cenários traçados pelo Tesouro Nacional, a necessidade de financiamento de



despesas primárias por meio da emissão de títulos públicos poderá chegar a **R\$ 763,5 bilhões**, montante que corresponde a 89% da RCL federal projetada para o exercício de 2020 (R\$ 853,1 bilhões). A emissão de títulos públicos e a utilização da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, para financiar as despesas primárias com os auxílios financeiros tratados nestes autos, afetam diretamente as dívidas bruta e líquida respectivamente.

157. Ainda segundo o relatório mencionado, à medida que os efeitos da pandemia se materializaram em uma expectativa de forte contração da economia em 2020 (-4,7%) e na implementação de medidas fiscais para enfrentá-los (*deficit* de R\$ 540,5 bilhões para o Governo Central), as projeções mais recentes apontaram para o aumento da DBGG, que poderá saltar, em relação ao PIB, de 75,8% (2019) para 93,5% (2020) e 96,7% (2023), conforme cenário ‘macro e fiscal pós-COVID + medidas adicionais’ apresentado pelos órgãos da área econômica (gráfico 6 do relatório condutor do Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário).

158. Em publicação recente (2/7/2020), o Ministério da Economia apresentou números ainda mais desafiadores, com previsão de *deficit* primário para o setor público de quase R\$ 829 bilhões:

‘Ao considerar a hipótese de retração da economia do país em 6,5% este ano (conforme apontado no relatório Focus, do Banco Central do dia 19/6), em decorrência da desaceleração provocada pelo novo coronavírus, o impacto primário das medidas federais apresentadas até agora alcança 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso coloca o Brasil acima da média dos países avançados, que é de 5,8% do PIB e em posição ainda maior da média de 4,1% dos países em desenvolvimento. Já o total do déficit primário estimado para todo o setor público que inclui não apenas as ações de enfrentamento a covid-19, mas também as despesas ordinárias e a queda da receita derivada dos impactos da retração econômica, além do déficit esperado para estatais e entes subnacionais, resulta em **R\$ 828,6 bilhões**, ou **12% do PIB**.’ (<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/medidas-fiscais-no-combate-aos-efeitos-da-covid-19-alcancam-r-521-3-bilhoes>) - grifamos

159. Os números atestam o difícil cenário fiscal que toda sociedade brasileira enfrentará nos próximos anos. Mais do que nunca, torna-se necessário a União envidar esforços no sentido criar as condições operacionais para os órgãos e entidades federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, no art. 16, incisos II e III, da LDO-2020, e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar 141/2012. Recomendação neste sentido foi recentemente expedida pelo MPF, em conjunto com o Ministério Público de Contas junto ao TCU, à STN e à Secretaria de Gestão que integra a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (peça 12).

160. Ao apreciar o parecer prévio das contas presidenciais de 2018, ano marcado pela inauguração de duas intervenções federais - parcial e plena no Poder Executivo dos Estados do Rio de Janeiro e Roraima, respectivamente -, o Tribunal identificou indício de desvio nas destinações de recursos federais para suplementar dotações de outros Poderes e do Ministério Público de Contas, conforme consignado no Acórdão 1.331/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes).

161. Foram identificadas suplementações para a Assembleia Legislativa (R\$ 12 milhões), para o Tribunal de Justiça (R\$ 4,5 milhões), para o Ministério Público de Contas (R\$ 831,8 mil) e para a Procuradoria-Geral do Estado (R\$ 5,9 milhões). A soma da alocação de recursos federais nesses órgãos alcançou R\$ 23,23 milhões, montante superior ao valor alocado no conjunto de órgãos de segurança pública (R\$ 16,4 milhões), área que ensejou a intervenção federal em Roraima, cujos indícios de irregularidade são objeto de apuração em procedimento específico (TC 022.687/2020-3, rel. min. Vital do Rêgo), instaurado por determinação da relatora das contas presidenciais de 2018, ministra Ana Arraes.

162. O episódio evidencia a existência de risco de desvio na alocação dos recursos federais repassados a título de auxílio financeiro durante a calamidade pública nacional de origem sanitária, revelando a oportunidade dos questionamentos feitos pelo Tribunal no bojo do acompanhamento apreciado recentemente (Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário).

163. O árido cenário fiscal exigirá que a União priorize o aperfeiçoamento de normas e dos mecanismos de monitoramento necessários ao controle efetivo dos custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento federal. Não se vislumbra outro caminho viável para enfrentar os desafios decorrentes de demandas crescentes por serviços públicos em meio às restrições econômicas que os indicadores fiscais sinalizam.

### **3.5. Da Fiscalização e Controle dos Auxílios Financeiros Federais para Enfrentar a Covid-19**

164. A definição das esferas competentes de responsabilização em matéria civil, penal e controle externo encontra na Carta Política sua principal fonte, com destaque para as definições dos arts. 70, 71, 109 e 129, que definem as competências do Congresso Nacional, do TCU, da Justiça Federal e do MPF.

165. Consoante o art. 70 da CF/88, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. Nota-se, claramente, que a origem do recurso da União é o traço que define a competência do Congresso Nacional para o exercício da função de controle externo.

166. A origem do recurso é o principal traço marcante na definição das competências do TCU (art. 71, II, VI e VIII), assim como se faz presente na definição conceitual da competência da Justiça Federal (art. 109). Precedentes: RHC 98.564 (rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, julgado em 15/9/2009) e RE 196.982 (rel. min. Neri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 20/2/1997).

167. A origem do recurso também é o elemento diferencial que resolve os conflitos de competência entre as justiças Comum e a Federal, que se traduz pela redação dada ao art. 27 da Lei Complementar 141/2012, que dispõe sobre transferências obrigatórias vinculadas à saúde decorrentes de obrigações incondicionais impostas à União pelas vias constitucional e legal.

168. Porém, esse que é o principal elemento para definição das esferas de responsabilização competentes não foi considerado nas manifestações dos órgãos e entidades mencionados. Além de a STN e os Ministérios Públicos em Goiás (MPF-GO e MPMGO) defenderem a competência local para fiscalizar a aplicação dos repasses dos auxílios financeiros de natureza federal (peças 6 e 7), o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), entidade associativa de âmbito nacional e sem fins lucrativos, também publicou Nota Técnica 11, de 27/5/2020 (peça 8), discorrendo sobre a competência para fiscalizar os recursos repassados pela União a título de auxílio financeiro, da qual sobressaem os seguintes trechos:

#### **‘2.1. Natureza dos recursos transferidos pela União aos Estados e Municípios, para prevenção e combate à COVID-19**

*Ab initio*, no modelo federativo pátrio, a União realiza transferências financeiras aos Estados e Municípios por três vertentes<sup>3</sup>: a) transferências constitucionais (repartição de receitas, ex.: FPM e FPE); b) transferências legais (com a subdivisão de automáticas e fundo a fundo); c) transferências voluntárias (feitas, comumente, por meio de convênios).

Os recursos transferidos pela União para prevenção e combate à pandemia enquadram-se, até o presente momento, nas **constitucionais e legais (fundo a fundo)**, que, segundo Prado, Quadros e Cavalcanti<sup>4</sup> ‘são aquelas nas quais os critérios que definem a **origem dos recursos** e os montantes a serem distribuídos para cada governo estão especificados na lei ou na Constituição’.

#### **‘2.1.2. Transferências constitucionais da União a Estados e Municípios, para combate aos efeitos econômicos e sociais da COVID-19**

Sob a rubrica transferências constitucionais da União, foi editada a Medida Provisória 938, de 02 de abril de 2020, ‘que trata sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 06/2020, e

da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.’

Ademais, o Presidente da República sancionou, em 27 de maio de 2020, a Lei Complementar 173, estabelecendo o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2, instituindo ‘socorro emergencial’ da União aos Estados e Municípios, decorrente da **queda de arrecadação** dos Entes causada pela pandemia. Referido diploma legal disciplina que os recursos emergenciais transferidos aos Estados e Municípios serão depositados nas contas regulares dos respectivos Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios (art. 5º, §6º).

Evidencia-se, assim, que os recursos emergenciais são - e serão - transferidos aos Estados e Municípios sob a **égide de transferência constitucional** (*ex vi* art. 159, I, ‘b’ e ‘d’ da Carta Magna).

Estes, por sua vez, uma vez transferidos a Estados e Municípios, são incorporados aos respectivos Entes, **perdendo a natureza originária federal** e, por consequência, o interesse União em sua fiscalização.’ (grifamos)

169. Sobre a abordagem presente no item 2.1 da Nota do CNPG, há que se fazer dois esclarecimentos sobre a jurisprudência do TCU: primeiro, nem toda transferência intergovernamental prevista em lei gera para União obrigação incondicional (parágrafos 35-62; 63-107); segundo, as hipóteses previstas no inciso VI do art. 71 da CF/88 não são exaustivas, tampouco definem a natureza jurídica da transferência.

170. Dessa forma, há hipótese de transferência voluntária cuja modelagem operacional se vale da modalidade fundo a fundo para realizar os repasses, a exemplo das transferências referentes aos programas de alimentação, transporte e outros da educação (Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário, rel. min. Ana Arraes), assim como existem, no âmbito da saúde, transferências obrigatórias realizadas pelo mesmo instrumento adotado tanto para implementação descentralizada da política pública mediante cooperação (Decisão 506/1997-TCU-Plenário, rel. min. Iram Saraiva) ou transferências voluntárias para as quais podem ser adotados quaisquer instrumentos mencionados no dispositivo constitucional em referência.

171. Ademais, convém reiterar que os auxílios financeiros federais não foram repassados sob a égide de transferência constitucional a título de repartição de receita tributária, como se fosse uma extensão infraconstitucional da repartição prevista no art. 159 da CF/88 (tópico 3.2). Tampouco tais recursos perderam a natureza federal, tendo em vista o esquema jurídico-constitucional detalhado nos tópicos precedentes (parágrafos 35-62; 63-107).

172. Digressões desse tipo não são incomuns na área de saúde desde a edição da Lei Complementar 141/2012. O Ministério da Saúde, assim como o faz o Ministério da Economia, igualmente militou pelo afastamento da natureza federal dos recursos federais repassados no âmbito do SUS de forma regular e automática em razão na natureza obrigatória da transferência.

173. A matéria foi apreciada em sede de recurso interposto pelo Ministério da Saúde em face do Acórdão 4.926/2008-TCU-Segunda Câmara (rel. min. André de Carvalho), em que se buscou afastar a competência do TCU e demais órgãos federais para fiscalizar a aplicação dos recursos de origem e natureza federais, sendo negado provimento (Acórdão 5.367/2012-TCU-Segunda Câmara, rel. min. Raimundo Carreiro). A discussão foi travada no TC 041.865/2012-0 (rel. min. Walton Alencar Rodrigues, sem análise do mérito), instaurado para avaliar os impactos econômico-fiscais e outros desdobramentos caso fosse acolhida a tese patrocinada pelo Ministério da Saúde. No curso da fiscalização que sobreveio à decisão, foram ouvidos diversos órgãos jurídicos, de controle interno e da área econômica do Poder Executivo federal, além da PGR e do Ministério Público de Contas junto ao TCU.

174. A PGFN se manifestou no sentido de não identificar substrato jurídico algum que autorize a conclusão de que recursos destinados à saúde mediante repasses da União a estados e municípios constituam receitas pertencentes aos entes subnacionais, e não despesas próprias da União (Parecer-PGFN/CAF/527/2013 encaminhado pelo Ofício 654/2013, peça 31 destes autos). Tal constatação, reforça a PGFN, que já se revelaria na leitura do texto constitucional, parece avalizada



pela jurisprudência do STF e por doutrina ilustre. Ainda segundo o órgão jurídico, essa distinção se inspira na **eficiência administrativa** e no **federalismo cooperativo**, ambos princípios contemplados na Carta Política, sendo oportuno destacar a seguinte passagem (p. 10):

‘Se por um lado é imperioso assegurar autonomia financeira aos entes federativos para o desempenho das funções próprias de cada qual - daí a repartição de receitas arrecadadas pela União -, por outro lado é igualmente indispensável que todos os entes federativos se consorciem ou se solidarizem no enfrentamento de questão comum e cuja magnitude é nacional, a exemplo da saúde - daí a obrigação atribuída constitucionalmente a cada ente, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para que dediquem à saúde recursos mínimos da titularidade de cada qual, muito embora a utilização mais exitosa desse cabedal financeiro demande execução descentralizada, indireta ou mediata.’

175. Em coro com a PGFN, o Subprocurador-geral da República, Oswaldo José Barbosa Silva, encaminhou Ofício 30/PGR/OS, de 2/4/2013, por meio do qual, em nome dos destinatários da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/PGR) e da 5ª Câmara de Combate à Corrupção (5ª CCR/PGR), manifestou inteira concordância com o teor do Relatório da Semag proferido no TC 041.865/2012-0, que concluíra pela natureza federal dos recursos da União repassados no âmbito do SUS, independentemente do instrumento jurídico adotado para realizar o repasse. Na oportunidade, o representante da PGR encaminhou a esta Corte de Contas Relatório aprovado pela 5ª CCR/PGR, no qual explicita o interesse federal e, portanto, a atribuição do MPF em intervir em favor da correta aplicação das verbas federais em ações e serviços públicos de saúde (peça 32 destes autos). Na página do órgão, foi divulgada a seguinte declaração:

‘O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza importante auditoria objeto do TC 041.865/2012-0, da relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, com vistas a esclarecer a natureza jurídica das transferências federais previstas na Lei Complementar 141, de 2012, seus aspectos fiscais e de controle.

(...)

Ao se debruçar sobre os argumentos preliminares reunidos no relatório de auditoria, a PFDC acredita que o resultado desse trabalho poderá lançar luzes sobre a controvertida questão da competência federal ou estadual na fiscalização e controle da aplicação de verbas para ações e serviços públicos de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a partir dos conceitos e normas previstos na Lei Complementar 141, de 2012, editada para regulamentar o artigo 198 da Constituição.

**Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, os argumentos reunidos no relatório preliminar mencionado vêm ao encontro do estudo relatado pelo procurador da República Edilson Lima, no âmbito da Relatoria para o tema Aplicação de Verbas Federais em Saúde, da 5ª CCR/MPF para subsidiar a sua manifestação sobre o Ministério Público competente para fiscalizar a aplicação de recursos federais transferidos pela União a Estados e Municípios previstos na referida Lei Complementar.** A Procuradoria-Geral da República acompanhará a apreciação da matéria pelo Plenário do TCU e tão logo seja proferida a decisão final dará ciência aos membros do MPF. (<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2013/fevereiro/aplicacao-de-verbas-federais-em-saude-tcu-submete-relatorio-preliminar-a-pfdc-e-a-5a-ccr/>)

176. Em sintonia com os entendimentos precedentes, vieram aos autos de origem as manifestações da Secretaria de Orçamento Federal - SOF (Notas Técnicas-SEAFI/SOF 68 e 75/2013, peças 27 e 28 destes autos), da Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo federal (Nota Técnica 510/2013/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, peça 29 destes autos), da Consultoria-Geral da União (manifestação de 25/03/2013, peça 30 destes autos), do Ministério Público de Contas junto ao TCU, conforme parecer exarado pelo então procurador-geral de Contas, Paulo Soares Bugarin (peça 34 destes autos), e da STN (Ofício 59/2013/COGER/GABIN/STN/MF-DF, peça 35 destes autos), cujas cópias foram extraídas do TC 041.865/2012-0.

177. Também merece registro, para subsidiar o presente exame, o estudo da relatoria do procurador

da República Edilson Vitorelli, no âmbito da 5ª CCR/PGR, acerca da atribuição do MPF em matéria de saúde (peça 14), concluindo no seguinte sentido:

‘Em síntese, entende-se que são de atribuição do Ministério Público Federal todas as ações penais e de improbidade administrativa relativas ao SUS, a não ser que haja **prova cabal de lesão exclusiva a recursos estaduais ou municipais**. Além disso, na esfera cível, são de atribuição do MPF as ações que intentem sanar deficiências sistêmicas, que afetem indistintamente a coletividade usuária. São de atribuição dos Ministérios Públicos estaduais as ações penais e de improbidade relativas a cobranças indevidas contra usuários do SUS e desvios de recursos exclusivamente estaduais ou municipais. Civilmente, são estaduais as ações civis públicas para sanar falhas que não constituam deficiências do sistema como um todo.’ (grifamos)

178. Como se nota, tanto a jurisprudência desta Corte de Contas, quanto o entendimento majoritário no âmbito da PGR e de diversos órgãos do Poder Executivo são no sentido de que os repasses regulares e automáticos do SUS, realizados via fundo de saúde, não desnatura sua essência, que permanece federal em razão da origem do recurso, independentemente de configurar transferência obrigatória decorrente de obrigação incondicional imposta à União.

179. Frise-se que, pela redação do inciso VI do art. 71 da CF/88, está inserida na competência do TCU não apenas a fiscalização das transferências voluntárias realizadas por algum dos instrumentos jurídicos elencados no dispositivo a título exemplificativo e não exaustivo, mas também as transferências obrigatórias que não configurem repartição de receita tributária. São exemplos de recursos de natureza federal as despesas realizadas de forma descentralizada por meio de transferências obrigatórias do SUS, da complementação federal ao Fundeb e aquelas realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) instituído pela MPV 387/2007, convertida na Lei 11.578/2007 (art. 7º).

180. Na essência, a natureza dos recursos federais repassados a título de auxílio financeiro durante a calamidade pública nacional não difere da natureza federal das transferências obrigatórias realizadas no âmbito do SUS, uma vez que aqueles não constituem repartição de receita tributária. Além disso, os auxílios financeiros estão sujeitos a vinculações específicas definidas pela União (saúde ou assistência social) e restrições quanto à sua aplicação pelo Poder Executivo local, características que não se amoldam à noção de receita própria.

181. Sobre a competência do TCU e demais órgãos federais para fiscalizar a aplicação das transferências obrigatórias no âmbito do SUS, a matéria foi tratada de forma explícita na Lei Complementar 141/2012, tendo o *leading case* sido tratado pelo ministro Gilmar Mendes ao apreciar o Mandado de Segurança (MS) 33.079-DF:

**‘II - Da competência do TCU para o controle dos valores repassados aos Municípios, com fundamento no art. 198, § 3º, II, da Constituição Federal**

Não prospera a alegação de incompetência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar verbas vinculadas à Saúde e repassadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos dos respectivos entes federados, com fundamento do art. 198, § 3º, II, da Constituição Federal.

Isso porque, embora tais verbas não sejam repassadas ‘mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres’ (art. 71, VI, CF/88), elas também **não integram as receitas orçamentárias dos referidos entes federativos**, tais como as decorrentes de repartição constitucional de receitas tributárias, previstas expressamente nos arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal.’ (grifamos)

182. Ou seja, nesta passagem, além de reconhecer a competência da União para fiscalizar a aplicação dos recursos de natureza federal que constituem despesas próprias, o relator afastou a ideia equivocada de que os repasses federais vinculados ao SUS constituiriam receitas próprias dos entes subnacionais, tais como o são as transferências por repartição de receita tributária.

183. Na decisão, o STF deixa claro que os recursos federais repassados no âmbito do SUS devem

ser movimentados por meio de fundo de saúde:

‘Com o advento da Lei Complementar 141/2012, manteve-se o sistema de repasses denominado ‘Fundo a Fundo’, bem como a possibilidade de fiscalização da aplicação dos recursos repassados pela União, conforme se verifica dos seguintes dispositivos que regem a matéria:

(...)

Assim, tratando-se de recursos da União vinculados à saúde e repassados aos Estados por critérios de rateio - ainda que ausente convênio, acordo ou ajuste -, a **movimentação de recursos deve ocorrer por meio dos Fundos de Saúde** instituídos por cada ente federado para essa finalidade.’ (grifamos)

184. Também merece reprodução o trecho da decisão reconhece a competência da União para exercer o controle da aplicação de recursos de natureza federal, ainda que se trate de transferência obrigatória, sendo relevante observar a origem do recurso para definir a sua natureza e, consequentemente, identificar os órgãos competentes para fiscalizar, julgar contas, processar e julgar nas esferas civil e criminal:

‘No que se refere ao **controle da aplicação** dos valores destinados a tais fundos, o art. 18 da LC 141/2012 estabelece competir ao órgão de controle externo competente, de **acordo com a origem do recurso**, a adoção de providências cabíveis ao ressarcimento dos recursos ao Fundo de Saúde do ente federativo beneficiário, por provocação dos órgãos de controle interno do ente beneficiário, do ente transferidor ou do próprio Ministério da Saúde.

Sublinhe-se, ademais, que a competência do Tribunal de Contas da União, prevista no art. 71 da Constituição, não se restringe à fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres (inciso VI), mas a julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (inciso II), aplicando aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções descritas em lei (VIII). Nesse sentido:

(...)

Assim, conforme disposto na Constituição Federal e na LC 141/2012, compete ao Tribunal de Contas da União a instauração de tomada de contas especial a fim de averiguar eventuais danos ao erário decorrentes de aplicação irregular dos recursos repassados pela União, por meio do Fundo Nacional de Saúde, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Fundo de Saúde respectivo (repasso ‘Fundo a Fundo’), para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

Todavia, nos termos do art. 27, I, da LC 141/12, a medida cabível a cargo do TCU é determinar a imediata devolução dos referidos recursos ao Fundo de Saúde do ente da Federação beneficiário, ‘devidamente atualizados por índice oficial adotado pelo ente transferidor, visando ao cumprimento do objetivo do repasse’.’ (grifamos)

185. Nesse cenário, que robustece a convicção, são inequívocos o interesse e a competência da União para fiscalizar a regularidade de sua aplicação, sob pena de frustrar as escolhas feitas pelo Congresso Nacional. Cite-se, para exemplificar a necessidade de controle federal, o indício de irregularidade, por desvio de finalidade na aplicação de recursos de origem federal, constatado durante a intervenção federal no Estado de Roraima (parágrafos 159-161).

186. Não se desconhece o teor da Nota Técnica conjunta do MPF-GO e MPGO (peça 7) com reconhecimento da atribuição **concorrente** do Ministério Público estadual para as providências que objetivem o ressarcimento do dano causado ao fundo vinculado a esfera federativa cujos interesses compete-lhe a defesa, para a sua recomposição, mesmo que parcela dos recursos desviados ou mal aplicados tenham **origem federal**.

187. O arranjo defendido é complexo e vai além do entendimento assentado no Mandado de

Segurança 33.079-DF, que reconhece a competência do controle interno local e do Ministério da Saúde para provocarem o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes de acordo com a origem do recurso. Não se extrai, do texto do art. 27 da Lei Complementar 141/2012, competência concorrente para processar e julgar, eis que o legislador tratou de definir a competência de responsabilização de acordo com a origem do recurso.

188. No que diz respeito à esfera de controle externo, não há competência concorrente entre os Tribunais de Contas, mas sim limite para aplicação de sanção proporcional ao dano causado ao erário (art. 71, inciso VIII, CF/88).

189. Em razão do disposto no art. 109, inciso I, da Carta Política, que estabelece a competência da Justiça Federal quando há interesse da União, os responsáveis pela aplicação de recursos federais, sujeitos à fiscalização do TCU e demais órgãos federais de controle, devem observar o teor da **Súmula-TCU 222**, segundo a qual as decisões do TCU ‘relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios’. Precedentes: Acórdão 2.368/2013-TCU-Plenário (rel. min. Benjamin Zymler) e Acórdão 3.269/2012-TCU-Plenário (rel. min. Raimundo Carreiro).

190. Esse é um alerta importante por duas razões: primeiro, porque há divergências materialmente consideráveis entre as decisões do TCU e dos 32 Tribunais de Contas dos entes subnacionais sobre aplicação das normas gerais de licitações e contratos; segundo, a observância da Súmula em questão confere maior segurança jurídica e racionalidade à gestão local no caso de contratações custeadas, no todo ou em parte, com recursos de natureza e origem federais.

191. Também não se desconhece a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em sede de Recurso em Mandado de Segurança 61.997-DF (RMS), impetrado pela Intensicare Gestão em Saúde Ltda. contra decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) em julgamento de tomada de contas especial envolvendo recursos de natureza federal (peça 26).

192. Com as devidas *venias*, a decisão em tela, longe de resolver os problemas da gestão, contribui para aumentar a insegurança jurídica dos gestores, fornecedores e prestadores de serviços, pois não é possível harmonizar a concorrência quando se trata de competência de julgamento de contas com previsão constitucional, sem considerar pressupostos fundamentais tais como a proporcionalidade do dano causado ao erário e a origem do recurso.

193. Para fundamentar este ponto de vista, oportuno percorrer outro trecho do voto do ministro Gilmar Mendes no Mandado de Segurança (MS) 33.079-DF, especialmente na passagem que interpreta o art. 27 da Lei Complementar 141/2012 de forma sistemática com as disposições dos arts. 12, 13, §§ 2º e 4º, 14, 18 e 39, § 5º.

194. Sem afastar a origem e a natureza federais dos recursos repassados pela União, o STF reconheceu haver uma **solidariedade ativa** entre os entes federativos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde, sendo legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes (de acordo com a origem do recurso) tanto o **controle interno** do ente beneficiário do recurso federal (estados, Distrito Federal e municípios), quanto o **controle interno** do ente transferidor (*in casu* a União) e o Ministério da Saúde. Eis o trecho do voto:

‘O art. 27, I, determina que a devolução se dê ao Fundo de Saúde do ente beneficiário porque, nos termos do art. 18, os recursos da União são repassados aos demais entes federativos de forma automática, seguindo os critérios estabelecidos pela legislação de regência (art. 35 da Lei 8.080/1990).

Assim, embora não pertençam aos Estados e Municípios, porquanto tratem de recursos de origem federal, tais valores são destinados a ações e serviços públicos de saúde a serem executados nas demais esferas da federação e, portanto, geridos de forma descentralizada pelo Poder Executivo local.

Sabe-se que a **descentralização da gestão das políticas públicas de saúde no País**, feita de

forma integrada entre os entes da federação, é um dos princípios organizativos do SUS e tem por finalidade a distribuição do poder e da responsabilidade pela prestação das ações e serviços públicos de saúde com qualidade e eficiência, bem como da fiscalização e controle da aplicação de recursos e dos serviços prestados, entre os três níveis de governo.

Dessa forma, estando os valores automaticamente repassados para integrar as ações e serviços públicos de saúde destinados à execução no ente federativo estadual e municipal, os valores irregularmente aplicados devem retornar ao fundo beneficiado, garantindo-se, assim, a destinação legal do recurso.

Sublinhe-se que, não obstante os **recursos de origem federal** tenham que ser devolvidos ao Fundo de Saúde do ente federativo beneficiado, são legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes, bem como para adotar as providências legais cabíveis, tanto os órgãos de controle interno do ente beneficiário quanto do ente transferidor ou o Ministério da Saúde (art. 27, *caput* e inciso I, da Lei 141/2012).

Revela-se, portanto, haver uma **verdadeira solidariedade ativa entre os entes federativos** que integram a Política de Saúde, no tocante à adoção das providências legais cabíveis para determinar a devolução dos valores malversados, embora tais valores devam ser destinados exclusivamente ao Fundo de Saúde do ente beneficiário.’ (grifamos)

195. Nota-se que legislador **não criou concorrência** entre **órgãos julgadores**, seja na esfera de controle externo, seja na judicial. O que o art. 27 da Lei Complementar 141/2012 estabelece é a solidariedade ativa entre os órgãos de controle interno e o Ministério da Saúde (responsável pelo sistema de monitoramento) para que provoquem o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes, com vistas a assegurar a responsabilização na esfera competente, que se define pela origem do recurso.

196. Dito de outra forma: o fato de o controle interno estadual ou municipal constatar e provocar o TCU e o MPF quanto a indícios de irregularidade na aplicação de recursos de natureza federal não desnatura o repasse, tampouco afasta o interesse da União, da mesma forma que, se o Ministério da Saúde constatar indício de irregularidade na aplicação de recursos estaduais e municipais, isso não torna o recurso federal. Devem tais órgãos, em regime de solidariedade ativa, dar ciência ao Tribunal de Contas e Ministério Público competentes de acordo com a origem do recurso, visando garantir o ressarcimento do dano ao erário o mais rápido possível.

197. A decisão do STJ, que estabelece uma espécie de concorrência na fiscalização que pode resultar em **julgamento de contas** pela aplicação de recurso de única origem (federal), não considera essa dimensão, tampouco a decisão do STF. Pelo teor da Ementa da decisão, aquela decisão foi influenciada pela redação do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, cujo teor reflete visão deformada do princípio da simetria consubstanciado no art. 75 da Carta Política. Para melhor compreensão, convém comparar as competências do TCU e do TCDF:

<b>Constituição da República de 1988</b>	<b>Lei Orgânica do Distrito Federal</b>
Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.	Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou <b>administre dinheiros, bens e valores públicos</b> ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta,	Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome



assuma obrigações de natureza pecuniária.	deste, assumam obrigações de natureza pecuniária. (Parágrafo com a redação da Emenda à Lei Orgânica 80, de 2014.)
Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:	Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:
II - <b>julgar as contas</b> dos <b>administradores</b> e demais <b>responsáveis</b> por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;	II - <b>julgar as contas:</b> e) dos <b>administradores</b> e demais <b>responsáveis</b> por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário; b) dos dirigentes ou liquidantes de empresas incorporadas, extintas, liquidadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou definitivamente, o patrimônio do Distrito Federal ou de outra entidade da administração indireta; c) daqueles que assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Distrito Federal ou de entidade da administração indireta; d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e afins, até o limite do patrimônio transferido;
VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;	VII - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo mesmo, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;
VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa <b>proporcional ao dano causado ao erário;</b>	IX - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, a qual estabelecerá, entre outras cominações, multa <b>proporcional ao dano causado ao erário;</b>
Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, <b>no que couber</b> , à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.	

Fonte: CF/88 e Lei orgânica do Distrito Federal.

198. Como se observa, não há delegação constitucional para, no contexto da simetria, o Distrito Federal dispor sobre a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos repassados pela União. Pudessem os entes distritais assim dispor, é de se supor que os demais entes da Federação que mantêm tribunais de contas igualmente poderiam legislar no mesmo sentido, tornando letra morta o texto da Lei Maior que salvaguarda os interesses da União.

199. Por certo que a inteligência da simetria em relação aos incisos II e VI do art. 71 da Carta Política, que conferem ao TCU competência para **fiscalizar** a aplicação de recursos federais e **julgar** as contas dos responsáveis por essa aplicação, não pode resultar na transferência para o

próprio destinatário dos recursos federais (Distrito Federal) a competência originária e exclusiva do ente transferidor (União), sob pena de desfigurar o arranjo jurídico-constitucional delineado em 1988.

200. Nas bases atuais, o art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal está a exigir um exercício de **interpretação conforme** à Constituição da República, no sentido de restringir a sua aplicação a recursos repassados ao ente distrital a título de doação de particular ou algo que se equivalha, sem jamais se sobrepor à competência constitucional do TCU.

201. A ideia de concorrência extraída dos incisos II e VIII do art. 71 da CF/88 ocorre no limite da noção de **proporcionalidade** do volume de recurso aplicado em cada ato de gestão, observada a sua origem. Assim, o TCDF é competente para fiscalizar e julgar contas proporcional ao volume de recursos distritais, enquanto ao TCU é preservada a competência para fiscalizar e julgar as contas em tomada de contas especiais da parcela de recursos federais alocada para o custeio da despesa, que pode decorrer de um único ato.

202. A ideia presente no RMS de estabelecer concorrência para o exercício da função de **julgamento de contas** - o que inclui a tomada de contas especial -, mais prejudica do que ajuda a consolidação dos programas de integridade (*compliance*) que devem ser observados pelo setor público, seus fornecedores e prestadores de serviço, que sofreria sério abalo em razão da ausência de uniformidade na aplicação das normas gerais editadas pela União, pilar do federalismo cooperativo brasileiro.

203. Questões instrumentais para o exercício do controle externo entram nessa equação: a competência para julgar contas pressupõe não apenas o ato de fiscalizar a aplicação dos recursos, mas, sobretudo, orientar os jurisdicionados no exercício do poder regulamentar assegurado ao TCU, seja por meio de instruções normativas, seja pela resposta à consulta com caráter normativo, consoante o disposto nos arts. 1º, inciso XVII e § 2º, e 3º da Lei 8.443/1992, a exemplo da Súmula-TCU 222. Com orientações normativas e jurisprudência sobre normas gerais conflitantes, além de aumentar a insegurança jurídica do gestor de boa-fé, fomenta-se a cultura de desvios na aplicação de recursos federais pelos entes subnacionais.

204. O quadro descrito, completamente desguarnecido de mecanismos racionais e indutores da eficiência administrativa, para além de fragilizar o exercício do controle pelo TCU e demais órgãos federais em todo país, cria um ambiente fértil para que responsáveis mal-intencionados joguem com as múltiplas esferas de responsabilização, com o propósito de embaraçar o curso da investigação e alcançar a prescrição do processo de controle externo.

205. Esse possível efeito requer atenção, haja vista a recente decisão do STF em sede do RE 636.886, por meio da qual foi fixada a tese no sentido de ser 'prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas' (Tema 899).

206. Esse risco é preocupante diante das previsíveis e temerárias consequências da decisão do STF em sede do RE 848.826, que estabeleceu verdadeiro 'ponto cego' institucional na realidade dos Tribunais de Contas estaduais e municipais quanto ao julgamento de contas de prefeitos ordenadores de despesa ('contas de gestão'), conforme anteviu em seu voto o saudoso ministro Teori Zavascki, cujos alertas fundamentaram os Embargos de Declaração opostos pela PGR (peça 36).

207. Impende observar, contudo, que tal decisão não se aplica à fiscalização e ao julgamento de tomada de contas especial nos casos de transferências voluntárias e obrigatórias de natureza federal realizadas por meio de quaisquer dos instrumentos jurídicos previstos no art. 71, inciso VI da CF/88 (convênios, acordos, ajuste, fundo a fundo e instrumentos congêneres), preservadas as salvaguardas em relação aos recursos federais.

208. A própria jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assentada no Recurso Especial Eleitoral (RESPE) 24020/TO (rel. min. Rosa Weber) e no AgRRESPE 8993/SP (rel. min. Maria Thereza de Assis Moura) resguarda a competência do TCU para julgar as contas de quaisquer agentes que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo aos cofres públicos em que esteja presente o interesse da União.

209. Nesse cenário, que robustece a convicção, são inequívocos o interesse e a competência da União para fiscalizar a regularidade de sua aplicação, sob pena de frustrar as escolhas feitas pelo Congresso Nacional.

210. Por fim, cumpre ressaltar que, se no Estado de Goiás, há aparente sintonia entre a atuação dos Ministérios Públicos, o que resultou na publicação da Nota Conjunta mencionada nesta análise (peça 7), essa não é uma realidade em todas as unidades da Federação.

211. O conflito positivo de atribuição suscitado pelo Ministério Público do Espírito Santo em face da atuação da Procuradoria da República no referido Estado referente à pandemia (Processo 1.00.000.007222/2020-50, peça 10) expõe desafios na Federação que precisam ser analisados de forma ampla.

212. A despeito da Decisão ASSEP/PGR 00.153.479/2020, de não reconhecer a existência de conflito positivo de atribuições entre o MPF e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a atuação daquele órgão federal foi questionada na Justiça Estadual, que determinou liminarmente o trancamento da investigação conduzida pelo MPF no acompanhamento das ações atinentes à Covid-19 no Estado. O STJ, em 18/6/2020, cassou a liminar para resguardar a competência federal.

213. Segundo divulgado na página da PGR, a liminar concedida pela Justiça Estadual, agora cassada pelo STJ, restringia a atuação do MPF nas diversas questões relacionadas à pandemia, com a finalidade de proteger a população, além de fiscalizar os recursos públicos utilizados, muitos deles a partir de **repasses federais** (peças 11 e 13).

214. Longe de buscar concentrar competências nos órgãos de fiscalização e controle da União, a análise empreendida neste tópico visa assegurar a observância de salubridade nos ambientes de negócio, com eficiência na alocação dos recursos federais e no exercício do controle exercido por diversos órgãos da União envolvidos, premissas essenciais para que se possa garantir o alcance do objetivo almejado, qual seja, a implementação da ação de governo com os melhores resultados possíveis, sem prejuízo da persecução do ressarcimento do dano aos cofres federais - ou aos fundos de saúde, quando couber - em caso de inobservância das normas e dos objetivos fixados pela União.

#### IV. ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS OITIVAS

##### 4.1. Ministério da Economia

###### 4.1.1. Respostas da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

215. No âmbito do Ministério da Economia, o cumprimento da oitiva se deu com a apresentação das manifestações de alguns órgãos. A Assessoria Especial de Controle Interno do órgão encaminhou o Ofício-SEI 196929/2020/ME (peça 58), por meio do qual apresentou os seguintes documentos: i) Nota Técnica-SEI 21/2018/CCONT/SUCON/STN-MF (SEI 9812068, peça 59); ii) Nota Técnica-SEI 32589/2020/ME (SEI 9801577, peça 61); e iii) Nota Técnica-SEI 25829/2020/ME (SEI 9812148, peça 62), todas da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, acompanhadas do Parecer-SEI 416/2018/CAF/PGACFFS/PGFN-MF (SEI 9812125, peça 60). A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da PGFN também apresentou o Parecer-SEI 12.555/2020/ME (peça 65).

###### 4.1.1.1. Manifestação da STN

216. Em resumo, na peça 59, a STN apresentou alegações sobre a pertinência de inclusão - no rol de deduções para cálculo da RCL federal - das duas ações de transferências a título de apoio financeiro da União aos entes subnacional (ações '00QR' e '0E25') contextualizadas no TC 018.119/2018-2, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes da União do 1º quadrimestre de 2018, apreciado pelo Acórdão 969/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes). Teceu, ainda, considerações acerca dos normativos da STN relativos à coleta de dados no Siconfi.

217. Dentre as alegações apresentadas, a STN reafirmou que a RCL é indicador fiscal extremamente importante, pois serve de base para o estabelecimento de uma série de limites e



condições, entre eles os gastos com pessoal nos Poderes e órgãos da União, as realizações de operações de crédito e a concessão de garantias, bem como é referência para a correção dos repasses realizados ao FCDF, conforme dispõe a Lei 10.633/2002.

218. Aduziu que as respectivas ações foram instituídas posteriormente ao Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, sendo as transferências aos entes subnacionais para compensação das exportações (ação 0E25) instituídas em 2004 e o apoio financeiro pela União aos entes que recebem FPM (ação 00QR) criado em 2018.

219. Asseverou que, na época de sua criação (2004), a STN entendeu que as transferências relativas à ação 0E25 deveriam ser deduzidas na apuração da RCL, passando a considerá-las na metodologia a partir do exercício de 2005. Isso porque, apesar de haver uma relação entre tais transferências e a Lei Kandir, a Lei Complementar 87/1996 não foi utilizada como parâmetro para incluí-las nas deduções da RCL, mas o **fato de tais transferências ocorrerem por determinação legal**.

220. Citou a Cartilha de Princípios Básicos das Transferências da União, de março de 2016 (disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/cartilhas>), que classifica as transferências governamentais em: a) transferências constitucionais; b) transferências legais; c) transferências discricionárias; e d) transferências voluntárias.

221. No rol de alegações, a STN reconheceu que a restrição do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário sobre a alínea 'a', inciso IV do art. 2º da LRF parece ser a interpretação para evitar que a expressão 'determinação constitucional e legal' alcançasse repasses ao FCDF, as despesas com saúde e assistência social executadas de forma descentralizada. Todavia, apontou a superveniência de ações de transferências legais a entes subnacionais, que, por retirarem recursos da disponibilidade da União, tais transferências devem ser consideradas no escopo da alínea 'a' do inciso IV do artigo 2º da LRF, no que cita as Ações 0E25 e 00QR (itens 18 e 19 da Nota Técnica em questão). E conclui:

‘20. Portanto, em resumo, o entendimento desta STN é que se aplica às duas ações (0E25 e 00QR), o critério de deduções da RCL pelos seguintes motivos:

**a) elas se encaixam no conceito de Transferências Constitucionais e Legais, conforme a alínea a do inciso IV do artigo 2º da LRF;**

**b) elas reduzem os valores efetivamente disponíveis para a execução das políticas públicas de competência da União;**

**c) elas são registradas como receitas correntes nos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos Estados e Municípios, tendo naturezas e características similares às transferências constitucionais e legais de repartições de receitas; e**

**d) na lei orçamentária anual tais transferências são classificadas no Programa de Governo 0903, Operações Especiais: Transferências Constitucionais e Decorrentes de Legislação Específica.**’ (grifos no original)

222. A Nota Técnica-SEI 32.589/2020/ME (peça 61) trata especificamente sobre o impacto dos auxílios financeiros sobre a RCL federal. De forma preliminar, a STN destacou que Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME foi publicada no dia 7/4/2020, antes da publicação da Lei Complementar 173/2020 (em 27/5/2020), razão pela qual a Nota em questão ‘não trata, em hipótese alguma, dos dispositivos da referida Lei e nem do auxílio financeiro decorrente dessa Lei, conforme, no seu entender, ‘equivocadamente referenciado’ no parágrafo 65 da presente Representação.

223. Expôs, na sequência, que o objetivo da Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME foi o de auxiliar os entes subnacionais em relação às questões vinculadas à abertura de crédito extraordinário, ao seu registro e ao seu acompanhamento e às regras da LRF que foram afastadas em decorrência do estado de calamidade pública decretado em diversos entes. Adicionalmente, foi abordada a MPV 938/2020, limitando-se a esclarecer qual seria a classificação orçamentária da receita dos recursos transferidos da União aos referidos entes.

224. Na esteira, a STN apresentou contraponto à análise empreendida no parágrafo 64 da instrução submetida à oitiva prévia (peça 37, p. 13), merecendo destaque a seguinte parte da manifestação

para que sejam feitos os devidos esclarecimentos:

‘8. O mencionado pela representação, em seu item 64, também faz-se necessário o devido esclarecimento e correção, pois novamente ocorreu uma interpretação equivocada de declaração atribuída a STN, a qual está totalmente fora do contexto da NT. **Esclareça-se que a declaração da STN em relação aos auxílios financeiros previstos na Lei Complementar 173/2020 decorreu do preenchimento de um Anexo de riscos identificados pelo TCU e submetido ao Ministério da Economia, por meio do Ofício de requisição 05-73/2020-TCU/Semag.** O objetivo dessa requisição foi acompanhar as medidas de enfrentamento da Covid-19, no âmbito do processo TC 016.873/2020-3. Especificamente no item iii, eram esperados comentários gerais, respostas da administração e problemas potenciais relacionados aos riscos fiscais potenciais identificados pelo TCU.

9. O risco R7 identificado pelo TCU diz respeito à ‘Desvinculação irregular de recursos da Lei Complementar 173/2020’. Como resposta da administração ao risco, foi apresentado o texto abaixo:

‘No entendimento da STN, esses recursos seriam receitas originárias dos subnacionais a título de contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação. Logo, por não se tratar, em princípio, de recursos da União, o entendimento seria que tal fiscalização deveria ser levada a efeito dos respectivos Tribunais de Contas Estaduais/Municipais. Portanto, o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União aos entes subnacionais não é de competência do Tesouro Nacional, e sim dos respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União.’

10. Observa-se que o objetivo era obter a resposta ao risco identificado pelo TCU, que, nesse caso, o que se pretendeu destacar foi não ser da competência da STN. Ressalta-se que em nenhum momento foi afastada a competência de fiscalização e controle do TCU, mas sim da própria STN, que não detém competência fiscalizatória.

11. Destaca-se, ainda, que o item 67 da representação possui erro formal, dado que faz referência à Nota Técnica-SEI 12.774/2020/SEI, sendo que o trecho mencionado no item foi retirado da resposta da administração ao risco identificado pelo TCU, conforme exposto acima. Salienta-se que esse equívoco está presente em vários outros pontos da representação, conforme alguns já expostos, o que infelizmente induziu a um entendimento de informações equivocados.’ (grifos no original)

225. Quanto à dedução dos auxílios financeiros da RCL federal, a STN reafirmou seu entendimento da legítima dedução com base no Acórdão 969/2019-TCU-Plenário, a partir do qual faz uma interpretação análoga para os auxílios financeiros instituídos pela Lei Complementar 173/2020, a saber:

‘23. O **Acórdão no 969/2019-TCU-Plenário** analisou recentemente o assunto, **firmando a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre o tema**, o qual serve de baliza para a prática consagrada na União para as deduções da RCL.

24. Dessa maneira, consideram-se compreendidos no conceito da alínea ‘a’ do inciso IV do artigo 2º da LRF e alinhado à jurisprudência do TCU os auxílios financeiros da União aos entes subnacionais estabelecidos por lei, sem contraprestação direta a este ente transferidor e não reembolsáveis pelo recebedor, como é o caso tanto da MP 938/2020 (Ação 00S3), quanto do artigo 5º da LC 173/2020 (Ação 00S7), pois ambos apresentam características de transferências constitucionais e legais decorrentes de repartição de receitas.

25. Pode-se fazer um **paralelo da análise** do Acórdão no 969/2019 - Plenário com as ações 00S3 e 00S7, já que da mesma forma que as ações 0E25 e 00QR, a intenção da MP 938/2020 e da LC 173/2020 foi de repartir recursos da União com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, em ambos os casos buscou-se contornar as dificuldades dos entes subnacionais decorrentes dos fatos extraordinários que ora toda a Federação se depara.

(...)

27. No caso da LC 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, também está clara a intenção de repartir a receita da União com os entes subnacionais para contornar dificuldades relacionadas à calamidade pública decorrente da pandemia.

28. E assim como as ações 0E25 e 00QR, as transferências em comento foram determinadas mediante legislação específica, que necessariamente retiram recursos arrecadados antes disponíveis da União, para colocá-los à disposição dos entes recebedores. Além disso, no processo legislativo-orçamentário, tais transferências são registradas do mesmo modo que as demais transferências constitucionais e legais, ou seja, no Programa de Governo 0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e Decorrentes de Legislação Específica, bem como nas modalidades de aplicação típicas dessas transferências.' (grifos no original)

226. Para contrapor os argumentos formulados na instrução inicial, a STN alegou que a análise empreendida na instrução inicial levantaria 'suposição de que as repartições de receita a que se refere o Acórdão 476/2003-TCU-Plenário devem seguir requisitos constitucionais, em especial o estabelecido no artigo 160 da Constituição Federal', o que não teria amparo na jurisprudência do TCU a esse respeito (itens 29 e 30 da Nota Técnica-SEI 32.589/2020/ME - peça 61).

227. Em termos práticos, expôs dois impactos fiscais da ausência de dedução da RCL das transferências aos entes subnacionais determinadas pela Lei Complementar 173/2020 e da MPV 938/2020. O primeiro, seria um aumento ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) em 2021 e 2022 de R\$ 1,4 bilhão, correspondente a 1,85% de R\$ 76 bilhões. O segundo seria o aumento das despesas com emendas de bancada para 2021 no valor de R\$ 760 milhões, correspondente a 1,0% de R\$ 76 bilhões.

228. De acordo com a STN, em caso de decisão desfavorável à União sobre a dedução ou não dos auxílios financeiros da RCL federal, seriam 'criadas despesas altamente indesejadas, contrariando o próprio princípio de gestão fiscal responsável estabelecido na LRF diante do desafio de ajuste fiscal a ser enfrentado nos próximos anos'. Ainda de acordo com o órgão, tais 'impactos ocorreriam, no entanto, sobre recursos já transferidos aos entes subnacionais por determinação legal que ampararam a gestão financeira desses entes'.

229. Com relação aos riscos apresentados de descumprimento de limite de pessoal pelos Poderes e órgãos da União, a STN contrapôs citando as flexibilizações de cumprimento dos limites de pessoal no ano de 2020 em razão das alterações introduzidas pela Lei Complementar 173/2020.

230. Em desfecho, concluiu a STN no seguinte sentido de que, nas deduções aplicadas na apuração da RCL da União, adota-se entendimento esposado na LRF e na jurisprudência mencionada desta Corte de Contas. Nada dispôs sobre os argumentos desenvolvidos pelo MPF em representação formulada e apreciada pelo CNMP. Quanto à aplicação da norma restritiva no art. 2º, inciso IV, alínea 'a' da LRF, a STN considerou o seguinte:

‘a) as **repartições de receitas constitucionais e legais da União** aos entes subnacionais devem ser deduzidas da RCL; tal conceito inclui as leis específicas (ou medidas provisórias) que determinam a **entrega a esses entes de valores fixados** nessas próprias normas, **independentemente das fontes dos recursos**. Como as repartições de receitas legais estão compreendidas nessa dedução, elas não se restringem à necessidade de cumprimento dos requisitos constitucionais;

b) as transferências de recursos financeiros em que a União atua como cofinanciadora dos entes subnacionais, provendo recursos mediante descentralização na modalidade fundo a fundo, como ocorre com o Fundo Nacional de Saúde no âmbito do SUS, não se constituem repartição de receita, não devendo, portanto, constar nas deduções da RCL.’

231. Para complementar as alegações, a STN reencaminhou a Nota Técnica-SEI 25.829 (peça 62), de 1º/7/2020, apresentada em resposta ao Ofício de Requisição 1-112/2020-TCU-Semag, expedido no âmbito do acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2020, cuja equipe também requereu a apresentação de fundamentos e justificativas para a dedução da RCL

federal do montante do auxílio financeiro repassado aos entes subnacionais no âmbito da ‘Ação 00S3’, assim como de outras ações orçamentárias que, por suas naturezas e finalidades, possam, eventualmente, ser consideradas no cálculo da RCL federal, mesmo que não associadas a despesas de caráter emergencial do novo coronavírus.

232. Em resposta, a STN reiterou os argumentos apresentados pela Nota Técnica-SEI 21/2018/CCONT/SUCON/STN-MF, que se baseia nos entendimentos assentados nos Acórdãos 476/2003 (rel. min. Ubiratan Aguiar), 667/2008-TCU-Plenário (rel. min. Valmir Campelo) e nos fatos novos apreciados pelo Acórdão 969/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes), além de esclarecer que aos auxílios financeiros instituídos pelo art. 5º da Lei Complementar 173/2020 (‘Ação 00S7’) também estão sendo deduzidos da RCL federal pelas mesmas razões que deduzem os outros auxílios. Da Nota Técnica-SEI 25.829, merece transcrição a seguinte conclusão da STN:

‘d) Contudo, fatos novos surgiram após a expedição do referido Acórdão, tais como a instituição de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das exportações, realizadas desde o ano de 2004, e o apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, objeto da Medida provisória 815/2017. A pertinência de tais despesas no cômputo da dedução da RCL foi apreciada pelo Acórdão 969/2019-TCU-Plenário, em que a egrégia Corte de Contas considerou corretos tais procedimentos por parte da STN, ao aplicar exegese que conferiu máxima eficácia aos preceitos da LRF, sem que isso significasse alteração da jurisprudência contida no Acórdão 476/2003-Plenário, ratificado por meio do Acórdão 667/2008-Plenário. **Assim, considera-se compreendido no conceito da alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da LRF e alinhado à jurisprudência do TCU os apoios/auxílios financeiros da União aos entes subnacionais estabelecidos por lei, sem contraprestação direta a este ente transferidor e não restituíveis pelo receptor, pois tem características análogas às transferências constitucionais e legais decorrentes de repartição de receitas.** (grifos no original)’

233. Foram essas as principais alegações apresentadas pela STN que serão oportunamente examinadas.

#### 4.1.1.2. Manifestação da PGFN

234. A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da PGFN também apresentou o Parecer-SEI 12.555/2020/ME (peça 65), por meio do qual teceu considerações que podem ser resumidas em quatro eixos: i) o primeiro sobre o conceito de receita pública e a titularidade dos recursos; ii) o segundo refere-se à classificação de três espécies de transferência: a) as voluntárias; b) as que decorram de determinação constitucional, legal; c) as transferências destinadas ao SUS; e iii) o terceiro na autonomia dos entes subnacionais; iv) e o quarto se refere ao caráter *sui generis* das transferências do SUS.

235. Ancorada no texto art. 6º, § 1º, da Lei 4.320/1964, segundo o qual ‘as cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber’ e na clássica lição de Aliomar Baleeiro sobre receita pública, de Régis Fernandes de Oliveira e Marcus Abraham, a PGFN manifestou seu entendimento de que ‘não há como determinado numerário ser receita da União e ao mesmo tempo não lhe pertencer; igual sorte incide sobre as receitas dos entes subnacionais: o que é receita de um Estado, de um Município ou do Distrito Federal, compõe o seu patrimônio’. E completa: ‘Se determinado recurso ingressa definitivamente nas contas do Estado, é receita pública estadual e, portanto, compõe seu patrimônio’.

236. Presumindo a constitucionalidade do referido do dispositivo mencionado da Lei 4.320/1964, e que a Lei Complementar 173/2020 e a MPV 938/2020 nada dispuseram em sentido contrário, a PGFN entendeu que a transferência efetuada no âmbito de ambas as normas constitui: i) em um primeiro momento, despesa da União; ii) em um segundo momento, receita dos entes subnacionais. Assim sendo, configurando receita dos entes subnacionais, a PGFN declarou não haver dúvidas de que assumem nítido caráter estadual, distrital ou municipal - jamais federal. Em razão disso, concluiu que os recursos têm evidente natureza subnacional, e após a transferência, eventuais



despesas efetuadas pelos entes - bem como a decisão política do gasto *per se* - possuem igualmente caráter subnacional. Em relação à sua natureza jurídica, manifestou entendimento ser também nítido o caráter de transferência obrigatória.

237. No segundo eixo, a PGFN recorre ao texto do art. 25 da LRF para defender a evidência de três espécies de transferência, sendo uma voluntária, outra que decorre de determinação constitucional e legal, e uma terceira destinada ao SUS, que seria de caráter *sui generis*. Para o órgão de consultoria jurídica, aquelas que decorrem de determinação legal constituem despesa ‘derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução’, nos termos do art. 17 da LRF. Por essa razão, são intituladas transferências obrigatórias. As transferências destinadas ao SUS, de outro giro, têm seu regime distinguido pelo próprio art. 25. Concluiu que, considerando que as transferências trazidas na Lei Complementar 173/2020 e na MPV 938/2020 constituem obrigação legal, constituem transferência obrigatória.

238. Já no terceiro eixo de argumentação, a PGFN discorreu, referenciada em abalizada doutrina jurídica e filosófica de denso relevo, e se socorrendo de reflexões profundas do federalismo que teve início na Constituição dos Estados Unidos da América (1787), para concluir que a autodeterminação na tomada da decisão do gasto é ínsita à forma federativa de Estado, e é fruto inclusive da necessária descentralização de poderes imposta pelo regime democrático. Nesse sentido, defendeu que a presunção de que os entes subnacionais estivessem por atuar como meros delegatários da União - notadamente se o patrimônio já ingressou em sua titularidade - seria evidentemente contrária à forma federativa adotada pela Constituição da República. Defendeu, ainda, o respeito à autodeterminação dos Estados-membros, tendo em vista que constitui elemento mínimo essencial da forma federativa e que, ainda que se fale em federalismo cooperativo, não pode este subverter sua própria natureza: a de congregação de Estados autônomos.

239. No que tange ao quarto eixo, que diz respeito aos recursos para o SUS e seu caráter *sui generis*, a PGFN teceu considerações acerca da Lei Complementar 141/2012 e também apresentou divergência sobre a análise empreendida na instrução inicial na passagem que faz ao MS 33.079/DF.

240. Em apertada síntese, discorreu que, ao tratar do SUS, está-se diante de todo um sistema *sui generis* de gestão e execução, que tem origem constitucional. Para PGFN, o art. 198, §§ 2º, inciso I, e 3º, inciso II da CF/88, o art. 77 do ADCT e a Lei Complementar 141/2012 estabeleceram *ex ante* que os recursos rateados são de titularidade da União, razão pela qual, em relação a tais transferências, pouco importam divagações acerca de receita e despesa públicas, sendo os recursos federais por determinação constitucional.

241. Novamente, a PGFN recorreu ao art. 25 da LRF para asseverar ser de clara compreensão que, ao se tratar de ‘determinação constitucional, legal’, está-se referindo a conceito muito próximo daquele trazido no art. 17 da LRF, pelo qual seria despesa obrigatória aquela ‘derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo’, que trata de despesas obrigatórias de caráter continuado. Concluiu no sentido de que a ‘despesa obrigatória que se classifique como transferência (artigos 12 e seguintes da Lei 4.320) evidentemente se trata de transferência obrigatória’.

242. Registrou que, ao tratar do conceito de RCL, o art. 2º, inciso IV, alínea ‘a’, da LRF trata da dedução de transferências feitas por ‘por determinação constitucional ou legal’ - mesmos termos do art. 25 -, mas não se fala nos ‘destinados ao Sistema Único de Saúde’. Isso porque, na visão do órgão, apenas as transferências obrigatórias *stricto sensu* devem ser deduzidas da RCL, e não os repasses para o SUS, mostrando-se evidente no caso a ocorrência de um silêncio eloquente do legislador.

243. Frisou, por outro lado, que tais recursos não saem do patrimônio da União, asseverando que, seja no mérito da titularidade dos recursos ou seja no mérito da RCL, o regime aplicável aos repasses para o SUS é excepcional e não se estende, por falta de comando normativo, às transferências da Lei Complementar 173/2020 e da MPV 938/2020. E concluiu:

‘a) as transferências trazidas na LC 173 e na MP 938 constituem transferência obrigatória;

- b) presumindo-se a constitucionalidade do art. 6º, § 1º, da Lei 4.320, uma vez transferidos, os recursos previstos na LC 173 e na MP 938 têm evidente natureza subnacional, e a eventuais despesas efetuadas pelos entes - bem como a decisão política do gasto *per se* - possuem igualmente caráter subnacional;
- c) eventual presunção de que os entes subnacionais estivessem por atuar como meros delegatários da União - notadamente se o patrimônio já ingressou em sua titularidade - seria evidentemente contrária à forma federativa adotada pela Constituição da República;
- d) à guisa das decisões proferidas no âmbito do MS 33.079/DF, os recursos destinados ao SUS são federais por determinação constitucional (art. 198, §2º, inciso I, e §3º, inciso II, da Constituição e art. 77 do ADCT) e legal (LC 141);
- e) por força do art. 2º, inciso IV, alínea 'a', da LRF, as transferências da LC 173 e da MP 938 devem seguir sendo deduzidas da RCL da União, considerando que elas efetivamente saem do patrimônio do ente nacional e ingressam no dos entes subnacionais;
- f) seja no mérito da titularidade dos recursos seja no mérito da RCL, o regime aplicável aos repasses para o SUS é excepcional e não se estende, por falta de comando normativo, às transferências da LC 173 e da MP 938.'

244. Essas foram as alegações apresentadas pela PGFN, no exercício da consultoria jurídica do Ministério da Economia.

#### 4.1.2. Análise das Respostas dos Órgãos do Ministério da Economia

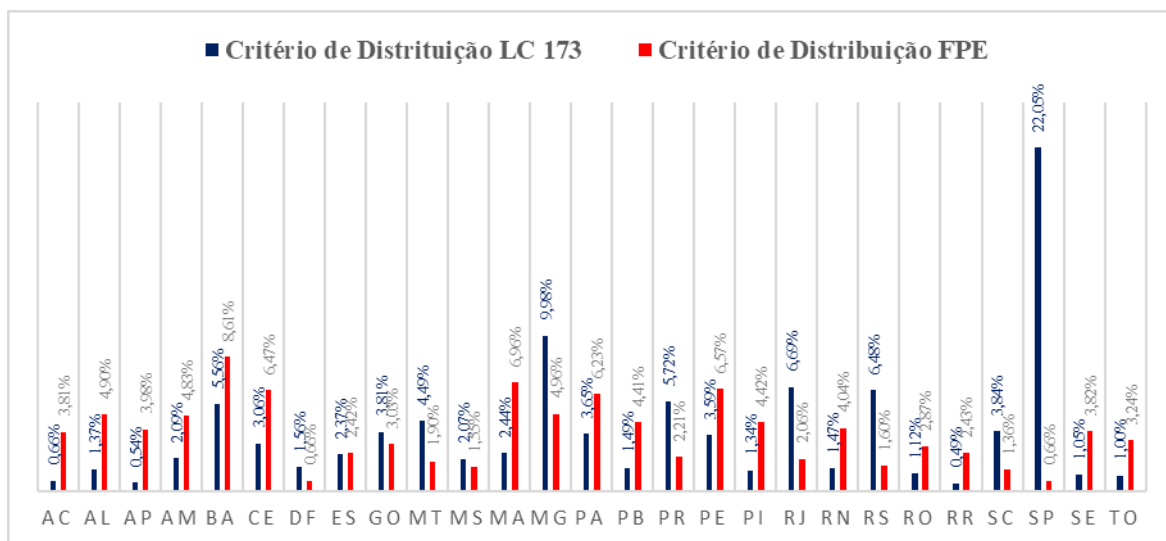
##### *4.1.2.1. Considerações Preliminares*

245. Preliminarmente, cumpre registrar que, de fato, houve equívoco na redação do parágrafo 67 da instrução que subsidiou a oitiva prévia, configurando erro formal. A referência correta diz respeito ao Anexo II do Ofício 147.716/2020/ME, de 19/6/2020, apresentado em resposta à diligência realizada no âmbito do processo de acompanhamento (TC 016.873/2020-3) que resultou nos Acórdãos 1.557/2020-TCU-Plenário, e não à Nota Técnica-STN/SEI 12.774/2020/ME, de 6/4/2020, expedida para orientar os entes subnacionais.

246. Quanto às alegações de equívoco na formulação do parágrafo 64, que também reproduz trecho do documento acostado no processo supramencionado, não assiste razão à STN, uma vez que o enunciado faz, fielmente, referência à manifestação acostada nos autos devidamente contextualizada.

247. No que tange ao contrapor apresentado pela STN no sentido de que a análise empreendida na instrução inicial levantaria 'suposição de que as repartições de receita a que se refere o Acórdão 476/2003-TCU-Plenário devem seguir requisitos constitucionais, em especial o estabelecido no artigo 160 da Constituição Federal', há que se refutar esse tipo de alegação, pois não reflete o que o texto realmente trata.

248. Esclareça-se que a discussão empreendida nestes autos diz respeito à ideia de conferir aos auxílios financeiros tratamento jurídico análogo ao dispensado ao FPE e ao FPM que, sim, sujeitam-se às condicionantes constitucionais de entrega de recursos e pressupostos específicos de distribuição, os quais não foram observados pela Lei Complementar 173/2020 e pela MPV 938, conforme se observa da distribuição de R\$ 30 bilhões repassados aos estados:



Fonte: Elaboração própria (peça 91, apresentação na reunião técnica com Segecex, Semag, SecexAdmin, órgãos jurisdicionados e PGR/MPF de 30/7/2020).

249. Isso nada tem a ver com a defesa de exigência das mesmas condicionantes constitucionais (art. 160, parágrafo único) para a distribuição de cotas ou percentuais de receitas correntes efetivamente arrecadadas pela União, a exemplo da contribuição do salário-educação e dos *royalties*, que, embora não integrem a cesta do pacto federativo fiscal, são deduzidas para fins de RCL, em plena conformidade com o entendimento assentado no Acórdão 476/2003-TCU-Plenário. Não há, na instrução inicial submetida à oitava prévia, nenhuma passagem que possa dar azo a esse tipo de suposição equivocada ventilada pela STN em sua manifestação, conforme descrito resumidamente no parágrafo 226 desta instrução.

250. Feitos os esclarecimentos prévios, entende-se que a fase da oitava prévia cumpriu sua finalidade, na medida em que oportunizou a manifestação prévia dos gestores, possibilitando fazer os esclarecimentos e correções devidos antes da deliberação pela Corte de Contas.

251. Na resposta à oitava, a STN também ressalta que sua manifestação no contexto da análise de risco mencionada (empreendida no TC 016.873/2020-3) em nenhum momento teve a intenção de afastar a competência de fiscalização e controle do TCU, mas sim da própria STN, que não detém competência fiscalizatória, gerando talvez um descompasso entre o que se escreveu e o que se quis realmente dizer. Vale a pena rememorar a manifestação: ‘o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União **aos entes subnacionais** não é de competência do Tesouro Nacional, e **sim dos respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União.**’

252. Sobre este ponto específico, convém esclarecer que o **monitoramento** consiste em atividade ínsita à gestão, cuja finalidade é subsidiar gestores no acompanhamento de programas e políticas públicas, com vistas a garantir o alcance dos objetivos e metas. É nesse sentido, por exemplo, que os registros eletrônicos centralizados e demais sistemas previstos na LRF (arts. 32, § 4º, 48, § 2º), na Lei Complementar 141/2012 (art. 39), no Decreto que regulamenta a Plataforma +Brasil e outros normativos federais instituíram instrumentos de monitoramento e avaliação de diversas políticas públicas a cargo do Poder Executivo. Trata-se de termo com significado polissêmico, que não deve ser confundido com o monitoramento realizado no âmbito da auditoria, seja no controle interno ou externo.

253. Ao contrapor o seu papel de exercer o acompanhamento nos termos transcritos, a STN deixa claro o seu entendimento de que compete aos Tribunais de Contas dos respectivos entes subnacionais beneficiários exercer esse papel, já que, na sua visão, os recursos passariam a pertencer a tais entes e não mais à União.

254. Embora seja perfeitamente compreensível que esta não tenha sido intenção da STN, fato é que manifestações nesse sentido têm repercussões jurídicas de densa relevância, pois, como será

demonstrado adiante, a competência exercida pelo TCU, além de ser constitucional, produz efeito sobre as competências de outras instituições e órgãos de controle federais.

255. Ao se debruçar sobre questionamentos acerca de como deveria ser realizado o ‘controle das transferências recebidas destinadas à aplicação no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus’, a orientação do Tesouro Nacional aos entes subnacionais foi no sentido de que, embora o mecanismo fonte/destinação de recursos seja obrigatório para os fins previstos nos arts. 8º e 50, inciso I da LRF, não há um modelo padronizado a ser adotado por toda a Federação, recomendando a observação das classificações já utilizadas para o tipo de transferência recebida ou recurso arrecadado. Recomendou-se, ainda, que, sendo possível, poderia ser criado um detalhamento na classificação por fonte de recursos que permitisse identificar a destinação do recurso ao enfrentamento à pandemia, possibilitando também o controle das despesas utilizadas nesse enfrentamento.

256. Quanto ao envio dos dados ao Tesouro Nacional por meio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), o Tesouro orientou os entes subnacionais no sentido de que não havia possibilidade de alterar o *layout* vigente para o exercício de 2020. E que, diante da situação excepcional, em princípio não haveria inclusão de código específico de detalhamento da fonte de recurso. Tal orientação foi posteriormente revista com a Portaria-STN 394, de 17/7/2020, editada para atender Recomendação do MPF contextualizada no tópico seguinte.

257. Para esclarecer a contextualização feita na instrução inicial, cumpre anotar que o processo de representação formulada pela unidade técnica deve se valer, sempre que possível, de documentos oficiais que justifiquem a iniciativa, o que se procurou fazer em momento singular de restrição social e urgência em razão da pandemia.

258. No caso em questão, a Semag recorreu a documento oficial acostado em processo de avaliação periódica, que se destina a realizar acompanhamento concomitante da gestão, marcada por contornos peculiares durante a calamidade pública nacional. Ademais, ambos os processos (os presentes autos e o TC 016.873/2020-3) têm em comum a iniciativa da Semag e o mesmo relator (min. Bruno Dantas), sem razão plausível para não se socorrer das informações, com o propósito de robustecer os fundamentos de admissibilidade da representação proposta, que poderia não ser conhecida pela falta de elementos de evidência.

#### *4.1.2.2. Análise das Alegações da STN*

259. Em relação às deduções de despesas próprias da União, custeadas com recursos que sequer integram o conceito jurídico de receita corrente, a STN não enfrenta os argumentos jurídicos reunidos na instrução inicial referenciada pela Representação do MPF e correspondente decisão unânime do CNMP e pela doutrina do ministro Weder de Oliveira. Limita-se a defender os precedentes que sobrevieram ao Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, os quais não guardam consistência com este pelas razões expostas a seguir.

260. Não foram apresentadas alegações juridicamente plausíveis sobre o tratamento diferenciado dado aos repasses federais no âmbito do SUS, despesas próprias da União que decorrem de determinação constitucional (art. 198, § 3º, inciso II) e legal (art. 17 da Lei Complementar 141/2012). Também não houve argumentos que superassem as contradições em relação ao posicionamento da própria STN objeto da **Nota 2.321/2006/CCONT-STN**, que embasou a Representação do MPF ao CNMP, a qual resultou em recomendações de densa relevância, conforme exposto nos parágrafos 145-150 do presente exame.

261. Debate-se, sob o prisma da STN, que os auxílios financeiros federais se encaixariam no conceito de ‘transferências constitucionais e legais’, expressão adotada na alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da LRF, cuja dedução reduz ‘os valores disponíveis para execução das políticas públicas de competência da União’.

262. As razões que sustentariam essa conclusão partem, precipuamente, do fato de serem tais transferências ‘registradas como receitas correntes nos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos Estados e Municípios’, tendo, sob a ótica do referido órgão, ‘**naturezas e características similares às transferências constitucionais e legais de repartições de receitas**’. Soma-se ao rol



de alegações, o fato de tais transferências serem classificadas na LOA no Programa de Governo 0903, referente a 'Operações Especiais: Transferências Constitucionais e Decorrentes de Legislação Específica'. Nesses moldes, seria o caso de se indagar, a partir de um quadro sujeito a normas gerais para a Federação, como deveria ocorrer com os entes subnacionais na apuração de suas respectivas RCL.

263. As alegações da STN não têm como lograr êxito e os números executados no curso da pandemia de origem sanitária com reflexos econômicos (que já chega a R\$ 79 bilhões) expõem as **incoerências** contidas na manifestação. É preciso ter a clareza do que se discute nesse passo; o debate sobre a metodologia da RCL não pode ser adstrito à alocação financeira das receitas. Se assim fosse, seria necessário promover uma verdadeira revisão estrutural no texto da LRF, com enxugamento do parâmetro fiscal instituído no contexto de normas gerais que dificilmente os entes subnacionais, que amargam sucessivos *deficits* imoderados absorvidos pela dívida da União nos últimos anos, conseguiriam suportar sem descumprir os limites fiscais.

264. A LRF, como se sabe, pretendeu inserir elemento de racionalidade à gestão fiscal, impedindo, de um lado, que as despesas alcancem patamares excessivos; de outro, foram previstas regras indutoras da eficiência da arrecadação, além de se restringir a concessão de benefícios fiscais e prever estímulos para o combate à sonegação, à evasão fiscal, dentre outras medidas que comprometem a arrecadação, todas com reflexos diretos na composição da RCL. Todavia, para conter o gasto em patamares prudentes, a LRF não previu a corrosão da RCL, mas um controle permanente, efetivo e árduo na fase com potencial efetivamente preventivo, que é a de geração de despesa, que ganhou reforço com a EC 95/2016 (teto de gasto) e o art. 8º da Lei Complementar 173/2020.

265. Há consenso no campo doutrinário - com destaque para as inestimáveis e já mencionadas obras produzidas pelo ministro Weder de Oliveira - de que a RCL seja o parâmetro essencial para o monitoramento e avaliação da gestão fiscal responsável nas três esferas de governo. Contudo, essa essencialidade não justifica a adoção de interpretação análoga ou permeada de qualquer outro tipo de elasticidade, como se extrai do rol de alegações da STN, que subverte a lógica intrínseca à gestão fiscal responsável, que pressupõe razoabilidade e equilíbrio na concepção de numeradores e denominadores fiscais.

266. Hipótese de redução da receita corrente bruta pela via hermenêutica - para fins de cálculo apenas da RCL federal - é medida temerária que, além de criar situação artificiosa de riscos e desvios incompatíveis com a noção de prudência e proporcionalidade que balizam a gestão fiscal responsável, afeta diretamente a autonomia dos Poderes e órgãos da União - e somente os da União -, que ficam reféns do humor fiscal do Poder Executivo, conforme bem fundamentado pelo MPF na Representação formulada ao CNMP em 2008.

267. Oportuno ressaltar que, segundo as regras de hermenêutica jurídica que balizam a pacífica jurisprudência do STF, **não se pode dar interpretação ampliativa à norma restritiva**, sendo de índole inequivocamente restritiva os dispositivos da LRF que estabelecem as parcelas de dedução da receita corrente para fins de RCL.

268. Diferentemente do que apregoa a STN, a erosão da base de cálculo do parâmetro fiscal pela via hermenêutica não contribui para o equilíbrio fiscal, mas sim abrevia situações de risco que podem simular desvios dos Poderes e órgãos autônomos da União que detêm limites específicos de pessoal. Com efeito, tem-se aumentado o risco de impor severas restrições constitucionais e legais aos respectivos órgãos, assim como se condiciona a própria União a restrições quando da realização de operações de crédito para captação de recursos no mercado, conforme abordado no relatório que fundamenta o Acórdão 352/2008-TCU-Plenário e no alerta expedido ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em 2010 (Acórdão 1.041/2010-TCU-Plenário, rel. min. Raimundo Carreiro).

269. Além desse aspecto, a subavaliação da RCL federal pelos motivos defendidos pela STN cria inaceitável situação de desigualdade entre os Poderes e órgãos da União em relação aos correspondentes nos estados e demais entes, que devem se sujeitar às mesmas normas gerais, ressalvadas apenas as peculiaridades que sejam próprias de cada esfera, o que não se justifica nas

transferências do tipo, que igualmente podem ser instituídas pelos estados em relação aos respectivos municípios.

270. Não faz sentido a União subavaliar sua RCL com dedução de despesas custeadas com títulos públicos e recursos que não integram a receita corrente, enquanto os entes subnacionais sequer deduzem, pelo atual texto da LRF, os recursos recebidos a título de transferência voluntária, para exemplificar um caso emblemático de recurso que, pela sua natureza vinculada e com restrições constitucionais, não pode ser utilizado, na execução financeira, para custear nenhum dos principais componentes fiscais (pagamentos de pessoal, dívida etc.).

271. A estratégia adotada pela STN para conter os gastos apenas dos Poderes da União Federal não se demonstra compatível com a noção de federalismo, que submete todos os entes, em matéria de finanças públicas, a normas gerais. Não há espaço no texto constitucional para dispensar lógicas tão discrepantes à metodologia de cálculo do principal parâmetro de monitoramento e avaliação da política fiscal, que não comporta corrosões tampouco adições à margem do que prevê expressamente a LRF e a Carta Política, sob risco de subverter e desequilibrar o binômio fiscal definido pelo legislador em 2000.

272. Por outro lado, não se desconhece que, ao apreciar o processo de acompanhamento do RGF que resultou no Acórdão 969/2019-TCU-Plenário, a relatora fez constar em seu voto que a exegese empreendida não configurava alteração da jurisprudência contida no Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, ratificada pelo Acórdão 667/2008-TCU-Plenário. **Entretanto, a manifestação objeto do voto não se refletiu nos dispositivos da decisão, e a análise sistemática realizada nestes autos expõe outra realidade, agravada pelos números decorrentes da pandemia.**

273. Embora a definição do conceito da RCL, contida no inciso IV e parágrafos do art. 2º da LRF, seja exaustiva, isto é, liste todas as inclusões e deduções possíveis, sem margem para interpretações elásticas a ponto de criar novas deduções de receita não previstas nos dispositivos referidos, as decisões assentadas nos Acórdãos 667/2008 e 969/2019 acabaram por pavimentar uma via preocupante para a expansão artificiosa das deduções, o que não se coaduna com a jurisprudência de hermenêutica jurídica.

274. Para além do aspecto hermenêutico, **o trecho do voto condutor do Acórdão 969/2019-TCU-Plenário que trata da dedução dos auxílios financeiros, sem dispositivo correspondente na decisão**, expõe um descompasso com o real significado jurídico-contábil e a amplitude da expressão definida no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, segundo o qual somente devem ser consideradas, no rol de dedução da receita corrente bruta para fins de cálculo da RCL, os valores repassados pela União aos entes subnacionais a título de ‘repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal’.

275. Com a pandemia de origem sanitária, os valores repassados, por determinação legal, sob a forma de auxílios financeiros atingiram o patamar de R\$ 76 bilhões, aos quais já se somam outros R\$ 3 bilhões referentes ao Programa de Apoio Emergencial do Setor Cultural devido à Pandemia da Covid-19, instituído pela Lei 14.017, de 29/6/2020 (popularmente conhecida de ‘Lei Aldir Blanc’). Para tanto, foi aberto crédito extraordinário pela MPV 990, de 9/7/2020 (‘Ação 00S8’), cuja despesa também é custeada com recurso da Fonte 144 (emissão de títulos no mercado), montante incorporado, por interpretação extensiva, ao rol de deduções da RCL a partir do 2º quadrimestre de 2020. Não há, em nenhum dos valores mencionados, arrecadação de receita corrente com posterior transferência aos entes subnacionais, no que configura a artificialidade da dedução.

276. A título meramente informativo, a distribuição desse auxílio destoa, e muito, dos critérios do FPE e FPM. De acordo com o art. 3º da Lei em tela, metade do auxílio vinculado à ação cultural destina-se aos estados e ao Distrito Federal, sendo 20% distribuídos de acordo com o FPE e o restante proporcionalmente à população; a outra metade é distribuída entre os municípios e o ente distrital segundo critérios equivalentes ao FPM e população, respectivamente. Prevê, ainda, que os **recursos não destinados** ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a descentralização aos municípios deverão ser automaticamente **revertidos ao fundo estadual de cultura** do estado onde o município se localiza ou, na falta deste,

ao órgão ou entidade estadual responsável pela gestão desses recursos (art. 3º, § 2º). Os requisitos em nada se assemelham aos critérios de distribuição do FPE e FPM.

277. Os auxílios financeiros, em outro contexto, enquadrar-se-iam plenamente no conceito de transferência voluntária disciplinado pelo art. 25 da LRF. Mas, tendo em vista os propósitos da EC 106/2020 e os pressupostos definidos pela Lei Complementar 173/2020, é plausível extrair a existência de criação de obrigação incondicional para a União, o que confere à transferência o caráter obrigatório da despesa própria da União.

278. Nas bases adotadas pela STN, a redução artificiosa da RCL federal suprime a previsibilidade do gestor, realidade em atrito com os pressupostos da gestão fiscal responsável, que deve se pautar na ação planejada com vistas a prevenir riscos. Nas bases atuais, aos titulares dos tribunais do Poder Judiciário, das Casas do Poder Legislativo e dos órgãos autônomos da União com limites específicos de despesa de pessoal (TCU e MPU) resta apenas a correção de desvios como instrumento de gestão, notadamente na área de pessoal.

279. Nos órgãos cujos limites de pessoal sejam preponderantemente absorvidos por despesas de agentes e servidores de carreira (ativos, inativos e pensionistas), como é o caso do TCU, MPU e Poder Judiciário, a adoção das medidas corretivas constitucional (art. 169, §§ 3º a 7º) e legalmente (art. 23 da LRF) previstas implica um ônus desproporcional à prática artificiosa de subavaliação da RCL pela progressiva erosão da sua base de cálculo pela via interpretativa.

280. A STN, em sua manifestação, tenta neutralizar este risco alegando o fato de que, em período de calamidade pública, o art. 65 da LRF suspende os prazos para adoção de medidas corretivas previstos no art. 23 do mesmo Diploma. Essa alegação, porém, não é suficiente para eliminar os riscos, uma vez que a metodologia da RCL adota como parâmetro o mês de referência e os onze anteriores, de modo que as deduções ocorridas em 2020 produzirão efeito sobre a RCL de 2021, sem que a flexibilidade do período de calamidade pública seja estendida. Ademais, diante das incertezas no cenário econômico, nada garante que os socorros por meio de auxílio financeiro cessarão no próximo exercício.

281. Conforme já foi mencionado anteriormente (parágrafo 73), a jurisprudência do STF é no sentido de que a União só deve repartir com os demais entes o produto de receitas efetivamente arrecadadas, sendo necessário configurar o real recolhimento, *in casu*, o ingresso de receitas correntes (RE 705.423-SE, Tema 653).

282. Ao deduzir valores de despesas cujos recursos sequer integraram a receita corrente bruta, a STN produz diminuição artificiosa da RCL federal. É nesse sentido que as decisões que sucederam o Acórdão 476/2003-TCU-Plenário se demonstram conflitantes com a primeira, expondo a necessidade de reafirmar o entendimento, nos termos do art. 16, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de forma a conferir segurança jurídica ao tema, sem perder de vista as consequências práticas da subavaliação da RCL federal mensuradas nesta análise.

283. Em sua manifestação, a STN também elenca um conjunto de características que justificariam a classificação das transferências intergovernamentais, que a Cartilha de Princípios Básicos das Transferências da União segrega em constitucionais, legais, discricionárias e voluntárias. O tema, porém, merece exame específico, não sendo o caso de sobrecarregar os presentes autos para desenvolver os contornos complexos que permeiam a matéria. Merecem visita os processos TC 035.358/2012-2 e TC 041.865/2012-0, cujos conteúdos foram aproveitados para subsidiar a análise empreendida pela Semag no Relatório que fundamentou o Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário (parágrafos 19-219).

284. No rol de possíveis consequências práticas da análise empreendida na instrução inicial, a STN aponta o possível aumento da alocação direta de recursos no FCDF nos exercícios de 2021 e 2022, em montante da ordem de R\$ 1,4 bilhão, que representariam 1,85% de R\$ 76 bilhões. Quanto a esse possível impacto, é oportuno esclarecer que a Lei 10.633 fixou, em 2003, o montante inicial a ser alocado pela União no FCDF, o qual deve ser **corrigido pela variação da RCL federal** (art. 2º), sem que haja incidência de percentual fixo sobre a RCL federal, como pode eventualmente parecer a partir dos números e percentuais apresentados pela STN.

285. Por outro lado, as iniciativas do Poder Executivo federal, diferentemente do que apregoa a STN, não demonstram qualquer intenção de empregar austeridade às despesas do FCDF, pelo contrário. Prova disso é a MPV 971, editada em 26/5/2020, um dia antes da sanção da Lei Complementar 173/2020, que impôs restrições a aumentos remuneratórios nas três esferas em 2020 e 2021. De acordo com a Exposição de Motivos 63/2020/MJSP, de 25/5/2020, que subsidiou a MPV em comento, o impacto da recomposição remuneratória das carreiras da área de segurança pública do Distrito Federal custeada pelo FCDF será de **R\$ 519,27 milhões** em 2020 e em cada um dos dois exercícios subsequentes.

286. Outra consequência prática levantada pela STN refere-se ao aumento das despesas com emendas de bancada para 2021 no valor de **R\$ 760 milhões**, correspondente a 1% de R\$ 76 bilhões (dos auxílios financeiros federais). A forma como a STN apresenta os números pode passar a impressão de que a análise empreendida nestes autos pode acarretar a criação de novas despesas, quando na verdade o efeito prático é evitar a subavaliação artificiosa de toda despesa referenciada na RCL, cuja premissa não se compatibiliza com a lógica de disponibilidade de caixa para custear este ou aquele gasto.

287. Convém observar que, a partir de 2015, a RCL federal ganhou *status* constitucional, adotada como parâmetro de fixação do montante das emendas parlamentares (individuais e de bancada). As ECs 86/2015 e 100/2019 inseriram o parâmetro fiscal em pelos menos quatro parágrafos do art. 166 da CF/88 (§§ 9º, 11, 12 e 17), não sendo razoável reduzir despesas dos Poderes independentes e órgãos autônomos com base em alegação de austeridade seletiva formulada pelo Poder Executivo.

288. Tomando por empréstimo as lições do auditor Odilon Cavallari de Oliveira *et al.*, autor da obra ‘Política pública e controle - um diálogo interdisciplinar em face da Lei 13.655/2018’ (Editora Fórum, 2018, 1ª Reimpressão), tem-se que:

- ‘i) as considerações relativas às consequências práticas devem sempre conduzir a resultados que otimizem a efetivação de direitos fundamentais e/ou os valores e princípios constitucionais;
- ii) as considerações relativas às consequências práticas imediatas (consequencialismo de ato) **devem ceder a favor das consequências práticas sistêmicas** (consequencialismo de regras);
- iii) as considerações relativas às consequências práticas somente devem ser realizadas quando houver informações confiáveis e consistentes sobre os fatos, que autorizem prognósticos consistentes sobre as possíveis consequências práticas, sob pena de o julgador decidir com base em percepções pessoais, mas sem respaldo em dados ou informações empíricas que credenciem o seu prognóstico.’

289. Registre-se, adicionalmente, que nem sempre se faz necessário ao julgador considerar as consequências práticas, mas apenas quando houver risco de a futura decisão criar situação que possa **colocar em risco algum valor ou princípio constitucional**, como, por exemplo, a segurança jurídica, a continuidade do serviço público (eficiência), a segurança pública, os direitos fundamentais etc., conforme exposto pelo autor durante painel temático sobre a ‘Mensuração das consequências práticas de natureza fiscal para atendimento do art. 20 da LINDB em ações judiciais’, realizado no bojo do TC 032.462/2019-0 (sem decisão de mérito), da relatoria do ministro Benjamin Zymler (peça 39), com cópia acostada nos presentes autos (peça 90).

290. A par de tais lições, a análise sistemática empreendida nestes autos, longe de colocar em risco, visa preservar princípios constitucionais, tais como a isonomia, a independência dos Poderes Judiciário e Legislativo, e a autonomia dos órgãos com poder de autogoverno, que sofrem abalo considerável com as práticas de esvaziamento da RCL federal pela via interpretativa, conferindo previsibilidade e segurança jurídica à gestão fiscal responsável a cargo dos titulares dos Poderes e órgãos autônomos.

291. Em desfecho, convém registrar, apenas a título de esclarecimento de um dos pontos suscitados pela STN, que a alocação de recursos do orçamento da União para organização e manutenção da segurança pública do Distrito Federal não poderia jamais ser alcançada pela redação da alínea ‘a’, inciso IV, do art. 2º da LRF, pois a conformação jurídico-constitucional do FCDF não comporta transferência de recursos federais para o ente distrital.



292. A uma, porque não se trata de descentralização de recursos que alicerça o federalismo cooperativo, mas sim exercício direto pela União de sua **competência material exclusiva** (art. 21, XIV, CF/88), que lhe impõe o dever de organizar e manter a segurança pública do Distrito Federal e prestar auxílio financeiro nas áreas definidas legalmente (educação e saúde), cujas ações devem ser operacionalizadas por meio de **fundo próprio federal**, único figurino compatível com a noção jurídica de competência material exclusiva, indelegável pela sua essência.

293. A duas, harmônica com a lógica constitucional, a LRF insere as despesas de pessoal da segurança pública do Distrito Federal, pagas pelo Tesouro Nacional por meio de fundo de natureza federal (FCDF), no limite de pessoal da União (art. 20, I, 'c'), o que por si só torna a ideia de realizar transferência intergovernamental desprovida de lógica e plausibilidade jurídica, pois não há esse tipo de transferência entre as unidades que figuram, de forma integrada, no orçamento da União.

294. A três, a própria Lei 10.633/2003 estabelece, de forma taxativa e inequívoca, que as folhas de pagamentos dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal, 'custeadas com recursos do Tesouro Nacional, deverão ser **processadas** através do sistema de administração de recursos humanos do Governo Federal' (art. 1º, § 3º), dispondo o FCDF de unidade orçamentária específica no orçamento da União (UO 73.105) para recebimento do aporte de recursos federais (art. 3º), que devem ser executados sob a supervisão do Ministério da Economia, sendo restrita à União a competência para gerar despesas a serem pagas pelo Tesouro Nacional por meio do fundo federal, cabendo ao Governador distrital tão somente o comando operacional dos agentes de segurança pública, nos termos e limites fixados em **lei federal** exigida constitucionalmente (art. 32, § 4º).

#### *4.1.2.3. Análise das Alegações da PGFN*

295. A PGFN, como exposto nas alegações, defendeu o caráter estadual e municipal dos auxílios financeiros repassados pela União, como se receitas próprias fossem dos entes subnacionais. Para tanto, socorreu-se do art. 6º, § 1º, da Lei 4.320/1964, segundo o qual as **cotas de receita** que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber. O dispositivo, todavia, não traduz a ideia patrocinada pela PGFN.

296. A uma, porque o caso em questão não se refere à distribuição de nenhuma cota de receita corrente federal aos entes subnacionais, porque sequer há receita corrente envolvida na operação realizada pela União. O que há são repasses de valores que decorrem de endividamento da União, que capta recursos no mercado financeiro mediante emissão de títulos públicos. Tais recursos, de um lado, custeiam a despesa própria da União para implementar determinados programas, de outro, aumentam o endividamento público federal.

297. Não há, no plano da execução orçamentária e financeira mensal, qualquer norma voltada para exclusão de duplicidades que resultam de **operações intergovernamentais** decorrentes das relações estabelecidas no âmbito do federalismo cooperativo. Tais duplicidades somente são excluídas por ocasião da consolidação anual das contas nacionais referida no art. 50 da LRF, sem produzir qualquer efeito sobre a metodologia de cálculo da RCL apurada a cada bimestre no âmbito de cada ente da Federação. Trilhar o caminho sugerido pela PGFN exigiria uma reformulação estrutural no texto da LRF, sob pena de colocar a União e, também os estados, em situação de **colapso fiscal irreversível**, uma vez que o conceito de RCL nunca considerou esse tipo de exclusão com suas gravosas repercussões.

298. A duas, a prevalecer a ideia ventilada no parecer da PGFN, toda e qualquer transferência intergovernamental realizada pela União deveria reduzir a receita corrente para fins de cálculo da RCL federal para, em contrapartida, ser considerada receita própria dos entes subnacionais, inclusive as transferências voluntárias, as transferências do SUS, a complementação da União ao Fundeb, dentre outras despesas próprias da União realizadas de forma descentralizada na esteira do federalismo cooperativo. Não é isso, porém, que foi estabelecido pelas normas gerais de finanças públicas brasileiras.

299. Na verdade, os entes subnacionais são obrigados a registrar em seus orçamentos, a título de

receita, qualquer transferência da União por duas razões: primeiro, em respeito ao princípio do orçamento bruto, segundo o qual, nos termos do art. 6º, *caput*, da Lei 4.320/1964, todas as receitas e despesas constarão do orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções; segundo, os incisos I e II do art. 167 da CF/88 vedam o início de programas ou projetos não incluídos na LOA (inciso I) e a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais (inciso II).

300. Assim, não há nenhuma hipótese de transferência intergovernamental federal (voluntária e obrigatória) que não seja considerada no rol de receita bruta dos entes subnacionais, nas categorias econômicas corrente ou de capital, de forma a equilibrar o orçamento. Em relação à natureza jurídica, a PGFN manifestou-se pelo nítido caráter de transferência obrigatória, em plena convergência com a análise empreendida nestes autos.

301. Sobre as espécies de transferências intergovernamentais defendidas pela PGFN, sendo uma voluntária, outra que decorre de determinação constitucional e legal, e uma terceira destinada ao SUS, que seria de caráter *sui generis*, a ideia também não tem como lograr êxito, já tendo sido a questão analisada de forma minudente no Relatório de Auditoria realizada pela Semag em atendimento 9.5 do Acórdão 5.367/2012-TCU-Segunda Câmara, cujos procedimentos foram realizados no bojo TC 041.865/2012-0 (peça 60, parágrafos 190-218), com cópia acostada nestes autos (peça 33).

302. A análise histórica desenvolvida no documento expõe em que momento das transferências do SUS foram consideradas *sui generis* por ocasião da elaboração da LRF, publicada em 5/5/2000, quando ainda tramitava a EC 29, que só veio a ser promulgada posteriormente, em 13/9/2000, quando faz surgir a determinação constitucional que cria obrigação incondicional para a União e para os estados.

303. Também explica que, com o advento da EC 19/1998, sobreveio a vedação que proíbe a destinação de recursos de transferências voluntárias para pagamento de pessoal, tornando vulneráveis programas específicos da política nacional de saúde, a exemplo dos programas de saúde da família e agente comunitário, cujas condicionantes de entrega do recurso até então vigentes (art. 4º da Lei 8.142/1990) são próprias de transferências voluntárias elencadas no art. 25 da LRF.

304. Ao regulamentar o art. 198 da CF/88, a Lei Complementar 141/2012 não apenas reforça a determinação incondicional imposta à União e aos estados, como também disciplina as regras para entrega de recursos do SUS a título de transferência obrigatória - dimensão de obrigação incondicional - e transferência voluntária em três distintas passagens, que comprovam a assertiva:

‘Art. 18. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com as ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital, a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde, de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos.

Parágrafo único. Em situações específicas, os **recursos federais** poderão ser transferidos aos Fundos de Saúde por meio de **transferência voluntária** realizada entre a União e os demais entes da Federação, adotados quaisquer dos **meios formais previstos no inciso VI do art. 71 da Constituição Federal**, observadas as normas de financiamento.

(...)

Art. 20. As transferências dos Estados para os Municípios destinadas a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovados pelo respectivo Conselho de Saúde.

Parágrafo único. Em situações específicas, os **recursos estaduais** poderão ser repassados aos Fundos de Saúde por meio de **transferência voluntária** realizada entre o Estado e seus Municípios, adotados quaisquer dos **meios formais previstos no inciso VI do art. 71 da**

**Constituição Federal**, observadas as normas de financiamento.

(...)

Art. 22. É vedada a exigência de restrição à entrega dos recursos referidos no inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição Federal na modalidade regular e automática prevista nesta Lei Complementar, os quais são considerados **transferência obrigatória** destinada ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, sobre a qual **não se aplicam as vedações do inciso X do art. 167 da Constituição Federal** e do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.’ (grifamos)

305. O texto do art. 22 da Lei Complementar 141/2012, além de classificar os repasses regulares e automáticos como transferência obrigatória, o faz com a preocupação de preservar a continuidade dos programas federais que passam, essencialmente, pela contratação de pessoal, razão pela qual faz menção expressa à vedação do art. 167, inciso X, da CF/88, reproduzida no art. 25 da LRF, ambos ressalvados.

306. Como se vê, os repasses do SUS constituem transferências intergovernamentais que tanto podem ser realizadas sob a forma de transferência obrigatória, na composição que decorrer de determinação constitucional e no caso também legal, quanto sob a forma de transferência voluntária. Com o advento da regulamentação específica, não há mais razão para militar pelo caráter *sui generis* das transferências do SUS, que foi válido até 2012, quando a norma geral específica entrou em vigor.

307. Quanto à divergência apresentada pela PGFN sobre a análise empreendida à luz do MS 33.079/DF, eles não são apenas válidos, como convergem com a análise da PGR em sede da ADI 5.791, por meio da qual se discute a competência do TCU e outros órgãos da União para fiscalizar, processar e julgar irregularidades na aplicação de recursos da complementação federal ao Fundeb, cuja lógica cooperativa e de solidariedade na fiscalização de transferências obrigatórias da União se aplica para o caso em questão, como será demonstrado no tópico seguinte.

308. Também não tem como prosperar a relação feita pela PGFN entre obrigações incondicionais e despesas obrigatórias de caráter continuado segundo o conceito dado pelo art. 17 da LRF (DOCC). Exemplo disso são as transferências dos programas da educação administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), todos previstos em lei que fixam obrigação para a União, porém tais não são consideradas obrigações incondicionais, configurando transferência voluntária consoante entendimento reafirmado no Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário já mencionado.

309. E, diferentemente do que militou a PGFN, a razão para as transferências do SUS, da ordem de R\$ 81 bilhões em 2019, não serem alcançadas pelas da alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da LRF não decorre do fato de que tais repasses não configurem transferências obrigatórias *stricto sensu*. Essa é uma classificação definida inequívoca e peremptoriamente no art. 198, § 3º, inciso II, da CF/88, e no art. 22 da Lei Complementar 141/2012, sem espaço para maiores digressões. Tais deduções não ocorrem em razão do entendimento assentado no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, que limitou o raio de alcance da expressão ‘determinação constitucional ou legal’ à repartição de receita corrente, o que não ocorre com as transferências do SUS, com a complementação federal ao Fundeb e tampouco com os auxílios financeiros federais instituídos para os fins previstos na EC 106/2020.

310. Para finalizar, igualmente não merecem guarita a ideia de que a natureza federal dos repasses a título de auxílio financeiro defendida nestes autos afrontaria a autonomia dos entes subnacionais, questão exaustivamente demonstrada nos autos.

## 4.2. Controladoria-Geral da União

### 4.2.1. Resposta da Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo Federal

311. A SFC/CGU se manifestou por meio do Ofício 13.576/2020/SFC/CGU (peça 63). Informou que, de início, o entendimento inicial da equipe técnica do controle interno acerca da questão estava alinhado à proposta de encaminhamento da Semag, em que pese as discussões preliminares

não se debruçarem sobre questões relacionadas ao impacto das possíveis interpretações no cálculo da RCL federal, mas tão somente sobre a competência da União em fiscalizar e editar normas acerca da prestação de contas dos recursos recebidos por entes subnacionais decorrentes da Lei Complementar 173/2020. Todavia, aduziu que, após análise detida acerca STN para discutir o assunto, o controle interno do Poder Executivo federal adotou entendimento diverso da proposta de encaminhamento da equipe técnica do TCU.

312. Alinhado aos Acórdãos 476/2003, 667/2008-TCU-Plenário e Acórdão 969/2019-TCU-Plenário, o controle interno do Poder Executivo manifestou alinhamento com o entendimento da STN exposto na Nota Técnica-SEI 25.829/2020/ME, no sentido de entender que os apoios/auxílios financeiros da União aos entes subnacionais estabelecidos por lei, sem contraprestação direta ao ente transferidor e não restituíveis pelo recebedor tem características análogas às transferências constitucionais e legais decorrentes de repartição de receitas, sendo necessária, portanto, a sua dedução da RCL.

313. Ressaltou que, segundo o disposto no § 6º do art. 5º da Lei Complementar 173/2020, os valores entregues pela União aos entes subnacionais deverão ser creditados pelo Banco do Brasil S.A. Na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do FPE e FPM, conferindo entendimento adicional acerca da característica desses repasses previstos no referido normativo, qual seja, de **características análogas às repartições de receitas**.

314. A partir desse entendimento, e em respeito ao pacto federativo, registrou o entendimento do controle interno do Poder Executivo federal no sentido de que a **competência para fiscalização dos referidos recursos é dos órgãos de controle estaduais e municipais**. Sob outra perspectiva, ressaltou que, caso o entendimento do TCU seja de que as supramencionadas transferências tenham como origem recurso de natureza federal, deve-se considerar que a MPV 938/2020 e a Lei Complementar 173/2020 não estabeleceram requisitos e/ou mecanismos de acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos pelos órgãos federais, apontando a necessidade de se delimitar objetivamente quais são as responsabilidades do gestor federal e do gestor local na avaliação dessas transferências, inclusive com modulações sobre o efeito não imediato desse entendimento.

315. Concluiu no sentido de que já existe jurisprudência consolidada no âmbito do TCU sobre o assunto, destacando que eventuais opiniões divergentes à esposada nos referidos Acórdãos criariam cenário de insegurança jurídica acerca dos procedimentos a serem adotados para contabilização e fiscalização desses recursos entregues pela União.

#### 4.2.2. Análise das Alegações da SFC/CGU

316. A manifestação da SFC/CGU não traz novidade argumentativa sob o ponto de vista jurídico, reprisando as alegações da STN no que diz respeito aos precedentes do TCU supramencionados.

317. Quanto à alegação no sentido de que a utilização das contas bancárias do FPE e FPM para operacionalizar os repasses dos auxílios financeiros constituiria característica análoga à repartição de receita, o argumento demonstra-se inconsistente, desprovido de lógica e razoabilidade jurídica, pois a repartição de receita, matéria de índole constitucional, não tem sua natureza definida pela conta bancária utilizada para operacionalização as transações. Fosse assim, o regime de **conta única** do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil (Bacen) conforme Instrução Normativa 4, de 31/7/1998, seria suficiente para desnaturar as receitas da União, o que não se cogita.

318. Se o simples fato de depositar o recurso na conta corrente do FPE e FPM fosse suficiente para definir a sua natureza, os repasses a título de auxílio financeiro deveriam integrar as bases de cálculo dos diversos mínimos constitucionais nas esferas estadual, distrital e municipal (educação, saúde, Poder Legislativo), o que não foi defendido pelo Poder Executivo federal.

319. Ademais, essa linha de argumentação apresentada pela STF/CGU conflita com o disposto no art. 5º da EC 106/2020, segundo o qual as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional deverão constar de **programações orçamentárias específicas** ou contar com **marcadores que as identifiquem**, e serem avaliadas separadamente na prestação de



contas presidencial, além da publicação bimestral no RREO.

320. Dessa forma, é dever dos gestores nas três esferas promover a identificação dos recursos destinados ao enfrentamento da Covid-19, seja pela adoção de códigos específicos de fonte/destinação de recursos ou outro instrumento de segregação da execução orçamentária que se equivalha, pois, a despeito da extinção da ADI 6.357, o STF fixou, no julgamento final, entendimento claro no sentido de que a EC 106/2020 se aplica aos estados, Distrito Federal e municípios em todos os seus dispositivos (<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443281>).

321. Consciente desse dever, o Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (Gefin), instância colegiada que integra o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), apresentou à STN a necessidade de dispor de fontes específicas alternativas para identificar os auxílios financeiros federais no âmbito da proposta de padronização de fonte formulada para substituir a Portaria-STN 394, editada em 17/7/2020 para atender Recomendação expedida pelo MPF no âmbito do Inquérito Civil 1.26.000.001112/2020-78 (peça 87) e encaminhada ao Ministro da Economia pelo procurador-geral da República (peça 88), cujo teor converge com a Recomendação 13/2020 do MPF expedida à STN em conjunto com o Ministério Público de Contas (peça 12).

322. A título meramente informativo, convém observar que, de acordo com a proposta formulada pelo Gefin/Confaz apresentada à STN (peça 85), também encaminhada à Semag (peças 83-84), as fontes oriundas dos auxílios financeiros federais precisariam atender ao seguinte detalhamento mínimo:

<b>Codificação Proposta pelo Gefin/Confaz à STN</b>	<b>Descrição da Fonte Proposta pelo Gefin/Confaz à STN</b>
560 - Auxílio Financeiro da União para enfrentamento da Covid-19 - vinculação à Saúde ou à Assistência Social	Controle dos recursos originários de transferência obrigatória da União a título de auxílio financeiro vinculado a ações de saúde ou de assistência social, conforme critérios de distribuição e vinculação previstos no inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173, de 2020
561 - Auxílio Financeiro da União para enfrentamento da Covid-19 - aplicação restrita pelo Poder Executivo	Controle dos recursos originários de transferência obrigatória da União a título de auxílio financeiro, com aplicação restrita pelo Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme critérios de distribuição e restrições previstos no inciso II do art. 5º e Anexo I da Lei Complementar 173, de 2020
562 - Auxílio Financeiro da União para enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais da Covid-19 - sem restrição de aplicação entre os Poderes	Controle dos recursos originários de transferência obrigatória da União a título de auxílio financeiro instituído pela Medida Provisória 938, de 2000, de caráter provisório e instituído com o propósito exclusivo de enfrentamento do contexto da calamidade pública nacional e de seus efeitos sociais e econômicos, conforme previsto na Emenda Constitucional 106, de 2020

Fonte: Ofício Comsefaz 105/2020 (peça 84), Ofício S/N-Conpeg/Comsefaz (peça 85), Nota Técnica do Gefin/Confaz sobre a Proposta de Padronização de Fontes e Destinação de Recursos para a Federação (peça 86).

323. Como se vê, os gestores estaduais não apresentam como solução, para operacionalizar a EC 106/2020 e a Lei Complementar 173/2020, a execução dos recursos dos auxílios financeiros federais como se FPE fossem, porque, se assim o fizessem, não seria possível excluí-los das bases de cálculo dos mínimos constitucionais, por exemplo.

324. Sem a pretensão de deslocar para os presentes autos a discussão deflagrada no TC 022.777/2020-2 (rel. min. Augusto Sherman), referente à Representação do Ministério Público de Contas acerca de possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais destinados ao custeio de ações de enfrentamento da pandemia de Covid-19, é inequívoco que a padronização das fontes, em grau de detalhamento que atenda as especificidades constitucionais e legais, constitui fator determinante para a qualidade do monitoramento a ser realizado pelos órgãos do Poder Executivo e a avaliação sobre a eficiência na alocação dos recursos originários do orçamento da

União.

325. Sobre a falta de requisitos e/ou mecanismos na MPV 938/2020 e na Lei Complementar 173/2020 para o acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos recursos pelos órgãos federais, não é determinante para definir a natureza jurídica do recurso. São inúmeras as leis que disciplinam repasses de natureza federal e não adentram em questões próprias do funcionamento dos órgãos de controle.

326. A competência do TCU para fiscalizar a aplicação de recursos federais decorre do art. 71, inciso VI, da CF/88, diretamente ou com o apoio dos órgãos que integram o sistema de controle interno, cuja normatividade não depende de regulamentação. Todavia, embora a regulamentação específica não constitua requisito de procedibilidade para qualquer fiscalização referente à aplicação dos recursos de natureza federal, o art. 3º da Lei 8.443/1992 confere à Corte de Contas competência plena para regulamentar a questão, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

327. No plano do Poder Executivo, o art. 24 da Lei 10.180/2001 insere na competência da SFC/CGU a fiscalização e avaliação da execução dos **programas de governo**, inclusive **ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União**, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento (inciso II). A MPV 978/2020, que abriu créditos extraordinários para os auxílios financeiros previstos na Lei Complementar 173/2020, faz expressa referência ao '**Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19**', situação contemplada no dispositivo que disciplina a atuação da SFC/CGU e em conformidade com a necessidade de segregação exigida pelo art. 5º da EC 106/2020.

328. A própria Lei Complementar 173/2020 dispõe, de forma inequívoca, que as flexibilizações de dispositivos que norteiam a execução orçamentária e financeira **não eximem seus destinatários**, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, da '**observância das obrigações de transparência, controle e fiscalização** referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, na forma por eles estabelecida' (art. 3º, § 1º, inciso II). Dessa forma, tanto o TCU, quanto a SFC/CGU dispõem de meios legais para disciplinar a forma de fiscalização dos recursos destinados ao enfrentamento da calamidade pública nacional.

329. Quanto à delimitação das responsabilidades do gestor federal e do gestor local na avaliação das transferências a título de auxílio financeiro, apresentado pedido de modulações sobre o efeito não imediato desse entendimento, a questão se resolve nos mesmos moldes adotados, por exemplo, para as transferências do SUS, que não necessariamente se sujeitam à prestação de contas de cada real, mas sim a mecanismos de monitoramento na esfera federal voltados para o acompanhamento e a avaliação das ações para, em caso de se constatar irregularidade na aplicação, serem adotadas as medidas cabíveis, conforme previsto no art. 33, § 4º da Lei 8.080/1990, atualmente sob a regência da Lei Complementar 141/2012.

330. Igualmente ocorre com a complementação da União ao Fundeb que, embora constitua recurso de natureza federal e tenha origem no orçamento da União, não necessariamente a transferência obrigatória se sujeita à prestação de contas formal como ocorre, em geral, com as transferências voluntárias. Todavia, em caso de desvio ou outra irregularidade, é o TCU competente para fiscalizar e, em especial, julgar as contas para assegurar o ressarcimento do dano, nos termos do art. 71, inciso II, da CF/88, e do art. 26, inciso III, da Lei 11.494/2007. Cite-se a ADI 5.532, assim como merecem menção os Acórdãos 1.824/2017 e 1.962/2017, ambos do Plenário do TCU, relatados pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

331. No parecer exarado na ADI 5.532 (peça 93), com decisão transitada em julgado que negou seguimento ao feito, a PGR enfrentou com balizas claras como devem ocorrer a fiscalização e o controle dos recursos federais repassados a título de complementação do Fundeb. A lógica jurídica empreendida no referido parecer responde, em boa medida, os questionamentos levantados pela SFC/CGU, podendo servir de parâmetro para a fiscalização das transferências obrigatórias de

natureza federal repassadas a título de auxílio financeiro para o enfrentamento da Covid-19:

‘Cabe a estados, Distrito Federal e municípios a **obrigação direta** de assegurar correta aplicação dos recursos federais repassados ao FUNDEB a título de complementação do valor mínimo por aluno definido nacionalmente. A natureza federal dos recursos financeiros, somada ao caráter vinculado deste a despesa específica, atraem, na via judicial, competência da Justiça Federal para julgar irregularidades na aplicação desses recursos e, em controle externo, a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União (TCU).

Há inúmeros acórdãos de turmas e do Plenário do TCU no sentido de que ‘complementação das verbas do FUNDEB pela União **atrai competência do TCU para fiscalizar cumprimento de todo o conjunto de obrigações impostas pelas normas de regência aos entes envolvidos pelo custeio**, não se limitando o controle externo do Tribunal a aspectos financeiros da gestão. Portanto, o TCU pode fiscalizar a integralidade das despesas realizadas, **devendo, contudo, no caso de eventual condenação em débito, limitar o montante da dívida ao valor da complementação da União e dos outros repasses federais envolvidos**’. Existência de complementação da União nos repasses para o FUNDEB é condição essencial para que o objeto se insira na esfera de competência do TCU.

A esse respeito, o Supremo Tribunal Federal entende competir à Justiça Federal julgar ações que tenham por objeto ilícitos na aplicação de recursos federais (CR, art. 109, I e IV), por estar o interesse da União agregado ao recurso repassado em face de sua aplicação permanecer sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União (CR, arts. 70, parágrafo único, e 71, caput, II e VI). Entende o STF que reconhecimento da competência do TCU, em relação às verbas do FUNDEF (atual FUNDEB), está configurada quando houver repasse de recursos federais aos demais entes federativos. **Não se deve deixar de lado também o fato de que essas verbas federais são transferidas a outros entes da federação para cumprir determinadas competências e finalidades da União. Se as verbas são desviadas ou mal empregadas, por exemplo, tanto o patrimônio quanto o interesse jurídico da União são feridos**, o que é igualmente fator apto a caracterizar competência federal, nos termos do art. 109, IV, da CR. [...]

A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece competência penal à Justiça Federal para apurar crime envolvendo verbas do FUNDEB/FUNDEF, independentemente de complementação do valor mínimo anual por aluno. Na esfera cível, considera necessário o repasse de recursos federais para atrair a competência da Justiça Federal. Por conseguinte, compete ao TCU fiscalizar o emprego de recursos federais transferidos aos fundos de cada estado e do Distrito Federal a título de complementação do valor mínimo anual por aluno, nos termos do art. 26, III, da Lei 11.494/2007.’ (grifamos)

332. Os recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, por exemplo, têm **destinação específica** (inciso I) e **restrição explícita** que lhe dá caráter vinculado ao Poder Executivo (inciso II), de modo que, a teor dos arts. 70, parágrafo único, e 71, incisos II e VI, da CF/88, o repasse de verbas federais confere ao TCU a competência para fiscalizar a sua correta aplicação onde quer que eles estejam sendo aplicados, mesmo que por outros entes federados, pois não se pode suprimir da União a competência de monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, se são desviados ou mal empregados, questões que ferem tanto o patrimônio quanto o interesse jurídico da União. Ocorre o mesmo com os auxílios financeiros vinculados pela União a ações de cultura, com cláusula de reversão aos cofres estaduais que não se harmoniza com os pressupostos das transferências constitucionais que compõem a cesta do pacto federativo fiscal.

333. Isso, de forma alguma, afasta a **obrigação de cada ente subnacional** de assegurar correta aplicação dos recursos federais repassados para o enfrentamento da Covid-19, a exemplo da análise empreendida pela PGR no caso da complementação da União ao Fundeb.

334. Apesar dos normativos e precedentes mencionados, não são raras as discussões sobre prestação de contas e outras formas de fiscalização de vultosos recursos de natureza federal repassados aos entes subnacionais que não se amoldam ao conceito e à lógica do pacto federativo fiscal.

335. No afã de racionalizar as prestações de contas, o que é bem-vindo e se conforma com o princípio constitucional da eficiência administrativa, por vezes esse debate é permeado de imprecisões acerca dos conceitos e natureza jurídica dos repasses, sua classificação e instrumentos jurídicos formais adotados para a realização. Discussão nesse sentido foi enfrentada no Relatório que fundamenta o Acórdão 3.061/2019-TCU-Plenário (rel. min. Ana Arraes), sobressaindo a análise de mérito realizada pela Semag (parágrafos 19-219), a qual contou com a convergência do parecer do Ministério Público de Contas e a anuência da relatora.

336. Para exemplificar a possibilidade de avanços no caso da transparência e controle dos auxílios financeiros federais para enfrentamento da Covid-19, merece citação a Plataforma +Brasil, instrumento relevante de monitoramento das transferências federais instituído pelo Decreto 10.035/2019, que absorveu o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv).

337. Embora o art. 3º do Decreto em tela especifique alguns instrumentos jurídicos de repasse, que em geral são adotados para a realização de transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse, termos de parceria, de colaboração e de fomento), o próprio § 1º dispõe que as transferências executadas por instrumentos não previstos no referido artigo poderão ser operacionalizadas na mesma Plataforma, nos termos estabelecidos em acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Economia e o órgão ou entidade responsável pela transferência. E, consoante o art. 14, os ministros da Economia e da CGU poderão editar normas e diretrizes conjuntas para a implementação do referido Decreto.

338. Merece menção a Portaria Interministerial 252, de 19/6/2020, que estabelece normas de execução orçamentária e financeira da **transferência especial** aos entes subnacionais decorrente de emendas parlamentares previstas no art. 166-A da CF/88, com previsão de registro, para fins de transparência e controle social, dos dados e informações referentes à execução dos recursos recebidos na referida Plataforma (art. 18).

339. Portanto, a questão levantada pela SFC/CGU se resolve, no plano operacional, com a adoção de medidas semelhantes por meio da Plataforma +Brasil, dispondo o Poder Executivo federal dos meios jurídicos suficientes para regulamentar a matéria no campo infralegal, como o fez para o monitoramento da aplicação da transferência especial decorrente de emendas parlamentares, cujo dispositivo constitucional igualmente não especifica - e não precisa especificar - a esfera competente para a sua fiscalização, que se define essencialmente pela natureza e origem federal do recurso, dentre outros fatores.

340. Quanto à modulação de efeitos da decisão que vier a ser proferida, como dito, a questão se resolve, objetivamente, com medidas operacionais simples que assegurem o detalhamento de códigos de fonte distintos para identificação dos auxílios financeiros instituídos para o enfrentamento da calamidade pública nacional, e providências ministeriais para que o monitoramento seja feito pela Plataforma +Brasil. No plano operacional da execução orçamentária e financeira, não se vislumbra, no presente caso, razão para se postergar a eficácia da decisão para momento futuro no que conflitar com o disposto no art. 5º da EC 106/2020 e promoção da transparência de que trata a Lei Complementar 173/2020.

341. As iniciativas elencadas, pelos meios de que o Poder Executivo federal dispõe, são essenciais na medida em que dialogam com o interesse social de acompanhar, *pari passu*, o grau de eficiência da alocação dos recursos oriundos dos orçamentos da União, cuja fonte de financiamento, diga-se de passagem, decorre de endividamento público que já impõe - e imporá pelos próximos anos - elevado ônus fiscal a toda população brasileira, que já enfrenta um *deficit* primário do Governo Central estimado em **R\$ 861 bilhões** (12% do PIB), valor que corresponde a **109%** da RCL federal projetada para o exercício (R\$ 789,9 bilhões). A estimativa do *deficit* primário consta da Nota à Imprensa (peça 92) divulgada pelo Ministério da Economia, em 22/9/2020, referente à avaliação das receitas e despesas do 4º bimestre de 2020, enquanto da RCL federal foi extraída do RREO de julho/2020.

342. Ao dar concretude à exigência de índole constitucional (art. 5º da EC 106/2020), que impõe a segregação e a ampla divulgação das despesas efetivamente realizadas com recursos federais



destinados ao enfrentamento da pandemia, a proposta de reconhecimento da **natureza jurídica federal** dos auxílios financeiros prestigia o interesse público. Assim sendo, fica prejudicado o intento de modulação de efeitos da decisão com base no § 3º do art. 927 do Código de Processo Civil (CPC), cujos desdobramentos resultariam na supressão da exigência constitucional reforçada pela Lei Complementar 173/2020, que determina a identificação pormenorizada das informações e sua ampla divulgação, para fins de controle oficial e social, mesmo após cessado o período da calamidade pública nacional (art. 3º, § 1º, II).

343. Já no que toca à necessidade de reafirmar o entendimento, no sentido de fazer prevalecer o teor do item 9.2.1.1 do Acórdão 473/2003-TCU-Plenário, que restringe a amplitude das expressões ‘valores transferidos’ por ‘determinação constitucional ou legal’ a transferências da União aos entes subnacionais a título de **‘repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal’**, a discussão empreendida nestes autos demonstra-se adequada e especificamente fundamentada com base em referenciais doutrinários e jurisprudenciais de densa relevância, que evidenciam a necessidade e a pertinência da reafirmação do entendimento proposta, **modulando-se os efeitos do entendimento que se propõe a partir do exercício de 2020**.

344. Os reflexos da decisão que vier a ser proferida nestes autos, como dito, são indutores da segurança jurídica com a estabilização, **a partir do corrente ano**, do principal parâmetro norteador da gestão fiscal responsável, da proteção da confiança e da isonomia dos Poderes e órgãos autônomos da União em relação aos correspondentes nas demais esferas, assim como interpodere na esfera federal. Dessa forma, demonstram-se plenamente atendidos os requisitos elencados no § 4º do art. 927 do CPC.

### 4.3. Advocacia-Geral da União

#### 4.3.1. Respostas dos Órgãos de Representação Jurídica da Advocacia-Geral da União

345. A Secretaria-Geral de Consultoria da AGU se manifestou com apresentação do Ofício 018/2020/SGCS/AGU (peça 64). Em apertada síntese, o órgão informou que, no que tange aos pontos relacionados ao mérito da *vexata quaestio* pertinente a Direito Financeiro, Finanças Públicas e aspectos fiscais e orçamentários examinados no bojo do da representação em questão, por se tratar de tema de competência exclusiva do Ministério da Economia, a competência originária para prestar consultoria e assessoria jurídicas insere-se no rol de atribuições institucionais e legais da PGFN, consoante o art. 13 da Lei Complementar 73/1993, razão pela qual encaminhou o Parecer-PGFN-SEI 12.555/2020/ME (peça 65).

346. Na sequência, informou que o tema de fundo, por ora, ainda não foi enfrentado pela Consultoria-Geral da União ou pelo advogado-geral da União, no que encerra a manifestação do órgão incumbido pela representação jurídica da União.

347. Sobre a recente decisão da 1ª Turma do STJ no RMS 61.997, que estabelece hipótese de **competência concorrente**, entre o TCU e o TCDF, **para julgamento de contas da aplicação de recursos federais** destinados à saúde no Distrito Federal, registre-se que, ao tomar ciência da decisão do relator dos presentes autos, a Conjur/TCU instaurou o TC 026.660/2020-2 (Processo Administrativo), no qual analisou os aspectos levantados na instrução inicial e proferiu densa manifestação jurídica (peça 77) encaminhada ao relator, min. Bruno Dantas, à AGU e à Procuradoria-Geral da União (PGU/AGU), conforme Ofícios 567 e 568/2020-TCU/Conjur, de 4/8/2020 (peça 78), na qual destacou, em resumo, que o **entendimento do STJ destoa, ainda, da competência da União reservada pelo art. 71, incisos II, VI e VIII, da CF. e art. 27 da LC 141/2012**.

348. Em resposta à oitiva e à manifestação da Conjur/TCU, a PGU/AGU apresentou o Ofício 20/2020/SGCS/AGU (peça 81), de 8/9/2020, por meio do qual encaminhou a Nota Jurídica 00804/2020/PGU/AGU (peça 82), de 3/9/2020, com considerações processuais relevantes sobre o processo judicial que impedem o ingresso da União no feito no estágio em que se encontra.

349. Ressaltou que, não sendo a União parte no feito, não há qualquer vinculação do ente federal ao que ali decidido. Informou que, se for confirmado o intento, há chances de que o acórdão do STJ sofra alguma modificação do STF.

350. Para tanto, expôs a abertura para que a Conjur/TCU, quando do trânsito em julgado do *writ*, possa expor a posição administrativa do TCU, momento em que a AGU ou a PGU poderá avaliar o cabimento de eventual ação rescisória, figurando a União na condição de autora e terceira juridicamente interessada.

351. Destacou, todavia, que se trata de precedente isolado do STJ, formado em sede de RMS (não de Recurso Especial, onde há discussão de violação legal), não tendo o relator citado qualquer outro precedente da Corte de Justiça. Registrou, em desfecho que a PGU/AGU já realiza o acompanhamento estratégico dos casos que envolvem a União e **‘reforçará seu radar a eventuais novos casos oriundos da Justiça Federal, para atuação na defesa dos interesses do órgão de fiscalização’**.

#### 4.3.2. Análise das Informações Prestadas pela Advocacia-Geral da União

352. As manifestações dos órgãos jurídicos da AGU e da Conjur/TCU sobre o precedente do STJ demonstram-se, no mérito, convergentes com a análise empreendida nestes autos, sendo oportuno ressaltar para elogiar a disposição dos órgãos de representação jurídica da União em reforçar a atuação na defesa das competências constitucionais do TCU, cujo resultado pode afetar também as competências de outros órgãos de controle federais.

353. Em razão dos riscos que o precedente do STJ representa para a atuação do TCU, com possíveis reflexos sobre a competência de outros órgãos de controle, convém **informar** à Conjur/TCU sobre a necessidade de monitoramento do processo judicial, visando, oportunamente, à adoção de medidas processuais cabíveis voltadas para a preservação da competência do TCU para julgar contas referentes à aplicação de recursos de natureza federal destinados ao Distrito Federal, sem concorrência com o órgão de controle externo distrital.

354. Cumpre, ainda, informar à Procuradoria-Geral da República a análise e conclusões empreendidas nestes autos, para que seja avaliada a conveniência e oportunidade de atuação nas instâncias cabíveis, diante do risco que o precedente, se vier a ser confirmado em última instância, poderá representar para o monitoramento e avaliação da eficiência alocativa dos recursos federais destinados à política nacional de saúde a cargo do Poder Executivo federal, assim como para a eficiência da atuação dos órgãos federais de fiscalização e controle.

355. No que diz respeito ao mérito acerca da natureza jurídica dos auxílios financeiros federais e seus aspectos fiscais, orçamentários e financeiros, diante da resposta da AGU, que se limitou a apresentar o parecer da PGFN, sem expressar qualquer compromisso com as teses formuladas pelo referido órgão incumbido da consultoria jurídica do Ministério da Economia, não há que se fazer digressões.

### **V. CONCLUSÃO**

356. Trata-se de Representação de iniciativa da Semag com o objetivo de analisar a natureza jurídica dos repasses federais, a título de auxílio financeiro, previstos no art. 5º da Lei Complementar 173, de 27/5/2020, editada com o fim específico de estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a MPV 938/2020, com vistas a mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública nacional.

357. A partir do exame empreendido nestes autos, conclui-se que os repasses dos auxílios financeiros em questão têm natureza jurídica federal, constituindo **despesas próprias** da União custeadas com recursos de fontes provenientes da emissão de títulos públicos (Fonte 144) da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional (Fonte 188), que, somados, chegam a R\$ 76 bilhões, aos quais já se somam R\$ 3 bilhões do auxílio financeiro vinculado a ações culturais instituído pela Lei 14.017/2020, com crédito aberto pela MPV 990/2020 com recursos da Fonte 144. Ou seja, a União custeia suas despesas próprias, preponderantemente, com fonte proveniente de **receita de capital**, sendo desprovido de lógica e plausibilidade jurídica deduzir tais despesas da receita corrente para fins de cálculo da RCL federal.

358. Por outro lado, o auxílio financeiro instituído pela Lei Complementar 173/2020 é repassado

aos entes subnacionais segundo **critérios de distribuição, restrição à entrega e à aplicação e ao emprego** incompatíveis com as salvaguardas constitucionais que preservam a repartição de receita tributária de qualquer interferência do ente transferidor, pilar do pacto federativo fiscal.

359. Embora a STN reconheça em uma das passagens **não se tratar de repasse com a mesma natureza do FPE e FPM**, as alegações apresentadas pelo órgão sobre a natureza jurídica dos auxílios financeiros expõem **contradições insuperáveis** que conduzem à insegurança jurídica (parágrafos 68; 75-81). Como dito, de um lado, atribui-se ao repasse federal feição de receita própria dos entes subnacionais a título de ‘contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação’, ainda que as leis estabeleçam vinculações e restrições incompatíveis com a conotação dispensada aos recursos. De outro, a STN não apresenta qualquer fundamento robusto que possa justificar, apesar da conotação dada de recursos próprios, a exclusão de supostas ‘receitas próprias’ de três bases de cálculo de limites constitucionais (na esfera municipal) e a restrição de sua destinação a órgãos específicos (do Poder Executivo).

360. São exigências definidas no plano infraconstitucional que, caso fossem aplicadas a recursos próprios, revelar-se-iam em oposição às garantias constitucionais. Além de destinar R\$ 10 bilhões do auxílio financeiro a ações de saúde e assistência social, R\$ 50 bilhões têm aplicação restrita pelo Poder Executivo. Nos termos aprovados, não há razão plausível para que tais repasses sejam considerados recursos próprios dos entes subnacionais.

361. Ademais, os repasses distribuídos entre os estados não se compatibilizam com as exigências do inciso II do art. 161 da CF/88, ou seja, não têm por finalidade a redução de desigualdades regionais, razão de existir do FPE e do FPM. Registre-se que a inobservância desse pressuposto levou o STF a julgar inconstitucional o Anexo Único da Lei Complementar 62/1989, não sendo este o desfecho proposto nestes autos. Tampouco o fato de a Lei Complementar 173/2020 se valer das contas correntes do FPE e do FPM, para realização dos repasses, é suficiente para desnaturar os repasses federais, afinal na União prevalece o regime de **conta única**, sem que isso altere a natureza dos recursos federais.

362. Chama a atenção a adoção de critérios de distribuição a partir da fixação de percentuais diametralmente opostos aos coeficientes de distribuição do FPE. As maiores parcelas individuais foram destinadas aos Estados de São Paulo (22,05%), Minas Gerais (9,98%), Rio de Janeiro (6,69%), Rio Grande do Sul (6,48%), Paraná (5,72%) e Bahia (5,56%), beneficiários de 56,5% dos repasses (R\$ 16,95 bilhões).

363. Essa distribuição demonstra-se coerente com as normas do SUS, pautada em critérios que consideram as necessidades de saúde da população, as dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, dentre outras. Essas unidades da Federação têm em comum elevada densidade demográfica - concentrando **58%** da população brasileira num total de 2.903 municípios - e expressiva participação na economia nacional, respondendo por **68%** da formação do PIB, o que justifica a alocação de maior parcela de recursos nessas localidades.

364. Com os contornos previstos na Lei Complementar 173/2020 e na MPV 938/2020, os auxílios financeiros são, na verdade, cooperações que decorrem de obrigação incondicional criada excepcionalmente para União com amparo no art. 23 da CF/88, o que comporta a definição de critérios objetivos de distribuição de forma a atender aos anseios do ente transferidor, no caso a União. Soma-se a tais repasses o auxílio financeiro vinculada a ações culturais, no valor de R\$ 3 bilhões, conforme MPV 990/2020

365. No curso desta Representação, também foi examinado o possível impacto das **deduções atípicas** dos auxílios financeiros na metodologia de cálculo da RCL federal de 2020. Soma-se a isso a frustração da arrecadação federal, com previsão de queda de 8,19% este ano. Essas reduções substanciais, sob o ponto de vista consequencialista, constituem fator crítico para a gestão fiscal a cargo dos Poderes e órgãos da União.

366. Analisadas as respostas apresentadas, as manifestações dos órgãos do Ministério da Economia, incluída sua consultoria jurídica, e da STF/CGU não se demonstraram suficientes para promover a revisão do mérito da instrução inicial submetida às oitivas prévias.

367. A partir de uma visão de austeridade seletiva, que visa conter gastos tão somente dos demais Poderes da União e do FCDF a partir de dedução da RCL federal (10%) de parcela vultosa de auxílios financeiros que já somam **R\$ 79 bilhões**, os órgãos do Poder Executivo federal (Ministério da Economia e controle interno) abriram mão do relevante papel de monitoramento/avaliação e de fiscalização da alocação eficiente dos recursos de natureza federal oriundos do orçamento da União e destinados aos entes subnacionais para enfrentamento, de modo descentralizado, da calamidade pública nacional.

368. Nem mesmo o árido ambiente fiscal fez prevalecer a priorização dos meios indutores de que dispõe a União para assegurar a eficiência da alocação dos recursos federais destinados a ações e programas de caráter nacional, medida considerada essencial para enfrentar o desafio de atender à crescente demanda por serviços públicos fundamentais em ambiente de grave restrição fiscal, marcado por *deficit* primário estimado para o Governo Central da ordem de **R\$ 861 bilhões**. Esse *deficit* supera em 594% a meta originalmente fixada para o exercício (R\$ 124,1 bilhões), correspondendo a 12% do PIB ou **109%** da RCL federal projetada em julho para o exercício corrente (R\$ 789,9 bilhões).

369. Analisados de forma sistemática os fundamentos que balizam os precedentes assentados nos Acórdãos 667/2008 e 969/2019, ambos do Plenário, constatou-se divergência material de densa relevância quando comparados com o real sentido jurídico e amplitude da expressão definida no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, segundo o qual somente devem ser consideradas, no rol de dedução da receita corrente bruta para fins de cálculo da RCL, os valores repassados pela União aos entes subnacionais a título de **‘repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal’**.

370. Nota-se, ainda, que, ao empregar método extensivo para interpretação de norma inequivocamente restritiva, os precedentes mais recentes não consideraram, na sua inteireza, regras de hermenêutica jurídica que balizam a pacífica jurisprudência do STF, no sentido de que **não se pode dar interpretação ampliativa à norma restritiva**, sendo de caráter inequivocamente restritivo os dispositivos da LRF que estabelecem, de forma taxativa e exaustiva, as parcelas de dedução da receita corrente para fins de RCL. Tais decisões também desconsideraram a jurisprudência do STF, segundo a qual a União só deve repartir com os demais entes o produto de receitas efetivamente arrecadadas, sendo necessário configurar o real recolhimento, *in casu*, o ingresso de receitas correntes (RE 705.423-SE, Tema 653).

371. Ao deduzir valores de despesas cujos recursos sequer integraram a receita corrente bruta, a STN produz **diminuição artificiosa** da RCL federal, comprometendo a autonomia de Poderes e órgãos da União. Por tudo isso, com as devidas *venias* de praxe, os fundamentos que balizaram as decisões que sucederam o Acórdão 476/2003-TCU-Plenário se demonstram conflitantes com a primeira, cujas deduções atípicas resultam na redução substancial do montante-limite de despesa com pessoal dos Poderes e órgãos da União, com elevado risco de acarretar descumprimento por parte dos tribunais autônomos do Poder Judiciário da União, do CNJ e do MPU, órgãos cujos limites são objeto de acompanhamento específico no bojo do **TC 036.541/2018-4** (rel. min. Raimundo Carreiro), instaurado em atendimento à determinação do item 9.5 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

372. Em razão do teor do voto condutor do Acórdão 969/2019-TCU-Plenário e das sucessivas deduções, a partir de interpretação extensiva de regra restritiva, da RCL federal, que já somam **R\$ 79 bilhões**, surge a necessidade de **fixar entendimento** quantos aos reais efeitos jurídico-contábeis do item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, no sentido de fazer cessar a dedução de valores repassados, aos entes subnacionais, a título de auxílios ou apoios financeiros ou outras formas que configurem **despesa própria** da União, independentemente de serem custeadas com receitas correntes ou **receitas de capital** resultantes da emissão de títulos públicos ou alienação de bens. Vislumbra-se importante frisar a necessidade de modular os efeitos da decisão que vier a ser proferida a partir do 2º bimestre de 2020, observado o disposto no § 4º do art. 927 do CPC.

373. Diante da questão de direito que se apresenta, de especial relevância para a administração



pública federal, e em função do teor do voto condutor do Acórdão 969/2019-TCU-Plenário e das reiteradas deduções da RCL federal - a partir de interpretação extensiva de regra restritiva - que já somam **R\$ 79 bilhões**, surge a necessidade de confrontar as teses conflitantes e de fixar entendimento quantos aos reais efeitos jurídico-contábeis do item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-Plenário, com amparo no RITCU.

374. Para dirimir a **divergência de teses sem os correspondentes dispositivos nas decisões** mencionadas, o que tem influenciado o comportamento de alguns gestores, enquanto gera insegurança jurídica para outros, revela-se oportuno propor a fixação de entendimento no sentido de fazer cessar a dedução de valores repassados aos entes subnacionais a título de auxílios e apoios financeiros ou outras formas que configurem **despesas próprias** da União, independentemente de serem custeadas com receita corrente ou receita de capital resultante da emissão de títulos públicos ou alienação de bens, modulando-se os efeitos referentes ao entendimento que vier a fixado a partir do 2º bimestre de 2020, com amparo no § 4º do art. 927 do CPC.

375. Quanto à fiscalização dos auxílios/apoios financeiros de natureza federal repassados aos entes subnacionais a título de transferência obrigatória, é plausível adotar o mesmo entendimento defendido na ADI 5.532/DF (peça 93), na qual a PGR ofereceu parecer com vistas a manter a competência do TCU para fiscalizar repasse de verbas federais referente à transferência obrigatória proveniente da complementação da União ao Fundeb, conforme relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski, que negou seguimento à ação, com decisão transitado em julgado em 26/10/2017.

376. Os recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, por exemplo, têm **destinação específica** (inciso I) e restrição explícita que, pela via reflexa, confere **especificidade à sua aplicação** (inciso II), de modo que, a teor dos arts. 70, parágrafo único, e 71, incisos II e VI, da CF/88, o repasse de recursos de natureza federal confere ao TCU a competência para fiscalizar a sua correta aplicação onde quer que eles estejam sendo aplicados, mesmo que por outros entes federados, pois não se pode suprimir da União a competência de monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, assim como fiscalizar se são desviados ou mal empregados, questões que afetam tanto o patrimônio quanto o interesse jurídico da União.

377. Isso, porém, não afasta a **obrigação de cada ente subnacional** de assegurar a correta aplicação dos recursos federais repassados para o enfrentamento da Covid-19, a exemplo da análise empreendida pela PGR no caso da complementação da União ao Fundeb no âmbito da ADI 5.532/DF.

378. Para os recursos vinculados à saúde, em razão da necessidade de sua aplicação por meio de fundo de saúde e do inequívoco caráter federal do repasse, a fiscalização e o controle da aplicação dos auxílios financeiros - classificados como despesas próprias da União - se encontram inseridos no escopo de competências constitucionais do TCU, merecendo destaque o **leading case** do MS 33.079-DF, ocasião em que o STF ressaltou, com precisão, as premissas definidoras dessas competências, sobressaindo a origem do recurso como elemento de densa significância. Importante registrar que essa decisão paradigmática reconhece haver uma **solidariedade ativa** entre os entes federativos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde para fiscalizar os recursos vinculados à saúde, constituindo importante referencial para balizar o presente exame.

379. No precedente, o STF deixa claro que são legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes (de acordo com a origem do recurso) tanto o controle interno do ente beneficiário do recurso federal (estados, Distrito Federal e municípios), quanto o controle interno do ente transferidor (União) e o Ministério da Saúde, o que não se confunde com **concorrência entre órgãos julgadores de contas**.

380. No que toca à necessidade de regulamentação da fiscalização pelos órgãos da União, tanto o TCU, quanto os órgãos do Poder Executivo federal (Ministério da Economia e STF/CGU) dispõem de meios legais para disciplinar a forma de monitoramento, avaliação e controle dos recursos de natureza federal destinados ao enfrentamento da calamidade pública nacional, cujas competências foram reforçadas pelo art. 3º, § 1º, inciso II da Lei Complementar 173/2020.

381. Oportuno ressaltar que, não necessariamente, a fiscalização pelo controle interno e externo

tenha de se processar por meio de prestação de contas formal, a exemplo do que ocorre com as transferências obrigatórias do SUS e da complementação da União ao Fundeb, podendo os órgãos do Poder Executivo se valerem de mecanismos digitais de monitoramento e avaliação, tais como a Plataforma +Brasil (que incorporou o Siconv), dentre outros registros eletrônicos centralizados mantidos pelo Poder Executivo federal. Cite-se a recente Portaria Interministerial 252/2020, que estabelece normas de execução orçamentária e financeira da **transferência especial**, recurso igualmente de natureza federal decorrente de emendas parlamentares destinadas aos entes subnacionais.

382. Quanto à modulação de efeitos da decisão que vier a ser proferida, a questão se resolve, objetivamente, com medidas operacionais simples que assegurem o detalhamento de códigos de fonte distintos para identificação dos auxílios financeiros instituídos para o enfrentamento da calamidade pública nacional, somadas a providências ministeriais para que o monitoramento seja feito pela Plataforma +Brasil ou outros sistemas que ofereçam ao Poder Executivo federal meios para o seu acompanhamento. Não se vislumbra, no presente caso, razão para se postergar a eficácia da decisão para momento futuro no que diz respeito à segregação das informações e transparência, sob pena de frustrar os objetivos confessados na EC 106/2020 e na Lei Complementar 173/2020.

383. Permanece a preocupação com o precedente do STJ assentado no RMS 61.997-DF, por meio do qual se reconhece espécie de competência concorrente não apenas para fiscalização de ato em que haja cofinanciamento por dois entes da Federação - proporcionalmente ao volume de recursos aportados -, mas também para julgamento de contas em caso de irregularidade na aplicação de recursos de natureza federal destinados a ações de saúde, em sentido oposto aos precedentes desta Corte de Contas e do STF, com ênfase para o Mandado de Segurança 33.079. A referida decisão tem como fundamento o art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, cujo texto - por atecnia, talvez - confere ao ente distrital competência para fiscalizar os recursos **repassados ao** Distrito Federal, o que levou a Corte de Justiça a estender ao julgamento de contas envolvendo recursos federais, a despeito da competência constitucional exclusiva do TCU (art. 71, incisos II e VI). A AGU e a Conjur/TCU se manifestaram nos autos no sentido de que acompanharão a matéria, demonstrando disposição de defender a preservação da competência do TCU e demais órgãos de controle federais.

384. O texto constitucional, o art. 27 da Lei Complementar 141/2012 e a jurisprudência do STF robustecem a convicção acerca da necessidade de se buscar, para o dispositivo distrital em comento, **interpretação conforme** à Constituição da República, no sentido de restringir o seu alcance a eventual recebimento, pelo Distrito Federal, de recursos a título de doação de particular ou algo que se equivalha para justificar a competência do TCDF, sem alcançar os **recursos de natureza federal** destinados à saúde, visto que tais recursos estão sujeitos ao julgamento de contas pelo TCU, fiscalização e controle pelos demais órgãos da esfera federal.

385. Os conflitos de competência verificados no âmbito dos Ministérios Públicos estadual e federal, conforme demonstrado nestes autos, também inspiram preocupação e acendem o alerta, uma vez que podem afetar todo o microssistema federal de combate à corrupção e defesa do patrimônio público.

386. Porém, longe de ter a pretensão de buscar concentrar competências nos órgãos de fiscalização e controle da União, a análise empreendida nestes autos tem por finalidade assegurar a observância de salubridade nos ambientes de negócio, com eficiência na alocação dos recursos federais e no exercício do controle exercido por diversos órgãos da União envolvidos, para que se possa alcançar o principal objetivo almejado por todos os brasileiros, qual seja, vencer o novo coronavírus e recompor as finanças nacionais.

## V. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

387. Em face de todo o exposto, propõe-se ao relator, ministro Bruno Dantas:

i) **fixar entendimento**, com fulcro no art. 16, inciso V do RITCU, no sentido de que:

i.1) os repasses da União aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Medida Provisória 938/2020 (Ação 00S3), no art. 5º da Lei Complementar 173/2020

(00S7) e outras hipóteses congêneres, a exemplo da Lei 14.017/2020, constituem:

*i.1.1)* despesas próprias da União e não repartição constitucional ou legal de tributos e outros ingressos que integrem a **receita corrente bruta federal**, devendo o Ministério da Economia se abster de considerar tais despesas - que no caso sob exame são custeadas com **recurso financeiro** proveniente de remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional (Fonte 188) e de **receita de capital** decorrente da emissão de títulos públicos (Fonte 144) - no rol de deduções para fins de cálculo da receita corrente líquida federal, em razão da ausência de previsão expressa no inciso IV e parágrafos do art. 2º, da Lei Complementar 101/2000, **normas de caráter restritivo** para as quais as regras de hermenêutica jurídica que balizam a pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não comportam interpretação ampliativa, modulando-se os efeitos da decisão, para fins fiscais, **a partir do 2º bimestre de 2020**, com fundamento no § 4º do art. 927 do Código de Processo Civil (parágrafos 35-107; 108-149; 259-355);

*i.1.2)* obrigação incondicional da União para concretizar os objetivos da Emenda Constitucional 106/2020, mantida a natureza federal da **transferência obrigatória**, que se sujeita à fiscalização e ao controle dos órgãos federais, dispondo os órgãos de controle locais, analogamente ao teor do Parecer da Procuradoria-Geral da República exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.532, do poder-dever de assegurar a correta aplicação dos recursos federais repassados aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, sem prejuízo da **natureza federal do recurso** que, somada ao **caráter vinculado** dos repasses previstos na Lei Complementar 173/2020 e, a título de exemplo, na Lei 14.017/2020, atraem, na esfera de controle externo, a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União por força dos incisos II, VI e VIII do art. 71 da Constituição da República, aplicando-se, subsidiariamente, para os repasses vinculados ou destinados a ações e serviços públicos de saúde a **solidariedade ativa** presente no art. 27 da Lei Complementar 141/2012, consoante a tese desenvolvida pelo ministro Gilmar Mendes na decisão, de 24/11/2017, que deu provimento ao Mandado de Segurança 33.079 (parágrafos 259-355);

*i.2)* para fins do disposto na alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o teor do item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário deve se restringir aos valores transferidos ou repassados pela União a estados, ao Distrito Federal e a municípios decorrentes da repartição de **receita corrente** originária do produto da efetiva arrecadação de tributo federais ou de outros ingressos públicos, repartição esta resultante de determinação constitucional ou legal que estabeleça a distribuição de cota ou percentual incidente sobre a respectiva receita corrente (parágrafos 259-355);

*ii)* informar a decisão que vier a ser proferida nestes autos:

*ii.1)* à Procuradoria-Geral da República, assim como as 1ª e 2ª Câmaras de Coordenação e Revisão e a 5ª Câmara de Combate à Corrupção da Procuradoria-Geral da República, em razão dos possíveis impactos na atuação institucional do Ministério Público Federal nas esferas civil e penal (parágrafos 259-355);

*ii.2)* aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, à Presidência do Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União, tendo em vista os possíveis efeitos dos crescentes casos de redução da receita corrente líquida federal sobre a **autonomia dos respectivos órgãos**, conforme fundamentos extraídos da Representação do Ministério Público Federal ao Conselho Nacional do Ministério Público apreciada no âmbito do Processo CNMP 735/2008-07 (Pedido de Providência), assim como para fins de subsidiar as reflexões sobre os fatores críticos para o cumprimento dos limites de despesa com pessoal pelos órgãos do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, objeto de acompanhamento em curso no TC 036.541/2018-4, da relatoria do ministro Raimundo Carreiro e acompanhamentos específicos sobre a metodologia da receita corrente líquida federal (parágrafos 109-150);

*ii.3)* à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, sobre os riscos decorrentes do **Recurso em Mandado de Segurança 61.997-DF**, impetrado por prestadora de serviço contra decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal em julgamento de tomada de contas especial envolvendo recursos de natureza federal,

tendo o Superior Tribunal de Justiça inaugurado precedente que reconhece a existência de **concorrência** entre a Corte de Contas distrital e o Tribunal de Contas da União não apenas para fiscalização de atos em que haja cofinanciamento dos dois entes da Federação, mas também para **julgamento de contas** em caso de irregularidade na aplicação de recursos de **natureza federal** destinados a ações de saúde, em oposição à competência constitucional da União reservada pelo art. 71, incisos II, VI e VIII, e pelo art. 27 da Lei Complementar 141/2012, conforme precedentes desta Corte de Contas e do Supremo Tribunal Federal, com ênfase para o Mandado de Segurança 33.079 (parágrafos 163-211; 347-355);

iii) encaminhar cópia da decisão que vier a ser proferida nestes autos, inclusive dos Adendos, aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao ministro da Economia, ao advogado-geral da União, ao ministro da Controladoria-Geral da União, aos secretários da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal e da Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo, assim como ao procurador-geral da Fazenda Nacional;

iv) arquivar os presentes autos.

(...)

### ADENDOS

#### **Adendo 1. Excerto do Relatório que fundamenta o Acórdão 352/2008-TCU-Plenário (rel. min. Benjamin Zymler)**

20. A subavaliação da RCL não é questão adstrita às esferas subnacionais. No âmbito da União, a metodologia de cálculo da RCL também é objeto de controvérsia não pacificada nem mesmo no âmbito desta Unidade Técnica, conforme contextualizado nos Relatórios divergentes acostados no TC 012.764/2004-1, referente ao monitoramento do Acórdão 476/2003-TCU/Plenário (TC 014.646/2002-0), sem decisão plenária.

21. Porém, é imperioso frisar que na esfera federal a controvérsia não resulta de interpretação elástica do conceito de RCL, mas de imprecisão quando da construção da norma do § 1º do art. 2º da LC 101/2000. Tal dispositivo estabelece que devem ser computados os ‘valores pagos e recebidos’ em decorrência do Fundo de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (Fundef/Fundeb) e da Compensação Financeira do ICMS-Desoneração (‘Lei Kandir’) sem especificar a que esferas a medida se aplica, diferentemente de todos os demais dispositivos do mesmo artigo.

22. Ocorre que a sistemática do Fundef, atualmente substituído pelo Fundeb, não se processa de forma linear nas três esferas. Enquanto para os Estados e Municípios há duas fases - a primeira, de retenção na fonte de parcela dos impostos e transferências; a segunda, diz respeito à aplicação efetiva do recurso em ações de educação previstas no art. 70 da Lei 9.394/1996 -, na esfera federal só há a segunda fase, referente à despesa própria da União com educação básica, que se processa por meio da complementação, com vistas a garantir a equalização de oportunidades e o padrão mínimo de qualidade do ensino, conforme prevê o § 1º do art. 211 da Constituição. Frisa-se que essa modalidade de transferências não se confunde com repartição de receita, já que não há qualquer previsão de distribuição de recursos a todos os entes da Federação (em 2007, apenas 8 Estados foram contemplados pela complementação federal).

23. Na União, não há retenção de qualquer parcela de receita na fonte (primeira fase) para efetivar a complementação ao Fundeb, razão pela qual não se verifica a geração de receita fictícia (duplicidade), como ocorre nos demais entes, que retêm e recebem os mesmos recursos do Fundo que possui amplitude estadual (Fundeb). O que há na esfera federal é a realização de despesa própria da União com educação, considerada, inclusive, para fins de apuração do mínimo constitucional federal a que se refere o art. 212 da Constituição (inciso VIII do art. 60 do ADCT), cujo montante, em 2007, foi fixado em **R\$ 2 bilhões**, de **R\$ 4,5 bilhões** em 2009 (inciso VII), atingindo o correspondente a 10% (dez por cento) do montante nacionalmente aplicado pelos entes das demais esferas a partir de 2010 (inciso VII).

24. Por essa abordagem sucinta, é possível perceber que a matéria disposta no § 1º do art. 2º da LC



101/2000 tem contornos complexos, cuja compreensão não se esgota com a leitura tão-somente literal dos seus termos, da mesma forma como a literalidade não foi suficiente para que esta Corte interpretasse outros dispositivos que regem a metodologia de cálculo da RCL da União.

25. Pela literalidade da redação dada à alínea ‘a’, inciso IV do art. 2º da Lei Complementar 101/2000, que prevê a dedução, na União, dos valores transferidos a Estados e Municípios por **determinação constitucional** ou **legal**, também seria plausível, sob o prisma jurídico, deduzir da receita federal os valores referentes a transferências decorrentes da repartição de receita tributária, assim como quaisquer outras despesas obrigatórias impostas à União pela via legal ou constitucional, cuja implementação se faz por meio de repasse de recursos federais aos demais entes da Federação, tais como: **a)** a complementação ao Fundeb; **b)** as expressivas transferências do SUS previstas na Lei 8.142/1990 e inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição - legais e constitucionais, portanto -; **c)** a compensação financeira do ICMS-Desoneração, que surgiu pela via legal em 1996 e ganhou status constitucional a partir da promulgação da EC 42/2003, a qual deu redação ao § 3º do art. 91 do ADCT.

26. Porém, ao examinar a abrangência do conteúdo da alínea ‘a’, inciso IV do art. 2º da Lei Complementar 101/2000, esta Corte de Contas foi feliz ao restringir, por meio da interpretação lógico-sistemática, o alcance da expressão ‘valores transferidos por determinação constitucional ou legal’ à repartição da receita tributária da União com os demais entes, conforme entendimento consignado no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU/Plenário. Com efeito, afastou-se a dedução de montantes expressivos que poderiam ser abarcados pela literalidade da expressão ‘constitucional ou legal’, como todos aqueles previstos no item anterior.

27. Frisa-se que, se o núcleo central da metodologia de cálculo da RCL da União realmente estivesse pautado na contenção das despesas e da dívida federais, por meio da redução máxima desse que é o mais importante parâmetro da gestão fiscal, a redação da alínea ‘a’, inciso IV do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 revelar-se-ia perfeita, pois o raio de sua abrangência, pela ótica literal, vai muito além da repartição de receita tributária, alcançando também as transferências de valores expressivos a outros entes da Federação a título de descentralização de recursos voltados para a implementação de políticas públicas, como é o caso do SUS e a complementação do Fundeb, sendo desnecessário o legislador utilizar um único dispositivo (§ 1º) para disciplinar sistemáticas tão distintas entre a União e os demais entes.

28. É de fundamental importância consignar nesta passagem a relação direta entre a metodologia de apuração da RCL e os percentuais definidos para despesa com pessoal dos Poderes e órgãos autônomos quando da edição da Lei Complementar 101, em 2000, os quais foram fixados a partir de uma cesta de receita que não pode ser subavaliada **unilateralmente**, pelo uso de interpretação meramente literal de dispositivos obscuros ou por meio da criação de deduções e exclusões à margem da norma geral, pois o resultado dessas medidas pode ser a inviabilidade do cumprimento dos limites fiscais no plano econômico-financeiro, especialmente por parte dos órgãos autônomos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público nas três esferas de governo.

29. Como se nota, a questão na União é marcada por contornos complexos, razão pela qual não se pretende resolvê-la neste exame, fora da sede adequada (TC 012.764/2004-1, da relatoria do Ministro VALMIR CAMPELO), mas tão-somente ressaltar um dos fatores que pode estar contribuindo, sim, para o risco de descumprimento do limite de pessoal por parte de alguns Poderes e órgãos federais.

30. A reserva de painel específico para discutir esses aspectos da RCL no âmbito do IV Fórum do Promoex constitui grande avanço, tendo sido alcançados consensos importantes que podem minimizar os efeitos da subavaliação da RCL, conforme consignado no Relatório de fls. 85/107 do volume Anexo 1. Entretanto, conferir maior segurança à metodologia de apuração da RCL é medida que requer a intensificação de ações conjuntas entre os órgãos de controle e judiciais, de modo a evitar a contenção, **pela via transversa**, dos montantes máximos para realização da despesa com pessoal por parte dos órgãos autônomos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

31. A fragilidade que ainda permeia a metodologia de cálculo da RCL, por sua vez, é fator que

desestrutura as finanças públicas, em especial nas esferas subnacionais, pois o cumprimento do limite de pessoal pelos diversos Poderes e órgãos autônomos está diretamente ligado ao montante da RCL, além das implicações no pagamento da dívida com a União, quando as deduções/exclusões são igualmente aplicadas à RLR (itens 55/61). Com efeito, surgem pressões para serem engendradas soluções que, vistas sobre a ótica panorâmica, demonstram-se conflitantes com os fundamentos e dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da própria Constituição da República, os quais foram previstos com o propósito de nortear as finanças públicas, conforme se contextualiza mais adiante (itens 144/145).

32. Como foi evidenciado nos itens precedentes, a controvérsia em torno no cálculo da RCL federal já foi objeto de estudos e se encontra em exame no âmbito desta Corte. Nas demais esferas, a solução é mais complexa, passando pelo enfrentamento de diferentes práticas engendradas por entes autônomos, institucionalizadas, inclusive, por meio de leis estaduais que vinculam parte da receita do ICMS a fundos específicos não previstos no inciso IV do art. 167 da Constituição, sendo o controle abstrato da constitucionalidade desses normativos reservado ao Supremo Tribunal Federal por força da alínea ‘a’, inciso I do art. 102 do mesmo Diploma.

33. Assim sendo, entende-se oportuno seja dada ciência da análise empreendida neste título aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público instituídos, nos termos dos arts. 103-B e 130-A da Constituição, com a finalidade de zelar pela autonomia funcional e administrativa dos referidos órgãos federais e estaduais, além de também exercerem o controle da atuação administrativa e financeira no âmbito dos respectivos órgãos, sem prejuízo das atribuições dos Tribunais de Contas competentes. Tal encaminhamento demonstra-se alinhado ao disposto na alínea ‘e’ da Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação Técnica 1/2007, celebrado entre o CNJ e o TCU, com o objetivo de institucionalizar a troca e compartilhamento de informações, de modo a evitar duplicidade de esforços (fls. 117/121 do volume Anexo 1).

**Adendo 2. Excerto da Representação do Subprocurador-Geral da República, Oswaldo José Barbosa Silva, ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) - Processo 735/2008-07 (Pedido de Providência)**

96. O Relatório que fundamentou o **Acórdão 352/2008-TCU/Plenário** (item 20) também registra que a ‘subavaliação da RCL não é questão adstrita às esferas subnacionais. No âmbito da União, a metodologia de cálculo da RCL também é objeto de controvérsia não pacificada nem mesmo no âmbito desta Unidade Técnica [do TCU], conforme contextualizado nos Relatórios divergentes acostados no TC 012.764/20041, referente ao monitoramento do Acórdão 476/2003-TCU/Plenário (TC 014.646/2002-0,’. Ainda segundo o Relatório, a controvérsia na esfera federal não resulta de interpretação elástica do conceito de RCL, mas de imprecisão quando da construção da norma do artigo 2º, § 1º da LC 101/2000, que não define, de forma explícita, o raio de abrangência do dispositivo que trata de operações assimétricas na federação.

97. A discussão em torno da dedução do aporte de recursos da União ao Fundeb e das transferências a título de compensação financeira do ICMS-Desoneração (‘Lei Kandir’) também é refletida na Nota 2321/2006/CCONT-STN. De acordo com o item 27 da Nota, o ‘valor bruto recebido por Estados e Municípios deve ser incluído na receita corrente, a título de **‘valores recebidos’** e a conta redutora correspondente às parcelas de receita que são retidas na fonte quando da arrecadação do ICMS e do recebimento das transferências constitucionais decorrentes da repartição da receita tributária e do ICMS-Desoneração, deve ser evidenciada nas exclusões da RCL, a título de ‘valores pagos’. Os valores pagos representam uma transferência ou retenção de receita na fonte (por exemplo, 15% do ICMS arrecadado pelo Estado e retidos na fonte, com vistas à formação do FUNDEF) e, não, uma despesa, razão pela qual são classificados contabilmente como retificação de receita, (...)’.

98. Na União, a dúvida consiste em saber se a expressão ‘valores pagos e recebidos’, contida no artigo 2º, § 1º da LC 101/2000, caracteriza que devem ser deduzidas no cálculo da RCL as despesas relativas à complementação do Fundeb (atual Fundeb) e à compensação pela desoneração do ICMS nas exportações. Frisa-se que, na esfera federal, ambos dispêndios são despesas próprias da União (não repartição de receita), fato que tem origem na legislação que as criou. No caso do Fundeb, por

exemplo, parte dos valores é considerada na apuração do mínimo constitucional a que a União está obrigada a aplicar em ações de desenvolvimento do ensino (MDE), nos termos do artigo 212 da Constituição, o que afasta eventuais teses equivocadas de repartição de receita da União com os demais entes.

99. O risco de descumprimento dos limites de pessoal por parte dos Poderes e órgãos federais referidos no artigo 20 da LC 101/2000, em decorrência da dedução da complementação do Fundef/Fundeb quando do cálculo da RCL da União, foi revelado nos itens 22 a 29 do Relatório que fundamentou o Acórdão 352/2008TCU/Plenário. Enquanto em 2006 a dedução da RCL federal a título de complementação da União ao Fundef foi de cerca de R\$ 249 milhões, com a criação do Fundeb pela EC 53/2006, que deu nova redação ao artigo 60 do ADCT9, em 2007, essa dedução salta para R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009, totalizando, a partir de 2010, o montante correspondente a 10% do valor global aplicado pelos demais entes por meio do Fundo, conforme previsto no comando constitucional em foco.

100. No caso da Desoneração do ICMS em particular, além de não constituir repartição de receita tributária federal, posto que o ICMS é um imposto de competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal, o artigo 31 da Lei Complementar 87, de 1996, possibilita a emissão de títulos (receita de capital) como uma das fontes de receita possíveis para realização dessa despesa própria da União, que faz às vezes de ‘contribuinte’ do ICMS.

101. Nesse sentido, a não-consideração da transferência da União aos Estados e Municípios a título do ICMS-Desoneração, quando do cálculo da RCL federal, significa possibilitar a dedução de valores que sequer foram considerados na cesta da receita corrente bruta, procedimento esse desprovido de lógica e razoabilidade jurídica. Essa hipótese ocorre quando as despesas da compensação financeira e a complementação ao Fundeb são custeadas com recursos provenientes da emissão de título pela União, classificados contabilmente como receita de capital e não corrente. Nesses termos, esse tipo de operação cria o paradoxo de dedução de um montante (referente à despesa) que não integra o todo da receita corrente bruta para o alcance do valor da RCL. Nada no ordenamento jurídico admitiria tal procedimento.

102. A Nota da STN 2.321/2007 corrobora esse entendimento preliminar (item 30). O documento registra que parece ‘estranho deduzir uma despesa da receita, principalmente tendo em conta que essa despesa pode estar sendo paga com recursos originários de operações de crédito, uma receita de capital que não integra a base de cálculo da receita corrente. Mais lógico seria considerar que todas as deduções, para efeito de cálculo da RCL, devem inicialmente integrar a receita corrente bruta.’ Ressalta, todavia, que os entendimentos são controversos. Ainda de acordo com a Nota, a ‘Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e o TCU, até o momento, entenderam que caberia fazer essa dedução, mas a metodologia expressa nas Portarias STN 36/2004 e 256/2004 não considerou nas deduções, a título de Transferências Constitucionais e Legais, as despesas custeadas com recursos provenientes de operações de crédito realizadas para compensação pela desoneração do ICMS nas exportações e complementação do FUNDEF.’ (grifou-se).

103. Diante da controversa, impende salientar que a situação fiscal do MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (MPDFT), a cargo da União por força do artigo 21, inciso XIII da Constituição, não é favorável. Em 2007, as despesas totais com pessoal no âmbito do MPDFT ultrapassaram o limite de alerta fixado em 90% (noventa por cento) do limite máximo fixado para o órgão (em 0,064%), o que ensejou expedição de dois alertas ao Procurador-Geral da República, conforme determinação constante dos Acórdãos nºs 1.827/2007 e 352/2008, ambos do Plenário do TCU, referentes à apreciação dos RGF dos 1º e 2º quadrimestres de 2007.

104. Ao se debruçar sobre o mérito do Monitoramento da metodologia de apuração da RCL na União, no âmbito do Acórdão 667/2008-TCU/Plenário o Ministro Relator, VALMIR CAMPELO, pauta a sua opinião no sentido de que o conteúdo da LC 101/2000 deve rimar com os fins almejados pela norma (item 8 do Voto).

105. Dentre os pontos enfrentados no Relatório do Ministro, destaca-se a dedução das despesas próprias da União com a complementação financeira do ICMS-Desoneração e a complementação do Fundeb nos termos do artigo 2º, § 1º da LC 101/2000, assim sintetizadas no Parecer do

Ministério Público junto ao TCU:

‘O primeiro ponto de divergência a ser enfrentado reside nas conclusões constantes do inciso IV do subitem 5.1 do Relatório de Monitoramento. Observa-se que a equipe de fiscalização confere ao §1º do art. 2º da LRF interpretação distinta da agasalhada pelo Acórdão 476/2003-Plenário, consignada nas determinações constantes dos subitens 9.2.1.2 e 9.2.7. Nas referidas determinações, ficou assente que as transferências relativas à complementação do FUNDEF e à compensação pela desoneração do ICMS nas exportações deveriam ser deduzidas para fins de apuração da RCL (subitem 9.2.1.2), independentemente da fonte de receita utilizada para tal, corrente ou de capital (subitem 9.2.7).

Informa o Relatório de Monitoramento que „as metodologias de apuração da receita corrente líquida para os exercícios de 2003 e 2004 aprovadas, respectivamente, pelas Portarias STN nºs 36/2004 e 256/2004, estabelecem que são deduções classificadas como Transferências Constitucionais e Legais: a compensação pela desoneração do ICMS nas exportações e as transferências relativas à complementação do FUNDEF.” (item 4.1.1.1, fl. 18). A partir de tal constatação, desenvolve a equipe de fiscalização um aprofundado estudo hermenêutico direcionado a demonstrar que a norma do § 1º do art. 2º da LRF está restrita, tão-somente, aos estados, Distrito Federal e municípios, não se aplicando, portanto, à União. Nesse sentido, as despesas com a complementação do FUNDEF e com a compensação financeira de que trata a Lei Complementar 87/96 constituiriam despesas próprias da União, não podendo ser entendidas como repartição da ‘receita tributária federal’, o que afastaria a hipótese de dedução das mesmas na apuração da RCL da União.’ (grifou-se).

106. Essa tese suscitada pela Unidade Técnica não foi acolhida. Para fundamentar ponto de vista contrário, alegam os intérpretes que a ‘Lei de Responsabilidade Fiscal, devido a uma série de circunstâncias, como a sua promulgação em meio à aplicação de leis anteriores que ainda estão surtindo seus efeitos, sem que tenham sido previstos mecanismos de adequação dos poderes e órgãos ante as novas exigências, impõe, por certo, dificuldades na sua aplicação’. Registram, ainda, que a referida Lei ‘foi pensada no sentido de impor princípios básicos de gestão fiscal, que consubstanciam a responsabilidade das finanças públicas, configurando instrumentos essenciais à administração racional dos recursos financeiros postos à disposição do Poder Público. Permeando a atuação da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, aos quais se vinculam na formação do sistema de responsabilidade fiscal montado pela LRF, pela Constituição Federal e pelas resoluções do Senado Federal, tais princípios buscam embasar a atividade financeira estatal, imprimindo-lhe eficiência e operacionalidade.’ E ainda registram:

‘prevalecer a interpretação dos signatários do Relatório de Monitoramento, a consequência para as contas públicas federais será um aumento na Receita Corrente Líquida da União, desvirtuando assim a finalidade do dispositivo legal ora analisado, no qual, no tocante à União, é claramente restringir a base a partir da qual são definidos limites e gastos públicos, conforme estabelecido no art. 19, art. 20, I, c § 1º e 30, § 3º da LRF, limites esses fundamentais para a garantia de uma gestão fiscal responsável.’ (grifou-se).

107. Em desfecho, registra o Relatório: ‘Por outro lado, corroborando com o entendimento da PGFN, se, no âmbito da União, a finalidade do dispositivo é restringir a base para os limites impostos aos gastos públicos do governo federal, no âmbito de Estados, Distrito Federal e Municípios, a intenção é incorporar as receitas originárias dos pagamentos efetuados pela União às respectivas receitas correntes líquidas, haja vista que: a) em relação ao ICMS-Desoneração, tais pagamentos vêm, supostamente, compensar perdas de receitas tributárias, as quais, não fosse a política de estímulo às exportações via desoneração tributária, comporiam a RCL do Estado exportador; b) em relação ao FUNDEF, os pagamentos complementares da União visam permitir ao ente recebedor atingir um patamar de gasto público com a educação básica.’

108. Em primeiro lugar, impende esclarecer que os objetivos e premissas insculpidos na LC 101/2000 não visam restringir a base de cálculo a partir da qual são definidos os limites fiscais da União. Visa, sim, estabelecer normas gerais de finanças públicas que, por assim ser, devem nortear os entes das três esferas de governo, não apenas a União.



109. Em segundo plano, há que se comentar a dissonância entre a técnica de interpretação dispensada pela Corte de Contas e demais intérpretes ao analisar as disposições do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000 e § 1º do mesmo artigo, lógico-sistemática no primeiro caso e extremamente literal no segundo.

110. Conforme registrado no Relatório que fundamentou o Voto e Acórdão 352/2008-TCU/Plenário, pela literalidade da redação dada à alínea ao artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000, que prevê a dedução, na União, dos valores transferidos a Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, também seria plausível, sob o prisma jurídico, deduzir da receita federal os valores referentes a transferências decorrentes da repartição de receita tributária, assim como quaisquer outras despesas obrigatórias impostas à União pela via legal ou constitucional, cuja implementação se faz por meio de repasse de recursos federais aos demais entes da Federação, tais como: a) a complementação ao Fundeb; b) as expressivas transferências do SUS previstas na Lei 8.142/1990 e inciso II do § 3º do art. 198 da Constituição (legais e constitucionais, portanto); c) a compensação financeira do ICMS-Desoneração, que surgiu pela via legal em 1996 e ganhou status constitucional a partir da promulgação da EC 42/2003, a qual deu redação ao § 3º do art. 91 do ADCT.

111. Todavia, ao examinar a abrangência do conteúdo do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000, a Corte de Contas da União restringiu, por meio da interpretação lógico-sistemática, o alcance da expressão ‘valores transferidos por determinação constitucional ou legal’ à repartição típica da receita tributária da União com os demais entes, conforme entendimento consignado no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU/Plenário. O resultado prático dessa interpretação foi o afastamento da dedução de montantes expressivos que poderiam ser abarcados pela literalidade da expressão ‘constitucional ou legal’, em especial os do SUS, não parecendo haver divergência entre os órgãos fazendários e o TCU.

112. Nota-se que a interpretação da metodologia de cálculo da RCL, principalmente na União, não se resolve a partir da exegese literal, considerada a forma mais rudimentar de exegese nas palavras do Ministro MOREIRA ALVES do STF<sup>11</sup>. Aliás, o Relatório que fundamentou o Acórdão 667/2008-TCU-Plenário é prova disso, vez que a interpretação empreendida para calcular o montante a ser deduzido das contribuições previdenciárias do regime geral vai, coerentemente, muito além do alcance que se pode extrair literalidade da redação dispensada ao artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000.

113. Da mesma forma que a interpretação da norma do artigo 2º, inciso IV, alínea ‘a’ da LC 101/2000 impõe a compreensão dos diferentes institutos por ela abarcados, o entendimento correto da norma do § 1º do mesmo artigo, que possui contornos inquestionavelmente complexos, também requer, acima de tudo, visão panorâmica sobre as finanças públicas, além de lucidez acerca da dinâmica do Fundo de que trata o artigo 60 do ADCT.

114. Para interpretar o primeiro dispositivo, o TCU empreende raciocínio jurídico coerente que transcende a literalidade dos termos legais. Por um lado, a interpretação limita a dedução de transferências da União à repartição típica de receita tributária e à entrega de parcela conhecida de receita aos demais entes da Federação, como *royalties* e salário-educação, afastando a dedução das bilionárias transferências que a União processa no âmbito do SUS, as quais, a exemplo da complementação do Fundeb, constituem despesas próprias da União, consideradas, inclusive, para fins de apuração do limite constitucional a que a União está obrigada a aplicar anualmente. De outro, a leitura empreendida pela Corte amplia o montante global da receita proveniente da arrecadação das contribuições previdenciárias do regime geral nas mais diversas formas, o qual deve ser deduzido da receita corrente bruta com vistas ao alcance da RCL.

115. Não obstante esses precedentes, a interpretação da norma insculpida no artigo 2º, § 1º da LC 101/2000 resulta da aplicação do método menos sofisticado de exegese. Com efeito, são gerados resultados equivocados inaceitáveis pelo ordenamento jurídico brasileiro, como a dedução da receita corrente bruta de despesas custeadas com receita de capital proveniente da realização de operações de crédito.

116. Equivocam-se os intérpretes que defendem a clareza da redação dada ao artigo 2º, § 1º da LC

101/2000, simplesmente porque a participação da União no Fundef/Fundeb não se processa nos mesmos moldes dos Estados e Municípios. Diferentemente dos demais dispositivos definidores da metodologia da RCL, os §§ 1º e 3º são os únicos que não fazem referência aos entes da Federação alcançados pelas suas disposições, o que reveste o primeiro dispositivo de obscuridade, clareada apenas a partida correta compreensão da sistemática do Fundeb e da LC 87/1996, consideradas as diferenças entre os entes das três esferas de Governo.

117. Essa assertiva encontra agasalho em outro Relatório do TCU, conforme Acórdão 352/2008, a saber: '22. Ocorre que a sistemática do Fundef, atualmente substituído pelo Fundeb, não se processa de forma linear nas três esferas. Enquanto para os Estados e Municípios há duas fases - a primeira, de retenção na fonte de parcela dos impostos e transferências; a segunda, diz respeito à aplicação efetiva do recurso em ações de educação previstas no art. 70 da Lei 9.394/1996 -, na esfera federal só há a segunda fase, referente à despesa própria da União com educação básica, que se processa por meio da complementação, com vistas a garantir a equalização de oportunidades e o padrão mínimo de qualidade do ensino, conforme prevê o § 1º do art. 211 da Constituição. Frisa-se que essa modalidade de transferência não se confunde com repartição de receita, já que não há qualquer previsão de distribuição de recursos a todos os entes da Federação (em 2007, apenas 8 Estados foram contemplados pela complementação federal). 23. Na União, não há retenção de qualquer parcela de receita na fonte (primeira fase) para efetivar a complementação ao Fundeb, razão pela qual não se verifica a geração de receita fictícia (duplicidade), como ocorre nos demais entes, que retêm e recebem os mesmos recursos do Fundo que possui amplitude estadual (Fundeb). O que há na esfera federal é a realização de despesa própria da União com educação, considerada, inclusive, para fins de apuração do mínimo constitucional federal a que se refere o art. 212 da Constituição (inciso VIII do art. 60 do ADCT), cujo montante, em 2007, foi fixado em R\$ 2 bilhões, de R\$ 4,5 bilhões em 2009 (inciso VII), atingindo o correspondente a 10% (dez por cento) do montante nacionalmente aplicado pelos entes das demais esferas a partir de 2010 (inciso VII).' (grifou-se).

118. A dedução e inclusão dos valores pagos e recebidos a título de Fundeb, na forma descrita no artigo 2º, § 1º da LC 101/2000, não têm por finalidade permitir que os entes beneficiários atinjam patamar de gasto com a educação básica, até porque a Lei Complementar em foco não se propõe a definir essa questão própria de educação.

119. Tal previsão visa, como dito, excluir a duplicidade gerada pelo registro da receita dos impostos e transferências constitucionais a título de repartição pelo valor bruto, além da receita da transferência multigovernamental do Fundeb (código de receita 1724.00.00) proveniente do retorno dos valores anteriormente retidos na fonte e levados à conta vinculada ao Fundo de amplitude estadual, fenômeno contábil que acarreta a geração de receita corrente fictícia, o que só ocorre nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, razão pela qual revela-se juridicamente impossível aplicar a norma do parágrafo em foco de forma harmônica e isonômica à União e aos demais entes da Federação.

120. Também se demonstra equivocado, além de incoerente com a interpretação dispensada pela Corte de Contas às disposições do artigo 2º, inciso IV, alínea 'a' da LC 101/2000, o entendimento de que o conceito da metodologia de cálculo da RCL tem por finalidade conter os gastos públicos. Ora, se essa fosse a via adequada para conter os gastos público federais, por que não se interpreta as disposições da alínea em foco a partir da exegese literal, de forma que seja deduzida da RCL da União toda e qualquer transferência federal aos demais entes, em especial as bilionárias transferências do SUS e as transferências voluntárias previstas em Lei, conforme previsto pelos Programas Nacionais de Merenda Escolar (PNAE) e Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)? Pergunta para qual não se vislumbra resposta razoável.

121. É bastante provável que se tal medida fosse materializada, alguns Poderes e órgãos autônomos federais, em especial dentre os 62 tribunais autônomos do Poder Judiciário da União e o MPDFT, ultrapassariam os respectivos limites de pessoal, questão que merece atenção e cuidado especiais.

122. Ao ponto que se chega, não resta dúvida de que a redação do artigo 2º, § 1º da LC 101/2000

foi mal redigida, revelando deformação comum resultante do processo legislativo brasileiro, o que confere contornos complexos ao dispositivo. À primeira vista, a linguagem adotada para formular o comando em foco pode até aparentar perfeição, em decorrência do apego ao emprego do processo meramente filológico.

123. Porém, esse modelo de interpretação é desprovido da sofisticação necessária para resolver os contornos complexos que norteiam o artigo 2º, § 1º da LC 101/2000. Para entender bem e melhor a norma do comando em tela, de forma lúcida e coerente, há que se compreender, em primeiro lugar, a sistemática do Fundo de que trata o artigo 60 do ADCT (Fundef), promulgada em 13 de setembro de 1996, do artigo 31 da LC 87, também de 13 de setembro de 1996 (compensação financeira do ICMS-Desoneração), das LC 82, de 1995 e 96, de 1999 ('Leis Camata I e II') que estabeleceram os primeiros conceitos de RCL, sem perder de vista a compreensão da evolução histórica desses normativos.

124. Se por um lado deve o intérprete observar a supremacia da lei escrita, de outro o 'intérprete não traduz em clara linguagem só o que o autor disse explícita e conscientemente; esforça-se por entender mais e melhor do que aquilo que se acha expresso, o que o autor inconscientemente estabeleceu, ou é de presumir ter querido instituir ou regular, e não haver feito nos devidos termos, por inadvertência, lapso, excessivo amor à concisão, impropriedade de vocabulário, conhecimento imperfeito de um instituto recente, ou por outro motivo semelhante (5)', conforme preconiza a mais abalizada doutrina do mestre da hermenêutica jurídica brasileira, Carlos Maximiliano.

125. O guia norteador para aplicar, de forma lúcida e coerente, a norma do artigo 2º, § 1º da LC 101/2000 pode ser encontrado na seguinte passagem da lição de Maximiliano: '116 - Merecem especial menção alguns preceitos, orientadores da exegese literal: a) Cada palavra pode ter mais de um sentido; e acontece também o inverso - vários vocábulos se apresentam com o mesmo significado; por isso, da interpretação puramente literal resulta ora mais, ora menos do que se pretendeu exprimir. Contorna-se, em parte, o escolhido referido, com examinar não só o vocábulo em si, mas também em conjunto, em conexão com outros; e indagar do seu significado em mais de um trecho da mesma lei, ou repositório. (...) m) Guia-se bem o hermeneuta por meio do processo verbal quando claros e apropriados os termos da norma positiva, ou do ato jurídico (19). Entretanto, não é absoluto o preceito; por que a linguagem, embora perfeita na aparência, pode ser inexacta; não raro, aplicados a um texto, lúcido à primeira vista, outros elementos de interpretação, conduzem a resultado diverso do obtido com o só emprego do processo filológico (20). (...) 124 - em conclusão: nunca será demais insistir sobre a crescente desvalia do processo filológico, incomparavelmente inferior ao sistemático e ao que invoca os fatores sociais, ou o Direito Comparado. Sobre o pórtico dos tribunais conviria inscrever o aforismo de Celso - (...): 'Saber as leis é conhecer-lhe, não só as palavras, mas a força e o poder', isto é, o sentido e o alcance respectivos.' (idem, p. 113/122).

126. Em desfecho, vale reproduzir a seguinte passagem da lição de Maximiliano sobre o processo sistemático de interpretação: '133 - Aplica-se modernamente o processo tradicional, porém com amplitude maior do que a de outrora: atende à conexidade entre as partes do dispositivo, e entre este e outras prescrições da mesma lei, ou de outras leis; bem como à relação entre uma, ou várias normas, e o complexo das ideias dominantes à época (1). A verdade inteira resulta do contexto, e não de uma parte truncada, quiçá defeituosa, mal redigida; examina-se a norma na íntegra (2).' (idem, p. 129/130)

127. Antes de encerrar este tópico, é oportuno esclarecer que a RCL constitui um indicador gerencial, sobre o qual são calculados os limites fiscais que devem ser observados pelos entes, seus Poderes e órgãos autônomos, conforme o caso. Os gastos públicos são controlados e contidos a partir da fixação de limites para dívida consolidada, contratação de operação de crédito e despesa com pessoal, em atendimento aos artigos 52 e 169 da Constituição, não a partir da subavaliação da RCL pautada em procedimentos desprovidos de lógica e razoabilidade jurídica, como, por exemplo, a dedução de despesas próprias da União custeadas com recursos provenientes de operações de crédito (ou receita de capital), que sequer integram o rol de receita corrente bruta sobre a qual devem ser feitas deduções - de natureza igualmente corrente - para alcance da RCL.

128. Por essa e outras razões, a questão precisa ser enfrentada, pois a subavaliação da RCL federal

é medida que interfere diretamente na autonomia dos Poderes e órgãos federais, além de fomentar a adoção de interpretação semelhante nas demais esferas de governo, conforme já foi noticiado nesta petição.

## ANEXOS

### Anexo 1 - FPE/2020

Valores em R\$

PERÍODO DECENDIAL	ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2020			FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE			
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Base de Cálculo do FPE		Valor Entregue aos Estados e Distrito Federal	
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(d/c)	(e = d*0,215))	(e/d)
3º DEC de DEZ/2019	13.427.764.181,65	2.173.481.925,83	41.840.837.101,11	15.601.246.107,48	37,29%	3.354.267.913,05	21,50%
1º DEC de JAN/2020	5.652.265.428,43	1.126.681.196,17	13.825.687.515,45	6.778.946.624,60	49,03%	1.457.473.524,31	21,50%
2º DEC de JAN/2020	16.659.758.671,71	625.916.921,61	52.860.857.385,81	17.285.675.593,32	32,70%	3.716.420.252,63	21,50%
3º DEC de JAN/2020	37.839.460.240,94	2.374.135.440,86	96.511.235.180,65	40.213.595.681,80	41,67%	8.645.923.071,60	21,50%
1º DEC de FEV/2020	3.483.819.792,41	882.239.210,53	9.146.745.499,71	4.366.059.002,94	47,73%	938.702.685,61	21,50%
2º DEC de FEV/2020	11.745.114.704,11	990.639.811,32	50.205.839.843,94	12.735.754.515,43	25,37%	2.738.187.220,71	21,50%
3º DEC de FEV/2020	14.826.041.671,32	2.119.589.302,87	43.821.695.360,13	16.945.630.974,19	38,67%	3.643.310.659,44	21,50%
1º DEC de MAR/2020	1.794.127.708,54	1.100.096.475,68	9.763.148.436,60	2.894.224.184,22	29,64%	622.258.199,60	21,50%
2º DEC de MAR/2020	12.974.360.058,22	699.690.769,91	47.031.288.673,18	13.674.050.828,13	29,07%	2.939.920.927,98	21,50%
3º DEC de MAR/2020	12.876.849.114,57	2.200.397.275,17	41.937.409.905,08	15.077.246.389,74	35,95%	3.241.607.973,89	21,50%
1º DEC de ABR/2020	2.993.792.834,85	940.011.279,62	8.957.261.174,50	3.933.804.114,47	43,92%	845.767.884,58	21,50%
2º DEC de ABR/2020	13.463.088.864,74	376.907.652,93	33.758.946.467,12	13.839.996.517,67	41,00%	2.975.599.251,37	21,50%
3º DEC de ABR/2020	16.791.582.656,82	2.294.729.177,21	47.022.840.473,47	19.086.311.834,03	40,59%	4.103.557.044,18	21,50%
1º DEC de MAI/2020	3.485.605.749,32	547.870.108,33	8.548.853.881,31	4.033.475.857,65	47,18%	867.197.309,54	21,50%
2º DEC de MAI/2020	10.537.733.004,23	664.386.312,16	30.568.863.053,52	11.202.119.316,39	36,65%	2.408.455.653,02	21,50%
3º DEC de MAI/2020	9.517.442.928,32	1.769.042.369,15	24.696.425.875,28	11.286.485.297,47	45,70%	2.426.594.338,88	21,50%
1º DEC de JUN/2020	5.462.171.678,78	928.460.346,97	11.180.879.688,21	6.390.632.025,75	57,16%	1.373.985.885,64	21,50%
<b>Total</b>	<b>193.530.979.288,96</b>	<b>21.814.275.576,32</b>	<b>571.678.815.515,07</b>	<b>215.345.254.865,28</b>	<b>37,67%</b>	<b>46.299.229.796,03</b>	<b>21,50%</b>

Fonte: Sistema Transcon/TCU com dados da Receita Federal do Brasil (consulta em 24/06/2020)

### Anexo 2 - FPE/2019 - Valores em R\$

PERÍODO DECENDIAL	ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2019			FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE			
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Base de Cálculo do FPE		Valor Entregue aos Estados e Distrito Federal	
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(d/c)	(e = d*0,215))	(e/d)
3º DEC de DEZ/2018	14.471.430.035,60	3.006.102.592,68	44.445.095.573,65	17.477.532.628,28	39,32%	3.757.669.515,07	21,50%
1º DEC de JAN/2019	5.803.682.439,21	1.164.995.143,92	13.916.742.077,60	6.968.677.583,13	50,07%	1.498.265.680,36	21,50%
2º DEC de JAN/2019	19.123.728.152,26	-8.564.517,98	40.803.779.956,55	19.115.163.634,28	46,85%	4.111.601.552,76	21,51%
3º DEC de JAN/2019	30.177.631.632,97	3.033.064.505,60	90.183.852.671,28	33.210.696.138,57	36,83%	7.138.458.298,44	21,49%
1º DEC de FEV/2019	2.437.663.827,54	769.196.432,84	7.827.922.665,47	3.206.860.260,38	40,97%	689.474.955,93	21,50%
2º DEC de FEV/2019	10.828.323.398,66	621.653.252,03	40.823.958.015,77	11.449.976.650,69	28,05%	2.461.744.979,94	21,50%
3º DEC de FEV/2019	16.928.704.558,19	2.753.966.366,48	49.810.053.115,53	19.682.670.924,67	39,52%	4.231.774.248,68	21,50%
1º DEC de MAR/2019	1.813.051.361,82	796.929.369,46	6.697.385.626,16	2.609.980.731,28	38,97%	561.145.857,21	21,50%
2º DEC de MAR/2019	12.828.052.222,68	713.368.126,83	42.143.332.040,52	13.541.420.349,51	32,13%	2.911.405.375,17	21,50%
3º DEC de MAR/2019	14.759.772.580,04	3.008.118.297,01	46.110.932.529,08	17.767.890.877,05	38,53%	3.820.096.538,50	21,50%
1º DEC de ABR/2019	2.764.067.662,23	1.016.326.117,02	12.387.244.962,04	3.780.393.779,25	30,52%	812.784.662,56	21,50%
2º DEC de ABR/2019	13.113.081.681,77	298.715.030,69	38.549.489.555,96	13.411.796.712,46	34,79%	2.883.536.293,20	21,50%
3º DEC de ABR/2019	26.264.497.033,83	2.753.240.228,63	72.913.887.724,91	29.017.737.262,46	39,80%	6.238.813.511,45	21,50%
1º DEC de MAI/2019	2.511.071.528,19	934.280.867,23	9.921.277.723,59	3.445.352.395,42	34,73%	740.750.765,03	21,50%
2º DEC de MAI/2019	11.856.422.182,29	545.660.853,68	44.713.466.481,89	12.402.083.035,97	27,74%	2.666.447.852,76	21,50%
3º DEC de MAI/2019	14.459.024.146,21	2.876.836.265,49	45.326.868.178,25	17.335.860.411,70	38,25%	3.727.209.988,36	21,50%
1º DEC de JUN/2019	6.480.117.792,13	926.561.363,23	14.983.531.924,63	7.406.679.155,36	49,43%	1.592.436.018,54	21,50%
<b>Total</b>	<b>206.620.322.235,62</b>	<b>25.210.450.294,84</b>	<b>621.558.820.822,88</b>	<b>231.830.772.530,46</b>	<b>37,30%</b>	<b>49.843.616.093,96</b>	<b>21,50%</b>

Fonte: Sistema Transcon/TCU com dados da Receita Federal do Brasil (consulta em 24/06/2020). Valores nominais

**Anexo 3 - Variação FPE 2020-2019**

Valores em R\$

PERÍODO DECENAL	VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 2020-2019			VARIAÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE 2020-2019	
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Variação da Base de Cálculo do FPE	Variação do Valor Entregue aos Estados e Distrito Federal
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(e = d*0,215)
3º DEC de DEZ/2019	-1.043.665.853,95	-832.620.666,85	-2.604.258.472,54	-1.876.286.520,80	-403.401.602,02
1º DEC de JAN/2020	-151.417.010,78	-38.313.947,75	-91.054.562,15	-189.730.958,53	-40.792.156,05
2º DEC de JAN/2020	-2.463.969.480,55	634.481.439,59	12.057.077.429,26	-1.829.488.040,96	-395.181.300,13
3º DEC de JAN/2020	7.661.828.607,97	-658.929.064,74	6.327.382.509,37	7.002.899.543,23	1.507.464.773,16
1º DEC de FEV/2020	1.046.155.964,87	113.042.777,69	1.318.822.834,24	1.159.198.742,56	249.227.729,68
2º DEC de FEV/2020	916.791.305,45	368.986.559,29	9.381.881.828,17	1.285.777.864,74	276.442.240,77
3º DEC de FEV/2020	-2.102.662.886,87	-634.377.063,61	-5.988.357.755,40	-2.737.039.950,48	-588.463.589,24
1º DEC de MAR/2020	-18.923.653,28	303.167.106,22	3.065.762.810,44	284.243.452,94	61.112.342,39
2º DEC de MAR/2020	146.307.835,54	-13.677.356,92	4.887.956.632,66	132.630.478,62	28.515.552,81
3º DEC de MAR/2020	-1.882.923.465,47	-807.721.021,84	-4.173.522.624,00	-2.690.644.487,31	-578.488.564,61
1º DEC de ABR/2020	229.725.172,62	-76.314.837,40	-3.429.983.787,54	153.410.335,22	32.983.222,02
2º DEC de ABR/2020	350.007.182,97	78.192.622,24	-4.790.543.088,84	428.199.805,21	92.062.958,17
3º DEC de ABR/2020	-9.472.914.377,01	-458.511.051,42	-25.891.047.251,44	-9.931.425.428,43	-2.135.256.467,27
1º DEC de MAI/2020	974.534.221,13	-386.410.758,90	-1.372.423.842,28	588.123.462,23	126.446.544,51
2º DEC de MAI/2020	-1.318.689.178,06	118.725.458,48	-14.144.603.428,37	-1.199.963.719,58	-257.992.199,74
3º DEC de MAI/2020	-4.941.581.217,89	-1.107.793.896,34	-20.630.442.302,97	-6.049.375.114,23	-1.300.615.649,48
1º DEC de JUN/2020	-1.017.946.113,35	1.898.983,74	-3.802.652.236,42	-1.016.047.129,61	-218.450.132,90
<b>Total</b>	<b>-13.089.342.946,66</b>	<b>-3.396.174.718,52</b>	<b>-49.880.005.307,81</b>	<b>-16.485.517.665,18</b>	<b>-3.544.386.297,93</b>

Fonte: Diferença dos valores nominais dos Anexos 1 e 2. Valores nominais

**Anexo 4 - FPM/2020**

Valores em R\$

PERÍODO DECENAL	ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2020			FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM			
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Base de Cálculo do FPM		Valor Entregue aos Municípios e Distrito Federal	
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(d/c)	(e = d*0,225)	(e/d)
3º DEC de DEZ/2019	13.427.764.181,65	2.173.481.925,83	41.840.837.101,11	15.601.246.107,48	37,29%	3.510.280.374,29	22,50%
1º DEC de JAN/2020	5.652.265.428,43	1.126.681.196,17	13.825.687.515,45	6.778.946.624,60	49,03%	1.525.262.990,72	22,50%
2º DEC de JAN/2020	16.659.758.671,71	625.916.921,61	52.860.857.385,81	17.285.675.593,32	32,70%	3.889.277.008,51	22,50%
3º DEC de JAN/2020	37.839.460.240,94	2.374.135.440,86	96.511.235.180,65	40.213.595.681,80	41,67%	9.048.059.028,57	22,50%
1º DEC de FEV/2020	3.483.819.792,41	882.239.210,53	9.146.745.499,71	4.366.059.002,94	47,73%	982.363.275,61	22,50%
2º DEC de FEV/2020	11.745.114.704,11	990.639.811,32	50.205.839.843,94	12.735.754.515,43	25,37%	2.865.544.765,91	22,50%
3º DEC de FEV/2020	14.826.041.671,32	2.119.589.302,87	43.821.695.360,13	16.945.630.974,19	38,67%	3.812.766.969,21	22,50%
1º DEC de MAR/2020	1.794.127.708,54	1.100.096.475,68	9.763.148.436,60	2.894.224.184,22	29,64%	651.200.441,42	22,50%
2º DEC de MAR/2020	12.974.360.058,22	699.690.769,91	47.031.288.673,18	13.674.050.828,13	29,07%	3.076.661.436,36	22,50%
3º DEC de MAR/2020	12.876.849.114,57	2.200.397.275,17	41.937.409.905,08	15.077.246.389,74	35,95%	3.392.380.437,77	22,50%
1º DEC de ABR/2020	2.993.792.834,85	940.011.279,62	8.957.261.174,50	3.933.804.114,47	43,92%	885.105.925,79	22,50%
2º DEC de ABR/2020	13.463.088.864,74	376.907.652,93	33.758.946.467,12	13.839.996.517,67	41,00%	3.113.999.216,55	22,50%
3º DEC de ABR/2020	16.791.582.656,82	2.294.729.177,21	47.022.840.473,47	19.086.311.834,03	40,59%	4.294.420.162,53	22,50%
1º DEC de MAI/2020	3.485.605.749,32	547.870.108,33	8.548.853.881,31	4.033.475.857,65	47,18%	907.532.067,93	22,50%
2º DEC de MAI/2020	10.537.733.004,23	664.386.312,16	30.568.863.053,52	11.202.119.316,39	36,65%	2.520.476.846,21	22,50%
3º DEC de MAI/2020	9.517.442.928,32	1.769.042.369,15	24.696.425.875,28	11.286.485.297,47	45,70%	2.539.459.191,97	22,50%
1º DEC de JUN/2020	5.462.171.678,78	928.460.346,97	11.180.879.688,21	6.390.632.025,75	57,16%	1.437.892.205,96	22,50%
<b>Total</b>	<b>193.530.979.288,96</b>	<b>21.814.275.576,32</b>	<b>571.678.815.515,07</b>	<b>215.345.254.865,28</b>	<b>37,67%</b>	<b>48.452.682.345,31</b>	<b>22,50%</b>

Fonte: Sistema Transcon/TCU com dados da Receita Federal do Brasil (consulta em 24/06/2020)



**Anexo 5 - FPM/2019 Valores em R\$**

PERÍODO DECENDIAL	ARRECADAÇÃO FEDERAL EM 2019			FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPM			
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Base de Cálculo do FPM		Valor Entregue aos Municípios e Distrito Federal	
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(d/c)	(e = d*0,225)	(e/d)
3º DEC de DEZ/2018	14.471.430.035,60	3.006.102.592,68	44.445.095.573,65	17.477.532.628,28	39,32%	3.932.444.841,31	22,50%
1º DEC de JAN/2019	5.803.682.439,21	1.164.995.143,92	13.916.742.077,60	6.968.677.583,13	50,07%	1.567.952.456,25	22,50%
2º DEC de JAN/2019	19.123.728.152,26	-8.564.517,98	40.803.779.956,55	19.115.163.634,28	46,85%	4.302.838.834,16	22,51%
3º DEC de JAN/2019	30.177.631.632,97	3.033.064.505,60	90.183.852.671,28	33.210.696.138,57	36,83%	7.470.479.614,63	22,49%
1º DEC de FEV/2019	2.437.663.827,54	769.196.432,84	7.827.922.665,47	3.206.860.260,38	40,97%	721.543.558,78	22,50%
2º DEC de FEV/2019	10.828.323.398,66	621.653.252,03	40.823.958.015,77	11.449.976.650,69	28,05%	2.576.244.746,47	22,50%
3º DEC de FEV/2019	16.928.704.558,19	2.753.966.366,48	49.810.053.115,53	19.682.670.924,67	39,52%	4.428.600.958,08	22,50%
1º DEC de MAR/2019	1.813.051.361,82	796.929.369,46	6.697.385.626,16	2.609.980.731,28	38,97%	587.245.664,55	22,50%
2º DEC de MAR/2019	12.828.052.222,68	713.368.126,83	42.143.332.040,52	13.541.420.349,51	32,13%	3.046.819.578,56	22,50%
3º DEC de MAR/2019	14.759.772.580,04	3.008.118.297,01	46.110.932.529,08	17.767.890.877,05	38,53%	3.997.775.447,24	22,50%
1º DEC de ABR/2019	2.764.067.662,23	1.016.326.117,02	12.387.244.962,04	3.780.393.779,25	30,52%	850.588.600,30	22,50%
2º DEC de ABR/2019	13.113.081.681,77	298.715.030,69	38.549.489.555,96	13.411.796.712,46	34,79%	3.017.654.260,43	22,50%
3º DEC de ABR/2019	26.264.497.033,83	2.753.240.228,63	72.913.887.724,91	29.017.737.262,46	39,80%	6.528.990.884,11	22,50%
1º DEC de MAI/2019	2.511.071.528,19	934.280.867,23	9.921.277.723,59	3.445.352.395,42	34,73%	775.204.289,11	22,50%
2º DEC de MAI/2019	11.856.422.182,29	545.660.853,68	44.713.466.481,89	12.402.083.035,97	27,74%	2.790.468.683,12	22,50%
3º DEC de MAI/2019	14.459.024.146,21	2.876.836.265,49	45.326.868.178,25	17.335.860.411,70	38,25%	3.900.568.592,51	22,50%
1º DEC de JUN/2019	6.480.117.792,13	926.561.363,23	14.983.531.924,63	7.406.679.155,36	49,43%	1.666.502.809,96	22,50%
<b>Total</b>	<b>206.620.322.235,62</b>	<b>25.210.450.294,84</b>	<b>621.558.820.822,88</b>	<b>231.830.772.530,46</b>	<b>37,30%</b>	<b>52.161.923.819,57</b>	<b>22,50%</b>

Fonte: Sistema Transcon/TCU com dados da Receita Federal do Brasil (consulta em 24/06/2020). Valores nominais

**Anexo 6 - Variação FPM 2020-2019**

Valores em R\$

PERÍODO DECENDIAL	VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO FEDERAL 2020-2019			VARIAÇÃO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS- FPM 2020-2019	
	Imposto de Renda - IR	Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	Arrecadação Total de Tributos e Contribuições Federais	Variação da Base de Cálculo do FPM	Variação do Valor Entregue aos Municípios e Distrito Federal
	(a)	(b)	(c)	(d = (a + b))	(e = d*0,225)
3º DEC de DEZ/2019	-1.043.665.853,95	-832.620.666,85	-2.604.258.472,54	-1.876.286.520,80	-422.164.467,02
1º DEC de JAN/2020	-151.417.010,78	-38.313.947,75	-91.054.562,15	-189.730.958,53	-42.689.465,53
2º DEC de JAN/2020	-2.463.969.480,55	634.481.439,59	12.057.077.429,26	-1.829.488.040,96	-413.561.825,65
3º DEC de JAN/2020	7.661.828.607,97	-658.929.064,74	6.327.382.509,37	7.002.899.543,23	1.577.579.413,94
1º DEC de FEV/2020	1.046.155.964,87	113.042.777,69	1.318.822.834,24	1.159.198.742,56	260.819.716,83
2º DEC de FEV/2020	916.791.305,45	368.986.559,29	9.381.881.828,17	1.285.777.864,74	289.300.019,44
3º DEC de FEV/2020	-2.102.662.886,87	-634.377.063,61	-5.988.357.755,40	-2.737.039.950,48	-615.833.988,87
1º DEC de MAR/2020	-18.923.653,28	303.167.106,22	3.065.762.810,44	284.243.452,94	63.954.776,87
2º DEC de MAR/2020	146.307.835,54	-13.677.356,92	4.887.956.632,66	132.630.478,62	29.841.857,80
3º DEC de MAR/2020	-1.882.923.465,47	-807.721.021,84	-4.173.522.624,00	-2.690.644.487,31	-605.395.009,47
1º DEC de ABR/2020	229.725.172,62	-76.314.837,40	-3.429.983.787,54	153.410.335,22	34.517.325,49
2º DEC de ABR/2020	350.007.182,97	78.192.622,24	-4.790.543.088,84	428.199.805,21	96.344.956,12
3º DEC de ABR/2020	-9.472.914.377,01	-458.511.051,42	-25.891.047.251,44	-9.931.425.428,43	-2.234.570.721,58
1º DEC de MAI/2020	974.534.221,13	-386.410.758,90	-1.372.423.842,28	588.123.462,23	132.327.778,82
2º DEC de MAI/2020	-1.318.689.178,06	118.725.458,48	-14.144.603.428,37	-1.199.963.719,58	-269.991.836,91
3º DEC de MAI/2020	-4.941.581.217,89	-1.107.793.896,34	-20.630.442.302,97	-6.049.375.114,23	-1.361.109.400,54
1º DEC de JUN/2020	-1.017.946.113,35	1.898.983,74	-3.802.652.236,42	-1.016.047.129,61	-228.610.604,00
<b>Total</b>	<b>-13.089.342.946,66</b>	<b>-3.396.174.718,52</b>	<b>-49.880.005.307,81</b>	<b>-16.485.517.665,18</b>	<b>-3.709.241.474,26</b>

Fonte: Diferença dos valores nominais dos Anexos 4 e 5. Valores nominais

É o Relatório.

## VOTO

Trata-se de Representação, formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), com o fito de analisar a natureza jurídica dos repasses federais a título de auxílio financeiro previstos no art. 5º da Lei Complementar (LC) 173, de 27/5/2020, e dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória (MPV) 938, de 2/4/2020, convertida na Lei 14.041, de 18/8/2020, assim como respectivos reflexos na contabilização da Receita Corrente Líquida (RCL), nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. De início, conheço da Representação, por satisfazer os requisitos formais aplicáveis à espécie e encontrar guarida no art. 237, inciso VI, do Regimento do Tribunal de Contas da União, c/c os arts. 42 e 43 da Resolução-TCU 284/2016 e alterações posteriores.
3. O debate é pertinente e oportuno em razão de divergências de entendimento havidas entre órgãos do Poder Executivo Federal acerca do modo de contabilização e fiscalização das transferências financeiras excepcionais previstas por essas normas.
4. Tais dissensões se acentuaram após a divulgação de notas técnicas e manifestações oficiais da Secretaria do Tesouro Nacional (peças 4-6, comentadas adiante neste Voto), no sentido de que, em síntese, os recursos transferidos com fundamento na LC 173/2020 e na MPV 938/2020 constituiriam **receitas originárias dos entes subnacionais**, conferindo-lhes o mesmo tratamento jurídico das transferências constitucionais a título de repartição de receita.
5. Sob o panorama de risco, o tema é sobremaneira relevante, diante da insegurança jurídica que a falta de clareza sobre a natureza federativa dos recursos exhibe, em conjunto com o avolumamento de notícias e investigações deflagradas recentemente em razão de malversação de recursos transferidos para combate aos efeitos da pandemia de Covid-19.
6. Tampouco se ignora o hercúleo esforço fiscal da União para enfrentamento das consequências sociais e econômicas dessa crise, marcadas por *deficit* primário estimado para o Governo Central da ordem de **R\$ 861 bilhões** em 2020 – o qual se afasta em 594% da meta originalmente fixada para o exercício (R\$ 124,1 bilhões) e corresponde a 12% do PIB, ou ainda **109%** da RCL federal projetada em julho para o exercício corrente (R\$ 789,9 bilhões).
7. Em cenário traçado pelo Tesouro Nacional, a necessidade de financiamento de despesas primárias por meio da emissão de títulos públicos poderá chegar a **R\$ 763,5 bilhões**, montante que corresponde a 89% da RCL federal projetada para o exercício de 2020 (R\$ 853,1 bilhões).
8. Ou seja, a emissão de títulos públicos e a utilização da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional para financiar as despesas primárias com os auxílios financeiros tratados nestes autos afetaram profundamente o endividamento público federal.
9. Projeções mais atuais apontam para forte aumento da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), a qual deverá saltar, em relação ao PIB, de 75,8% (2019) para 93,5% (2020) e 96,7% (2023), conforme cenário “macro e fiscal pós-COVID + medidas adicionais” apresentado pelos órgãos da área econômica ao TCU – v.g. gráfico 6 do relatório condutor do Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário, de minha relatoria, que tratou de acompanhamento dos reflexos das mudanças nas regras

orçamentárias e fiscais adotadas pelo governo federal no combate à crise ocasionada pela Covid-19.

10. É nesse cenário que passo ao exame do tema, iniciando com breve apresentação sobre os instrumentos normativos em tela.

## II – DA LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE AUXÍLIOS E APOIOS FINANCEIROS AOS ENTES SUBNACIONAIS EM RAZÃO DA PANDEMIA DE COVID-19

11. A Lei Complementar 173/2020 estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.

12. O mencionado Programa Federativo é composto das seguintes iniciativas: i) suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre os entes subnacionais e a União; ii) reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e iii) **entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19.**

13. A última modalidade, que interessa para os objetivos destes autos, é detalhada no art. 5º, a saber (transcrevo os dispositivos principais, com destaques acrescidos):

“Art. 5º A União **entregará, na forma de auxílio financeiro**, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, o valor de **R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais)** para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, da seguinte forma:

**I - R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais) para ações de saúde e assistência social**, sendo:

- a) R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e  
b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Municípios;

**II - R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais)**, da seguinte forma:

- a) R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais aos Estados e ao Distrito Federal;  
b) R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais aos Municípios;

§ 1º Os recursos previstos no inciso I, alínea “a”, inclusive para o **pagamento dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas)**, serão distribuídos conforme os **seguintes critérios**:

I - 40% (quarenta por cento) **conforme a taxa de incidência divulgada pelo Ministério da Saúde** na data de publicação desta Lei Complementar, para o primeiro mês, e no quinto dia útil de cada um dos 3 (três) meses subsequentes;

II - 60% (sessenta por cento) **de acordo com a população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes** publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 2º Os recursos previstos no inciso I, alínea “b”, inclusive para o **pagamento dos profissionais que atuam no SUS e no Suas, serão distribuídos de acordo com a população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes** publicados pelo IBGE em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 3º Os valores previstos no inciso II, alínea “a”, do caput serão distribuídos para os Estados e o Distrito Federal na forma do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 4º Os valores previstos no inciso II, alínea “b”, do caput serão distribuídos na proporção estabelecida no Anexo I, com a exclusão do Distrito Federal, e transferidos, em cada Estado,



diretamente aos respectivos Municípios, **de acordo com sua população apurada a partir dos dados populacionais mais recentes** publicados pelo IBGE em cumprimento ao disposto no art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 5º O Distrito Federal não participará do rateio dos recursos previstos na alínea “b” do inciso I e na alínea “b” do inciso II do caput, e receberá, na forma de auxílio financeiro, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, valor equivalente ao efetivamente recebido, no exercício de 2019, como sua cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios, **para aplicação, pelo Poder Executivo local, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.**

§ 6º O cálculo das parcelas que caberão a cada um dos entes federativos será realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), sendo que **os valores deverão ser creditados pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.**

§ 7º Será **excluído** da transferência de que tratam os incisos I e II do caput o Estado, Distrito Federal ou Município que **tenha ajuizado ação contra a União** após 20 de março de 2020 tendo como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da Covid-19, exceto se renunciar ao direito sobre o qual se funda em até 10 (dez) dias, contados da data da publicação desta Lei Complementar.”

14. Portanto, a entrega dos R\$ 60 bilhões a título de auxílio financeiro aos entes subnacionais rege-se pelos critérios e objetivos delineados na LC 173/2020 – ademais de se inserir no contexto do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente da pandemia, nos termos da Emenda Constitucional 106/2020.

15. Igualmente, os repasses a título de apoio financeiro a que alude a Medida Provisória (MPV) 938, de 2/4/2020, convertida na Lei 14.041, de 18/8/2020, se inserem, conforme preâmbulo da norma, no contexto de *“prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19”*.

16. Com esse norte, a Lei 14.041/2020 dispôs (transcrevo os dispositivos principais, com destaques acrescidos):

“Art. 1º A União prestará **apoio financeiro** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da **entrega do valor correspondente à** variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as **alíneas “a” e “b” do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal** nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos neste artigo e no art. 2º desta Lei e limitado à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

§ 1º O valor a que se refere o *caput* deste artigo será calculado a partir das variações mensais de março a novembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, para cada ente federativo.

(...)

Art. 2º O valor total do apoio financeiro de que trata o art. 1º desta Lei será de até **R\$ 16.000.000.000,00 (dezesesseis bilhões de reais).**

(...)

§ 2º Na hipótese de a diferença apurada nos termos do art. 1º desta Lei, para um mês específico, ser maior que o valor definido no § 1º deste artigo, **os recursos disponíveis para os meses seguintes poderão ser utilizados somente para a finalidade prevista no caput do art. 1º desta Lei.**”

17. É tão importante destacar a vinculação de emprego dos valores no combate aos efeitos da pandemia de Covid-19 quanto a origem (fonte) dos recursos.
18. A MPV 978/2020 autorizou a **emissão de títulos públicos** pelo Tesouro Nacional (Fonte 144) para custear auxílios financeiros da ordem de R\$ 60 bilhões para atendimento às transferências de que trata a LC 173/2020. Por outro lado, a MPV 939/2020 abriu créditos extraordinários de R\$ 16 bilhões para os fins previstos na Lei 14.041/2020, mediante **cancelamento de dotação do serviço da dívida pública federal e remanejamento de recursos oriundos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional** (Fonte 188) para o financiamento das despesas com auxílios financeiros federais.
19. Diante de todo esse quadro, a Semag perscruta, por meio desta Representação, se seriam esses recursos federais ou receitas próprias (originárias) dos entes subnacionais, conforme instrução transcrita no relatório precedente.
20. Lança análise, ainda, acerca do impacto da definição da natureza federativa dos recursos sobre o cômputo da Receita Corrente Líquida (RCL), uma vez que ela traz consequências para a apuração dos limites das despesas com pessoal dos órgãos autônomos e Poderes da União, *ex vi* o que dispõe o art. 2º, inciso IV, da LRF.
21. Antecipo minha integral anuência às conclusões a que chegou a Semag, razão pela qual incorporo os competentes fundamentos apresentados às minhas razões de decidir.
22. Anoto que, pela profundidade e detalhamento com que todos os aspectos foram tratados ao longo da instrução processual, destacarei neste Voto apenas os elementos essenciais à decisão, sem prejuízo da fundamentação complementar contida na manifestação técnica da unidade instrutora, reproduzida no relatório precedente.
23. Passo a abordar cada questão separadamente, como segue.

### III – DAS CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS FUNDAMENTAIS DOS AUXÍLIOS E APOIOS FINANCEIROS AOS ENTES SUBNACIONAIS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

24. De partida, percebe-se que o tema demanda exame à luz do pacto federativo – consideradas suas dimensões material e fiscal –, das características das transferências intergovernamentais que marcam singularmente o federalismo de cooperação brasileiro, assim como do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade, instituído pela Emenda Constitucional 106/2020.
25. Outro ponto é que o Poder Executivo denomina os repasses ora de apoio financeiro, ora de auxílio financeiro, sem adotar qualquer critério jurídico objetivo que possa justificar diferenças materiais em relação às expressões adotadas, de tal modo que serão tratadas nesta Representação como sinônimas.
26. Em exame das normas em tela, observa-se que seu regramento destoa das balizas que regem as transferências obrigatórias constitucionais em relação aos seguintes atributos fundamentais: i) dissociação da receita tributária e fonte de recursos; ii) critérios de distribuição; e iii) restrições à entrega e à aplicação ou emprego.

#### I. Da dissociação com a receita tributária e das fontes de recursos

27. A primeira característica marcante das transferências instituídas pela LC 173/2020 e pela Lei 14.041/2020 é que suas fontes estão dissociadas da receita tributária da União, isto é, não se trata de transferências vinculadas à arrecadação dos tributos sujeitos à repartição constitucional a título de Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – diversamente, portanto, do tratamento dado pelo art. 159 da CF/88 aos recursos originários dos estados e municípios.
28. Sobressai o fato de que a União, mesmo com queda de quase 10% na arrecadação dos tributos federais que integram a cesta dos fundos de participação (no período de janeiro ao 1º decêndio de junho/2020), foi obrigada a ampliar o volume de transferência financeira aos entes subnacionais para além dos 49% previstos constitucionalmente.
29. Tanto não se trata de transferência vinculada à arrecadação federal que, como mencionei, a MPV 978/2020 autorizou a **emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional** para custear os auxílios financeiros a que alude a Lei Complementar 173/2020, enquanto a MPV 939/2020 abriu créditos extraordinários mediante cancelamento de dotação do serviço da dívida pública federal e remanejamento de recursos oriundos da **remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional** para o financiamento das despesas criadas pela Lei 14.041/2020.
30. Chama a atenção ainda a ausência de receita específica associada às transferências, algo que pudesse aproximar esses instrumentos do conceito de repartição de receita tributária prevista constitucionalmente, como todas as outras que alicerçam a dimensão fiscal do pacto federativo.
31. Isso porque recursos oriundos de emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional, cancelamento de dotação do serviço da dívida pública federal e remanejamento de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, originalmente alocados para honrar o serviço da dívida pública em 2020, não necessariamente estão associados à receita tributária.
32. Claro está, portanto, que os recursos transferidos por força desses instrumentos não constituem “*repartição de receita tributária federal*” nos termos do art. 159 da CF/88, inviabilizando seu enquadramento como recursos próprios constitucionais dos entes subnacionais.
33. Anoto que, no caso do auxílio financeiro de que trata a LC 173, o art. 5º, § 6º, dispõe que os valores deverão ser “*creditados pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios*”.
34. Como bem salientou a Semag, esse aspecto não transmuda a natureza dos recursos, visto tratar-se de mera regra de operacionalização adotada em contexto de urgência de socorro financeiro aos estados e municípios, em razão da eclosão da pandemia e da necessidade de adoção de medidas operacionais imediatas para seu enfrentamento.
35. Naturalmente, nem mesmo a repartição de receita, matéria de índole constitucional, tem sua natureza definida pela conta bancária utilizada para operacionalização das transações. Fosse assim, o regime de conta única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil (Bacen) conforme Instrução Normativa 4/1998, seria suficiente para desnaturar as receitas da União, o que não se cogita.

36. Do mesmo modo, se o simples fato de se depositar o recurso na conta corrente do FPE e FPM fosse suficiente para definir a sua natureza, os repasses a título de auxílio financeiro deveriam integrar as bases de cálculo dos diversos mínimos constitucionais nas esferas estadual, distrital e municipal para aplicação em educação, saúde, Poder Legislativo e outros, o que não ocorre – conforme abordarei adiante.
37. Já em relação ao apoio financeiro instituído pela MPV 938/2020, posteriormente convertida na Lei 14.041/2020, observa-se que a menção ao FPM e ao FPE serviu apenas para determinação da base de cálculo de seu montante, já que o valor deve ser (destaques acrescidos):

“(…) **correspondente à variação nominal negativa** entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do *caput* do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos neste artigo e no art. 2º desta Lei e **limitado à dotação orçamentária específica para essa finalidade.**”

38. Em nenhum momento a lei dispôs que esses valores seriam pagos **a título de FPE ou FPM**, mas sim que seriam calculados **a partir da variação nominal negativa desses** em razão da frustração de receitas decorrente da retração econômica de 2020, ou seja, em patamares muito superiores à repartição de receita tributária prevista na Carta Magna.
39. Tanto assim, que a Lei 14.041/2020 impôs condicionantes, a exemplo da existência de dotação orçamentária específica (parte final do art. 1º, *caput*), restrição que é inaplicável aos recursos próprios dos entes subnacionais por força constitucional, que não se sujeitam à disponibilidade orçamentária da União, pois são função unicamente da arrecadação – se e no montante que ocorrer – por determinação constitucional.
40. Por isso, se os auxílios e apoios de que tratam esses autos fossem recursos próprios subnacionais, jamais poderiam ser objeto de restrição orçamentária por parte da União.
41. Ademais, fossem os auxílios financeiros federais receitas próprias dos entes subnacionais, não caberia à União, pela via **infraconstitucional**, excluir tais montantes das bases de cálculo definidas constitucionalmente para fins de limites fixados para despesas das Câmaras Municipais (CF/88, art. 29-A), ações e serviços públicos de saúde (CF/88, art. 198, § 2º) e manutenção e desenvolvimento do ensino (CF/88, art. 212).
42. Dessa feita, resta demonstrada a primeira característica marcante das transferências criadas pela Lei 14.041/2020 e pela LC 173/2020: são absolutamente **dissociadas da arrecadação de receitas dos tributos a que se refere o art. 159 da CF/88 e têm como fonte o aumento do endividamento público federal.**
43. Nesse ponto, pertinente prosseguir o exame em relação aos critérios de distribuição e, em seguida, comentar a existência de condicionantes legais à transferência e à utilização desses recursos.

## II. Dos critérios de distribuição (rateio)

44. A distribuição dos repasses a título de FPE e FPM são regidos pela Lei Complementar 62/1989, vez que o mandamento constitucional reserva a matéria à

lei complementar, com vistas à promoção do equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios (art. 161, inc. II, da CF/88).

45. De forma geral e bastante resumida, o rateio se dá de forma diretamente proporcional às populações e inversamente proporcional às rendas *per capita* estimadas, ajustados, ainda, conforme o objetivo constitucional de atenuação das desigualdades regionais.
46. **Não** é esse o critério de rateio da LC 173/2020 e da Lei 14.041/2020.
47. Em relação ao apoio financeiro instituído pela MPV 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, constata-se, de largada, que medida provisória sequer é instrumento jurídico hábil para estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159 da CF/88, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos constitucionais (FPE e FPM), eis que não atende o imperativo constitucional que reserva à lei complementar o disciplinamento da matéria.
48. Para distribuição do auxílio financeiro de R\$ 16 bilhões previsto na MPV 938/2020, a União deve adotar como critério o valor correspondente à **variação nominal negativa** entre os valores creditados a título dos FPE e FPM, no período de março a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos na medida provisória e limitados à dotação orçamentária específica para essa finalidade.
49. Portanto, essa espécie guarda certa simplicidade de cálculo, visto que objetiva precipuamente compensar os estados e municípios por perdas financeiras nos repasses de recursos próprios a título de FPM e FPE, em razão da frustração de receitas tributárias que compõem sua base de cálculo.
50. Fosse seguida pura e simplesmente a ordem constitucional em situações não extraordinárias como as ora vividas – como flutuações econômicas e variações populacionais, por exemplo – não haveria recomposição de perdas individuais ou coletivas dos entes, o que evidencia a atipicidade do instrumento inaugurado pela MPV 938/2020 em relação ao regramento constitucional.
51. De outra banda, no que tange aos critérios de distribuição do auxílio financeiro federal de que trata a LC 173/2020, para os R\$ 10 bilhões destinados à saúde e à assistência social, parte será distribuída segundo a **taxa de incidência** de Covid-19, divulgada pelo Ministério da Saúde (40%), e parte de acordo com o **coeficiente populacional** mais recente, encaminhado pelo IBGE ao TCU na forma do art. 102 da Lei 8.443/1992 (60%).
52. Para distribuição dos R\$ 50 bilhões, a parcela destinada aos estados (R\$ 30 bilhões) deve ser repassada segundo valores fixados de forma do Anexo I da norma em questão, enquanto a parcela destinada aos municípios (R\$ 20 bilhões) deverá ser distribuída de forma proporcional aos valores previstos para os estados no mesmo Anexo I da LC 173/2020, observado o coeficiente populacional que o IBGE encaminhar ao TCU.
53. Ou seja, em ambos os casos os critérios **não observam as premissas constitucionais** previstas para distribuição do FPE e FPM.
54. Ademais, os repasses distribuídos entre os estados, segundo valores fixados no Anexo I da Lei Complementar 173/2020, não se amoldam às exigências do inciso II do art. 161 da CF/88. Os coeficientes ali definidos para distribuição do valor global de R\$ 30 bilhões não refletem, nem de longe, o preceito constitucional que



confere à lei complementar o estabelecimento de normas sobre a entrega dos recursos e sobre os critérios de rateio do FPE e FPM.

55. Conforme Tabela 1 constante do relatório precedente, os percentuais estabelecidos para cada estado da federação são absolutamente dissonantes dos contidos no Acórdão 638/2019-TCU-Plenário, que aprovou decisão normativa fixadora, para o exercício de 2020, dos coeficientes individuais de participação do FPE, em cumprimento à competência desta Corte de efetuar o cálculo das quotas referentes aos fundos constitucionais.
56. Ao passo que o postulado constitucional norteador da distribuição do FPE e do FPM tem por finalidade a redução das desigualdades regionais, o que faz com que o estado de São Paulo, por exemplo, tenha a menor participação na distribuição do FPE (0,66%, referente ao exercício de 2020), o enfrentamento da situação de emergência causada pela calamidade pública nacional de natureza sanitária não se resolve sob os mesmos critérios.
57. Embora seja possível entender, com razoável segurança, pela conformidade do auxílio financeiro federal previsto na Lei Complementar 173/2020 com o conceito de transferência obrigatória, criando obrigação incondicional excepcional para a União com amparo nas cooperações previstas no art. 23 da CF/88, o enfrentamento de uma pandemia com os efeitos causados pelo novo coronavírus parece adotar estratégias associadas às necessidades de saúde da população, às dimensões epidemiológica, demográfica, socioeconômica, espacial e de capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde, de forma análoga ao disposto no art. 35 da Lei 8.080/1990, que baliza os critérios de repasse do Sistema Único de Saúde (SUS), e do art. 17 da Lei Complementar 141/2012, que trata dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde.
58. A tônica de combate aos efeitos econômicos da pandemia está a considerar, ainda, a participação dos estados na composição do Produto Interno Bruto (PIB), que refletem a mobilização de pessoas em atividades econômicas em cada região, sem perder de vista o fato de que o descontrole da pandemia nos estados com maior concentração populacional e atividade produtiva poderá acarretar consequências econômicas com efeito adverso na arrecadação federal.
59. Essa parece a lógica que permeou a distribuição dos R\$ 30 bilhões nos valores fixados pelo Anexo I da Lei Complementar 173/2020.
60. Não por outro motivo, de forma diametralmente oposta aos coeficientes de distribuição do FPE, as maiores parcelas individuais do auxílio financeiro federal foram destinadas aos estados de São Paulo (22,05%), Minas Gerais (9,98%), Rio de Janeiro (6,69%), Rio Grande do Sul (6,48%), Paraná (5,72%) e Bahia (5,56%), beneficiários de 56,5% do total de repasses (R\$ 16,95 bilhões). Tais estados têm em comum elevada densidade demográfica – concentrando 58% da população brasileira num total de 2.903 municípios – e expressiva participação na economia nacional, respondendo por 68% da formação do PIB.
61. Esses fatores explicam a razão **inversamente proporcional** presente em grande parte da distribuição deste auxílio financeiro federal para enfrentamento da Covid-19 quando comparada ao critério constitucional de distribuição do FPE, o que, por exemplo, conferiu a São Paulo uma cota de 22,05% do auxílio financeiro da LC 173/2020, embora seu coeficiente de participação no FPE seja de apenas 0,66% neste ano.

62. É possível inferir, a partir do arranjo de distribuição, que um dos objetivos do legislador foi evitar o colapso das economias com maior participação na formação do PIB nacional, cuja preservação da capacidade produtiva é vital para a consecução do objetivo, no pós-pandemia, de retomada da redução das desigualdades regionais à luz das balizas constitucionais que norteiam o FPE.
63. A capacidade de produção das economias dos seis estados mencionados se reflete, diretamente, na arrecadação federal e na política econômica nacional, cujo risco de colapso justifica a instituição, excepcionalíssima, do referido auxílio no contexto do regime extraordinário fiscal e financeiro para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia, assim reconhecida nos limites e condições previstas no art. 65 da LRF e na EC 106/2020.
64. Portanto, resta demonstrado o segundo aspecto essencial dos repasses ora tratados: **eles não se amoldam aos critérios constitucionais e legais de rateio que regem as transferências obrigatórias a estados e municípios a título de repartição de receitas tributárias.**
65. Com segurança, digo que qualquer tentativa de enquadramento desses auxílios e apoios financeiros como recursos próprios dos estados e municípios a título de FPE e FPM geraria a desnaturação do pacto federativo, desfigurando seus critérios de rateio.
66. A interpretação que ora adoto prestigia a presunção de constitucionalidade das leis, isto é, não flerta com a inconstitucionalidade dos dispositivos mencionados, em homenagem à estabilidade jurídica.
67. Na verdade, a questão se resolve compreendendo a LC 173/2020 e a Lei 14.041/2020 como parte da dimensão cooperativa do federalismo brasileiro, que, no contexto da calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional nos termos e limites estabelecidos pela EC 106/2020 e pelo Decreto Legislativo 6/2020, impõe a cooperação e a solidariedade – fiscal, inclusive – entre os entes subnacionais, conforme previsto expressamente em passagens da Lei Maior, mais especificamente no parágrafo único do art. 23.

### III. Das restrições legais à entrega, à aplicação e ao emprego

68. A dimensão fiscal do federalismo está associada à estrutura tributária tripartida, isto é, de competência dos entes das três esferas de governo (CF/88, arts. 153 a 156). Nessa trilha, a Carta Política instituiu a repartição de receitas entre os entes da Federação (arts. 157 a 160), as quais integram o rol de receitas próprias do ente beneficiário estadual, distrital ou municipal, sem possibilidade de imposição de restrições e condições pelo ente transferidor.
69. A repartição de receita tributária é matéria típica do texto constitucional, ou seja, sujeita ao sistema constitucional de repartição do produto da arrecadação de impostos, que decorre diretamente da forma federativa de Estado, caracterizada primordialmente pela autonomia dos entes que o compõem.
70. Por esse motivo, não pode a União ou o estado dispor, a título de repartição de receita de impostos, de percentual superior ou inferior ao que o constituinte reservou para implementar as competências materiais que lhe foram conferidas, razão pela qual a matéria é de índole constitucional, devendo-se observar, unicamente, os critérios estabelecidos na Carta Magna (destaques acrescidos):

“Art. 160. É vedada a retenção ou qualquer **restrição à entrega** e ao **emprego dos recursos**

**atribuídos**, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo **não impede a União** e os Estados de **condicionarem a entrega de recursos**:

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.”

71. Ou seja, com exceção do pagamento da dívida e do cumprimento do mínimo anual constitucional que os entes subnacionais devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde, a União não pode impor qualquer restrição à entrega ou ao emprego dos recursos que transfere aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a título de FPE e FPM, os quais constituem receitas próprias dos entes subnacionais.

72. Cite-se, a título ilustrativo, o quanto decidido pelo Pretório Excelso no Recurso Extraordinário (RE) 572.762 (relator Ministro Ricardo Lewandowski, com destaques acrescidos):

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ICMS. REPARTIÇÃO DE RENDAS TRIBUTÁRIAS. PRODEC. PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL DE SANTA CATARINA. RETENÇÃO, PELO ESTADO, DE PARTE DA PARCELA PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS. INCONSTITUCIONALIDADE. RE DESPROVIDO.

I - A parcela do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a que se refere o art. 158, IV, da Carta Magna pertence de pleno direito aos Municípios.

**II - O repasse da quota constitucionalmente devida aos Municípios não pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual.**

**III - Limitação que configura indevida interferência do Estado no sistema constitucional de repartição de receitas tributárias.**

IV - Recurso extraordinário desprovido.”

73. Claramente, o regime de transferências extraordinárias previsto na LC 173/2020 e na Lei 14.041/2020 destoa do pilar da não interferência tanto sob o aspecto da **entrega** quanto da **aplicação** dos recursos.

74. Quanto a **restrições à entrega** do auxílio financeiro federal, destaco a previsão do § 7º do art. 5º da Lei Complementar 173/2020, que dispõe sobre a exclusão, do rol de beneficiário dos R\$ 60 bilhões, do ente da Federação que tenha ajuizado, após 20/3/2020, ação judicial contra a União que tenha como causa de pedir, direta ou indiretamente, a pandemia da Covid-19, exceto se **renunciar ao direito** sobre o qual se funda. Esse dispositivo é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.442, ajuizada por partido político junto ao STF.

75. No caso do apoio financeiro de R\$ 16 bilhões previsto na MPV 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, a entrega dos valores restou **limitada à dotação orçamentária** específica para essa finalidade no orçamento da União (art. 1º, caput, e § 2º, inciso I).

76. A Lei Complementar 173/2020 também estabelece **restrição à aplicação** ou ao **emprego** do auxílio financeiro federal, no que destoa novamente das premissas constitucionais que permeiam a entrega do FPE e do FPM.

77. A primeira restrição à aplicação que chama atenção diz respeito à necessária aplicação do recurso federal em ações implementadas pelo **Poder Executivo local** (R\$ 60 bilhões). Além de restringir o emprego do recurso federal a um dos Poderes,



a Lei Complementar 173/2020 ainda estabelece subvinculação de parte do auxílio financeiro federal (R\$ 10 bilhões) à aplicação em ações de **saúde e/ou assistência social**.

78. Também sobressai a condição de aplicação prevista no § 8º do art. 5º, segundo a qual os entes subnacionais deverão dar preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte, seja por contratação direta ou por exigência dos contratantes para subcontratação, nas aquisições de produtos e serviços custeados com os R\$ 50 bilhões repassados a título de auxílio financeiro federal.
79. Outrossim, se os recursos constituíssem receitas **próprias** dos entes subnacionais, não caberia à União vincular parte de sua aplicação às ações de assistência social, pois sequer há esse tipo de afetação no texto constitucional. Vinculação desse tipo somente seria plausível com recursos de natureza **federal**, independentemente do instrumento jurídico adotado para efetivar o repasse do recurso federal.
80. Não se trata de conceito aberto ou vago, mas expressão definida de forma explícita no texto constitucional, nos seguintes termos (grifou-se):

“Art. 167. São vedados:

(...)

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

(...)

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.”

81. Nota-se que o art. 159 da Constituição permite e assegura a repartição de 49% do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) previstos no art. 159. De acordo com as projeções anuais realizadas no 2º bimestre, a arrecadação do IPI tem previsão de **queda** de 20,05% neste ano e o imposto de renda queda de 5,82%, conforme consta do relatório de acompanhamento do impacto orçamentário e fiscal em razão da pandemia (Acórdão 1.557/2020-TCU-Plenário).
82. Dessa forma, a entrega de valores superiores a 21,5% (FPE) e 22,5% (FPM) incidentes sobre esses impostos da União, sem considerar a queda efetiva da arrecadação federal em 2020, configuraria vinculação superior ao índice fixado constitucionalmente, em oposição à vedação do art. 167, inc. IV, da CF/88.
83. A União não pode repartir o que não arrecadou, seja pela concessão de benefícios e incentivos fiscais, seja pela frustração da arrecadação originalmente prevista no orçamento. Mais contraditório, ainda, seria recorrer ao endividamento por meio de emissão de títulos públicos para efetivar as transferências constitucionais federais a título de repartição de receita.
84. Nas duas situações em exame, os repasses constituem, novamente, despesas próprias da União e não repartição de receita ou algo que se equivalha, não podendo ser classificados como receitas próprias dos entes subnacionais.

85. Diante de tantas restrições legais, não há como lograr êxito de acomodar os repasses federais a título de auxílio financeiro da LC 173/2020 e da Lei 14.041/2020 no conceito de repartição de receita tributária, até porque houve frustração na arrecadação federal em percentual superior ao verificado com o FPE e o FPM.
86. Note-se ainda que a EC 106 foi promulgada em 7/5/2020, enquanto a Lei Complementar 173 foi publicada em 27/5/2020. Ainda que com alguma digressão, pode-se inferir que, se a vontade do Congresso Nacional fosse ampliar a participação dos entes subnacionais na arrecadação federal por meio dos fundos constitucionalmente previstos, teria estabelecido arranjo jurídico-constitucional apropriado, a exemplo do que já se procedeu por meio de espécie legislativa hábil, isto é, emenda à Constituição (ECR 1/1994 e EC 17/1997).
87. Longe de se buscar criar óbices à operacionalização do auxílio financeiro federal em análise, a interpretação conjunta das normas em tela busca preservar, sob a ótica da formulação conceitual e da aplicação prática, a estabilidade e as salvaguardas que decorrem do esquema jurídico-constitucional concebido pelo poder constituinte para ancorar a dimensão fiscal do pacto federativo, princípio fundamental do Estado e da República (CF/88, art. 1º), evitando risco de abalo ao referido princípio – o que configuraria precedente perigoso não apenas sob a ótica da repartição de recursos federais, mas também da repartição de impostos dos estados com os respectivos municípios.
88. Do mesmo modo, prestigia-se a presunção de constitucionalidade das leis em exame, visto que interpretação em sentido contrário, concluindo serem os repasses e auxílios financeiros ora tratados recursos próprios dos entes subnacionais, feriria o modelo fiscal do pacto federativo.
89. Ao ponto que se chega, deve-se concluir que o esquema jurídico definido e a fonte de custeio dos auxílios financeiros federais em análise não se compatibilizam com as premissas e salvaguardas constitucionais que norteiam a dimensão fiscal do pacto federativo delineado nos termos dos arts. 157 a 159 da CF/88.
90. Conforme esmiuçado acima, as regras da LC 173/2020 e da Lei 14.041/2020 não guardam correspondência com o arcabouço das transferências constitucionais que veiculam recursos próprios dos estados e municípios.
91. Em suma, os auxílios financeiros ora analisados estão dissociados da receita tributária como fonte de recursos, ostentam critérios de distribuição (rateio) diversos e possuem restrições legais à entrega e à aplicação que reduzem a discricionariedade dos entes subnacionais quanto ao recebimento e emprego.
92. Por fim, anoto que as manifestações encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Ministério da Economia e Controladoria-Geral da União não foram capazes de contestar os fundamentos das conclusões da Semag, conforme oitivas realizadas (peças 37-40).
93. Como frisei anteriormente, a STN se manifestou perante este Tribunal, em algumas ocasiões, em sentido oposto ao entendimento esposado nesta decisão, no que tange aos auxílios financeiros previstos na Lei Complementar 173/2020 (peças 4-5, extraídas do TC 016.873/2020-3, com destaques acrescidos):

“No entendimento da STN, esses recursos seriam **receitas originárias dos subnacionais a título de contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação**. Logo, por não se tratar, em princípio, de recursos considerados da União, o entendimento seria que tal fiscalização

deveria ser levada a efeito pelos respectivos Tribunais de Contas Estaduais/Municipais.

(...)

“Portanto, o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos pela União aos entes subnacionais **não é de competência do Tesouro Nacional**, e sim dos **respectivos Tribunais de Contas, tendo em vista que tais recursos passam a ser dos entes e não mais da União**. Além disso, a LC 173/2020 vincula apenas os recursos do inciso I do art. 5º, que devem ser destinados para ações de saúde e assistência social. (grifamos)

94. A despeito da alegação de se tratar de “receitas ordinárias dos entes subnacionais”, a própria STN, na Nota Técnica-SEI 12.774/2020/ME editada para orientar os entes subnacionais (peça 6), reconhece o caráter vinculado de aplicação do repasse federal (destaques acrescidos):

“12. No tocante ao recebimento, por parte de Estados e Municípios, de transferências para fazer frente às despesas com o enfrentamento da pandemia e aos questionamentos sobre a criação de fonte/destinação de recursos específica para este fim, esclarecemos que o mecanismo fonte/destinação de recursos é obrigatório, devido ao previsto no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, inciso I da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”

95. O dispositivo da LRF mencionado, por sua vez, estabelece (destaques acrescidos):

“Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os **recursos legalmente vinculados a finalidade específica** serão utilizados exclusivamente para atender ao **objeto de sua vinculação**, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

96. Por outro lado, no que se refere ao auxílio ou apoio financeiro instituído pela MPV 938/2020, convertido na Lei 14.041/2020, a Nota Técnica-STN/SEI 12.774/2020/ME (peça 6) reconhece **não** se tratar de repasse com a mesma natureza do FPE e FPM (destaques acrescidos):

“22. Quanto ao apoio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, previsto na Medida Provisória 938 de 2 de abril de 2020, com base em orientações emitidas pelo Órgão Central de Contabilidade da União em relação aos repasses efetuados anteriormente com a mesma finalidade, entendemos que **esse apoio financeiro não se confunde com a receita recebida por meio dos fundos de participação dos estados e dos municípios**. Trata-se de transferência de recursos da União aos estados, DF e municípios e deverá ser registrada na Natureza de Receita 1.7.1.8.99.1.0 - Outras Transferências da União.”

97. Como se percebe, as manifestações da STN sobre a natureza jurídica dos auxílios financeiros são contraditórias. Se, por um lado, atribui-se ao repasse federal o caráter de receita originária dos entes subnacionais (com conotação de receita própria), a título de “contribuição (pela União) na recomposição parcial de sua arrecadação”, de outro não apresenta qualquer fundamento jurídico que justifique a exclusão de supostas “receitas próprias” de três bases de cálculo de limites constitucionais (na esfera municipal) e a restrição de sua destinação a órgãos específicos (do Poder Executivo), por exemplo.

98. Não se concebe, no sistema jurídico brasileiro, a figura de contribuição para recomposição de frustração de receita tributária repartida com os entes subnacionais. Contribuição é espécie tributária de índole constitucional com destinação específica, seja a contribuição de melhoria para obras públicas (art. 145, inc. III), seja a contribuição social residual vinculada a ações próprias da seguridade social (art. 195, § 4º). Não é o caso em análise porque, como expus, não se trata de repartição de nenhuma dessas espécies tributárias.

99. *Ad argumentandum tantum*, ainda que tivessem os referidos auxílios financeiros natureza jurídica de compensação ou recomposição constitucional por frustração do valor previsto a título de repartição de receita tributária, a transferência seria, por força da Lei Complementar 141/2012, obrigatoriamente incluída na base de cálculo do mínimo de saúde (destaques acrescidos):

“Art. 9º Está compreendida na base de cálculo dos percentuais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios qualquer **compensação financeira** proveniente de impostos e transferências **constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal**, já instituída ou que vier a ser criada, bem como a dívida ativa, a multa e os juros de mora decorrentes dos impostos cobrados diretamente ou por meio de processo administrativo ou judicial.”

100. Alerto que não se defende que os repasses federais a título de auxílio/apoio financeiro em exame devam integrar as bases de cálculo dos limites constitucionais mencionados, tampouco custear despesas dos demais Poderes.
101. O que se deve é preservar a coerência hermenêutica, que não comporta casuísmos, e revela que os recursos transferidos por força da LC 173/2020 e da Lei 14.041/2020 configuram despesas próprias da União.
102. Repito, a instituição dos auxílios financeiros em exame se insere no contexto do regime **extraordinário fiscal e financeiro** instituído durante o estado de calamidade pública nacional reconhecido pelo Congresso Nacional em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia, considerados seus efeitos sociais e econômicos.
103. É nítida a preocupação do constituinte em dotar a União de mecanismos capazes de possibilitar o enfrentamento das consequências sociais e econômicas com medidas transitórias, como é o caso dos auxílios financeiros federais. Isso porque a esfera federal é a única detentora de competências financeiras capazes de fazer frente às necessidades excepcionais surgidas em 2020, seja por meio do exercício da competência constitucional para instituir impostos e contribuições sociais residuais (arts. 154, inc. I, e 195, § 4º), seja pela instituição de empréstimo compulsório (art. 148, inc. I) ou ainda pela emissão de títulos públicos.
104. Nesse sentido, presente está a obrigação incondicional da União de realizar o auxílio financeiro aos entes subnacionais, como medida necessária e excepcional para mitigar os graves efeitos da pandemia sobre a arrecadação e economias locais, cujos resultados acabam por se refletir sobre a arrecadação federal e os objetivos da política econômica nacional.
105. Dessa feita, conclui-se que os repasses dos auxílios financeiros em questão têm natureza jurídica **federal**, constituindo **despesas próprias** da União custeadas com recursos de fontes provenientes da emissão de títulos públicos (Fonte 144) da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional (Fonte 188), e **não se originam de repartição constitucional de receitas tributárias**.
106. Além disso, o auxílio financeiro instituído pela Lei Complementar 173/2020 é repassado aos entes subnacionais segundo **critérios de distribuição, restrição à entrega, à aplicação e ao emprego** incompatíveis com o quadro constitucional que preserva a repartição de receita tributária de qualquer interferência do ente transferidor.
107. Ademais, os repasses não guardam consonância com as exigências do inc. II do art. 161 da CF/88, ou seja, não têm por finalidade a redução de desigualdades regionais, características do FPE e do FPM.

108. Portanto, considerando-se os contornos previstos na Lei Complementar 173/2020 e na MPV 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, os auxílios financeiros são, em suma, **recursos públicos federais** transferidos a título de cooperação federativa decorrente de obrigação incondicional criada excepcionalmente para a União com amparo no art. 23 da CF/88, o que comporta a definição de critérios objetivos de distribuição de forma a atender aos anseios do ente transferidor, a União.

### III – DO TRATAMENTO A SER CONFERIDO PARA CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

109. Em seção dedicada de seu relatório, a Semag resgata o histórico de controvérsias acerca do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista na LRF, tanto no âmbito desta Corte quanto da Secretaria do Tesouro Nacional.
110. As diferenças interpretativas, na esfera federal, decorreriam de possível imprecisão redacional da norma do art. 2º, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar 101/2000, que não define, de forma clara e inequívoca, como tratar diversas modalidades de transferências obrigatórias a entes subnacionais para fins de dedução da RCL, porque não consideraria as múltiplas singularidades de cada instrumento de repasse entre entes federativos.
111. Faz-se necessário revisitar o histórico do tema por dois motivos.
112. A um, porque a Semag constatou que no mês de abril de 2020 o repasse do auxílio financeiro autorizado pela MPV 938/2020, de R\$ 16 bilhões, foi considerado na metodologia de cálculo da RCL federal a título de **dedução**, sem informação, por ora, do tratamento a ser dado ao auxílio financeiro de que trata a Lei Complementar 173/2020, no valor de R\$ 60 bilhões.
113. A dois, porque ao deduzir da RCL valores de despesas cujos recursos sequer integraram a receita corrente bruta, a STN estaria a produzir diminuição da RCL federal, com potencial de comprometimento da autonomia de todos os Poderes e órgãos autônomos da União, os quais se encontram sujeitos aos limites de despesas de pessoal calculados a partir de percentual da RCL, *ex vi* arts. 19 e 20 da LRF.
114. Apenas para contextualização, a RCL federal atingiu R\$ 852 bilhões em maio/2020, com previsão atualizada para o exercício de R\$ 853,10 bilhões, conforme divulgado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) pela STN (peça 23), valor aquém do montante da RCL de 2019, que totalizou R\$ 905,66 bilhões.
115. Assim, não considerar, na metodologia de cálculo da RCL de 2020, as despesas da União com a realização dos auxílios financeiros ora tratados, que já somam R\$ 76 bilhões, representaria queda adicional de 8,91% na RCL federal.
116. Necessário, aqui, resgatar o teor do dispositivo em comento (destaques acrescidos):

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

(...)

IV - **receita corrente líquida**: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, **deduzidos**:



a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por **determinação constitucional ou legal**, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;”

117. Sobre a metodologia de cálculo da RCL, o TCU já firmou entendimento e proferiu determinação à STN no sentido de **afastar a dedução da RCL de transferências constitucionais e/ou legais que constituam despesas próprias da União**, nos termos do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário (relator Ministro Ubiratan Aguiar; destaques acrescidos):

“9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que adote providências para que:

9.2.1. relativamente às transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios que devam ser deduzidas para fins de apuração da RCL, **somente sejam admitidas:**

9.2.1.1. as **repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal**, com base na alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

9.2.1.2. as **transferências relativas à complementação do FUNDEF e à compensação pela desoneração do ICMS nas exportações, com base no §1º do art. 2º da LRF (Lei Complementar 87/1996);**

(...)

9.2.7. **seja deduzido da Receita Corrente Líquida o valor das transferências realizadas em decorrência da Lei Complementar 87/1996, independente de a fonte utilizada para tal ser oriunda de emissão de títulos**, com vistas a dar cumprimento ao disposto no § 1º do art. 2º da LRF, quer referida transferência tenha ocorrido no âmbito da atividade ‘0426 - Transferência a Estados, DF e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores’ quer no âmbito da atividade ‘0047 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF’;” (grifamos)

118. Ademais desse precedente, a Semag comenta outras decisões desta Corte acerca do mesmo tema para, ao final, evidenciar que não há tratamento uniforme e sistêmico, no plano federal ou subnacional, acerca das diversas formas de transferências obrigatórias “decorrentes de disposição constitucional ou legal” (nas palavras da LRF), tendo em vista a existência de peculiaridades dos instrumentos de repasse que, em cada caso concreto, levaram a soluções contábeis ligeiramente distintas.

119. Nessa vertente, destaco os principais acórdãos: 352/2008-TCU-Plenário (relator Ministro Benjamin Zymler), 667/2008-TCU-Plenário (relator Ministro Valmir Campelo) e 969/2019 (relatora Ministra Ana Arraes).

120. Não pretendo aqui me alongar sobre o tema, visto que o relatório produzido pelo Semag é muito didático a respeito. Importante destacar é que a conclusão da unidade instrutora é pela necessidade de o Tribunal se debruçar futuramente, em processo específico, na reanálise da situação, com o fito de, se for o caso, provocar revisão da jurisprudência da Casa.

121. Não me oponho a essa proposta, inclusive a considero oportuna, desde que seja suportada por exame abrangente da situação fiscal atual, ponderando as implicações das possíveis soluções interpretativas à luz do necessário consequencialismo decisório.

122. O que se deve frisar para o deslinde do presente caso é que, embora a literalidade pura e simples do artigo 2º, inciso IV, alínea “a”, da LRF, preveja a dedução, na União, dos valores transferidos a Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, na prática não é o que ocorre. Vários recursos transferidos a

estados e municípios por determinação constitucional ou legal são computados na receita corrente líquida da União, como demonstra o exame da Semag.

123. Ao examinar a abrangência do conteúdo do artigo 2º, inciso IV, alínea “a” da LRF, mediante interpretação lógico-sistemática, vê-se que o alcance da expressão “valores transferidos por determinação constitucional ou legal” se restringe à **repartição típica da receita tributária** da União com os demais entes, conforme entendimento consignado no item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário.
  124. O resultado prático é o afastamento da dedução de montantes expressivos que poderiam ser abarcados pela literalidade da expressão “constitucional ou legal”, em especial os do SUS, não parecendo haver divergência entre os órgãos fazendários e o TCU a esse respeito.
  125. Se o objetivo da metodologia de cálculo da RCL fosse o de deduzir toda despesa realizada por meio de descentralização de repasses, deveriam ser deduzidos, por exemplo, os repasses regulares e automáticos no âmbito do SUS (R\$ 81,53 bilhões em 2019), somados aos repasses da complementação ao Fundeb (R\$ 17,5 bilhões). Neste ano, em razão da pandemia, o orçamento da saúde, originalmente fixado em R\$ 128 bilhões, foi atualizado para R\$ 157,9 bilhões, dos quais cerca de 70% são repassados aos entes subnacionais.
  126. Essa linha decisória, já relativamente sedimentada na Casa, aconselha a adoção de solução igualmente restritiva no caso presente, alinhada não somente à decisão-paradigma (Acórdão 476/2003-TCU-Plenário), mas que considere, principalmente, as fontes de recursos para efetivação das transferências da LC 173/2020 e da Lei 14.041/2020.
  127. Em outras palavras, embora ainda não haja plena uniformidade de tratamento entre todas as transferências obrigatórias para fins do art. 2º, inc. IV, alínea “a”, da LRF, tendo em vista a multiplicidade de contornos jurídicos das transferências obrigatórias por força legal, conforme retratado pela Semag em seu extenso relatório, o que se observa é que, no caso da União, de forma geral, somente as transferências oriundas de **repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal** são consideradas deduções à luz do referido dispositivo.
  128. Esse modo de proceder está conforme o entendimento paradigmático do TCU sobre a matéria, calcado no Acórdão 476/2003-TCU-Plenário (relator Ministro Ubiratan Aguiar), que transcrevo novamente a título de reforço (destaques acrescidos)
- “9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que adote providências para que:
- 9.2.1. relativamente às transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios que devam ser deduzidas para fins de apuração da RCL, **somente sejam admitidas:**
    - 9.2.1.1. as **repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal**, com base na alínea ‘a’ do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;”
  129. Portanto, à luz desse precedente e ao contrário da abordagem defendida pela STN, não cabe deduzir da RCL quaisquer outras transferências de recursos por força constitucional ou legal que não sejam oriundos de **repartição da receita federal**.
  130. Assim, os recursos em comento não podem ser descontados da RCL, não apenas em função do entendimento assentado anteriormente neste Voto, de que eles constituem **despesa própria** da União, e não transferência decorrente de repartição

de receitas, mas também, e principalmente, porque as transferências em comento são financiadas com títulos públicos e disponibilidades do Tesouro Nacional.

131. Outrossim, se a União custeou referidas transferências com fonte proveniente de **receita de capital**, é desprovido de lógica e plausibilidade jurídica deduzir tais despesas da receita corrente para fins de cálculo da RCL federal, vez que sequer ingressaram no valor global prévio às deduções.
132. Em simples palavras, é descabido deduzir da RCL parcela que sequer contribuiu para o seu somatório.
133. Em face dos argumentos apresentados e do cenário posto, resta claro que as despesas da União com os referidos auxílios financeiros não constituem repartição de receita tributária federal, razão pela qual não há fundamento jurídico e/ou contábil que justifique a sua dedução para fins de cálculo da RCL federal.
134. Anoto que, para além dos fundamentos jurídicos e contábeis que fundamentam meu entendimento, a adoção desta tese prestigia, ainda, princípios constitucionais como a isonomia, a independência dos Poderes Judiciário e Legislativo, e a autonomia dos órgãos com poder de autogoverno, pilares que sofrem abalo com as práticas de esvaziamento da RCL federal pela via puramente interpretativa, sem fundamentação adequada. Com isso, busco assegurar previsibilidade e segurança jurídica à gestão fiscal responsável a cargo dos titulares dos Poderes e órgãos autônomos.
135. De mais a mais, tenho que os argumentos em sentido contrário dos órgãos que se manifestaram em sede de oitiva foram suficientemente analisados e afastados pela Semag, vez que, de forma geral, foram incapazes de refutar os exames empreendidos nestes autos e/ou não encontram suporte jurídico em normas vigentes ou decisões desta Corte.
136. Logo, por dever de síntese e objetividade processuais, remeto à instrução reproduzida no relatório que compõe esta decisão – a qual, reforço, acolhi como fundamento.

#### IV – DA COMPETÊNCIA FISCALIZATÓRIA

137. Como decorrência lógica do reconhecimento da natureza federal dos auxílios de que tratam as Leis Complementar 173/2020 e 14.041/2020, devo comentar brevemente sobre a competência fiscalizatória desses valores.
138. Segundo a Semag, é plausível adotar o mesmo entendimento defendido na ADI 5.532/DF, na qual a PGR ofereceu parecer com vistas a manter a competência do TCU para fiscalizar repasses de verbas federais referentes à transferência obrigatória proveniente da complementação da União ao Fundeb, conforme relatado pelo ministro Ricardo Lewandowski (peça 93, com destaques acrescidos):

“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DE DIRETÓRIO REGIONAL DE PARTIDO POLÍTICO. NÃO IMPUGNAÇÃO DE TODO O COMPLEXO NORMATIVO. **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. FUNDEB. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO. COMPETÊNCIA DO TCU PARA APURAR ILÍCITOS EM REPASSES DE VERBAS FEDERAIS.**

(...)



3. Repasse de verbas federais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a título de complementação do valor mínimo anual por aluno, atrai competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União (Constituição da República, arts. 70, parágrafo único, e 71, caput, II e VI, e Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, art. 26, III).

4. Parecer por não conhecimento da ação e, no mérito, por improcedência do pedido.”

139. De se frisar que os recursos previstos no art. 5º da Lei Complementar 173/2020, por exemplo, têm **destinação específica** (inciso I) e restrição explícita que, pela via reflexa, confere **especificidade à sua aplicação** (inciso II), de modo que, a teor dos arts. 70, parágrafo único, e 71, incisos II e VI, da CF/88, o repasse de recursos de natureza federal confere ao TCU a competência para fiscalizar a sua correta aplicação, mesmo que por outros entes federados, pois não se pode suprimir da União a competência de monitorar e avaliar com que eficiência seus recursos são aplicados, assim como fiscalizar se são desviados ou mal empregados.
140. Em que pese a competência federal para fiscalização e controle, isso não afasta a **obrigação de cada ente subnacional** de assegurar a correta aplicação dos recursos federais repassados para o enfrentamento da Covid-19, a exemplo da análise ilustrada no julgado da ADI 5.532/DF.
141. Para os recursos vinculados à saúde, em razão da necessidade de sua aplicação por meio de fundo de saúde e do inequívoco caráter federal do repasse, a fiscalização e o controle da aplicação dos auxílios financeiros – classificados como despesas próprias da União – se encontram inseridos no escopo de competências constitucionais do TCU.
142. Nesse diapasão, merece destaque o MS 33.079-DF, ocasião em que o STF ressaltou, com precisão, as premissas definidoras dessas competências, sobressaindo a origem do recurso como elemento definidor de competência fiscalizatória.
143. Ademais, referida decisão da Suprema Corte reconhece haver **solidariedade ativa** entre os entes federativos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde para fiscalizar os recursos vinculados à saúde, o que constitui importante referencial para o presente exame.
144. No precedente, o STF deixa claro que são legitimados para provocar o Tribunal de Contas e o Ministério Público competentes (de acordo com a origem do recurso) tanto o controle interno do ente beneficiário do recurso federal (estados, Distrito Federal e municípios), quanto o controle interno do ente transferidor (União) e o Ministério da Saúde, o que não se confunde com **concorrência entre órgãos julgadores de contas**.
145. Estou de acordo com o exame empreendido pela Semag, o qual corrobora a competência fiscalizatória desta Corte de Contas e órgãos de controle interno federais em relação às transferências de que trata a Lei Complementar 173/2020 e a Lei 14.041/2020.
146. Ainda que neste momento haja carência de regulamentação sobre a forma de fiscalização pelos órgãos da União, tanto o TCU quanto os órgãos de controle do Poder Executivo dispõem de meios legais para disciplinar a forma de monitoramento, avaliação e controle dos recursos de natureza federal destinados ao enfrentamento da calamidade pública nacional, cujas competências foram reforçadas pelo art. 3º, § 1º, inciso II, da LC 173/2020 (destaques acrescidos):

“Art. 3º Durante o estado de calamidade pública decretado para o enfrentamento da Covid-19, além da aplicação do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ficam afastadas e dispensadas as disposições da referida Lei Complementar e de outras leis complementares, leis, decretos, portarias e outros atos normativos que tratem:

§ 1º O disposto neste artigo:

II - **não exime seus destinatários**, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, **da observância das obrigações de transparência, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, na forma por eles estabelecida.**”

147. Nessa linha, é mais uma vez correta a ponderação da Semag de que a fiscalização pelo controle interno e externo não necessariamente tenha de se processar por meio de prestação de contas formal. A exemplo do que ocorre com as transferências obrigatórias do SUS e da complementação da União ao Fundeb, podem os órgãos do Poder Executivo se valerem de mecanismos digitais de monitoramento e avaliação, além de fiscalizações específicas, dentre outros sistemas e plataformas mantidos pelo Poder Executivo Federal.
148. Nesse campo, a Semag relata certa preocupação com o precedente do STJ assentado no RMS 61.997-DF, por meio do qual se reconhece espécie de competência concorrente não apenas para fiscalização de ato em que haja cofinanciamento por dois entes da Federação – proporcionalmente ao volume de recursos aportados –, mas também para julgamento de contas em caso de irregularidade na aplicação de recursos de natureza federal destinados a ações de saúde.
149. Sobre esse caso em particular, acolho os fundamentos da proposta da unidade instrutora para informar da presente decisão à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, acompanhadas das considerações da unidade instrutora sobre os riscos decorrentes desse julgado, para eventual atuação judicial, se conveniente e viável.

#### IV – DA CONCLUSÃO

150. A partir do exame empreendido nestes autos, conclui-se que os repasses a título de apoio ou auxílio financeiro instituídos pela Lei Complementar 173/2020 e pela Lei 14.041/2020, a partir de conversão da MPV 938/2020, têm natureza jurídica federal, constituindo **despesas próprias da União** custeadas com recursos de fontes provenientes da emissão de títulos públicos e da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.
151. Outrossim, o auxílio financeiro instituído pela Lei Complementar 173/2020 é repassado aos entes subnacionais segundo **critérios de distribuição, restrição à entrega, à aplicação e ao emprego** incompatíveis com as salvaguardas constitucionais que preservam a repartição de receita tributária de qualquer interferência do ente transferidor, pilar do pacto federativo fiscal.
152. São exigências definidas no plano infraconstitucional que, caso fossem aplicadas a recursos próprios dos entes subnacionais, colidiriam com disposições constitucionais. Portanto, a bem da estabilidade jurídica e da presunção de constitucionalidade das normas analisadas, não se mostra acertado defender entendimento que presuma a inconstitucionalidade dos referidos dispositivos.

153. Ademais, os repasses distribuídos entre os estados não se compatibilizam com as exigências do inciso II do art. 161 da CF/88, ou seja, não têm por finalidade a redução de desigualdades regionais, características do FPE e do FPM. Tampouco não desconfigura sua natureza de recursos federal o fato de a Lei Complementar 173/2020 se valer das contas correntes desses Fundos constitucionais para operacionalização dos repasses, afinal na União prevalece o regime de conta única, sem que isso altere a natureza dos recursos em outras situações.
154. Com os contornos previstos na Lei Complementar 173/2020 e na MPV 938/2020, os auxílios financeiros se inserem, na verdade, no contexto de cooperação previsto no art. 23 da CF/88, no qual, a União criou para si uma obrigação em razão da situação de calamidade, o que comporta a definição de critérios objetivos de distribuição de forma a atender aos seus anseios como ente transferidor.
155. Com relação à dedução dessas transferências para fins de cálculo da RCL, anotou-se que a União custeou essas despesas próprias, preponderantemente, com fonte proveniente de **receita de capital**, sendo **inadequado** deduzir tais despesas da receita corrente para fins de cálculo da RCL federal.
156. Essa conclusão se amolda aos fundamentos que balizaram o Acórdão 476/2003-TCU-Plenário, segundo o qual somente devem ser consideradas, no rol de dedução da receita corrente bruta para fins de cálculo da RCL, os valores repassados pela União aos entes subnacionais a título de *“repartições de receitas decorrentes de disposição constitucional ou legal”*.
157. Portanto, ao deduzir valores de despesas cujos recursos sequer integraram a receita corrente bruta, a STN produz diminuição da RCL federal, comprometendo a autonomia de Poderes e órgãos da União.
158. Por derradeiro, a Semag traça paralelo entre os apoios e auxílios financeiros ora analisados e o Programa de Apoio Emergencial do Setor Cultural devido à Pandemia da Covid-19, instituído pela Lei 14.017, de 29/6/2020 (popularmente conhecida como “Lei Aldir Blanc”).
159. Para atendimento a esse instrumento, foi aberto crédito extraordinário pela MPV 990, de 9/7/2020 (‘Ação 00S8’), cuja despesa também é custeada com recurso da Fonte 144 (emissão de títulos no mercado). Ademais, o montante correspondente incorporado ao rol de deduções da RCL a partir do 2º quadrimestre de 2020.
160. Em exame breve do caso, a Semag registra inexistir arrecadação de receita corrente com posterior transferência aos entes subnacionais. Dessa maneira, por analogia com as características das transferências analisadas nestes autos, os recursos também devem ser considerados de natureza federal e seu montante não deve ser objeto de dedução da RCL federal.
161. Assim, acolho proposta da Semag de **fixar entendimento** sobre a matéria para conferir segurança jurídica às divergências existentes, sobretudo no âmbito do Poder Executivo, quanto à natureza federativa dos recursos em questão e tratamento a ser aplicado para fins de cálculo da RCL, na forma do acórdão.
162. E, como forma de prestigiar a estabilidade jurídica, é oportuno modular os efeitos desta decisão a partir do 2º bimestre de 2020, conforme proposto pela unidade instrutora, com fulcro no § 4º do art. 927 do CPC, uma vez que os auxílios

financeiros a estados e municípios começaram a ser efetivados a partir de abril de 2020, com impacto indevido sobre a RCL federal.

163. Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 8 de dezembro de 2020.

Ministro BRUNO DANTAS  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 4074/2020 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 024.304/2020-4.
2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), com o fito de analisar a natureza jurídica dos repasses federais a título de auxílio financeiro previstos no art. 5º da Lei Complementar 173, de 27/5/2020, e dos repasses a título de apoio financeiro de que trata a Medida Provisória (MPV) 938, de 2/4/2020, convertida na Lei 14.041, de 18/8/2020, assim como os respectivos reflexos na contabilização da Receita Corrente Líquida (RCL), nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, com fulcro no art. 237, inciso VI, do Regimento do Tribunal de Contas da União, c/c os arts. 42 e 43 da Resolução-TCU 284/2016;

9.2. fixar entendimento, com fulcro no art. 16, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de que:

9.2.1. os repasses da União aos entes subnacionais a título de auxílio ou apoio financeiro, para os fins previstos na Medida Provisória 938/2020, convertida na Lei 14.041/2020, no art. 5º da Lei Complementar 173/2020 e em outras hipóteses congêneres, a exemplo da Lei 14.017/2020, constituem:

9.2.1.1. despesas próprias da União e não repartição constitucional ou legal de tributos e outros ingressos que integrem a receita corrente bruta federal, devendo o Ministério da Economia se abster de considerar tais despesas no rol de deduções para fins de cálculo da receita corrente líquida federal;

9.2.1.2. obrigação incondicional da União para concretizar os objetivos da Emenda Constitucional 106/2020, mantida a natureza federal da transferência obrigatória, que se sujeita à fiscalização e ao controle dos órgãos federais, incluindo o Tribunal de Contas da União, aplicando-se, subsidiariamente, para os repasses vinculados ou destinados a ações e serviços públicos de saúde, a solidariedade ativa dos órgãos de controle presente no art. 27 da Lei Complementar 141/2012, consoante a tese constante da decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança 33.079;

9.2.2. para fins do disposto na alínea “a” do inciso IV do art. 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o teor do item 9.2.1.1 do Acórdão 476/2003-TCU-Plenário deve se restringir aos valores transferidos ou repassados pela União a estados, ao Distrito Federal e a municípios decorrentes da repartição de receita corrente originária do produto da efetiva arrecadação de tributo federais ou de outros ingressos públicos, repartição essa resultante de determinação constitucional ou legal que estabeleça a distribuição de cota ou percentual incidente sobre a respectiva receita corrente;

9.3. modular os efeitos do entendimento contido no item 9.2.1.1 deste acórdão para fins de cálculo da receita corrente líquida da União, de maneira que passe a vigorar a partir do 2º bimestre de 2020, com fundamento no § 4º do art. 927 do Código de Processo Civil;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão:

9.4.1. à Procuradoria-Geral da República, assim como às 1ª e 2ª Câmaras de Coordenação e Revisão e à 5ª Câmara de Combate à Corrupção da Procuradoria-Geral da República, em razão dos

possíveis impactos na atuação institucional do Ministério Público Federal nas esferas civil e penal;

9.4.2. aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, à Presidência do Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União, tendo em vista os possíveis efeitos dos crescentes casos de redução da receita corrente líquida federal sobre a autonomia dos respectivos órgãos, conforme fundamentos extraídos da Representação do Ministério Público Federal ao Conselho Nacional do Ministério Público apreciada no âmbito do Processo CNMP 735/2008-07 (Pedido de Providência), assim como para fins de subsídio às reflexões sobre os fatores críticos para o cumprimento dos limites de despesa com pessoal pelos órgãos do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, objeto de acompanhamento em curso neste Tribunal por meio do TC 036.541/2018-4 e acompanhamentos específicos sobre a metodologia da receita corrente líquida federal;

9.4.3. à Advocacia-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, em razão dos riscos decorrentes do Recurso em Mandado de Segurança 61.997-DF, impetrado por prestadora de serviço contra decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal em julgamento de tomada de contas especial envolvendo recursos de natureza federal, tendo o Superior Tribunal de Justiça inaugurado precedente que reconhece a existência de concorrência entre a Corte de Contas distrital e o Tribunal de Contas da União não apenas para fiscalização de atos em que haja cofinanciamento dos dois entes da Federação, mas também para julgamento de contas em caso de irregularidade na aplicação de recursos de natureza federal destinados a ações de saúde, em oposição à competência constitucional da União reservada pelo art. 71, incisos II, VI e VIII, e pelo art. 27 da Lei Complementar 141/2012, conforme precedentes desta Corte de Contas e do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do julgamento contido no Mandado de Segurança 33.079;

9.4.4. à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Ministério da Economia, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para ciência e adoção de ações que julgarem pertinentes.

10. Ata nº 47/2020 – Plenário.

11. Data da Sessão: 8/12/2020 – Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4074-47/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
**JOSÉ MUCIO MONTEIRO**  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
**BRUNO DANTAS**  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
**CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA**  
Procuradora-Geral







**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
17º OFÍCIO DA Procuradoria da República em Pernambuco

Ofício 69/2021/17º OF./NCC/PRPE

Recife, 21 de janeiro de 2021.

A Sua Senhoria, o(a) Senhor(a)  
Alessandro Aurélio Caldeira  
Secretário(a) de Macroavaliação Governamental  
Endereço eletrônico: semag@tcu.gov.br

Ref.: Inquérito Civil 1.26.000.001112/2020-78

(Por gentileza, na resposta fazer referência aos autos acima)

Anexos: - Recomendações 13 e 14/2020;

- Despacho nº 331/2021.

Senhor(a) Secretário(a),

Cumprimentando-o(a), sirvo-me do presente para cientificar Vossa Senhoria da instauração do procedimento em epígrafe, instaurado nesta Procuradoria da República com vistas apurar notícia de possível ausência de transparência nos gastos para o combate à Covid-19 (novo coronavírus) por parte do Estado de Pernambuco e do Município do Recife/PE, com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde e oriundos do Fundo Estadual de Saúde, bem como do despacho instrutório e das Recomendações Conjunta nº 13 e 14/2020 expedidos (seguem em anexo).

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente

SILVIA REGINA PONTES LOPES

Procuradora da República





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Despacho nº 331/2021

Referência: 1.26.000.001112/2020-78

Trata-se de Inquérito Civil instaurado com vistas a apurar notícia de possível ausência de transparência nos gastos para o combate à Covid-19 (novo coronavírus) por parte dos entes federados, inclusive o Município do Recife e o Estado de Pernambuco, com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

1. Das recomendações expedidas pelo MPF e pelo MPC/TCU

Por intermédio das Recomendações nº(s) 13/2020 e 14/2020, este órgão ministerial e o Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União enviaram uma série de recomendações ao Ministro de Estado da Economia; à Secretaria do Tesouro Nacional; e à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; todas visando o aprimoramento do controle dos gastos públicos e a efetiva transparência dos recursos repassados pela União e aplicados pelos demais entes federados. Abaixo, os itens das respectivas recomendações:

Item 1: “à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, órgão central de contabilidade da União nos termos do art. 17 da Lei nº 10.180, de 2001, no sentido de que o órgão, no prazo de 30 (trinta) dias e com fundamento no parágrafo único do art. 32 da Lei Complementar nº 141, de 2012, no §2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, promova as medidas normativas necessárias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem codificação padronizada na Federação para identificar as fontes dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, com definição de codificação específica e nacionalmente padronizada para segregar as despesas custeadas com recursos de natureza federal repassados no bojo da Ação 21C0 para enfrentamento da Covid-19, além de estabelecer codificação uniforme para as fontes de recursos federais destinados, obrigatória e voluntariamente, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras transferências de natureza federal consideradas relevantes a identificação e a segregação das fontes para viabilizar o monitoramento, a avaliação, fiscalização e controle;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Item 2: à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Serviços Gerais – Sisg, para que o órgão, considerando o disposto nos Decretos nºs 9.745 e 10.024, de 2019, na Instrução Normativa nº 206, de 2019, na Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e na Lei Complementar nº 173, de 2020, promova, no prazo de 30 (trinta) dias, os aperfeiçoamentos nos regulamentos mencionados, no sentido de que:

Item 2.1: “(...) aperfeiçoamento dos regulamentos vigentes no sentido de que: os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta e indireta, adotem obrigatoriamente o ComprasNet, ou outra plataforma digital centralizada que venha substituí-lo, para as dispensas eletrônicas, pregões eletrônicos e outras modalidades de licitação nas aquisições públicas que, no todo ou em parte, sejam custeados com recursos de natureza federal, recebidos a título de cooperação financeira, sob a forma de transferência voluntária ou transferência obrigatória, ressalvadas as transferências constitucionais que constituem receitas próprias dos entes subnacionais em razão do pacto federativo fiscal (...)”.

Item 2.2: “(...) as Organizações Sociais e entidades congêneres do Terceiro Setor, quando beneficiárias de recursos de natureza federal mediante repasse direto ou sub-repasse realizado pelos entes subnacionais, informem à União, por meio do ComprasNet ou outra plataforma de registro centralizado, ainda que sob a forma de procedimento simplificado mediante registro direto na plataforma e/ou por atualização diária da base de dados por meio de processo de exportação/importação de dados, as condições em que foram realizadas as aquisições custeadas com recursos públicos de origem e natureza federais (...)”.

Item 2.3: “(...) sejam incorporadas ao ComprasNet, dentre outras, funcionalidades que possibilitem a comparabilidade de preços, inclusive de forma gráfica, com o objetivo de orientar os gestores e racionalizar o processo de tomada de decisão por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal, além de promover a transparência ativa, notadamente nas aquisições públicas para enfrentamento da Covid-19, assegurado o acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao Ministério Público Federal (...)”. (Grifo nosso).

Ressalte-se que, posteriormente às expedições das recomendações, este Parquet



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

federal e o Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União enviaram o Ofício nº 195/2020 à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, prestando os seguintes esclarecimentos em relação ao item 2.1, aduzindo que deveriam ser consideradas:

“(…) a) alternativamente, a opção pelos entes subnacionais de uso de plataformas digitais próprias que observem o padrão nacional definido pelo Poder Executivo Federal, preferencialmente com atualização diária da base de dados; b) todas as transferências voluntárias federais, independente dos meios previstos; c) as transferências obrigatórias nas hipóteses em que seja mantida a origem e a natureza federais do recurso repassado pela União aos entes subnacionais a título de descentralização da gestão da política pública. (…)”

Conforme se depreende dos itens acima, bem como das interpretações aclaratórias enviadas, as recomendações ensejaram duas vertentes de atuação.

A primeira, vinculada à transparência e o controle na execução das verbas federais repassadas, é demonstrada mediante a necessidade de promoção das medidas normativas necessárias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem codificação padronizada na Federação para identificar as fontes dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências voluntárias e obrigatórias, com definição de codificação específica e nacionalmente padronizada para segregar as despesas custeadas com recursos de natureza federal repassados no enfrentamento da Covid-19, além de estabelecer codificação uniforme para as fontes de recursos federais destinados, obrigatória e voluntariamente, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras transferências de natureza federal consideradas relevantes a identificação e a segregação das fontes para viabilizar o monitoramento, a avaliação, fiscalização e controle.

Por sua vez, a segunda vertente, vinculada ao aprimoramento do controle na aplicação dos recursos federais repassados aos entes subnacionais, refere-se às alterações dos regulamentos vigentes no sentido de que os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta e indireta, adotem o ComprasNet, ou outras plataformas digitais próprias que observem o padrão nacional definido pelo Poder Executivo Federal, preferencialmente com atualização diária da base de dados, para as dispensas eletrônicas, pregões eletrônicos e outras modalidades de licitação nas aquisições públicas que, no todo ou em parte, sejam custeados com recursos de natureza federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Outrossim, a segunda vertente abrange, ainda, a imprescindibilidade de que as Organizações Sociais e entidades congêneres do Terceiro Setor, quando beneficiárias de recursos de natureza federal, informem à União, por meio do ComprasNet ou outra plataforma de registro centralizado, as condições em que foram realizadas as aquisições custeadas com recursos públicos de origem e natureza federais.

Além disso, verificou-se também a imprescindibilidade de incorporação, ao ComprasNet, de funcionalidades que possibilitem a comparabilidade de preços, inclusive de forma gráfica, com o objetivo de orientar os gestores e racionalizar o processo de tomada de decisão por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal, além de promover a transparência ativa, notadamente nas aquisições públicas para enfrentamento da Covid-19, assegurado o acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao Ministério Público Federal.

Diante dos esclarecimentos acima mencionados, vejamos as providências já adotadas e constantes das respostas do Ministério da Economia a este Parquet federal.

**2. Das providências adotadas pelos órgãos do Ministério da Economia**

**2.1. Medidas adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional em relação à necessidade codificação padronizada na Federação para identificar as fontes dos recursos de natureza federal**

Por meio do Ofício nº 2401/2020, o Secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, informou que a Recomendação MPF-MPTCU nº 13/2020, especificamente em relação ao item 1, dirigido à STN, foi acatada e instrumentalizada na Portaria STN nº 394, de 17 de julho de 2020, que estabeleceu rol mínimo de fontes de recursos a ser observado na Federação para identificação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados no bojo da Ação 21C0 (enfrentamento da pandemia da Covid-19).

Na oportunidade, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou a Portaria nº 394/2020 e a Nota Técnica nº 28794, esta última contextualizando as competências normativas da Secretaria do Tesouro Nacional com base na LRF (art. 48, §1º, inc. III e §2º;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

art. 50, §2º; e art. 51) e na Lei Complementar nº 141/2012 (art. 32, parágrafo único). Também esclareceu a legitimidade do processo normativo por intermédio da instituição da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação – CTCONF, criada pelo Decreto nº 10.265/2020 para assessorar o órgão central de contabilidade da União na elaboração de normas gerais relativas à consolidação das contas públicas.

No tocante à padronização da classificação de fontes de recursos dos entes da Federação, a STN elencou que o rol estabelecido pela Portaria nº 394/2020 destinou-se ao atendimento da necessidade imediata da identificação da aplicação dos recursos de natureza federal vinculados a ações e serviços de saúde. Porém, não contemplou a totalidade da estratégia a ser adotada em relação à padronização estrutural da classificação da fonte de recursos.

Neste caminho, a STN informou que seria convocada reunião extraordinária de modo a compartilhar e reforçar, junto aos representantes da Federação, a necessidade de padronização do rol de fontes apontado pelo MPF/MPCTCU, constituindo, para isso, Grupo de Trabalho para desenvolver uma solução estrutural e definitiva quanto à padronização conceitual e de classificações orçamentárias de fontes de recursos, cujo objetivo seja concluir seus trabalhos a tempo da elaboração das propostas orçamentárias para o exercício de 2022.

Em razão da provocação do aludido Inquérito, foi realizada reunião entre a STN/ME e os membros do MPF e MPCTCU, com o intuito de alinhar as possíveis ações a serem executadas pela STN/ME em virtude das dificuldades existentes, principalmente nos entes da Federação. Na ocasião, foi apresentado o rol de fontes já utilizado desde 2018 para envio da MSC – Matrizes de Saldo Contábeis<sup>1</sup> pelos entes ao Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Importante destacar que, embora estabelecido no Siconfi, o citado rol de fontes não era padronizado na Federação, sendo necessária a utilização do mecanismo de “de-para”, já realizado por diversos entes.

Neste sentido, segundo a STN, a estratégia adotada para o atendimento da recomendação foi a de inserir no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Público (de observância obrigatória) e estabelecer um rol padronizado de informações de fontes de recursos que sejam utilizados por todos os entes da federação (nos moldes dos normativos de outros classificadores orçamentários já editados pela STN/ME), seguindo a mesma estratégia do PCASP – Plano de Contas Aplicados ao Setor Público, com um “tronco” de classificadores comum a todas as esferas federativas e permitindo-se o detalhamento a partir de certo nível para atendimento das peculiaridades de cada ente.

Por outro lado, a STN alegou que a adoção de padronização no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previu a recomendação, seria inexequível, porquanto não se trata apenas de discutir e validar as normas e procedimentos junto aos entes da Federação e legitimar qualquer decisão na CTCONF2 ou nos acordos de cooperação firmados, e sim de conhecer as peculiaridades existentes em cada esfera federativa, conhecer o nível de maturidade do sistema SIAFIC3 – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle e verificar qual seria o rol mais adequado de fonte de recursos a ser aplicado em âmbito nacional. Mesmo assim, a STN, com o objetivo de atender à recomendação, publicou, no dia 17 de julho de 2020, a sobredita Portaria nº 394/2020.

Ocorre que, após a edição da Portaria nº 394/2020, a STN informou ter recebido diversos ofícios de entidades representativas e dos próprios estados e municípios expondo dificuldades na implementação e atendimento do previsto na recomendação, materializado com a publicação da citada Portaria, a exemplo do: a) Ofício CONPEG/COMSEFAZ, que expôs a impossibilidade operacional e financeira de os Estados da Federação de cumprirem com as determinações da Portaria nº 394/2020, em atendimento às recomendações do MPF e do MPCTCU; e b) Ofício nº 752/2020, da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, no qual, além de descrever as dificuldades apresentadas pelas contadorias municipais, mencionou que a mudança nesse momento pode implicar em ações que envolvem custos de sistema.

Em que pesem os argumentos acima, em ocasião da reunião realizada, após as discussões e ponderações dos participantes, inclusive de membros do MPF e do MPCTCU, a STN/ME propôs a seguinte estratégia:





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

“Em 2020, haveria a adoção da Portaria STN nº 394/2020, permitindo-se o recurso de ‘de-para’. Além disso, seria constituído grupo de trabalho para definir a estrutura padrão para as fontes de recursos e as regras para sua utilização, cuja definição teria prazo final até 26/02/2021;

Em 2021, na execução dos entes da Federação, seria observada a estrutura conforme a Portaria, que já se encontra refletida no Siconfi, possibilitando o uso do recurso “de-para”. Na elaboração do PLDO e do PLOA 2022 seria utilizada a estrutura padrão, a ser definida no âmbito do grupo de trabalho a ser constituído na CTCONE, pelos entes que tenham conseguido alterar em tempo seus sistemas, permitindo-se o de-para para os demais. Além disso, haveria a inclusão da lógica e do rol padronizado de fontes na 9ª Ed. do MCASP, com vigência a partir de 2022;

Em 2022, seria observada a estrutura padrão aprovada na execução dos Entes que já tiverem promovido a alteração no sistema, permitindo-se o de-para aos entes que não tenham conseguido alterar seus sistemas. A elaboração do PLDO e do PLOA 2023 observaria a estrutura padrão aprovada;

Em 2023, seria observada a estrutura padrão aprovada na execução orçamentária por todos os entes da Federação. (...)”

Portanto, em relação ao item 1 das recomendações, veja-se que foi estabelecido cronograma de atuação envolvendo os órgãos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN com vistas à observância de estrutura padrão de fontes de recursos por todos os entes da Federação.

2.2. Medidas adotadas pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia no tocante à utilização do ComprasNet ou de outros sistemas compatíveis, inclusive em relação às transferências voluntárias e obrigatórias



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

A Coordenadoria da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Economia enviou a este órgão ministerial o Ofício nº 197735, assinado por seu Coordenador, Dilson Gonzaga Pereira Neto, enviando a Nota Técnica SEI nº 32839/2020/ME, elaborada pela Secretaria de Gestão e aprovada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, com considerações acerca do item 2 e dos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 constantes das recomendações.

No que se refere ao item 2.1 da recomendação, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia se manifestou pelo acolhimento modulado da recomendação. Explica-se. No que tange às transferências voluntárias, o Ministério entendeu pela expedição de regulamento infralegal federal para adoção do Comprasnet ou alternativamente a opção pelos entes subnacionais de uso de plataformas digitais próprias que observem o padrão nacional definido pelo Poder Executivo federal, no caso das demais modalidades de licitação, dispensa ou inexigibilidades. No caso do pregão eletrônico, via Comprasnet, encontra-se parcialmente atendido, sendo necessário bem delinear o aludido “padrão nacional”, cujo conceito e funcionalidades seriam objeto de normativo próprio, exarado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Ressalte-se que, no que se refere à obrigatoriedade de adoção do ComprasNet, nos moldes da recomendação inicial, o Ministério da Economia aduziu que, tratando-se de regra sobre como se deve executar recursos de natureza federal, haveria necessidade de alteração da LDO. A esse respeito, conquanto seja legislação de alteração anualizada, muitas regras que a conformam são preceitos que se repetem há anos. E em sendo o Ministério da Economia o titular das alterações à LDO, entendeu-se que será o guardião permanente de perseguir que a execução dos recursos federais pelos entes subnacionais sejam resguardados pelas leis federais.

Até que haja alteração legislativa necessária, consoante o defendido, sugeriu-se que o MPF e [MP/TCU capitaneiem ação de recomendação – dentro da sua jurisdição –, da utilização do Comprasnet a todos entes da federação. A adoção dessa medida teria maior





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

capilaridade, pois poderia atingir todas as contratações e não somente as que detém recursos federais. Salientou-se, porém, a imprescindibilidade da adoção de cautela na adoção das decisões/recomendações, pois o esforço de ampliação para todos os entes subnacionais, neste momento, demanda estudos relativamente à capacidade de recursos financeiros para manter a plataforma de compras e, do mesmo modo, da necessidade de recurso humanos para atendimento das demandas que serão mais recorrentes em face da maior usabilidade do sistema.

Para além disso, afirmou que a extensão do Comprasnet pode resultar na alteração do modelo atual (manutenção exclusiva pela União), para modelos de monetização: cobrança para a utilização do Comprasnet/Siasg dos órgãos, das entidades e do mercado fornecedor. Isso em face da necessidade de expansão tecnológica para comportar um sistema único de compras para todos os entes da federação. Elencou, ainda, que a adoção do Comprasnet não tem o condão de assegurar a transparência ativa em relação ao acompanhamento da execução orçamentária desses recursos federais pelos entes subnacionais, haja vista que os órgãos e entidades que não compõem o Sistema de Serviços de Gerais têm sistemas de liquidação e pagamento próprios.

Ainda, destacou que embora não haja a obrigatoriedade de utilização do Comprasnet/Siasg (sendo hodiernamente alternativo), que, após a publicação da IN nº 206, de 18 de outubro de 2019, houve um acréscimo exponencial dos entes federativos que aderiram ao Comprasnet/Siasg. Atualmente 2.187 (dois mil cento e oitenta e sete) municípios e 27 unidades da federação já aderiram à plataforma Comprasnet/Siasg. Os demais municípios que têm sistemas próprios ou sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado estão interligados à Plataforma + Brasil - condição sine qua non para receber recursos União - neste caso, há o controle da execução orçamentária.

Já no que pertine às transferências obrigatórias, a Secretaria de Gestão sugeriu sobrestar temporariamente qualquer edição de ato do executivo até que se conclua um estudo mais acurado. Neste caminho, elencou que é pertinente a interpretação do MPF, qual seja, que se deve estender as normas da União para algumas transferências obrigatórias, quando vinculadas à consecução de um objeto/objetivo específico e os recursos permaneçam de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

natureza federal. Não obstante assista razão ao MPF, afirmou que tal medida enseja acurado estudo das leis, regulamentos e procedimentos afetos às inúmeras modalidades de transferência obrigatória, para que não se fira o princípio da repartição de competência ou a legislação específica aplicável a cada tipo.

Sendo assim, com referência às transferências obrigatórias, a unidade técnica do Ministério da Economia sugeriu: a) exigir (aos moldes do estabelecido na LDO, para as transferências voluntárias), após estudos acurados, a observância das normas editadas pela União relativas à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, como condição para recebimento de recurso federal; e b) exigir (aos moldes do estabelecido na LDO, para as transferências voluntárias) que os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento disponibilizem informações atualizadas referentes aos seus contratos, dentre outras informações que promovam a transparência ativa, no Siasg, conforme as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal. Oportunidade esta que se converte na alteração do dispositivo da LDO (art. 17 e § 3º do art. 75), que está sob a alçada da Secretaria do Tesouro Nacional, para acrescentar as “transferências obrigatórias”.

No tocante ao item 2.2 da recomendação, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia também entendeu pelo seu acolhimento modulado. Para tanto, a unidade técnica do órgão sugeriu ao Ministério da Economia exigir que, para o recebimento de recursos federais, quando mantida a natureza federal dos recursos, as organizações sociais de saúde disponibilizem informações atualizadas referentes aos seus contratos, dentre outras informações que promovam a transparência ativa, no Siasg ou na Plataforma +Brasil, conforme as regras estabelecidas pelo Poder Executivo federal, aos moldes da Lei nº 13.898, de 2019 (LDO).

Além disso, ressaltou a necessidade de se converte tal medida na alteração do dispositivo da LDO - art. 17, que está sob a alçada da Secretaria do Tesouro Nacional, para acrescentar as “organizações sociais, no âmbito da gestão dos contratos de gestão que utilizem recursos federais”, considerando que as aquisições fruto de transferências reguladas pela Lei nº 13.019/2014, já estão na Plataforma +Brasil.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Por fim, em relação ao item 2.3 da recomendação, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia entendeu pelo não acolhimento, com proposição de solução. Pugnou que a recomendação fosse revisitada e afastada sustentando, para tanto, que:

a) Para ser implementada a Recomendação, aos moldes delineados, que permita a expedição de alertas, recomendações e comunicações aos gestores, administradores e fornecedores pelos órgãos de controle, além de recursos humanos que devem ser deslocados para estudar como será essa arquitetura, em prejuízo de outros projetos de governo, dentre eles o combate ao Covid-19, envolve desembolso de valores vultosos para o desenvolvimento de uma nova sistemática (funcionalidade). Em sendo este um momento de agudo recorte orçamentário, com as devidas vênias, não se entende medida pertinente e proporcional que se coadune com a conjuntura atual;

b) Quanto ao “acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao Ministério Público Federal”, há assento na LDO, em seu art. 125, para consulta, de modo que poderá ser ferramental de apoio ao Ministério Público de Contas da União e ao Ministério Público Federal, para em constando quaisquer indícios comunicar aos gestores, administradores e fornecedores; e

c) Como sugestão, a Secretaria de Gestão, por meio do seu corpo técnico, coloca-se à disposição do MPF para que, caso entenda pertinente, desenvolva ferramentais automatizados de apoio à análise dos dados do Comprasnet, visando o controle da integridade das ações dos usuários, verificação de conformidade, bem como de pesquisas em campos que podem gerar inconsistências de informações, inclusive com possibilidade de importação desses dados para auditorias, viabilizado assim a identificação de possíveis indícios de irregularidade ou risco de ineficiência na aplicação dos recursos de natureza federal.

Em síntese, portanto, a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia informou o atendimento modulado dos itens 2.1 e 2.2 da recomendação e pugnou pelo afastamento da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

aplicabilidade do item 2.3.

**3. Outras diligências e manifestações nos autos do Inquérito Civil**

Outras entidades também se manifestaram nos autos do presente procedimento acerca do teor das recomendações expedidas pelo MPF e pelo MPCTCU. O Grupo de Gestores das Finanças Estaduais - GEFIN, por intermédio do Ofício nº 10/2020, assinado por seu Coordenador Executivo, Augusto Monteiro, elencou a necessidade de apreciação de proposta alternativa às normas editadas pela Portaria STN nº 394, razão pela qual convidou o MPF a participar de reunião extraordinária no órgão para tratar do tema.

Por sua vez, a Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) enviou o Ofício nº 197690/2020 a este Parquet federal, oportunidade na qual convidou os membros ministeriais atuantes no presente caso a participarem da 2ª Reunião Extraordinária da CTCONF, órgão responsável por subsidiar a elaboração pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas.

De outro lado, através do Ofício nº 103/2020, assinado pelo Presidente do COMSEFAZ, Rafael Taira Fonteles, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ e o Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal – CONPEG cientificaram o Parquet federal da expedição de ofício à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, cujo escopo consistiu em tratar da proposta de padronização de fonte e destinação de recursos para a Federação em relação à exequibilidade da Portaria nº 394/2020.

No expediente enviado à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, os órgãos COMSEFAZ/CONPEG elencaram, em síntese, que: a) a necessidade da regra de transição para a adoção de um novo padrão de fontes e destinação de recursos, pelos Estados e DF; b) as alterações necessárias nos sistemas de gestão orçamentária, financeira e contábil dos entes subnacionais demandará uma grande aplicação de recursos e modificações em todo o sistema, visto que a fonte é o principal “marcador” orçamentário e financeiro, impactando toda a geração dos relatórios contábeis orçamentários e fiscais; c) os orçamentos de 2020 foram aprovados nos entes subnacionais no final do exercício de 2019 e encontram-se em plena execução, sendo que uma mudança de fontes nos termos da Portaria STN nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

394/2020, a partir de agosto de 2020, impactará todos os controles já realizados; d) os Projetos da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 encontra-se em fase final de elaboração, visto que o prazo para o encaminhamento ao Poder Legislativo findas no mês de setembro de 2020, sendo inviável a implantação de um novo padrão de fontes neste momento.

Os referidos órgãos sugeriram, ainda, que a implantação seja iniciada no processo de elaboração do PLOA de 2023, a ser realizado no início do exercício de 2022, levando-se em consideração a expectativa quanto à velocidade da União para adotar as medidas necessárias. O prazo poderá ser antecipado em um ano, caso a União adote, em tempo hábil, as seguintes medidas no exercício de 2020: a) edite a nova portaria conjunta STN/SOF até o final de agosto, com validade para a Federação, o que inclui a adoção pela própria União; b) compatibilize regras, padrões e sistemas adotados por outras áreas do Governo Federal, como a Previdência, a Saúde e a Educação, principalmente o SIOPS e o SIOPE, que também dependem das fontes e são obrigatórios para estados e municípios; c) apoie, em tempo hábil, os Estados, DF e Municípios com cooperação financeira prevista no art. 64 da LRF, para aquisição de sistema único de execução orçamentária e financeira, nos termos do art. 48 da LRF.

Os Estados, DF e Municípios, nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, providenciariam a criação de fontes específicas em sua codificação local para controle dos recursos do enfrentamento da Pandemia da Covid-19, realizando o mapeamento (“de/para”) para envio das informações ao SICONFI, SIOPS e órgãos de controle interno e externo, garantindo sua equivalência e rastreabilidade. Ressaltaram que os Estados têm o desejo e a intenção de dar total cumprimento à legislação, às recomendações do Ministério Público Federal e do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União, bem como às orientações de tribunais de contas, mas precisam que a forma de fazê-lo seja exequível e demandam as condições para fazê-lo. Na oportunidade, foi apresentada nova proposta de minuta de Portaria.

#### 4. Das medidas apuratórias necessárias



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

Ante o quadro acima narrado, faz-se necessário perquirir o atual estágio das medidas empreendidas pelos órgãos do Ministério da Economia, notadamente a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital para fins de atendimento aos cronogramas e às medidas mencionadas nos expedientes enviados a este órgão ministerial, discriminando, inclusive, o andamento dos estudos realizados para fins de implementação das tarefas.

Além disso, calha a requisição de informações acerca das providências já desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho criado pela Secretaria do Tesouro Nacional com a finalidade de desenvolver uma solução estrutural e definitiva quanto à padronização conceitual e de classificações orçamentárias de fontes de recursos.

No mesmo caminho, faz-se imprescindível a expedição de ofício à Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) a fim de que preste informações atualizadas sobre os trabalhos desenvolvidos para o cumprimento dos instrumentos recomendatórios nº(s) 13/2020 e 14/2020, inclusive em face dos encaminhamentos/desdobramentos da reunião realizada em 21 de agosto de 2020.

Outrossim, no tocante às medidas apresentadas pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ, por intermédio do Ofício nº 103/2020, deve-se oficiar as Secretarias da Fazenda dos Estados da Federação integrantes do aludido Comitê a fim de que prestem informações atualizadas acerca das medidas adotadas até o presente momento e as estratégias de atuação com vistas a afirmar as propostas apresentadas pelo aludido Comitê em relação à adoção de padronização de fonte e destinação de recursos em seus respectivos Estados. Neste caso, deve-se oficiar, ainda, os Tribunais de Contas dos Estados solicitando os préstimos no sentido de informar se tais entes estão adotando as medidas anunciadas pelo COMSEFAZ.

A respeito dos expedientes direcionados aos entes estaduais, calha registrar que estes devem atuar em cooperação junto à União e os demais entes subnacionais, tendo em





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

vista que a Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de federalismo cooperativo no Brasil, que se caracteriza, dentre outros, pela inexistência de uma rígida separação de competências entre a União e os demais entes federados. Recentemente, o próprio STF elencou que, embora a jurisprudência da Corte tenha optado historicamente por concentrar no ente federal as principais competências federativas, “é necessário explorar o alcance do federalismo cooperativo esboçado na Constituição de 1988, para enfrentar os problemas de aplicação que emergem do pluralismo” (Voto do Min. Edson Fachin na ADI 5356).

## 5. Conclusão

Ante todo o exposto, com a finalidade de conferir celeridade, eficácia e efetividade na presente apuração, com fundamento no art. 38, inc. II, da Lei Complementar nº 75/1993, o Ministério Público Federal determina:

5.1) Oficie-se à Secretaria do Tesouro Nacional – STN a fim de que informe o atual estágio das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho criado para definir a estrutura padrão para as fontes de recursos e as regras para sua utilização, encaminhando-se os documentos comprobatórios correspondentes e cronograma atualizado de execução. Além disso, deve a Secretaria do Tesouro Nacional informar o atual estágio de interlocução junto aos demais entes subnacionais e suas entidades representativas para fins de cumprimento das recomendações;

5.2) Oficie-se à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia a fim de que preste as seguintes informações, enviando-se a documentação comprobatória correspondente:

a) em relação ao cumprimento do item 2.1 da recomendação em face das transferências voluntárias, informe se já foi expedido regulamento infralegal federal para adoção do Comprasnet ou alternativamente a opção pelos entes subnacionais de uso de plataformas digitais próprias que observem o padrão nacional definido pelo Poder Executivo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

federal, no caso das demais modalidades de licitação, dispensa ou inexigibilidades. Com referência ao pregão eletrônico, via ComprasNet, informe se já foi delineado o “padrão nacional”, cujo conceito e funcionalidades também seriam objeto de normativo próprio exarado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia; e

b) em relação ao cumprimento do item 2.1 da recomendação em face das transferências obrigatórias, informe o atual estágio dos estudos desenvolvidos pela pasta, indicando-se: o órgão responsável pelos estudos; cronograma para execução das tarefas relacionadas aos estudos; e os avanços já obtidos. Além disso, ainda sobre as transferências obrigatórias, em relação aos seus diversos tipos, especifique quais delas possuem maior dificuldade de implementação, considerando-se as fragilidades das informações em sistemas informatizados;

5.3) Oficie-se à Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) a fim de que preste informações atualizadas sobre os trabalhos desenvolvidos para o cumprimento dos instrumentos recomendatórios nº(s) 13/2020 e 14/2020, inclusive em face dos encaminhamentos/desdobramentos da reunião realizada em 21 de agosto de 2020;

5.4) Oficie-se aos Secretários de Fazenda dos Estados da Federação a fim de que prestem informações atualizadas acerca das medidas adotadas até o presente momento e as estratégias de atuação com vistas a afirmar as propostas apresentadas pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ, para fins de cumprimento da Recomendação Conjunta MPTCU/MPF nº 13/2020, de 19 de junho de 2020; e

5.5) Oficie-se aos Ministérios Públicos dos Tribunais de Contas Estaduais a fim de que prestem informações atualizadas acerca das medidas adotadas até o presente momento e as estratégias de atuação com vistas a afirmar as propostas apresentadas pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ, para fins de cumprimento da Recomendação Conjunta MPTCU/MPF nº





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PERNAMBUCO**

13/2020, de 19 de junho de 2020.

Recife, 12 de janeiro de 2021.

Assinado Eletronicamente  
**SILVIA REGINA PONTES LOPES**  
Procuradora da República

1 A MSC é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento, com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. ([www.siconfi.tesouro.gov.br](http://www.siconfi.tesouro.gov.br))

2 Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação.

3O SIAFIC compreende o conjunto de rotinas, processos, procedimentos e requisitos para o funcionamento da Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle dos Entes da Federação.

Assinado com login e senha por SILVIA REGINA PONTES LOPES ACIOLI, em 13/01/2021 13:28. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 6555BBD7F.97278BE2.1B507FB9.7E2CD87A



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**

**MPF**  
**Ministério Público Federal**

**PR-PE-00030286/2020**

**Recomendação nº 13/2020**  
**Inquérito Civil nº 1.26.000.001112/2020-78**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, representado pelos Procuradores da República signatários, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, representado pelo Procurador de Contas signatário, vêm, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as consubstanciadas nos artigos 129 e 130 da Constituição Federal, e nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75, de 1993, e art. 84 da Lei nº 8.443, de 1992, apresentar as seguintes considerações para, ao final, expedir recomendação;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/1988, art. 127);

**CONSIDERANDO**, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (CF/1988, art. 129, II e III);

**CONSIDERANDO** que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre os quais

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0D2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



se destacam os da impessoalidade (expressão da isonomia) e da publicidade (decorrência da ideia de transparência e do princípio republicano), garantida a transparência e a visibilidade da aplicação de recursos federais de modo a viabilizar o controle oficial e social e, ainda, da probidade administrativa;

**CONSIDERANDO** a instauração, no 17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco – PR-PE, do **Inquérito Civil Público nº 1.26.000.0001112/2020-78**, cujo escopo consiste em *“apurar notícia de possíveis irregularidades acerca da execução de despesas, por parte da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde e oriundos do Fundo Estadual de Saúde, mediante inexigibilidade de licitação, para o combate à COVID-19 – novo coronavírus no Estado de Pernambuco”*;

**CONSIDERANDO** que, embora a Constituição Federal reserve à União a **competência privativa** para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 22, inciso XXVII), matéria pacificada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em sede das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 933-8/GO e 927-3/DF, o Estado de Pernambuco editou a Lei Complementar nº 425, de 25/03/2020, cujo teor dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual, alcançando, sobretudo, a aplicação de recursos de natureza federal;

**CONSIDERANDO** que a previsão contida no art. 3º, § 5º, da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de 2020, ao afastar obrigações de transparência, viola os princípios da publicidade e da moralidade administrativa, ambos de ordem constitucional (art. 37, *caput*), bem como a Lei de Acesso à Informação (arts. 6º, 7º e 8º) e a Lei Federal nº 13.979, de 2020 (art. 4º, §2º) – normas gerais que vinculam o Estado de Pernambuco na obrigatoriedade de manutenção do dever de transparência e controle dos gastos efetuados junto a entidades do terceiro setor;

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0D2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**CONSIDERANDO** que o art. 7º da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de 2020, estabelece a **prescindibilidade** da utilização do Sistema PE-Integrado para os procedimentos de **dispensa de licitação** destinados às contratações de que trata o Diploma em tela, “*autorizando-se a adoção de meios mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa*”;

**CONSIDERANDO** que a dispensa da utilização do Sistema PE-Integrado limita a publicidade e compromete, com efeito, o monitoramento, a avaliação e o controle da eficiência na alocação dos recursos próprios e também dos recursos de natureza federal, não somente das despesas efetuadas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, mas também das medidas adotadas pelo Estado de Pernambuco com vistas a combater a aludida pandemia, haja vista que concede autorização genérica para adoção de procedimentos estranhos à legislação de regência (“autorizando-se adoção dos meios que se mostrem mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa”);

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.351, concedeu, em 26 de março de 2020, medida cautelar para determinar a **suspensão da eficácia** do art. 6º-B da Lei nº 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória nº 928, de 2020, cujo teor pretendia restringir a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 2011) nas medidas adotadas para o enfrentamento do novo coronavírus;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do acolhimento da medida cautelar na ADI nº 6.351, o Min. Relator Alexandre de Moraes asseverou que:

*“[...] Na hipótese em análise, ao menos em sede de cognição sumária, fundada em juízo de probabilidade, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar pleiteada, pois o artigo impugnado pretende TRANSFORMAR A EXCEÇÃO – sigilo de informações – EM REGRA, afastando a plena incidência dos princípios da publicidade e da transparência.*”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



*A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade.*

*À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo.*

*A participação política dos cidadãos em uma Democracia representativa somente se fortalece em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das diversas opiniões sobre as políticas públicas adotadas pelos governantes, como lembrado pelo JUSTICE HOLMES ao afirmar, com seu conhecido pragmatismo, a necessidade do exercício da política de desconfiança (politics of distrust) na formação do pensamento individual e na autodeterminação democrática, para o livre exercício dos direitos de sufrágio e oposição; além da necessária fiscalização dos órgãos governamentais, que somente se torna efetivamente possível com a garantia de publicidade e transparência.*

*O acesso às informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático, que abrange “debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta” (Cantwell v. Connecticut, 310 U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S at 271-72).*

*A publicidade específica de determinada informação somente poderá ser excepcionada quando o interesse público assim determinar. Portanto, salvo situações excepcionais, a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito aos artigos 37, caput, e 5º, incisos XXXIII e LXXII, pois como destacado pelo Ministro CELSO DE MELLO, “o modelo político-jurídico, plasmado na nova ordem constitucional, rejeita o poder que oculta e o poder que se*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



*oculta” (Pleno, RHD no 22/DF, Red. p/ Acórdão Min. CELSO DE MELLO, DJ, 1-9-95).*

*O art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso a informação, pelo contrário, transforma a regra constitucional de publicidade e transparência em exceção, invertendo a finalidade da proteção constitucional ao livre acesso de informações a toda Sociedade.”*

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o acesso à informação aos cidadãos, conforme assegurado pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação, que impõe, no seu art. 8º, o dever de divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados, sendo imprescindível a União consolidar as informações referentes à aplicação dos recursos federais;

**CONSIDERANDO** que a **Instrução Normativa<sup>1</sup> nº 206**, de 18/10/2019, editada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, estabeleceu prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, utilizem **obrigatoriamente** a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, quando executarem recursos de natureza federal transferidos por meio de transferência voluntária, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, sem razão plausível que justifique tratamento diferenciado para as **transferências obrigatórias** resultantes de **cooperação financeira** prevista no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, decorrente de determinação constitucional ou legal que gere para a União obrigação incondicional, hipótese em que se mantém a **natureza federal do recurso**, como ocorre, por exemplo, com os recursos federais vinculados à saúde repassados nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012, e à complementação federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ressalvadas as transferências resultantes de repartição de receitas que alicerça o pacto federativo fiscal delineado na Constituição Federal;

<sup>1</sup> <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1185-in-206-de-2019>





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**CONSIDERANDO** que venceu, em 1º/6/2020, o prazo final para o último grupo, integrado pelos Municípios com população inferior a 15 mil habitantes e respectivas entidades da administração indireta, adotar, obrigatoriamente, a modalidade pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, segundo as regras estatuídas pelo Decreto nº 10.024, de 20/9/2019, quando executarem recursos de natureza federal recebidos a título de **transferência voluntária**, independentemente do instrumento jurídico adotado para a sua realização (convênios, contratos de repasse e outras formas previstas no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal), para aquisição de bens e a contratação de serviços comum, **consolidando as condições fáticas e operacionais para que o mesmo procedimento seja adotado para as transferências obrigatórias, cujos recursos permanecem de natureza federal**;

**CONSIDERANDO** que a transparência da gestão fiscal também pressupõe a disponibilização do **procedimento licitatório** para amplo acesso público, nos termos do inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** que o disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000, exigem a previsão de normas relativas ao **controle de custos** e à avaliação dos resultados dos programas financiados, assim como **sistema de custos** que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

**CONSIDERANDO** que o art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, estabelece que a alocação dos recursos do orçamento da União deve propiciar o controle das transferências intergovernamentais e ao setor privado, assim como dos custos das ações, e considerar, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias, os resultados de avaliações e monitoramento de políticas públicas e programas de governo;

**CONSIDERANDO** que o controle de custos de que trata o inciso II do art. 16 da Lei nº 13.898, de 2019, deve ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a **análise da eficiência na alocação dos recursos** e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



patrimonial;

**CONSIDERANDO** o reconhecimento de estado de calamidade pública nacional de origem sanitária pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, elenca a saúde como direito social de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a **transparência ativa** e viabilizar o acompanhamento pela sociedade da destinação de recursos federais vinculados à saúde (**R\$ 138,5 bilhões** em 2020)<sup>2</sup>, dos quais cerca de 70% são regularmente repassados na forma dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, além dos **repasses** do Fundo Nacional de Saúde (FNS)<sup>3</sup> para enfrentamento da situação de calamidade pública nacional (Ação 21C0), cuja previsão para 2020 supera **R\$ 38,9 bilhões**, mantida a natureza federal do recurso em razão de sua origem;

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar nº 141, de 2012, elege a **transparência** e a **visibilidade** valores jurídicos propulsores para assegurar a eficiência da fiscalização, avaliação e controle oficial e social da destinação e da aplicação dos recursos vinculados à saúde, com regras específicas de transparência e visibilidade voltadas para o acompanhamento do volume expressivo de recursos federais aplicados de forma descentralizada;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 141, de 2012, que, ao regulamentar o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal, dispõe sobre normas que garantam a transparência e a visibilidade da aplicação dos recursos da União, estabelecendo regras claras no sentido de que tais recursos devem ser movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituições financeiras oficiais federais, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio que assegurem, observadas as modalidades

<sup>2</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOabr2020.pdf>

<sup>3</sup> [https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP\\_COVID19/TEMP\\_COVID19.html](https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html) (consulta em 16/6/2020)





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, a identificação da destinação e, em caso de pagamento, o credor final dos recursos federais aplicados em ações e serviços públicos de saúde;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e nas Medidas Provisórias que sucederam, que dispõem sobre procedimentos específicos e **mais flexíveis** para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, que têm apresentado considerável oscilação de preços nas diversas regiões do País;

**CONSIDERANDO** que são pilares da gestão fiscal responsável as ações planejadas e **transparentes**, que possibilitem prevenir riscos e corrigir desvios capazes de comprometer o equilíbrio das contas públicas (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que, em 9/6/2020, a previsão de gasto adicional da União para o enfrentamento da Covid-19 atingiu **R\$ 404,14 bilhões**<sup>4</sup>, montante correspondente **47,37%** da Receita Corrente Líquida federal de **R\$ 853,10 bilhões**, segundo previsão atualizada para o exercício para 2020 registrada no Anexo 3 que integra o Relatório Resumido de Execução Orçamentária<sup>5</sup> do 2º bimestre;

**CONSIDERANDO** que a execução orçamentária e financeira da União, no 1º quadrimestre de 2020 (jan/abr), apresentou **deficit primário de R\$ 94,58 bilhões**, enquanto a meta anual fixada pela Lei nº 13.898, de 2019, é de **deficit primário de R\$ 124,10 bilhões** (art. 2º), já tendo sido comprometidos 76,21% da meta anual, dispensado o cumprimento da referida meta no que tange, exclusivamente, aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de **despesas relacionadas ao cumprimento do Decreto Legislativo nº 6, de 2020**, que reconheceu a calamidade pública nacional (art. 65, § 2º, inciso I, alínea 'b' da Lei Complementar nº 101, de 2000);

<sup>4</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> (consulta em 9/6/2020)

<sup>5</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOAbr2020.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**CONSIDERANDO** que, neste cenário fiscal, a necessidade de conferir transparência à forma como os recursos públicos são efetivamente aplicados se harmoniza com a noção de cidadania, a qual pressupõe um modelo de **transparência ativa** que não apenas possibilite o acesso à informação, mas que estimule os cidadãos a exercerem o controle social permanentemente;

**CONSIDERANDO** que a transparência no contexto da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se resume à previsão principiológica (art. 1º, § 1º), dispondo o referido Diploma de regras que estabelecem medidas concretas de materialização da transparência ativa, no que dialoga com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011);

**CONSIDERANDO** que, dentre as regras que materializam a transparência, sobressai a que obriga os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarem sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a **padrão mínimo** de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (inciso III, do § 1º, do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000), padrão este definido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 2010, segundo o qual o referido sistema integrado deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, um rol de informações pormenorizadas relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira, com destaque para a necessidade de especificar: i) o valor do empenho, liquidação e pagamento; ii) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso; iii) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a **fonte dos recursos** que financiaram o gasto, consoante o disposto no art. 7º, inciso I do Decreto em referência;

**CONSIDERANDO** que a inexistência de **codificação padronizada de fonte ou destinação de recursos federais** aplicados pelos entes subnacionais é **fator crítico** que compromete não apenas a avaliação da eficiência da alocação dos recursos da União, mas, sobretudo, a atuação eficiente das instituições de controle e o acompanhamento pela sociedade civil dos gastos federais realizados por meio de modalidades de aplicação de recursos de forma descentralizada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**CONSIDERANDO** que a prática vigente, a qual permite cada ente da Federação adotar codificação própria para identificar os repasses federais, valendo-se do recurso “**de-para**” nas rotinas de exportação/importação de informações e dados da execução orçamentária para o sistema de registro centralizado de monitoramento da gestão fiscal mantido pelo Ministério da Economia (Siconfi), demonstra-se incompatível com a noção de **interoperabilidade técnica e semântica**, que pressupõe a capacidade de múltiplos sistemas trocarem e reutilizarem informação sem custo de adaptação e com preservação do seu significado, a partir do controle de terminologias, taxonomias e esquemas de dados, sem contar o elevado risco de falhas e custos elevados que esse tipo de operação acarreta;

**CONSIDERANDO** que a omissão do Poder Executivo em definir codificação padronizada para identificação das fontes de recursos federais executados pelos entes subnacionais e organizações da sociedade civil compromete a plena aderência dos sistemas centralizado de monitoramento mantidos pela União à Lei nº 12.965, de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.777, de 2016, que tem por objetivo a promoção da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (art. 4º, IV), além de fixar as seguintes diretrizes em seu art. 24: i) estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica (inciso I); ii) promoção da **racionalização da gestão**, expansão e uso da *internet*, com participação do Comitê Gestor da internet no Brasil (inciso II); iii) **promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico**, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos; iv) publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada (inciso VI); v) **promoção da cultura e da cidadania** (inciso IX); e VI) prestação de serviços públicos de atendimento ao cidadão de forma integrada, **eficiente, simplificada** e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos (inciso X);

**CONSIDERANDO** que a transparência também se materializa pela obrigação imposta à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de disponibilizarem suas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme **periodicidade, formato e sistema** estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (§ 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (SUS), organizado de acordo com as seguintes diretrizes: i) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; ii) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; iii) participação da comunidade (art. 198 da Constituição Federal de 1988), cabendo à **lei complementar** dispor sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas (§ 3º, inciso III);

**CONSIDERANDO** que o estabelecimento de **fontes de recurso** com codificação padronizada nas três esferas de governo é medida essencial para garantir a segregação do registro contábil, no Fundo de Saúde, relativo às despesas efetuadas com ações e serviços públicos de saúde, razão pela qual a Lei Complementar nº 141, de 2012, confere ao **órgão central de contabilidade da União** (Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia) a competência para editar normas gerais que assegurem a **segregação das informações** (art. 32, parágrafo único), sem a qual fica prejudicada a fidedignidade do Relatório de Gestão da Saúde (art. 36) e o controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público Federal, pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo federal e pela Polícia Federal, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar em referência, que prevê, explicitamente, a **origem do recurso** como baliza para a ação dos órgãos de controle nas três esferas;

**CONSIDERANDO** que a previsão legal vem ao encontro de determinações do Tribunal de Contas da União, a exemplo do **Acórdão nº 1.893/2011 – TCU/Plenário** proferido no âmbito da Fiscalização Orientação Centralizada (FOC), que aponta a “**falta de discriminação das fontes de receitas que constituem o Fundo Municipal de Saúde na Lei Orçamentária anual, em descumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



8.142/1990, nos artigos 2º, caput, § 1º, inciso III, 3º e 72 da Lei 4.320/1964” (item 9.1.2) e “deficiências na administração dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, caracterizada pela permanência de saldos sem utilização por períodos consideráveis de tempo, alguns em aplicação financeira outros simplesmente em conta corrente” (item 9.1.7) como problemas na gestão dos recursos federais repassados aos demais entes da Federação, cuja constatação foi reiterada no bojo do Acórdão nº 1.376/2015-TCU-Plenário;

**CONSIDERANDO** que a adoção de fonte genérica “Fundo Estadual de Saúde” ou “Fundo Municipal de Saúde”, unidades orçamentárias e gestoras que, por força do § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do art. 14 da Lei Complementar nº 141, de 2012, devem congrega e gerir todos os recursos federais, estaduais e municipais destinados a ações e serviços públicos de saúde, vem sendo utilizada como estratégia de dificultar ou até mesmo inviabilizar a identificação da **origem do recurso**, criando dificuldade à atuação da **Polícia Federal** e do **Ministério Público Federal** em operações realizadas durante a pandemia, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**CONSIDERANDO** a necessidade de contextualizar o teor da decisão proferida em sede da **Ação Civil Pública (ACO) nº 1790**, de 6/6/2011, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência do Ministério Público Estadual para apurar irregularidades na aplicação de recursos do **Fundo Municipal de Saúde**, cujo teor não considera – e nem poderia considerar – a regulamentação posteriormente inaugurada com a aprovação da Lei Complementar nº 141, de 13/1/2012, a qual dispõe, em seu art. 14, que o Fundo de Saúde constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, congregando, em conformidade com o § 3º do art. 77 do ADCT, todos os recursos provenientes de transferências de origem federal (com pactuações específicas), estadual e municipal destinados à saúde, cuja segregação das fontes de acordo com suas origens e destinações por meio do Fundo é necessária para fins de assegurar a rastreabilidade e, sobretudo, a definição da esfera competente de responsabilização, assim como para elaboração do Relatório de Gestão do SUS, nos termos previstos nos arts. 27 e 36 da Lei Complementar em questão, respectivamente;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**CONSIDERANDO** que há Pareceres do Ministério Público Federal<sup>6</sup>, da 5ª Câmara de Combate à Corrupção<sup>7</sup> e da própria Procuradoria-Geral da República<sup>8</sup>, cujos entendimentos afastam a aplicação do precedente mencionado (ACO 1790), por vezes utilizado por gestores dos entes subnacionais em defesa de suposta atribuição do Ministério Público Estadual para apurar ilícitos na aplicação de recursos geridos pelo Fundo Municipal de Saúde, em especial porque, naquele caso concreto, a contratação investigada não decorria de ações e serviços de saúde destinados ao SUS, mas de contratação de fundação privada destinada a prestar apoio técnico em sistemas de informação da Edilidade, o que retirou, naquele caso específico, o interesse direito ou indireto da União;

**CONSIDERANDO** os precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o fato de os Estados e o Municípios terem autonomia para gerenciar a verba financeira destinada ao SUS não elide a necessidade de prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, nem exclui o interesse da União na regularidade do repasse e na correta aplicação desses recursos, no que reafirma a competência da Justiça Federal e dos órgãos de controle da União (AI 360.265-AgR/RJ, Rel. Min. Celso de Mello; AI 534.862/PA, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 584.592/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso; RE: 462448 SC, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI), sendo no mesmo sentido os precedentes do Tribunal de Contas da União assentados sob a vigência do art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012, sendo irrelevante o instrumento jurídico previsto no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal adotado para a realização do repasse federal a título de transferências obrigatória e voluntária no âmbito do SUS (Acórdão nº 13.933/2019- TCU-Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer; Acórdão nº 2.860/2018-TCU-Segunda Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz; Acórdão nº 738/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler);

**CONSIDERANDO** a necessidade de observar as diretrizes e objetivos da Política de Dados Abertos, é imprescindível que o órgão central de contabilidade da União, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei Complementar 141, de 2012, e no art. 48

<sup>6</sup><http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/publicacoes-diversas/Atribuicao%20do%20MPF%20em%20Materia%20de%20Saude%20-%20Doutor%20Edilson%20Vitorelli.pdf>

<sup>7</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgp/noticias-pgp/e-atribuicao-do-mpf-a-defesa-da-correta-aplicacao-das-verbas-federais-em-saude>

<sup>8</sup> <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2494%20-%20Decisao%20conflito%20de%20atribuicoes.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



da Lei Complementar nº 101, de 2000, estabeleça a **padronização nacional** não apenas da classificação contábil da despesa, mas também das **fontes de recurso** e, se possível, de indicadores orçamentários para as ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos federais repassados regularmente, assim como os repasses adicionais para enfrentamento da Covid-19, de modo a assegurar a segregação das informações exigida pela legislação mencionada;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a ampla transparência e viabilizar o acompanhamento, pela sociedade, da destinação de volume expressivo de **recursos federais** vinculados à saúde repassados segundo os critérios do artigo 17 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, na sequência, **sub-repassam** a Organizações Sociais e congêneres por eles contratadas para assumirem, mediante contrato de gestão, a prestação de serviços públicos de saúde, sendo que, na prática, estas têm sido as responsáveis pela contratação de fornecedores de bens e serviços que são os reais **credores finais** dos recursos federais, ocasião em que são, de fato, aplicados em ações e serviços públicos de saúde (arts. 13, §§ 2º e 4º, 27 da Lei Complementar nº 141/2012);

**CONSIDERANDO** que a **padronização das informações** constitui requisito essencial para garantir a transparência e a visibilidade das informações, essenciais para o controle social da aplicação de recursos públicos, razão pela qual os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão obrigados a disponibilizar *“suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público”*, inserindo-se nesse escopo o **cálculo automático** do gasto mínimo com ações e serviços públicos de saúde pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), que deve constituir fonte primária para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), cujas despesas, na prática, são executadas diretamente pelos entes da Federação ou por Organizações Sociais ou entidades congêneres do Terceiro Setor por eles contratadas (art. 48, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, art. 39, § 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 141/2012 e art. 7º

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave OD2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



Decreto nº 7.185/2010);

**CONSIDERANDO** que as flexibilizações inauguradas pelo regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, não exime seus destinatários, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, da **observância das obrigações de transparência**, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, **na forma por eles estabelecida**, conforme disposto no inciso II, do § 2º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, c/c inciso II, do § 1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 173, de 2020, visando subsidiar as ações das instituições e órgãos de controle e, ainda, a audiência pública de que trata o § 3º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

**CONSIDERANDO** que o **Portal de Compras do Governo Federal** constitui um dos parâmetros definidos para realização de estimativas dos preços nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência causada pela Covid-19, admitindo a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado, consoante o disposto na alínea *a*, do inciso VI, do § 1º, do art. 4º-E da Lei nº 13.979, de 2020;

**CONSIDERANDO** que, nos últimos anos, a União fez investimentos significativos para desenvolver e consolidar plataforma digital com tecnologia avançada para as aquisições públicas mediante o ComprasNet, plataforma que permite, dentre outras funcionalidades, o desenvolvimento de mecanismos de **comparabilidade** de preços, com a finalidade de racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal e promover a **transparência ativa**;

**CONSIDERANDO** que, no árido cenário econômico-fiscal causado pela situação de calamidade pública nacional, a adoção de plataforma digital centralizada para os entes da Federação realizarem as dispensas eletrônicas e os procedimentos de licitação regulamentados, nas aquisições públicas com recursos de natureza federal, revela-se essencial, na medida em que cria as condições primordiais para que a União possa avaliar o grau de

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 0D2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



eficiência da alocação de recursos de natureza federal, que na área de saúde já totalizam **R\$ 38,9 bilhões** para enfrentamento da Covid-19, com previsão atualizada anual, atualizada no 2º bimestre de 2020, de **R\$ 138,5 bilhões**, dos quais, em média, 70% são repassados aos entes subnacionais;

**CONSIDERANDO** o teor do Relatório que fundamenta o parecer prévio das contas presidenciais de 2019 apreciado pelo **Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário**, segundo o qual “*não há, na União, informações acerca do volume de recursos de natureza federal repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, na sequência, são sub-repassados a organizações sociais e entidades congêneres do terceiro setor que atuam na área da saúde, sendo mais de 6,6 mil as entidades da sociedade civil que atuam na referida área, segundo informações divulgadas no Mapa de Organização da Sociedade Civil mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*”, havendo forte indício de desvio de recursos públicos de natureza federal<sup>9</sup> sub-repassados a essas entidades<sup>10</sup>, pelos entes subnacionais, para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19;

**CONSIDERANDO** a Recomendação proferida por meio do **parecer prévio das contas presidenciais de 2019**, para que o Poder Executivo federal “*regulamente a implementação de mecanismos que possibilitem o efetivo monitoramento, avaliação e controle oficial e social da eficiência na aplicação dos recursos de natureza federal vinculados à saúde transferidos aos demais entes da Federação, até a destinação final, conforme previsto nos §§ 2º e 4º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, assim como na alínea ‘e’ do inciso I do art. 4º e § 3º do art. 50 da Lei Complementar 101/2000, regulamentados apenas parcial e temporariamente por leis de diretrizes orçamentárias*” (Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário);

**CONSIDERANDO** que, além de adotar mecanismo eficiente de comparabilidade de preços, que oscilam consideravelmente em situação de pandemia - no que dificulta a tomada de decisão pelos gestores da área da saúde responsáveis pelas aquisições

<sup>9</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/organizacao-social-alvo-de-investigacao-no-rj-gerencia-servicos-de-sade-em-so-paulo.ghtml>

<sup>10</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/empresa-investigada-gere-hospital-de-campanha-em-sp.ghtml>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



públicas -, a adoção do **ComprasNet**, além de conferir maior eficiência à alocação do recurso federal, tem o potencial de reduzir, substancialmente, os custos de gestão dos entes subnacionais com a manutenção de serviços de tecnologia da informação, uma vez que poderão aderir, voluntariamente, à plataforma nacional para aplicação de recursos próprios;

**CONSIDERANDO** que a alocação de recursos de natureza federal sem que a sociedade possa avaliar a sua eficiência por meio de ferramentas tecnológicas que assegurem a transparência ativa, especialmente daqueles destinados aos valores mais “caros” de uma sociedade – como os destinados ao campo da saúde dos cidadãos em uma grave crise pandêmica da gravidade da Covid-19 –, viola não apenas as premissas da gestão fiscal responsável, como também os princípios constitucionais da publicidade e da moralidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que os reiterados escândalos de corrupção<sup>11</sup> e desvios na aquisição de respiradores<sup>12</sup>, equipamentos de proteção individual e construção de hospitais de campanha<sup>13</sup>, com investigações requeridas pela Procuradoria-Geral da República, envolvendo Estados com elevado volume de dívidas refinanciadas pela União;

**CONSIDERANDO** que as decisões do Tribunal de Contas da União, visando **mitigar as práticas de fraudes e irregularidades**, ainda recorrentes na execução descentralizada realizada pelos entes subnacionais e entidades do terceiro setor, têm recomendado enfaticamente a **utilização de recursos de tecnologia da informação na gestão pública**, a exemplo dos Acórdãos nºs 363/2012-TCU-1ª Câmara e 1700/2007-TCU-Plenário, tema abordado com relevo no TC 012.762/2012-1 (Acórdão nº 1.376/2015), cujo teor foi reproduzido no **parecer prévio das contas presidenciais de 2014** aprovado pelo Acórdão nº 2.461/2015-TCU-Plenário; e

**CONSIDERANDO**, por fim, a prerrogativa conferida ao MINISTÉRIO PÚBLICO para expedir **RECOMENDAÇÕES**, no exercício da defesa dos valores, interesses

11 <https://www.santaportal.com.br/noticia/57071-pf-mira-em-compra-de-respiradores-no-para-e-faz-buscas-na-casa-de-helder-barbalho>

12 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/pgr-stj-pedido-de-autorizacao-para-investigar-governador-do-amazonas.htm>

13 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/26/stj-quebra-sigilo-de-dados-de-celulares-e-computadores-de-wilson-witzel.htm>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



e direitos da coletividade, visando à eficiência da alocação dos recursos de natureza federal e dos serviços públicos, bem como ao respeito e aos interesses, direito à informação e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993), **RESOLVEM RECOMENDAR**, nos termos do art. 6º, inciso XX, do mesmo Diploma:

1. à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, órgão central de contabilidade da União nos termos do art. 17 da Lei nº 10.180, de 2001, que, no prazo de **30 (trinta) dias** e com fundamento no parágrafo único do art. 32 da Lei Complementar nº 141, de 2012, no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, adote as medidas normativas necessárias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem **codificação padronizada** na Federação para identificar as **fontes dos recursos de natureza federal** vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, com definição de codificação específica e nacionalmente padronizada para segregar as despesas custeadas com recursos de natureza federal repassados no bojo da **Ação 21C0** para enfrentamento da Covid-19, além de estabelecer codificação uniforme para as fontes de recursos federais destinados, obrigatória e voluntariamente, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras transferências de natureza federal consideradas relevantes a identificação e a segregação das fontes para viabilizar o monitoramento, a avaliação, fiscalização e controle;
2. à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Serviços Gerais – **Sisg**, que, considerando o disposto nos Decretos nºs 9.745 e 10.024, de 2019, na Instrução Normativa nº 206, de 2019, na Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e na Lei Complementar nº 173, de 2020, promova, no prazo de **30 (trinta) dias**, os aperfeiçoamentos nos regulamentos vigentes, no sentido de que:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



**2.1.** os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta e indireta, adotem obrigatoriamente o **ComprasNet**, ou outra plataforma digital centralizada que venha substituí-lo, para as **dispensas eletrônicas**, pregões eletrônicos e outras modalidades de licitação nas aquisições públicas que, no todo ou em parte, sejam custeados com **recursos de natureza federal**, recebidos a título de **cooperação financeira**, sob a forma de transferência voluntária ou transferência obrigatória, ressalvadas as transferências constitucionais que constituem receitas próprias dos entes subnacionais em razão do pacto federativo fiscal (arts. 153 e 159 da Constituição Federal), com vistas a promover a transparência ativa necessária ao controle social, assim como criar as condições operacionais para os órgãos e entidades federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea 'e' e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.2.** as Organizações Sociais e entidades congêneres do Terceiro Setor, quando beneficiárias de **recursos de natureza federal** mediante repasse direto ou sub-repasse realizado pelos entes subnacionais, informem à União, por meio do **ComprasNet** ou outra plataforma de registro centralizado, ainda que sob a forma de procedimento simplificado mediante registro direto na plataforma e/ou por atualização diária da base de dados por meio de processo de exportação/importação de dados, as condições em que foram realizadas as aquisições custeadas com recursos públicos de origem e natureza federais, com objetivo de promover a transparência ativa e criar as condições para os órgãos e

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0D2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



entidades federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019; e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.3.** sejam incorporadas ao ComprasNet, dentre outras, funcionalidades que possibilitem a **comparabilidade** de preços, inclusive de forma gráfica, com o objetivo de orientar os gestores e racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal, além de promover a **transparência ativa**, notadamente nas aquisições públicas para enfrentamento da Covid-19, assegurado o acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao Ministério Público Federal, com previsão, se possível, de funcionalidades que possibilitem, a critério de cada instituição de controle e de acordo com seus regimentos e demais regulamentos internos, a expedição eletrônica de alertas, recomendações e comunicações aos gestores, administradores e fornecedores, caso seja identificado algum indício de irregularidade ou risco de ineficiência na aplicação dos recursos de natureza federal.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** advertem que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências requeridas.

Nesse passo, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75, de 1993, os signatários requerem, desde logo, que o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, **MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR**, e o Secretário da Secretaria



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
JUNTO AO TCU**



de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, **CRISTIANO ROCHA HECKERT**, informem, em **até 30 (trinta) dias**, se acatarão ou não a presente Recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Comunique-se, para ciência, sobre a expedição da presente Recomendação ao Secretário-Executivo e ao Secretário de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, TERCIO ISSAMI TOKANO e JEFERSON LISBÔA GIMENES, respectivamente; ao Diretor-Geral da Polícia Federal, ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA; ao Secretário Federal de Controle Interno do Poder Executivo, ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL; ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, ANTONIO ELCIO FRANCO FILHO; ao Secretário-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, FABRÍCIO DA SOLLER.

Pernambuco, 19 de junho de 2020.

**(assinado eletronicamente)**  
**JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA**  
*Procurador do Ministério Público de Contas  
junto ao Tribunal de Contas da União*

**(assinado eletronicamente)**  
**SILVIA REGINA PONTES LOPES**  
*Procuradora da República em  
Pernambuco*

**(assinado eletronicamente)**  
**CLÁUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS**  
*Procurador da República em Pernambuco*





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00030286/2020 RECOMENDAÇÃO nº 13-2020**

Signatário(a): **CLAUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS**

Data e Hora: **19/06/2020 19:47:49**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SILVIA REGINA PONTES LOPES ACIOLI**

Data e Hora: **19/06/2020 19:42:29**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0D2872CA.3075BDF5.A2AF8167.DA0196E5



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

PR-PE-00030288/2020

**Recomendação nº 14/2020**  
**Inquérito Civil nº 1.26.000.001112/2020-78**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, representado pelos Procuradores da República signatários, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as consubstanciadas nos artigos 129 e 130 da Constituição Federal, e nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75, de 1993, apresentar as seguintes considerações para, ao final, expedir recomendação;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/1988, art. 127);

**CONSIDERANDO**, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (CF/1988, art. 129, II e III);

**CONSIDERANDO** que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre os quais





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

se destacam os da impessoalidade (expressão da isonomia) e da publicidade (decorrência da ideia de transparência e do princípio republicano), garantida a transparência e a visibilidade da aplicação de recursos federais de modo a viabilizar o controle oficial e social e, ainda, da probidade administrativa;

**CONSIDERANDO** a instauração, no 17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco – PR-PE, do **Inquérito Civil Público nº 1.26.000.0001112/2020-78**, cujo escopo consiste em *“apurar notícia de possíveis irregularidades acerca da execução de despesas, por parte da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde e oriundos do Fundo Estadual de Saúde, mediante inexigibilidade de licitação, para o combate à COVID-19 – novo coronavírus no Estado de Pernambuco”*;

**CONSIDERANDO** que, embora a Constituição Federal reserve à União a **competência privativa** para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 22, inciso XXVII), matéria pacificada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em sede das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 933-8/GO e 927-3/DF, o Estado de Pernambuco editou a Lei Complementar nº 425, de 25/03/2020, cujo teor dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual, alcançando, sobretudo, a aplicação de recursos de natureza federal;

**CONSIDERANDO** que a previsão contida no art. 3º, § 5º, da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de 2020, ao afastar obrigações de transparência, viola os princípios da publicidade e da moralidade administrativa, ambos de ordem constitucional (art. 37, *caput*), bem como a Lei de Acesso à Informação (arts. 6º, 7º e 8º) e a Lei Federal nº 13.979, de 2020 (art. 4º, §2º) – normas gerais que vinculam o Estado de Pernambuco na obrigatoriedade de manutenção do dever de transparência e controle dos gastos efetuados junto a entidades do terceiro setor;

**CONSIDERANDO** que o art. 7º da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

2020, estabelece a **prescindibilidade** da utilização do Sistema PE-Integrado para os procedimentos de **dispensa de licitação** destinados às contratações de que trata o Diploma em tela, “*autorizando-se a adoção de meios mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa*”;

**CONSIDERANDO** que a dispensa da utilização do Sistema PE-Integrado limita a publicidade e compromete, com efeito, o monitoramento, a avaliação e o controle da eficiência na alocação dos recursos próprios e também dos recursos de natureza federal, não somente das despesas efetuadas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, mas também das medidas adotadas pelo Estado de Pernambuco com vistas a combater a aludida pandemia, haja vista que concede autorização genérica para adoção de procedimentos estranhos à legislação de regência (“autorizando-se adoção dos meios que se mostrem mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa”);

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.351, concedeu, em 26 de março de 2020, medida cautelar para determinar a **suspensão da eficácia** do art. 6º-B da Lei nº 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória nº 928, de 2020, cujo teor pretendia restringir a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 2011) nas medidas adotadas para o enfrentamento do novo coronavírus;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do acolhimento da medida cautelar na ADI nº 6.351, o Min. Relator Alexandre de Moraes asseverou que:

*“[...] Na hipótese em análise, ao menos em sede de cognição sumária, fundada em juízo de probabilidade, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar pleiteada, pois o artigo impugnado pretende TRANSFORMAR A EXCEÇÃO – sigilo de informações – EM REGRA, afastando a plena incidência dos princípios da publicidade e da transparência.*

*A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

*prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade.*

*À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo.*

*A participação política dos cidadãos em uma Democracia representativa somente se fortalece em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das diversas opiniões sobre as políticas públicas adotadas pelos governantes, como lembrado pelo JUSTICE HOLMES ao afirmar, com seu conhecido pragmatismo, a necessidade do exercício da política de desconfiança (politics of distrust) na formação do pensamento individual e na autodeterminação democrática, para o livre exercício dos direitos de sufrágio e oposição; além da necessária fiscalização dos órgãos governamentais, que somente se torna efetivamente possível com a garantia de publicidade e transparência.*

*O acesso às informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático, que abrange “debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta” (Cantwell v. Connecticut, 310 U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S at 271-72).*

*A publicidade específica de determinada informação somente poderá ser excepcionada quando o interesse público assim determinar. Portanto, salvo situações excepcionais, a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito aos artigos 37, caput, e 5º, incisos XXXIII e LXXII, pois como destacado pelo Ministro CELSO DE MELLO, “o modelo político-jurídico, plasmado na nova ordem constitucional, rejeita o poder que oculta e o poder que se oculta” (Pleno, RHD no 22/DF, Red. p/ Acórdão Min. CELSO DE MELLO, DJ, 1-9-95).*

*O art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso a informação, pelo contrário, transforma a regra constitucional de*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

*publicidade e transparência em exceção, invertendo a finalidade da proteção constitucional ao livre acesso de informações a toda Sociedade.”*

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o acesso à informação aos cidadãos, conforme assegurado pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação, que impõe, no seu art. 8º, o dever de divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados, sendo imprescindível a União consolidar as informações referentes à aplicação dos recursos federais;

**CONSIDERANDO** que a **Instrução Normativa<sup>1</sup> nº 206**, de 18/10/2019, editada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, estabeleceu prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, utilizem **obrigatoriamente** a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, quando executarem recursos de natureza federal transferidos por meio de transferência voluntária, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, sem razão plausível que justifique tratamento diferenciado para as **transferências obrigatórias** resultantes de **cooperação financeira** prevista no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, decorrente de determinação constitucional ou legal que gere para a União obrigação incondicional, hipótese em que se mantém a **natureza federal do recurso**, como ocorre, por exemplo, com os recursos federais vinculados à saúde repassados nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012, e à complementação federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ressalvadas as transferências resultantes de repartição de receitas que alicerça o pacto federativo fiscal delineado na Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que venceu, **em 1º/6/2020**, o prazo final para o último grupo, integrado pelos Municípios com população inferior a 15 mil habitantes e respectivas entidades da administração indireta, adotar, obrigatoriamente, a modalidade pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, segundo as regras estatuídas pelo Decreto nº 10.024, de 20/9/2019, quando executarem recursos de natureza federal recebidos a título de **transferência voluntária**, independentemente do instrumento jurídico adotado para a sua

<sup>1</sup> <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1185-in-206-de-2019>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

realização (convênios, contratos de repasse e outras formas previstas no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal), para aquisição de bens e a contratação de serviços comum, **consolidando as condições fáticas e operacionais para que o mesmo procedimento seja adotado para as transferências obrigatórias, cujos recursos permanecem de natureza federal;**

**CONSIDERANDO** que a transparência da gestão fiscal também pressupõe a disponibilização do **procedimento licitatório** para amplo acesso público, nos termos do inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** que o disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000, exigem a previsão de normas relativas ao **controle de custos** e à avaliação dos resultados dos programas financiados, assim como **sistema de custos** que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

**CONSIDERANDO** que o art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, estabelece que a alocação dos recursos do orçamento da União deve propiciar o controle das transferências intergovernamentais e ao setor privado, assim como dos custos das ações, e considerar, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias, os resultados de avaliações e monitoramento de políticas públicas e programas de governo;

**CONSIDERANDO** que o controle de custos de que trata o inciso II do art. 16 da Lei nº 13.898, de 2019, deve ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a **análise da eficiência na alocação dos recursos** e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial;

**CONSIDERANDO** o reconhecimento de estado de calamidade pública nacional de origem sanitária pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, elenca a saúde como direito social de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a **transparência ativa** e viabilizar o acompanhamento pela sociedade da destinação de recursos federais vinculados à saúde (**R\$ 138,5 bilhões** em 2020)<sup>2</sup>, dos quais cerca de 70% são regularmente repassados na forma dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, além dos **repasses** do Fundo Nacional de Saúde (FNS)<sup>3</sup> para enfrentamento da situação de calamidade pública nacional (Ação 21C0), cuja previsão para 2020 supera **R\$ 38,9 bilhões**, mantida a natureza federal do recurso em razão de sua origem;

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar nº 141, de 2012, elege a **transparência** e a **visibilidade** valores jurídicos propulsores para assegurar a eficiência da fiscalização, avaliação e controle oficial e social da destinação e da aplicação dos recursos vinculados à saúde, com regras específicas de transparência e visibilidade voltadas para o acompanhamento do volume expressivo de recursos federais aplicados de forma descentralizada;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 141, de 2012, que, ao regulamentar o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal, dispõe sobre normas que garantam a transparência e a visibilidade da aplicação dos recursos da União, estabelecendo regras claras no sentido de que tais recursos devem ser movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituições financeiras oficiais federais, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio que assegurem, observadas as modalidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, a identificação da destinação e, em caso de pagamento, o credor final dos recursos federais aplicados em ações e serviços públicos de saúde;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e nas Medidas Provisórias que sucederam, que dispõem sobre procedimentos específicos e **mais flexíveis** para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, que têm apresentado considerável oscilação de preços nas diversas regiões do País;

<sup>2</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOabr2020.pdf>

<sup>3</sup> [https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP\\_COVID19/TEMP\\_COVID19.html](https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html) (consulta em 16/6/2020)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CONSIDERANDO** que são pilares da gestão fiscal responsável as ações planejadas e **transparentes**, que possibilitem prevenir riscos e corrigir desvios capazes de comprometer o equilíbrio das contas públicas (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que, em 9/6/2020, a previsão de gasto adicional da União para o enfrentamento da Covid-19 atingiu **R\$ 404,14 bilhões**<sup>4</sup>, montante correspondente **47,37%** da Receita Corrente Líquida federal de **R\$ 853,10 bilhões**, segundo previsão atualizada para o exercício para 2020 registrada no Anexo 3 que integra o Relatório Resumido de Execução Orçamentária<sup>5</sup> do 2º bimestre;

**CONSIDERANDO** que a execução orçamentária e financeira da União, no 1º quadrimestre de 2020 (jan/abr), apresentou **deficit primário de R\$ 94,58 bilhões**, enquanto a meta anual fixada pela Lei nº 13.898, de 2019, é de **deficit primário de R\$ 124,10 bilhões** (art. 2º), já tendo sido comprometidos 76,21% da meta anual, dispensado o cumprimento da referida meta no que tange, exclusivamente, aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de **despesas relacionadas ao cumprimento do Decreto Legislativo nº 6, de 2020**, que reconheceu a calamidade pública nacional (art. 65, § 2º, inciso I, alínea 'b' da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que, neste cenário fiscal, a necessidade de conferir transparência à forma como os recursos públicos são efetivamente aplicados se harmoniza com a noção de cidadania, a qual pressupõe um modelo de **transparência ativa** que não apenas possibilite o acesso à informação, mas que estimule os cidadãos a exercerem o controle social permanentemente;

**CONSIDERANDO** que a transparência no contexto da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se resume à previsão principiológica (art. 1º, § 1º), dispondo o referido Diploma de regras que estabelecem medidas concretas de materialização da transparência ativa, no que dialoga com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011);

<sup>4</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> (consulta em 9/6/2020)

<sup>5</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOabr2020.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CONSIDERANDO** que, dentre as regras que materializam a transparência, sobressai a que obriga os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarem sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a **padrão mínimo** de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (inciso III, do § 1º, do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000), padrão este definido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 2010, segundo o qual o referido sistema integrado deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, um rol de informações pormenorizadas relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira, com destaque para a necessidade de especificar: i) o valor do empenho, liquidação e pagamento; ii) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso; iii) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a **fonte dos recursos** que financiaram o gasto, consoante o disposto no art. 7º, inciso I do Decreto em referência;

**CONSIDERANDO** que a inexistência de **codificação padronizada de fonte ou destinação de recursos federais** aplicados pelos entes subnacionais é **fator crítico** que compromete não apenas a avaliação da eficiência da alocação dos recursos da União, mas, sobretudo, a atuação eficiente das instituições de controle e o acompanhamento pela sociedade civil dos gastos federais realizados por meio de modalidades de aplicação de recursos de forma descentralizada;

**CONSIDERANDO** que a prática vigente, a qual permite cada ente da Federação adotar codificação própria para identificar os repasses federais, valendo-se do recurso “**de-para**” nas rotinas de exportação/importação de informações e dados da execução orçamentária para o sistema de registro centralizado de monitoramento da gestão fiscal mantido pelo Ministério da Economia (Siconfi), demonstra-se incompatível com a noção de **interoperabilidade técnica e semântica**, que pressupõe a capacidade de múltiplos sistemas trocarem e reutilizarem informação sem custo de adaptação e com preservação do seu significado, a partir do controle de terminologias, taxonomias e esquemas de dados, sem contar o elevado risco de falhas e custos elevados que esse tipo de operação acarreta;

**CONSIDERANDO** que a omissão do Poder Executivo em definir codificação





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

padronizada para identificação das fontes de recursos federais executados pelos entes subnacionais e organizações da sociedade civil compromete a plena aderência dos sistemas centralizado de monitoramento mantidos pela União à Lei nº 12.965, de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.777, de 2016, que tem por objetivo a promoção da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (art. 4º, IV), além de fixar as seguintes diretrizes em seu art. 24: i) estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica (inciso I); ii) promoção da **racionalização da gestão**, expansão e uso da *internet*, com participação do Comitê Gestor da internet no Brasil (inciso II); iii) **promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico**, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos; iv) publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada (inciso VI); v) **promoção da cultura e da cidadania** (inciso IX); e VI) prestação de serviços públicos de atendimento ao cidadão de forma integrada, **eficiente, simplificada** e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos (inciso X);

**CONSIDERANDO** que a transparência também se materializa pela obrigação imposta à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de disponibilizarem suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme **periodicidade, formato e sistema** estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (§ 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (SUS), organizado de acordo com as seguintes diretrizes: i) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; ii) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; iii) participação da comunidade (art. 198 da Constituição Federal de 1988), cabendo à **lei complementar** dispor sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas (§ 3º, inciso III);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CONSIDERANDO** que o estabelecimento de **fontes de recurso** com codificação padronizada nas três esferas de governo é medida essencial para garantir a segregação do registro contábil, no Fundo de Saúde, relativo às despesas efetuadas com ações e serviços públicos de saúde, razão pela qual a Lei Complementar nº 141, de 2012, confere ao **órgão central de contabilidade da União** (Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia) a competência para editar normas gerais que assegurem a **segregação das informações** (art. 32, parágrafo único), sem a qual fica prejudicada a fidedignidade do Relatório de Gestão da Saúde (art. 36) e o controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público Federal, pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo federal e pela Polícia Federal, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar em referência, que prevê, explicitamente, a **origem do recurso** como baliza para a ação dos órgãos de controle nas três esferas;

**CONSIDERANDO** que a previsão legal vem ao encontro de determinações do Tribunal de Contas da União, a exemplo do **Acórdão nº 1.893/2011 – TCU/Plenário** proferido no âmbito da Fiscalização Orientação Centralizada (FOC), que aponta a “*falta de discriminação das fontes de receitas que constituem o Fundo Municipal de Saúde na Lei Orçamentária anual, em descumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 8.142/1990, nos artigos 2º, caput, § 1º, inciso III, 3º e 72 da Lei 4.320/1964*” (item 9.1.2) e “*deficiências na administração dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, caracterizada pela permanência de saldos sem utilização por períodos consideráveis de tempo, alguns em aplicação financeira outros simplesmente em conta corrente*” (item 9.1.7) como problemas na gestão dos recursos federais repassados aos demais entes da Federação, cuja constatação foi reiterada no bojo do Acórdão nº 1.376/2015-TCU-Plenário;

**CONSIDERANDO** que a adoção de **fonte genérica** “Fundo Estadual de Saúde” ou “Fundo Municipal de Saúde”, unidades orçamentárias e gestoras que, por força do § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do art. 14 da Lei Complementar nº 141, de 2012, devem congrega e gerir todos os recursos federais, estaduais e municipais destinados a ações e serviços públicos de saúde, vem sendo utilizada como estratégia de dificultar ou até mesmo inviabilizar a identificação da **origem do recurso**, criando dificuldade à atuação da **Polícia Federal** e do **Ministério Público Federal** em



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

operações realizadas durante a pandemia, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**CONSIDERANDO** a necessidade de contextualizar o teor da decisão proferida em sede da **Ação Civil Pública (ACO) nº 1790**, de **6/6/2011**, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência do Ministério Público Estadual para apurar irregularidades na aplicação de recursos do **Fundo Municipal de Saúde**, cujo teor não considera - e nem poderia considerar - a regulamentação posteriormente inaugurada com a aprovação da Lei Complementar nº 141, de **13/1/2012**, a qual dispõe, em seu art. 14, que o Fundo de Saúde constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, congregando, em conformidade com o § 3º do art. 77 do ADCT, todos os recursos provenientes de transferências de **origem federal** (com pactuações específicas), estadual e municipal destinados à saúde, cuja segregação das fontes de acordo com suas origens e destinações por meio do Fundo é necessária para fins de assegurar a rastreabilidade e, sobretudo, a definição da esfera competente de responsabilização, assim como para elaboração do Relatório de Gestão do SUS, nos termos previstos nos arts. 27 e 36 da Lei Complementar em questão, respectivamente;

**CONSIDERANDO** que há Pareceres do Ministério Público Federal<sup>6</sup>, da 5ª Câmara de Combate à Corrupção<sup>7</sup> e da própria Procuradoria-Geral da República<sup>8</sup>, cujos entendimentos afastam a aplicação do precedente mencionado (ACO 1790), por vezes utilizado por gestores dos entes subnacionais em defesa de suposta atribuição do Ministério Público Estadual para apurar ilícitos na aplicação de recursos geridos pelo Fundo Municipal de Saúde, em especial porque, naquele caso concreto, a contratação investigada não decorria de ações e serviços de saúde destinados ao SUS, mas de contratação de fundação privada destinada a prestar apoio técnico em sistemas de informação da Edilidade, o que retirou, naquele caso específico, o interesse direto ou indireto da União;

**CONSIDERANDO** os precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o fato de os Estados e o Municípios terem autonomia para gerenciar a verba financeira

<sup>6</sup><http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/publicacoes-diversas/Atribuicao%20do%20MPF%20em%20Materia%20de%20Saude%20-%20Doutor%20Edilson%20Vitorelli.pdf>

<sup>7</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgp/noticias-pgp/e-atribuicao-do-mpf-a-defesa-da-correta-aplicacao-das-verbas-federais-em-saude>

<sup>8</sup> <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2494%20-%20Decisao%20conflito%20de%20atribuicoes.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

destinada ao SUS não elide a necessidade de prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, nem exclui o interesse da União na regularidade do repasse e na correta aplicação desses recursos, no que reafirma a competência da Justiça Federal e dos órgãos de controle da União (AI 360.265-AgR/RJ, Rel. Min. Celso de Mello; AI 534.862/PA, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 584.592/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso; RE: 462448 SC, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI), sendo no mesmo sentido os precedentes do Tribunal de Contas da União assentados sob a vigência do art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012, sendo irrelevante o instrumento jurídico previsto no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal adotado para a realização do repasse federal a título de transferências obrigatória e voluntária no âmbito do SUS (Acórdão nº 13.933/2019- TCU-Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer; Acórdão nº 2.860/2018-TCU-Segunda Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz; Acórdão nº 738/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler);

**CONSIDERANDO** a necessidade de observar as diretrizes e objetivos da Política de Dados Abertos, é imprescindível que o órgão central de contabilidade da União, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei Complementar 141, de 2012, e no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, estabeleça a **padronização nacional** não apenas da classificação contábil da despesa, mas também das **fontes de recurso** e, se possível, de indicadores orçamentários para as ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos federais repassados regularmente, assim como os repasses adicionais para enfrentamento da Covid-19, de modo a assegurar a segregação das informações exigida pela legislação mencionada;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a ampla transparência e viabilizar o acompanhamento, pela sociedade, da destinação de volume expressivo de **recursos federais** vinculados à saúde repassados segundo os critérios do artigo 17 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, na sequência, **sub-repassam** a Organizações Sociais e congêneres por eles contratadas para assumirem, mediante contrato de gestão, a prestação de serviços públicos de saúde, sendo que, na prática, estas têm sido as responsáveis pela contratação de fornecedores de bens e serviços que são os reais **credores finais** dos recursos federais, ocasião em que são, de fato, aplicados em ações e serviços públicos de saúde (arts. 13, §§ 2º e 4º, 27 da Lei Complementar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

nº 141/2012);

**CONSIDERANDO** que a **padronização das informações** constitui requisito essencial para garantir a transparência e a visibilidade das informações, essenciais para o controle social da aplicação de recursos públicos, razão pela qual os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão obrigados a disponibilizar *“suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público”*, inserindo-se nesse escopo o **cálculo automático** do gasto mínimo com ações e serviços públicos de saúde pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), que deve constituir fonte primária para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), cujas despesas, na prática, são executadas diretamente pelos entes da Federação ou por Organizações Sociais ou entidades congêneres do Terceiro Setor por eles contratadas (art. 48, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, art. 39, § 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 141/2012 e art. 7º Decreto nº 7.185/2010);

**CONSIDERANDO** que as flexibilizações inauguradas pelo regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, não exime seus destinatários, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, da **observância das obrigações de transparência**, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, **na forma por eles estabelecida**, conforme disposto no inciso II, do § 2º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, c/c inciso II, do § 1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 173, de 2020, visando subsidiar as ações das instituições e órgãos de controle e, ainda, a audiência pública de que trata o § 3º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

**CONSIDERANDO** que o **Portal de Compras do Governo Federal** constitui um dos parâmetros definidos para realização de estimativas dos preços nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência causada pela Covid-19, admitindo a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

básico simplificado, consoante o disposto na alínea *a*, do inciso VI, do § 1º, do art. 4º-E da Lei nº 13.979, de 2020;

**CONSIDERANDO** que, nos últimos anos, a União fez investimentos significativos para desenvolver e consolidar plataforma digital com tecnologia avançada para as aquisições públicas mediante o ComprasNet, plataforma que permite, dentre outras funcionalidades, o desenvolvimento de mecanismos de **comparabilidade** de preços, com a finalidade de racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal e promover a **transparência ativa**;

**CONSIDERANDO** que, no árido cenário econômico-fiscal causado pela situação de calamidade pública nacional, a adoção de plataforma digital centralizada para os entes da Federação realizarem as dispensas eletrônicas e os procedimentos de licitação regulamentados, nas aquisições públicas com recursos de natureza federal, revela-se essencial, na medida em que cria as condições primordiais para que a União possa avaliar o grau de eficiência da alocação de recursos de natureza federal, que na área de saúde já totalizam **R\$ 38,9 bilhões** para enfrentamento da Covid-19, com previsão atualizada anual, atualizada no 2º bimestre de 2020, de **R\$ 138,5 bilhões**, dos quais, em média, 70% são repassados aos entes subnacionais;

**CONSIDERANDO** o teor do Relatório que fundamenta o parecer prévio das contas presidenciais de 2019 apreciado pelo **Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário**, segundo o qual “*não há, na União, informações acerca do volume de recursos de natureza federal repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, na sequência, são sub-repassados a organizações sociais e entidades congêneres do terceiro setor que atuam na área da saúde, sendo mais de 6,6 mil as entidades da sociedade civil que atuam na referida área, segundo informações divulgadas no Mapa de Organização da Sociedade Civil mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*”, havendo forte indício de desvio de recursos públicos de natureza federal<sup>9</sup> sub-repassados a essas entidades<sup>10</sup>, pelos entes subnacionais, para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19;

<sup>9</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/organizacao-social-alvo-de-investigacao-no-rj-gerencia-servicos-de-sade-em-so-paulo.ghtml>

<sup>10</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/empresa-investigada-gere-hospital-de-campanha-em-sp.ghtml>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CONSIDERANDO** a Recomendação proferida por meio do **parecer prévio das contas presidenciais de 2019**, para que o Poder Executivo federal “*regulamente a implementação de mecanismos que possibilitem o efetivo monitoramento, avaliação e controle oficial e social da eficiência na aplicação dos recursos de natureza federal vinculados à saúde transferidos aos demais entes da Federação, até a destinação final, conforme previsto nos §§ 2º e 4º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, assim como na alínea ‘e’ do inciso I do art. 4º e § 3º do art. 50 da Lei Complementar 101/2000, regulamentados apenas parcial e temporariamente por leis de diretrizes orçamentárias*” (Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário);

**CONSIDERANDO** que, além de adotar mecanismo eficiente de comparabilidade de preços, que oscilam consideravelmente em situação de pandemia - no que dificulta a tomada de decisão pelos gestores da área da saúde responsáveis pelas aquisições públicas -, a adoção do **ComprasNet**, além de conferir maior eficiência à alocação do recurso federal, tem o potencial de reduzir, substancialmente, os custos de gestão dos entes subnacionais com a manutenção de serviços de tecnologia da informação, uma vez que poderão aderir, voluntariamente, à plataforma nacional para aplicação de recursos próprios;

**CONSIDERANDO** que a alocação de recursos de natureza federal sem que a sociedade possa avaliar a sua eficiência por meio de ferramentas tecnológicas que assegurem a transparência ativa, especialmente daqueles destinados aos valores mais “caros” de uma sociedade – como os destinados ao campo da saúde dos cidadãos em uma grave crise pandêmica da gravidade da Covid-19 –, viola não apenas as premissas da gestão fiscal responsável, como também os princípios constitucionais da publicidade e da moralidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que os reiterados escândalos de corrupção<sup>11</sup> e desvios na aquisição de respiradores<sup>12</sup>, equipamentos de proteção individual e construção de hospitais de

<sup>11</sup> <https://www.santaportal.com.br/noticia/57071-pf-mira-em-compra-de-respiradores-no-para-e-faz-buscas-na-casa-de-helder-barbalho>

<sup>12</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/pgr-stj-pedido-de-autorizacao-para-investigar-governador-do-amazonas.htm>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

campanha<sup>13</sup>, com investigações requeridas pela Procuradoria-Geral da República, envolvendo Estados com elevado volume de dívidas refinanciadas pela União;

**CONSIDERANDO** que as decisões do Tribunal de Contas da União, visando **mitigar as práticas de fraudes e irregularidades**, ainda recorrentes na execução descentralizada realizada pelos entes subnacionais e entidades do terceiro setor, têm recomendado enfaticamente a **utilização de recursos de tecnologia da informação na gestão pública**, a exemplo dos Acórdãos nºs 363/2012-TCU-1ª Câmara e 1700/2007-TCU-Plenário, tema abordado com relevo no TC 012.762/2012-1 (Acórdão nº 1.376/2015), cujo teor foi reproduzido no **parecer prévio das contas presidenciais de 2014** aprovado pelo Acórdão nº 2.461/2015-TCU-Plenário;

**CONSIDERANDO** que a presente Recomendação congrega os fundamentos jurídicos de Recomendação formulada em conjunto com Membro do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e expedida aos Secretários do Tesouro Nacional e de Gestão, e

**CONSIDERANDO**, por fim, a prerrogativa conferida ao MINISTÉRIO PÚBLICO para expedir **RECOMENDAÇÕES**, no exercício da defesa dos valores, interesses e direitos da coletividade, visando à eficiência da alocação dos recursos de natureza federal e dos serviços públicos, bem como ao respeito e aos interesses, direito à informação e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993), **RESOLVE RECOMENDAR**, nos termos do art. 6º, inciso XX, do mesmo Diploma, ao Ministro de Estado da Economia, **PAULO ROBERTO NUNES GUEDES**, a adoção de medidas junto:

1. à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, órgão central de contabilidade da União nos termos do art. 17 da Lei nº 10.180, de 2001, no sentido de que o órgão, no **prazo de 30 (trinta) dias** e com fundamento no parágrafo único do art. 32 da Lei Complementar nº 141, de 2012, no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, promova as medidas normativas necessárias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os

<sup>13</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/26/stj-quebra-sigilo-de-dados-de-celulares-e-computadores-de-wilson-witzel.htm>





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

Municípios adotem **codificação padronizada** na Federação para identificar as **fontes dos recursos de natureza federal** vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, com definição de codificação específica e nacionalmente padronizada para segregar as despesas custeadas com recursos de natureza federal repassados no bojo da **Ação 21C0** para enfrentamento da Covid-19, além de estabelecer codificação uniforme para as fontes de recursos federais destinados, obrigatória e voluntariamente, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras transferências de natureza federal consideradas relevantes a identificação e a segregação das fontes para viabilizar o monitoramento, a avaliação, fiscalização e controle;

2. à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Serviços Gerais – **Sisg**, para que o órgão, considerando o disposto nos Decretos nºs 9.745 e 10.024, de 2019, na Instrução Normativa nº 206, de 2019, na Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e na Lei Complementar nº 173, de 2020, promova, no **prazo de 30 (trinta) dias**, os aperfeiçoamentos nos regulamentos mencionados, no sentido de que:

**2.1.** os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta e indireta, adotem obrigatoriamente o **ComprasNet**, ou outra plataforma digital centralizada que venha substituí-lo, para as **dispensas eletrônicas**, pregões eletrônicos e outras modalidades de licitação nas aquisições públicas que, no todo ou em parte, sejam custeados com **recursos de natureza federal**, recebidos a título de **cooperação financeira**, sob a forma de transferência voluntária ou transferência obrigatória, ressalvadas as transferências constitucionais que constituem receitas próprias dos entes subnacionais em razão do pacto federativo fiscal (arts. 153 e 159 da Constituição Federal), com vistas a promover a transparência ativa necessária ao controle social, assim como criar as condições operacionais para os órgãos e entidades

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.2.** as Organizações Sociais e entidades congêneres do Terceiro Setor, quando beneficiárias de **recursos de natureza federal** mediante repasse direto ou sub-repasse realizado pelos entes subnacionais, informem à União, por meio do **ComprasNet** ou outra plataforma de registro centralizado, ainda que sob a forma de procedimento simplificado mediante registro direto na plataforma e/ou por atualização diária da base de dados por meio de processo de exportação/importação de dados, as condições em que foram realizadas as aquisições custeadas com recursos públicos de origem e natureza federais, com objetivo de promover a transparência ativa e criar as condições para os órgãos e entidades federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019; e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.3.** sejam incorporadas ao ComprasNet, dentre outras, funcionalidades que possibilitem a **comparabilidade** de preços, inclusive de forma gráfica, com o objetivo de orientar os gestores e racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal, além de promover a **transparência ativa**, notadamente nas aquisições públicas para enfrentamento da Covid-19, assegurado o acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

Ministério Público Federal, com previsão, se possível, de funcionalidades que possibilitem, a critério de cada instituição de controle e de acordo com seus regimentos e demais regulamentos internos, a expedição eletrônica de alertas, recomendações e comunicações aos gestores, administradores e fornecedores, caso seja identificado algum indício de irregularidade ou risco de ineficiência na aplicação dos recursos de natureza federal.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** adverte que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências requeridas.

Nesse passo, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75, de 1993, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer, desde logo, que o **MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA** informe, em **até 30 (trinta) dias**, se acatará ou não a presente Recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Comunique-se, para ciência, sobre a expedição da presente Recomendação ao relator, em 2020, do tema saúde no Tribunal de Contas da União, Ministro BENJAMIN ZYMLER; ao Ministro-Chefe da Casa Civil, WALTER SOUZA BRAGA NETTO; ao Advogado-Geral da União, JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR; ao Ministro da Saúde, EDUARDO PAZUELLO; ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA; ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO.

Pernambuco, 19 de junho de 2020.

(assinado eletronicamente)  
**SILVIA REGINA PONTES LOPES**  
*Procuradora da República em Pernambuco*

(assinado eletronicamente)  
**CLÁUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS**  
*Procurador da República em Pernambuco*

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00030288/2020 RECOMENDAÇÃO nº 14-2020**

Signatário(a): **CLAUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS**

Data e Hora: **19/06/2020 19:47:50**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SILVIA REGINA PONTES LOPES ACIOLI**

Data e Hora: **19/06/2020 19:42:29**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

PR-PE-00030288/2020

**Recomendação nº 14/2020**  
**Inquérito Civil nº 1.26.000.001112/2020-78**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, representado pelos Procuradores da República signatários, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as consubstanciadas nos artigos 129 e 130 da Constituição Federal, e nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75, de 1993, apresentar as seguintes considerações para, ao final, expedir recomendação;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/1988, art. 127);

**CONSIDERANDO**, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (CF/1988, art. 129, II e III);

**CONSIDERANDO** que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre os quais



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

se destacam os da impessoalidade (expressão da isonomia) e da publicidade (decorrência da ideia de transparência e do princípio republicano), garantida a transparência e a visibilidade da aplicação de recursos federais de modo a viabilizar o controle oficial e social e, ainda, da probidade administrativa;

**CONSIDERANDO** a instauração, no 17º Ofício da Procuradoria da República em Pernambuco – PR-PE, do **Inquérito Civil Público nº 1.26.000.0001112/2020-78**, cujo escopo consiste em *“apurar notícia de possíveis irregularidades acerca da execução de despesas, por parte da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), com recursos vinculados ao Sistema Único de Saúde e oriundos do Fundo Estadual de Saúde, mediante inexigibilidade de licitação, para o combate à COVID-19 – novo coronavírus no Estado de Pernambuco”*;

**CONSIDERANDO** que, embora a Constituição Federal reserve à União a **competência privativa** para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 22, inciso XXVII), matéria pacificada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em sede das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 933-8/GO e 927-3/DF, o Estado de Pernambuco editou a Lei Complementar nº 425, de 25/03/2020, cujo teor dispõe sobre os procedimentos para contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de bens e à execução de obras necessárias ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, no âmbito do Poder Executivo Estadual, alcançando, sobretudo, a aplicação de recursos de natureza federal;

**CONSIDERANDO** que a previsão contida no art. 3º, § 5º, da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de 2020, ao afastar obrigações de transparência, viola os princípios da publicidade e da moralidade administrativa, ambos de ordem constitucional (art. 37, *caput*), bem como a Lei de Acesso à Informação (arts. 6º, 7º e 8º) e a Lei Federal nº 13.979, de 2020 (art. 4º, §2º) – normas gerais que vinculam o Estado de Pernambuco na obrigatoriedade de manutenção do dever de transparência e controle dos gastos efetuados junto a entidades do terceiro setor;

**CONSIDERANDO** que o art. 7º da Lei Complementar Estadual-PE nº 425, de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

2020, estabelece a **prescindibilidade** da utilização do Sistema PE-Integrado para os procedimentos de **dispensa de licitação** destinados às contratações de que trata o Diploma em tela, “*autorizando-se a adoção de meios mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa*”;

**CONSIDERANDO** que a dispensa da utilização do Sistema PE-Integrado limita a publicidade e compromete, com efeito, o monitoramento, a avaliação e o controle da eficiência na alocação dos recursos próprios e também dos recursos de natureza federal, não somente das despesas efetuadas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, mas também das medidas adotadas pelo Estado de Pernambuco com vistas a combater a aludida pandemia, haja vista que concede autorização genérica para adoção de procedimentos estranhos à legislação de regência (“autorizando-se adoção dos meios que se mostrem mais céleres ao atendimento da necessidade administrativa”);

**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.351, concedeu, em 26 de março de 2020, medida cautelar para determinar a **suspensão da eficácia** do art. 6º-B da Lei nº 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória nº 928, de 2020, cujo teor pretendia restringir a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 2011) nas medidas adotadas para o enfrentamento do novo coronavírus;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito do acolhimento da medida cautelar na ADI nº 6.351, o Min. Relator Alexandre de Moraes asseverou que:

*“[...] Na hipótese em análise, ao menos em sede de cognição sumária, fundada em juízo de probabilidade, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar pleiteada, pois o artigo impugnado pretende TRANSFORMAR A EXCEÇÃO – sigilo de informações – EM REGRA, afastando a plena incidência dos princípios da publicidade e da transparência.*

*A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta*





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

*prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade.*

*À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo.*

*A participação política dos cidadãos em uma Democracia representativa somente se fortalece em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica das diversas opiniões sobre as políticas públicas adotadas pelos governantes, como lembrado pelo JUSTICE HOLMES ao afirmar, com seu conhecido pragmatismo, a necessidade do exercício da política de desconfiança (politics of distrust) na formação do pensamento individual e na autodeterminação democrática, para o livre exercício dos direitos de sufrágio e oposição; além da necessária fiscalização dos órgãos governamentais, que somente se torna efetivamente possível com a garantia de publicidade e transparência.*

*O acesso às informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático, que abrange “debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta” (Cantwell v. Connecticut, 310 U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S at 271-72).*

*A publicidade específica de determinada informação somente poderá ser excepcionada quando o interesse público assim determinar. Portanto, salvo situações excepcionais, a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito aos artigos 37, caput, e 5º, incisos XXXIII e LXXII, pois como destacado pelo Ministro CELSO DE MELLO, “o modelo político-jurídico, plasmado na nova ordem constitucional, rejeita o poder que oculta e o poder que se oculta” (Pleno, RHD no 22/DF, Red. p/ Acórdão Min. CELSO DE MELLO, DJ, 1-9-95).*

*O art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso a informação, pelo contrário, transforma a regra constitucional de*





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

*publicidade e transparência em exceção, invertendo a finalidade da proteção constitucional ao livre acesso de informações a toda Sociedade.”*

---

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o acesso à informação aos cidadãos, conforme assegurado pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informação, que impõe, no seu art. 8º, o dever de divulgação de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados, sendo imprescindível a União consolidar as informações referentes à aplicação dos recursos federais;

**CONSIDERANDO** que a **Instrução Normativa<sup>1</sup> nº 206**, de 18/10/2019, editada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, estabeleceu prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta ou indireta, utilizem **obrigatoriamente** a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, quando executarem recursos de natureza federal transferidos por meio de transferência voluntária, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, sem razão plausível que justifique tratamento diferenciado para as **transferências obrigatórias** resultantes de **cooperação financeira** prevista no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, decorrente de determinação constitucional ou legal que gere para a União obrigação incondicional, hipótese em que se mantém a **natureza federal do recurso**, como ocorre, por exemplo, com os recursos federais vinculados à saúde repassados nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012, e à complementação federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ressalvadas as transferências resultantes de repartição de receitas que alicerça o pacto federativo fiscal delineado na Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que venceu, **em 1º/6/2020**, o prazo final para o último grupo, integrado pelos Municípios com população inferior a 15 mil habitantes e respectivas entidades da administração indireta, adotar, obrigatoriamente, a modalidade pregão, na forma eletrônica, ou a **dispensa eletrônica**, segundo as regras estatuídas pelo Decreto nº 10.024, de 20/9/2019, quando executarem recursos de natureza federal recebidos a título de **transferência voluntária**, independentemente do instrumento jurídico adotado para a sua

---

<sup>1</sup> <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1185-in-206-de-2019>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

realização (convênios, contratos de repasse e outras formas previstas no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal), para aquisição de bens e a contratação de serviços comum, **consolidando as condições fáticas e operacionais para que o mesmo procedimento seja adotado para as transferências obrigatórias, cujos recursos permanecem de natureza federal;**

**CONSIDERANDO** que a transparência da gestão fiscal também pressupõe a disponibilização do **procedimento licitatório** para amplo acesso público, nos termos do inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** que o disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000, exigem a previsão de normas relativas ao **controle de custos** e à avaliação dos resultados dos programas financiados, assim como **sistema de custos** que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

**CONSIDERANDO** que o art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, estabelece que a alocação dos recursos do orçamento da União deve propiciar o controle das transferências intergovernamentais e ao setor privado, assim como dos custos das ações, e considerar, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias, os resultados de avaliações e monitoramento de políticas públicas e programas de governo;

**CONSIDERANDO** que o controle de custos de que trata o inciso II do art. 16 da Lei nº 13.898, de 2019, deve ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a **análise da eficiência na alocação dos recursos** e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial;

**CONSIDERANDO** o reconhecimento de estado de calamidade pública nacional de origem sanitária pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196, elenca a saúde como direito social de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a **transparência ativa** e viabilizar o acompanhamento pela sociedade da destinação de recursos federais vinculados à saúde (**R\$ 138,5 bilhões** em 2020)<sup>2</sup>, dos quais cerca de 70% são regularmente repassados na forma dos arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, além dos **repasses** do Fundo Nacional de Saúde (FNS)<sup>3</sup> para enfrentamento da situação de calamidade pública nacional (Ação 21C0), cuja previsão para 2020 supera **R\$ 38,9 bilhões**, mantida a natureza federal do recurso em razão de sua origem;

**CONSIDERANDO** que a Lei Complementar nº 141, de 2012, elege a **transparência** e a **visibilidade** valores jurídicos propulsores para assegurar a eficiência da fiscalização, avaliação e controle oficial e social da destinação e da aplicação dos recursos vinculados à saúde, com regras específicas de transparência e visibilidade voltadas para o acompanhamento do volume expressivo de recursos federais aplicados de forma descentralizada;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 141, de 2012, que, ao regulamentar o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal, dispõe sobre normas que garantam a transparência e a visibilidade da aplicação dos recursos da União, estabelecendo regras claras no sentido de que tais recursos devem ser movimentados, até a sua destinação final, em contas específicas mantidas em instituições financeiras oficiais federais, observados os critérios e procedimentos definidos em ato próprio que assegurem, observadas as modalidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, a identificação da destinação e, em caso de pagamento, o credor final dos recursos federais aplicados em ações e serviços públicos de saúde;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e nas Medidas Provisórias que sucederam, que dispõem sobre procedimentos específicos e **mais flexíveis** para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, que têm apresentado considerável oscilação de preços nas diversas regiões do País;

<sup>2</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOabr2020.pdf>

<sup>3</sup> [https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP\\_COVID19/TEMP\\_COVID19.html](https://painelms.saude.gov.br/extensions/TEMP_COVID19/TEMP_COVID19.html) (consulta em 16/6/2020)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

**CONSIDERANDO** que são pilares da gestão fiscal responsável as ações planejadas e **transparentes**, que possibilitem prevenir riscos e corrigir desvios capazes de comprometer o equilíbrio das contas públicas (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que, em 9/6/2020, a previsão de gasto adicional da União para o enfrentamento da Covid-19 atingiu **R\$ 404,14 bilhões**<sup>4</sup>, montante correspondente **47,37%** da Receita Corrente Líquida federal de **R\$ 853,10 bilhões**, segundo previsão atualizada para o exercício para 2020 registrada no Anexo 3 que integra o Relatório Resumido de Execução Orçamentária<sup>5</sup> do 2º bimestre;

**CONSIDERANDO** que a execução orçamentária e financeira da União, no 1º quadrimestre de 2020 (jan/abr), apresentou **deficit primário de R\$ 94,58 bilhões**, enquanto a meta anual fixada pela Lei nº 13.898, de 2019, é de **deficit primário de R\$ 124,10 bilhões** (art. 2º), já tendo sido comprometidos 76,21% da meta anual, dispensado o cumprimento da referida meta no que tange, exclusivamente, aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de **despesas relacionadas ao cumprimento do Decreto Legislativo nº 6, de 2020**, que reconheceu a calamidade pública nacional (art. 65, § 2º, inciso I, alínea 'b' da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que, neste cenário fiscal, a necessidade de conferir transparência à forma como os recursos públicos são efetivamente aplicados se harmoniza com a noção de cidadania, a qual pressupõe um modelo de **transparência ativa** que não apenas possibilite o acesso à informação, mas que estimule os cidadãos a exercerem o controle social permanentemente;

**CONSIDERANDO** que a transparência no contexto da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se resume à previsão principiológica (art. 1º, § 1º), dispondo o referido Diploma de regras que estabelecem medidas concretas de materialização da transparência ativa, no que dialoga com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011);

---

<sup>4</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> (consulta em 9/6/2020)

<sup>5</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RREOabr2020.pdf>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

**CONSIDERANDO** que, dentre as regras que materializam a transparência, sobressai a que obriga os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarem sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a **padrão mínimo** de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (inciso III, do § 1º, do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000), padrão este definido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 2010, segundo o qual o referido sistema integrado deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, um rol de informações pormenorizadas relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira, com destaque para a necessidade de especificar: i) o valor do empenho, liquidação e pagamento; ii) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso; iii) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a **fonte dos recursos** que financiaram o gasto, consoante o disposto no art. 7º, inciso I do Decreto em referência;

**CONSIDERANDO** que a inexistência de **codificação padronizada de fonte ou destinação de recursos federais** aplicados pelos entes subnacionais é **fator crítico** que compromete não apenas a avaliação da eficiência da alocação dos recursos da União, mas, sobretudo, a atuação eficiente das instituições de controle e o acompanhamento pela sociedade civil dos gastos federais realizados por meio de modalidades de aplicação de recursos de forma descentralizada;

**CONSIDERANDO** que a prática vigente, a qual permite cada ente da Federação adotar codificação própria para identificar os repasses federais, valendo-se do recurso “**de-para**” nas rotinas de exportação/importação de informações e dados da execução orçamentária para o sistema de registro centralizado de monitoramento da gestão fiscal mantido pelo Ministério da Economia (Siconfi), demonstra-se incompatível com a noção de **interoperabilidade técnica e semântica**, que pressupõe a capacidade de múltiplos sistemas trocarem e reutilizarem informação sem custo de adaptação e com preservação do seu significado, a partir do controle de terminologias, taxonomias e esquemas de dados, sem contar o elevado risco de falhas e custos elevados que esse tipo de operação acarreta;

**CONSIDERANDO** que a omissão do Poder Executivo em definir codificação



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

padronizada para identificação das fontes de recursos federais executados pelos entes subnacionais e organizações da sociedade civil compromete a plena aderência dos sistemas centralizado de monitoramento mantidos pela União à Lei nº 12.965, de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 8.777, de 2016, que tem por objetivo a promoção da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados (art. 4º, IV), além de fixar as seguintes diretrizes em seu art. 24: i) estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica (inciso I); ii) promoção da **racionalização da gestão**, expansão e uso da *internet*, com participação do Comitê Gestor da internet no Brasil (inciso II); iii) **promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico**, entre os diferentes Poderes e âmbitos da Federação, para permitir o intercâmbio de informações e a celeridade de procedimentos; iv) publicidade e disseminação de dados e informações públicos, de forma aberta e estruturada (inciso VI); v) **promoção da cultura e da cidadania** (inciso IX); e VI) prestação de serviços públicos de atendimento ao cidadão de forma integrada, **eficiente, simplificada** e por múltiplos canais de acesso, inclusive remotos (inciso X);

**CONSIDERANDO** que a transparência também se materializa pela obrigação imposta à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de disponibilizarem suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme **periodicidade, formato e sistema** estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público (§ 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000);

**CONSIDERANDO** que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (SUS), organizado de acordo com as seguintes diretrizes: i) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; ii) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; iii) participação da comunidade (art. 198 da Constituição Federal de 1988), cabendo à **lei complementar** dispor sobre as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas (§ 3º, inciso III);





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

**CONSIDERANDO** que o estabelecimento de **fontes de recurso** com codificação padronizada nas três esferas de governo é medida essencial para garantir a segregação do registro contábil, no Fundo de Saúde, relativo às despesas efetuadas com ações e serviços públicos de saúde, razão pela qual a Lei Complementar nº 141, de 2012, confere ao **órgão central de contabilidade da União** (Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia) a competência para editar normas gerais que assegurem a **segregação das informações** (art. 32, parágrafo único), sem a qual fica prejudicada a fidedignidade do Relatório de Gestão da Saúde (art. 36) e o controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público Federal, pelo Órgão de Controle Interno do Poder Executivo federal e pela Polícia Federal, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar em referência, que prevê, explicitamente, a **origem do recurso** como baliza para a ação dos órgãos de controle nas três esferas;

**CONSIDERANDO** que a previsão legal vem ao encontro de determinações do Tribunal de Contas da União, a exemplo do **Acórdão nº 1.893/2011 – TCU/Plenário** proferido no âmbito da Fiscalização Orientação Centralizada (FOC), que aponta a “*falta de discriminação das fontes de receitas que constituem o Fundo Municipal de Saúde na Lei Orçamentária anual, em descumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 8.142/1990, nos artigos 2º, caput, § 1º, inciso III, 3º e 72 da Lei 4.320/1964*” (item 9.1.2) e “*deficiências na administração dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, caracterizada pela permanência de saldos sem utilização por períodos consideráveis de tempo, alguns em aplicação financeira outros simplesmente em conta corrente*” (item 9.1.7) como problemas na gestão dos recursos federais repassados aos demais entes da Federação, cuja constatação foi reiterada no bojo do Acórdão nº 1.376/2015-TCU-Plenário;

**CONSIDERANDO** que a adoção de **fonte genérica** “Fundo Estadual de Saúde” ou “Fundo Municipal de Saúde”, unidades orçamentárias e gestoras que, por força do § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do art. 14 da Lei Complementar nº 141, de 2012, devem congrega e gerir todos os recursos federais, estaduais e municipais destinados a ações e serviços públicos de saúde, vem sendo utilizada como estratégia de dificultar ou até mesmo inviabilizar a identificação da **origem do recurso**, criando dificuldade à atuação da **Polícia Federal** e do **Ministério Público Federal** em



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

operações realizadas durante a pandemia, em oposição ao disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**CONSIDERANDO** a necessidade de contextualizar o teor da decisão proferida em sede da **Ação Civil Pública (ACO) nº 1790**, de **6/6/2011**, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência do Ministério Público Estadual para apurar irregularidades na aplicação de recursos do **Fundo Municipal de Saúde**, cujo teor não considera - e nem poderia considerar - a regulamentação posteriormente inaugurada com a aprovação da Lei Complementar nº 141, de **13/1/2012**, a qual dispõe, em seu art. 14, que o Fundo de Saúde constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, congregando, em conformidade com o § 3º do art. 77 do ADCT, todos os recursos provenientes de transferências de **origem federal** (com pactuações específicas), estadual e municipal destinados à saúde, cuja segregação das fontes de acordo com suas origens e destinações por meio do Fundo é necessária para fins de assegurar a rastreabilidade e, sobretudo, a definição da esfera competente de responsabilização, assim como para elaboração do Relatório de Gestão do SUS, nos termos previstos nos arts. 27 e 36 da Lei Complementar em questão, respectivamente;

**CONSIDERANDO** que há Pareceres do Ministério Público Federal<sup>6</sup>, da 5ª Câmara de Combate à Corrupção<sup>7</sup> e da própria Procuradoria-Geral da República<sup>8</sup>, cujos entendimentos afastam a aplicação do precedente mencionado (ACO 1790), por vezes utilizado por gestores dos entes subnacionais em defesa de suposta atribuição do Ministério Público Estadual para apurar ilícitos na aplicação de recursos geridos pelo Fundo Municipal de Saúde, em especial porque, naquele caso concreto, a contratação investigada não decorria de ações e serviços de saúde destinados ao SUS, mas de contratação de fundação privada destinada a prestar apoio técnico em sistemas de informação da Edilidade, o que retirou, naquele caso específico, o interesse direto ou indireto da União;

**CONSIDERANDO** os precedentes do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o fato de os Estados e o Municípios terem autonomia para gerenciar a verba financeira

<sup>6</sup><http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr5/publicacoes/publicacoes-diversas/Atribuicao%20do%20MPF%20em%20Materia%20de%20Saude%20-%20Doutor%20Edilson%20Vitorelli.pdf>

<sup>7</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/e-atribuicao-do-mpf-a-defesa-da-correta-aplicacao-das-verbas-federais-em-saude>

<sup>8</sup> <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2494%20-%20Decisao%20conflito%20de%20atribuicoes.pdf>





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

destinada ao SUS não elide a necessidade de prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, nem exclui o interesse da União na regularidade do repasse e na correta aplicação desses recursos, no que reafirma a competência da Justiça Federal e dos órgãos de controle da União (AI 360.265-AgR/RJ, Rel. Min. Celso de Mello; AI 534.862/PA, Rel. Min. Carlos Velloso; AI 584.592/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso; RE: 462448 SC, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI), sendo no mesmo sentido os precedentes do Tribunal de Contas da União assentados sob a vigência do art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012, sendo irrelevante o instrumento jurídico previsto no art. 71, inciso VI, da Constituição Federal adotado para a realização do repasse federal a título de transferências obrigatória e voluntária no âmbito do SUS (Acórdão nº 13.933/2019- TCU-Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer; Acórdão nº 2.860/2018-TCU-Segunda Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz; Acórdão nº 738/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler);

**CONSIDERANDO** a necessidade de observar as diretrizes e objetivos da Política de Dados Abertos, é imprescindível que o órgão central de contabilidade da União, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei Complementar 141, de 2012, e no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, estabeleça a **padronização nacional** não apenas da classificação contábil da despesa, mas também das **fontes de recurso** e, se possível, de indicadores orçamentários para as ações e serviços públicos de saúde custeadas com recursos federais repassados regularmente, assim como os repasses adicionais para enfrentamento da Covid-19, de modo a assegurar a segregação das informações exigida pela legislação mencionada;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a ampla transparência e viabilizar o acompanhamento, pela sociedade, da destinação de volume expressivo de **recursos federais** vinculados à saúde repassados segundo os critérios do artigo 17 da Lei Complementar nº 141, de 2012, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, na sequência, **sub-repassam** a Organizações Sociais e congêneres por eles contratadas para assumirem, mediante contrato de gestão, a prestação de serviços públicos de saúde, sendo que, na prática, estas têm sido as responsáveis pela contratação de fornecedores de bens e serviços que são os reais **credores finais** dos recursos federais, ocasião em que são, de fato, aplicados em ações e serviços públicos de saúde (arts. 13, §§ 2º e 4º, 27 da Lei Complementar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

nº 141/2012);

**CONSIDERANDO** que a **padronização das informações** constitui requisito essencial para garantir a transparência e a visibilidade das informações, essenciais para o controle social da aplicação de recursos públicos, razão pela qual os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão obrigados a disponibilizar *“suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público”*, inserindo-se nesse escopo o **cálculo automático** do gasto mínimo com ações e serviços públicos de saúde pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), que deve constituir fonte primária para o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), cujas despesas, na prática, são executadas diretamente pelos entes da Federação ou por Organizações Sociais ou entidades congêneres do Terceiro Setor por eles contratadas (art. 48, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, art. 39, § 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 141/2012 e art. 7º Decreto nº 7.185/2010);

**CONSIDERANDO** que as flexibilizações inauguradas pelo regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações instituído pela Emenda Constitucional nº 106, de 2020, não exime seus destinatários, ainda que após o término do período de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, da **observância das obrigações de transparência**, controle e fiscalização referentes ao referido período, cujo atendimento será objeto de futura verificação pelos órgãos de fiscalização e controle respectivos, **na forma por eles estabelecida**, conforme disposto no inciso II, do § 2º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, c/c inciso II, do § 1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 173, de 2020, visando subsidiar as ações das instituições e órgãos de controle e, ainda, a audiência pública de que trata o § 3º do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 2020;

**CONSIDERANDO** que o **Portal de Compras do Governo Federal** constitui um dos parâmetros definidos para realização de estimativas dos preços nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência causada pela Covid-19, admitindo a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto

Assinado digitalmente em 19/06/2020 19:47. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

básico simplificado, consoante o disposto na alínea *a*, do inciso VI, do § 1º, do art. 4º-E da Lei nº 13.979, de 2020;

**CONSIDERANDO** que, nos últimos anos, a União fez investimentos significativos para desenvolver e consolidar plataforma digital com tecnologia avançada para as aquisições públicas mediante o ComprasNet, plataforma que permite, dentre outras funcionalidades, o desenvolvimento de mecanismos de **comparabilidade** de preços, com a finalidade de racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal e promover a **transparência ativa**;

**CONSIDERANDO** que, no árido cenário econômico-fiscal causado pela situação de calamidade pública nacional, a adoção de plataforma digital centralizada para os entes da Federação realizarem as dispensas eletrônicas e os procedimentos de licitação regulamentados, nas aquisições públicas com recursos de natureza federal, revela-se essencial, na medida em que cria as condições primordiais para que a União possa avaliar o grau de eficiência da alocação de recursos de natureza federal, que na área de saúde já totalizam **R\$ 38,9 bilhões** para enfrentamento da Covid-19, com previsão atualizada anual, atualizada no 2º bimestre de 2020, de **R\$ 138,5 bilhões**, dos quais, em média, 70% são repassados aos entes subnacionais;

**CONSIDERANDO** o teor do Relatório que fundamenta o parecer prévio das contas presidenciais de 2019 apreciado pelo **Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário**, segundo o qual “*não há, na União, informações acerca do volume de recursos de natureza federal repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, na sequência, são sub-repassados a organizações sociais e entidades congêneres do terceiro setor que atuam na área da saúde, sendo mais de 6,6 mil as entidades da sociedade civil que atuam na referida área, segundo informações divulgadas no Mapa de Organização da Sociedade Civil mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*”, havendo forte indício de desvio de recursos públicos de natureza federal<sup>9</sup> sub-repassados a essas entidades<sup>10</sup>, pelos entes subnacionais, para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19;

<sup>9</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/organizacao-social-alvo-de-investigacao-no-rj-gerencia-servicos-de-sade-em-so-paulo.ghtml>

<sup>10</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/27/empresa-investigada-gere-hospital-de-campanha-em-sp.ghtml>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

**CONSIDERANDO** a Recomendação proferida por meio do **parecer prévio das contas presidenciais de 2019**, para que o Poder Executivo federal “*regulamente a implementação de mecanismos que possibilitem o efetivo monitoramento, avaliação e controle oficial e social da eficiência na aplicação dos recursos de natureza federal vinculados à saúde transferidos aos demais entes da Federação, até a destinação final, conforme previsto nos §§ 2º e 4º do art. 13 da Lei Complementar 141/2012, assim como na alínea ‘e’ do inciso I do art. 4º e § 3º do art. 50 da Lei Complementar 101/2000, regulamentados apenas parcial e temporariamente por leis de diretrizes orçamentárias*” (Acórdão nº 1.437/2020-TCU-Plenário);

**CONSIDERANDO** que, além de adotar mecanismo eficiente de comparabilidade de preços, que oscilam consideravelmente em situação de pandemia - no que dificulta a tomada de decisão pelos gestores da área da saúde responsáveis pelas aquisições públicas -, a adoção do **ComprasNet**, além de conferir maior eficiência à alocação do recurso federal, tem o potencial de reduzir, substancialmente, os custos de gestão dos entes subnacionais com a manutenção de serviços de tecnologia da informação, uma vez que poderão aderir, voluntariamente, à plataforma nacional para aplicação de recursos próprios;

**CONSIDERANDO** que a alocação de recursos de natureza federal sem que a sociedade possa avaliar a sua eficiência por meio de ferramentas tecnológicas que assegurem a transparência ativa, especialmente daqueles destinados aos valores mais “caros” de uma sociedade – como os destinados ao campo da saúde dos cidadãos em uma grave crise pandêmica da gravidade da Covid-19 –, viola não apenas as premissas da gestão fiscal responsável, como também os princípios constitucionais da publicidade e da moralidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que os reiterados escândalos de corrupção<sup>11</sup> e desvios na aquisição de respiradores<sup>12</sup>, equipamentos de proteção individual e construção de hospitais de

11 <https://www.santaportal.com.br/noticia/57071-pf-mira-em-compra-de-respiradores-no-para-e-faz-buscas-na-casa-de-helder-barbalho>

12 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/28/pgr-stj-pedido-de-autorizacao-para-investigar-governador-do-amazonas.htm>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

campanha<sup>13</sup>, com investigações requeridas pela Procuradoria-Geral da República, envolvendo Estados com elevado volume de dívidas refinanciadas pela União;

**CONSIDERANDO** que as decisões do Tribunal de Contas da União, visando mitigar as práticas de fraudes e irregularidades, ainda recorrentes na execução descentralizada realizada pelos entes subnacionais e entidades do terceiro setor, têm recomendado enfaticamente a utilização de recursos de tecnologia da informação na gestão pública, a exemplo dos Acórdãos nºs 363/2012-TCU-1ª Câmara e 1700/2007-TCU-Plenário, tema abordado com relevo no TC 012.762/2012-1 (Acórdão nº 1.376/2015), cujo teor foi reproduzido no **parecer prévio das contas presidenciais de 2014** aprovado pelo Acórdão nº 2.461/2015-TCU-Plenário;

**CONSIDERANDO** que a presente Recomendação congrega os fundamentos jurídicos de Recomendação formulada em conjunto com Membro do MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO e expedida aos Secretários do Tesouro Nacional e de Gestão, e

**CONSIDERANDO**, por fim, a prerrogativa conferida ao MINISTÉRIO PÚBLICO para expedir **RECOMENDAÇÕES**, no exercício da defesa dos valores, interesses e direitos da coletividade, visando à eficiência da alocação dos recursos de natureza federal e dos serviços públicos, bem como ao respeito e aos interesses, direito à informação e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis (art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993), **RESOLVE RECOMENDAR**, nos termos do art. 6º, inciso XX, do mesmo Diploma, ao Ministro de Estado da Economia, **PAULO ROBERTO NUNES GUEDES**, a adoção de medidas junto:

1. à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, órgão central de contabilidade da União nos termos do art. 17 da Lei nº 10.180, de 2001, no sentido de que o órgão, no **prazo de 30 (trinta) dias** e com fundamento no parágrafo único do art. 32 da Lei Complementar nº 141, de 2012, no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, promova as medidas normativas necessárias para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os

<sup>13</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/26/stj-quebra-sigilo-de-dados-de-celulares-e-computadores-de-wilson-witzel.htm>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

Municípios adotem **codificação padronizada** na Federação para identificar as **fontes dos recursos de natureza federal** vinculados a ações e serviços públicos de saúde repassados, a título de transferências obrigatória e voluntária, com definição de codificação específica e nacionalmente padronizada para segregar as despesas custeadas com recursos de natureza federal repassados no bojo da **Ação 21C0** para enfrentamento da Covid-19, além de estabelecer codificação uniforme para as fontes de recursos federais destinados, obrigatória e voluntariamente, a ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, dentre outras transferências de natureza federal consideradas relevantes a identificação e a segregação das fontes para viabilizar o monitoramento, a avaliação, fiscalização e controle;

2. à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Serviços Gerais – **Sisg**, para que o órgão, considerando o disposto nos Decretos nºs 9.745 e 10.024, de 2019, na Instrução Normativa nº 206, de 2019, na Emenda Constitucional nº 106, de 2020, e na Lei Complementar nº 173, de 2020, promova, no **prazo de 30 (trinta) dias**, os aperfeiçoamentos nos regulamentos mencionados, no sentido de que:

**2.1.** os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, direta e indireta, adotem obrigatoriamente o **ComprasNet**, ou outra plataforma digital centralizada que venha substituí-lo, para as **dispensas eletrônicas**, pregões eletrônicos e outras modalidades de licitação nas aquisições públicas que, no todo ou em parte, sejam custeados com **recursos de natureza federal**, recebidos a título de **cooperação financeira**, sob a forma de transferência voluntária ou transferência obrigatória, ressalvadas as transferências constitucionais que constituem receitas próprias dos entes subnacionais em razão do pacto federativo fiscal (arts. 153 e 159 da Constituição Federal), com vistas a promover a transparência ativa necessária ao controle social, assim como criar as condições operacionais para os órgãos e entidades





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019, e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.2.** as Organizações Sociais e entidades congêneres do Terceiro Setor, quando beneficiárias de **recursos de natureza federal** mediante repasse direto ou sub-repasse realizado pelos entes subnacionais, informem à União, por meio do **ComprasNet** ou outra plataforma de registro centralizado, ainda que sob a forma de procedimento simplificado mediante registro direto na plataforma e/ou por atualização diária da base de dados por meio de processo de exportação/importação de dados, as condições em que foram realizadas as aquisições custeadas com recursos públicos de origem e natureza federais, com objetivo de promover a transparência ativa e criar as condições para os órgãos e entidades federais monitorarem, avaliarem e fiscalizarem a regularidade e a **eficiência na alocação dos recursos federais** nos casos de implementação das políticas públicas e programas de forma descentralizada, em observância ao disposto nos arts. 4º, inciso I, alínea ‘e’ e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, no art. 16, incisos II e III, da Lei nº 13.898, de 2019; e nos §§ 2º e 4º do art. 13 e art. 27 da Lei Complementar nº 141, de 2012;

**2.3.** sejam incorporadas ao ComprasNet, dentre outras, funcionalidades que possibilitem a **comparabilidade** de preços, inclusive de forma gráfica, com o objetivo de orientar os gestores e racionalizar o processo de **tomada de decisão** por parte dos responsáveis pelas compras com recursos de natureza federal, além de promover a **transparência ativa**, notadamente nas aquisições públicas para enfrentamento da Covid-19, assegurado o acesso irrestrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público de Contas da União e ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República em Pernambuco**  
**GRUPO DE OFÍCIOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO**

---

Ministério Público Federal, com previsão, se possível, de funcionalidades que possibilitem, a critério de cada instituição de controle e de acordo com seus regimentos e demais regulamentos internos, a expedição eletrônica de alertas, recomendações e comunicações aos gestores, administradores e fornecedores, caso seja identificado algum indício de irregularidade ou risco de ineficiência na aplicação dos recursos de natureza federal.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** adverte que a presente Recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências requeridas.

Nesse passo, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75, de 1993, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer, desde logo, que o **MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA** informe, em **até 30 (trinta) dias**, se acatará ou não a presente Recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Comunique-se, para ciência, sobre a expedição da presente Recomendação ao relator, em 2020, do tema saúde no Tribunal de Contas da União, Ministro BENJAMIN ZYMLER; ao Ministro-Chefe da Casa Civil, WALTER SOUZA BRAGA NETTO; ao Advogado-Geral da União, JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR; ao Ministro da Saúde, EDUARDO PAZUELLO; ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA; ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO.

Pernambuco, 19 de junho de 2020.

(assinado eletronicamente)  
**SILVIA REGINA PONTES LOPES**  
*Procuradora da República em Pernambuco*

(assinado eletronicamente)  
**CLÁUDIO HENRIQUE**  
**CAVALCANTE MACHADO DIAS**  
*Procurador da República em Pernambuco*





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00030288/2020 RECOMENDAÇÃO nº 14-2020**

Signatário(a): **CLAUDIO HENRIQUE CAVALCANTE MACHADO DIAS**

Data e Hora: **19/06/2020 19:47:50**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SILVIA REGINA PONTES LOPES ACIOLI**

Data e Hora: **19/06/2020 19:42:29**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7C5CE791.516948B6.11F11876.0577D23F



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 464/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00001852/2021

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se a informação, observando-se o seu caráter sigiloso.

Após, venham conclusos.

Osasco, 5 de março de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**

# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

Carapicuíba, 24 de Fevereiro de 2021

**Ofício nº 501/SAJ/2021**

**Ref.: Procedimento Preparatório nº 359/2020**

**Processo Administrativo nº 17231/2020**

**Em atenção ao Ofício nº 994/2020**

Excelentíssimo Procurador Douglas Guilherme Fernandes,

Venho por meio deste, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar as informações prestadas pela Secretaria da Fazenda, por meio da Comunicação Interna nº 114/SEFAZ/2021, conforme cópias que acompanham o presente.

Sem mais, para o momento, aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Ricardo Martinelli de Paula**

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

**Ao**

**Ministério Público Federal**

Rua Padre Damásio, nº 294, 2º Andar, Centro, Osasco/SP



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00001859/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **04/03/2021 19:25:55**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f865842e.69699f8a.b269efbd.4c89e6fb

# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria da Fazenda



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

Carapicuíba, 05 de fevereiro de 2021.

Comunicação Interna nº 114/SEFAZ/2021

Ao

Senhor **Ricardo Martinelli de Paula**

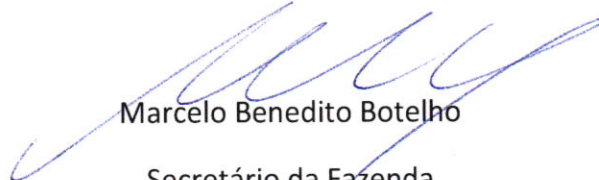
Secretaria de Assuntos Jurídicos - Carapicuíba - SP

Ref: Comunicação Interna nº 314/SAJ/2021

Cumprimentando-o, cordialmente, em atendimento ao Ofício MP nº 994/2020, informamos que foram efetuadas despesas através de dispensa de licitação destinadas ao combate ao Coronavírus, seguindo a Lei nº 13.979/2020 e atendendo as diretrizes contidas no Art. 26 da nº 8.666/93, sendo que, todos os negócios jurídicos celebrados foram devidamente cumpridos.

O Controle Interno acompanha e realiza o levantamento das informações de Gestão do COVID-19 para a remessa ao TCESP, bem como, todos os atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública estão divulgadas no Portal da Transparência.

Atenciosamente,



Marcelo Benedito Botelho

Secretário da Fazenda

Tatiana Fernandes Barreto  
Assessora  
Matrícula 50713

09/02/22  
12:19hr

# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
CARAPICUÍBA

11/02

Carapicuíba, 22 de janeiro de 2021

## COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 314/SAJ/2021 - 1ª Reiteração

Ref.: PP nº 1.34.043.000359/2020-07

Processo Administrativo nº 17231/2020

GIAP nº 10958/2020

(mencionar esta referência na resposta)

**DA: SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PARA: SECRETARIA DA FAZENDA**

**Excelentíssimo Secretário Marcelo Benedito Botelho,**

Sirvo-me do presente para cientificá-lo do teor do Ofício MP nº 994/2020 (cópia anexa), bem como solicitar que adote as providências necessárias, dentro da sua esfera de atuação, para atendimento ao quanto requerido abaixo, encaminhando-nos os devidos esclarecimentos.

1. Informar se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

RECEBIDO EM

28 / 01 / 2021

ASS.

Bruno

2. Informar se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas, listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram



# Prefeitura de Carapicuíba

Secretaria de Assuntos Jurídicos



CIDADE DE  
**CARAPICUÍBA**

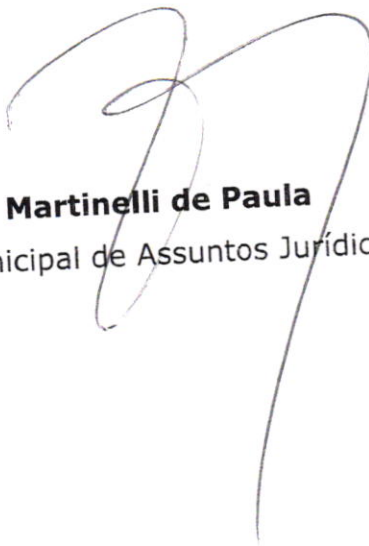
cumpridos, total ou parcialmente, bem assim as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores despendidos;

3. Informar quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto do combate ao COVID-19.

Cumpre esclarecer que a presente solicitação se faz necessária para o atendimento de prazo ministerial, motivo pelo qual requer seja atendida **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do recebimento.

Sem mais, para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Ricardo Martinelli de Paula**  
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Despacho nº 463/2021**

**Referência:** PRM-OSC-SP-00001859/2021

**Assunto:** SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se.

Após, conclusos.

Osasco, 5 de março de 2021.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
**PROCURADOR DA REPÚBLICA**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
GABINETE DO 1º OFÍCIO**

Autos nº : 1.34.043.000359/2020-07 Classe: Inquérito Civil  
Representante : Ministério Público Federal  
Representado : A apurar  
Assunto : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO/OFFÍCIO Nº**

Considerando que até a presente data o Ofício PRM-OSC-SP 7365/2020, expedido em 22 de outubro de 2020, não foi respondido, reitere-se, requisitando ao Ministério da Saúde<sup>1</sup>, com cópia de fls. 634/639 – Despacho-Ofício n. 1000/2020 e fls. 658/660 - Ofício nº 21264/2020/DS ASSESSORIA/DS/SFC/CGU, notadamente em relação ao trespasse de dinheiros públicos federais aos entes da federação (Estados e Municípios), no contexto de combate ao COVID-19; se estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas. **Prazo:** 10 (dez) dias úteis.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Petição Eletrônica do Ministério Público Federal, por meio do sítio “[www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)”.

**Cópia do presente despacho valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP  
GABINETE DO 1º OFÍCIO**

Autos nº : 1.34.043.000359/2020-07 Classe: Inquérito Civil  
Representante : Ministério Público Federal  
Representado : A apurar  
Assunto : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO/OFFÍCIO Nº 277/2021**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00002619/2021**

Considerando que até a presente data o Ofício PRM-OSC-SP 7365/2020, expedido em 22 de outubro de 2020, não foi respondido, reitere-se, requisitando ao Ministério da Saúde<sup>1</sup>, com cópia de fls. 634/639 – Despacho-Ofício n. 1000/2020 e fls. 658/660 - Ofício nº 21264/2020/DS ASSESSORIA/DS/SFC/CGU, notadamente em relação ao trespasse de dinheiros públicos federais aos entes da federação (Estados e Municípios), no contexto de combate ao COVID-19; se estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas. **Prazo:** 10 (dez) dias úteis.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Petição Eletrônica do Ministério Público Federal, por meio do sítio “[www.petitionamento.mpf.mp.br](http://www.petitionamento.mpf.mp.br)”.

**Cópia do presente despacho valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, Nº 294, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 3269-5000



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

---

**Autos nº** : 1.34.043.000359/2020-07 – **Classe:** Procedimento Preparatório  
**Representante** : Ministério Público Federal  
**Representado** : A apurar  
**Assunto** : Fiscalizar a aplicação de verbas oriundas do Governo Federal para o combate ao novo Coronavírus nos Municípios que compõem a Subseção Judiciária de Osasco

**DESPACHO-OFFÍCIO Nº 1000/2020**

**Etiqueta: PRM-OSC-SP-00007365/2020**

1. Inicialmente, considerando que já escoado o prazo de tramitação do presente expediente administrativo e ainda pendentes diligências com vistas a sua melhor instrução, determino sua **conversão em Inquérito Civil**, nos moldes do artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. Cuida-se de Procedimento Preparatório instaurado a partir do Ofício-Circular nº 01/2020/CFN/GIAC-COVID19, oriundo da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dando conta de informações repassadas pelo Tribunal de Contas da União e pela Casa Civil da Presidência da República acerca dos valores **transferidos pelo Governo Federal aos diversos entes da federação para o enfrentamento da situação de calamidade decorrente do Coronavírus**.

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

Nesse contexto, visando instruir os autos e verificar a efetiva utilização das verbas públicas federais para os fins a que se destinaram, expediram-se ofícios a todas as cidades que compõem o plexo de atribuições desta Procuradoria da República no Município de Osasco, sendo certo que **todos os entes políticos notificados apresentaram respostas e forneceram listagens contendo os valores dispendidos, sua destinação, e as pessoas com as quais contrataram.**

Entretanto, malgrado a vinda de tais informações, parece ser de bom alvitre que as municipalidades prestem esclarecimentos complementares, notadamente no que diz respeito à **forma de implementação** das contratações públicas envolvendo os recursos do Governo Federal, ao **adimplemento dos contratos administrativos** entabulados com as pessoas físicas e jurídicas e à **existência de controle interno e fiscalização** sobre as rendas públicas repassadas.

Assim sendo, determino a **expedição de novos ofícios às Prefeituras de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes**, solicitando que informem, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**:

**i)** se as contratações efetuadas com base na Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde e na Medida Provisória nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020), direcionadas ao combate ao Coronavírus, foram efetivadas a partir de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993) e se foram seguidas as diretrizes contidas no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993;

**ii)** se todos os negócios jurídicos formulados com a utilização dos repasses foram devidamente cumpridos pelas pessoas físicas ou jurídicas contratadas,

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
 OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

listando, pormenorizadamente, aqueles contratos que não foram cumpridos, total ou parcialmente, bem assim **as providências eventualmente adotadas para obtenção do ressarcimento dos valores dispendidos; e**

**iii)** quais as medidas adotadas, no âmbito do controle interno de cada uma das Administrações Municipais, para controlar e fiscalizar o correto emprego dos dinheiros públicos federais trespassados, notadamente no que tange à legalidade, legitimidade e economicidade de sua implementação no contexto de combate ao COVID-19.

Outrossim, considerando o teor da **Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde**, e considerando, aparentemente, que os valores repassados aos Municípios correram por conta do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, de rigor **a expedição de ofício à mencionada pasta**<sup>1</sup> a fim de que, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se os dinheiros transferidos aos entes da federação (Estados e Municípios) estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, diga quais mecanismos foram – ou estão sendo – implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.

Na mesma toada, devem ser **expedidos ofícios ao Tribunal de Contas da União**<sup>2</sup> e à **Controladoria-Geral da União**<sup>3</sup>, para que se manifestem, também no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle externo e interno, respectivamente, para a correta

<sup>1</sup>Avenida Nove de Julho, nº 611, bairro da Bela Vista, CEP 01312-000, São Paulo/SP.

<sup>2</sup>Avenida Paulista, nº 1842, 25º Andar, Centro, CEP 01310-923, São Paulo/SP (Edifício Cetenco Plaza - Torre Norte).

<sup>3</sup>Avenida Prestes Maia, nº 733, 14ª Andar, Sala 1.403, Centro, CEP 01031-005, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
 OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da Portaria nº 774, de 09 de abril de 2020, do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapeverica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas.

Ademais, tendo em mente que a verba repassada pela União em apoio ao Fundo de Participação dos Municípios decorre do artigo 1º da Medida Provisória nº 938/2020 (artigo 1º da Lei nº 14.041/2020), parece ser correto afirmar que tal aporte financeiro é meramente complementar ao FPM, **não dependendo, salvo melhor compreensão, de futura prestação de contas ao Governo Federal**, uma vez que os recursos provenientes do Fundo de Apoio aos Municípios **incorporam-se ao Fundo de Participação dos Municípios**.

Fixada essa premissa, observando o artigo 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição da República, denota-se que a quota referente ao FPM, quando repassada ao Município, **integra o seu patrimônio, constituindo-se em receita própria, não ficando sua aplicação submetida a fiscalização e controle do Tribunal de Contas da União**, que é responsável apenas pelo cálculo das quotas, nos termos do artigo 161, parágrafo único, da Constituição República<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Ao Tribunal de Contas da União compete, apenas, calcular e fixar, com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os coeficientes de participação na distribuição de recursos tributários da União, fiscalizar sua entrega aos beneficiários e acompanhar, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que dão origem às repartições. **Uma vez transferidos os recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a competência para fiscalização da aplicação dos recursos é dos Tribunais de Contas Estaduais e/ou Municipais, quando houver.** (Cf. <<https://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/duvidas-frequentes/fpe-e-fpm.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2020).

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
 OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º OFÍCIO**

É justamente por essas razões que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de que **é competente a Justiça Comum Estadual** – e por via de consequência o Ministério Público Estadual – **para conhecer, processar e julgar irregularidades e desvios de recursos envolvendo o Fundo de Apoio ao Municípios e o Fundo de Participação dos Municípios**<sup>5</sup>.

Entretanto, ao menos por ora, visando otimizar os trabalhos, até mesmo para que se tenha uma visão global dos esforços realizados pelos órgãos de controle em relação aos recursos públicos dirigidos ao combate da COVID-19, **revela-se recomendável que sejam obtidas informações preliminares antes de eventual desmembramento do feito**.

Em sendo assim, deve ser **expedido ofício ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**<sup>6</sup>, solicitando os bons préstimos de informar, no **prazo de 20 (vinte) dias úteis**, se está havendo fiscalização e/ou tomada de providências no sentido de auditar o emprego das verbas públicas repassadas pela União através da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei nº 14.041/2020 (Fundo de Apoio aos Municípios), informando quais medidas estão sendo efetivadas, mormente em relação aos valores transferidos aos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Por fim, esclareço que as respostas devem ser encaminhadas via Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal, por meio do sítio **“[www.peticonamento.mpf.mp.br](http://www.peticonamento.mpf.mp.br)”**.

<sup>5</sup>Cf. STJ, CC 123.334/RR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 03/06/2015.

<sup>6</sup>Avenida Rangel Pestana, nº 315, bairro da Sé, CEP 01017-906, São Paulo/SP.

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
 OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO/SP**  
**1º Ofício**

---

**Cópia da presente deliberação valerá como ofício.**

Osasco, na data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente  
**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**  
Procurador da República

---

RUA PADRE DAMASO, 294, 2º ANDAR, CENTRO, CEP 06016-010  
OSASCO/SP – FONE: (11) 2107-6400



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
Assessoria da Diretoria Social  
SAUS Quadra 01, Bloco A sala 624 - Ed. Darcy Ribeiro - Bairro Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70070-905  
Telefone: 61 2020-7205 - [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br) -

OFÍCIO Nº 21264/2020/DS ASSESSORIA/DS/SFC/CGU

A Sua Excelência o Senhor

**DOUGLAS GUILHERME FERNANDES**

Procurador da República no Município de Osasco/SP

Rua Padre Damaso, 294, 2º Andar, Centro

CEP 06.016-010 - Osasco/SP

**Assunto: Despacho-Ofício nº 999/2020 - PRM-OSC-SP-00007364/2020.**

*Referência:* Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.108879/2020-07.

Senhor Procurador,

1. Cumprimendo-o cordialmente, faço referência ao Despacho-Ofício em epígrafe, por meio do qual Vossa Excelência, solicitou que fossem encaminhadas informações sobre as medidas que estão sendo implementadas, no âmbito do controle interno, para a correta fiscalização do numerário repassado pelo Governo Federal através da [Portaria nº 774/2020](#), do Ministério da Saúde, em atenção ao artigo 70 e 74 da Constituição da República, e especificamente no que versa sobre os Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes, informando se haverá prestação de contas dos repasses e, posteriormente, tomada das respectivas contas. A atuação da CGU no que se refere a aplicação de recursos relacionados ao enfrentamento à pandemia tem ocorrido diretamente no Ministério da Saúde e, de forma pontual e residual, em função da limitação da capacidade operacional deste Órgão, nos entes subnacionais.

2. Assim, informo que, em pesquisas realizadas nos sistemas de informações desta Controladoria, não foram localizados trabalhos específicos sendo desenvolvidos nos Municípios de Osasco, Carapicuíba, Cotia, Itapequerica da Serra e Embu das Artes, que tivessem como escopo a verificação dos repasses a esses Municípios relacionados a Portaria n. 774/2020 do Ministério da Saúde.

3. Cumpre informar que a Portaria n. 774/2020, de 9/4/2020, do Ministério da Saúde, estabeleceu os recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19, e em seu art. 5º determinou que:

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

4. Nesse contexto, cabe apresentar a Lei Complementar n. 141, de 13/01/2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de

saúde, estabelecer os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, revogar dispositivos das Leis n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, entre outras providências. No art. 31 dessa Lei verifica-se que os órgãos gestores de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, das prestações de contas periódicas da área da saúde, para consulta e apreciação dos cidadãos e de instituições da sociedade, com ênfase no que se refere a:

I - comprovação do cumprimento do disposto nesta Lei Complementar;

II - Relatório de Gestão do SUS;

III - avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS no âmbito do respectivo ente da Federação.

Parágrafo único. A transparência e a visibilidade serão asseguradas mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do plano de saúde.

5. Ainda no que se refere a Prestação de Contas desses recursos, cumpre registrar que a Lei Complementar n. 141/2012, assim dispõe:

Art. 34. A prestação de contas prevista no art. 37 conterá demonstrativo das despesas com saúde integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a fim de subsidiar a emissão do parecer prévio de que trata o [art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

Art. 35. As receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Executivo, assim como em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o [§ 3º do art. 165 da Constituição Federal](#).

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos [arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#).

§ 2º Os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

§ 3º Anualmente, os entes da Federação atualizarão o cadastro no Sistema de que trata o art. 39 desta Lei Complementar, com menção às exigências deste artigo, além de indicar a data de aprovação do Relatório de Gestão pelo respectivo Conselho de Saúde.

§ 4º O Relatório de que trata o caput será elaborado de acordo com modelo padronizado aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, devendo-se adotar modelo simplificado para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil habitantes).

§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.

6. Ante o exposto, ressalta-se que a competência primária de atuação, no âmbito federal, frente a possíveis inconsistências, pertence ao Ministério da Saúde, enquanto gestor primário das políticas públicas de Saúde do país, o qual, dentre outras, compete orientar e supervisionar as transferências de recursos financeiros destinados às ações e aos serviços de saúde executados no âmbito do SUS; e orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos alocados ao Fundo Nacional de

Saúde (Decreto n. 9.795/2020).

7. Isto posto, coloco-me à disposição para demais informações ou esclarecimentos que considere necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PAULO JULIETI BARBIERE**, **Diretor de Auditoria da Área Social**, em 25/11/2020, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir>

informando o código verificador 1731934 e o código CRC D1D52B73

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.108879/2020-07

SEI nº 1731934



Certidão nº 528/2021

PRM-OSC-SP-00003083/2021

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
**1º OFÍCIO**

**Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedo a juntada, em fl(s). seguinte(s), do(s) Aviso(s) de Recebimento referente(s) ao(s) Ofício (s) **PRM-OSC-SP nº 277/2021** (etiquetas **PRM-OSC-SP-000002619/2021**).

Dessa forma, aguarda-se a resposta aos documentos no prazo estabelecido para prosseguimento do feito.

Osasco, na data da assinatura digital.

*Assinado digitalmente*  
**Alberto Carlos Gomes**  
Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 21/04/2021 11:19. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave CE16EB04.26E560E1.83CE714A.E3A9A451



AVISO DE  
RECEBIMENTO

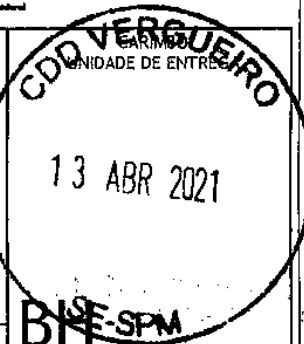
Digital

MPF  
Ministério Público Federal

DESTINATÁRIO

MS/SP - MINISTÉRIO DA SAÚDE - NÚCLEO ESTADUAL EM SÃO  
PAULO - SERVIÇO DE GESTÃO DE PESSOAS - SP - Dir  
AVENIDA NOVE DE JULHO  
BELA VISTA  
SÃO PAULO SP 01312-000

AR256963990VR



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_ h

ATENÇÃO:  
Após a 3ª  
tentativa,  
deixar em  
posta restante.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☐ 1 Mudou-se  
☐ 2 Endereço Insuficiente  
☐ 3 Não existe o número  
☐ 4 Desconhecido  
☐ 9 Outros

- ☐ 5 Recusado.  
☐ 6 Não procurado  
☐ 7 Ausente  
☐ 8 Falatório

RUBRICA E MATRÍCULA DO  
ENTREGADOR

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

SIGNATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA

Nº DOE DE IDENTIDADE



Certidão nº 548/2021  
PRM-OSC-SP-00003176/2021

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO**  
Rua Padre Damaso, nº 294, 2º andar – Centro, CEP 06016-010  
Osasco – São Paulo – Telefone: (11) 2107-6400

**Inquérito Civil – 1.34.043.000359/2020-07**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que, nesta data, procedo a juntada aos autos em epígrafe, em fls. seguintes, do ofício Nº 41/2021/DIMATEC/FNS/SE/MS de etiqueta **PRM-OSC-SP-00003130/2021**, encaminhado pela **Secretaria Executiva do Ministério da Saúde**, em resposta ao **Ofício PRM-OSC-SP nº 277/2021**.

**CONCLUSÃO**

Torno os autos conclusos ao Exmo. Dr. Douglas Guilherme Fernandes, Procurador da República em Osasco/SP.

Osasco, na data da assinatura digital

*Assinado Digitalmente*

**Alberto Carlos Gomes**

Assistente Nível II

Assinado com login e senha por ALBERTO CARLOS GOMES, em 23/04/2021 14:52. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave ADD95F1B.1DFDD456.0ADCADA5.008A8FBD





Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde  
Divisão de Monitoramento e Apoio Técnico

OFÍCIO Nº 41/2021/DIMATEC/FNS/SE/MS

Brasília, 22 de abril de 2021.

À Sua Excelência o Senhor  
Douglas Guilherme Fernandes  
Procurador da República no Município de Osasco  
Rua Padre Damaso, 294, Centro  
CEP: 06016-010 – Osasco/SP

**Assunto: Inquérito Civil nº 1.34.043.000359/2020-07**

Senhor Procurador,

1. Acusamos o recebimento do Despacho/Ofício nº 277/2021, dessa procedência, registrado na Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo sob o nº 25004.000736/2021-10, o qual reitera o inteiro teor do Ofício PRM-OSC-SP 7365/2020, de 22 de outubro de 2020, solicitando informações, notadamente em relação dos repasses de dinheiro público federal aos entes da federação (Estados e Municípios), no contexto do combate ao COVID 19, se estão sujeitos a fiscalização perante o Ministério e/ou algum ente público federal e, em caso positivo, quais os mecanismos foram ou estão sendo implementados para auditar o correto emprego das rendas públicas.
2. Em atendimento, informamos que não identificamos registro do ofício reiterado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
3. Na oportunidade, informamos que o Fundo Nacional de Saúde, segundo as disposições do Decreto nº 9.795/2019, apresenta-se como agente pagador dos recursos fundo a fundo, apenas procedendo ao repasse quando recebe o processo de pagamento originário das Secretarias finalísticas responsáveis pelas ações de saúde neste Ministério, e desde que haja disponibilização financeira para realização do repasse.
4. Adicionalmente, ressaltamos que todas as transferências realizadas pelo FNS para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde a serem implementadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, são depositadas diretamente em instituições financeiras federais sob a titularidade dos respectivos Fundos de Saúde dos entes federados, em cumprimento ao que dispõe as Leis 8.080/1990, 8.142/1990, Lei Complementar 141/2012, Decreto 7.507/2011 e demais legislações do Sistema Único de Saúde, estando disponível para consulta no sítio [www.portalfns.saude.gov.br](http://www.portalfns.saude.gov.br).
5. Logo, regimentalmente, as competências para elaborar e propor normas para disciplinar as relações entre as instâncias gestoras do SUS, e ainda para formular, implementar e avaliar políticas, diretrizes e metas para as áreas e temas estratégicos necessários à implementação da Política Nacional

de Saúde, são de responsabilidade de cada Secretaria Finalística, a quem compete, ainda, propor normas, estabelecer diretrizes e orientar as demais instâncias do SUS acerca da aplicação dos recursos destinados ao financiamento das ações e programas sob a sua responsabilidade.

6. Isto posto, em que pese a característica deste FNS como agente repassador dos recursos que financiarão as diversas ações de saúde de responsabilidade das finalísticas, cabe esclarecer que os recursos previstos na Portaria nº 3.896, de 30/12/2020, que ***dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados e Distrito Federal, para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus***, contam com previsão, no art. 6º daquele normativo, de que compete ao FNS transferir os recursos previstos na Portaria, desde que devidamente autorizado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES, por processo de pagamento, senão vejamos:

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde deverá adotar as medidas necessárias para a transferência dos montantes estabelecidos no Anexo I aos Fundos de Saúde dos Estados e Distrito Federal, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS.

7. Dessa forma, a atuação do FNS em relação às ações de saúde em comento é de, apenas e tão somente, figurar como **agente pagador dos recursos fundo a fundo**, procedendo ao repasse quando recebe processo de pagamento originário das Secretarias finalísticas responsáveis pelas ações de saúde neste Ministério, e desde que haja disponibilização financeira para realização do repasse.

8. Já o art. 4º da Portaria nº 3.896/2020 dispõe acerca da destinação dos recursos financeiros para o custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, não fazendo qualquer referência a outro tipo de custeio, nos seguintes termos:

Art. 4º Os recursos financeiros de que trata esta Portaria serão destinados ao custeio de ações e serviços de saúde para o enfrentamento da Epidemia COVID -19 e das diversas necessidades assistenciais geradas em razão da emergência de saúde pública em cada uma das Macrorregiões de Saúde, conforme pactuação na CIB e CGR, podendo abranger a atenção especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos e insumos, o custeio de leitos de UTI-COVID-19, o custeio de leitos de suporte ventilatório pulmonar e do "Tratamento de Infecção pelo Novo Coronavírus - COVID 19 -procedimento 0303010223", incluso pela Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como as ações de acompanhamento clínico e reabilitação de pacientes Pós-COVID.

9. No âmbito de atuação deste FNS, cumpre informar que todas as transferências de recursos realizadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos às ações para o combate à Covid-19, estão disponíveis para consulta no Portal do Fundo Nacional de Saúde (<http://www.portalfns.saude.gov.br>), opção consulta de pagamentos detalhada, nos blocos custeio e investimento, grupo "CORONAVÍRUS – COVID-19". Além das opções de pesquisa no ambiente de pagamentos detalhada, estão disponíveis também para consulta no Portal do Fundo Nacional de Saúde, painel específico ([https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal\\_MBr/Portal\\_MBr.html](https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_MBr/Portal_MBr.html)), que utiliza a base de dados do Tesouro Gerencial-SIAFI e a base de dados do SISPAG, cuja atualização se dá em tempo real. Os Painéis de Informações do Fundo Nacional de Saúde disponibilizam informações de diversos tipos de transferências realizadas para estados, Distrito Federal e municípios. Nesta pesquisa, o demandante terá várias opções de consulta como: "Plataforma +Brasil", "Saldos", "Fundo a Fundo", "Gerencial", "**Covid**", "Instrumentos de Transferência", "Transferências Federais", "Emendas Parlamentares"; além de buscas utilizando os FILTROS na pesquisa.

10. Informamos ainda, que, de acordo com o art. 7º, do Decreto 9.795/2019, de 17 de maio de 2019, e em atenção ao Acórdão 1072/2017 TCU Plenário, não compete ao Fundo Nacional de Saúde a adoção de providências apuratórias quanto a desvio de recursos públicos, ficando a atuação de monitoramento no âmbito das secretarias finalísticas responsáveis pelas ações de saúde, e, no contexto apuratório, a cargo do DENASUS, conforme estabelecido no art. 17 do referido Decreto.

11. Face ao exposto, diante da matéria ora tratada, este FNS recomenda que informações adicionais sejam requeridas às áreas técnicas e finalísticas desta Pasta, a exemplo da Secretaria de atenção à Saúde-SAES e Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS, ou ao DENASUS como órgão apuratório.

Respeitosamente,

DÁRCIO GUEDES JUNIOR

Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Dárcio Guedes Junior, Diretor(a)-Executivo(a) do Fundo Nacional de Saúde**, em 22/04/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020165736** e o código CRC **AB197E65**.

Referência: Processo nº 25004.000736/2021-10

SEI nº 0020165736

Divisão de Monitoramento e Apoio Técnico - DIMATEC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo A, sala 209 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900  
Site - saude.gov.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PRM-OSC-SP-00003130/2021 PROTOCOLO ELETRÔNICO**

.....  
Signatário(a): **PALOMA MIDORI ARAGAKI SALLES**

Data e Hora: **22/04/2021 18:35:38**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3c6d7d11.61e50d72.05d65f58.adcd9c55



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE OSASCO-SP**  
**GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/OSASCO**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** IC - 1.34.043.000359/2020-07

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PRM-SP-OSASCO-1º Ofício

**Grupo de Distribuição:** Extrajudicial / Cível / Osasco

**Forma de Execução:** Automática

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Substituto - Designado

**Responsável:** MELINA TOSTES HABER

**Ofício Responsável:** PRM-SP-OSASCO-2º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** ALBERTO CARLOS GOMES

**Data:** 28/04/2021 06:43:02